

Felipe Simão Pontes

**ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO NO  
BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de  
Doutor em Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar  
Müller

Coorientador: Prof. Dr. José Luís  
Garcia

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PONTES, FELIPE SIMÃO

ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO NO  
BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA / FELIPE SIMÃO PONTES ;  
orientador, RICARDO GASPAS MÜLLER ; coorientador, JOSE  
LUÍS GARCIA. Florianópolis, SC, 2015. 579 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Adelmo Genro  
Filho. 3. O Segredo da Pirâmide. 4. Ontologia  
Crítica. 5. Teoria do Jornalismo. I. MÜLLER,  
RICARDO GASPAS. II. GARCIA, JOSE LUÍS. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. IV.  
Título.

Felipe Simão Pontes

**ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO NO  
BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em Sociologia Política, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2015.

---

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Celso Frederico  
Universidade de São Paulo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sylvia Debossan Moretzsohn  
Universidade Federal Fluminense



*Para Clarice, que nasceu no início  
deste doutorado.*

*Para Cecília, que nasceu no meio do  
meu estágio sanduíche.*

*Para Ana Maria, que proporcionou  
essa maravilhosa aventura.*



## AGRADECIMENTOS

Ser a mulher de um estudante não é fácil. Fazer mestrado para eu ser homem de uma estudante foi valentia. Ser mãe duas vezes nestes quatro anos, mas que coragem! Deixar de terminar a dissertação para ir comigo para o outro lado do Atlântico, quanto desprendimento. Terminar a dissertação com duas filhas e uma tese, que perseverança. Escutar teoria do jornalismo por quatro anos, haja paciência. Ler esse texto com entusiasmo mesmo não se interessando por jornalismo, o que dizer? Ser mulher, mãe, parceira, amiga, colega, psicóloga, professora... somente você Ana Maria.

Laércio Pontes, Lorena Pontes, Henrique Pontes, Laís Massuqueto, Jussara Bourguignon, Camila Bourguignon e Edilson Lima obrigado por toda a ajuda, carinho, amor, acolhida e motivação. Vocês sempre tornam meus caminhos mais fáceis e com muito mais alegrias. Agradeço especialmente nessa fase final por vocês terem ajudado a cuidar das meninas.

Existem certas ironias que cercam nossas trajetórias. Que bom que a ironia me levou até o prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller. Você teria motivos para não reviver essa história que, de certa forma, toca-se com uma parte chata de sua história. Mas você aceitou e com tanta gentileza, com tanto cuidado, com tanta preocupação. A você meu orientador, devo também uma das decisões mais ousadas dessa minha curta carreira: estudar Lukács. Como se nota do início ao fim da tese, essa orientação foi fundamental. Muito obrigado!

Além de me orientar a estudar Lukács, Ricardo Müller apresentou-me a professora Dra. Patrícia Torríglio e o GEPOC. Agradeço ao grupo por aceitarem um jornalista neófito em Lukács para discussões tão profundas em muitas segundas-feiras de 2013.

Outra grande conquista que obtive ao chegar na Sociologia Política foi conhecer e pesquisar com o prof. Dr. Jacques Mick. Ele é capaz de coordenar quatro projetos ao mesmo tempo e fazer todos ocorrerem com sucesso. Foi assim que participei do primeiro inquérito nacional sobre o perfil do jornalista brasileiro. Obrigado por ter lido e



discutido tantas versões do meu projeto, por ter visto as primeiras versões de alguns capítulos deste texto e por sempre ser tão generoso.

Agradeço a todos os professores e professoras com quem tive aulas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Ricardo Silva, Julia Guivant, Márcia Grisotti, Jacques Mick, Lígia Luchmann, Tiago Bahia Losso, Ilse Scherer-Warren e Elizabeth Farias da Silva. Agradeço em especial a Alexandre Bergamo Idalgo, professor de três disciplinas que frequentei, que ofereceu oportunidades de muitas discussões sobre o jornalismo, a produção de conhecimento e sobre metodologia.

Albertina Buss Volkman, agradeço por tantas vezes ter ajudado a mim e Ana Maria nos processos junto à pós-graduação.

Muito obrigado a todos os colegas em disciplinas, em especial os/as oito da minha turma: Natália Heinrich, Caroline Jacques, Rafael da Silva, Janiffer Zarpelon, Juliana Grigoli, Maristela Fabro, Gabriel Schmitt e Priscila Freitas. Agradeço também a oportunidade de trabalhar com as colegas Caroline Jacques, Natália Heinrich, Natália Oliveira, Ana Maria Lima na Revista Em Tese.

Esse trabalho não existiria sem as orientações, correções, informações e o apoio irrestrito de Francisco José Karam. Obrigado por toda ajuda na indicação de fontes e bibliografia para eu conhecer a história de Adelmo Genro Filho.

A todos os que reservaram um tempo de suas rotinas para me receberem ou para responderem questões via e-mail: Samuel Pantoja Lima, Glauco Marques, Gastão Cassel, Ilse Scherer-Warren, Maria José Reis, Francisco José Karam, Eduardo Meditsch, Helio Schuch, Aglair Bernardo e Carmen Rial em Florianópolis. Victor Schmidt em Rancho Queimado. Pedro Osório, Luiz Carlos Tau Golin, Marcos Rolim, Maria Elly Herz Genro, Ayrton Kanitz, Estilac Xavier, Maria Rita Assis Brasil e Sérgio Weigert em Porto Alegre. José Luís Garcia e Adelino Gomes em Lisboa. Jorge Pedro Sousa no Porto. Joaquim Fidalgo em Braga. José Gatti via Skype. Elias Machado Gonçalves, Rosa Nívea Pedroso e Marcelo Dorneles Coelho via e-mail.

E a todas as conversas não gravadas com Sérgio Luiz Gadini e Francisco José Karam.



Agradeço aos grupos de estudo sobre “O Segredo da Pirâmide” realizados com os estudantes de mestrado Ana Paula Bandeira, Cristiano Anunciação e Vanessa Hauser e os encontros promovidos pelo Centro Acadêmico Livre de Jornalismo Adelmo Genro Filho.

Deixo minha homenagem à professora Dra. Hebe Maria Gonçalves de Oliveira por, com entusiasmo e dedicação, em 2004, ter me apresentado pela primeira vez “O Segredo da Pirâmide”, em uma disciplina de Técnicas de Redação do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UEPG.

Agradeço a Julia e Bruna Paqualini Genro, por terem autorizado meu acesso à pasta funcional de Adelmo Genro Filho na UFSC.

A todos os pesquisadores que mandaram material por e-mail, indicaram caminhos e pessoas. Agradeço especialmente a Eduardo Francisco e Leandro Passos Rodrigues.

Gostaria de agradecer a acolhida, as orientações e a liberdade para pesquisar oferecidas pelo prof. Dr. José Luís Garcia em meu estágio sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Menciono também as gentilezas e dicas da prof. Dra. Filipa Subtil.

Aos amigos Rui Barbosa e Zenaide Kroeger por terem tornado as terras lusas muito mais acolhedoras, bonitas e inesquecíveis.

A Sandra Oliveira, Celeste Varela e Cécile Martins por terem nos ajudado no nascimento de Cecília. Agradeço a Sandra, especialmente, pela amizade.

Muito obrigado professor Dr. Carlos Silva por ter nos ajudado a encontrar moradia em Lisboa e pela gentil recepção que nos ofereceu em Braga.

A nossa anfitriã em Lisboa, Isabel Marques, agradeço o cuidado, preocupação e carinho com que nos recebeu. Aquele fado vadio em Alfama foi inesquecível...



Aos amigos Caroline Jacques, Rodrigo Vronscki e Vânia Rocha pela amizade no Brasil e em Portugal e pelos passeios em Portugal e Espanha.

Em especial, agradeço aos professores que se disponibilizaram a avaliar essa tese.

Agradeço por fim a todos brasileiros e a todas brasileiras que tornaram possível eu receber três anos de bolsa de doutorado e nove meses de bolsa sanduíche, o que viabilizou esse trabalho.



## RESUMO

A afirmação de Adelmo Genro Filho, em "O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo", de que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular mobilizou jornalistas, pesquisadores e professores nos últimos 27 anos para instituição e legitimidade das teorias do jornalismo no Brasil. Com o arcabouço teórico e filosófico da Ontologia Crítica de Marx e Lukács, este estudo expõe as mediações presentes na produção e recepção da teoria, bem como os conceitos filosóficos que fundamentam a assertiva de Genro Filho. O trabalho divide-se em duas partes interdependentes. Na primeira, são trabalhadas as principais questões que se impunham para o jornalismo brasileiro nos anos 1980 (com ênfase para a formação acadêmica, a escrita jornalística e a hierarquia dos profissionais), a biografia do autor e o modo como o livro foi recepcionado pelos professores e pesquisadores em jornalismo no Brasil. A segunda parte reconstitui as bases filosóficas do livro, recuperando o entendimento ontológico do autor e o modo como esses fundamentos otimizam sua compreensão do jornalismo como forma de conhecimento. O objetivo é o de demonstrar como as escolhas teóricas do autor possuem estreita ligação com sua biografia e o modo como ele compreendia as questões de sua época. Ao passo que, por meio de análise do modo de recepção do livro, foi possível estabelecer uma cartografia da produção brasileira com base em 411 textos que citam "O Segredo da Pirâmide", evidenciando que o processo de institucionalização para a defesa do jornalismo como profissão, graduação especializada e com teorias específicas coincide com esse mapa. Paradoxalmente, demonstra-se que o processo de recepção do livro se faz acompanhar de uma negação da peculiar base marxista que o fundamenta, o que motiva o estudo detalhado das categorias utilizadas por Genro Filho.

**Palavras-chave:** Adelmo Genro Filho; “O Segredo da Pirâmide”; “Teoria do Jornalismo”; História do Jornalismo Brasileiro; Ontologia Crítica



## ABSTRACT

In the book "*O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*" ["The Secret of the Pyramid: for a Marxist theory of journalism"], Adelmo Genro Filho stated that journalism is a form of knowledge that is crystallized in the singular. This statement has mobilized journalists, researchers and professors over the last 27 years for the institution and legitimacy of theories of journalism in Brazil. With the theoretical and philosophical framework of Critical Ontology of Marx and Lukács, this study exposes the mediations present in the production and reception of the theory and the philosophical concepts that ground the Genro Filho's statement. The work is divided into two interdependent parts. At first, the text brings the main issues that were necessary to the Brazilian journalism in the 1980s (with emphasis on the academic, journalistic writing and the hierarchy of professionals), the author's biography and how the book was received by professors and researchers on journalism in Brazil. The second part reconstitutes the philosophical bases of the book, recovering the ontological understanding of the author towards journalism and how those fundamentals optimize the understanding of journalism as a form of knowledge proposed by the author. The objective was to demonstrate how the author's theoretical choices have close connection with his biography and how he understood the issues of his time. Simultaneously, through the analysis about the book's reception, it was possible to establish a cartography of the Brazilian production based on 411 texts mentioning "The Secret of the Pyramid", evidencing that the process of institutionalization for the defense of journalism as a profession, specialized graduation and with specific theories coincides with that map. Paradoxically, it is demonstrated that the book's reception process is accompanied by a denial of peculiar Marxist basis underlying it, which motivates the detailed study of the categories used by Genro Filho.

**Keywords:** Adelmo Genro Filho; "*O Segredo da Pirâmide*" ["The Secret of the Pyramid"]; Theory of Journalism; History of Brazilian Journalism; Critical Ontology.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa Ferroviário do Rio Grande do Sul	133
Gráfico 1	Publicações sobre “O Segredo da Pirâmide” nos últimos 27 anos	287
Gráfico 2	Ano de graduação dos pesquisadores que citam “O Segredo da Pirâmide”	291
Gráfico 3	Ano de mestrado dos pesquisadores que citam “O Segredo da Pirâmide”	292
Gráfico 4	Ano de doutorado dos que citam “O Segredo da Pirâmide”	293
Gráfico 5	Forma como “O Segredo da Pirâmide” é citado	298



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECOM	Associação Brasileira de Escolas de Comunicação
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALAIC	Associação Latino-Americana de Investigadores em Comunicação
ALN	Ação Nacional Libertadora
ANJ	Associação Nacional dos Jornais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BOCC	Biblioteca Online de Ciências da Comunicação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBN	Central Brasileira de Notícias
CC	Comitê Central
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDESC	Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura
CEFIP	Centro de Estudos de Filosofia e Política
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIESPAL	Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
CIMJ	Centro de Investigação Media e Jornalismo
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COMPÓS	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação
CONFIBERCOM	Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPC	Centro Popular de Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DACTEC	Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria
DADECA	Diretório Acadêmico de Direito, Economia, Comunicação e Administração da Universidade Federal de Santa Maria
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DI	Divisão de Infância
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DN/PT	Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
DPF	Departamento de Polícia Federal
ECA-USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ENECOM	Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação
ENECOS	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
EPCOM	Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação
ERECOM	Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação Social
FACOM	Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria
FELAFACS	Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNPJ	Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo
GT	Grupo de Trabalho
HU	Hospital Universitário
IEPE/UFRGS	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IEPES	Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
INEP/MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
JEC	Juventude Estudantil Católica
LUSOCOM	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
LSN	Lei de Segurança Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ORM-Polop	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PJs	Pessoas Jurídicas
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
SBPJOR	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SINDJORS	Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul
SOPCOM	Sociedade Portuguesa dos Investigadores da Comunicação
SOCICOM	Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação
STF	Superior Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCBC	União Cristã Brasileira de Comunicação Social
UDN	União Democrática Nacional
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNB	Universidade de Brasília



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNL	Universidade Nova de Lisboa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USE	União de Estudantes Secundaristas
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>35</b>
PARTE 1 - ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO NO BRASIL .....	51
<b>1 O JORNALISMO BRASILEIRO E AS MEDIAÇÕES DE UMA TEORIA .....</b>	<b>53</b>
<b>2 SINGULARIDADE DE UMA VIDA EM SUAS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS .....</b>	<b>123</b>
<b>3 OS CAMINHOS DA TEORIA EM SUAS CONEXÕES COM A PROFISSÃO, O ENSINO E A PESQUISA EM JORNALISMO .....</b>	<b>231</b>
PARTE 2 - UMA ANÁLISE CRÍTICA .....	307
<b>4 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DE UMA TEORIA DO JORNALISMO .....</b>	<b>309</b>
<b>5 O JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO. CONCLUSÕES .....</b>	<b>393</b> 459
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>465</b>
<b>APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO) .....</b>	<b>509</b>
<b>APÊNDICE B – LISTA DOS 411 TEXTOS ANALISADOS QUE CITAM “O SEGREDO DA PIRÂMIDE” .....</b>	<b>513</b>



## INTRODUÇÃO

Esta tese é sobre o jornalismo. Mais especificamente, sobre a teoria marxista do jornalismo proposta pelo jornalista e político gaúcho Adelmo Genro Filho no livro “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”. Investigamos as mediações da produção e da recepção dessa teoria para discutirmos suas proposições. Para levar adiante esses dois intentos, consideramos que a teoria do jornalismo de Genro Filho insere-se em um quadro de mediações que nos permite compreender o modo de organização do jornalismo brasileiro. Ao entendermos a singularidade do sujeito Adelmo Genro Filho e as respostas que sua teoria dava aos temas de sua época, apresentamos, por conseguinte, a conjuntura do jornalismo brasileiro, do ensino de jornalismo e das pesquisas sobre jornalismo realizadas até os anos 1980, o que ajuda a compreendermos muitos aspectos do modo de organização dessa atividade no Brasil até os dias de hoje. Ao evidenciarmos alguns detalhes dessa complexidade, apresentamos questões sobre os usos de determinados conceitos por Genro Filho, da escolha de autores e teorias para os debates que travava e de algumas de suas propostas para o jornalismo.

A identificação dessas condições de produção da teoria nos permite qualificar os conceitos e demonstrar a necessidade de discussão deles para a compreensão do jornalismo contemporâneo. Escolhemos um aspecto dessa teoria para nosso estudo, o que consideramos a contribuição nodal do livro, a definição do jornalismo “como forma social de conhecimento cristalizado no singular”. O entendimento dessa definição depende do retorno à gênese dessa concepção na fundamentação filosófica sustentada pelo autor, mais especificamente na compreensão de Lukács (1966a; 1966b; 1967a; 1970; 1978; 2012; 2013) sobre as formas de conhecimento (arte e ciência) e de sua ontologia frente às “determinações de reflexão” universalidade, particularidade e singularidade. Quando necessário, retornamos à obra de Marx e à de Hegel para qualificar o debate.

Para emprendermos a análise, partimos de uma concepção materialista da história e da realidade. Essa premissa permite indicarmos a cultura e o jornalismo dentro do escopo de que os homens e as mulheres produzem suas condições de vida e são transformados pelo produto de seu trabalho socialmente acumulado e manifesto (LUKÁCS, 2012, p. 286). “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse desenvolvimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p. 255). Como explica Raymond

Willians (1969), tais características constituem a cultura, chave para compreendermos a especificidade do jornalismo, pois as condições de trabalho de homens e mulheres reconfiguram os modos de relações do ser social e dele com o ser orgânico e inorgânico, constituindo no âmbito produtivo (e não apenas no superestrutural) as relações culturais.

Sustenta-nos uma visão de mundo que integraliza o ser como condição ontológica de existência da atividade humana (LUKÁCS, 2012; 2013). Posição ontológica que pressupõe a existência do mundo material como *a priori* e que problematiza as relações do ser social a partir de suas vinculações e especificidades frente ao ser inorgânico e orgânico (LUKÁCS, 2012, p. 265). Consideramos que toda e qualquer atividade humana possui como diferença fundamental o trabalho, a capacidade de pôr teleológico de qualquer empreendimento humano sobre um dado objeto, com a utilização dos meios para atingir o objetivo ideado (MARX, 2013, p. 256). Como descreve Lukács (2013, p. 51), o pôr teleológico do trabalho já fora referido por Aristóteles (Metafísica) e por Hegel (Fenomenologia do Espírito e Lógica), mas para esses autores a teleologia estende-se em um finalismo da natureza (para Aristóteles) e numa escatologia do mundo espiritual (para Hegel). O que, por conseguinte, torna metafísica a entrada da ideia no mundo da materialidade, pressupondo, inclusive uma anterioridade à ideia, à teleologia. Hegel, como expõe Lukács (2013, p. 54), já dissera que a natureza detinha uma finalidade cega e que caberia à “astúcia da razão” o controle das forças da natureza para as finalidades humanas. Porém é com Marx que essa constatação aparece livre de qualquer excesso à materialidade do pôr teleológico. “[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material” (LUKÁCS, 2013, p. 51). Marx (2013, p. 255-256) caracteriza a essência do trabalho:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma

alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem que subordinar sua vontade.

A condição primária do ser social acontece na conexão entre o pôr teleológico (livre dos embaraços metafísicos e idealistas) e causalidade (sem as concepções mecânicas do positivismo ou deterministas advindas de certas interpretações equivocadas das concepções de Marx), uma vez que estão conjuntamente no trabalho. Lukács (2013), com base em Nicolai Hartmann, subdivide o pôr teleológico em pôr final (o objetivo ideado com a ação) e os meios utilizados para atingir essa finalidade. Somente desejar que algo aconteça sem o reconhecimento claro das relações causais que condicionam a ação faz com que haja uma incompletude no objetivo proposto. Se não há o conhecimento das condições materiais dispostas, o pôr teleológico é frustrado ou permanece uma quimera. É nesse ponto que conhecimento causal e pôr teleológico se fundem cotidianamente em cada prática humana. Conforme os sujeitos avançam no conhecimento dos meios para ação, podem complexificar cada vez mais os “pores teleológicos”. Ao complexificar o pôr teleológico, torna necessário o aumento do conhecimento das condições causais<sup>1</sup>. A esse movimento, Marx caracteriza o avanço da barreira natural<sup>2</sup> e, conseqüentemente, a autoprodução humana dos meios para sua existência. O nexa entre pôr teleológico e causalidade caracteriza, portanto, a práxis humana genérica de conhecimento.

---

<sup>1</sup> Como complementa Lukács, a complexificação do conhecimento aumenta a quantidade e a qualidade das situações casuais. Para melhor compreensão do conceito de acaso e de sua relação com a complexificação da vida social, ver Lukács (2012, p. 360-362).

<sup>2</sup> Importante evidenciar que o avanço da barreira natural não significa, em hipótese alguma, o fim das relações do social com o orgânico e o inorgânico (LUKÁCS, 2012, p. 286-287). As situações humanas mais orgânicas, como comer, morar e vestir, permanecem imponderáveis para o ser social. Para estabelecer a relação entre o ser orgânico e o ser social na produção da casualidade (acaso), Lukács utiliza o exemplo da interferência que a morte de Lênin (situação normal da ordem do ser orgânico) causa na recém-formada URSS (um acaso que altera a dinâmica do ser social). Essa relação entre casualidade e necessidade é chave para compreensão dos conceitos de universalidade e história em Lukács. Fortes (2011, p. 55-80) desenvolve a relação entre acaso e conhecimento de forma bastante clara, o que nos ajudou a compreender as proposições de Lukács.

Do trabalho humano origina-se, concomitantemente, a capacidade de linguagem e sistematização de trabalho. É necessária uma ação humana, uma materialização da ideia objetivamente para que a linguagem, a representação, apareça materialmente. Isso não significa uma sucessão temporal da linguagem frente ao trabalho, mas que, abstratamente, a linguagem é compreendida como consequência da ação e manifesta a partir dela (LUKÁCS, 2013, p. 44-45). Linguagem que reflete o mundo real e ao mesmo tempo o refrata conforme as limitações orgânicas e sociais do entendimento, resultado de um modo de reflexão não-mecânico<sup>3</sup> (LUKÁCS, 2012). Esse processo de reflexão e refração próprio do entendimento (BAKTHIN, 1995) cria as condições de narratividade que organiza os avanços nas relações de trabalho e sociabilidade e, ao mesmo tempo, cria uma situação de acúmulo de experiências que constitui uma historicidade e uma determinada visão de mundo que localiza os sujeitos e a natureza em um complexo organizador escatológico e/ ou ontológico. Essas condições ou visões de mundo, não obstante muitas vezes falsas, quando confrontadas com algumas das bases científicas e filosóficas de nosso tempo (notar a escatologia mitológica, por exemplo), criam relações sociais concretas, como já demonstrara Marx em sua tese de doutoramento (LUKÁCS, 2012, p. 283).

Dentre os sistemas simbólicos de configuração das atividades humanas, o conhecimento sistematizado, por intermédio dos conceitos e da observação empírica, é uma das formas que permite o reconhecimento, por parte do sujeito, das condições do ser inorgânico, orgânico e social, bem como de suas próprias condições como sujeito. O conhecimento é resultado do trabalho como condição primordial, mas o integra quase em simultâneo, pois ao trabalharem os homens e mulheres reconhecem os meios e as finalidades a que se dispõem, estabelecendo o nexos entre necessidade e causalidade, nexos que é o próprio conhecer. A capacidade de entendimento humana permite a sistematização dos registros em formas de conhecer reais e ontológicas, apesar de muitas vezes inscritas em sistemas escatológicos inventivos.

---

<sup>3</sup> Utilizamos essa concepção preliminar de linguagem ciente das críticas que o próprio Genro Filho devota ao conceito de reflexão e, principalmente, mediante as considerações sobre a linguagem proporcionadas pela chamada “virada linguística”, pela semiótica, pela semiologia e pelo estruturalismo. Desenvolveremos essa discussão na parte 2, na qual complexificaremos a consideração de “reflexo não-mecânico” em Lukács em comparação com as críticas de Genro Filho e de outros autores pertinentes.

O próprio avanço e complexificação (com seus vários retornos, acidentes e descontinuidades) dos processos de conhecimento permite a sistematização cada vez maior das formas de conhecimento. A humanização crescente da natureza sustenta-se nos processos de reconhecimento dos nexos entre necessidade e causalidade, complexificando as necessidades, as causalidades, as casualidades e possibilidades a ponto da ocorrência de uma alienação necessária dos dispositivos que resultaram das relações de trabalho primárias. Essa alienação acontece, por exemplo, nas relações cotidianas, em que o senso prático nos faz acessar o conhecimento acumulado e materializado a partir do trabalho para desempenhar até mesmo as atividades mais mezinhas. Sem, no entanto, o conhecimento das condições de produção dessas práticas e desse conhecimento acessado.

Por outro lado, a universalização do trabalho humano, com conhecimento agregado e acumulado, configura uma totalidade, resultado de várias totalidades parciais, cada qual com sua história, suas teorias, seus conceitos e atividades fundantes. A totalidade é resultado de totalidades parciais, como explica Lukács (2012, p. 305-307), e cada uma dessas totalidades exige o conhecimento de seus processos, o que permite o reconhecimento de uma totalidade parcial como totalidade. Cada totalidade mantém relações com outras totalidades, mas apresenta processos que demandam o reconhecimento de suas especificidades, sendo o conhecimento sistematizado (conceitualmente e historicamente) um dos elementos fundamentais que permite esse reconhecimento. O conhecimento compartilhado por um grupo de sujeitos sobre determinada totalidade parcial (e por isso uma particularidade) dota esse grupo dos códigos esotéricos que sustentam a autonomia relativa dessa totalidade. Esse conhecimento ao mesmo tempo em que reconhece, organiza. Em simultâneo, revela a totalidade e a valoriza.

Todos os sujeitos precisam ter acesso aos produtos desse conhecimento para, em suas trajetórias singulares, conviverem no ser social, ou seja, cada totalidade possui uma linguagem exotérica, que conecta cada especificidade com o gênero. Normalmente, o contato com uma totalidade por parte dos sujeitos acontece mediante o fenomênico, sem o entendimento da essência. Apenas alguns sujeitos se especializam no conhecimento de alguns dos nexos de causalidade e necessidade de determinada totalidade. São aqueles que compreendem na prática e nos conceitos a operatividade dessa particularidade e se coloca a pensar sobre ela, estabelecendo novos conceitos, teorias para interpretar e explicar mudanças paradigmáticas. Papel dos especialistas que não gera realidade espontaneamente, mas que articula conhecimento disposto

com as transformações advindas da realidade material. Realidade material que não significa apenas objetividade, mas também a própria atividade do ser social, de trabalho, de junção de diferentes subjetividades. Portanto, as mudanças não partem exclusivamente dos teóricos, mas, inclusive podem surgir do contato fenomênico, da transformação de outros complexos que reconfiguram o complexo em tela e também do acaso.

Se o trabalho não pode ser cindido mecanicamente de sua relação com a totalidade, também não pressupõe o fim das especialidades (como o próprio avanço das relações de trabalho nos últimos séculos vem ratificar). Importante ponderar, porém, que esse processo é dinâmico e a transformação da linguagem esotérica em exotérica é não somente constante como própria do ser social, resultado, dentre outros, de processos industriais, educacionais e também comunicacionais (dentre estes, para o nosso interesse, o jornalístico). O inverso também permanece, não apenas abstratamente, uma vez que há uma dinâmica constante dos diferentes complexos da vida humana que os fazem ascender à categoria de complexidade, exigindo conhecimentos sobre um particular e, assim, sobre uma totalidade particular (por exemplo, a medicina era atividade popular que, a partir do século XVIII, passa a organizar-se como linguagem esotérica e prática especializada).

Observamos, no entanto, que o exercício da teoria, próprio do processo gnosiológico deve ser articulado ao modo ontológico de conhecimento. A diferença, para Lukács (2013), está que o método exclusivamente gnosiológico propõe um pôr teleológico que, necessariamente pode não corresponder às condições materiais existentes ou às causalidades evidentes. Em essência, cabe como tarefa da teoria em seu sentido gnosiológico, um caráter de pressuposição. Diferente do conhecimento em sentido ontológico que, *pós festum*, testemunha a articulação de relações causais evidenciadas pela própria teoria com vistas a superar o entendimento exclusivamente ideológico e, muitas vezes, desconectado da realidade de muitas teorias dispostas na atualidade. O método dialético pressupõe um mútuo apoio de ambos, pois compreendemos ser necessária a teoria em seu poder de pôr teleológico inventivo e de reconexão a fim de vislumbrar avanços e soluções para impasses que permanecem na realidade concreta. Por conseguinte, a atividade teórica alicerçada sob a base ontológica não somente testa constantemente essa teoria como a válida, prevalecendo o caráter provisório do conhecimento frente às transformações constantes do ser social.

Entendemos, assim, que as teorias desempenham uma espécie de funcionalidade que organiza os sujeitos que compõem a totalidade a ser estudada. Além de explicar o que é, a teoria diz também como deve ser, sobre a base de indicar as conexões materiais do objeto que pretende explicar. De maneira mais evidente do que as teorias que explicam a natureza, as que explicam ações e produtos humanos interferem no produto que visam explicar. Ao expressar a essência de fenômenos sociais, a teoria altera a dinâmica fenomênica do próprio ente analisado e suas diferentes representações. Quando a teoria torna-se objeto de análise, ela não deve ser vista apenas na capacidade de explicar os fenômenos, como, também, faz-se necessário entender em que quadro de referências, em que contexto histórico esta teoria passa a fazer sentido e desvendar tanto fenômeno quanto essência, tanto o que possui maior permeabilidade como o transitório, a totalidade e o imediato. Assim, tendo em constante referência a *intentio recta* de explicação da realidade, temos por objetivo estudar a *intentio obliqua* de uma teoria (LUKÁCS, 2012, p. 134-136).

A *intentio recta* pode ser considerada como a capacidade de compreender a realidade como se apresenta, com as conexões e nexos que lhes são próprias. Por isso, Hartmann parte da compreensão do cotidiano, situação em que todos agem sob a interferência direta da e com a realidade e dela sofremos influência. Por sua vez, a *intentio obliqua* é oposta a isso, uma vez que a teoria do conhecimento e a psicologia têm por tarefa indagar em que consiste o ato de conhecer e quais são suas condições. Assim, a *intentio obliqua* inverte o rumo natural do conhecimento para fazer do conhecimento seu ponto de partida (LUKÁCS, 2012, p. 134). Como analisamos uma teoria, é imponderável refletir sobre as condições desse conhecer e no que consiste esse conhecer. Do mesmo modo, podemos indicar o produto jornalístico, as notícias, como uma modalidade de *intentio obliqua*. Ter a *intentio recta* e o conhecimento ontológico como pressuposto crítico nos mostra a necessidade da suspensão crítica constante, uma vez que a teoria homogeneiza uma realidade heterogênea. “Todavia, na mesma medida em que a realidade existente em si é necessariamente heterogênea, o pensamento necessariamente homogeneiza. Isso produz para a ontologia problemas metodológicos bastante importantes [...] Aqui podemos ressaltar somente que tal fato torna necessária uma ininterrupta autocorreção – ontológica – do pensamento homogeneizante” (LUKÁCS, 2012, p. 261). O que, como é evidente, não descarta a necessidade da teoria, ao contrário, a potencializa pelo próprio exercício dialético de homogeneização e de autocorreção.

O caráter de produção das teorias remete diretamente à institucionalização desse conhecimento. Se podemos retornar abstratamente à gênese do conceito de conhecimento como revelador do nexo basilar de teleologia e causalidade no exercício do trabalho, na complexidade que a totalidade do ser social adquire atualmente, esse conhecimento cristaliza-se na institucionalização. A institucionalização do conhecimento pressupõe o terreno propriamente acadêmico da produção de conhecimento, *status* que configura não somente a produção de conhecimento, mas, principalmente os sistemas de reprodução (BOURDIEU, 2012). Nas instâncias de reprodução do conhecimento, a valorização de sujeitos e de posições discursivas ganha sistematicidade na constituição da ideologia [no sentido do por Lukács (2013)] que sustenta determinada particularidade como particularidade. Situação que lança uma teoria no jogo de complexidade das relações que estabelece com outras teorias e com os sujeitos, uma vez que uma teoria não apenas reproduz o real, mas revela realidade. E ao revelar realidade interfere em todo ser social. Por conseguinte, derruba conceitos até então estabelecidos, altera o jogo do poder esotérico e reposiciona os especialistas.

O jornalismo é um dos produtos do trabalho humano. Como tal, uma dinâmica que pressupõe o atendimento a necessidades sociais localizadas na história, com instrumentos técnicos, científicos e cognitivos que permitem essa prática. Por isso, não podemos pensar a gênese da atividade jornalística e de seu produto mais característico, o jornal, sem a compreensão da materialidade que a integra e a torna possível. A capacidade humana de trabalho, de linguagem, de conhecimento, de produção de dispositivos tecnológicos para a reprodução, portabilidade e difusão são anteriores à atividade aqui em tela<sup>4</sup>. Ao se desenvolver como atividade, o jornalismo especializa, especifica e passa a demandar modos de difusão, de portabilidade (papel, ondas sonoras, ondas eletromagnéticas, sinal de internet), de reprodução (máquinas de imprimir, rotativas, gravadores), de produção (a indústria, propriamente), de conhecimento (e de circulação de produtos culturais), de linguagem e de trabalho. A atividade é criada e recria um conjunto de complexidades, gerando para si uma historicidade

---

<sup>4</sup> O jornalismo está inscrito entre aquelas atividades denominadas por Lukács de “pôr teleológico secundário”, ou seja, ações teleológicas direcionadas para influenciar a ação de outros indivíduos. Esse pôr teleológico secundário é indireto, pois não é o metabolismo direto de homens e mulheres com a natureza, mas dos sujeitos entre si.

e, por isso, um complexo específico. Como um em si, passa a ser para si. E quando se volta para sua própria história, produz memória, registros e explicações com objetivo de justificar essa atividade e lhe dar unidade. Como destaca Lukács (2012), essa transformação somente acontece quando uma totalidade parcial ganha complexidade suficiente para se constituir como tal e, para tanto, passa a possuir uma história de si.

A teoria não nasce antes que a materialidade já tenha percorrido parte de seu curso e a especificidade não tenha alterado as relações com a totalidade. A teoria advém em momento posterior, justamente com a tarefa de apresentar o movimento (ou parte dele) da atividade, agora objeto da teoria. Porém, não pode percorrer o mesmo caminho da totalidade, pois a totalidade é eterno movimento. A teoria revela apenas as partes mais significativas, algumas partes, certos pontos nevrálgicos que ajudam a vislumbrar a totalidade em análise, conferindo-lhe, por isso uma história e o caráter de totalidade (LUKÁCS, 2012, p. 305-306). A teoria, ao mesmo tempo em que apresenta seu objeto em essência e história, é histórica. E mesmo a teoria, como momento privilegiado de antecipação e projeção do movimento do objeto, está localizada espacialmente e temporalmente, respondendo a mediações próprias do contexto em que foi produzida. A teoria com pretensão à universalidade responde à singularidade de sua enunciação (e de quem a enuncia) e à particularidade das mediações com as quais dialoga.

O estudo de uma teoria, por isso, precisa reconhecer as circunstâncias de sua gênese, sem, no entanto, perder de vista o necessário debate de sua universalidade, sua pretensão de explicar seu objeto. Por isso, o objeto da teoria é nosso objeto, como também as condições de produção dessa teoria. Ao compreender tais condições, localizamos o grau de evolução do complexo em análise e o aporte dado por essa teoria a essa totalidade. Para, com isso, discutir a validade dessa teoria na conjuntura em que está inscrita e às mediações que pretendia responder. Permite ainda a análise dessa teoria para as condições do objeto hoje, avançando nas suas proposições. Sendo o jornalismo também histórico, a aparência transforma-se tanto quanto a essência. Esse é o exercício da teoria e também da história. No caso deste estudo, da teoria e da história do jornalismo.

A teoria que motiva essa pesquisa foi formulada pelo político e jornalista gaúcho Adelmo Genro Filho, apresentada sob a forma de dissertação para o programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1987, e publicada em livro nesse mesmo ano. Nesse livro, o autor defende o jornalismo como uma forma de conhecimento que se cristaliza na singularidade. Essa definição

fundamenta-se na concepção tríade lógica clássica da filosofia de “singularidade (ou unicidade), particularidade e universalidade”. Tomando por base o livro “Introdução a uma Estética Marxista”, de György Lukács, Genro Filho concebe o jornalismo como uma modalidade de conhecimento que difere qualitativamente e quantitativamente de outras formas de conhecimento, com mais evidência, da arte e da ciência. O jornalismo não seria uma deturpação do conhecimento nem um conhecimento menor. Mas um conhecimento diferente, próprio. O que permanece desconhecido ou inexplicado para os profissionais jornalistas justamente pela ausência de uma teoria que revele a essência dessa atividade. Tarefa de evidenciação da essência da atividade que Genro Filho se propõe a realizar.

A proposição marxista de Adelmo Genro Filho é diametralmente contrária às leituras sobre o jornalismo realizadas pelo marxismo até então, o que já gera questões importantes sobre a articulação gnosiológica (conceitual) e ontológica (de explicação das relações causais do jornalismo) empreendida por ele. Ele se coloca frente a um marxismo mais acadêmico, como o da Escola de Frankfurt (e sua compreensão de indústria cultural), o de Althusser (e o conceito de aparelho ideológico de estado) ou de abordagens que defendem exclusivamente o retorno a uma comunicação popular ou de jornalismo comunitário. Ademais, combate fortemente as compreensões sobre o jornalismo advindas do marxismo-leninismo que derivam da interpretação dada por Stalin e pela Terceira Internacional e suas consequências programáticas e conceituais.

O autor também rechaça as teorias mais pragmáticas do exercício da profissão, criticando o modo de constituição da história do jornalismo, as proposições genéricas e meramente empiristas dos manuais de redação e dedica considerações contrárias a elaborações teóricas decorrentes da teoria dos sistemas. Com mais detimento, Genro Filho critica o texto “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento” de Robert Ezra Park (2008), tomando desse texto, porém, algumas considerações que reforçam a defesa do jornalismo como forma de conhecimento.

Dentre as diferentes formas de manifestação do jornalismo, o autor indica o gênero notícia como a unidade básica do jornalismo, independente do formato de sua manifestação (jornalismo televisivo, impresso, radiofônico). Ele utiliza a estrutura do lead das notícias para demonstrar a sua teoria, “o segredo da pirâmide”. Normalmente, a estrutura de uma notícia ideal é dada pela fórmula da pirâmide invertida, na qual o mais importante e atual de determinado fenômeno abre o texto

(respondendo na maior parte dos casos às seis perguntas básicas do lead - o quê, quem, quando, onde, como e por que -), deixando para o final do texto as informações menos importantes e que podem ser descartadas. Para Genro Filho, uma compreensão teórica revolucionária do jornalismo não deveria figurar a notícia como uma pirâmide invertida, mas revertê-la, colocando-a de pé. O cume, topo da pirâmide e início do texto, traz as informações mais singulares, inserindo, no decorrer do texto, o fato relatado em contextos particulares. As relações universais estariam no horizonte da notícia, como forma de enquadramento e direcionamento do texto.

Adelmo Genro Filho publicou seu livro com 36 anos. Menos de nove meses depois, ele faleceu, repentinamente. A morte de Genro Filho interrompeu a carreira de filósofo e político que já questionava em seus últimos textos algumas das concepções de Marx e Engels. Ao mesmo tempo alijou o jornalismo de interpretações, correções e adaptações de “O Segredo da Pirâmide” frente às transformações dos últimos 25 anos. Permaneceram também dúvidas quanto à aplicação e significado de muitas das ideias contidas no livro.

O que se seguiu à morte do autor foi uma constante menção à importância do livro, seja pela presença de “O Segredo da Pirâmide” em muitas revisões teóricas e bibliográficas sobre o jornalismo, como a constante citação de seu livro para defender a especificidade do jornalismo como formação acadêmica e exercício profissional. Essa defesa da especificidade da formação em jornalismo acontece frente à organização dos cursos de graduação brasileiros que, a partir de 1969, passam a receber a denominação de Comunicação Social, sendo posteriormente denominados como Comunicação Social/ Habilitação em Jornalismo.

Paradoxalmente, não há uma análise específica e pormenorizada da contribuição de “O Segredo da Pirâmide” para o jornalismo. Em estudo de revisão bibliográfica notamos que algumas teses, dissertações e livros utilizam conceitos de Adelmo Genro Filho sem, no entanto, empreenderem esforços para interpretar e explicar o texto e lhe transcender os conceitos e sua proposta. Iniciativa mais próxima desse intento foi realizada por Elias Machado Gonçalves em sua dissertação de mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, “A Dialética do Discurso Jornalístico”, a qual dialoga com a abordagem de Genro Filho e a crítica para estudar a especificidade da linguagem jornalística. O único livro sobre Adelmo Genro Filho e o “Segredo da Pirâmide” foi lançado em 2007, com três artigos, resultado de um evento de comemoração dos 20 anos do livro (AMARAL, 2007).

Podemos citar alguns livros - que resultaram de dissertações e teses - que o utilizam como fundamentação teórica, caso de Eduardo Meditsch (1992), Sylvia Moretzsohn (2007), Roseméri Laurindo (2008) e Liriam Spohnholz (2009).

Essa tese tem por problema de pesquisa verificar quais as implicações, para a teoria e para a área acadêmica e profissional do jornalismo, da concepção de Genro Filho de que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular. A partir dessa questão, realizamos outras duas, necessárias para o entendimento da história dessa ideia. A assertiva responde a que contexto profissional e acadêmico do jornalismo brasileiro nos anos 1980? E quais foram as consequências dessa definição nas disputas no interior do jornalismo, especificamente na produção teórica e política de pesquisadores e professores de jornalismo?

Entendemos, como pressuposto de trabalho, que o jornalismo é uma forma de conhecimento específica que passa por profundas transformações. Essas profundas transformações, no nosso entendimento, não significam o fim do jornalismo. Mas devem ser pensadas como o próprio conceito de jornalismo em mutação, e por isso histórico. A singularidade específica a produção jornalística, conforme Genro Filho, mas não pode ser a única característica a ser analisada na teoria e na prática do jornalismo. Da mesma forma, pressupomos que a notícia está presente em todos os gêneros jornalísticos, sendo o gênero notícia a forma típica para explicar a especificidade do jornalismo, mas não o gênero “mais jornalístico” como defende Genro Filho.

Por outro lado, discordamos da assertiva de que “não existe jornalismo, mas vários jornalismo” (MICK, 2012; GARCIA, 2009), pois julgamos necessária a compreensão do conceito de jornalismo em seu caráter de totalidade, percebendo as diferenças como próprias do processo de implantação e desenvolvimento do jornalismo em cada localidade do mundo. O que, por sua vez, exige a compreensão do radical “jornalismo” em toda e qualquer manifestação dessa atividade humana. Há vários jornalismo, o que não significa que deixe de existir jornalismo em cada manifestação singular. Assim como não é possível dizer que várias modalidades de democracia deixem de ser democracia. O conhecimento de cada caso concreto não inibe a transmutação acrítica do conceito (pura e simplesmente) para cada uma e todas realidades concretas e diversas. Por seu turno, a afirmação cética quanto à possibilidade de a teoria constituir um conceito homogeneizador da diversidade de manifestações do fenômeno não evita o prejuízo de tal transmutação acrítica. As concepções de identidade e diferença em suas

relações dialéticas permanecem para o entendimento do papel de uma teoria como a que estudamos.

Entendemos que as teorias do jornalismo apoiam-se, simultaneamente, em dois movimentos que têm comutações, bem como estratégias exclusivas: o da formação e de determinação do que é a profissão de jornalismo e de quem é o profissional jornalista; e o movimento propiciado pela produção acadêmica, que traz disputas entre diferentes disciplinas, teorias e conceitos como mais legítimos para a proposição do conhecimento jornalístico. Os livros e manuais teóricos permitem localizar as teorias em seu potencial de fortalecimento de sujeitos que a enunciam, sejam seus(suas) autores(as), como seus(suas) defensores(as) e propagadores(as).

A teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho, como segundo pressuposto de trabalho, possibilita a leitura de tais aspectos, como uma síntese capaz de posicionar estratégias de seu autor, revelar enfrentamentos da particularidade em que se localiza e se tornar também fundamento para disputas que o autor não previra. Entendemos essa teoria como parte de um todo, como indicadora de pistas para compreendermos as lutas de segmentos importantes dos profissionais, professores e pesquisadores de jornalismo para a afirmação da especificidade do jornalismo como profissão, formação acadêmica e forma de conhecimento. A teoria constitui um quadro do jornalismo no período em que foi produzida, pois, no nosso entendimento visa explicar as contradições do jornalismo, os problemas nas interpretações sobre ele, e, ao fazê-lo, expõe um projeto para uma forma mais coerente de interpretá-lo.

O terceiro pressuposto é de que a forma como essa teoria foi apropriada pelos pesquisadores e professores de jornalismo, a profundidade teórica das revisões que a tomam como base, os poucos questionamentos da validade da proposta expressam um exercício mais político acadêmico do que necessariamente epistemológico. Da mesma forma, o estudo das apropriações dessa teoria identifica uma cartografia, o uso por determinados centros de conhecimento em detrimento de outros. Sugerimos que os sujeitos que defendem a teoria de Genro Filho e as instituições acadêmicas em que eles estão vinculados coincidem com os sujeitos e centros que defendem a especificidade do jornalismo como profissão e formação, em especial a vanguarda acadêmica do jornalismo na pós-graduação.

Para discutirmos esses pressupostos, dividimos a tese em duas partes. A primeira, composta de três capítulos, visa reconstituir algumas das mediações presentes no jornalismo brasileiro no momento em que o

livro foi escrito, como o livro se insere na vida de Adelmo Genro Filho e quais as principais formas como essa teoria foi apropriada. A segunda parte, composta de dois capítulos, discute a fundamentação filosófica do livro, suas bases ontológicas e epistemológicas.

O primeiro capítulo realiza uma revisão dos principais debates presentes na academia e na profissão de jornalista no Brasil, articulando alguns desses debates a temas trabalhados no “Segredo da Pirâmide”. Torna-se importante nesse capítulo o reconhecimento das posições no interior das redações, bem como das leituras sobre essas posições que disputavam espaços de legitimidade na academia e também junto aos profissionais. Nesse sentido, revisamos o contexto político e econômico do jornalismo em articulação à realidade brasileira dos anos 1980, entendendo esse momento como chave na definição de aspectos fulcrais para definição do *ethos* profissional do jornalista brasileiro. Da mesma forma, é pertinente relatar algumas características da formação universitária dos jornalistas e da contribuição dessa formação para o reforço dessa identidade. O intuito central do capítulo é perceber como, conscientemente ou não, Genro Filho insere sua teoria nessas questões da profissão naquele momento histórico.

O segundo capítulo centra esforços na análise da biografia do autor, em especial, na compreensão de como um político e revolucionário leninista de Santa Maria (RS) torna-se central para os debates acerca do jornalismo no Brasil. O estudo da trajetória do autor recebe contextualização dos movimentos políticos de esquerda do Rio Grande do Sul e do Brasil. Buscamos entender, principalmente, a trajetória intelectual do autor de “O Segredo”, em especial sua compreensão do marxismo (e as críticas que devotava a ele), o que, por conseguinte, está latente no livro. A entrada de Genro Filho como professor da UFSC e como aluno do mestrado em Ciências Sociais desta universidade também recebem algumas contextualizações, em especial quanto à forma de organização do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFSC e ao modo como a teoria de Genro Filho também respondia a demandas de professores e estudantes desse curso.

No terceiro capítulo, destacamos a produção acadêmica decorrente do texto de Genro Filho nos últimos 25 anos. Localizamos os autores que mais publicam sobre ou citando “O Segredo” estabelecendo vinculações institucionais e posições de destaque na academia. Serão discutidos os principais estudos sobre “O Segredo da Pirâmide”, em especial a articulação, muitas vezes problemática, do referencial marxista da teoria a aportes conceituais que não levam em consideração a especificidade metodológica e ontológica da proposta. Destacamos o

modo como a teoria é utilizada por pesquisadores e instituições para reforçar posicionamentos político-acadêmicos, principalmente no curso de Jornalismo da UFSC

O quarto capítulo responde às concepções ontológicas de Genro Filho e que se vinculam ao jornalismo. Nesse capítulo exploramos as concepções do autor de realidade, centrando a análise nos conceitos de necessidade social da notícia, objetividade/ subjetividade, critérios de noticiabilidade e a relação jornalismo/ ideologia . A análise de cada aspecto é confrontado com a história da profissão que se consubstancia a partir dessas definições, bem como às posições teóricas decorrentes de tais opções. A leitura é crítica, sendo cotejada com definições de Lukács e Marx.

No quinto capítulo, discutimos a definição de Genro Filho de que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular. Para isso, realizamos uma revisão conceitual das categorias de singularidade, particularidade e universalidade presentes em Aristóteles, Hegel e principalmente Lukács. Realizamos também uma revisão do que é conhecimento. Nesse momento, analisamos e problematizamos o conceito de singularidade como apresentado pelo autor e trabalhamos alguns aspectos da produção, circulação e consumo de informações jornalísticas que precisam ser alinhavadas para a definição de jornalismo como conhecimento (ou não) da realidade. Esses dois capítulos formam a segunda parte da tese, que debate a proposição epistemológica do autor e suas vinculações ontológicas.

Essas e outras facetas da proposta ajudam a questionar sobre o modo como essa teoria foi interpretada, quais aspectos conceituais foram evidenciados e outros silenciados, pertinentes aos contextos de ação estratégica dos jornalistas, nos cursos de Jornalismo (graduação e pós-graduação), nas associações e sindicatos. Avançando em algumas conclusões, analisamos o “O Segredo” e o modo como essa obra foi utilizada como parte de um todo, parte que nos oferece possibilidade de discorrer sobre a organização dos jornalistas brasileiros na busca por autonomia político-acadêmica, como profissão legitimada e como campo de conhecimento específico. Para isso, os intentos histórico e teórico se entrelaçam rumo a definições, esperamos, mais qualificadas sobre essa teoria marxista e sobre o jornalismo brasileiro.



PARTE 1  
ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO NO  
BRASIL



## 1 O JORNALISMO BRASILEIRO E AS MEDIAÇÕES DE UMA TEORIA

Na edição de 05 de agosto de 1984, o caderno “Folhetim” da *Folha de S. Paulo* apresentou quatro artigos sobre a relação entre academia e jornalismo. O primeiro texto é um manifesto político do diretor de redação da *Folha*, Otávio Frias Filho<sup>5</sup>, em defesa do *marketing* empreendido pela empresa, estabelecendo para isso uma concepção do jornalismo e da prática da notícia. Em seguida, Carlos Eduardo Lins da Silva, então recém-doutor em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP e recém-contratado da *Folha*, faz uma reflexão sobre a prática e a teoria do jornalismo. O terceiro artigo trata do ódio visceral que alimentava Karl Kraus pela imprensa e pelos jornalistas, texto escrito pelo jornalista da *Folha* Matinas Suzuki Jr. E, por fim, o então secretário de redação da *Folha*, Caio Túlio Costa, destaca o ódio inverso, dos jornalistas pelos intelectuais, dedicando pormenores do que considerava problemático na formação dos jornalistas.

Os títulos-chamada do caderno diferem dos títulos dos textos. A capa do “Folhetim” revela algumas posições dos agentes e da política editorial da empresa. “As várias faces do marketing”, por Otávio Frias Filho; “A teoria na prática é outra” de Carlos Eduardo Lins da Silva; “O intelectual contra o jornalismo”, de Matinas Suzuki Jr; “O intelectual contra o jornalista”, de Caio Túlio Costa. Os quatro textos revelam aspectos mais amplos dos debates políticos e intelectuais presentes no jornalismo do país dos anos 1980. Temas como o papel do jornalismo e dos jornalistas com o iminente fim da ditadura militar; a posição dos jornalistas de esquerda e frente à esquerda, mais especificamente ao socialismo e comunismo; o papel dos intelectuais no jornalismo; a situação dos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo na preparação de futuros jornalistas; a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo; a ação sindical e a organização dos trabalhadores/ jornalistas. Os quatro títulos-chamada da capa do caderno, todavia, oferecem um quadro que faz mais sentido editorialmente do que, necessariamente, ao que está escrito nos textos.

Com o título “Vampiros de Papel”, Frias Filho (1984, p. 3) defende que a proposta de um jornal está intimamente vinculada ao que ele define como “[...] estrutura ideológica da notícia (de qualquer notícia) e da solidariedade objetiva entre imprensa e público”. Essa

---

<sup>5</sup> Otávio Frias Filho tinha assumido a direção de redação em maio de 1984.

estrutura da notícia, na visão de Frias Filho, é embasada na relação de contrastes estabelecida pelos estereótipos. Para o diretor, a máxima “*the girl and the gun*” da prática do sensacionalismo embasa estruturalmente as contraposições de todo o jornalismo, atendendo em suma, àquilo que o(a) leitor(a) deseja.

Colocado em face do inédito, o jornalismo recorre à analogia para aprisioná-lo na ideia feita, para fixá-lo em clichês de linguagem que permitam seu rápido esgarçamento. Nada disso ocorre porque os jornais ou os jornalistas sejam assim, mas porque é assim a estrutura da notícia. Ainda que o jornalismo seja uma técnica ideológica, como toda técnica ele possui uma lógica interna que ultrapassa ideologias e se impõe a elas (FRIAS FILHO, 1984, p. 4).

A primeira definição importante no trecho é a identificação do conceito de notícia a uma ideia pronta, o enquadramento no estereótipo. Sem a mesma complexidade conceitual de Walter Lippmann (2008) na explicação da formação das “imagens em nossas cabeças”, Frias Filho evidencia características similares ao jornalista estadunidense, e muito difundidas neste país devido às práticas jornalísticas patrocinadas por grandes proprietários de jornais como Willian Randolph Hearst e Joseph Pulitzer (PARK, 2008b, p. 46-50). Frias Filho também define a notícia como uma técnica ideológica que, como técnica, possui uma lógica interna que ultrapassa as ideologias e se impõe a elas. O jornalismo, nessa concepção, não é somente ideologia, ele supera a ideologia em direção à técnica.

A constatação de Frias Filho também é similar (não obstante sua simplificação e seu posicionamento ideológico) às considerações críticas de Roland Barthes (2007) em “A Estrutura da Notícia” ou mesmo aos capítulos que Edgar Morin (1997) dedica ao descrever e criticar a cultura de massas. Textualmente, utiliza argumentos de Karl Kraus. Evidentemente, com os sinais trocados. Como expressa o texto de Matinas Suzuki Jr<sup>6</sup> (1984, p. 6) com as palavras de Walter Benjamin, Kraus localiza no jornalismo as características do alto capitalismo desenvolvido. O jornalismo e sua estrutura são resultados do aviltamento de qualquer possibilidade de esclarecimento. Situação que redundava na caracterização de Frias Filho do público imerso no

---

<sup>6</sup> No momento em que o texto foi publicado, Matinas Suzuki Júnior era diretor da sucursal do Rio de Janeiro da *Folha*.

sonambulismo proposto pelo jornalismo e jornalistas, estes, os “vampiros de papel”. “O vampiro: só ilude quem manifesta o desejo de ser iludido”. O diretor de redação afirma que não se trata de ideologia. Trata-se de marketing, da resposta ao desejo do público. “Encontre uma necessidade e atenda-a” (“*Find a need and fill it*”). Qualitativamente essa afirmativa ganha nova roupagem com a assertiva de Kraus: “A missão da imprensa é a de difundir o espírito e, ao mesmo tempo, de destruir toda capacidade de assimilação”. Essa perspectiva de Karl Kraus e o cinismo de Frias municiam explicações teóricas sobre o jornalismo, caso, principalmente, das propostas inspiradas nos teóricos da Escola de Frankfurt.

As acusações de que a *Folha* e a notícia são mercadorias e se reduzem à ideologia do capital são recorrentemente empreendidas por intelectuais brasileiros. Nas Ciências Sociais e nos cursos de Comunicação do país há críticas acentuadas sobre o papel exercido pelas empresas de comunicação para a estrutura política e econômica do Brasil, marcadas pelo autoritarismo e pela desigualdade. O desenvolvimento da indústria da comunicação do país se acelera na década de 1940 com o rádio, na década seguinte com a televisão e recebe o incremento com a política de telecomunicações patrocinada pelos proprietários dos *media*, regulamentada pela Lei 4.117/1962 e implementada por diferentes leis e decretos realizados pela ditadura civil-militar que governou o país de 1964 a 1984.

A *Folha de S. Paulo*, atualmente o jornal impresso comercial de maior circulação no Brasil, tem no período de transição do final da ditadura (especialmente o ano de 1984) até a primeira eleição direta para presidente da República (1989), o momento ímpar de sua história comercial e jornalística (de 1982 a 1989). O grupo de Frias – que compra o jornal em 1962 – não tinha uma posição ideológica muito clara. Marcondes Filho (2009, p. 258) explica que a *Folha*, como jornal lido pela classe média, oscilou entre posições de esquerda e direita. Apoiou o golpe juntamente com *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*. No período de censura, o jornal não fazia nada para protestar (diferente de seus concorrentes como *Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Veja*). Porém, com a abertura política, o jornal passou a contratar jornalistas advindos da imprensa alternativa e a dar expressão a uma classe média até então “asfiziada politicamente”. A ação decisiva foi a tomada de posição, cautelosa, mas constante, em defesa das “Diretas” (MARCONDES FILHO, 2009; DINES, 1986).

---

<sup>7</sup> Adágio comercial estadunidense expresso por Frias Filho.

Situação que na visão de Marcondes Filho significou muito mais uma estratégia de *marketing* do que necessariamente um posicionamento político de intervenção na mudança estrutural das forças políticas do país. A *Folha* amalgamava correntes liberais e de esquerda com a proposta editorial de defesa das Diretas. Mas o sucesso da *Folha* não se devia apenas a isso. O grupo iniciou, em 1984, o que é considerado um dos principais projetos de reformulação do jornalismo nacional, o “Projeto Folha”. A defesa veemente da objetividade, a profissionalização de sua redação, a implantação de rotinas produtivas centradas na notícia, o incremento de suas sucursais e redes de correspondentes e a uniformidade da produção enrijecida por seu “Manual Geral da Redação” transformaram o jornal em vanguarda na produção do país<sup>8</sup>. Para os críticos, tratou-se da exacerbação do modelo estadunidense de se fazer jornalismo, com a proletarianização do trabalho dos jornalistas, valorização das notícias-pílulas, redução do investimento em reportagens de fôlego e redução do espaço de criatividade via texto (por exemplo, MORETSZOHN, 2001; GENTILLI, 2003). Para os agentes privilegiados daquele modelo, entre eles Carlos Eduardo Lins da Silva e Caio Túlio Costa, era o modelo estadunidense naquilo que possuía de bom e de vício. Principalmente, a virtude política da busca contínua pela objetividade e imparcialidade por via de notícias que reproduzissem tecnicamente esse ensejo político-editorial. Trata-se de um projeto de sucesso comercial e que se consolidou editorialmente por via de seu “Manual”, com o rigor e a rigidez que normatizou, controlou e limitou a capacidade de texto de grande parte da redação, principalmente os jornalistas que estavam na base da hierarquia.

Esse quadro do jornal da família Frias aproxima a leitura das paradoxais posições de Frias Filho e de intelectuais partidários das teses de Karl Kraus (entre eles o próprio professor da USP, Ciro Marcondes Filho). A notícia é *marketing*, produto a venda, estereótipo empacotado para consumo e consumido por ávidos leitores. É o capital da notícia em seu cinismo. Marcondes Filho (1986) vê na própria conceituação de notícia uma técnica de *marketing*, nas manchetes, o amálgama da mercadoria. Na pretensa objetividade travestida de manchetes e sensacionalismo, o apelo para o consumo e a morte da política. Um jornal com a ideologia do mercado. Portanto, neutro para Frias, estúpido

---

<sup>8</sup> Para ilustrar as relações estabelecidas pela *Folha* entre sua postura política e as reformas que empreendeu, ver o texto “Precisamos atacar os problemas” (PRECISAMOS..., 1984).

para Kraus, irracional para Marcondes Filho. O dono do jornal e os intelectuais.

Voltemos ao “Folhetim” de 1984. Em “A Ingênua Disputa”, Caio Túlio Costa<sup>9</sup> identifica o aumento do ódio dos jornalistas aos intelectuais. A gênese disso, segundo ele, está na universidade e no que ele chama de “sindicalismo ingênuo”. E nesse momento aparecem outros agentes: os jornalistas, os professores de jornalismo e os sindicalistas/ jornalistas. Esse ódio, para Costa, acontece porque os intelectuais permanecem imersos nas universidades e não possuem a capacidade de sintetizar em um curto espaço e tempo suas ideias, relegando o jornalismo a um aviltamento do pensar. O problema dos jornalistas frente aos intelectuais esconde um problema “mais profundo” na visão do secretário da *Folha*: a restrição do trabalho do jornalista a formados em Comunicação Social. Para ele, é preciso questionar se a formação específica é de fato necessária e se esses cursos atingem o objetivo de formar jornalistas com qualidade. Para Costa, os sindicatos dos jornalistas estariam mais preocupados com a reserva de mercado do que com a qualidade do que era produzido nas redações e ensinado nos cursos. Conforme a Lei de Imprensa em vigor e defendida em muitos aspectos pela FENAJ<sup>10</sup>, os “*scholars*” podiam participar de um jornal apenas sob a mediação do texto jornalístico (reportagem, entrevista, etc.). “Quem não for formado em Medicina, argumenta-se, está proibido por lei à profissão de médico. [...] Mas é o jornalismo uma ciência ou uma técnica?”. Costa continua sua exposição, passando a oferecer um quadro acurado para sua crítica:

---

<sup>9</sup> Caio Tulio Costa tornou-se conhecido ainda nos anos 1980 por ser nomeado pela *Folha* como Ombudsman (defensor do leitor), primeira experiência do gênero na América Latina. Experiência que o autor relatou no livro “O Relógio de Pascal” (COSTA, 1991). Em alguns textos publicados na *Folha* de 1984 a 1987, o então secretário de redação realizou entrevistas e escreveu artigos para criticar a obrigatoriedade do diploma em jornalismo, o que considerava um alijamento à liberdade de imprensa e uma política de reserva de mercado empreendida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e sindicatos a ela vinculados.

<sup>10</sup> A FENAJ foi criada em 1946 e passou a ganhar mais força e representatividade a partir de meados de 1970, engajando-se em projetos pela democratização da comunicação, em defesa da profissionalização dos jornalistas (o que inclui a defesa da obrigatoriedade da formação em Jornalismo) e pela liberdade de expressão (SÁ, 1999).

Essa é a questão: a formação atual do jornalista é precária. Na faculdade, o aluno é introduzido em tudo: filosofia, sociologia, história, português, comunicação rural, semiótica, estatística... Nada é aprofundado. Depois vêm as disciplinas especializantes. Ano a ano as universidades despejam mais de três mil técnicos em generalidades. Oitenta por cento dos recém-formados sequer sabe escrever. Ai dos que não se cuidam. Na batalha diária com a notícia são surrados pelos fatos. Pouco podem meditar sobre o material produzido. Vem daí a conversa, comum entre acadêmicos, de que jornalistas só funcionam com a munheca para frente. Escreve rápido e é só. Não pensa (COSTA, 1984, p. 8).

O problema, para Costa, estaria na formação dos profissionais, sem qualquer menção dele às condições de trabalho proporcionadas pelas empresas. Ele fecha o texto defendendo que a melhora do jornalismo brasileiro passa pelo “[...] reexame da maneira como a universidade vê a formação do jornalista” e pela “[...] necessidade premente que a categoria tem de lutar por uma sólida formação”. É necessário contextualizar e dar prosseguimento ao papel de algumas das ideias presentes nesse texto na política editorial da *Folha*. Antes de 1984, Paulo Francis, em artigo publicado na *Ilustrada*<sup>11</sup> de 06 de Outubro de 1983, exaltava em sua coluna a posição de Frias Filho contrária à obrigatoriedade do diploma. No entanto, aproximadamente dois anos depois dessa matéria do “Folhetim”, o jornal iniciou uma campanha mais acentuada pelo fim do diploma. Em 12 de fevereiro de 1986, uma matéria de Márcio Chaer divulga posição de Mauro Santayanna - integrante da comissão para elaboração do anteprojeto constitucional (para a Constituição que foi promulgada em 1988) - de que a comissão discutia o fim da exigência de diplomas para o exercício de atividades intelectuais (o que incluía o jornalismo). No dia seguinte a este texto, a *Folha* publicou “Fim de Diploma Obrigatório é bem recebido”. Em 20 de fevereiro de 1986, Caio Tulio Costa realizou uma reportagem de uma página e com destaque na capa da edição, “Jornalistas revêem a lei do diploma”. Nesta reportagem, empresários e jornalistas manifestaram-se contrários à obrigatoriedade (entre estes: Fernando Mitre, Paulo Markum, Cláudio Abramo e Paulo Francis). Eram a favor da manutenção da obrigatoriedade do diploma Barbosa Lima Sobrinho, José Marques de Melo (naquele momento professor da

---

<sup>11</sup> Caderno cultural do jornal *Folha de S. Paulo*.

ECA-USP) e a FENAJ (o seu presidente, Audálio Dantas, foi mencionado na reportagem, mas não entrevistado). Costa inclusive destaca a posição ambígua dos diretores dos sindicatos dos jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro. Na mesma página dessa edição de 1986, Carlos Eduardo Lins da Silva assina um artigo breve em que defende mudanças na Lei, mas não diz literalmente ser contra (ou a favor) da obrigatoriedade do diploma. Ao texto de Costa sucederam vários outros ao longo do ano de 1986, todos com ênfase à necessidade de queda da obrigatoriedade do diploma.

Outro fato merece destaque antes de prosseguirmos a análise do referido “Folhetim” de 1984. Em 1979, os jornalistas paulistas pararam por seis dias, em uma greve histórica do jornalismo. Como indicam a pesquisa de Roxo da Silva (2004; 2007) e as avaliações de jornalistas como Cláudio Abramo (1997) e Alberto Dines (2003), a greve trouxe muitas consequências negativas para os jornalistas. Declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e sem acordo com os patrões, os jornalistas grevistas foram sumariamente demitidos dos principais jornais, estabelecendo-se várias demissões de jornalistas vinculados ao “novo sindicalismo”. Como explica Roxo, embebidos pelo novo sindicalismo que se desenvolvia no ABC paulista, muitos jornalistas buscaram inspiração na luta dos metalúrgicos para enfrentarem os patrões. Após a greve, os jornais paulistas, em especial a *Folha*, realizaram campanhas contra a obrigatoriedade do diploma, identificando nos jornalistas formados aqueles que tendiam para a “esquerda” nas redações (ROXO DA SILVA, 2007).

Além da campanha contra a obrigatoriedade do diploma, a *Folha*, e em especial Frias Filho, liderou o processo de “juvenilização” das redações. Como assevera Albuquerque (2010), a demissão de jornalistas de esquerda e militantes no interior dos jornais perpetrada no início da ditadura tem na juvenilização das redações e na reforma realizada pelos jornais do início dos anos 1980 seu prosseguimento e exacerbação. Jovens diretores como Frias Filho ganharam maior poder editorial e controle ideológico de redações mais jovens, com uma racionalidade mais técnica do que política no modo de encarar o jornalismo (RIBEIRO, 1994, p. 67). Os enfrentamentos no interior da *Folha de S. Paulo* para a aceitação por parte dos jornalistas das imposições do “Projeto Folha” e da direção de Frias Filho ocasionaram, entre maio de 1984 a fevereiro de 1987, a demissão de 474 jornalistas numa redação de 360 profissionais - em média uma demissão a cada 2,1 dias (LINS DA SILVA, 1988, p. 157; RIBEIRO, 1994, p. 65). A alegação da empresa foi que os jornalistas não se adequavam ao projeto proposto e

que era necessária a retirada de jornalistas de formação e postura mais política (principalmente os petistas ligados ao “novo sindicalismo”) (FRIAS FILHO, 2003).

Portanto, é no início do “Projeto Folha” que o “Folhetim” foi escrito. Retornando à análise do “Folhetim” de 1984, ainda falta um texto para completar a exposição. Editorialmente, o texto de Carlos Eduardo Lins da Silva não é o último. Está literalmente, como exposto no título, “No meio do caminho”, na página 5, depois do texto de Otavio Frias Filho e antes dos de Matinas Suzuki Jr e Caio Tulio Costa. No entanto, está aqui, por último, por amalgamar um conjunto de questões pertinentes para o nosso intento. A começar pela trajetória do próprio autor. Há diferenças substantivas de posicionamento político de Lins da Silva frente ao jornalismo em textos como “Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação” (organizado conjuntamente com José Marques de Melo e Anamaria Fadul em 1978), “Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores” (sua tese de doutoramento em 1983, publicada em livro em 1985), neste “Folhetim” de 1984, em sua tese de livre de docência pela ECA-USP também publicada em livro em 1988 “Mil dias: os bastidores de uma revolução de um grande jornal” e em “Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro” (de 1990). Situação que se explica também pelo deslocamento da carreira eminentemente acadêmica (doutorado na ECA-USP) para a carreira jornalística na *Folha de S. Paulo* (a partir de 1984). Carlos Eduardo Lins da Silva foi um dos responsáveis pelo “Projeto Folha”, que teve início em 1984, consolidando-se nos anos subsequentes. Quanto mais tempo dentro da empresa, mais Lins da Silva tendia para as posições políticas do grupo de Frias. No entanto, importante ressaltar que o autor não vai para a *Folha* para assumir *status* de intelectual como Tarso de Castro, Claudio Abramo ou Paulo Francis. Ao contrário, vai contribuir para implantar um dos sistemas mais rígidos e formais da produção industrial da notícia do país: limite de toques, lead clássico, busca constante pela objetividade, manual de redação. Um acadêmico para organizar o jornal e reposicionar os intelectuais – movimento já realizado em outros momentos históricos por Pompeu de Souza e Danton Jobim.

O texto “No Meio do Caminho” manifesta a posição singular que este sujeito ocupava naquelas mediações. Lins da Silva inicia o texto explicando que no dia 1º de março daquele ano defendeu sua tese. Duas semanas depois, era repórter da *Folha*. Menos de cinco meses depois, já escreveu esse texto. Sob essa nova condição, Lins da Silva diz ter a “[...] oportunidade de observar o velho dilema entre teoria e prática de uma

nova perspectiva”. A subida meteórica do recém-doutor nos cargos de confiança da *Folha* foi relatada pelo próprio Lins da Silva (2005) no prefácio da nova edição de “Mil dias”. Lins da Silva começou como repórter de geral das Agências Folha. Em quatro meses passou a ser editor de cidades e depois secretário de redação, juntamente com Caio Tulio Costa.

Após explicar o lugar que ocupa no discurso, Lins da Silva passa a descrever as escolas de jornalismo. Ele localiza nesse espaço duas categorias de professores: “os advogados da primazia da prática e os defensores da hegemonia da teoria”. Disse sempre estar entre os primeiros, que costumam chegar à docência após o exercício da profissão. Ele indica que há uma polaridade entre esses profissionais. Os “teoricistas” desprezam os “praticistas” por enxergarem nestes meros artesãos das palavras, para quem qualquer contribuição teórica atrapalharia o “costume da redação”. E é “[...] com ar de deboche que os profissionais do jornalismo referem-se a seus colegas de cátedra que nunca estiveram diante do drama do fechamento de uma edição”.

Ao instaurar esse problema, Lins da Silva volta a tratar de sua situação, indicando as dificuldades e vantagens de passar sete anos na academia e depois retornar para uma redação. “Mas, pelo menos, aprende-se uma lição importante: teoria e prática são diferentes, mas não são opostas. Só quando as relações entre as duas são fundadas em falsas premissas é que parece haver polarização entre elas” (LINS DA SILVA, 1984, p. 5).

Com base nessa afirmação, o jornalista expressa essas falsas premissas. “A prática esvaziada de componentes teóricos dá lugar a uma rede de preconceitos, verdades estereotipadas e superstições que fazem as vezes de teoria e impedem mudanças na própria prática”. Ele afirma que “jornalistas da velha guarda (não na idade, mas na postura profissional)” são conservadores por manterem essa “atitude anti-intelectual” (LINS DA SILVA, 1984, p. 5). Por sua vez, a teoria não dá contribuições ao jornalismo, argumenta Lins da Silva, pois se enclausura em seu discurso revolucionário e em “elucubrações idealistas”, mantendo as coisas como estão. “O que falta perceber é que a prática é o fundamento e a finalidade da teoria. No jornalismo ou em qualquer ramo da atividade humana. É ela quem determina o progresso do conhecimento, coloca exigências a serem superadas pelo desenvolvimento da teoria”.

A definição da prioridade da prática tem prosseguimento, explicando que o conhecimento científico somente avança em consequência da “[...] prática que os homens estabelecem com o mundo

e com suas criações”. Para o autor, não é por acaso que o conhecimento sobre o jornalismo e a exigência de atividade da academia somente tenham início após a complexificação das atividades econômicas de comunicação do país que decorrem do desenvolvimento da imprensa, do rádio e da TV.

Situação que não significa, na visão do jornalista, que a teoria esteja sempre “a reboque” da prática. Ela deve “[...] adiantar-se à prática e influir no seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que responde suas exigências. **A antecipação ideal do que queremos que exista só se efetiva através da teoria, exatamente porque não existe ainda.** A prática sem teoria, sem abstração, redundaria numa mera repetição de técnicas repassadas”. (LINS DA SILVA, 1984, p. 5 – grifo nosso). Sublinhamos o desafio lançado aos teóricos do jornalismo no texto, uma vez que o projeto da prática profissional, e por consequência, dos produtos de sua prática passam necessariamente pelo exercício da teoria.

Assim, os verdadeiros teóricos do jornalismo devem não só atender aos reclamos que a prática demanda. Devem não só procurar resolver os problemas que atravancam o processo real. Devem, também, formular modelos alternativos e novas técnicas e concepções que ainda não existem para aperfeiçoar o que está aí.

A prática sempre tem uma racionalidade própria. Mas ela não se revela por si própria. É preciso compreendê-la através de elementos teóricos para se poder desvendá-la. E, depois que essa racionalidade transparece, é possível imaginar as novidades que vão transformá-la e tentar concretizá-las. (LINS DA SILVA, 1984, p. 5)

É importante registrarmos muito bem essa concepção da tarefa dos teóricos e da teoria para o intento que move nosso trabalho. Lins da Silva continua seu texto descrevendo a necessidade de unidade entre teoria e prática no exercício da própria prática. Na sua visão, assim como os cientistas de ciências exatas precisam de laboratórios, as escolas de jornalismo também necessitam desses espaços. Sem a possibilidade de dispor desses espaços, as escolas continuam entregues às disputas das duas correntes de professores expostas no início do texto, que no final, brigam para “[...] obter o mesmo efeito: a imobilidade tanto da teoria quanto da prática do jornalismo”. Ele fecha o texto defendendo que o “divórcio de teoria e prática deixe de existir nas escolas. [...] Jornais-laboratórios realistas, diálogos constantes entre

empresas e universidades, troca de experiências entre profissionais e professores” (LINS DA SILVA, 1984, p. 5).

O texto de Carlos Eduardo Lins da Silva não simboliza apenas a idiosincrasia do acadêmico-jornalista. O artigo indica a divisão de forças no interior das escolas de jornalismo, os valores atribuídos pelos professores a seus colegas, aos jornalistas, aos produtos jornalísticos e ao próprio exercício do intelectual jornalista. Do mesmo modo, o texto lança o desafio aos teóricos do jornalismo para uma teoria por se fazer. Não bastaria criticar a prática, distanciar-se dela ou acusar o lado oposto de tecnicismo. Caberia à teoria uma atribuição complexa, que somente aqueles que estão realmente preocupados com o jornalismo podem compreender e investir-se da tarefa.

Os quatro textos são ilustrativos de inúmeras mediações que devem ser expostas. O dono de jornal, o intelectual, o jornalista, o sindicalista e o acadêmico-jornalista são personagens reais dessa trama. Como uma tela de pintura, o conteúdo expresso não serve apenas para representar o que está ali. Trazem no seu teor mediações mais complexas que dialogam e ressignificam enclaves políticos, econômicos, culturais e históricos que reposicionam o produto jornalístico no contexto do Brasil, e, particularmente, do jornalismo brasileiro.

\*\*\*

O prefácio do livro “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” (GENRO FILHO, 1987, p. 13-15) resulta de uma adaptação do resumo da dissertação (GENRO FILHO, 1987b). Os seis primeiros parágrafos do livro foram escritos exclusivamente para a publicação. Do sétimo parágrafo até o fim, o prefácio do livro é uma cópia do resumo da dissertação. Há uma pequena alteração na abertura do sétimo parágrafo do livro e do primeiro da dissertação<sup>12</sup>. Portanto, o livro traz um início diferente da dissertação, o que merece a atenção devido aos receptores de cada publicação: os cientistas sociais, da dissertação, e os jornalistas de modo geral, do livro.

---

<sup>12</sup> No sétimo parágrafo do livro, “Trata-se a rigor, de um ensaio que pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo [...]” (GENRO FILHO, 1987, p. 14); no resumo, “Este trabalho pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo [...]” (GENRO FILHO, 1987b, p. 9).

O livro começa indicando que “Existe uma grande defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações que se fazem em torno dela”. A primeira frase do texto adverte sobre o problema em que se insere o livro e o qual será objeto no decorrer do texto, ou seja, de que as teorizações sobre jornalismo não respondem ao desafio de transpor a distância que existe entre a teoria e a prática, entre o que se faz na academia e o que acontece na prática jornalística. Todo o trecho presente neste prefácio e ausente no resumo esmiúça essa constatação. “Esse distanciamento se dá em tal grau que, inclusive, tem gerado falsas e absurdas polêmicas opondo teóricos e práticos”. Aqui está outra dicotomia, que, de alguma forma dota de sujeito os conceitos de teoria (os teóricos) e da prática (os práticos) (GENRO FILHO, 1987, p. 13).

Na sequência, é enunciado o primeiro evento sobre o jornalismo que materializa a discussão: uma campanha movida contra a obrigatoriedade do diploma acadêmico para o exercício do jornalismo. A campanha movida contra o diploma está enquadrada pelo autor na concepção de “falsas e absurdas polêmicas”, denotando que essa posição é partilhada por “pragmáticos”, sendo possível notar “[...] até que ponto [...] chegam em seu desprezo pela teoria”. Os pragmáticos, na visão de Genro Filho, “[...] consideram que a simplicidade das técnicas jornalísticas dispensa uma abordagem teórica específica e uma formação especializada”. Pela construção do trecho, a posição de Genro Filho é diametralmente contrária à dos que ele chama de “pragmáticos”. Evidenciamos que a campanha mencionada por Genro Filho é a perpetrada pela imprensa brasileira (mais especificamente a paulista e com maior vigor pela *Folha de S. Paulo*) a partir dos anos de 1985-6, com debates na academia e nas páginas dos jornais sobre a desregulamentação das ocupações intelectuais. Ressalvamos que a defesa pela não obrigatoriedade da formação superior específica em Comunicação Social/ Jornalismo para o exercício do jornalismo também parte de muitos teóricos.

Outra peculiaridade a considerar, ele não define aqui textualmente a formação especializada “em Jornalismo”. No entanto, fica patente a defesa da formação especializada para jornalistas, o que na época significava o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. A campanha lançada pela não obrigatoriedade do diploma era contra o Decreto-Lei nº. 972/1969 que exigia, no Art. 4º, inciso V, a formação superior em Comunicação Social para o exercício da atividade (BRASIL, 1969). Mas, de fato, para Genro Filho, poderia significar que outro modo de formação especializada? A frase diz “[...] contra a obrigatoriedade do diploma acadêmico para o exercício do jornalismo”

(GENRO FILHO, 1987, p. 13). Ou seja, ainda que a defesa do autor pudesse não ser em Jornalismo (o que parece pouco provável) ou em Comunicação Social, precisava ser acadêmica, universitária. A formação especializada permanece sem qualquer denominação, mas, logo a seguir, a teoria específica recebe o nome de teoria do jornalismo. Em outro aspecto, a formação acadêmica está diretamente vinculada à atividade teórica, visto que, na oposição entre teóricos e pragmáticos, os segundos dispensam a formação acadêmica. Essa é uma questão que se conecta com muitos acontecimentos durante a produção da dissertação e, principalmente, depois dela, visto que em documentos da área, a teoria do jornalismo proposta por Genro Filho agrega-se à defesa de formação específica em Comunicação Social/ Jornalismo (por exemplo, FENAJ, 1997).

Depois de criticar os “pragmáticos”, Genro Filho (1987, p. 13) volta-se para os “teóricos”. Esses “[...] não têm feito muito no sentido de lançar uma ponte com mão dupla entre teoria e prática”. Da crítica aos teóricos, parte para as “teorizações acadêmicas” que oscilam entre “a obviedade dos manuais” (que “tratam apenas operativamente da técnica”) e “[...] as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de manipulação”. Portanto, há aqui outra dicotomia. Recapitulando: a dicotomia que opõe teoria e prática; associada a esta, uma segunda que opõe teóricos e práticos. Entre os teóricos, outra dicotomia, há aqueles que realizam teorizações sobre a operatividade da técnica e os que criticam o jornalismo como forma de manipulação. Portanto, é possível perceber três tipos de operadores no jornalismo listados por Genro Filho: a) os pragmáticos – que dispensam a teoria e a formação específica; b) os “teóricos da operatividade da técnica” – que podem até defender a teoria e a formação especializada, mas mantêm a explicação no nível da descrição do fazer jornalístico; c) “os teóricos críticos da ideologia” – os que podem até defender a teoria e a formação, mas caracterizam o jornalismo como uma ideologia e uma forma de manipulação<sup>13</sup>.

Genro Filho continua a exposição inserindo na discussão um tipo hipotético, um profissional em um impasse quando busca refletir sobre o significado político e social da sua prática. Esse impasse ocorre porque

---

<sup>13</sup> Essas atribuições são importantes para compararmos com o complexo quadro de relações e interesses no interior dos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo em relação à obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do jornalismo, conforme descrito por Roxo da Silva (2007, p. 163-177).

este profissional não encontra explicações em qualquer das teorizações disponíveis: ou estuda um tema que já domina (caso das teorizações de tipo “b”) ou tem contato com enfoques teóricos “[...] que desprezam as contradições e potencialidades críticas do jornalismo, com as quais ele se depara na prática” (caso das teorizações de tipo “c”).

A situação em que se depara o profissional, na construção ficcional pertinente à trama engendrada por Genro Filho, revela que a “[...] indevida polarização entre “teóricos” e “práticos” corresponde, no fundo, a uma incomunicabilidade real entre as teorizações existentes e a riqueza da prática”. Aqui há alguns movimentos de argumentação e teorização que devem ser ressaltados. A “polarização torna-se uma expressão” de outra coisa, de algo mais fundamental, da incapacidade da teoria de “expressar racionalmente” a prática. Nota-se que esta “prática” não é mais somente aquela “prática” da primeira dicotomia (de teoria e prática), mas a prática real, em seu potencial, em sua virtude. Nesse aspecto, há um qualitativo dessa “prática”, já que não se converte na prática dos pragmáticos, aquela fruto da visão que nega a teoria. A polaridade de “teoria” e “prática” (primeira dicotomia) torna-se a “expressão” de um “[...] diálogo, não de surdos, mas de mudos: um não consegue falar ao outro”. Torna-se relevante aqui, seguir a citação para definir a ação da prática real, do profissional que deseja compreender sua ação: “A prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente através da teoria” (GENRO FILHO, 1987, p. 13-14). Aqui Genro Filho expõe a limitação da prática, a necessidade de explicação que advém dela e, como consequência, rechaça a posição dos “pragmáticos”.

Torna-se relevante o uso da figuração em todo o trecho. Primeiramente, a imagem de que entre teoria e prática há um abismo. A transposição desse abismo não simboliza um saltar sobre este, mas um descer até o fundamento e do próprio reconhecimento desse abismo reconstituir o fundamento da relação entre teoria e prática do jornalismo. Trata-se, para o autor, da capacidade de “abismar-se como exercício teórico” (GENRO FILHO, 1987c). Essa figura é usada por Genro Filho (1980) em um artigo chamado “Introdução à Crítica ao Dogmatismo” e o movimento é justamente o de “refundar” teoria e prática na mobilização política. A primeira dicotomia é superficial, é expressão aparente, quando há a necessidade de aprofundar, de ir ao concreto, da aparência à essência – outro movimento metodológico caro ao marxismo. A segunda figura consiste em um trocadilho com a expressão popular “diálogo de surdos” – em que ninguém quer ouvir o que o outro

tem a dizer. O problema para ele é de um “diálogo de mudos”, pois se quer ouvir (o profissional ou a prática refundada), mas não há o que ouvir, pois a teoria não sabe responder.

Assim, com base nessa figuração, Adelmo Genro Filho afirma que a teoria tem maior responsabilidade, pois “[...] está muda em relação às evidências e contradições da prática”. Cabe à teoria “[...] elucidar e direcionar a prática em um sentido crítico e revolucionário”. Portanto, aqui está a tarefa de uma teoria e, por conseguinte, de uma teoria do jornalismo para Genro Filho. Essa frase, “elucidar” e “direcionar” a prática, remete a um duplo aspecto. O ato de refletir sobre essa prática, para com essa prática transformá-la e transformar.

Nessa preparação, nessa “encenação” de teoria e prática, baseada em situações reais (a luta de setores do jornalismo pelo fim da obrigatoriedade do diploma), da discussão clássica entre teoria e prática, da demarcação das deficiências das teorizações e da constituição de um tipo hipotético de profissional, ele oferece a sua teoria. Teoria que, depois de uma página de descaracterização de grande parte do que se produz analiticamente sobre o jornalismo até aquele momento (com base em seus argumentos), tem por princípio sanar essa incomunicabilidade. Para isso, oferece aos leitores o objetivo maior do livro.

O objetivo maior do presente trabalho é propor, certamente com limitações, um enfoque teórico capaz de apreender racionalmente tanto as misérias quanto a grandeza da prática que é seu objeto e critério. É a tentativa de iniciar um diálogo, tendo presente que a responsabilidade integral pela iniciativa e pela fecundidade ou não dos conceitos cabe à teoria (GENRO FILHO, 1987, p. 14).

Relevante tornar a repetir, esse trecho foi escrito exclusivamente para o livro, não passando pelo crivo da banca em Ciências Sociais. Ele é escrito para os colegas de academia e para os profissionais. Para além do reconhecimento ou não do autor – visto que ele não explicita em nenhum texto ou relato –, o livro circunscreve um conjunto de discursos e práticas materializadas em disputas pela formação da profissão, de quem é o jornalista e sobre o que deveria ser o jornalismo. Discute e reposiciona os sujeitos da academia e da profissão, ressignificando o papel da academia pela introdução da importância da teoria. Como é possível notar, dialoga com as principais demandas e considerações

presentes no texto de Carlos Lins da Silva. E, de modo direto, trata dos assuntos que atravessam a profissão e que estão cristalizados naquele “Folhetim” de 1984.

\*\*\*

O “Folhetim” de 1984, se é que foi lido por Genro Filho – nenhum documento comprova tal ato –, apresenta temas pertinentes que não se relacionam apenas ao prefácio do livro do autor gaúcho e então professor do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Outro pesquisador gaúcho e professor da UFSC, Eduardo Meditsch<sup>14</sup>, explicita diretamente o referido “Folhetim” em seu projeto de pesquisa de mestrado apresentado para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da USP. O projeto foi apresentado em 1985 e uma síntese dele publicado por Meditsch 27 anos depois (MEDITSCH, 2012, p. 25). O autor, em comentário de 2012 que antecede o texto, faz questão de indicá-lo como datado, justificando para o público da Comunicação o seu posicionamento marxista de 1985.

O texto é bastante datado, e reflete o clima da área acadêmica da Comunicação – e de certa maneira das Ciências Humanas em geral – no período final da ditadura militar no país. A exacerbação da “bolha ideológica” que, segundo Nilson Lage (2001), marcou o Século XX, coloca toda a área acadêmica a assumir uma retórica de esquerda como forma de marcar sua posição de resistência ao autoritarismo da direita. A hegemonia das teorias marxianas na Universidade brasileira naquele momento era avassaladora, levando a uma adaptação pragmática de muitos autores não marxistas, que passam a usar a linguagem da esquerda em busca de maior aceitação. Neste contexto, a falta de coerência entre teoria

---

<sup>14</sup> Eduardo Barreto Vianna Meditsch é professor do Departamento de Jornalismo e da Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo em 1979 na UFRGS, Mestre em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela USP, sob orientação de Wilson da Costa Bueno, e Doutor em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa em 1997, sob orientação de Nelson Traquina e Tito Cardoso e Cunha. Realizou pós-doutorado na *University of Texas at Austin* (2010/2011). Sócio-fundador da SBPJor, foi seu primeiro diretor científico. Entrevistei Eduardo Meditsch no dia 16 de julho de 2013, em frente ao lago do campus da UFSC.

e prática – com a crescente “positivação” do marxismo, apontada no texto – ficava bem mais evidente (MEDITSCH, 2012, p. 25).

A apresentação dessa licença já oferece pistas para percebermos com quem Meditsch dialoga, bem como as características do ambiente intelectual atual da área acadêmica do Jornalismo e da Comunicação no Brasil frente ao marxismo. Não é o momento para desenvolvermos a contextualização da publicação com as características atuais da academia. Estamos tratando de uma dimensão do contexto de produção do texto de Genro Filho, que se materializa na situação da academia frente à conjuntura política do país, do ensino de jornalismo e mais especificamente, na realidade do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC. Situação que coloca os projetos dos dois professores em contato.

A ditadura civil-militar no Brasil, que teve início em 1964 e findou em 1985 com uma transição sem grandes conflitos e sob o controle das elites, determinou em grande medida a conjuntura vivida pelas universidades brasileiras naquele período. Os Decretos-Leis nº. 228/1967 e 477/1969 controlavam a organização e manifestação política dos estudantes, docentes e funcionários. Havia dificuldades para o acesso a e a publicação de muitas bibliografias ao menos até 1976.

Parte significativa da oposição ao regime ditatorial buscava orientação teórica e estratégica no campo do marxismo e a partir dele se pensava a intervenção política e a sustentação teórica. Em grande parte dos casos, uma ação não estava separada de outra. O marxismo que vigorava na academia dos anos 1970 e 1980 vinculava-se à militância nos partidos políticos, com a literatura de Lênin, Trotsky, Stalin, Mao como referências importantes. Com influência crescente nesse período, o fim dos anos 1970 já oferecia outras bibliografias de autores marxistas, com versões traduzidas de Lukács, Gramsci e Kosik e estudos a eles relacionados.

Além dessa bibliografia, os movimentos sociais também floresceram no país a partir da chamada “abertura política” de 1976 e da anistia de 1979. Os movimentos operários, estudantis, feministas, sanitaristas e ambientais aumentaram suas atividades e manifestações, com ênfase para a mobilização operária empreendida no ABC paulista com apoio de políticos, intelectuais, setores da igreja católica e de entidades profissionais. Nesse contexto político de efervescência, uma parcela da esquerda brasileira concentrou esforços para a formação do

Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O jornalismo também passava por um processo de transformação. Os anos 1970 marcaram a censura à imprensa, e a militância de intelectuais, políticos e jornalistas na imprensa alternativa de combate ao regime civil-militar (KUCINSKI, 1991). O assassinato de Vladimir Herzog em 1975 nos porões do Doi-Codi tornou-se um símbolo para as lutas da esquerda e dos jornalistas pela liberdade de expressão. Além disso, a partir da paulatina abertura política, muitos jornalistas engajaram-se nos movimentos sociais e no que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, atuando na formação da CUT e do PT. Foi nessa conjuntura que os jornalistas paulistas empreenderam a greve de 1979, marcada pela tentativa de constituição de uma identidade de classe proletária à categoria (ROXO DA SILVA, 2007).

O período de abertura política e o retorno processual das liberdades no início dos anos 1980 levaram ao encerramento das principais experiências alternativas jornalísticas, acentuando o ingresso de militantes de esquerda nos jornais tradicionais, principalmente diante do retorno das liberdades de expressão que culminaram com a campanha pelas “Diretas” e o fim da ditadura (KUCINSKI, 1991). O setor jornalístico, de modo geral, passava por um rápido crescimento, desenvolvimento tecnológico e liberalização. Mesmo que a crise econômica do período afetasse os veículos, tornando-se motivo de pressão sobre os jornalistas, vítimas das constantes “reformas” que visavam otimizar custos e tempo para a redução de postos de trabalho. O final dos anos 1970 e os anos 1980 apresentaram um aumento do número de escolas de Comunicação Social do país, o que gerou a expansão de mão de obra disponível para as empresas jornalísticas. Em contrapartida, há o desenvolvimento crescente das assessorias de comunicação e imprensa, funções também assumidas pelos jornalistas.

Houve, ademais, um crescimento do jornalismo em outras capitais brasileiras, acompanhando o processo de urbanização das capitais regionais, característico dos anos 1970 e que se acelerou nos anos 1980 e 1990. Florianópolis é uma capital de desenvolvimento tardio, em que a população nos anos 1980 era de 188 mil habitantes chegando a 250 mil no censo da década. Em 1979, dois fatos marcaram o jornalismo local: o início das atividades do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e a primeira retransmissão da programação da TV Globo no estado, realizada pelo grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), com sede no Rio Grande do Sul. A entrada do grupo da RBS no estado dinamizou

o mercado, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, o empobreceu. Isso porque o grupo constituiu e ainda constitui um dos maiores oligopólios do país, acumulando mais de 80% dos jornais impressos vendidos em todo estado, com várias concessões de rádio (incluindo a CBN Santa Catarina) e se mantém como repetidora da Rede Globo, a de maior audiência. O que, conseqüentemente, faz da empresa o principal empregador de jornalistas no estado nos últimos 25 anos.

O curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC também recebeu forte influência de profissionais e professores do Rio Grande do Sul. O curso agregou professores gaúchos ou formados em universidades gaúchas já em seus primeiros quadros, sendo que muitos deles advinham dos movimentos de esquerda e de jornais alternativos. Entre esses professores estava Daniel Herz<sup>15</sup>, o segundo coordenador do curso e responsável pela guinada marxista que orientou a formação de estudantes de 1980 a 1984. O departamento organizou um conjunto de atividades no período que colocaram o jovem curso em evidência nacional, como o Encontro Nacional da ABEPEC (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação) e o Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação. Os estudantes e professores também burlaram a censura vigente no estado, com a transmissão do

---

<sup>15</sup> Daniel Koslowsky Herz, natural de Porto Alegre, foi graduado em Comunicação Social pela Unisinos, mestre em Comunicação pela UnB em 1983, sob a orientação de Murilo César Ramos. Ele exerceu o cargo de diretor do *Jornal Informação* e de chefe de redação de *O Movimento* em Porto Alegre. Herz foi representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Participou de diversas gestões da FENAJ e fundou Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação. Lecionou no Curso de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (de 1981 a 1984) e trabalhou como coordenador-geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre (1989/1990). Autor do livro “A História Secreta da Rede Globo” (Tchê, 1987) – com grande tiragem -, Daniel Herz dedicou a maior parte de sua vida à luta pela democratização da comunicação brasileira. Foi também um dos principais idealizadores da Lei da Cabodifusão (Lei n.º. 8.977 de 1995) desde sua fase de projeto em 1991 até sua promulgação em 1995. Nessa Lei, foi o responsável por inserir a obrigatoriedade da presença de emissoras públicas comunitárias e universitárias nos planos de TV por assinatura. Em 1974, segundo Murilo César Ramos (2006), em texto publicado no site do FNDC, lançou um dos três marcos das Políticas de Comunicação no Brasil, a Associação de Promoção da Cultura. Era primo de Adelmo Genro Filho e a ele foi dedicado o livro *O Segredo da Pirâmide*. Daniel Herz faleceu em 2006.

resultado da votação da emenda Dante de Oliveira<sup>16</sup> pela Câmara dos Deputados (em 1984). A transmissão ocorreu em um caminhão de som, em uma praça central da cidade e ao vivo (via telefone público). Porém, a característica mais marcante do período foi a instituição da cogestão paritária, em que estudantes tinham a possibilidade de decidir tudo o que acontecia no curso (MEDITSCH, 1990). Nesse período, ingressaram no quadro de docentes Eduardo Meditsch (1982) e o primo de Herz, Adelmo Genro Filho (1983). E como política do departamento, tão logo assumiram, eles foram estimulados a desenvolver pesquisa e a cursarem pós-graduação *stricto sensu*. Genro Filho (em 1984) e Meditsch (em 1985) seguiram essa diretriz.

Em seu projeto de mestrado, Meditsch (2012, p. 26-27) referencia três dos quatro artigos do “Folhetim” de 1984 para formular o problema de sua pesquisa que tematizou o ensino de jornalismo no Brasil a partir de um estudo de caso do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC. O texto de Meditsch não cita o artigo de Frias Filho, realizando uma dicotomia entre a posição de um intelectual (Karl Kraus) e a de um jornalista (Caio Túlio Costa). E, posteriormente, pondera com o comentário crítico de Carlos Eduardo Lins da Silva. Em sua abordagem, Meditsch (2012, p. 27) recupera o trecho do texto de Lins da Silva de que a prática não consegue se explicar por si mesma, carecendo da teoria. Para Meditsch, até então, Nilson Lage<sup>17</sup>, em “Ideologia e Técnica da Notícia”, fora o responsável pela “[...] única formulação teórica exaustiva realizada no Brasil com objetivo de desvendar a técnica jornalística [...]” (MEDITSCH, 2012, p. 28).

---

<sup>16</sup> A Emenda Dante de Oliveira (PEC nº. 5/1983) propunha a eleição direta para Presidente da República. A proposta foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984.

<sup>17</sup> Nilson Lage, então professor da Escola de Comunicação da UFRJ, foi jornalista e copidesque do *Diário Carioca*, trabalhou também na UFF, no *Jornal do Brasil* e no *O Globo*. Integrou algumas comissões para melhoria do ensino de Comunicação e de Jornalismo no país, entre elas a responsável pelos estudos para a elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social de 1985. Lage é formado em Letras/ Russo e doutor em Linguística pela UFRJ. Em 1992, ingressou como professor titular do Departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, após aposentadoria pela UFRJ. Trabalhou na UFSC até 2008. O livro “Ideologia e Técnica da Notícia”, publicado em 1979, foi reeditado em 2012 pela Insular, na coleção “Jornalismo a Rigor”, coordenada por Eduardo Meditsch. Lage quem prefacia o livro “Conhecimento no Jornalismo” (de 1992), síntese da dissertação de mestrado de Meditsch.

O projeto de Meditsch também concorreu a uma vaga do mestrado em Ciências Sociais da UFSC (programa em que “O Segredo da Pirâmide” foi apresentado), mas, por opção própria (alegando falta de espaço intelectual), o professor decidiu cursar o mestrado na Escola de Comunicação e Artes da USP. Em entrevista para nossa tese, o professor afirma que não houve, pelo que lembra, influência de Genro Filho sobre o seu projeto ou influência dele sobre o texto de Genro Filho. Meditsch disse que não era próximo o suficiente de Genro Filho para debater questões teóricas de fundo, o que não nos permite indicar, sequer precariamente, uma atuação deliberadamente combinada da dupla frente aos debates dos artigos do “Folhetim”. Porém, possibilita compreendermos o ambiente de discussão no qual os dois estão mergulhados como docentes. Para o nosso interesse, as mediações que condicionam e exigem respostas de uma teoria de e sobre o jornalismo.

A proposta de teoria e de ensino em resposta ao quadro das relações de jornalismo, cursos de Comunicação Social e empresas de jornalismo no Brasil, como amalgamado no referido “Folhetim” da *Folha*, é realizado por dois desconhecidos no quadro profissional e acadêmico daquele momento. Na periferia das relações culturais, políticas e jornalísticas brasileiras, Genro Filho lançou-se contra a produção do “centro” como um *outsider* - conceitos presentes, sob outro interesse temático, no livro de Pascale Casanova (2002). Consideramos, hipoteticamente, que Genro Filho defendeu algumas posições que configuraram *a posteriori* outro circuito de compreensão do que é o jornalismo e de organização acadêmica para esse segmento. A crítica foi dirigida principalmente ao que era produzido pelo centro editorial do país sobre jornalismo, São Paulo, em especial as teorias produzidas pela principal escola de Jornalismo do país, naquele momento o curso de Comunicação Social habilitação em Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA-USP). Notamos, por exemplo, que os textos de professores brasileiros criticados por Genro Filho em “O Segredo da Pirâmide” são predominantemente oriundos da ECA: de José Marques de Melo, Cremilda Medina e Ciro Marcondes Filho. O que já oferece indícios das referências acadêmicas nacionais que enquadraram o debate da teoria proposta<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup>No momento em que Genro Filho publicou “O Segredo”, havia cinco programas de pós-graduação no país, na USP, UFRJ, PUC-SP, UMESP e UnB, sendo que a USP detinha a maior produção de teses, dissertações e de livros sobre jornalismo (PONTES, 2009).

“O Segredo da Pirâmide” reúne um conjunto de problemas que permeia a atividade do jornalista, o ensino de jornalismo, a atuação sindical no jornalismo e as empresas jornalísticas. Trata-se de um contexto mais amplo, que inclui questões que tornam possível vislumbrar aspectos da formação da identidade dos profissionais e das características da profissão naquele contexto. Podemos destacar como principais temas daquele momento – e que atravessam o jornalismo e o ensino de jornalismo até hoje - a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão; o papel e as insuficiências das escolas de Comunicação para a formação de jornalistas; a falta de interlocução entre a crítica exercida na academia pelos intelectuais sobre o jornalismo e o que os jornalistas faziam na prática; e a divisão de valor e de poder no interior das redações entre os jornalistas. Outrossim, podemos estabelecer o posicionamento da periferia frente aos embates que aconteciam no centro de produção acadêmica e das empresas de jornalismo do Brasil – o eixo Rio-São Paulo. Esse capítulo tem a pretensão de traçar alguns aspectos que permeavam os debates sobre o jornalismo e que nos permitem realizar uma análise das mediações com os quais o “Segredo da Pirâmide” dialogava naqueles anos de 1980.

\*\*\*

Reconstituir o contexto de produção de um livro como “O Segredo da Pirâmide” exige alguns cuidados que pretendemos evidenciar. Ocorre com alguma recorrência na produção dos estudos em e sobre jornalismo análises de textos, documentos, livros, entrevistas que deslocam o sentido do texto. São leituras que transportam afirmações de autores de referência de um tempo para outro e de um espaço para outro sem o devido conhecimento das condições de produção e aplicação dos conceitos. Confundem, primeiramente, o que o autor expressa com aquilo que foi feito da obra pelos interlocutores. Costumam transladar afirmações realizadas em um contexto, com as consequências desse contexto, para outras realidades, outros contextos, dentro de outras chaves teóricas que descaracterizam o texto. Situação que demanda reconhecer quais os pores teleológicos do autor em certas afirmações. Por outro lado, qual a comunidade para quem ele falava, que efeitos ele esperava com o discurso e em que medida dialogava com o contexto linguístico, cultural, econômico e político de sua época.

Fazemos essa indicação, pois o risco que incorremos na análise que realizamos neste capítulo está justamente em tornar o livro maior do que seus objetivos. Nesse caso há duas considerações metodológicas. É

necessário rigor para verificar o que Genro Filho afirma em “O Segredo da Pirâmide” frente ao contexto de sua época e com as mediações que dispunha. E para expor as questões presentes no jornalismo naquele momento, não necessariamente expressas no livro e que inserem algumas de suas proposições nas mediações que compõem a particularidade em tela. Esse capítulo expõe esse complexo de mediações, percebendo chaves de leituras razoáveis para as proposições do livro e que nos ajudam a compreender parte do ambiente de sua produção, e, posteriormente, de sua recepção. Consideramos a ação do sujeito como resultado de um pôr teleológico consciente mediante as causalidades da totalidade, mas que não detém as consequências de suas proposições na teia de tais causalidades.

Mesmo com interesses e fundamentos divergentes dos nossos, Quentin Skinner (2002a) está correto ao afirmar que a intenção de um autor e o contexto no qual essa intenção é registrada são fundamentais para compreender a exata localização do discurso realizado. Porém, o conceito de intenção e de contexto parecem pouco ontológicos se não forem associados aos sujeitos em sua práxis. Nesse aspecto, consideramos o conceito de pôr teleológico como mais amplo e complexo do que o de intenção. A intenção também parece dispensar o conceito de causalidade, o que, por conseguinte, reduz em demasia a força de condições materiais na objetivação de cada pôr teleológico. É possível, por exemplo, que uma determinada ação intencionada não se materialize, permanecendo apenas como intenção. Portanto, não podemos dizer que não houve linguagem (visto a codificação e o pensamento de situações), mas não houve pôr teleológico, uma vez que a intenção não se materializou. E ao não se materializar, a intenção permanece inacessível para um método histórico, abrindo espaço em demasia para a imaginação. Situação que não significa a ausência da imagem da ação (ou da imaginação) no exercício de estudo do passado, pois ela é parte da trama narrativa que o pesquisador realiza para reconstituir o passado. Significa que reconstituir as intenções do autor passa a ser um terreno deveras movediço sem que essa intenção seja colocada, impressa em produtos do trabalho humano (com pôr teleológico em sua relação com as cadeias de causalidades). É com este material que Skinner trabalha, ainda que por vezes utilize conceitos, a nosso ver, excessivamente psicológicos ou linguísticos, o que limita o âmbito da análise.

Não vamos discutir aqui todas as nossas reservas ao método de Skinner, visto não ser pertinente. Observamos apenas que somos favoráveis à perenidade de algumas ideias (por exemplo, o conceito de

trabalho e de valor, que caracterizam o ser social – conforme Lukács, 2012) -, o que pressupõe uma concepção filosófica da constituição humana (universalidade) e não somente historiográfica (que reflete a singularidade de trajetórias e acontecimentos), o que difere da postura de Skinner. Posição que não deixa de aceitar a validade de suas críticas ao tratamento excessivamente filosófico e teleológico realizado por diferentes estudiosos a determinados textos e autores. Compreendemos que cada ação humana é histórica, por isso, realizada com base em um pôr teleológico específico, mediante causalidades igualmente vinculadas à conjuntura de cada ação. Porém, consideramos que muitas ações ocorrem sem qualquer intenção, mas estão estruturadas e são reproduzidas pelos sujeitos. Assim, a materialização de uma ação está vinculada às opções disponíveis para ele em cada situação, modelo que caracteriza a reprodução social. Há sujeitos (individuais, coletivos e genéricos) e circunstâncias que possibilitam a transformação das opções disponíveis, o que exige a ação criativa e de leitura histórica de seu tempo. Muitas vezes, é necessário avançar as condições materiais para que determinadas ideias retornem e ganhem validade<sup>19</sup>. Quando os sujeitos interferem no modo de leitura da história do gênero humano, e sistematizam as transformações que ocorreram em determinado período e espaço em opções disponíveis para ações, podemos dizer que são clássicos (LUKÁCS, 2012). Não significa deixar de entender e problematizar a “construção” teleológica de tais clássicos dentro de escopos metafísicos que desconsideram as idiossincrasias da vida do sujeito estudado e, principalmente, do contexto sociopolítico e cultural representado no livro produzido. Circunstâncias que ajudam a explicar quais as condições de produção de um determinado conceito que se universaliza, estendendo sua influência para compreensão de parte da natureza ou do ser social. Também não podemos desprezar o acaso na história, que leva os sujeitos a ações que somente entram na trama da causalidade em uma análise *post festum*, própria da história. Acidentes que podem vir a constituir transformações de ordem universal.

Desse modo, colocar um documento em relação com suas mediações (não apenas no sentido linguístico e narrativo do termo ‘contexto’, mas principalmente em seu sentido ontológico) passa a ser o desafio, pois depende da recuperação histórica e da crítica constante dos dados levantados, visando restituir a gênese de determinadas ideias, o uso feito pelo autor e para quem suas concepções estão dirigidas. Em

---

<sup>19</sup> Vem à mente o caso da teoria genética, proposta em linhas gerais por Mendel no século XIX, somente aceita no século XX.

suma, para quem Genro Filho escrevia, de que lugar da profissão ele partia, que problemas vislumbrava, em que realidade política ele pensava, qual o léxico do grupo com qual partilhava, qual a posição geográfica ocupava (centro ou periferia), como ele recebe e conquista legitimidade para dizer o que diz. É necessário conhecer a biografia de Genro Filho (DOSSE, 2009) na realidade cultural, econômica e política compartilhada pelo autor.

Antes de tratar da trajetória de Genro Filho, analisamos o campo de forças ao qual o discurso de “O Segredo da Pirâmide” encontrava-se alinhavado (BOURDIEU, 2009) – sob nosso interesse, a particularidade em que o produto intelectual dialoga com suas mediações. As ideias, em sua singularidade, respondem a pressões e demandas próprias da realidade, sem, no entanto, deixarem de ativar tais campos de forças de maneira voluntária ou involuntária. O indivíduo, destarte, é filho de seu tempo, ainda que possa ultrapassá-lo em sua capacidade de práxis e em suas idiossincrasias. Pormenores da vida de Genro Filho serão deixados para momento posterior de análise, para avaliarmos nesta etapa a complexidade das mediações com as quais o autor dialoga e muitas das quais visa superar. Torna-se necessário entender como as forças do período em que produziu uma obra permitem vislumbrar os efeitos e causas de determinadas ideias e ações. É como soltar uma partícula dentro de um campo de forças e perceber como a trajetória dessa partícula se comporta com as particularidades inerentes ao complexo que está inserida, sem deixar de considerar as próprias transformações do complexo dadas pela inserção dessa história singular. Principalmente, estudamos mediações do jornalismo brasileiro com as quais podemos pensar a inserção de proposições realizadas na teoria marxista do jornalismo de Genro Filho.

\*\*\*

As considerações sobre o que é o jornalismo, as relações de prestígio entre os jornalistas e sua legitimidade assentam-se sobre a afirmação desta ocupação ora no sentido de uma vocação, de um dom, de uma aptidão natural para a escrita e para a justiça social; ora como uma profissão em seu sentido forte, similarmente a uma profissão tipicamente liberal, aquela em que os indivíduos possuem autonomia de decisões e rendimentos frente ao Estado ou a um empregador, têm direito à associação profissional, controlam o acesso à atividade e regulam a formação necessária para seu exercício. As concepções de profissão e vocação não devem ser separadas, uma vez que a ideia de

profissão em seu sentido mais forte é justamente a existência de uma vocação, em que o trabalho não é executado por ganância ou pela sobrevivência, mas como uma atividade voltada para a coletividade, para o bem social, para o público. Trata-se de uma atividade que não estaria interessada no lucro e o resultado de trabalho não atenderia simplesmente a consumidores, mas estaria conjugada ao atendimento de necessidades sociais profundas, de cidadania em seu sentido mais idealizado.

O termo vocação tem sua origem na ideia de “chamamento”, originária da religião. Uma necessidade cosmológica que convoca os indivíduos para executarem na terra os planos divinos, respondendo tanto a necessidades deste mundo quanto a do outro, haja vista que o dom fora dado por Deus e exercê-lo significa atender a sua vontade e, ao mesmo tempo, testemunhar sua graça. Weber (2005; 2006) foi o primeiro a indicar que a secularização da vocação possui relação com o modo como os sujeitos passam a significar e desempenhar suas atividades, em específico, suas atribuições profissionais. Se a ideia de vocação perde parte de seu cariz cosmológico, sua definição permanece no âmbito de uma ontologia extraterrena, pois palavras como “dom”, “talento”, “chamado” permanecem dando um sentido ao termo “vocação”, porque visam exceder as relações propriamente econômicas e cotidianas dos indivíduos que “professam” um trabalho como professam a fé. Essa ontologia cosmológica permanece no jornalismo.

A profissão, por sua vez, tem tradicionalmente sua definição vinculada ao trabalho de Talcott Parsons (1939) e do chamado “paradigma funcionalista” (RODRIGUES, 2002). Esse modo de definir a profissão teve em Durkheim sua primazia. Durkheim (1999, p. V-XLI) credita às profissões um estatuto nas sociedades modernas, a de serem as mediadoras entre o Estado e os indivíduos. As profissões servem como forma de controle social do Estado, o que evitaria a excessiva burocratização e autonomização das relações de governo; e exerceria, em outro aspecto, o trabalho de atração dos indivíduos para a vida social, evitando a desintegração dos laços que formam o Estado, e tornando efetivas as ações deste junto àqueles. Esse processo de mediação das profissões concede-lhes a particularidade da ação política, mantidas suas características de ausência de interesses de governo e de interesses pessoais.

Parsons (1939, p. 457) credita às profissões uma importância central nas sociedades ocidentais modernas. As profissões detêm uma racionalidade técnica e científica, o que, na aplicação das práticas profissionais como Medicina, Direito, Ensino, vem associado à

autoridade, resultado da especificidade de função, competência técnica fundamentada em um corpo de conhecimentos e juridicamente reconhecida e do contrato que estabelece para com seus pacientes e clientes (PARSONS, 1939, p. 459-461). De acordo com Rodrigues (2002, p. 9-11), essas atribuições estão institucionalizadas na relação de confiança estabelecida entre o cliente e o profissional, visto que aquele vê neste uma “racionalidade científica”. Parsons detecta na relação ignorância/ conhecimento a origem da assimetria que permite a institucionalização. A consequência disso é uma definição que credita o controle da atividade, seu prestígio e sua remuneração como uma forma de a sociedade retribuir à melhor prestação de serviços de qualidade, responsabilidade e competência oferecidas por um grupo profissional. A profissão, para Parsons (1939), seria uma espécie de balança moral que sustenta, pelo altruísmo, as possibilidades mais desenvolvidas da forma de organização dos países ocidentais.

Está no cerne desse enquadramento a diferenciação que classifica uma profissão diante de uma ocupação. É o Estado que diferencia ocupações de profissões, sendo estas as que têm direito, por exemplo, de controlar o acesso à atividade, organizar a formação acadêmica e ter associações profissionais. As ocupações não teriam essas atribuições e esse reconhecimento, podendo constituir sindicatos que defendam seus interesses. Para se tornar uma profissão, em seu sentido mais forte (como é concebida principalmente nos EUA), é necessário preencher a requisitos que advêm da organização profissional dos médicos e advogados – as profissões liberais modelos. Na Europa, segundo Fidalgo (2008), essa diferenciação não é tão forte, permanecendo algumas dubiedades quanto às diferenças entre ocupação e profissão. No Brasil, o direito à associação profissional e demais atribuições de uma profissão depende de texto legal específico, definindo o estatuto da atividade.

Desse modo, a literatura especializada defende que a vocação mantém seus laços com a profissão, embora seja a definidora de seu estatuto. A vocação não diz respeito, por exemplo, ao fechamento do acesso à atividade por instituições sociais (associações profissionais) ou à necessidade de uma formação em ambiente acadêmico para o exercício da atividade. A vocação tem um caráter muito mais subjetivo, ainda que seja fruto de uma atribuição social e, conseqüentemente gere prestígio e poder. Trata-se de uma espécie de fetiche, em que o indivíduo considera o seu fazer diferenciado do fazer dos demais, porém somente consegue chegar a essa conclusão de fato com o

reconhecimento dos pares de sua capacidade ímpar em executar determinada atividade<sup>20</sup>.

Porém, é importante indicarmos que em alguns setores da arte, a vocação também precisou de um estatuto acadêmico, de um fechamento social para diferenciar seu saber de um saber-fazer da técnica. Os pintores, como explica Pevsner (2005), primeiramente encontraram na academia a forma de consolidar uma “profissionalização do dom” frente às corporações de ofício, vinculados ao artesanato. Essa situação aconteceu principalmente na Itália e na França e o modelo das academias como exigência para o estatuto de artista nos séculos XVI a meados do XIX espalhou-se por grande parte da Europa<sup>21</sup>. Pevsner afirma que antes do século XVI, o trabalho do artista estava atrelado ao do artesanato, em que a prestação de um serviço era realizada via encomenda e a formação acontecia dentro do próprio ateliê do artista. O trabalho do artista estava subsumido à encomenda realizada a ele. Era o cliente quem definia como o quadro deveria ser pintado e quais os materiais utilizados, relação mediada pelo preçário das técnicas empregadas e dos materiais utilizados definido pelo artista (BAXANDALL, 1991). O surgimento da perspectiva, a redação de uma teoria da arte por Leonardo da Vinci, a fama de Michelangelo, as possibilidades econômicas de Florença que favoreceram o mecenato desinteressado e a fundação da primeira academia são fatores que influenciaram os pintores a defenderem um estatuto próprio para seu trabalho (PEVSNER, 2005). O saber-fazer e o saber não estariam mais sob as rédeas daquele que encomendava, mas da vontade do gênio, do artista, que aumentava o preço de suas obras, por conseguinte aumentava o seu prestígio, o que paulatinamente tornou o espaço estético reservado a ele. Essas funções de garantia de autonomia e de gênio foram perdendo espaço mediante a transformação que se

---

<sup>20</sup> Quando esse reconhecimento não ocorre durante a vida do sujeito, as situações de desgraça destes indivíduos geram uma “história dos gênios”, em grande parte mitificada. Os casos de artistas, cientistas e profissionais que somente são reconhecidos após a morte abundam. Um estudo de caso muito válido dessa questão foi feito por Norbert Elias (1994), sobre a vida de Mozart.

<sup>21</sup> Ressalta-se, por exemplo, que na Holanda e na Inglaterra o processo foi diferente. Principalmente na Holanda, em que o comércio de obras de arte permanecia definindo as características estéticas, só que sob uma rápida mudança social e econômica devido às características burguesas, mercantilistas e de relativa liberdade religiosa deste Estado (PEVSNER, 2005).

processou nas sociedades modernas, com a contínua redução das corporações de ofício, a elevação do estatuto da arte e o controle dessa atividade pelo Estado por meio da abertura de academias vinculadas diretamente aos reis e governantes. A Academia de Belas Artes da França, por exemplo, passou a ser a única que possibilitava a um pintor francês receber o estatuto de artista e poder trabalhar. A situação somente se alterou no século XIX, quando, na França, os artistas passaram a declarar sua independência frente às formalidades estéticas implantadas pelas academias. A arte, a vocação, o gênio passaram a ser atrelados a um sentido livre das formalidades, ainda que a crítica permaneça vinculada à academia. Ou seja, mesmo que seja algo pessoal e intransferível em seu sentido vocacional, o dom artístico somente existe após o seu reconhecimento social, pelos pares.

A arte atinge um estatuto para além do domínio da técnica. Porém, e isso é importante destacar, por trás de grandes pintores, músicos, escritores, arquitetos, há um conjunto de ocupações (pintores, músicos e arquitetos) que exercem atividades no campo artístico sem o mesmo prestígio e sem o mesmo reconhecimento financeiro. Cabral e Borges (2010) e Borges e Delicado (2010) expõem que, mesmo a vocação sendo manifestada por um crescente número de indivíduos, o espaço social e econômico para o desenvolvimento das atividades artísticas é pequeno, remunera mal e costuma não gerar o prestígio almejado. A sobrevivência, em grande parte dos casos, passa a ser o imperativo em um setor que se define como exercício desinteressado por excelência.

Essas circunstâncias do campo da arte ajudam a entendermos questões presentes no jornalismo. O jornalismo está umbilicalmente enredado em algumas dicotomias que, embora o cerquem, dificilmente o definem e muito menos o caracterizam. Nascido como atividade da intelectualidade, classificado como uma profissão intelectual, o jornalismo costuma ser enquadrado como um tipo de manifestação artística, talento de alguns que têm a capacidade de investigar e escrever sobre a realidade social. Essa definição esteve por muito tempo vinculada à relação entre a atividade de escritor e a de redator de jornais, em que esta atividade era uma forma de acesso àquela<sup>22</sup>. Atualmente, o

---

<sup>22</sup> Esse foi, por exemplo, um dos principais argumentos utilizado por Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal, para justificar seu voto pela não obrigatoriedade do diploma específico para o exercício da profissão de jornalista no Brasil, em julgamento realizado em 17 de junho de 2009.

talento, o dom, a vocação estariam na capacidade de reportagem, de investigação, no estilo da escrita e na capacidade do jornalista em sintetizar as informações em um texto direto e objetivo. Essas definições da atividade e da capacidade do jornalista costumam trazer em seu bojo a argumentação da não necessidade de formação específica, da inexistência de teorias e de conhecimento formalizado que expliquem a atividade e da clausura que o controle profissional da atividade pode gerar para esses talentos. Sob outro ponto de vista, a atividade jornalística muitas vezes é definida como uma técnica, o que desobrigaria a necessidade de formação para além do aprendizado tácito, realizado nas redações junto aos profissionais e/ ou no desempenho das atividades. Nessa vertente, a qualidade do jornalista vai se burilando com a experiência, sendo as redações e as empresas os melhores locais para esse trabalho formativo.

Na contramão dessas definições, fortaleceu-se a corrente que defende o jornalismo como profissão, com um corpo de competências, técnicas e conhecimentos que oportunizam sua classificação como tal. O marco legal do reconhecimento do jornalismo como profissão no Brasil, realizado durante a ditadura civil-militar, bem como a exigência de formação universitária para o exercício da profissão fortaleceram essa abordagem que, entre outras bandeiras programáticas, defende a criação de um Conselho Federal dos Jornalistas, uma associação profissional de controle da categoria. Diferente de outros países (Portugal, por exemplo), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) encabeça a defesa pela criação do Conselho, bem como defende o retorno da obrigatoriedade da formação específica para a definição de quem pode ser jornalista. Dentro da defesa desse marco legal e dessa competência cognitiva, um segmento dos jornalistas brasileiros, com destaque para suas instituições sindicais e de ensino, defende o enquadramento da atividade como profissão (em seu sentido forte).

Essas disputas no interior do jornalismo e também com outros agrupamentos ocupacionais indicam que a relação de prestígio está matizada a depender dos interesses em debate. Para entendermos essa conjuntura, não basta transformarmos um modelo de profissão em uma teoria para verificarmos se o jornalismo é ou não uma profissão (como é feito nos modelos funcionalistas). Mais interessante é notarmos como estão inscritas as disputas de diferentes grupos para a profissionalização (ou não) da atividade. Nesse aspecto, podemos compreender como uma teoria é mobilizada nessas relações de conflito, percebendo as posições assumidas e, principalmente, como ela serve de apoio para ações de

alguns grupos no interior do campo, em especial para o nosso interesse, os acadêmicos.

Muitos estudiosos da sociologia da profissão divergem do paradigma funcionalista para o entendimento das profissões. Eles entendem que a instituição de um modelo-tipo exclui um conjunto de atividades do escopo de profissão em detrimento da escolha de duas (médicos e advogados). Em segundo lugar, não possibilita questionar o modo como se desenvolvem essas profissões, em suma como se forma a identidade dos indivíduos como profissionais, quais suas trajetórias, quais as disputas pelo processo de institucionalização e legitimidade dos grupos ocupacionais. Os estudos de Everett Hughes (1984) e do que ficou conhecido como “paradigma interacionista” rebaixam o estatuto da profissão (no sentido funcionalista) para tentar entender as circunstâncias que fazem com que os indivíduos tentem transformar suas ocupações em profissões. Uma das principais diferenças desse tipo de abordagem e a de um funcionalista, o trabalho resulta de interações sociais e não apenas do atendimento a uma necessidade social. Os grupos profissionais resultam de uma licença (fechamento da atividade a partir de uma autorização legal) e de um mandato (para a realização desinteressada de sua “missão” junto à sociedade). Mas, a definição de um mandato é resultado de um processo social e não de um “progresso da civilização” (FIDALGO, 2008, p. 25; RODRIGUES, 2002, p. 15). Nesse sentido, as profissões não são consideradas blocos homogêneos, mas constituídas por segmentos que interagem entre si, com conflitos e disputas nesse processo.

A esses dois paradigmas, podemos acrescentar um terceiro que complexifica as relações de formação de uma profissão, os chamados paradigmas do poder (RODRIGUES, 2002; FIDALGO, 2008). Autores como Eliot Friedson preocupam-se em estudar historicamente como um determinado grupo profissional adquire o poder de fechamento do mercado em determinado segmento laboral. Trata-se de mecanismos econômicos que visam garantir o exercício exclusivo de dada atividade a um determinado segmento de trabalhadores, o que lhe confere poder e prestígio nessa atividade. Friedson (1995) destaca que o controle das atividades pelos próprios trabalhadores (o que denomina profissionalismo) depende de um conjunto de conhecimentos especializados e reconhecidos socialmente; uma formação especializada controlada pela elite profissional; o fechamento do mercado de trabalho a esses profissionais; e o controle das divisões do trabalho.

A ênfase no conhecimento e na formação como modalidades de controle dos trabalhadores sobre sua atividade também está presente no

trabalho de Andrew Abbott (1988). Abbott investiga competência no exercício do trabalho e de como essa competência relaciona-se com o estatuto da profissão, com a forma como os profissionais se relacionam com o próprio trabalho, o que ele chama de “jurisdição”. Essas jurisdições estão em permanentes disputas por diferentes grupos ocupacionais, inserindo os profissionais nessa esfera mais ampla das ocupações. Dessa maneira, o principal recurso de disputa por uma determinada jurisdição é o conhecimento abstrato controlado por determinado grupo ocupacional, o que permite redefinir e dimensionar situações, problemas e tarefas. Para Abbott (1988, p. 40-59), são três operações que são mobilizadas por uma prática profissional: o diagnóstico (como classificar um problema), a inferência (como analisar e compreender o problema), e o tratamento (como atuar sobre o problema). A inferência recebe dele um papel muito relevante para entender as fragilidades de determinada ação profissional, uma vez que ela atua quando o diagnóstico e o tratamento são obscuros. Ela articula “[...] o saber formal e a eficácia prática, os conhecimentos abstractos e os procedimentos concretos, as classificações legítimas e os atos profissionais”. O excesso de inferência faz com que cada caso seja único, porém, seu inverso conduz “à simples rotinização das tarefas profissionais”, e ambas podem levar ao questionamento da jurisdição (FIDALGO, 2008, p. 39). O conhecimento desempenha, para Abbott (1988, p. 52), um papel central para o controle cognitivo da atividade, sendo o conhecimento acadêmico aquele que permite a aquisição, aprofundamento e certificação do conhecimento necessário para o exercício da profissão.

Quando confrontado com o paradigma funcionalista ou com outras visões que estabelecem protocolos para a definição do que é a profissão (casos de Friedson e de Abbott, por exemplo), o jornalismo costuma ser classificado uma semi-profissão ou mesmo, uma atividade não profissional. Todavia, como constata os trabalhos de Cornu (1999) e Fidalgo (2008), os jornalistas e suas instituições defendem há pelo menos um século a condição de profissão e trabalham para integrar esse seletorol de indivíduos que advogam colocar o bem público acima dos interesses pessoais e de Estado. Tais pressupostos deontológicos e éticos foram registrados em muitos documentos legais, de diferentes países, que visam demarcar o jornalismo perante a política, a literatura, a publicidade, o entretenimento e as relações públicas. O jornalismo para Ruellan (2006) é uma profissão maleável, adaptável a diferentes circunstâncias nacionais e locais, o que permitiu e permite aos jornalistas transformar suas atribuições e técnicas ao longo do tempo

sem, no entanto, perder algumas das referências que definem suas atividades nos últimos 80 anos. Ou seja, mesmo adaptável, o jornalismo guarda algumas referências que se propõem universais, conceituais.

Com base nessas considerações, percebemos como uma teoria do jornalismo posiciona-se perante um quadro de conflitos em uma dada ocupação. Ao posicionar-se, a teoria confere poder e prestígio a certos elementos em detrimento de outros. Mais do que notar uma intencionalidade em “O Segredo da Pirâmide” de Genro Filho, queremos perceber como o texto joga com a particularidade daquela circunstância histórica para, posteriormente, entendermos como essa teoria serviu de apoio para alguns grupos inscritos no jornalismo. Ao entendermos a dialética envolvida no ato de posicionamento da teoria, podemos empreender a análise de seu poder explicativo, tendo em vista as proposições que oferece para as inferências dos jornalistas no momento em que trabalham.

Para reconstituir um quadro mínimo de análise, optamos por escolher três eixos que atravessam a profissão nos anos 1980 e ajudam a constituir a identidade do jornalista. Trata-se de uma aproximação categorial, razoável, sem, no entanto, ser capaz de apanhar toda a complexidade daquele momento histórico na particularidade do complexo em tela. Dialogamos com o texto de Bergamo (2012), recuperando algumas nuances da profissão destacadas por ele, porém devidamente adaptadas ao nosso interesse: a introdução do ensino de jornalismo para a formação de jornalistas; as transformações do texto jornalístico a partir da introdução dos manuais de redação e do lead; e o modo de organização dos jornalistas, com ênfase na estrutura de hierarquia e prestígio presente na atividade. Atravessando a cada um desses eixos de análise, enfatizamos as interpretações das teorias, o reposicionamento e explicação que elas oferecem para o jornalista e para o jornalismo. Especificamente, pensar tais questões com algumas das propostas teóricas de Genro Filho.

\*\*\*

As demandas dos jornalistas brasileiros pela formação técnica e teórica datam do início do século XX. Alguns textos sobre o assunto (MARQUES DE MELO, 1974, 1979 e 2004; LOPES, 2011a; 2012) consideram o surgimento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1908, e o primeiro Congresso de Jornalistas em 1918 como os primeiros ensejos da categoria pela qualificação dos que atuavam nos jornais. Entre as principais reivindicações dos jornalistas em seu

primeiro Congresso estava o desenvolvimento de espaços pedagógicos vinculados à redação para a transmissão dos conhecimentos técnicos e abstratos da prática ministrados majoritariamente por jornalistas de prestígio. A chamada “Escola da ABI” não teria a estrutura de bacharelado, porém consistiria em um curso de três anos com disciplinas teóricas e um jornal para exercício prático. Esses três anos seriam precedidos de dois para a preparação dos estudantes para o vestibular de acesso à Escola (MARQUES DE MELO, 1974, p. 16). A formação iria ao encontro da elevação da qualidade técnica de muitos noticiaristas e principalmente repórteres que sequer tinham formação. Outra consequência da formação dos jornalistas relacionava-se à valorização de cada profissional e da profissão de modo geral, uma vez que as empresas do setor costumavam pagar ordenados extremamente baixos para a maioria dos trabalhadores. A escola da ABI, porém, nunca existiu.

As articulações da ABI no Brasil para qualificação dos jornalistas e reconhecimento da atividade encontravam correspondências com movimentos internacionais pela qualificação dos jornalistas. Os primeiros cursos de jornalismo tiveram início na Alemanha e França no final do século XIX e nos Estados Unidos a partir do século XX. São do início do século as iniciativas em países da Europa para o fortalecimento da atividade, com a definição de código de ética e regulação via legislação específica (CORNU, 1999; FIDALGO, 2008).

Marques de Melo (1974, p. 17) expõe que a primeira iniciativa para inclusão do jornalismo como formação universitária foi de Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal em 1935. Esse curso teve alguns objetivos mais amplos do que a formação técnica especializada para a atuação nos jornais, uma vez que propunha a reflexão sobre a produção de comunicações sobre a atualidade e sua intervenção na formação social. Esse curso de Jornalismo não teve prosseguimento e foi encerrado em 1939 devido ao fechamento da estrutura universitária criada por Teixeira pelo Estado Novo.

Por outro lado, Petrarca (2010) destaca a relação entre a consolidação da profissão de jornalista e o governo do Estado Novo. A proximidade ao governo Vargas de sindicatos da categoria (o do Rio de Janeiro fundado em 1935 e o de São Paulo em 1937) e da ABI oportunizou ao governo regulamentar a profissão, instituindo a obrigatoriedade do registro junto ao Ministério do Trabalho e a jornada de trabalho de 5 horas diárias. Na Lei, está incluída a instituição de cursos superiores em jornalismo e a necessidade de formação superior para o exercício da atividade (BRASIL, 1938), o que, segundo Roxo da

Silva (2007, p. 75) encontra resistência junto aos patrões. Em 1943, Vargas incluiu o jornalismo como curso superior nas universidades brasileiras e em 1944 estabeleceu um piso para os jornalistas. De acordo com Petrarca (2010), a regulamentação da profissão de jornalista está vinculada tanto ao projeto para organizar a profissão defendido pelos jornalistas como à proposta do governo para a organização de um conjunto de profissões.

Conforme o Decreto-Lei nº. 5.480 de 1943, em seu artigo 3º, o curso de Jornalismo seria “[...] ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas” (BRASIL, 1943). A decisão de Vargas e os primeiros cursos de Jornalismo, como assevera Marques de Melo (1978, p. 33), tiveram como aliados os redatores funcionários públicos federais que queriam elevar o seu *status* às demais carreiras no interior do serviço público. Incluímos os estudos de Petrarca (2010) e Roxo da Silva (2013) que atestam as vinculações da ABI, de sindicatos e de muitos jornalistas ao governo Vargas.

Porém, não houve de imediato a implantação do curso na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil como previa o texto do Decreto. A formação universitária teve início e continuidade a partir da iniciativa de Cásper Líbero, um empresário paulistano do setor. Marques de Melo (1978) evidencia que o interesse do empresário de São Paulo, proprietário de *A Gazeta*, destoava dos demais donos de jornais do país, pois a escola registrada em testamento por Líbero tinha por ensejo a constituição de um monumento pessoal. A vontade de Cásper Líbero começou a tomar forma a partir da aprovação por Getúlio Vargas do jornalismo como curso superior em 1943. Ainda que contasse com regulamentação do governo federal, o curso idealizado por Cásper Líbero (falecido em 1943) somente teve início em 1947, sob tutela da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (que anos mais tarde criou seu próprio curso). No ano seguinte, a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) finalmente instituiu o curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, com professores indicados pela ABI e por patrocínio da Souza Cruz, empresa de cigarros que tinha como advogado o então presidente da ABI, Herbert Moses. Dois anos depois, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

iniciou seu curso, tendo como diretor Carlos Lacerda<sup>23</sup> (RIBEIRO, 2000, p. 258; ROXO DA SILVA, 2007, p. 75).

Esses primeiros cursos tinham por grade curricular disciplinas eminentemente humanísticas e teóricas. Sem qualquer estrutura de laboratório e apoio das empresas jornalísticas, a formação seguia um caráter mais vinculado às belas artes e humanidades, com muitas cadeiras de história e literatura (mundial e do Brasil). Também era forte neste período a vinculação do exercício do jornalismo à atividade literária. Outro aspecto importante desse contexto, o curso da Universidade do Brasil, por exemplo, não dispunha de independência de departamento (vinculado ao de Filosofia), e os cursos, de modo geral, eram criados sem qualquer preocupação com laboratórios para o exercício prático (JOBIM, 2003; MARQUES DE MELO, 1974).

No entanto, podemos considerar como significativa a presença de jornalistas eminentes nestas graduações. Danton Jobim e Pompeu de Sousa são dois exemplos de jornalistas experientes, com cargos nas direções em alguns dos principais jornais e que estavam nas universidades. Esses jornalistas/ docentes denunciavam a estrutura de trabalho nos cursos e a deficiência da formação da prática jornalística oferecida aos estudantes. Sob outro olhar, apresentava-se já nessas primeiras experiências uma dicotomia, da relação entre teóricos e práticos, que persiste nas discussões sobre os currículos e a formação dos jornalistas, pois muitos dos professores não tinham qualquer experiência com o jornalismo, mas ensinavam jornalistas.

A reação aos cursos de Jornalismo pelos profissionais da tarimba (com experiência adquirida no próprio trabalho) e até pelos recém-graduados era negativa. A formação servia pouco para o exercício do jornalismo nesse primeiro momento. Em especial em circunstâncias em que o jornalismo passava por transformações de ordem tecnológica, financeira e técnica [GOLDENSTEIN (1987); DINES (1986); ABREU (1996); RIBEIRO (2000)] e a universidade não acompanhava. Ademais, os recém-formados integraram uma nova forma de fazer jornalismo, organicamente mais vinculado às notícias diárias estruturadas pela objetividade. Ou seja, os recém-formados, mesmo sem a formação adequada, responderam às características do que é chamado pelos historiadores de “modernização do jornalismo brasileiro”.

As transformações no jornalismo, acompanhadas da modernização da indústria nacional e dos centros urbanos criaram

---

<sup>23</sup> Carlos Lacerda era, nesse momento, deputado federal e diretor presidente da *Tribuna da Imprensa*.

fatores novos nos anos 1960. O empresariado passou a requisitar jornalistas formados, uma mão de obra relativamente barata, jovem e, sob a perspectiva da sociedade, “formada pela universidade”. Já os profissionais permaneceram reticentes quanto à formação, em específico devido à substituição de jornalistas experientes por jovens formados. No mesmo período, multiplicaram-se os cursos de Jornalismo em diferentes estados brasileiros. Em 1963, Pompeu de Sousa migrou para Brasília e na universidade recém-fundada e capitaneada por Darcy Ribeiro, o jornalista propôs a criação de uma Faculdade de Comunicação de Massa, que abrigaria os recém-criados cursos de Jornalismo e de Cinema.

A essa iniciativa de integração das profissões à área da Comunicação, devemos considerar as transformações dos currículos mínimos. Até 1965, o currículo mínimo para os cursos de Jornalismo era eminentemente teórico e vinculado às humanidades. Sob a influência do Ciespal<sup>24</sup> (*Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina*) e do então presidente da ABI, Celso Kelly, foi proposta a inserção de disciplinas que atendiam mais a uma formação “polivalente”, em que a atribuição profissional envolvia diferentes habilidades de comunicação que não somente a jornalística. O currículo de 1965 não insere essas diretrizes de maneira tão verticalizada, mantendo a estrutura mais ampla e aberta dos cursos de então e introduzindo a ideia do “jornalista polivalente” (KELLY, 1966, p. 75-76), mas não a de formação de um “comunicador polivalente”. Porém, em 1969, no rescaldo do AI-5, Celso Kelly propôs a reforma do currículo mínimo e das escolas de Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas e Cinema, que passaram a se chamar “Comunicação Social”. As diretrizes, porém, sofreram uma alteração, já que o projeto do “comunicador” não responderia, na visão de Marques de Melo (1974, p. 65), à especificidade das funções exigidas pelas empresas e pela sociedade de modo geral. Assim, a comissão que avaliou a proposta e a versão final da resolução manteve no currículo um tronco básico de disciplinas e introduziu duas possibilidades: a formação de

---

<sup>24</sup> O Ciespal foi criado em 1959 como órgão vinculado à UNESCO para os países da América Latina. Com sede em Quito (Equador), a entidade foi a responsável por formar docentes de toda a América do Sul e de orientar a abertura de cursos e centros de pesquisa em Comunicação Social e também pela substituição dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Cinema pelos de Comunicação Social. É uma referência da pesquisa na América Latina, editando periodicamente a revista acadêmica *Chasquí*.

comunicadores especializados (entre os quais o jornalista), e a formação de comunicadores polivalentes (para todas as especificidades). Estavam estruturadas as características dos cursos de Comunicação Social que vigoraram no Brasil até as diretrizes curriculares de 2013 e que contextualizam o período em que Genro Filho fez a graduação e foi docente nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo de Santa Maria e Florianópolis, respectivamente.

O curso de Comunicação Social da Escola de Comunicação e Artes (antes Escola de Comunicações Culturais) da USP, instituída em 1966, tornou-se o modelo das escolas de Comunicação Social do país<sup>25</sup>. As Diretrizes Curriculares de 1969 propõem a divisão do currículo em um ciclo básico com disciplinas humanísticas e comunicacionais nos primeiros dois anos e a formação profissional no bloco final (LIMA, 2013). Essa divisão concentrou professores advindos de cursos de Ciências Humanas em geral e sem experiência prática no jornalismo no módulo teórico, que enfatizava a formação geral em comunicação. E docentes oriundos da realidade profissional que assumiram as disciplinas práticas. Esse modelo, para muitos autores, instituiu a divisão curricular entre teoria e prática, entre teóricos da comunicação e práticos do jornalismo. E, segundo a literatura especializada, um desprezo mútuo, dos docentes jornalistas pelos teóricos e dos teóricos pelos profissionais, a dicotomia entre teoria e prática.

No mesmo ano, a junta militar estabeleceu o Decreto nº. 972 de 12 de outubro de 1969 que regulamentou a profissão de jornalista do país e instituiu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. O marco legal estabeleceu duas exceções: jornalistas que já atuavam na imprensa e aqueles que trabalhavam em lugares onde não havia profissionais ou faculdades de Comunicação Social/ Jornalismo. Todos os jornalistas deveriam solicitar registro no Ministério do Trabalho, sendo que os não formados receberiam um registro “provisionado”. A comissão responsável pelo estudo e implantação do Decreto contou com a participação da ABI, mas não da FENAJ (LIMA, 2013).

Devemos considerar que esse ato ocorreu em momento ímpar da história brasileira, em que o regime de exceção era o mais severo. Muitos dos jornalistas críticos ao regime tiveram que sair das grandes

---

<sup>25</sup> A influência da USP ganhou maior evidência com a criação do primeiro mestrado em Comunicação do Brasil, em 1972, passando a formar professores de todo o país e sendo, até hoje, a escola brasileira que mais tituló mestres e doutores nesta área.

empresas para continuar a fazer jornalismo. Em 1967, o governo da ditadura civil-militar de Castelo Branco já havia instituído a Lei de Imprensa (Lei 5.260/1967) (BRASIL, 1967b). Salientamos que, nesse mesmo período, o regime impôs uma legislação de restrição à atividade política e estudantil nas universidades (Decreto-Lei nº. 228/1967 e Decreto-Lei nº. 477/1969). O que, por consequência, gerava um duplo controle por parte do governo: sobre os estudantes de jornalismo e sobre os jornalistas (muitos deles de esquerda).

O contexto de intervenção do Estado na formação da profissão (primeiramente com Getúlio Vargas e depois com o governo militar) exemplifica as características destacadas por Rodrigues (2012, p. 18) de que, mesmo os sujeitos lutando por processos de organizações de uma categoria visando uma profissionalização, a institucionalização passa, em larga medida, por ações do Estado. O Estado institui a profissão, a formação, regulamenta quem pode e quem não pode atuar. Historicamente no Brasil, a relação do Estado para a institucionalização da profissão de jornalista ocorre em fases autoritárias, o que conduz Albuquerque (2010) a creditar o processo de profissionalização do jornalismo no país como voltado contra a própria categoria, que, porém, em muitos de seus grupos assume posições condizentes com as do governo. Esse caráter de institucionalização deve ser ressaltado, uma vez que a organização da profissionalização do jornalista ocorre junto da alteração dos cursos de Jornalismo para os de Comunicação, o que na visão de Meditsch (1992), por exemplo, também atende a uma organização mais governamental e menos da categoria<sup>26</sup>.

Estão evidenciadas algumas posições nas quais o Estado desempenha fator preponderante e que desenham muitas das características de lutas das instituições de ensino e da profissão dos jornalistas do Brasil. É necessária formação específica para o exercício do jornalismo? Se sim, temos um atributo da classificação dos jornalistas como profissão, o que responde a interesses históricos dos sindicatos e dos docentes. Porém, que tipo de formação deve ser ofertada a esse jornalista? Avançamos, então, para um segundo problema, haja vista que a formação em Comunicação atendia a um conjunto de professores e da realidade profissional, enquanto a formação

---

<sup>26</sup> Não é nossa tarefa nesse texto discutir profundamente as relações entre jornalismo e comunicação e o Estado brasileiro e seus diferentes governos. Inserimos a discussão por compreendermos sua importância para a comunidade acadêmica e profissional, o que nos permite entender melhor as mediações que se relacionam com “O Segredo da Pirâmide”.

específica em Jornalismo, outro grupo. E dessa dicotomia entre Comunicação e Jornalismo (que está na raiz da função de comunicador polivalente), podemos inserir a questão de organização abstrata do conhecimento acerca da atividade. Inserimos o jornalismo como problemática das Teorias da Comunicação, disciplina que sustenta os cursos da área correspondente? Ou partiríamos para o desenvolvimento das Teorias do Jornalismo, mais atreladas à atividade profissional? Outro problema que surge no próprio processo de desenvolvimento dos cursos de Comunicação está justamente na tarefa da universidade de formação para os interesses profissionais, o que coloca a questão em um tema mais amplo da Sociologia da Educação, da Ciência e da Profissão.

A alteração da legislação e o novo currículo demarcaram o avanço das escolas de Comunicação no país, que em 1968 eram 20, em 1972 já eram 46 e em 1977, 56 (ABEPEC, 1977). Esse avanço sistemático do número de escolas pelo Brasil passou gradativamente a alterar a dinâmica da profissão, trazendo para seu interior as características de formação advinda das escolas (em suas qualidades e vícios). Em simultâneo lançou à condição de integrante do campo de mediações jornalísticas o papel do professor de Comunicação. O avanço no número de graduações e surgimento de pós-graduações (USP, UFRJ, PUC-SP e UnB) nos anos 1970, teve início com o surgimento e fortalecimento da ABEPEC (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação) e culminou, em 1978, com a criação da Intercom (Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Comunicação).

Em 1978, foi aprovado um novo currículo mínimo para os cursos de Comunicação, que manteve a estrutura do de 1969 e recebeu um conjunto de críticas dos docentes vinculados à Intercom e à USP. Essas críticas estão documentadas no livro “Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação”, organizado por José Marques de Melo, Anamaria Fadul e Carlos Eduardo Lins da Silva. Lins da Silva figura nesse momento como acadêmico, crítico da organização da universidade, da formação dos jornalistas e das empresas de comunicação. Em 1984, com o fim da ditadura militar, um novo currículo mínimo foi estabelecido, tendo como relatores José Salomão Amorim e Nilson Lage. Novamente, as alterações foram tímidas. De acordo com Lage, em prefácio ao livro de Eduardo Meditsch (1992, p. 16), a manutenção da estrutura do currículo dividida em ciclo básico e ciclo específico ocorreu numa conjuntura em

que havia uma campanha muito forte contra os cursos de Comunicação e a formação para os jornalistas<sup>27</sup>.

Tínhamos, então, uma conjuntura delicada: a Associação Nacional dos Jornais pedia, por ofício, ao Conselho Federal de Educação, que extinguisse os cursos, e a formação superior dos jornalistas, alegando que as escolas atuavam contra “a economia de mercado e, portanto, a liberdade”. Minha primeira preocupação, como representante da Federação Nacional dos Jornalistas, foi desqualificar esse argumento como ideológico: proposição falsa sobre falso objeto.

Robson Dias (2013) avalia que uma década de obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão alterou não somente a academia, mas também as posições do sindicato dos jornalistas e dos patrões. A criação da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) em 1979 e a oposição aos sindicatos (em especial à FENAJ) ajuda-nos a trazer elementos para complexificar uma relação que aparece dicotomizada na questão do diploma. Se inicialmente os patrões foram favoráveis à obrigatoriedade do diploma para modernização dos veículos, qualificação da mão de obra e retirada de jornalistas indesejáveis, no final dos anos 1970, em especial devido à greve dos jornalistas paulistas de 1979, essa posição mudou, principalmente em São Paulo. Capiteada pela *Folha de S. Paulo* e por seu diretor, iniciou-se uma campanha contra a obrigatoriedade do diploma, que teve seus contornos refletidos no “Folhetim” de 1984 e culminou com a campanha pela exclusão da obrigatoriedade na Constituição de 1988. Se os demais jornais não aderiram à campanha com tanto vigor quanto a *Folha*, também não foram contrários, criando uma posição na ANJ (DINES, 1986) que vigora até hoje<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> De acordo com entrevista concedida por Francisco José Karam, Nilson Lage deu uma palestra na UFSC em 1986 sobre a questão do diploma, em evento sobre o tema organizado pelo curso. Alguns anos mais tarde, em 1992, o então professor aposentado da UFRJ passou a lecionar na UFSC.

<sup>28</sup> Roxo da Silva (2007) detalha algumas nuances da posição da ANJ, separando a posição da *Folha* e de mais alguns jornais paulistas em relação à entidade – em específico nos anos 1980. Roxo da Silva defende que os empresários do setor e a ANJ de modo específico não eram contra a formação, notadamente durante a presidência de Maurício Sirotsky (então presidente da RBS). Sirotsky defendia que, como o ensino de Jornalismo era precário, o Estado

A FENAJ e os sindicatos a elas filiados adquiriram, desde a obrigatoriedade do diploma, uma força crescente. Primeiramente, pela possibilidade de considerar o jornalismo como uma profissão regulamentada por lei. Segundo, por garantir uma forma de controle para a entrada e permanência à profissão. Em terceiro, por garantir um espaço de legitimidade que difere da dos patrões e, portanto, oportuniza a luta por melhores condições de trabalho e remuneração. A filiação aos sindicatos acontecia ainda nas escolas de Comunicação, espaço de organização da esquerda que vê na organização trabalhista (e nos sindicatos não pelegos) a possibilidade de enfrentamento ao capital e aos monopólios do setor. Nesse sentido, a defesa da obrigatoriedade do diploma e pela qualidade de formação estiveram presentes na maior parte das diretrizes finais dos encontros nacionais da FENAJ nos anos 1970 e 1980 (SÁ, 1999). Todavia, como descreve detalhadamente Roxo (2007, p. 199-213), a polarização do debate entre FENAJ e ANJ acabou por reduzir a complexidade de um quadro rico de posições e possibilidades favoráveis e contrárias à exigência do diploma, inclusive dentre diretores dos sindicatos filiados à FENAJ.

Os cursos de Comunicação do país, por sua vez, tinham por projeto instituir a ideia do comunicador polivalente, que constituiria formas alternativas de atuação frente às relações estabelecidas pelas empresas jornalísticas. Meditsch (1991b) argumenta que o projeto do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, em sua primeira fase, consistiu na tentativa de implantar esse modelo de formação à esquerda em sua integralidade. São proeminentes as características políticas do curso, que sob a coordenação de Herz, instituiu práticas com clara ideologia de esquerda e voltadas para o questionamento da estrutura de comunicação do país e para a discussão do modo de formação dos estudantes e, por conseguinte, do tipo de graduação que a Comunicação poderia fornecer para os jornalistas.

Todavia, o curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC também foi o responsável por implantar um dos primeiros programas do país que rompe com a separação das disciplinas práticas em um módulo e das teóricas (ciclo básico) em outro, característica dos currículos em Comunicação Social (MEDITSCH, 1987; 1990). Os estudantes, a partir do currículo de 1985, passaram a ter contato com a prática profissional já no primeiro semestre e as disciplinas teóricas, desde então são oferecidas ao longo da grade. Adelmo Genro Filho entrou como

---

deveria abrir a possibilidade para que qualquer formado com gabarito intelectual pudesse exercer a atividade (ROXO DA SILVA, 2007, p. 202).

professor do departamento em 1983<sup>29</sup>, e teve ali um local propício para desenvolver suas ideias diante das discussões sobre o ensino de jornalismo, obrigatoriedade do diploma e estrutura dos cursos de Comunicação que se realizavam no curso. Foi nesse contexto de ensino que tanto ele como Eduardo Meditsch estabeleceram algumas de suas ideias e encontraram a possibilidade de responder a demandas imediatas de professores e estudantes daquela instituição por meio de seus trabalhos.

\*\*\*

Afonso Albuquerque (2009; 2010), Flávia Biroli (2007) e Alexandre Bergamo (2012) são críticos de grande parte da historiografia sobre o jornalismo brasileiro que considera os anos 1950 como um marco para a prática profissional do jornalismo. Há um esforço de alguns pesquisadores em estudar como se forma a profissão, a história de suas organizações profissionais, das transformações da escrita do texto jornalístico, as mutações da identidade profissional, a história do ensino de jornalismo. Todos esses elementos costumam convergir para o período dos anos 1950, na capital federal (Rio de Janeiro), especificando a influência dos cursos de Jornalismo da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e dos profissionais de imprensa dos principais periódicos da capital de então (*Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Última Hora*).

Nos anos 1950, ocorreram algumas alterações significativas na prática e na identidade dos jornalistas. Surgiram os primeiros manuais de redação (*style books*) – tanto nos jornais cariocas, como em *O Estado de S. Paulo* -, com referências ao lead para a redação de notícias. Começavam a entrar nas redações, os primeiros formandos em jornalismo do país. Houve significativa mudança gráfica no *Jornal do Brasil*, que serviu de modelo para reformas de outros jornais. E a gestão do jornalismo brasileiro passou a ter características cada vez mais mercadológicas e menos programáticas.

Além dessas mudanças, e até mais interessante para a nossa abordagem, há um discurso dos profissionais e dos acadêmicos de que as alterações realizadas naquele período eram diferentes para os jornalistas. Trata-se de uma das primeiras articulações registradas no

---

<sup>29</sup> A trajetória de Genro Filho e as características mais detalhadas do curso da UFSC são objeto de estudo do capítulo 2.

Brasil entre o fazer da prática e o teorizar sobre a prática para a constituição de um *monumento* histórico (LE GOFF, 1990) sobre o jornalismo. Ou seja, uma forma de memória que, ao mesmo tempo em que conta a história do que aconteceu, a constitui, destacando aspectos a serem memorados em detrimento de outros. Essa modalidade de escrita da história tem relações estreitas com a formação de uma identidade. Os textos de jornalistas e *scholars* como Danton Jobim, Pompeu de Sousa, Alberto Dines e Nilson Lage sobre esse período passam a cristalizar a profissão e seus profissionais, fazendo de suas próprias trajetórias modelos de como os jornalistas enxergam o seu próprio fazer e o valorizam. Essa produção das fontes historiográficas do jornalismo é trabalhada, reforçada e reproduzida tanto no interior de setores da academia como da profissão, servindo de forma mais ou menos forte (a depender das circunstâncias) para a legitimação da profissão. Essa legitimação acontece tanto para os profissionais como para os externos à atividade e principalmente para aqueles que pretendem entrar nesse universo (os estudantes de jornalismo).

A produção desse discurso teve como um de seus principais eixos o surgimento do lead no jornalismo brasileiro. A história do lead no Brasil tem uma anedota que se tornou clássica devido ao modo folclórico como o seu principal divulgador, Pompeu de Sousa, retratou a criação do primeiro *style book* da imprensa carioca. A adaptação do modelo estadunidense ao brasileiro teria acontecido no carnaval de 1950, em um momento de inspiração do então diretor de redação do *Diário Carioca*<sup>30</sup>. Ele teria reunido um conjunto de *style books* de jornais estadunidenses e coligido o seu “Regras de Redação do Diário Carioca”. A implantação das regras encontrou apoio no chefe de redação, Luís Paulistano, e no secretário de redação, Danton Jobim (ALBUQUERQUE, 2008).

A principal indicação de Pompeu Sousa era o uso de uma linguagem direta, com apresentação que preconizasse o que aconteceu, quando, com quem, onde e porque aconteceu. Essa apresentação deveria aparecer logo no início do texto, reservando para o restante os desdobramentos. O discurso deveria ser referencial, objetivo, evitando o recurso a formas rebuscadas de introdução, à opinião e a arroubos de literatura. Nessa versão da história do lead, os recursos humanos para

---

<sup>30</sup> Segundo Bronski (2010, p. 24), o primeiro *style book* foi implantado por Gilberto Freyre em 1929 no jornal *A Província de Pernambuco*. A iniciativa na periferia do jornalismo e a carreira acadêmica de Freyre não permitiram o prosseguimento da iniciativa.

redigir dessa maneira não existiam nos jornais, sendo necessária a contratação de redatores e revisores treinados para escrever notícias, com o devido enquadramento às novas regras. Esse papel foi destinado a recém-formados em Jornalismo e em outros cursos universitários que assumiram como redatores ou como copidesques (*copy desk*). Entre os copidesques do *Diário* estavam jornalistas como Nilson Lage e Alberto Dines<sup>31</sup>, jovens e sem experiência, mas que aplicaram as regras do *Diário Carioca* a seus colegas invertendo, de certa forma, a ordem hierárquica. Estes copidesques seguiram depois para outros jornais, sendo responsáveis por implantar reformas similares, tais como as que aconteceram no *Jornal do Brasil* e no *O Globo*. Albuquerque (2008, p. 105-106) explica que o copidesque assume uma função no jornal diferente do que exercia em seu congênere americano. Mais até, expõe que o modo como a atividade de copidesque foi concebida, executada e depois historicizada revela, ironicamente, uma mudança no *ethos* do jornalismo.

A originalidade da reforma promovida por Pompeu de Sousa no *Diário Carioca* foi dar àquilo que, no jornalismo americano, tinha um valor simbólico menor o lugar de coração ideológico da sala de redação. O copidesque do *Diário Carioca* não se limitava a uma revisão técnica, mas tinha como objetivo central promover uma padronização do estilo textual das notícias e, mais do que isso, se tornar a base de apoio para uma transformação global no *ethos* do jornalismo brasileiro.

A presença do *style book* na redação e a instituição do *lead* como princípio organizativo da matéria no jornal não significou somente o que é costumeiramente definido como símbolo da modernização do jornalismo, mas uma divisão entre o que é correto, objetivo e jornalístico (a notícia preconizada pelo *lead*) e o que é nariz de cera, empolgação e baixa literatura (BERGAMO, 2012). Houve, podemos dizer, uma separação entre o que passou a ser considerado jornalismo e o que deixou de ser. Como toda norma, o manual de redação exclui e inclui criando um discurso próprio de iniciados. E a expertise dessa técnica de escrita trabalha para uma redefinição das posições no interior

---

<sup>31</sup> Alberto Dines é jornalista, trabalhou nos principais jornais do país como *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. Além da fama propriamente jornalística, publicou um livro considerado de grande importância na academia chamado “O Papel do Jornal”, em 1974, com sucessivas tiragens.

do jornal, na qual os primeiros a serem retirados são os redatores de matérias policiais (ROXO DA SILVA, 2009).

Mas o *lead* e o texto objetivo não surgiram no país com Pompeu de Sousa, apesar de ele ser considerado o inventor da escrita (ou adaptador) que instituiu quase oficialmente a técnica no jornalismo impresso. Não é nosso interesse discutir quem veio antes do quê. Apenas manifestamos que já havia elementos antes das transformações realizadas pelo *Diário Carioca* que tornaram possível a adequação da implantação do manual e das novas regras para o jornalismo nacional. Os jornalistas já tinham contato com esse tipo de material por intermédio das agências de notícias reproduzidas pelos jornais brasileiros ao menos desde os anos 1930. O jornalismo direto e que respondia às perguntas clássicas também era de conhecimento do público brasileiro que ouvia o “Repórter Esso” desde 1941. De acordo com Klockner (2003), o programa noticioso que reproduzia notícias da *United Press* trouxe para o radiojornalismo características como credibilidade, novidade, periodicidade e objetividade. A leitura de textos curtos e de rápido entendimento do público alterou o próprio modo de recepção das informações e, por conseguinte, da produção dessas informações. Programas similares ao “Repórter Esso” foram produzidos em grande parte da América Latina desde a década de 1930. O mesmo programa viria a fazer sucesso na televisão nos anos 1950 e 1960. O próprio Pompeu de Sousa teve uma experiência nos Estados Unidos vinculada ao radiojornalismo. Roxo da Silva (2013, p. 17) explica essa experiência, enfatizando a influência indireta do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Devemos tratar tais informações na conjuntura que o acaso e o pôr teleológico se impõem, ainda que *post festum*, seja possível realizar algumas inferências<sup>32</sup>.

O processo de intervenção do Estado no jornalismo acabou de forma indireta ajudando a fomentar as

---

<sup>32</sup>O próprio Roxo da Silva, em diferentes textos, aponta que o jornalismo objetivo estadunidense teve origem nos anos 1920 como forma de reação à crise de credibilidade exacerbada na I Guerra Mundial (SCHUDSON, 1978). Por isso, não é possível creditar a Pompeu de Sousa uma visão conservadora ou autoritária de mesmo âmbito do que o de uma ditadura civil, como o caso do Estado Novo. É necessário, porém, evidenciar a influência do Estado Novo junto à Associação Brasileira de Imprensa e que a primeira regulamentação da profissão de jornalista e a autorização para funcionamento dos primeiros cursos de graduação em Jornalismo no país aconteceram por Decretos getulistas.

reformas discursivas e técnicas que aproximaram o jornalismo brasileiro do modelo norte-americano nos anos 1950. Em 1941, um dos artífices dessa reforma, Pompeu de Souza foi convidado por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, órgão de censura e promoção do Estado Novo, para trabalhar na Voz da América, programa de rádio contendo a propaganda aliada, produzido em Nova York e de lá retransmitido para a América Latina. Ao tomar contato com a imprensa norte-americana, Pompeu de Souza ficou entusiasmado com o modelo de jornalismo objetivo e criou uma estratégia de adaptar o mesmo aqui.

Mesmo com o *lead* proposto pelo *Diário Carioca* e com esse conjunto de transformações, não é possível afirmar que o jornalismo brasileiro passou a ser mais objetivo e menos político ideológico. Bastaria mencionar os embates de Carlos Lacerda e Samuel Wainer no *Tribuna da Imprensa e Última Hora*, respectivamente; ou o papel dos principais jornais no golpe de 1964; ou relembrar a estratégia de Frias Filho de apoiar as “Diretas” como forma de atender os ensejos de segmentos da classe média; a concentração das mídias no país, etc, etc. Porém, a administração dos jornais passou a ser cada vez mais capitalizada e tratada como negócio, procurando defender editorialmente alguma independência dos governantes e grupos políticos. O desenvolvimento do radiojornalismo e principalmente do telejornalismo aceleraram o processo de acumulação tecnológica e de capital, o que inseriu o jornalismo cada vez mais no interior das relações industriais. A redação do jornal, por seu turno, passou a ser mais padronizada e a contar com cada vez mais jornalistas formados em escolas de Jornalismo e de Comunicação do que em outras áreas.

O uso do *lead* vem acompanhado de um conjunto de transformações gráficas que também não nasceram necessariamente do jornalismo impresso nem nos anos 1950, mas que se popularizaram nesse período. O surgimento de grandes revistas semanais como *O Cruzeiro* (em 1928) já apontava para uma ressignificação estética e de apuração do jornalismo brasileiro. No jornalismo diário impresso, ganhou destaque a reforma gráfica realizada no *Jornal do Brasil* em 1956 e no jornal *Última Hora*. Este, sob a liderança de Samuel Wainer, teria sido o primeiro no Brasil a instituir o *deadline* (hora de fechamento do jornal) e aumentado o salário dos jornalistas, o que gerou uma valorização em cadeia da profissão.

No jornalismo paulista também houve reformas gráficas e de texto ao longo dos anos 1950 e 1960. Realçamos a reforma empreendida por Cláudio Abramo (1997) no *Estado de S. Paulo* e a proposta estética do *Jornal da Tarde*, vespertino do grupo proprietário de *O Estado*. A Editora Abril também é importante para compreendermos a modernização do jornalismo nacional, principalmente o desenvolvimento do gênero reportagem, que veio a simbolizar o auge da profissão nas páginas da revista *Realidade*, em especial em sua primeira fase, de 1966 a 1968 (FARO, 1996).

Em outro ângulo de análise, não podemos deixar de evidenciar que as reformas implantadas no *Diário Carioca* são realizadas hierarquicamente e de maneira autoritária. Albuquerque (2010) nos oferece um aspecto interessante para contrapor uma forte corrente de estudos e de tradição no jornalismo de que a reforma de 1950 foi somente positiva. Não foi isso. A tendência de modernização dos jornais diz respeito à criação de hierarquias, a retirada de jornalistas que não se adequavam ao modelo, à negação de muito do que era feito até então, à implantação de técnicas de redação e de controle da escrita que tolhiam grande parte da atividade jornalística comumente realizada. Ao mesmo tempo revela uma relação de interesses que parte principalmente dos patrões e dos diretores de redação, em uma ação verticalizada. Posteriormente, essa ação empresarial é assumida como válida por um segmento da profissão que implanta e advoga esse modelo.

Porém, não é possível aceitar na totalidade a tese “de modernização autoritária” proposta por Albuquerque sem a compreensão do modo como funciona o processo de consolidação de uma atividade que almeja a profissionalização (no sentido que a Sociologia da Profissão confere ao termo). Trata-se de um grupo da profissão que elabora os termos em que um determinado paradigma profissional deve ser aceito, constituindo para isso uma história da profissão tanto quanto uma justificação abstrata para tais atos. Essa elite deve ser aceita e constituída por um segmento importante dos profissionais para a solução de problemas concretos existentes na execução desse trabalho, o que permite o surgimento de uma ideologia de orientação das ações e de justificação das posições. Especificamente, uma forma de fechamento social na qual as ações e posições atribuídas sejam aceitas pelo grupo e tornem possível a defesa do grupo de ataques de agrupamentos adversários (de dentro e de fora da profissão). O que torna a tese de Albuquerque muito relevante para análise das formas de hierarquia no interior dos jornais, visto que as mudanças na cultura

profissional não são determinadas apenas pelos jornalistas como profissão, como também impostas aos jornalistas como proletários.

O conceito de Albuquerque, ao menos no texto em tela e em alguns outros correlacionados, carece de dois pormenores: primeiramente, a ideia de que a modernização não era somente fruto do autoritarismo, mas estava articulada a um contexto de modernização de um conjunto específico de práticas sociais (SARLO, 2012) – situação que nos ajuda a compreender porque ações de uma ou duas redações passaram a influenciar um conjunto de outras redações e, em simultâneo, porque esta redação tornou-se símbolo de várias práticas isoladas que já existiam antes dela e concomitantes a ela<sup>33</sup>. Segundo, que o autoritarismo, no caso do jornalismo brasileiro, pode representar aspectos da política autoritária local tanto quanto características inerentemente autoritárias de fechamento (ou de tentativa de fechamento) da maior parte das profissões existentes (e não somente a jornalística), o que ocorre em diferentes partes do mundo e não somente no Brasil.

Considerados esses pormenores, é coerente a argumentação do autoritarismo no jornalismo no contexto da ditadura civil-militar. O Ato Institucional n. 5 e o recrudescimento da censura fez com que muitos jornalistas, grande parte de esquerda, migrassem para o jornalismo alternativo. Outros atuavam clandestinamente no interior dos jornais, em um jogo de conveniência com os patrões. Era o caso de alguns jornalistas que militavam no PCB e assumiam, por vezes, posições de chefia e implementavam transformações de ordem tecnológica e comportamentais nas redações, em específico as normatizações com base no jornalismo objetivo (ROXO DA SILVA; ALBUQUERQUE, 2007). De acordo com hipótese de Roxo da Silva e Albuquerque (2007), os jornalistas do PCB eram disciplinados e faziam da objetividade jornalística uma possibilidade de atender aos desígnios do padrão sem defender ideologicamente as suas posições. Mesmo descrentes dessa estrutura conceitual (do jornalismo objetivo), eles

---

<sup>33</sup> Levamos em consideração a crítica de Biroli (2007) sobre o discurso de modernização presente no jornalismo brasileiro, ainda que devemos considerar como os sujeitos relacionavam e relacionam suas práticas aos impactos que sofriam das transformações daquela conjuntura. É esse sentimento reflexivo de modernidade, aliado às transformações materiais de dado período, que nos permite caracterizar um “sentimento de modernização”. O problema está na pura e simples caracterização como “moderno”, sem questionar os enclaves que condicionam tais transformações.

aceitavam as “regras do jogo” em troca da proteção oferecida pelos patrões e pela possibilidade de se manterem em cargos estratégicos para o partido. Esses profissionais comunistas que detinham um capital carismático perderam espaço a partir do final dos anos 1970, com o surgimento de jornalistas militantes de esquerda que questionaram as posições do PCB e, sob a ótica dos patrões, desestabilizavam as redações. Os disciplinados conhecedores da técnica jornalística do PCB, por outro lado, também deram lugar aos disciplinados formados na técnica jornalística que advinham das universidades, em específico, aqueles formados que não se engajaram na crítica ao modelo imposto pelos jornais nos anos 1980.

Embora obrigatoriamente formados nas universidades, como determinava o Decreto-Lei nº. 972/ 1969, e objetos de um projeto político que previa a redução da influência de militantes de esquerda no interior do jornalismo, as consequências dessa formação não aconteceram exatamente como almejado pelo governo. O controle das universidades pelo Ministério da Educação não evitou a formação de militantes de esquerda que tinham no movimento estudantil grande força e de onde se formaram jornalistas de esquerda<sup>34</sup> e críticos ao sistema de mídia do país. O contato com bibliografia de esquerda e a militância junto a movimentos sociais fizeram de muitos setores dos cursos de Comunicação Social nos anos 1970 laboratórios para a formação de esquerda e a crítica ao jornalismo (ROXO DA SILVA, 2007; ALBUQUERQUE; ROXO DA SILVA, 2007). A própria literatura dos cursos de Comunicação Social altera-se nos anos 1970, deixando uma posição unânime de aceitação das teorias funcionalistas de origem estadunidense e tendendo para o seu oposto, a bibliografia crítica baseada na Escola de Frankfurt e na denúncia do imperialismo estadunidense na América Latina (MARQUES DE MELO; FADUL; LINS DA SILVA, 1978).

Esses estudantes integravam os sindicatos dos jornalistas e lutavam contra “administrações pelegas”. A greve de 1979 e a proposta do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de implantar Comissões Consultivas de Representantes das Redações<sup>35</sup> sob a responsabilidade

---

<sup>34</sup> Genro Filho é um entre vários exemplos desses estudantes de Comunicação Social.

<sup>35</sup> Para mais detalhes sobre as Comissões de Redação, ver Roxo da Silva (2007, p. 179-180). Genro Filho menciona os “Comitês de Redação” ao criticar posicionamento do jornalista Clóvis Rossi. O então jornalista da *Folha* era

exclusiva de jornalistas constituíram ações inovadoras desses jornalistas. Tais ações também mobilizaram os patrões, principalmente em São Paulo e com o protagonismo da *Folha*. A relação não aconteceu somente sob a forma de demissões e campanhas, mas sob a instituição de um controle de disciplinas do fazer jornalismo. É sobre as bases de um rigor estilístico e da centralidade na neutralidade e na objetividade como valores do jornalismo que Otávio Frias Filho dirige o “Projeto Folha”, tendo por leme o “Manual Geral da Redação”.

O “Projeto Folha” consistiu numa estratégia de marketing da empresa buscando distanciar o trabalho jornalístico de suas concepções ideológicas. Essa estratégia consolidar-se-ia com a defesa da objetividade e neutralidade tanto no processo de apuração das notícias como, principalmente, em sua forma de apresentação. De certa forma, a proposta do Projeto atingia três flancos: os concorrentes que mantinham traços de favorecimento político, e linhas editoriais comprometidas com posições políticas de setores partidários; os sindicatos, pois o projeto incorporou o profissionalismo e a isenção como marcas frente às posições de esquerda das organizações e de boa parte dos jornalistas; os cursos de Comunicação Social/ Jornalismo e frente à academia, visto que a *Folha* passou a definir as regras do bom jornalismo e a ensiná-lo, fazendo do “Manual Geral de Redação” instrumento pedagógico e de seleção dos jornalistas recém-formados. Conforme Afonso Albuquerque e Ariane Holzbach (2010), a empresa assumiu um projeto profissional para a categoria, fazendo dele uma estratégia comercial para agregar novos leitores. O marketing da empresa revelou-se um sucesso em sua estratégia de aumento das vendas e da confiança dos leitores, frente aos demais jornais que também realizavam seus “projetos” e seus “manuais”, e para muitas escolas de Comunicação Social/ Jornalismo que adotaram o manual como bibliografia.

O “Manual Geral da Redação”, de acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva (2005), foi feito a seis mãos: o diretor de redação, Otávio Frias Filho, e os secretários de redação, Caio Túlio Costa e o próprio Lins da Silva. O “Manual” diferenciava-se dos demais realizados até então. Primeiro, era voltado não somente para os jornalistas como para o grande público, sendo vendido em bancas de jornais. Outra característica, foi organizado em sua primeira edição por verbetes. A partir da segunda edição, esses verbetes foram divididos em unidades temáticas (BRONOSKY, 2010). Ainda, essa primeira edição do

---

contra essas organizações no interior dos jornais (GENRO FILHO, 1987, p. 51).

“Manual” orienta os jornalistas a preservarem a objetividade, com a manutenção do distanciamento emotivo e do engajamento daquilo que narra e destaca os conceitos de objetividade e neutralidade como norteadores da prática dos profissionais que trabalham na empresa.

Porém, uma das principais diferenças, como assevera Bergamo (2012), está no foco de controle proposto por esse “Manual” e pelos outros que vieram depois dele (como o “Manual de Redação e Estilo”, do *Estado de S. Paulo* – de 1990 –; e o “Manual de Redação e Estilo” de *O Globo* – de 1992), isto é, quem é objeto de disciplina. Os primeiros manuais e reformas realizados nas décadas de 1950 e 1960 foram implantados para corrigir e excluir a prática de jornalistas que não tinham qualquer formação, vinculados principalmente às matérias policiais e presentes nas redações. Nesse modelo estão proscritos o nariz de cera, a literatura e os adjetivos. No “Manual Geral de Redação” da *Folha*, o foco de exclusão e de controle não era somente os jornalistas que trabalhavam nas redações e mais resistentes às mudanças, mas também os estudantes e jornalistas recém-formados pelos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo.

A criação do “Manual” estabeleceu uma forma de divisão entre aqueles que podiam trabalhar na *Folha* e aqueles que não possuíam recurso para isso e condicionou uma hierarquia entre aqueles que estavam no interior do jornal. Bergamo (2012) vê nas definições diferenciadas de notícia e reportagem presentes nos jornais uma forma de divisão, visto que a primeira deve se pautar pela ausência de opinião, enquanto a segunda guarda uma reserva interpretativa e crítica. Essa cisão entre notícia e reportagem estaria no âmago da oposição localizada por Bergamo entre os “antigos” e os “novos” jornalistas, uma vez que aqueles não dissociavam reportagem de notícia, fazer intelectual do fazer jornalístico<sup>36</sup>. Por sua vez, a organização empresarial do jornalismo (da qual a *Folha* é modelo) e a formação dos jornalistas evidenciavam a formação técnica, a redação centrada na notícia objetiva e uma posição de neutralidade com tintas de docilidade. Ademais, trata-

---

<sup>36</sup> Essa cisão entre antigos e novos jornalistas nos anos 1980 não deve ser tomada como estanque, pois havia muitos jovens jornalistas críticos ao modelo que separava reportagem de notícia, resultado da formação universitária inclusive, como mencionado anteriormente. É importante tomar essas referências no que se refere ao imaginário da categoria e, principalmente, às mudanças estruturais pelos quais o jornalismo passa, bem como as mudanças nas atividades demandadas pelas empresas das novas gerações de jornalistas, como demonstra o caso da *Folha*.

se de uma visão da profissão por parte desses novos profissionais alinhavada à ideia de trabalho em um mercado estruturado (ROXO DA SILVA, 2007), o que seria diferente do exercício intelectual.

Gentili (2003) defende a tese de que esse jornalismo realizado de forma a vincular o exercício intelectual com as práticas e as responsabilidades jornalísticas teria vigorado em vários momentos dos anos 1950 a 1980. Para ele, a retirada de jornalistas experientes e reconhecidos dos grandes jornais e a retaliação à greve de 1979 corroboraram para o que chama de “involução” da imprensa, com os manuais de redação, a precarização das relações de trabalho e a limitação técnica do trabalho dos jornalistas. Nesse aspecto, a profissão adquiriu outra finalidade, e a academia acabaria contribuindo para essa mudança devido ao seu “encantamento” com as mudanças no fazer jornalístico e devido às novas tecnologias. Outra consequência desse processo seria a alteração do *status* dos jornalistas de maior prestígio, que de intelectuais passaram a comercializar sua “marca” para diferentes jornais.

Os jornais se cadernizaram e as matérias se blocaram. O jornalismo deixou de ser ágil e pulsante, isto é, inteligente, para se tornar uma atividade burocrática, mero cumprimento de normas, regras e procedimentos sistematizados. Nesse novo modelo, as análises e interpretações foram deslocadas para jornalistas “de grife”, que já não mais se identificavam com um único jornal, mas que ofereciam seus serviços como PJs (Pessoas Jurídicas). De toda forma, o que era (ou deveria ser) um atributo necessário a qualquer jornalista passou a ser executado apenas por essa minoria de jornalistas que passaram a oferecer suas colunas aos mais diversos jornais do país (GENTILLI, 2003, p. 4).

Essa visão de Gentili sobre a divisão realizada pelo “Manual Geral da Redação” da *Folha* era e é compartilhada por muitos jornalistas e acadêmicos. Outrossim, em um balanço da experiência do *Projeto Folha*, Carlos Eduardo Lins da Silva (2005) defende o projeto efusivamente, expondo na experiência o processo de modernização do jornalismo brasileiro. Além disso, atenua o aspecto impositivo do projeto sobre os jornalistas. Ao argumentar sobre essa questão, Lins da Silva dá pistas sobre o processo de hierarquização da profissão no modelo proposto.

Esse tolhimento, no entanto, nunca foi absoluto. Os melhores repórteres e articulistas nunca tiveram de se submeter a ele. Eu dizia com frequência nos inúmeros debates em escolas de jornalismo e outros fóruns em que o Projeto era discutido, que a Redação era como uma orquestra, em que os solistas têm liberdade para improvisar, mas os músicos de base são obrigados a se ater rigidamente à pauta, sob o risco de perder-se toda a qualidade da apresentação (SILVA, 2005).

Essa “orquestra” em que se transformou o jornal revela o quanto o exercício da profissão de jornalista e seu prestígio estão vinculados ao regime de controle do texto jornalístico. Desenvolveremos essa questão com mais detalhamento a seguir, analisando como o processo de autoria se combina com os modelos de profissão dos jornalistas, o que, por conseguinte, revela nuances do modo de organização das carreiras jornalísticas. Essa disposição rearticula a valoração e a legitimidade do fazer jornalístico, o que, por conseguinte, incide sobre o modo de concepção da atividade.

\*\*\*

Seriam os jornalistas intelectuais<sup>37</sup>? A resposta afirmativa a essa questão pode ser dada no sentido técnico do termo, visto que o exercício do jornalismo está enquadrado entre as ocupações intelectuais. Porém, a proletarização histórica de grande parte dos indivíduos que a exerce torna uma das características centrais do trabalho jornalístico vazia de sentido em uma de suas principais vicissitudes: a liberdade material (independência financeira) e intelectual para pensar. O jornalista depende dos padrões para sobreviver, tendo na “cláusula da consciência” a única arma para enfrentar sua dependência. Porém, e aí complexificamos a questão, alguns jornalistas galgam posições de prestígio que os colocam como pertencentes ao universo da chamada alta cultura (BERGAMO, 2012). Se podemos separar alguns desses profissionais como inclusos no rol da intelectualidade e da alta cultura, podemos, de modo sociológico, analisar a estratificação desses profissionais, ao precisar em que circunstâncias são mais proletários e em quais conseguem maior autonomia. Tais mobilidades permitem que olhemos para a questão da profissionalização com mais detalhamento.

---

<sup>37</sup> Um estudo mais detalhado das características do trabalho jornalístico como trabalho intelectual foi realizado por Fábio Pereira (2008).

Para o nosso interesse nesse momento da exposição da pesquisa, queremos perceber como essa estratificação dos jornalistas dos anos 1980 ajuda a compreender a entrada de uma teoria como mediação que visa explicar a prática desses jornalistas e, ao explicar, propor mudanças.

Na relação de valor entre os jornalistas, não pode ficar de fora o papel da formação frente ao talento e ao dom artístico. Da mesma forma, é necessário compreendermos os regimes de valor nos produtos do trabalho jornalístico. A questão do lead e da notícia é importante porque, de certa forma, reestrutura a atribuição de valor do trabalho jornalístico.

Até os anos 1950, o valor proeminente do jornalista estava na capacidade literária de exposição de um dado acontecimento, o que gerava a intenção dos que entravam no jornalismo em tentar escrever toda e qualquer notícia com arranjos baseados em textos consagrados da literatura. A partir da inserção do lead assistimos a uma cisão, podemos dizer mais jornalística, da hierarquia dos textos e de seus escritores. O lead, de certa forma, veta a possibilidade de um não aceito, de um iniciante ou de um incapaz utilizar a literatura de forma descontrolada.

Sob outro enfoque, a própria forma de ascensão na carreira jornalística também se alterou, pois as características do grande jornalista já não eram as mesmas. Evidenciou-se cada vez mais a figura do grande repórter em composição com a do grande escritor. Notemos que, por privilegiar a polêmica e a literatura, o enfoque na produção opinativa oferecia destaque ao político e ao escritor que utilizavam o jornal como canal de suas manifestações e para aumento do seu prestígio. O grande redator, o comentarista do jornal, era o único caminho válido para se conseguir o *status* de autoria. As transformações do jornalismo brasileiro possibilitaram uma mescla nesse lugar de prestígio da profissão, uma vez que o grande repórter passou a figurar em posição tão evidenciada ou até de maior destaque que os redatores, comentaristas e colunistas no interior dos veículos noticiosos.

O repórter, aquele que recolhia e investigava as informações, normalmente não detinha reconhecimento. Euclides da Cunha e Paulo Barreto foram aqueles que fugiram à regra, pois por meio de reportagens e também de influências do realismo literário, esses escritores/jornalistas iam para a rua investigar a vida cotidiana e voltavam para os jornais com suas histórias. Retirada algumas dessas exceções, o repórter era aquele que recolhia informações e as passava para um redator que, da redação, preparava os textos com as informações colhidas. Esse valor se alterou com o advento da reportagem no Brasil, em especial com o

crescimento das revistas semanais (a partir dos anos 1920) e as transformações dos jornais a partir dos anos 1950.

Bergamo (2012) percebe bem, a partir da leitura dos manuais de redação, que a reportagem é definida pelos jornalistas como “a essência do jornalismo”. Essa definição frente à de notícia ou à de crônica ou artigo seria impensável até a primeira metade do século XX. O investimento na informação em detrimento da opinião fez com que o papel dado à apuração crescesse muito no jornalismo. Sujar o pé na rua, assim como era para o cientista social do início do século XX, era um sinal de baixa estatura intelectual para o jornalista desse período. Foi o realismo e o naturalismo na literatura que estenderam essa influência para as demais ciências sociais e humanas e foi o jornalismo, ao menos nos Estados Unidos, que auxiliaram nessa influência (PARK, 2008a; 2008b; HUGHES, 1981).

O redator que ficava na redação, nesse contexto de remodelação do jornalismo, teve seu papel redefinido pela limitação de sua forma de escrita. Ficar na redação e com as possibilidades de apuração limitadas para fazer jornalismo informativo é, até os dias de hoje, tarefa para os inexperientes, os novatos, que recebem qualquer pauta, pouco investimento do jornal e muitas informações pré-prontas advindas das agências de notícias e assessorias de imprensa<sup>38</sup>. Não sair no jornalismo informativo diário, significa não assinar. Em suma, significa uma não autoria do próprio trabalho. Fazer notícia, nesse sentido, é trabalhar com o que há de menos valoroso no jornal, ainda que seja o que o constitui em grande parte. Quem permanece na redação fazendo notícia e reesqueitando pautas tem um prestígio que costuma ser inferior àqueles que recebem a incumbência de sair, realizar uma cobertura, entrevistar pessoalmente, testemunhar o acontecimento, ter mais tempo para a apuração e para a investigação. A notícia que resulta de maior investimento na apuração já ganha a possibilidade de ascender frente às outras, pois há nela uma composição de reportagem.

Destarte, cabe uma definição de reportagem que muitas vezes não recebe a devida atenção. A palavra reportagem recebe duas atribuições no jornalismo, ambas conexas, porém distintas, o que costuma render ambiguidades. É chamada reportagem a ação de checagem, entrevista,

---

<sup>38</sup> Salvo para os jornalistas experientes que já acenderam na carreira e ocupam postos de prestígio no jornal por trabalhos precedentes, caso dos analistas e comentaristas, por exemplo. Ou ainda para situações em que o trabalho no arquivo e de pesquisa no interior das redações garantia esse reconhecimento, com resultados que, na maioria dos casos, ocorria sob a forma de reportagens.

apuração realizada pelo jornalista<sup>39</sup>. O gênero reportagem se consubstancia quando essa ação aparece no texto jornalístico, fazendo do caráter de apuração (de reportagem no primeiro sentido dado) o principal elemento do texto (em detrimento da notícia, que evidencia o factual, o relato, mesmo quando resultado de uma reportagem). Podemos dizer que o gênero reportagem coloca o feitiço do trabalho jornalístico, a capacidade de análise do jornalista, a serviço do tema que está cobrindo, o que fica evidenciado no texto. O gênero reportagem também pressupõe maior profundidade na análise e na apuração, aspecto em que a subjetividade e a autoria prevalecem mais do que na exposição direta, objetiva da notícia. A reportagem, grande reportagem e livro reportagem exigem investimento e costumam ser concedidas a jornalistas de comprovado talento e com prestígio. Quanto mais trabalhos dessa natureza o repórter é incumbido de realizar, quanto maior o destaque que recebe nas manchetes de jornais, os furos conseguidos, maior prestígio ele alcança, não somente junto aos patrões, como também para com o público, a comunidade intelectual (acadêmicos, escritores, políticos) e, principalmente, entre os jornalistas.

Portanto, podemos estabelecer três tipos de hierarquia dos profissionais. A primeira é profissional e se estabelece tendo os redatores de notícias como base; seguidos por aqueles que conseguem pautas melhores e recebem a possibilidade de exercício de apuração e entrevista; para, por fim, aqueles que recebem tarefas de destaque na empresa, seja na realização de grandes reportagens, investigações jornalísticas mais densas, como também ao serem aqueles que realizam entrevistas com personalidades e ficam responsáveis pelos temas de maior apelo político. Esses grandes repórteres realizam e recebem distinções como a possibilidade de assinar uma coluna, de serem correspondentes internacionais, realizarem programas próprios, escreverem livros-reportagens e de memórias, realizarem compilações de suas principais coberturas. Trabalham em revistas especiais do grupo e são constantemente assediados pela concorrência, o que os torna relativamente independentes dos editores e diretores. Esses sujeitos detêm o prestígio entre os jornalistas e muitas vezes dialogam com

---

<sup>39</sup> Por isso a equipe de TV é chamada de “equipe de reportagem”, pois precisa levar o aparato técnico até o local do evento e o jornalista precisa estar no local para realizar a apuração. Isso tende a mudar atualmente com a profusão de imagens cada vez mais sofisticadas realizadas pelo público e por equipes especializadas que muitas vezes servem como material para um editor preparar determinada reportagem.

setores da alta cultura, em especial quando produzem livros-reportagens e literatura. Esses jornalistas tornam-se marcas, grifes (LAURINDO, 2008) que servem tanto para valorizar o jornal como para se valorizarem, por vezes tornando-se um profissional autônomo que vende seus serviços ao modo de uma empresa<sup>40</sup>.

Outra hierarquia está estabelecida nas empresas jornalísticas e diz respeito à ascensão burocrática na carreira. Trata-se do contínuo afastamento do jornalista para realizar atividades de gestão, ascendendo para subeditor, editor chefe de editoria, editor chefe, secretário de redação, diretor de redação e diretor geral (esses dois últimos cargos em muitos casos vetados aos jornalistas que não sejam proprietários do veículo). Há grandes jornalistas que adquirem seu prestígio pela forma como conduzem a redação para extrair dela os melhores resultados. No jornalismo, esses resultados significam maior densidade na apuração e checagem das fontes, o furo e a capacidade de organização para cobertura de grandes acontecimentos (esperados ou não). Alguns desses profissionais foram grandes repórteres, mas não é a regra. Muitas vezes, um ótimo jornalista é sacrificado para se tornar um burocrata mediano. Em outras, um jornalista mediano torna-se ótimo editor (ABRAMO, 1997). Essa carreira é mais controlada pela hierarquia administrativa e as pressões e negociações fazem dessa figura ambígua o elo entre os demais setores dos jornais (publicidade, jurídico, arte, administração, gráfica) e a redação.

Por fim, a terceira modalidade de hierarquia - e essa necessariamente não depende apenas dos jornalistas - é a composta em seu topo por colonistas, comentaristas, articulistas e cronistas, em sua maioria intelectuais, escritores, acadêmicos, profissionais liberais e políticos. Esses profissionais do texto podem ser divididos em duas modalidades: aqueles que são designados e contratados pelo próprio jornal, escrevendo colunas fixas a partir da redação ou não. E os que publicam em diferentes periódicos, com colunas que se repetem nas diferentes publicações. Ainda que não fosse o caso na época de Genro Filho, hoje há os blogs que vinculam suas produções a determinados grupos comunicacionais. Alguns jornalistas conseguem, com base nas suas fontes e no seu prestígio, adquirir o *status* de possuírem uma coluna, rememorando em alguns aspectos a divisão que outrora existia no jornalismo mais político e literário da primeira metade do século XX.

---

<sup>40</sup> Esses PJs não possuem qualquer relação com novas modalidades de contrato precário realizadas pelas empresas jornalísticas junto à jornalistas sem vínculo empregatício. Para estes casos, ver Mick (2013).

Um significativo segmento desses colunistas não são jornalistas, mas *experts* que possuem a capacidade de fazer dialogar sua área esotérica de atuação e o jornal.

Essas hierarquias e sua presença nos jornais se consolidaram em um momento específico de reorganização dos veículos a partir da abertura política do final dos anos 1970 e início dos 1980. Havia, anteriormente, um processo nesse sentido, porém a censura e expulsão de jornalistas das redações da grande mídia a partir de 1968 alteraram significativamente essa demanda. A impossibilidade de dizer o que se pensava, de apurar e revelar a realidade devido ao AI5 levou muitos jornalistas, especialmente os militantes de esquerda e os repórteres investigativos, a migrarem para experiências nânicas, de cooperativas de jornalistas, de apoio a partidos clandestinos e de adesão à crítica ao regime. Esses jornalistas partilhavam ideais de transformação da sociedade, de horizontalidade nas relações de poder e da quebra da hegemonia dos patrões sobre os jornalistas. Tratava-se de um espaço comum de lutas de jornalistas, artistas e políticos, o que confundia os papéis de jornalistas e intelectuais.

A emersão do novo sindicalismo no ABC paulista na segunda metade de 1970 influenciou o sindicato dos jornalistas que conseguiu unir a categoria em uma greve nos jornais paulistanos em 1979. O levante não teve acordo entre jornalistas e patrões e o resultado disso foi uma debandada da greve (os jornalistas voltaram ao trabalho) e, logo em seguida, uma dispensa sistemática de jornalistas sindicalistas e grevistas das redações e sua substituição por jovens jornalistas. Esses jovens jornalistas, que substituíram cada vez mais os jornalistas da velha guarda, vinham das universidades, com uma racionalidade técnica que predisponha o trabalho com notícias e os ideais de imparcialidade e objetividade. Essa predisposição advinha tanto da formação universitária, como principalmente da nova estrutura dos jornais, da qual a *Folha de S. Paulo* e seu Projeto, de 1984, tornaram-se vanguarda.

Podemos afirmar que, no jornalismo dos anos 1980, existiu uma política editorial nos grandes jornais do país de consolidação da hierarquia da profissão. O relativo controle sobre o trabalho dos jornalistas através do limite de toques, objetividade na apuração e divisão de valores no espaço da página do jornal atendiam a uma radicalização dessa divisão. Podemos depreender dois movimentos ou duas consequências desse processo que estão relacionados. O controle da redação da notícia faz com que fiquem mais claras quais são as fases para ascensão no interior da hierarquia do jornal, em especial, organizava a ascensão dos de baixo à esfera dos que tinham direito à

assinatura e, principalmente, dos que poderiam produzir para e a partir do *status* de intelectual. O segundo aspecto é político e econômico e tem razões materiais mais concretas. A juvenilização da redação, com a contratação de jovens jornalistas a substituir os grevistas e sindicalistas e a retirada de outros potencialmente revoltosos fez parte desse processo de reorganização do jornal para favorecer o gerenciamento por jovens diretores e editores. Parte significativa dos jornalistas recém-contratados precisaram se adaptar às características da produção industrial da notícia frente à necessidade do emprego. Além disso, muitos não detinham vinculações políticas definidas, o que possibilitou a gestão empresarial das zonas de prestígio no interior dos jornais. Frisamos que essa característica da *Folha* não ficou restrita a ela, tornando-se padrão no empresariado nacional. Como os lugares de prestígio, autoria e atuação política no interior de um jornal ficam mais restritos, tornam-se necessárias demissões recorrentes em determinado momento da carreira dos indivíduos, a própria saída dos jornalistas por falta de oportunidade de crescimento ou por não encontrarem mais razão na estrutura redacional. Os não escolhidos, os que não conseguem ascender ao olimpo da profissão, buscam oportunidades em outros espaços, sejam eles a academia, mas, principalmente, as assessorias de comunicação e outras ocupações/ profissões. Trata-se da motivação perversa da juvenilização da profissão, como expõe Garcia (2009).

As faculdades de Comunicação Social/ Jornalismo assumem, nesse aspecto, um sentido controverso. A reposição no mercado de jovens recém-formados permite a manutenção dessa classe de proletários do jornalismo. Fica oportuno para os patrões dizer que muitos desses jornalistas não são competentes para o exercício da missão jornalística e do fazer do grande jornalismo, de grandes reportagens e apurações. Se existe o déficit de formação desses jornalistas pelas universidades, há por outro lado o não espaço para todos os jornalistas tornarem-se grandes, o que atende à estrutura hierárquica dos jornais.

O jornalista que atinge um *status* diferenciado na redação percebe sua trajetória como uma construção solitária, do talento, daquele que provou através do exercício da reportagem e da autoria ou que acumulou experiências que o elevaram ao posto que ocupa. Ele acredita seu sucesso muito mais ao talento e, por vezes, a um dom de escrita, do que a outros fatores. Por isso, é comum aqueles que ascenderam na profissão não cederem à formação universitária qualquer crédito, uma vez que assim como os artistas, escritores e demais intelectuais, consideram que a formação pode atrapalhar o desenvolvimento do dom que se adquire no

contato direto com a matéria-prima, no caso, o fazer jornalístico da reportagem. Outra característica, os altos salários, o prestígio e o espaço de decisão creditado a esses profissionais costumam fazer deles contrários à sindicalização, tomando o jornalismo muito mais como uma atribuição artística e de gênio do que de trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho. Há exceções em algumas trajetórias, como não poderia deixar de ser. Mas a visão do sindicato como corporativo e voltado para uma reserva de mercado vai diretamente contra a visão de uma pluralidade de formas de acesso que privilegiaria o talento em detrimento da formação.

A ausência de necessidade da formação é advogada pela maior parte do segmento do patronato uma vez que a universidade estabelece outras relações de valores, em que o código manifesto no interior das redações não é compartilhado. A formação universitária torna igual o que deve ser diferente. E como não partilha dos códigos no interior da redação, torna-se um entrave, pois tem a pretensão de formar criticamente seus estudantes descuidando da parte técnica e operativa. O que ocorre são estudantes que não têm a capacidade de se ajustar ao regime de produção dos jornais e, muitas vezes, não compreendem as regras de ascensão e de hierarquia na carreira. Ademais, recebem um título de bacharel, de propenso intelectual no segmento do jornalismo e entra nos jornais pela porta dos fundos, produzindo lead e “reesquentando” notícias. Eles são mão de obra cara, que não se adequa aos interesses das empresas. Os cursos de *trainee* surgem nesse cenário para aquilatar alguns dos jovens formados para o entendimento das regras do manual de redação e da cultura da empresa. Trata-se de “domesticar os focas”, como afirma o *slogan* do *trainee* de *O Estado de S. Paulo*.

Em outro ângulo de análise, no interior do país, as relações de poder dos jornalistas são diferenciadas em relação aos centros culturais. No interior, além do domínio político para o controle da imagem da elite cultural local, há a possibilidade de ascensão dos jornalistas aos parques núcleos culturais de forma mais rápida (BERGAMO, 2012). Porém, os custos dessa ascensão cultural são remodelados, pois o espaço para salários maiores e maior prestígio no interior dos veículos é menor. O espaço costuma ser restrito a um ou dois veículos por meio de comunicação em cada estado/ região, estabelecendo desses um núcleo seletivo de profissionais influentes.

Esse quadro mínimo de análise serve para entendermos de modo geral como se estruturam algumas relações de força e como o fazer do texto jornalístico possui vinculações com a hierarquia de prestígio entre

jornalistas, sem esquecermos os interesses empresariais envolvidos. Desse modo, torna-se relevante entendermos como a teoria marxista do jornalismo de Genro Filho propõe responder a algumas dessas questões, em especial, qual a divisão proposta por ele para compreendermos o *status* no interior da redação, sua relação com a academia, o papel do jornalista e do estudante de jornalismo.

\*\*\*

Porém, no que diz respeito aos produtores diretos, essa crítica da "despersonalização" da atividade jornalística possui outra fonte ideológica: ela expressa o saudosismo dos artesãos e pequenos-burgueses que perderam sua identidade ao longo do processo que os subjugou ao capital como trabalhadores assalariados. Ocorre que o jornalista, atualmente, deixou de ser um "intelectual" no sentido adjetivo dessa palavra, tornando-se alguém que - salvo exceções - é apenas um "trabalhador intelectual" (no sentido substantivo) especializado. As velhas gerações de jornalistas, principalmente, não se conformam com essa perda de *status* intelectual (GENRO FILHO, 1987, p. 175).

Uma teoria tem por referencia explicar a realidade, não sem antes organizar os elementos que, numa primeira análise, se apresentam caóticos. Por isso, a teoria expõe posições e o próprio ato de exposição justifica a distribuição de valor do que é apresentado. O ato de conhecer organiza e quanto mais o conhecimento consegue explicar a realidade material, maior seu poder de dividir e conceituar as relações pertinentes ao objeto analisado. A teoria pode estabelecer relações de relações, servindo de apoio para ações estratégicas de determinados grupos em detrimento de outros, demandando posturas e atenção a temas que de marginalizados e incompreendidos passam a ser considerados fulcrais devido ao reconhecimento como tal.

Ao estabelecer um contexto para o jornalismo brasileiro, em específico um quadro de análise para tentarmos compreendê-lo, podemos refletir sobre como uma teoria adequa-se à singularidade do seu tempo, à particularidade de suas mediações e à universalidade da explicação dos conceitos. Nesse momento, percebemos como a teoria coaduna-se à rede de mediações acadêmicas e profissionais do que é o jornalismo e do que ele deve ser. É a urgência do momento histórico que

dota a teoria de um aspecto intervencionista, de resposta às questões que se materializam no momento em que é produzida.

A teoria de Genro Filho está nessa realidade, propõe-se a dialogar com a comunidade acadêmica e profissional ao apresentar soluções específicas a questões que se impunham aos jornalistas, professores e estudantes de jornalismo daquele momento. Pressupomos que a teoria de Genro Filho, de maneira direta ou indireta (poderíamos dizer implícita ou explicitamente), insere-se e responde às questões de seu tempo. Insere-se, pois, embora nossa leitura de Genro Filho fosse tipicamente idealizada (em que ele teria a compreensão de todo o quadro de relações que se apresentavam fenomenicamente a ele), não poderíamos afirmar que ele dominava todas as respostas e consequências de seus atos, abrindo espaço para as relações de condicionalidade proporcionadas pelo meio e, em simultâneo, de contingência por consequências não planejadas de tais ações. E responde, pois a atuação teórica pressupõe o reconhecimento de questões que atravessam o jornalismo e se materializam em situações concretas do cotidiano observado e vivido pelo teórico e intelectual. Essa dimensão de pôr teleológico e de incerteza dos desdobramentos é inerente à historicidade humana e aplicada às ações mais cotidianas dos sujeitos.

Adelmo Genro Filho respondia a algumas questões candentes de seu momento histórico. A possibilidade de uma teoria marxista do jornalismo que não propusesse o fim do jornalismo em favor do comunismo ou o fim do jornalismo informativo em favor do opinativo ou a determinação do jornalismo como uma ideologia da “ciência do estado” era estranha à esquerda daquele momento. Como ser de esquerda e fazer jornalismo? Como fazer jornalismo de esquerda? Como fazer um jornal popular sem ser sensacionalista? Essas questões estavam no âmago do debate entre intelectuais de esquerda, jornalistas militantes e jornalistas nos anos 1980. Havia a posição teórica e da categoria de que o jornalismo informativo, a notícia centrada no lead retira do jornalista e principalmente do público a possibilidade de experiência, em específico a experiência política. Essa era uma posição compartilhada por jornalistas e intelectuais.

É nesse sentido, voltando a um tópico que discutimos na exposição das temáticas do “Folhetim” que a teoria de Marcondes Filho, da USP, é mediada por um contexto específico de transformações do jornalismo. Os jornalistas intelectuais veem no jornalismo objetivo praticado nos anos 1980, com a centralidade do *lead*, o próprio fim do jornalismo, pois dissolve a autoria em favor da venda. A estrutura dos

jornais de exposição das informações serviria para demonstrar a natureza mercadológica de tal prática e a notícia rápida e isenta de sujeito como um invólucro, um produto que vende a ideologia dominante sob a propaganda de neutralidade e objetividade. O combate deveria ocorrer fora dos jornais, no espaço em que os jornalistas teriam a possibilidade de militar politicamente, demonstrar sua subjetividade e agir como intelectual. O jornalista não seria um profissional liberal, ou profissional com reserva de mercado, mas representaria a própria condição do público em se manifestar no jornal como público. Em suma, seria a democratização da alta cultura presente na produção e no *status* da elite da profissão - aquela em que estaria mais próxima do exercício artístico e político - a toda categoria. Observamos como tais posições em uma teoria explicativa e de uma crítica/ ética reposicionam os jornalistas, reconfiguram o passado e explicam o presente. Apesar de que sob o véu do pessimismo de “A Saga dos Cães Perdidos” dos jornalistas (MARCONDES FILHO, 1998, 1986, 1985).

A teoria de Genro Filho não está alheia a esse panorama político que tensiona as relações no jornalismo. Ele oferece uma teoria marxista que defende a notícia como forma de conhecimento. Define a necessidade de formação especializada e condena a luta dos práticos pelo fim do diploma. E, ao definir a notícia e o fazer do lead como forma de conhecimento revaloriza um setor dos jornalistas que seria a base da hierarquia. Ao fazer isso, responde não apenas aos jornalistas que estão trabalhando com a notícia diariamente, como também aos estudantes de jornalismo que podem ver em sua atividade imediata uma forma de conhecimento. Cada um desses elementos resulta de interpretações razoáveis, desenvolvendo a hipótese de que o livro defronta questões presentes no jornalismo, mesmo que essa afirmação esteja longe de um consenso.

Afonso Albuquerque e Marco Roxo, por exemplo, parecem considerar que Genro Filho desconhecia todo o debate presente no jornalismo naquele momento sobre o papel exercido pelo lead e pela objetividade jornalística no cerceamento imposto pelas empresas de jornalismo à liberdade intelectual dos jornalistas. O problema principal estaria que Genro Filho essencializa o desenvolvimento histórico do jornalismo, o que, por conseguinte, e que, por isso, chancelaria uma versão autoritária de organização da profissão. As relações de autoritarismo presentes no interior das redações são exemplificadas por Albuquerque (2010) pela atuação da ditadura militar em expurgar os jornalistas intelectuais das redações, impor a obrigatoriedade do diploma como forma de controle da ação intelectual e, posteriormente, pelas

reformas dos jornais com a implantação da “ditadura da objetividade” dos manuais e da redação da notícia. Em consequência, para o professor, assiste-se a uma opção pelo jornalismo de baixa qualidade, profissionais jovens, dóceis e com poucas possibilidades de rompimento da hierarquia gerenciada pelos patrões. O sindicato, por seu turno, aceita parte destas condições apostando na possibilidade de fechamento de mercado e classificação do estatuto do jornalista como profissional (ainda que não corresponda a todas as características dos profissionais liberais). E, por sua vez, a academia garantiria, em um desdobramento de nossa leitura dos diferentes textos desse autor, um espaço de atuação próprio, com a defesa de uma “teoria do jornalismo” que, para ele, seria uma quimera.

Podemos enfrentar esse ataque frontal advindo de um sociólogo experiente, professor de comunicação e, principalmente, estudioso da profissão, recontextualizando o debate daquele momento visando perceber como Genro Filho pode ser posicionado nesse quadro. Não acreditamos, por exemplo, que ele ignorasse as questões e temas importantes do jornalismo naquele período. Nem que compactuasse somente com um projeto do jornalismo como profissão oriundos dos sindicatos (como discutiremos adiante, sua teoria foi utilizada para esse propósito anos depois da publicação de “O Segredo”).

Primeiramente, havia um problema imediato. Como professor, Genro Filho (assim como quase todos os professores dos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo dos anos 1980) notava o hiato existente entre a formação dada aos jornalistas e a atuação desses jornalistas. Com ênfase, o desencontro que havia entre uma formação de esquerda, que visava à ação revolucionária pelo socialismo, com uma prática marcada pelas relações capitalistas. Era necessário, portanto, encontrar chaves teóricas com o objetivo de resolver esse gargalo entre o ensino da teoria e o ensino da prática, para perscrutar o problema da desconexão da prática com a teoria.

Ao escolher a notícia como forma de conhecimento, Genro Filho desagradou grande parte dos teóricos daquele momento. Mais importante, lançou para os jornalistas a interrogação de como transformar uma prática reificada em conhecimento. A dúvida dos jornalistas próximos a Genro Filho, como afirmou Samuel Pantoja Lima em entrevista para nossa tese era “como transformar a notícia em forma de conhecimento?”. Como fazer com que uma prática desvalorizada pelos próprios profissionais, pelos teóricos, pelos professores, pelos patrões, pelos intelectuais fosse outra coisa que não uma simples notícia diária? Poderíamos avançar nessa dúvida: como dar autoria a um texto que se pressupõe sem autoria?

A autoria seria dada pela compreensão teórica, pela razão de ser da notícia. Para Genro Filho, se os jornalistas compreendessem como atuam na realidade e a que necessidade do público atendem, teriam instrumentos abstratos para defenderem sua prática da opressão dos padrões e fazerem dela um espaço de disputa pela hegemonia ideológica. No sexto capítulo de “O Segredo” e na palestra que ministrou a estudantes de Comunicação sobre o livro, Genro Filho é claro ao indicar que os jornalistas de esquerda não deveriam abandonar a notícia para a ideologia dominante, pois ela incide sobre o cotidiano. Por isso, Genro Filho argumenta que a notícia informativa não é somente mercadoria.

Essa possibilidade do jornalista em separar a notícia como essência da notícia como produto e de trabalhar os sentidos que emanam da realidade (objetiva e subjetiva) devolveriam a ele o sentido de autoria e a identificação de um espaço de trabalho especializado e distinto do interesse comercial do patrão. Não estaríamos tratando de um jornalismo intelectual ou artístico, nem do jornalismo como vetor dos dispositivos da alta cultura, mas da prática cotidiana do jornalismo como é exercido, em sua possibilidade de vir a ser conhecimento.

Por outro lado, a teoria de Genro Filho não é partidária da objetividade e da neutralidade ao modo como são defendidas pelos manuais de redação. O problema da objetividade – como teremos a oportunidade de analisar – não se reduz à fórmula “do não envolvimento pessoal” (GENRO FILHO, 1987, p. 41-51). Trata-se de uma atividade que se relaciona com a realidade que é subjetiva e objetiva, resultado do trabalho humano. No mesmo sentido, não é uma mera técnica de reprodução da realidade sem qualquer ideologia, pois a realidade também é constituída por ideologia. Isso não significa, por outro lado, que o jornalismo seja somente resultado de exercício ideológico e de manipulação. Por essa razão, o autor defende o exercício do jornalismo como forma de conhecimento, pois o jornalista deve ter a capacidade de discernir as ideologias presentes na realidade e trabalhá-las em relação às ideologias do grupo profissional e de si próprio.

Ao destacar a importância da notícia, o texto de Genro Filho incide sobre a hierarquização dos jornalistas. A base da pirâmide faz conhecimento, os jornalistas, mesmo os recém-formados, devem trabalhar para fazer de sua prática conhecimento. Essa definição pretende equilibrar as situações em relação à reportagem e despreza a carreira eminentemente burocrática. São esses sujeitos, a base da hierarquia, o maior contingente de profissionais responsáveis pela maior parte do que sai nos jornais, pelo que é mais consumido nesses veículos. São eles também, na condição de trabalhadores intelectuais, de

proletários especializados, que podem atuar para transformar o regime de forças no interior dos jornais. Dificilmente uma estrela do jornalismo, um grande repórter, um âncora ou um colunista famoso, com altos salários e prestígio trabalhariam para a alteração do *status quo*, o que afetaria sua posição.

A defesa de uma formação especializada responde também a outra relação de forças: a de que o conhecimento desenvolvido nos jornais não advém da própria redação, dominada pela visão empresarial e técnica do fazer notícia. Se há uma possibilidade de ensinamento e formação dos jornalistas para o reconhecimento do seu fazer como conhecimento, esse lugar deve ser fora das redações, na universidade, como o horizonte pragmático daquele momento se desenhava. E sendo a universidade o lugar dessa formação, caberia a ela propor a explicação da prática, a ação teórica.

Como Daniel Herz (1988) afirma no debate realizado após sua palestra em 1988 e Francisco José Karam ratifica em entrevista para nossa pesquisa, a intenção de Genro Filho foi fazer de “O Segredo da Pirâmide” um manual teórico de redação. O complemento do livro seria constituído por exemplos retirados do jornalismo em que os conceitos apresentados no livro seriam demonstrados e aplicados. Por isso, a recorrente defesa dos professores de jornalismo que utilizam o livro de que ele deve ser lido nas atividades práticas, nos exercícios de laboratório, aproximando assim a aplicação do livro. O grande hiato que permaneceu e ainda permanece é que os exemplos didáticos e práticos que complementariam o livro nunca foram realizados. O próprio intento de constituir um manual, em nossa inferência, reforça a tese de que Genro Filho responde a uma conjuntura muito específica de seu tempo, momento em que os manuais de redação ganharam força no jornalismo nacional tendo o “Projeto *Folha*” como principal representante.

Por fim, mas não menos importante, podemos dizer que o projeto de Genro Filho dialoga com o projeto do primo, Daniel Herz, de combater a “democracia dos monopólios” que se estabeleceu na mídia brasileira, com casos de concessões de licenças de rádio e televisão acintosas naquele período do governo José Sarney (1985-1990). O jornalista, como trabalhador intelectual, era o indivíduo mais propenso a lutar pela democratização dos meios de comunicação e pela atuação livre das amarras do capital e do governo para o atendimento da necessidade pública de informação. A formação especializada, nesse sentido, o reconhecimento da natureza da atividade jornalística poderia servir como motivo mais amplo do que reproduzir os códigos do mercado. Seria a proposta de sabotá-lo com o conhecimento profundo

das regras do jogo. Formar bons jornalistas com conhecimento do fazer notícia serviria para que, ao trabalharem nas redações, os jornalistas respondessem aos desejos do patrão fazendo bons textos, mas com uma visão ideológica que não responderia ao desejo de classe do patrão. Ao alterar o conceito da estrutura do texto da notícia, o “Segredo da Pirâmide” sugere a alteração da atuação política dos jornalistas no interior da redação. Saber o que de fato é o jogo (uma teoria do jornalismo) permitiria ao jornalista uma práxis mais consciente e, por conseguinte, um incontornável dever ético. Mesmo sem expressar o termo profissão em qualquer momento, podemos dizer que ao oferecer um conhecimento abstrato, Genro Filho intentava dotar a capacidade de inferência e diagnóstico (ABBOTT, 1988) da prática dos jornalistas, o que reforça o altruísmo que caracteriza essa prática como uma modalidade profissional.

Professores, sindicatos e jornalistas são envolvidos nesse processo de disputa por hegemonia no interior das redações. Afirmar a profissão, nesse caso, significa dispensar a pecha de “liberal” para reforçar a condição de proletário. Importante afirmar que essas definições são muito próprias de um momento político e utilizadas, transformadas e deslocadas para outros contextos, respondendo a outros processos, a partir dos anos 1990.

O olhar retrospectivo para essa avaliação de Genro Filho permite que façamos uma crítica material a sua proposta, haja vista que mesmo mais de 25 anos após o lançamento, assistimos à consolidação das hierarquias no interior do jornalismo, à banalização da informação diária, ao baixo poder de autocritica dos jornalistas para com suas empresas e, principalmente, ao controle ideológico das redações pelos patrões, à manutenção dos monopólios dos meios de comunicação. A proposta de Genro Filho, sem dúvida, é idealista, de uma proposta que precisaria ser testada, refinada e, se possível, superada. Porém, ao reconstituirmos o contexto daquele momento e atualizarmos as questões pendentes no jornalismo, percebemos que os dilemas da profissão se exacerbaram com a entrada dos novos media, mas se mantêm atuais quanto à proletarização desta ocupação e de sua falta de legitimidade como profissão. A própria teoria não conseguiu legitimidade e inserção junto aos profissionais e à grande parte das escolas de Jornalismo do país por causa do modo como esse livro foi lido, utilizado ou ignorado.

Ao se retirar o aspecto combativo da teoria e, principalmente, sua condição crítica - sua fundamentação marxista - as categorias da proposta do livro são descaracterizadas. O projeto de formar jornalistas que tenham capacidade técnica de atuar tanto no mercado quanto em

meios alternativos serve muitas vezes para formar jornalistas cientes das regras do jogo, porém cínicos, conformados ou frustrados. O ensino de Jornalismo, nessas circunstâncias, é reificado e, desse modo, atende às regras de “formar para o mercado”, “acompanhar as tendências de mercado”, “repensar o mercado”. O curso se orgulha por ter seus alunos inseridos no mercado, “pré-adestrados” para os *treinees*, porém esquece que os recém-formados costumam substituir ex-alunos com cinco, dez anos de experiência demitidos em algumas das “reformulações” em uma das grandes empresas jornalísticas que monopolizam o setor.

Em certa medida, o modo como o livro foi produzido e recebido tem vinculações com a vida de Adelmo Genro Filho. No próximo capítulo, apresentaremos o estudo de sua trajetória, buscando compreender como um militante político de esquerda chegou ao curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC e em que condições de sua trajetória o “Segredo da Pirâmide” foi forjado. Esperamos que algumas das lacunas do contexto de produção do livro que permanecem ou que precisam de melhor explicação sejam contempladas ao longo da exposição, em especial o contexto particular da atividade docente de Genro Filho em Santa Catarina.



## 2 SINGULARIDADE DE UMA VIDA EM SUAS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS

### ESPECULAÇÕES EM TORNO DA PALAVRA HOMEM

*Mas que coisa é homem,  
 que há sob o nome:  
 uma geografia?  
 um ser metafísico?  
 uma fábula sem  
 signo que a desmonte?  
 Como pode o homem  
 sentir-se a si mesmo,  
 quando o mundo some?  
 Como vai o homem  
 junto de outro homem,  
 sem perder o nome?  
 E não perde o nome  
 e o sal que ele come  
 nada lhe acrescenta  
 nem lhe subtrai  
 da doação do pai?  
 Como se faz um homem?  
 Apenas deitar,  
 copular, à espera  
 de que do abdômen  
 brote a flor do homem?  
 Como se fazer  
 a si mesmo, antes  
 de fazer o homem?  
 Fabricar o pai  
 e o pai e outro pai  
 e um pai mais remoto  
 que o primeiro homem?  
 Quanto vale o homem?  
 Menos, mais que o peso?  
 Hoje mais que ontem?  
 Vale menos, velho?  
 Vale menos morto?  
 Menos um que outro,  
 se o valor do homem  
 é medida de homem?  
 Como morre o homem,  
 como começa a?*

*Sua morte é fome  
 que a si mesma come?  
 Morre a cada passo?  
 Quando dorme, morre?  
 Quando morre, morre?  
 A morte do homem  
 conselha a goma  
 que ele masca, ponche  
 que ele sorve, sono  
 que ele brinca, incerto  
 de estar perto, longe?  
 Morre, sonha o homem?  
 Por que morre o homem?  
 Campeia outra forma  
 de existir sem vida?  
 Fareja outra vida  
 não já repetida,  
 em doido horizonte?  
 Indaga outro homem?  
 Por que morte e homem  
 andam de mãos dadas  
 e são tão engraçadas  
 as horas do homem?  
 mas que coisa é homem?  
 Tem medo de morte,  
 mata-se, sem medo?  
 Ou medo é que o mata  
 com punhal de prata,  
 laço de gravata,  
 pulo sobre a ponte?  
 Por que vive o homem?  
 Quem o força a isso,  
 prisioneiro insonte?  
 Como vive o homem,  
 se é certo que vive?  
 Que oculta na frente?  
 E por que não conta  
 seu todo segredo  
 mesmo em tom esconso?*

*Por que mente o homem?  
 mente mente mente  
 desesperadamente?  
 Por que não se cala,  
 se a mentira fala,  
 em tudo que sente?  
 Por que chora o homem?  
 Que choro compensa  
 o mal de ser homem?  
 Mas que dor é homem?  
 Homem como pode  
 descobrir que dói?  
 Há alma no homem?  
 E quem pôs na alma  
 algo que a destrói?*

*Como sabe o homem  
 o que é sua alma  
 e o que é alma anônima?  
 Para que serve o homem?  
 para estrumar flores,  
 para tecer contos?  
 Para servir o homem?  
 Para criar Deus?  
 Sabe Deus do homem?  
 E sabe o demônio?  
 Como quer o homem  
 ser destino, fonte?  
 Que milagre é o homem?  
 Que sonho, que sombra?  
 Mas existe o homem?*

***Carlos Drummond de Andrade***

Adelmo Genro Filho é o nome de uma rua na região sul de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que fica a algumas quadras da Rua Chico Mendes. Também é o nome da vila onde está esta rua, em substituição à denominação “Vila Santa Rita de Cássia”. O gabinete de leitura “Adelmo Genro Filho”, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), está disponível para estudantes, técnicos e professores de segunda a sexta, das 8:30 às 17:30. O Centro de Atenção à Cidadania e Direitos Humanos Adelmo Genro Filho, uma ONG de Santa Maria, realiza ações de denúncia contra violações dos direitos humanos e de defesa da dignidade. O nome do Centro Acadêmico Livre de Jornalismo “Adelmo Genro Filho”, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma homenagem dos estudantes ao seu professor. O nome do jornalista está na Fundação pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina<sup>41</sup>. O comitê jovem de uma corrente do PT gaúcho traz a denominação do político. Da mesma forma, o principal prêmio de pesquisa em Jornalismo do país, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), relembra o teórico.

---

<sup>41</sup> Essa Fundação foi formada em 1992 com apoio de sindicatos urbanos da Grande Florianópolis (Sindicato dos Jornalistas, dos Eletricitários, dos Bancários, dos Professores Estaduais, dos Professores Universitários e ONGs).

É bem verdade que Adelmo Genro Filho não é o mais famoso da família Genro. O nome da Câmara de Vereadores e de um colégio municipal de Santa Maria é do então presidente de honra do PSB no Rio Grande do Sul (até sua morte em 2003), Adelmo Simas Genro, seu pai. E seu irmão do meio, Tarso Herz Genro, foi vereador (1968), vice-prefeito (1989-1992) e prefeito de Porto Alegre (1993-1996 e 2001-2002), deputado federal (1989-1990), Ministro da Educação (2004-2005), da Secretaria de Relações Institucionais (2006-2007), da Justiça (2007-2010) e governador do estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Se ainda não recebe honrarias, provavelmente terá seu nome gravado em placas de nomes de rua e praças, escolas, rios e demais construções humanas ou acidentes geográficos denominados por humanos.

O processo de sagração organiza relações de poder e ressignifica o trabalho da história, que não estuda apenas os documentos, como a transformação e criação de documentos sob a ação de criar marcos, lembrar fatos e nomes, constituir “monumento” (LE GOFF, 1990). Contar a história de uma vida fundamenta-se nas diferentes formas que essa biografia é contada com vistas a recompor os apoios e compreender as posições do presente. Quando tratamos do pensamento de um autor e da capacidade de influência desse pensamento, a biografia é reconfigurada, constituição dos traços que estabelecem relações entre ações e reflexões de um sujeito e o modo como contam a história dele.

Por isso, como premissa, contar a história de Genro Filho parte do desafio de explicar como o acaso, os acidentes de uma vida oferecem, *post festum*, a história que atravessa essa vida e também é constituída por e com ela. As escolhas de cada sujeito abrem possibilidades infinitas e a história, em um aspecto, é a história dessas escolhas. Há, conforme Lukács (2012), uma concomitância entre o sujeito singular e as circunstâncias nas quais atua. A ação singular de um sujeito, a escolha por uma alternativa, não pode ser lançada no jogo dicotômico proposto pela teoria do conhecimento que por vezes privilegia a determinação do social sobre o indivíduo e em outras defende a completa singularização de cada ato.

[...] todo ato singular alternativo contém em si uma série de determinações sociais gerais que, depois da ação que delas decorre, tem efeitos ulteriores – independente das intenções conscientes -, produzindo alternativas de estrutura análoga e fazendo surgir séries causais cuja legalidade vai além das intenções contidas nas alternativas. Portanto, as legalidades objetivas do ser

social estão insolúvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma estringência social que é independente de tais atos (LUKÁCS, 2012, p. 345).

A história, portanto, também é aquilo que não se escolhe, condições materiais que conduzem em parte a trajetória no interior de um campo de forças, como explica Bourdieu (2009). O regime de escrita que conta uma história também forma os diferentes sentidos presentes na história. A escrita como um momento de produção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, as ações e ideais a destacar e os aspectos a escandir. O processo de consagração é um aspecto da produção dessa escrita (RICOEUR, 2007).

De forma particular no primeiro capítulo, contextualizamos a produção de “O Segredo da Pirâmide” à história do jornalismo no país e às mediações presentes na profissão e na academia nos anos 1980. Aqui neste capítulo, a história do indivíduo sobressai, entendendo a singularidade de algumas escolhas, os acasos e descontinuidades como parte fulcral da história vivida e simbolizada por esse sujeito. Consideramos que as diferentes histórias que constituem uma trajetória (as versões) interferem no modo como interpretamos um aspecto específico da produção desse sujeito. No nosso interesse aqui, um livro, uma teoria.

A recuperação que realizamos não visa o fôlego que um estudo biográfico demanda. Não houve tempo nem investimento nessa oportunidade de nossa investigação. Também há algumas considerações a serem feitas sobre as fontes utilizadas, uma vez que, prioritariamente, realizamos revisão bibliográfica, em teses e dissertações, sítios da internet, resultados de trabalhos e declarações que atendem a objetivos distintos aos nossos. Como estratégia metodológica de averiguação, realizamos entrevistas com sujeitos que conviveram com Adelmo Genro Filho em diferentes momentos de sua vida. As lembranças e a carga afetiva das declarações condicionam a crítica necessária dessas fontes. Mesmo passados mais de 25 anos da morte do autor, constatamos as dificuldades de dissociação da memória afetiva das análises mais críticas das circunstâncias em que essas experiências ocorreram. Como afirma Pollak (1989), todo processo de memória é uma adequação de referências coletivas à constituição da própria identidade de quem relata. O que envolve silêncios e esquecimentos. Problema metodológico que, no limite de nossa investigação, procuramos atenuar por meio do confronto de versões, pesquisa bibliográfica e documentos. Como já

mencionado, o objetivo não foi uma pesquisa exaustiva sobre a biografia do teórico, mesmo que o esforço aqui empreendido, com a amplitude de fontes e com o foco aqui disposto, seja inédito. O que esperamos, motive trabalhos com condições mais adequadas do que as nossas para corrigir e complexificar as versões aqui retrabalhadas.

Adotamos como estratégia entender como o autor dialoga com as condições materiais de sua existência, estabelecendo uma análise histórico-social do sujeito no contexto cultural, social e político de seu tempo. Com base nas mediações estabelecidas por Adelmo Genro Filho, destacamos a importância das circunstâncias geográficas na produção simbólica dos sujeitos [por exemplo, o trabalho de Ginzburg (1991)]; algumas nuances nodais do contexto político e econômico que condicionam as ações, a linguagem e o modo de compreensão dos indivíduos [como destacam metodologicamente trabalhos como os de Skinner (1999), Darnton (2010), Burke (2010), Hunt (2007)]; a importância da constituição familiar, da relação estabelecida entre público e privado, da relação moral e cultural decorrente dos vínculos com pais e irmãos, da estrutura da residência, com a distribuição das atribuições e do convívio social a partir de uma geografia da casa (ELIAS, 2001; BOURDIEU, 2007); da formação de leitura, do convívio no ambiente universitário e do compartilhamento de códigos e condutas com um grupo de interlocutores de uma mesma geração (BOURDIEU, 2007; BOURDIEU, 2012; RIFFEL, 1984); das condições de militância política, das lutas por hegemonia e de determinação dos projetos de ação e ideação política; das disputas acadêmicas, dos espaços de sacração ou de instituição do *outsider*, da leitura das condições internas à produção universitária que otimizam o surgimento de uma teoria e de um teórico (BOURDIEU, 2012, PEVSNER, 2005).

A opção pelo relato cronológico não significa a anulação da compreensão do artifício retórico que isso significa. Ciente de que a vida não é o mesmo do que a escrita sobre ela, entendendo a produção de uma biografia em seu sentido de produção. Embora o termo trajetória possa trazer a ambiguidade de uma sucessão de fatos coerentes e contínuos que se encadeiam, enfatizamos que o encadeamento faz parte das significações estabelecidas pelas diferentes versões que o próprio indivíduo constitui para si, das condições sociais para que esse encadeamento seja aceito pelo sujeito e dos regimes de escrita dessas versões (BOURDIEU, 1996b). A disposição temporal e espacial, a ênfase a certos detalhes em detrimento de outros, revela as escolhas e condicionamentos que julgamos pertinentes e também as que várias outras versões tornaram pertinentes. A distância entre a biografia e a

vida é um problema metodológico em constante debate e permanece como nosso instrumento de trabalho (DOSSE, 2009). Entendemos que as descontinuidades do regime de escrita devem vir acompanhadas do enquadramento que nos move, ou seja, a história de uma teoria, suas condições de produção. Ao reunir essas preocupações e leituras, apresentamos outro aspecto de leitura do livro “O Segredo da Pirâmide” que consideramos indispensável para parte significativa do entendimento e análise dessa teoria. Uma teoria também enquadra parte das histórias possíveis do teórico que a propõe. Esse é o nosso interesse aqui. Entender a história do sujeito Genro Filho para compreender e explicar sua teoria do jornalismo.

\*\*\*

Adelmo Genro Filho é o filho homem mais novo e o quinto dos seis filhos de Adelmo Simas Genro e Elly Herz Genro. Genro Filho nasceu em 25 de dezembro de 1951, em São Borja, cidade de origem de Getúlio Vargas - então presidente eleito do Brasil - e de João Goulart. Seu pai era um dos filhos mais novos de Cândido Genro Filho e neto de Cândido Genro da Silva. Este, herdeiro de grandes extensões de terras na região de Santiago, Rio Grande do Sul (GENRO, 1983). São Borja e Santiago são cidades próximas uma da outra, na região oeste do Rio Grande do Sul - também conhecida como região missioneira -, caracterizada por extensas propriedades agrícolas e de pecuária.

Adelmo Simas Genro, o pai, viveu em um momento de decadência do poderio agropecuário da família de estancieiros, resultado da constante divisão das terras entre os herdeiros, venda de terras para outros fazendeiros, migração para os centros urbanos e afastamento das lidas do campo dos filhos educados nos maiores centros urbanos. O pioneiro da família Genro no Brasil, bisavô de Adelmo Simas Genro, deixou de herança para os filhos 170 quadras de campo, em grande parte assumida pelo avô de Adelmo, Cândido Genro da Silva. “Quando faleceu o vovô Cândido Genro da Silva, os filhos herdaram um patrimônio razoável. Meu pai chegou a ter umas cinquenta quadras de campo<sup>42</sup>, mas acabou com poucos imóveis em Santiago e uma casa em Santa Maria” (GENRO, 1983, p. 113).

Como relata Grill (2005, p. 545-546), as relações políticas estabelecidas por Adelmo Simas Genro eram congruentes ao declínio

---

<sup>42</sup> Cada quadra de campo ou quadra de sesmaria equivale, no Rio Grande do Sul, a uma área de 132 metros por 6.600 metros ou a 87,12 alqueires.

econômico da família, e ocorreram por intermédio de contatos e “relações herdadas” com as famílias Vargas e Goulart (grandes proprietários de terra em São Borja). Conforme o pesquisador, Genro foi coordenador da campanha de João Goulart para a Assembleia Legislativa de 1947. De acordo com Adede y Castro (2008, p. 86), “Na época em que João Goulart morava em São Borja, Adelmo era tão íntimo dele que o auxiliava na redação dos discursos políticos [...]”.

Genro cursou o equivalente ao segundo grau em Santa Maria, visto que “Santa Maria era a cidade para onde convergiam os jovens cujos pais desejavam para seus filhos o curso secundário” (GENRO, 1983, p. 115). Além de um Colégio em Uruguaiana, era para um Colégio Marista em Santa Maria que seguiam estudantes das cidades de Santiago, Jaguari, São Pedro do Sul, Tupanciretã, Julio de Castilhos, Cruz Alta, São Sepé, Rosário e São Gabriel. De acordo com Genro (1983, p. 115), até de Livramento, Uruguaiana e Porto Alegre advinham estudantes devido à “boa fama” que gozava o Ginásio dos Maristas em Santa Maria. De acordo com Adede y Castro (2008), Genro estudou no Ginásio dos Maristas de 1936 a 1941. Depois disso, lecionou em Santiago nos anos de 1942 e 1943.

Viveu por dez anos em São Borja, tempo em que conheceu Elly Herz. Em 1943, eles casaram, e os dois tiveram cinco dos seis filhos em São Borja. Elly Herz Genro é oriunda de São Bento do Sul, cidade gaúcha de colonização alemã. Ela é filha de um imigrante judeu alemão chamado Germano Herz, caixeiro viajante e filha de uma descendente de alemães<sup>43</sup>. Em entrevista, Maria Elly Herz Genro, irmã mais nova de Adelmo Genro Filho, conta que o avô importava livros da Alemanha, gostava muito de literatura e de estar atualizado com o que acontecia no mundo. Ambiente que teria influenciado a mãe de Genro Filho, mulher que, segundo descrições, tinha grande interesse pelos livros e com postura política muito avançada para o convívio social que compartilhava. “Ela se notabilizou pela militância no MDB, PMDB e PT, sobretudo na direção dos setores partidários cujos espaços eram

---

<sup>43</sup> A família Herz tornou-se conhecida no Rio Grande do Sul depois que o irmão de Elly, Walter Herz, fundou uma empresa que veio a se tornar referência no Brasil na produção de suprimentos destinados à manutenção, reparo e operação para os mais variados segmentos da indústria e de serviços. O herdeiro desse império financeiro foi o sobrinho de Elly e primo de Adelmo Genro Filho, Daniel Herz, de quem iremos tratar adiante. Para a leitura de um texto publicado na revista *Exame* (em que pese o perfil editorial da publicação) sobre a empresa, Walter Herz e Daniel Herz, ver Naiditch (1997).

destinados à participação das mulheres” (GRILL, 2003, p. 1999). Tarso Genro (201?) em entrevista, oferece uma caracterização da mãe: “Meu pai era professor, minha mãe dona de casa. Mas ela sempre foi uma pessoa muito intelectualizada, lia muito. Eu li “Guerra e Paz” porque a minha mãe me orientou”. Característica ratificada por Maria Elly Herz Genro em entrevista:

*Minha mãe era uma pessoa que trabalhou em uma livraria e ela queria continuar a estudar. Porém, depois deixou de estudar. Estudou apenas até quinta ou sexta série porque tinha que casar. Era uma opção. Depois ela não quis voltar a ter acesso à educação formal. Mas ela conta que na livraria ela achava que havia um mundo a ser desbravado através dos livros. Era um mundo que ela sentia curiosidade em conhecer. Então ela começou a ler muito. Minha mãe lia muito. Era uma pessoa que não teve educação formal, mas uma pessoa que acompanhou meu pai na política e uma pessoa que tinha uma relação muito intensa com os livros, com a literatura. Depois ela até começou a ler umas coisas, lia Simone de Beauvoir [...].*

Adelmo Simas Genro lecionava português e francês em São Borja, na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus e no Ginásio Estadual de São Borja, chegando ao cargo de diretor deste último de 10 de abril de 1951 a 18 de março de 1954 (COLÉGIO..., 20??). No entanto, uma oportunidade profissional motivou a mudança para a cidade polo da região. Reis e Grill (2008, p. 136) creditam que a mudança da família para Santa Maria, em 1954, estava vinculada às relações políticas de Genro. Ele era próximo de outra liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), “(Mariano Beck, então secretário de Estado de Educação) que fora seu contemporâneo no ginásio em Santa Maria [...] oportunizou a sua nomeação como diretor da principal escola estadual da cidade, o colégio Manuel Ribas” (popularmente conhecida como “Maneco”). Não encontramos outros registros que atestem que Genro ocupou o cargo de diretor do Colégio Manuel Ribas, mas sim o de assistente de direção de 1956 a 1964. Essa escola foi criada pelo governador do Rio Grande do Sul um ano antes da chegada de Genro à cidade, no lugar em que funcionava a escola direcionada para os ferroviários. Além das aulas no Maneco, nos anos seguintes, Genro ensinou na Escola Estadual Maria da Rocha e no Instituto de

Educação Olavo Bilac<sup>44</sup>, instituição na qual foi diretor de 1961 a 1964<sup>45</sup> (ADEDE Y CASTRO, 2008, p. 15-16).

Santa Maria é uma cidade polo do interior do Rio Grande do Sul, localizada no centro do estado e, no terceiro quarto do século XX, a maior cidade da região. O desenvolvimento do município ocorreu devido à instalação das estradas de ferro no final do século XIX e início do século XX, o que a constitui como importante entroncamento ferroviário do sul do Brasil. Em 1885, foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana<sup>46</sup> que ligou Santa Maria à capital do Rio Grande do Sul, ferrovia que teve início em 1877 (BERNI, 2012). A cidade de Santa Maria tornou-se sede das oficinas dessa ferrovia. Um ano antes, em 1884, foi inaugurada a linha Rio Grande – Bagé, a segunda ferrovia mais antiga do Rio Grande do Sul. Em 1896, a cidade de Cacequi recebeu o primeiro ramal da ferrovia, com ligação a São Gabriel. No ano seguinte, ficou pronto o trecho Bagé-São Sebastião. Finalmente, a ligação Cacequi-Rio Grande foi concluída com a construção do ramal que liga São Gabriel e São Sebastião, no ano de 1900. Em 1898, a diretoria da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*<sup>47</sup> transferiu sua sede de Porto Alegre para Santa Maria (MELLO, 2002, p. 53). Em 1890, foi finalizado o trecho que liga Santa Maria a Cacequi. A linha tronco Cacequi-Uruguaiana iniciou suas operações em 1907, completando a ferrovia Porto Alegre – Uruguaiana. Até 1910, foram construídos importantes ramais dessa ferrovia, como a ligação Santana do Livramento – Rosário do Sul – Cacequi em 1910 (FACCIN, 2012, p. 2). Desse modo, Santa Maria fica no centro das estradas de ferro gaúchas (Figura 1), permitindo, a partir dela e passando por ela, a ligação à Argentina (Uruguaiana), Uruguai (Santana do Livramento), Porto Alegre e Rio Grande (litoral sul, incluindo Pelotas).

---

<sup>44</sup> Genro foi um dos principais articuladores da transformação da Escola Normal em Instituto de Educação, o primeiro dessa natureza no interior do Rio Grande do Sul. A transformação foi decretada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

<sup>45</sup> Além da vinculação à base popular devido a seu trabalho como professor, Genro fazia parte da maçonaria da cidade, o que era uma tradição na família, pois seu avô foi Venerável Mestre da ordem maçônica (GENRO, 1983). Genro escreveu um livro comemorativo dos 100 anos da maçonaria em Santa Maria (1976), juntamente com Luiz Alves Rolim Sobrinho. No entanto, não é precisa a data da entrada de Genro na maçonaria.

<sup>46</sup> Uruguaiana fica no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina.

<sup>47</sup> Companhia belga que arrenda a rede ferroviária gaúcha em 1898.

**Figura 1 – Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul**



Autor: RECKEZIEGEL, Ana.

Fonte: RECKEZIEGEL, Ana. Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul até 1910. In: **Betamemória**: preservação do Patrimônio Ferroviário através da web 2.0. Blog. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://betamemoria.blogspot.pt/p/sobre-o-betamemoria.html>>. Acesso em 22 fev. 2014.

Porém, a descrição não faz justiça ao entroncamento sem o detalhamento do ramal norte. Em 1889, como projeto do Império depois ratificado pela República, foi determinada a construção da linha férrea de ligação de Itararé - cidade paulista que fica na divisa com o Paraná - a Santa Maria. Essa ferrovia permitiu a ligação da cidade de São Paulo à cidade de Rio Grande, no litoral sul do Rio Grande do Sul. Assim, em 1892, iniciaram as obras de ligação de Santa Maria a Passo Fundo com extensão a Marcelino Ramos, obra concluída em 1910. No sentido norte-sul, a ferrovia de Itararé a Porto União (atualmente cidade de Santa Catarina que faz divisa com Paraná) foi concluída em 1905 e de Porto União a Marcelino Ramos (RS), inaugurada em 1911 (FACCIN, 2012, p. 2-3). A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, como ficou conhecida, transformou Santa Maria no mais importante entreposto no transporte de cargas e de pessoas no Rio Grande do Sul e um dos maiores do país.

Santa Maria tornou-se cidade de interesse comercial e industrial. A concentração de ferroviários constituiu-a polo trabalhista. O crescimento da cidade foi consequência, saltando de uma população de um pouco mais de oito mil no final do século XIX para mais de 30 mil nos anos 1930 (BERNI, 2012, p. 29). Nos anos 1950, Genro chegou à cidade que detinha população de 83 mil pessoas (SANTA MARIA, 2010, p. 64). Na década de 1960, a população passava de 120 mil e na de 1970, 156 mil<sup>48</sup> (ROSSINI, 2005, p. 51). Por ser a maior cidade da região e reunir uma elite e uma grande classe trabalhadora, foi necessária a criação de escolas de ensino primário e os ginásios (de ensino secundário). O que tornou comum a migração de adolescentes das cidades da região para Santa Maria. Situação que se ratificou com a criação da primeira universidade federal situada em uma cidade do interior do país, a Universidade de Santa Maria (depois Universidade Federal de Santa Maria), em 1960. Em outro aspecto, a posição estratégica da cidade frente às regiões de fronteira transformou-a em uma cidade de presença militar. Nela instalou-se, em 1908, o primeiro ajuntamento militar, que se transformou na 3ª Divisão de Infantaria do Exército (atual 3ª Divisão do Exército). A partir de 1971, foi construída no município uma base da Força Aérea Brasileira. Desse modo, Santa Maria, nos anos 1950, 1960 e 1970 era uma cidade polo do movimento operário (ferroviários, principalmente), do movimento estudantil (secundarista e universitário) e das forças armadas.

Essa situação estrutural da cidade atravessa a trajetória da família Genro. O cargo como docente na cidade, a militância no PTB e a proximidade política junto ao sindicato dos ferroviários aumentaram a representatividade de Adelmo Simas Genro. Com essas bases, elegeu-se vereador em Santa Maria em 1959. De acordo com Berni (2012, p. 46), Adelmo Simas Genro compôs a bancada petebista e estava entre os vereadores “simpatizantes e defensores da classe ferroviária”.

A vida política de Genro estendia-se para toda a família. Os filhos pequenos participavam da efervescência política daqueles anos. Era comum na casa dos Genro a presença de políticos e pessoas importantes da cidade e do Estado. Tarso Genro, em texto publicado no jornal Zero Hora de 11 de setembro de 2002, relata que acompanhava o pai nas atividades eleitorais desde os oito anos.

---

<sup>48</sup> A população de Santa Maria, conforme estimativa do IBGE (2014), é de aproximadamente 275 mil habitantes.

Em Santa Maria, também acompanhava meu pai desde os oito nas campanhas políticas. Ele era prócer do PTB, foi vereador por duas vezes e vice-prefeito. Lembro que distribuíamos cédulas nas esquinas. Fazia aquilo com prazer. Fui vice-presidente da ala moça do PTB. Meu pai foi o estímulo para a relação pública, como político.

Com essa base eleitoral junto aos ferroviários e devido às atividades educacionais, Genro foi eleito vice-prefeito em 1963, tendo como prefeito seu correligionário de PTB, Paulo Devanier Lauda. Naquele período, havia eleições para vice-prefeito e a vitória de Genro foi com maior vantagem do que a de Lauda. Genro elegeu-se com 19.206 votos de 35.944 votantes, pelo PTB contra o candidato apoiado pelos demais partidos tradicionais – PDS, UDN e PL (BERNI, 2012, p. 67). “Cabe salientar que Santa Maria, como maior polo laboral e de infraestrutura da VFRGS [Viação Férrea do Rio Grande do Sul] do estado do Rio Grande do Sul, teve nos trabalhadores ferroviários e seus familiares e parentes um engajamento político decisivo nesses processos eleitorais” (BERNI, 2012, p. 68). Os dois assumiram o executivo em 1964, mas permaneceram no cargo por menos de cinco meses devido ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Na passagem do dia 31 para 01 de abril, os ferroviários de Santa Maria interromperam todos os serviços, atendendo à conclamação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que mobilizava a defesa à permanência de João Goulart. Como descreve Berni (2012, p. 68-69), o lado mais progressista da cidade (leia-se aí os petebistas e setores da esquerda) trabalhava para tentar manter o presidente no poder. Por sua vez, o forte contingente militar também realizava suas movimentações (juntamente com setores conservadores da política da cidade).

Conforme relato de Berni (2012) e de Couto (2007), Genro era o prefeito em exercício no momento do golpe, uma vez que Lauda estava em São Paulo acompanhando um familiar em tratamento de saúde. No dia primeiro de abril, o então prefeito em exercício apresentou-se com o presidente do sindicato dos ferroviários, Baltazar Mello, ao comando da 3ª Divisão de Infantaria do Exército (DI), dispondo-se a garantir os comboios necessários para o deslocamento das tropas. Esse deslocamento era importante para o PTB, uma vez que a divisão militar de Porto Alegre permanecera fiel às ordens de João Goulart. Oferta, segundo relatos, recebida com frieza pelo então comandante (BERNI, 2012). A adesão do 3ª DI ao golpe logo em seguida fez com que o exército tomasse todos os pontos estratégicos da cidade, incluindo as

estações de rádio. Como expõe Berni (2012), um dos primeiros lugares tomados foi a gare da viação férrea, impedindo o embarque de qualquer membro da tropa para Porto Alegre. Mesmo os ferroviários resistindo por dois dias, não houve alternativa, a não ser aceitar a situação e voltar ao trabalho.

Os estudantes secundaristas que participavam da resistência ao golpe também realizaram ações esparsas e sem efeito. Tarso Genro, filho de Adelmo Genro, integrante da União Santamariense de Estudantes Secundaristas (USE)<sup>49</sup> e da Ala Moça do PTB de Santa Maria estava entre aqueles que articularam formas de ação para resistência. É o que demonstra o depoimento de Milton Saldanha a Mateus Lima (2013, p. 94-95)

Em Santa Maria, havia garoa durante a manhã de 1º de abril, um dia cinzento, e a situação era indefinida. Fui com Tarso Genro e João Nascimento para a *Rádio Santamariense*, engajada na precária rede de resistência. Falamos ao vivo. João, especialmente, era muito bom orador. Depois ficamos andando pela Cidade, sem rumo, em busca de alguma articulação. Mas não havia o que fazer. À tarde, o Exército foi para as ruas. Ocupou o Centro, as quatro rádios, correio, telefônica e usina de energia elétrica. Calou a Rede da Legalidade<sup>50</sup> e com isso deixou claro que tinha aderido ao Golpe.

Genro manteve-se como prefeito interino até 7 de maio daquele ano, quando foi publicada no Diário Oficial da União a ordem de cassação dos mandatos e a perda dos direitos políticos dele e de Paulo Lauda com base no Ato Institucional nº1. No dia 11, a ordem foi lida na Câmara Municipal e acatada. E no dia 15, de forma indireta, foram eleitos novos prefeito e vice-prefeito (BERNI, 2012, p. 79-80).

---

<sup>49</sup> A USE, fundada em 1947, representava todos os estudantes secundaristas e universitários de Santa Maria. Situação que somente mudou com a criação da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria, que passou a representar os universitários. Entre os fundadores da USE estava Paulo Lauda, o prefeito cassado (LIMA, 2013, p. 35-36).

<sup>50</sup> O ressurgimento da Rede da Legalidade foi uma tentativa capitaneada por Leonel Brizola de conclamar os rio-grandenses a defenderem a manutenção do presidente. A Rede da Legalidade, que também fora liderada por Leonel Brizola, teve sucesso em sua primeira edição, em 1961, quando exigiu a posse de João Goulart como presidente após renúncia de Jânio Quadros.

Depois de cassado, Genro ficou preso por 45 dias em um quartel do exército, em Santa Maria. “Os 45 dias foram por decisão de um Conselho de Justiça, da 3ª Auditoria de Santa Maria, para que eu me amedrontasse em presença do regime de força, que acabara de se instalar no País. Não me amedrontei, e sou contra, até hoje...” (GENRO, 1983, p. 116). De acordo com Adede y Castro (2008, p. 87-89), “Seu advogado [...], Flávio Pâncaro da Silva, conta que Adelmo foi chamado à auditoria Militar de Santa Maria para responder processo por “subversão”, e logo após o interrogatório foi-lhe dada voz de prisão”. Na ficha funcional de Genro, na Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, consta que foi demitido “[...] por ter tentado contra o regime democrático” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO..., 19??). A situação reestruturou o imaginário familiar e social naquelas circunstâncias. “*Quando aconteceu o golpe, ele estava juntamente com o prefeito Lauda. [...] Foi cassado depois do golpe, foi preso. Eu me lembro que nós íamos visitar ele em um presídio em Santa Maria*” (Maria Elly Herz Genro).

“O fato de ter sido cassado pelo regime militar quando ocupava a prefeitura interinamente transformou-o em um dos símbolos da “luta contra o regime militar”” (GRILL, 2003, p. 199). Muitos dos entrevistados para nossa pesquisa atestaram a força política que esse fato agregou simbolicamente à carreira de Adelmo Simas Genro, bem como às dos filhos que enveredaram para a política, Tarso Genro e Adelmo Genro Filho. Quando Genro foi cassado, Tarso Genro tinha 17 anos e Adelmo Genro Filho, 13.

No final daquele ano de 1964, Adelmo Simas Genro formou-se na primeira turma de Direito da Universidade Federal de Santa Maria e passou a exercer advocacia, associando-se em um escritório com a família Jobim<sup>51</sup>. Conforme Adede y Castro, Genro foi advogado de João Goulart em diversos processos movidos pelo Regime Militar na Auditoria Militar de Santa Maria. Também defendeu Leonel Brizola. Ajudou na criação e integrou o MDB local, seguindo tendências dos

---

<sup>51</sup> Trata-se da família de Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-deputado federal por dois mandatos (um como constituinte). Para uma descrição das origens e alianças políticas da família Jobim, ver Grill (2003, p. 187-197).

correligionários de PTB<sup>52</sup>. Também, como exalta Adede y Castro, defendia presos e perseguidos políticos na sala de aula, imprensa, tribuna ou nos processos e inquéritos. Em entrevista a Adede y Castro, Elly Genro afirma que era comum, após 1964, que políticos e jovens militantes que se sentissem perseguidos permanecessem em sua casa até conseguirem fugir para o Chile. A análise de Grill (2003, p. 200) permite que compreendamos a conjuntura daquele momento, relacionando a trajetória de Genro a de seus filhos.

Observa-se que a cassação de Adelmo Genro acabou sendo um elemento catalisador do prestígio do grupo familiar no município e configurando as tomadas de posição mais “extremadas” das gerações seguintes. O carisma conquistado por ele e propiciado pela excepcionalidade do momento de fechamento político e de bloqueio de uma carreira em ascensão se associaram [sic] à imagem do professor, do educador e do político que alcançara o reconhecimento pela posse de atributos morais como “seriedade”, “honestidade”, etc. Aliado a isso, “sua casa” passou a ser a identificação espacial da convivência e da circulação de um conjunto de jovens lideranças de esquerda que despontaram para a política nas décadas seguintes no MDB, PMDB e PT.

Grande parte dos debates da esquerda no Rio Grande do Sul e em Santa Maria passava pela casa dos Genro. A casa, de dois pisos, ficava no centro de Santa Maria e era dividida pela família: os pais e as três filhas ficavam no andar de cima, os três filhos, no de baixo. O andar de baixo, depois que os filhos saíram de casa, passou a ser o escritório de advocacia de Genro. Era o lugar de estudos e o do forjar para a vida política e profissional. Por seu turno, o cuidado às meninas trazia traços das convenções da moral. Maria Elly Genro, a filha mais nova, diz sentir na família uma estrutura que privilegiava os homens em relação às

---

<sup>52</sup> Reis (2001, p. 117), com base no trabalho de Maria Izabel Noll, indica que, no Rio Grande do Sul, o bipartidarismo do Regime Militar seguiu as regras da polarização histórica do estado. Quem era PTB invariavelmente seguiu para o MDB (caso de Eugênio Simon, por exemplo). Os integrantes da UDN, PSD e PL vincularam-se ao ARENA. A partir de 1979, após a anistia e a reforma eleitoral do período, muitos dos antigos trabalhistas dividiram-se entre o PMDB e o PDT, partido este fundado por Leonel Brizola. Adelmo Simas Genro saiu do PMDB na década de 1980 para fundar o PSB.

mulheres, o que também respondia aos códigos culturais e morais partilhados.

*Os homens eram muitos potencializados para o estudo. As mulheres, tudo bem. [...] Eles eram cobrados mais para serem autônomos. Havia toda uma estrutura: as mulheres iriam casar depois, ter filhos. Não se expressava conscientemente, mas havia uma estrutura machista: que as mulheres não tinham tanta importância como universais da mesma forma que os homens. Estes tinham que ser alguém, tinham que ter uma profissão, tinham que mostrar para a sociedade que eles eram capazes.*

Essa estrutura familiar nuclearmente machista não deve reduzir o papel desempenhado pelas mulheres nas discussões e decisões sobre política e formação cultural. Ao contrário, complexifica a leitura, pois não somente o pai detinha os códigos e relações políticas. A mãe fomentava nos filhos a leitura. Os filhos e as filhas participam na produção e reprodução desses códigos e relações. “*Havia um caldo cultural que fomentava. Eu me lembro que eu não lia nada. Depois comecei a me entusiasmar, ler Jorge Amado, ler os autores brasileiros*” (Maria Elly Genro). Os debates na casa dos Genro e os livros que circulavam na família são caracterizados por Maria Elly Genro, bem como a inserção dos textos de Marx e sobre o comunismo.

*Maria Elly Genro: Minha mãe tinha muitos livros, Jorge Amado, Erico Veríssimo, romances. Circulavam muitos livros de literatura. Depois meus irmãos, o Tarso e o Memo [Adelmo Genro Filho] começaram a adquirir livros sobre o marxismo, sobre filosofia, sobre política.*

*Felipe Pontes: A leitura do marxismo parte de seu pai ou de seus irmãos?*

*Maria Elly Genro: Ela parte dos meus irmãos. Meu pai não tinha uma formação marxista. Meu pai tinha uma tendência pelo trabalhismo de esquerda. Eu não tenho essa informação, se meu pai tinha interesse pelo marxismo ou pelo comunismo. Pelo PCB, não. Foi pelos meus irmãos.*

*Felipe Pontes: Mas teu pai inibia essas leituras?*

*Maria Elly Genro: Não. Meu pai tinha alguns aspectos conservadores, mas na política e nos debates familiares havia uma atmosfera de liberdade. Ele não censurava. E meus irmãos começaram a questionar o próprio trabalho.*

Em outubro de 1964, Tarso Genro (irmão de Adelmo Genro Filho) e um conjunto de estudantes secundaristas e universitários, além de artistas plásticos, poetas, escritores e intelectuais da cidade, fundaram o Grupo de Vanguarda Cultural (LIMA, 2013). Tarso Genro foi eleito o primeiro presidente do coletivo em novembro daquele ano. No entanto, os estudantes secundaristas que formaram o Grupo já eram os responsáveis por mudanças na União dos Estudantes Secundaristas (USE), uma vez que o então presidente eleito não era filiado a qualquer entidade política, principalmente, não fazia parte dos grupos juvenis da esquerda católica<sup>53</sup>, então muito importantes politicamente. As derrotas para grupos de direita na sucessão da gestão da USE em 1965 e no DCE da UFSM trouxeram dificuldades para a manutenção do Grupo, que lentamente extinguiu suas atividades a partir de 1966. Além da perda da base estudantil, o Grupo encerrou atividades por outros motivos, entre os principais a falta de dinheiro, a transição dos integrantes para o mercado de trabalho e ou universidade, e a militância em partidos políticos clandestinos (LIMA, 2013).

Considerado por Lima (2013) o principal movimento estudantil de Santa Maria do período 1964-1968, o Grupo de Vanguarda Cultural adotou a tática de divulgação e formação cultural com vistas a manter, ainda que indiretamente, a linha de frente da resistência de esquerda na cidade. Essa estratégia de vinculação da política com a arte no movimento estudantil acompanhava uma tendência nacional, principalmente depois do Centro Popular de Cultura (CPC) criado pela

---

<sup>53</sup> De acordo com Lima, João Gilberto Lucas Coelho, estudante ex-presidente da USE, e as gestões anteriores a ele eram ligadas à Juventude Estudantil Católica – JEC, grupo progressista e de esquerda no interior da Igreja. O grupo político mais a esquerda que fundou o Vanguarda Cultural foi responsável por eleger Dalcione Rambo em 1964, contando entre seus articuladores com Tarso Genro, à época, estudante da Escola Agrotécnica, e outros jovens mais vinculados à atuação política de esquerda e de combate à ditadura. Destacamos que João Gilberto Lucas Coelho foi três vezes eleito deputado federal e foi vice-governador do Rio Grande do Sul de 1991 a 1994.

União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>54</sup> em 1962. O Grupo de Vanguarda Cultural atingia com suas ações culturais a classe média da cidade, mas visava principalmente o diálogo com o proletariado, o que em Santa Maria significava os ferroviários (LIMA, 2013, p. 51).

De 1964 a 1966, o Grupo publicou uma revista, colaborava com textos para o jornal *A Razão*, realizava conferências sobre artes plásticas, rádio, teatro e cultura, empreendia grupos de estudos, organizava eventos culturais, promovia a vinda de grupos nacionais para apresentações na cidade e publicava livros (em especial de poesias)<sup>55</sup>. No primeiro número da Revista Vanguarda Cultural, o grupo expressou sua linha política: “[...] forçar o surgimento de uma nova geração de intelectuais mais atuante, mais integrada no sentimento popular e mais preparada para assumir o lugar que lhes cabe na busca do desenvolvimento, não só cultural mais econômico e social do Brasil” (LIMA, 2013, p. 54).

A atuação simultânea de arte e política era difundida nos agrupamentos de esquerda da cidade e, por conseguinte, na casa dos Genro. O Vanguarda Cultural tinha entre seus integrantes militantes de partidos políticos legais e clandestinos. Estudantes da USE como Elieser Pacheco<sup>56</sup>, Carlos Alberto Robinson<sup>57</sup> e Tarso Genro compunham a Ala

---

<sup>54</sup> Em 1964, segundo Lima (2013, p. 51), a USE também criou um Centro Popular de Cultura, sob a gestão de João Gilberto Lucas Coelho.

<sup>55</sup> Para detalhes das ações culturais do grupo na cidade, ver Lima (2013, p. 54-59).

<sup>56</sup> Eliezer Pacheco, de acordo com Lima, chegou a ser o Presidente da Ala Moça na cidade. Também foi presidente da USE em 1962-1963. No momento da queda de Paulo Landa e Adelmo Simas Genro, integrava a gestão municipal. Graduou-se em História pela UFSM em 1971. Mestre pela UFRGS, Eliezer Pacheco foi secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (2006-2011), e secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) (2004-2005), no período em que Tarso Genro era Ministro da Educação. Pacheco foi também secretário de Administração da prefeitura de Porto Alegre (2003-2004) e secretário Municipal de Educação de Porto Alegre (2001-2002). É esposo da ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário (2011-2014).

Moça do PTB. Tarso Genro permaneceu no PTB até 1965. Depois disso, como alguns colegas, ingressou na dupla militância, participando legalmente do MDB e ilegalmente no PC do B. De acordo com Lima (2013, p. 62), com o racha nacional do PC do B, que deu origem à Ala Vermelha do PC do B em 1967, quase todos os integrantes do partido da cidade migraram em bloco para a Ala Vermelha, incluindo Tarso Genro. Lima explica que o objetivo desses jovens era se aproximar dos ferroviários e buscar bases para a atuação política. Essa era a referência do jovem Tarso Genro quando, aos 21 anos, em 1968, concorreu ao cargo de vereador em Santa Maria e se elegeu. As vinculações políticas do pai e a memória coletiva recente da perda de mandato e prisão de Simas Genro foram fatores importantes para essa vitória de Tarso Genro. Do mesmo modo, explica e justifica a radicalização do discurso via esquerda e via comunismo do filho vereador (GRILL, 2003).

A ligação de integrantes da Ala Vermelha gaúcha ao movimento ferroviário foi vigiada pelos militares, que prenderam a cúpula do partido em Porto Alegre e integrantes de Santa Maria. Tarso renunciou ao cargo de vereador em 07 de julho de 1969, fugiu antes de ser preso e respondeu ao processo em Rivera no Uruguai (ASEFF, 2008, p. 152). Seu exílio no Uruguai contou com o apoio de João Goulart, em consonância com os contatos políticos do pai, Adelmo Simas Genro<sup>57</sup>. “Quando eu saí para o exílio, eu saí pelo esquema clandestino do Jango. [...] Eu disse para o meu pai: ‘olha eu não estou em condições de sair. Eu tenho que ficar porque a minha organização pifou’. E meu pai disse: ‘não, então vamos tentar sair por São Borja pelo Jango’” (declaração de Tarso Genro a Deraldo Goulart no filme “Jango em Três Atos”). Genro foi visitar o filho no Uruguai juntamente com Adelmo Genro Filho. Os três seguiram para a fazenda onde morava o ex-presidente João Goulart e depois foram até Montevidéu. Tarso permaneceu na casa de João

---

<sup>57</sup> Carlos Alberto Robinson é irmão do cunhado de Tarso Genro. Foi vereador em Santa Maria de 1973 a 1976 pelo MDB. Foi também candidato a prefeito de Santa Maria derrotado nas eleições de 1982, tendo Adelmo Simas Genro como candidato a vice. Advogado, foi desembargador e presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (2010-2011). Foi também coordenador do curso de Direito e Pró-reitor de Extensão da UFSM. Atualmente, é presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Santa Maria.

<sup>58</sup> Além disso, como o trabalho de Aseff (2008) demonstra, Adelmo Simas Genro tinha amigos de Santa Maria que ajudaram e conviveram com Tarso Genro no exílio.

Goulart por algumas semanas do seu exílio (SOUZA, 2008). Adelmo Genro Filho tinha, no momento do exílio de Tarso, cerca de 18 anos.

\*\*\*

As características da família, a cidade de Santa Maria como polo estudantil, ferroviário e militar, o reconhecimento local como integrante de uma família de esquerda, o contexto político do Brasil ajudam na nossa tarefa de compreender em que quadro Adelmo Genro Filho cresceu e desenvolveu sua intelectualidade. A desenvoltura como passou a defender o marxismo-leninismo como filosofia e estratégia política coadunava-se às circunstâncias políticas e pessoais do sujeito. A aptidão para a filosofia, a disciplina para o estudo, a capacidade de oratória e a obstinação pelo enfrentamento à ditadura conciliavam o sentido projetado pelo indivíduo com o sentido compartilhado socialmente. As questões impostas pela conjuntura exigiam para o sujeito que se propunha ser de esquerda conhecer o marxismo, reconhecer as condições da e sobre a realidade concreta com base no marxismo e assumir a tarefa da revolução, como autêntico leninista.

Ser um intelectual marxista nos anos 1970 na periferia do Brasil significava buscar respostas a algumas questões impressas na própria formação do vocábulo “marxista”. A começar pelo o que é ser marxista no Brasil. Revisitar o marxismo brasileiro dos anos 1970 passa pela análise das singularidades de cada partido clandestino, tendência, grupo, cada qual com uma interpretação da obra de Marx, da vinculação com Lênin, com o projeto de qual seria a mais acertada estratégia revolucionária e qual seria o verdadeiro partido comunista e de vanguarda do operariado nacional. Trata-se de reconhecer as idiosincrasias do Partido Comunista Brasileiro (PCB), as diferenças com o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ou as circunstâncias e consequências da formação, organização e crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT). São as dissidências, diferenças e tendências, Ação Nacional Libertadora (ALN), ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, Colina (Comando de Libertação Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), POC (Partido Operário Comunista), VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), Ala Vermelha, Ala Esquerda, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e tantas outras que surgem reivindicando para si a competência de interpretação “verdadeira” do marxismo-leninismo e de ser o “autêntico” partido de vanguarda (como propusera Lênin em suas

estratégias, táticas e conceitos para a Revolução Bolchevique ou mesmo Mao-Tsé-Tung e Fidel Castro para seus respectivos países)<sup>59</sup>. Cada agrupamento com uma leitura do que era o Brasil, de quem era o brasileiro, e, principalmente, quem e quais as características do operário brasileiro.

O léxico conceitual de “práxis”, “alienação”, “ideologia”, “revolução”, “partido”, “mercadoria”, “imperialismo”, “comunismo” encontrou terreno fértil no movimento estudantil, tanto o secundarista como o universitário. As características da idade e a formação escolar, a influência de amigos e o sentido emanado dos livros em choque com a realidade imaginada e vivida traduzem o léxico para o cotidiano, constituindo um amplo grupo de discussão que explica em parte a atuação de intelectuais e “pequenos intelectuais” na formação política e cultural do país. O forjar-se marxista no Brasil incluía estudos, como também militância prática, por vezes ações paramilitares, e na maioria dos casos atos contra o regime militar. Ademais, uma formação literária e artística cultural específica, que visava reconhecer o que é o ser humano (com os termos da época, “o que é o homem”), em um projeto filosófico-literário-político que se completava e, ontologicamente, ressignificava os valores desses indivíduos.

Viver sob esses códigos na periferia das decisões políticas e da constituição das hierarquias de valores culturais em 1970 é muito diferente da realidade que convivemos hoje. A começar pela dificuldade de circulação das informações. A conjuntura tecnológica associada aos monopólios que geriam a mídia brasileira naquele momento e ao crivo da censura que imperava no país davam a cada região e a cada grupo de intelectuais certa autonomia e, em simultâneo, o desconhecimento do que se passava em outras regiões. A vinculação de grupos autônomos a agrupamentos e partidos nacionais era uma mediação importante para a busca por mais legitimidade política e cultural tanto no agrupamento local quanto na representatividade desse agrupamento nos centros de formulação política. No contexto de Santa Maria, em um primeiro aspecto Porto Alegre e, no âmbito nacional, Rio de Janeiro e São Paulo. Também, no contexto gaúcho, há fortes influências de polos intelectuais estrangeiros, como Montevideu e Buenos Aires. Por outro lado, a ascensão de um sujeito político em cada âmbito (local, estadual e nacional) passa, necessariamente, pela capacidade de agregar uma base orgânica importante. Em um momento histórico em que a produção

---

<sup>59</sup> Para detalhes dos partidos e agrupamentos da esquerda brasileira do período, ver Carone (1984).

cultural acontecia por meio de máquinas de escrever, mimeógrafos a álcool e cartas escritas a mão, a capacidade de produção intelectual (orientação, panfletos, livros) e dos atos de intervenção (artísticos, propagandísticos e políticos) é fulcral. Essas características de um agrupamento organicamente vinculado a seus líderes podiam, sob certas circunstâncias, inverter a ordem de hierarquia, e o periférico passar a pautar ações e eleições e os líderes locais exercerem influência regional e nacional. E esses líderes, quase *pari passu*, são reconhecidos e se reconhecem como tais, em um processo de reforço que formava indivíduo e ícone, vida pessoal e trajetória pública. Por isso, conversar com ou investigar registros de companheiros de militância de Adelmo Genro Filho mergulha-nos no emaranhado da memória e da sacração.

A começar pelas origens. Quem foi Adelmo Genro Filho antes do líder universitário e depois de “irmão mais novo de Tarso e filho de Adelmo” quase ninguém consegue dizer. A nebulosa formação intelectual e política de “Memo”, como chamavam os amigos, ou de “Adelminho” como era conhecido na cidade, é característico das descrições mitificantes. Todos já o conheceram como líder, travaram contato com o seu imenso conhecimento de marxismo, com sua capacidade de formar, convencer e ensinar defendendo a autonomia intelectual. Já era considerado um brilhante intelectual, um astuto estrategista, um revolucionário, mentor e líder, mesmo com um pouco mais de 20 anos.

Adelmo Genro Filho fez o correspondente ao ensino médio na Escola Estadual Maria Rocha. De acordo com relato de Sergio Weigert<sup>60</sup> a Eliana Reis (2001, p. 116), Genro Filho militou na Ala Vermelha ainda no final dos anos 1960. Provavelmente acompanhava o irmão, uma vez que, segundo relato de Maria Elly Herz Genro, foram os irmãos Tarso e Adelmo que trouxeram as críticas ao trabalhismo varguista e os textos de e sobre Marx para as discussões da família Genro. Probabilidade reforçada pela afirmação de Luiz Roberto Simon do

---

<sup>60</sup> Sergio Weigert, natural de Restinga Seca (RS), é jornalista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. Nasceu em 1951, foi presidente do DCE e do MDB Jovem em Santa Maria. Integrou a equipe do *Jornal Informação* de Porto Alegre, foi assessor de José Genuíno em São Paulo e professor do departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 1982 e de 1989 a 2003. Deixou a vida política e docente devido a uma violência urbana que lhe prejudicou a capacidade cognitiva, recobrada após vários tratamentos. Concedeu entrevista em seu apartamento, em Porto Alegre, no dia 26 de julho de 2013.

Monte<sup>61</sup> a Eloísa Reis (2001, p. 117) de que Adelmo Genro Filho começou a militar sob influência do irmão aos 13 anos e passou a integrar a Ala Vermelha com 14 ou 15 anos. O próprio Tarso, em texto escrito em homenagem ao irmão em 1988, afirma que “Sua paixão pela filosofia e pela política operária comandaram a sua vida desde os dezesseis anos”.

Seja com 13 ou 16 anos, quase todos os relatos e registros indicam conhecer as ações políticas e culturais de Genro Filho no período em que ele já era um universitário. Mais incisivamente, na primeira turma de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, em 1972, quando ele tinha 20 anos. Mas antes de entrar na Faculdade de Comunicação Social, Genro Filho fez quatro semestres do curso de Administração da UFSM (GENRO FILHO, 198?). Neste curso, estabeleceu amizade com Sergio Weigert, que se tornou um dos companheiros mais próximos na vida política e pessoal. “*Nós fomos companheiros na universidade. Foi aí que nós nos aproximamos e nunca mais nos largamos. Foi um negócio muito firme. Nós passávamos o dia inteiro juntos, verificando o que fazer aqui ou ali e se envolvendo com a política*” (Sérgio Weigert). Utilizamos a entrevista concedida por Weigert a Reis (2001, p. 115) para evidenciar o conteúdo dos debates e a transformação ocasionada nele pela amizade com Genro Filho:

Eu era um guri interessado em coisas do mundo. Eu lia muito, mas a política como uma instância de intervenção da minha relação com o mundo não era uma coisa organizada nem pensada, e, a partir daí [da universidade], Adelmo e eu começamos a discutir muito, e nós discutíamos de tudo. Era uma discussão absolutamente cotidiana, desde Shakespeare até o MDB, era o tempo inteiro isso.

---

<sup>61</sup> Luiz Roberto Simon do Monte, mais conhecido como Beto São Pedro, é jornalista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. Nasceu em São Pedro do Sul, foi presidente do MDB Jovem, de Santa Maria em 1976 e vereador nesta cidade pelo PMDB (no meio do mandato filia-se ao PT) de 1982 a 1986. Foi assessor da Casa Civil do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra (1999-2002).

Maria Rita Assis Brasil<sup>62</sup>, amiga de Genro Filho e esposa de Sergio Weigert nos anos 1970, conta que frequentava a casa dos Genro, que considera ser sua segunda família em Santa Maria no início dos anos 1970. A estudante de medicina ficou sem seus pais, que se mudaram de Santa Maria. Juntamente com Sergio Weigert, ela mantinha relações estreitas com Genro Filho e sua família. Essa posição a qualifica para analisar as características de Genro Filho frente aos pais e seus irmãos.

*Bom, como Memo se deu. Ele surgiu como um fruto perfeito daquela família. A Dona Elly, aquela pessoa politizada, inquieta, sempre. O velho Adelmo mais tranquilo, advogado. Meu pai costumava dizer, apesar de meu pai ser milico, que o velho Adelmo era uma das mentes iluminadas de Santa Maria [...] Tarso envolvido politicamente. Carlos Horácio era médico e uma das pessoas mais inteligentes que eu conheci. Um dia eu inventei uma história: Tarso é o mais brilhante. Carlos Horácio é o mais inteligente (ele era médico radiologista e foi meu orientador na residência médica, era da minha enfermagem coincidentemente). A Dedé é a mais simpática. A Julinha... eu sei que eu inventei uma identificação para cada um [dos irmãos]. E Memo adiantou-se e disse assim: “e eu sou o mais esforçado”. A brincadeira era que ele era o “mais esforçadinho”. E ele tinha uma determinação bárbara. Fruto disso, eu já conheci Memo politizado, gostando de poesia, lidando com política, lidando com movimento estudantil.*

Maria Rita Assis Brasil retrata, além da aproximação de Sérgio Weigert e Genro Filho, que os amigos não gostavam do curso de Administração e decidiram fazer vestibular para Comunicação Social.

*Memo [Adelmo Genro Filho] e ele [Sérgio Weigert] tinham feito vestibular de novo. Porque eles faziam*

---

<sup>62</sup> Maria Rita Assis Brasil, natural de Porto Alegre, é médica formada pela Universidade Federal de Santa Maria e atualmente é vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul e trabalha em Porto Alegre. Nascida em Porto Alegre, passa a viver em Santa Maria a partir dos 13 anos. Filha de um general e médico do exército e de uma dona de casa. Casada com Sergio Weigert, foi vereadora pelo MDB de 1976 a 1982. Entrevistei Maria Rita em seu apartamento, em Porto Alegre, no dia 26 de julho de 2013.

*Administração e não davam certo. Memo até que deu um pouco. Sérgio nunca saiu da cadeira de Estatística. Daí eles resolviam estudar para a vida e aí sim, iam mal nas provas. Memo até conseguiu passar, venceu um pouco isso. Mas Sérgio, mais solto, não conseguiu. Ai Memo estava no terceiro ano da faculdade de Administração e me disse: “acho que eu vou largar Administração”. E eu era mais organizada, mais conciliadora, disse: “Bah Memo! Mas é o terceiro ano de uma faculdade, você não sabe se tem futuro, se jornalismo dá futuro, ainda mais no período da ditadura. É um curso, um diploma. Tu consegues”, eu disse. “Não, não. Eu quero fazer outras coisas, eu quero jornalismo. Nunca vou ser administrador”, ele disse mais ou menos isso.*

*Eu fui [para o Jornalismo] porque o Memo tinha muito essa coisa de ir influenciando as pessoas. Ele disse: “Ah, vamos fazer jornalismo. Tu não acha que é uma boa?” Sei lá se eu achava ou não achava. “Se tu acha que é uma boa, vamos”. E a gente foi. (Sergio Weigert)*

O curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSM, realizado em período noturno, não dispunha de estruturas, nem equipamentos. *A média de idade dos alunos era de 25, 26 anos. Eram pessoas que trabalhavam no mercado e que faziam o curso para se regularizar e para estudar mesmo. E o ambiente era extremamente político* (Hélio Schuch<sup>63</sup>). A primeira turma de jornalismo da UFSM era considerada por professores como muito politizada e contestadora, mesmo em tempo de exceção. Quintino de Oliveira, em entrevista a Barichello e Martins (2005, p. 19), rememora que “[...] se perguntares a qualquer professor antigo daqui, com certeza todos irão confirmar que a primeira turma realmente marcou a história, por várias razões, mas no meu ponto de vista, pela qualidade da turma”. Era, na visão do professor, uma turma que questionava os professores, mesmo vigiados por espões que se infiltravam no curso. *A primeira turma da Faculdade de Jornalismo*

---

<sup>63</sup> Hélio Ademar Schuch, natural de Ijuí, é professor aposentado da UFSC desde 2012, onde ingressou em 1984. Graduado em Jornalismo (UFSM, 1976), Publicidade e Propaganda (UFSM, 1980) e Zootecnia (UFSM, 1980), é mestre em Sociologia Rural (IEPE-UFRGS, 1985, sob a orientação de Juan Mario Fandino), doutor em Ciências da Comunicação, concentração em Jornalismo e Editoração (USP, 1994, sob a orientação de Wilson da Costa Bueno). Entrevistei Hélio Schuch em seu apartamento no dia 10 de junho de 2013.

recebe alunos que, em geral, estavam em outros cursos, inclusive Adelmo que fazia Administração. Alguns deles já militando na franja do PC do B [...] (Pedro Osório<sup>64</sup>). Nessa turma estavam Sergio Weigert e Leticia Pasqualini, jornalista que viria a se tornar esposa de Genro Filho em 1975 e mãe de suas duas filhas.

A atuação política era organizada e impulsionada com a entrada de cada turma de calouros, com a integração de mais universitários em torno de um projeto político e cultural para a cidade. Em 1973, os estudantes de Comunicação Social fundaram a Feira do Livro de Santa Maria, naquele momento com o nome de Feira Universitária do Livro (Funil)<sup>65</sup>. O evento foi de organização dos estudantes de Comunicação Social até 1991 (BARCELLOS, 2013). O objetivo era disponibilizar livros para acesso da comunidade, o que era muito difícil nos anos 1970 devido à ditadura em vigor no país e ao desenvolvimento acanhado da produção editorial.

A articulação entre política e cultura era uma tendência do movimento estudantil do país e da cidade nos anos 1970 – como visto com a experiência do Grupo de Vanguarda Cultural. Além das experiências mais práticas, há um movimento editorial no marxismo que articula estética e política, com a publicação de textos de Lukács e Gramsci no Brasil, bem como de intérpretes como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, José Paulo Neto e José Chasin. Luiz Roberto Simon do Monte, o Beto São Pedro, explica bem o contexto da articulação entre estética, filosofia e política nos movimentos estudantis

---

<sup>64</sup> Pedro Luiz da Silveira Osório, natural de Jaguarão (RS), é graduado em Comunicação Social pela UFSM. Especialista em Sociologia e Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS e doutor em Ciência Política pela mesma universidade. Atuou nos jornais *Correio do Povo*, *Gazeta Mercantil*, *Diário do Sul* e *O Interior*, entre outros. Foi Secretário de Comunicação do governo municipal de Porto Alegre de 1993 a 1996 e presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini (de 2011-2014). Integrou as comissões de ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e da Federação Nacional dos Jornalistas. É professor da Unisinos e integrante do Conselho Deliberativo do FNDC/RS (FUNDAÇÃO..., 2011). Entrevistei Pedro Osório dia 25 de julho de 2013, na sala da presidência da Fundação Cultural Piratini.

<sup>65</sup> De acordo com Barcellos (2013, p. 6), houve algumas edições de feiras similares nos anos 1960. Mas, a iniciativa de organização, compra e venda dos livros passou a ser sistemática e anual a partir da iniciativa dos estudantes da primeira turma de Comunicação Social em 1973. A Feira é realizada anualmente até os dias de hoje.

e também a influência exercida pelo Grupo de Tarso Genro em entrevista para a dissertação de Reis (2001, p. 117).

Nós nunca conseguimos entender a política separada dessas áreas da cultura, da literatura. Até porque os marxistas na época, mais tradicionais, escreveram muito sobre estética. Tanto que nós nunca separamos a política da filosofia, ou seja, nós inclusive tínhamos uma visão de aprender a política pelo caminho da filosofia. A arte em termos gerais como apreensão da realidade. Que é uma tradição que vem do pessoal da década de 60, no caso, da turma do Tarso. Todos os grandes escritores brasileiros, todos eles tiveram atividade engajada política, de Drummond aos mais recentes... Na verdade, nós constituímos um grupo de amigos, solidários nessa luta o que, enfim, acabava também reduzindo nosso convívio social a esse grupo. Então, nós fazíamos discussões sobre filosofia, poesia, literatura, sempre em contato.

Importante contextualizar que a universidade e as possibilidades de discussão e ação política em seu interior eram muito diferentes das atuais. “*Naquela época, a discussão que havia na universidade era a ditadura. Existia a 477 [Decreto-Lei 477/1969] e a 228 [Decreto-Lei 228/1967]. Nós não escolhíamos os dirigentes das universidades. Havia núcleos do Serviço Nacional de Informação dentro da universidade. E nós resolvemos fazer um movimento na universidade de resistência a isso*” (Estilac Xavier<sup>66</sup>). O Decreto-Lei 228/1967 reformulou a organização estudantil do país, reforçando o caráter repressivo contra

---

<sup>66</sup> Estilac Xavier, natural de Santa Maria, trabalhou como assessor legislativo de Genro Filho na Câmara de Vereadores de Santa Maria. Coordenou a campanha de Genro Filho para deputado estadual em 1982, a campanha de Adelmo Simas Genro e Carlos Robinson para a prefeitura de Santa Maria (1982) e a de Tarso Genro como deputado constituinte (1986). Engenheiro Eletricista formado pela UFSM em 1979 e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS em 2009. Foi Secretário de Obras e Viação de Porto Alegre de 1993 a 2000. Vereador em Porto Alegre de 2001 a 2002 e deputado estadual de 2003 a 2007. De 2008 a 2010 foi Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República. Em 2011 foi secretário de estado da Secretaria Geral de Governo. Deixou a função para assumir como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em 2011. Entrevistei Estilac Xavier em sua sala no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul no dia 28 de julho de 2013.

atos político-partidários ou considerados subversivos ao regime vigente (LIRA, 2010, p. 66-67). Por sua vez, o Decreto-Lei 477/1969 teve por objetivo reprimir as mobilizações estudantis que tomaram grandes proporções em 1968, culminando na “Passeata dos 100 mil”, em protesto contra a ditadura civil-militar e ao acirramento da repressão às manifestações que se seguiram devido ao assassinato a queima-roupa do estudante secundarista Edson Luís no restaurante popular do Calabouço no Rio de Janeiro. O referido Decreto estipulava que qualquer estudante envolvido em ato contra a ditadura fosse suspenso ou desligado da instituição de ensino superior e impossibilitado de nova matrícula por até cinco anos. O mesmo Decreto determinava que professores e funcionários envolvidos em qualquer ato que o MEC considerasse contra o regime fossem demitidos e impedidos de acesso por cinco anos (LIRA, 2010, p. 74).

O clima da universidade não era um clima, era um purgatório. Não se podia discutir absolutamente nada. Eu ainda hoje, ao vir para a universidade discutir marxismo, não deixo de ter um certo grau de perplexidade. Porque eu me formei em outro momento, onde não somente o marxismo estava banido, como qualquer discussão democrática estava banida. Esse era o clima que se vivia à época (WEIGERT, 1988).

Outra peculiaridade desse momento é o tipo de interpretação de Marx que vigorava em importante parcela do marxismo brasileiro da época e com o qual Genro Filho e os estudantes de Santa Maria tinham contato. Com base em manuais e estudos soviéticos ou chineses, distribuídos e estudados pelos partidos e coletivos comunistas clandestinos ou por acadêmicos marxistas, defendia-se que, a partir de algumas fórmulas, era possível conhecer toda existência humana e natural. Um reducionismo que teria origem nas interpretações stalinistas e pragmáticas do marxismo, modelo teórico muito criticado por Adelmo Genro Filho em quase todos os seus textos, inclusive em “O Segredo da Pirâmide”. O modo de encarar essa modalidade de literatura marxista era discutido e compartilhado por Genro Filho juntamente com seus camaradas de ação política e estudo filosófico.

*Havia um livrinho chamado “Introdução ao Materialismo Dialético”. Esse livro tem um papel fundamental na nossa formação em materialismo histórico e materialismo dialético. Nós começamos a ler*

*aquilo. Nós liamos. Adelmo fez uma condenação duríssima daquele livro. E ele tinha razão. E isso nos encantou. Porque quem lia aqueles livros parecia estar dominando todas as ciências e todas as áreas de conhecimento a partir das três ideias básicas de tese, antítese e síntese. E que tudo girava nisso. De repente, as pessoas achavam que conheciam tudo a partir daquilo. Era uma simplificação. Adelmo sempre condenou muito isso aí. Ele nos forçava muito à discussão de Filosofia. Ele mesmo se considerava herege na análise do marxismo. E como ele era muito estudioso, ele nos forçava sempre a acompanhá-lo (Estilac Xavier).*

Genro Filho organizou sua militância política e filosófica tendo por base o movimento estudantil. Ele propôs uma interpretação de Marx e de Lênin diferenciada das principais correntes políticas do comunismo, característica muito comum nos agrupamentos de esquerda do período. Diferentemente de outros coletivos de esquerda presentes na cidade, o grupo coordenado por Genro Filho era aberto para o debate com outros segmentos, tendo como pressuposto básico a oposição à ditadura. Essa posição mais aberta permitia a agregação de sujeitos que, muitas vezes, não tinham simpatia pelo marxismo e pelo comunismo ou qualquer formação, mas que, mediante a convivência com o grupo, a participação nas atividades e a leitura de livros em comum integravam as ações e passavam a reproduzir os mesmos códigos. O que ampliava seu grupo como articulador de jovens que, muitas vezes, não eram marxistas, mas eram contra a ditadura. Situação que nos permite distinguir um grupo mais restrito, orgânico às decisões e ações. E outro mais disperso, que se aglutinava ao coletivo de Adelmo pela simpatia. Situação que aproximava Genro Filho de parcela significativa dos estudantes e da comunidade.

Grande parte dos indivíduos que atuava organicamente junto a Genro Filho era de outras cidades, “abrigados” pelos jantares e almoços na casa dos Genro e, mais tarde, pelos promovidos pelo próprio Genro Filho. Seguindo a característica geográfica e econômica de Santa Maria, os jovens da região migraram para cursarem suas graduações. Caso de

Pedro Osório, Helio Schuch, Luiz Sérgio Metz<sup>67</sup>, Luiz Carlos Tau Golin<sup>68</sup> e Luiz Roberto Simon do Monte. Esses jovens<sup>69</sup> agregaram-se aos de Santa Maria como Sérgio Weigert, Maria Rita Assis Brasil, Aldo Fornazieri<sup>70</sup> e, mais tarde, Marcos Rolim<sup>71</sup>, Estilac Xavier e outros.

---

<sup>67</sup> Luiz Sérgio Metz, conhecido como Jacaré, nasceu em 1952 em Santo Ângelo (RS) e se graduou em Comunicação Social/ Jornalismo na UFSM em 1978. Pós-graduado em Literatura, era o mais poeta do grupo. Publicou três livros, sendo o principal o romance “Assim na Terra”, lançado originalmente em 1995 (reeditado pela editora Cosac Naif em 2013). Também escrevia letras para canções nativistas e participava do conjunto Tambo do Bando. Faleceu em 1996.

<sup>68</sup> Luiz Carlos Tau Golin, natural de Capinzal (SC) é formado em História pela UFRGS (1994), mestre em História do Brasil pela PUC-RS e doutor em História pela mesma universidade com pós-doutorado na Universidade de Lisboa. Jornalista com registro no Ministério do Trabalho. Tau Golin é autor, editor e ou organizador de mais de 40 livros sobre história do Rio Grande do Sul e história da navegação. É professor dos cursos de Comunicação Social e História na Universidade de Passo Fundo. Foi editor da Editora Tchê!, sendo o responsável pela preparação da primeira edição do livro “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”. Conheceu o grupo de Genro Filho durante sua participação no Teatro Universitário Independente em Santa Maria. Entrevistei Tau Golin no Iate Clube de Porto Alegre, no dia 26 de julho de 2013.

<sup>69</sup> Os citados tinham militância política antes de entrar na universidade. Pedro Osório e Luiz Sérgio Metz participavam no movimento estudantil secundarista da cidade de Santo Ângelo (RS) (OSÓRIO, 2013). Helio Schuch tinha vínculos com o MDB de Ijuí (RS) (SCHUCH, 2013). Por sua vez, Tau Golin tinha um pequeno jornal no interior de Santa Catarina voltado para os jovens e realizou algumas coberturas jornalísticas como *free lancer* para jornais de Porto Alegre. Porém, Tau Golin não veio a Santa Maria para frequentar a universidade, mas para tratamento médico (GOLIN, 2013).

<sup>70</sup> Aldo Fornazieri é formado em Física pela UFSM em 1979. Mestre e doutor em Ciência Política pela USP (2000 e 2007, respectivamente). Integrou o Comitê Central do PRC e foi um dos fundadores do “Resistência”. Coordenou a campanha política de Fernando Haddad para a prefeitura de São Paulo em 2012. Atualmente, é professor universitário.

<sup>71</sup> Marcos Flávio Rolim nasceu em Porto Alegre, mas passou toda infância e adolescência em Santa Maria. Ele foi o mais jovem vereador eleito de Santa Maria à época, em 1982 pelo MDB, exercendo mandato de 1983 a 1988 (filia-se ao PT em 1984). Membro do Comitê Central do Partido Revolucionário Comunista desde sua fundação. Eleito deputado estadual pelo PT por dois mandatos (1991-1995; 1995-1999) e deputado federal (1999-2003). É jornalista formado pela UFSM em 1990, mestre em Sociologia pela UFRGS,

Genro Filho não era somente um integrante da juventude de Santa Maria que se articulou em torno de grupos de estudos de questionamento, ações culturais e ações políticas. Como detecta Reis (2001) e ratificam todos os entrevistados que conviveram com ele nesse período, Genro Filho era o líder e o mentor intelectual desses jovens. Todos o mencionam como o centro das articulações do grupo que estendeu sua influência sobre estudantes universitários de diferentes cursos, jovens e intelectuais da cidade de Santa Maria e de outras cidades do Rio Grande do Sul.

Adelmo, Adelminho ou Memo, como era chamado pelos amigos e familiares, tinha uma aptidão pelo exercício teórico e uma obsessão pela revolução socialista. Como muitos militantes de esquerda, defendia a reconstrução do marxismo-leninismo a partir de uma original interpretação das obras de Marx e Lênin. Porém, diferentemente de grande parte dos marxistas de sua época, não temia questionar Marx e Lênin, discordar deles quando necessário e, principalmente, enfrentar os manuais ortodoxos do materialismo histórico. Todas as descrições indicam que ele conhecia profundamente o marxismo e o leninismo, bem como seus críticos. Tinha por princípio ético a autonomia intelectual, ou seja, todos devem ser independentes para agirem e pensarem a partir de suas próprias convicções, sem o respeito cego a qualquer cartilha, dogma, ideologia, teoria ou filosofia. Por entender que a categoria do acaso não estava subsumida à de necessidade, nem compreender uma progressão pré-disposta da natureza e da história, tomava o conceito de práxis de Marx e Engels como fio condutor de suas reflexões teóricas, posições políticas e disposições éticas. Era também um revolucionário e como leninista defendia a organização de um partido de vanguarda clandestino e que propusesse a tomada do Estado via ação violenta. É sempre descrito como um sujeito muito polido, ótimo orador, com grande capacidade de filosofar e aprofundar assuntos e um aguçado senso de justiça. Essas qualidades são exaltadas pelo grupo que conviveu e militou com ele nos anos de 1970 e 1980.

---

onde realiza seu doutoramento. Atualmente é professor da Cátedra de Direitos Humanos no Centro Universitário Metodista-IPA de Porto Alegre e atua como consultor em Segurança Pública e Direitos Humanos. Foi o autor da primeira lei de Reforma Psiquiátrica do país e da primeira legislação nacional de proteção às testemunhas ameaçadas e às vítimas da violência (ROLIM, 2014). Entrevistei Marcos Rolim no Shopping Iguatemi de Porto Alegre, em 26 de julho de 2013.

*Ele foi uma espécie de meu professor, de mentor intelectual durante uns dois anos ao menos acerca dessas leituras de marxismo. Uma primeira coisa importante: Adelmo era, sobretudo, um revolucionário. Se eu o fosse definir com uma palavra, um revolucionário. A segunda palavra, eu diria: um filósofo. É impressionante isso porque ele era uma pessoa muito, muito, muito inteligente. Talvez tenha sido a pessoa mais inteligente que eu conheci na minha vida. Possivelmente tenha sido o mais inteligente que eu conheci. Não o mais culto. Aliás, essa era uma limitação que Adelmo tinha, ele não era um cara especialmente culto. No sentido de ter uma larga leitura, conhecer muita gente. Não, ele não conhecia. Na área da filosofia e da teoria ele conhecia muito pouco. Ele conhecia profundamente Marx, profundamente Lênin, os autores marxistas ele dominava muito, conhecia muito, devia ter lido tudo. Acho, sei lá. Mas ele compensava essa ausência de outras referências ou de mais referências com a inteligência que ele tinha. Porque ele pensava com a própria cabeça, entende? Você poderia estar conversando com ele sobre a coisa mais banal, conversando com ele sobre o café, de repente ele te largava uma frase que era uma síntese filosófica sobre o café. Ele tinha um pensamento filosófico, um modo filosófico de pensar. [...] Era isso, era um cara que tinha vocação para Filosofia. Era impressionante. E o que foi, talvez, a principal influência sobre a gente. Porque, embora todos nós fossemos marxistas e tivéssemos entrado nessa história por influência dele, ele nos ensinou a pensar com a própria cabeça. Nós nunca ficamos horrorizados diante de um questionamento de uma frase de Marx porque ele questionava o tempo inteiro. Ele dizia “isso aqui não está bem. Ou esse negócio não está bem resolvido por isso, por isso e por isso. Estou pensando nessa linha, o que vocês acham?” E nós entrávamos na discussão. Nós éramos aprendizes do filosofar e aprendemos com Adelmo a pensar com a própria cabeça. Com relação a mim, tenho certeza. Não sei os outros. Eu tenho certeza que se não fosse Adelmo eu não teria a trajetória que tive de ser um pensador independente, sempre (Marcos Rolim).*

*Ele gostava de poesia, como nós todos gostávamos. Eu posso dizer, não por estar aqui contigo, que com ele eu conheci a política. Era uma coisa que estava muito*

*dentro de mim, potencialmente, mas que foi através dele – e até com muita paciência e generosidade dele - que eu passei a conhecer a política (Maria Rita Assis Brasil).*

*Nosso prazer era conversar. Não necessariamente sobre política, mas sobre questões literárias, sobre cinema, sobre teatro. Interessava muito a Adelmo a arte, tanto que depois ele vai beber dessa fonte, pegar da estética alguns conceitos. Em debates com Sérgio Weigert e o grupo, ele sempre estava trabalhando um texto, trabalhando ideias, produzindo, já escrevendo. [...] E ele era um sujeito muito metódico. Ele de fato estudava. Tanto que nós tínhamos a percepção, antes de visitá-lo, de saber os momentos em que ele não estivesse estudando (Pedro Osório).*

Segundo Reis (2001), diferente de outros agrupamentos juvenis do estado do Rio Grande do Sul, o grupo de Santa Maria – como ficou conhecido o grupo de Genro Filho no estado - era coeso e quase hegemônico nas esquerdas da cidade. Essa situação foi determinante para a criação do Setor Jovem do MDB em Santa Maria, agregação viabilizada por esse grupo universitário hegemônico. Como o partido que garantia aos agentes de esquerda uma esfera de ação efetiva na política, o MDB era o órgão em que Adelmo Genro Filho, assim como seu pai e seu irmão, passou a atuar. O Setor Jovem era um órgão oficial de organização partidária, criado para reunir a juventude do MDB. Tinha uma estrutura similar à de um partido, com o executivo, assembleias e sistemas de representação em cada cidade. O Setor Jovem também gozava de independência frente à estrutura partidária do MDB, o que lhe permitia ações e proposições independentes, o que, por conseguinte, atraía os jovens de dupla militância ou de tendência mais a esquerda. O primeiro Setor Jovem do Rio Grande do Sul foi o Metropolitano de Porto Alegre, em 1973, que teve como principal fonte de articulação os estudantes secundaristas e como líder Marcos Klassmann<sup>72</sup> (REIS, 2001).

---

<sup>72</sup> Marcos Klassmann era líder do Setor Jovem Metropolitano do MDB. De acordo com Reis (2001), foi eleito surpreendentemente para vereador em Porto Alegre com 12.118 votos. Seu slogan de campanha era “Vote contra o Governo”. Em 09 de fevereiro de 1977, teve seu mandato cassado por causa do conteúdo de seu discurso de posse como líder do MDB na Câmara em lugar de Glênio Peres, líder do MDB cassado semanas antes também por causa do conteúdo do discurso de posse. Klassmann passou a ser um símbolo

Em Santa Maria, seguindo Reis (2001, p. 119), Adelmo Genro Filho foi convidado pelo então presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFSM, César Schirmer<sup>73</sup>, a participar da primeira diretoria do DCE. Genro Filho aceitou e convidou Sérgio Weigert. A necessidade de aproximar-se das camadas populares fora da universidade fez com que o grupo articulasse a implantação do Setor Jovem em 1974<sup>74</sup>. Jovens políticos do MDB da cidade já tinham referência estadual e federal, casos de César Schirmer, eleito deputado estadual em 1974, e João Gilberto Lucas Coelho, eleito deputado federal no mesmo pleito. O grupo de Adelmo tomou um espaço na mobilização política da cidade tendo apoio (e também tensionando) com esses políticos e com o grupo de Pedro Simon<sup>75</sup> (deputado estadual e referência no partido à época). Genro Filho foi o presidente eleito do Setor Jovem em 1974. No ano seguinte, Sérgio Weigert e depois, Beto São Pedro. A relação com o MDB era dúbia, visto que o partido servia como fachada para ações clandestinas do grupo, muito mais a esquerda

---

da resistência e da luta pela anistia política no Rio Grande do Sul. Recuperou o mandato apenas em 1979 e exerceu-o até 1982. Posteriormente, filiou-se ao PDT e depois ao PT. Faleceu em 03 de janeiro de 2005.

<sup>73</sup> César Schirmer eleito vereador em Santa Maria em 1972 pelo MDB e deputado estadual pelo mesmo partido em 1974, sendo depois eleito em mais quatro oportunidades. Foi deputado federal por três mandatos (de 1998 a 2009). Schirmer também foi secretário de estado da Fazenda, da Casa Civil e da Agricultura, além de presidente do PMDB gaúcho de 2001 a 2004. Eleito prefeito de Santa Maria em 2008, foi reconduzido ao cargo em 2012.

<sup>74</sup> O ano de 1974 marcou também a primeira grande vitória nacional do MDB sobre o Arena, o que representava mudanças de perspectivas na ditadura, em especial para os agrupamentos de esquerda no interior do partido.

<sup>75</sup> Pedro Jorge Simon nasceu em Caxias do Sul em 31 de janeiro de 1930. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-RS, com especialização em Economia Política pelo Instituto de Economia da PUC-RS, em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne (Paris) e realizou estudos na Faculdade de Direito de Roma. Em 1956, participou da direção da UNE. Foi eleito vereador pelo PTB em Caxias do Sul em 1960 e deputado estadual em 1962 e nas eleições subsequentes, a partir de 1964 pelo MDB. De 1969 a 1986, ele foi o presidente do MDB e depois do PMDB no estado, o que fazia com que grande parte das decisões políticas do partido passasse por ele. Em 1978, foi eleito senador. Foi ministro da Agricultura do governo José Sarney de 1985 a 1986 e governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990. Foi reeleito senador em 1990 exercendo sucessivos mandatos até a atualidade (REIS, 2001, p. 63).

do que os mdbistas, o que também era comum naquele período. Em declaração a Reis (2001, p. 120), Sérgio Weigert afirma:

O Adelmo foi o primeiro presidente eleito do Setor Jovem. Do ponto de vista político, foi aí que começou essa nossa relação com o MDB, que era uma relação muito tensionada. A gente puxava o tempo todo para a esquerda e a gente agregava uma determinada juventude lá em Santa Maria. Primeiro era o Adelmo, depois eu, depois o Beto... Foi esse processo que foi nos aproximando e foi nos inserindo nas disputas que ocorriam no RS.

Além do Setor Jovem, o MDB gaúcho organizou o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), também com participação da juventude gaúcha de esquerda, e, por conseguinte, do grupo de Santa Maria. O IEPES foi criado em 1972 por um grupo de professores recém-formados e estudantes de Sociologia e Economia, com o objetivo de estabelecer um local de formação e debate da realidade nacional compartilhado por intelectuais, estudantes, políticos e universitários (REIS, 2001, p. 63). O IEPES era vinculado ao MDB gaúcho e tinha a direção de André Forster<sup>76</sup>, que no momento da fundação era assessor de Pedro Simon na Assembleia Legislativa e presidente da Associação dos Sociólogos do Rio Grande do Sul. De acordo com Reis, o IEPES foi o principal espaço de articulação e de visibilidade de políticos e jovens de esquerda do Rio Grande do Sul na década de 1970. Essa importância, de acordo com a autora, se deve aos sucessivos cursos e seminários promovidos por intelectuais de grande notoriedade à época<sup>77</sup>, principalmente os vinculados ao CEBRAP<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> André Forster nasceu em Estrela (RS), formado em Sociologia pela UFRGS, foi presidente da Associação Gaúcha dos Sociólogos do início dos anos 1970 a 1977 e Presidente do IEPES. Foi vereador em Porto Alegre de 1983 a 1986, exercendo a presidência da Câmara de 1984 a 1986, além de exercer o cargo de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia na gestão de Pedro Simon. Foi presidente do PMDB por três mandatos, de 1989 a 1996. Faleceu em 09 de dezembro de 1996.

<sup>77</sup> Esses seminários constituíam acontecimentos políticos em Porto Alegre. Houve seminários com mil pessoas no plenário da Assembleia e com mais de três mil acompanhando por alto-falantes do lado de fora do prédio (REIS, 2001, p. 78).

<sup>78</sup> O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento foi fundado em 1969, basicamente por professores expulsos da USP pelo governo da ditadura civil-

(Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Inclusive com base na experiência do CEBRAP é que a cúpula do MDB gaúcho decidiu pela criação do IEPES. As atividades do IEPES eram compostas por “[...] reunião de discussão da conjuntura, seminários com personalidades para um público maior e palestras/cursos dos membros do IEPES de Porto Alegre junto aos IEPES do interior do estado” (REIS, 2001, p. 74). O IEPES funcionava na sala do MDB da Assembleia Legislativa. Participavam mais organicamente do IEPES além de André Forster, intelectuais e militantes como Dilma Rousseff, Raul Pont, Luiz Miranda e Cristiano Tasch.

Reis destaca que as teses formuladas pelo Setor Jovem de Santa Maria tinham influência estadual e nacional, também devido à participação ativa do grupo no IEPES e principalmente nas reuniões da juventude do MDB no Estado. Dois documentos editados por esse grupo são destacados pela autora “O MDB e a política de simpatia” e “Sobre a Conduta do MDB após as eleições” como significativos para influenciar a tomada de decisão do partido nos âmbitos estadual e nacional. Outro registro da circulação de Genro Filho e sua representatividade nacional está publicado em uma nota do jornal *Folha de S. Paulo* de 19 de setembro de 1975, que informa a prisão do vice-presidente do Setor Jovem em Santa Maria, Gilson Santos Lopes, por causa de chaveiros produzidos pelo grupo. Na mesma nota, Adelmo Genro Filho afirma que levará a situação para a Convenção Nacional do MDB, na qual participará como delegado do Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que a representatividade do grupo em Santa Maria e sua força política entre os jovens do Rio Grande do Sul fizeram com que Genro Filho circulasse nas esferas nacionais do MDB e tivesse contato com políticos de tendência à esquerda que se mobilizavam a partir do MDB.

Genro Filho formou-se em Comunicação Social/ Jornalismo no final do ano de 1975. Nesse ano também se casou com Leticia Pasqualini. Um ano antes, em 01 de maio de 1974, Genro Filho começou sua atividade como estagiário de jornalismo no jornal *A Razão*, vínculo que manteve até 30 de maio de 1975 (GENRO FILHO, 198?). No decorrer da década de 1970 e início de 1980, Genro Filho escreveu com frequência artigos analíticos para o jornal sobre arte, a conjuntura política, comunicação e jornalismo. Alguns artigos de Genro Filho de 1975 e 1977 publicados no *A Razão* e no *Diário de Notícias* de Porto

---

militar. Dentre os intelectuais que formavam o Centro estavam Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Roberto Schwarz.

Alegre merecem nosso destaque, uma vez que tratam de jornalismo e estabelecem as primeiras impressões teóricas do autor sobre o exercício profissional (GENRO FILHO, 2004a; 2004b; 2005). Esses textos serão estudados mais a frente, no momento em que tratarmos especificamente do contexto de produção de “O Segredo da Pirâmide”.

Depois de formado, Genro Filho foi convidado, em 25 de janeiro de 1976, a trabalhar como jornalista em um jornal alternativo patrocinado pelo MDB na cidade de Ijuí: o *Semanário de Informação Política*. De acordo com o trabalho de Eloisa Klein (2008), o *Seminário de Informação Política* foi idealizado por Jefferson de Barros e teve apoio político e financeiro de Ben-Hur Mafra, ambos militantes do MDB. Jefferson de Barros trabalhou em vários veículos de comunicação do Brasil e do Rio Grande do Sul, inclusive na revista *Veja*. Ele tinha o desejo de fundar um jornal alternativo, em que as ideias políticas pudessem circular mais livremente, fora das amarras que as grandes empresas jornalísticas mantêm com o poder. Esse desejo somente encontrou fundamentação material no apoio financeiro do advogado Ben-Hur Mafra, então presidente do MDB de Ijuí, além de receber colaborações de um conjunto de professores universitários da cidade. Jefferson de Barros chegou a Ijuí para trabalhar em um jornal local (o *Correio Serrano*) e, na cidade de 60 mil habitantes à época, conseguiu reunir uma equipe para fazer o jornal alternativo. Porém, Jefferson de Barros manteve-se a frente do projeto apenas por 10 edições, passando a aparecer como membro do conselho editorial a partir da edição 12 (KLEIN, 2008, p. 77-78).

O jornal tinha formato tabloide, 12 páginas, em preto e branco, características de todas as edições de Ijuí. O semanário de Ijuí dava enfoque a notícias gerais do município, depreendendo desses fatos análises políticas de temas mais amplos da agenda nacional como educação, economia, cultura e da situação política do país. O tabloide circulou por uma rede de militantes do MDB da cidade e do Rio Grande do Sul, líderes sindicais e pessoas de esquerda (KLEIN, 2008). Manteve também uma articulação com o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), o que tornava o jornal lido e comentado nos círculos partidários do MDB em Porto Alegre e também Santa Maria. Foi através dessa rede de informações, de acordo com a pesquisa de Klein (2008, p. 92), que o grupo que estava no Setor Jovem de Santa Maria travou contato com o jornal. “E em suas idas a Ijuí, para as reuniões do Iepes, Adelmo Genro Filho aproximou-se da equipe do jornal, muitos dos quais conhecia já da militância política, particularmente a ligada ao movimento estudantil” (KLEIN, 2008, p. 92-93). A projeção do jornal

do interior, a aproximação do grupo de Santa Maria ao projeto e as discussões internas no jornal teriam motivado Jefferson de Barros a se desvincular do jornal na edição 11.

Klein (2008, p. 93-96) relata que a saída de Jefferson de Barros pode ter relação com a chegada de Genro Filho. Barros tinha diferenças com o comando gaúcho do MDB e divergências políticas com o “pessoal de Santa Maria”. Alguns entrevistados de Klein, como a esposa de Barros, afirmaram que houve divergências entre os dois e de que Genro Filho passou a interferir na política editorial do jornal. Visão contestada por outro entrevistado, Sérgio Weigert, para quem Genro Filho teria ido para Ijuí para trabalhar, já que se formou meses antes. Genro Filho aparece como repórter apenas na edição 14, depois de uma reforma gráfica e de política editorial do jornal.

A saída de Jefferson de Barros e a promoção a editor de Fernando Paes acentuou o caráter analítico do periódico, coincidindo esse período à chegada de Genro Filho à redação (KLEIN, 2008). Os fatos que aconteciam em Ijuí dão lugar a análises da conjuntura, reportagens regionais e debates com base em acontecimentos políticos nacionais e estaduais. As críticas do jornal incluíam o próprio MDB nacional e estadual, pontuando a posição dos integrantes de Santa Maria frente aos debates internos do partido. Depois da chegada de Genro Filho, outros integrantes do Setor Jovem de Santa Maria aportam no jornal de Ijuí. A partir de janeiro aparecem como colaboradores Sérgio Weigert, Tarso Genro, Luiz Sergio Metz e Beto São Pedro. Os textos passaram a realizar críticas mais governamentais, com propostas enfáticas de solução para os problemas sociais via uma leitura mais vinculada à esquerda (KLEIN, 2008, p. 80). A própria pesquisadora dá sua análise da possibilidade de intervenção de Adelmo Genro Filho e do grupo de Santa Maria no *Semanário*:

Da observação dos textos pode-se perceber que a inserção de Adelmo não foi forçada e que o ambiente interno (e da discussão) do jornal previamente a seu ingresso é também responsável pela mudança que resultou na saída de Jefferson Barros. O jornal manifesta uma mudança construída e não imposta como ação externa. Um dos pilares desta construção é o distanciamento que já havia entre o projeto de engajamento na comunidade de Ijuí, com um leitor pressuposto, e o público leitor efetivo, o receptor do jornal, já que as análises, crítica literária e estilo jornalístico de Informação não eram acessíveis a leitores semi-alfabetizados. No entanto, se Adelmo não

tem a intenção prévia de “pegar” o jornal, sua participação é determinante para a mudança do perfil (KLEIN, 2008, p. 102-103).

Genro Filho permaneceu no jornal até 01 de abril de 1976 (GENRO FILHO, 198?). O *Semanário* encerrou atividades em 09 de abril de 1976. Entre os motivos para o encerramento da experiência estavam a falta de sustentação da proposta devido à baixa circulação comercial, limitação de contribuição financeira dos colaboradores e do financiamento de Ben-Hur Mafra (KLEIN, 2008, p. 80). O jornal também enfrentava problemas com a ditadura militar, visto que Ben-Hur Mafra é chamado para prestar “esclarecimentos” devido a uma edição do *Semanário* sobre a cassação de três deputados federais (dois deles gaúchos). Outro motivo possível estaria na proposta do grupo de Adelmo Genro Filho em transferir o jornal para Porto Alegre, o que garantiria maior projeção às ideias e ações do grupo junto ao MDB estadual. Klein (2008, p. 81) afirma que houve um crescente distanciamento político e jornalístico da proposta original. Primeiramente, uma proposta mais organicamente vinculada ao MDB e com coberturas que privilegiavam Ijuí. E, após a saída de Jeferson Barros, uma radicalização da crítica à esquerda e a retirada de Ijuí do centro das matérias. Ijuí, como bem enfatiza a autora e seus entrevistados, deixou de corresponder aos anseios do grupo que passou a organizar o jornal. E o *Semanário de Informação Política*, por outro lado, deixou de responder às demandas das pessoas de Ijuí que o financiavam.

Por isso, o jornal retornou, sob o título *Jornal Informação*, na capital Porto Alegre, em 22 de julho de 1976. O jornal foi todo organizado pelo grupo de Santa Maria. Genro Filho é o chefe de redação, Sérgio Weigert, o secretário, e o primo de Adelmo Genro Filho, Daniel Herz, o diretor. O jornal recebeu o apoio de políticos do MDB e mobilizou Tarso Genro, então advogado trabalhista bem relacionado na capital do Rio Grande do Sul. “Era um projeto que tinha um financiamento político declarado, ou seja, ele foi viabilizado a partir de contribuições de diversas pessoas da esquerda de POA, com expressão estadual inclusive”, disse Daniel Herz a Reis (2001, p. 126). O trabalho de Reis também traz as lembranças de Beto São Pedro e de Sérgio Weigert, respectivamente, sobre como o grupo buscou apoio no Rio Grande do Sul para a iniciativa.

A gente fez um tour por todo o Estado buscando, onde houvesse um militante, um ex-militante, um ex-guerrilheiro, um ex-terrorista desgarrado, a gente conseguiu reunir e contar a partir deles com um certo apoio financeiro, até mesmo em termos de produção de textos para ir articulando.

Quando começou o processo, que o jornal não ia se sustentar em Ijuí, Adelmo disse: não, vamos levar esse jornal para Porto Alegre. E ele percorreu o Rio Grande do Sul inteiro atrás de pessoas de esquerda para sustentar o jornal, e eu aqui em Porto Alegre... Então ele foi em gente como o Luiz Coronel, por exemplo, foi em várias pessoas. Aqui em Porto Alegre eu fui em várias pessoas. Eu me lembro quando ele [Adelmo] veio a Porto Alegre, disse: agora vamos conversar com o Tarso, vamos botar o Tarso nessa jogada. Aí fomos conversar com o Tarso e ele aqui em Porto Alegre agregou um monte de advogados.

A experiência do *Jornal Informação* de Porto Alegre é, na visão de Daniel Herz, a experiência jornalística que inspirou Adelmo Genro Filho a pensar sobre a necessidade de ensino e de teoria para se fazer jornalismo.

Por isso, eu acho que uma das principais fontes de questionamento para Adelmo sobre o jornalismo foi uma experiência que nós tivemos – eu tive a oportunidade de participar com ele – que foi a criação, em 1975, do Semanário Informação. Era um semanário que expressava as posições de uma articulação muito ampla que se situava, à época, em torno do MDB Jovem do Rio Grande do Sul e que reunia posições das mais variadas tendências. Examinando o expediente do Semanário, vamos verificar que há pessoas no PCB, no PC do B, no PSDB, no PSB. Enfim, todas as principais correntes partidárias hoje estruturadas estavam agregadas ali naquele projeto. Esse leque muito abrangente representava quase uma síntese das oposições no Rio Grande do Sul nessa época.

[...] Mas, a constatação que nós chegamos era muito simples: ninguém sabia fazer jornal. O que se tinha de conhecimento técnico – que era muito primário em relação ao que existe hoje – era insuficiente para traduzir

uma experiência militante e que também pretendia ter uma qualidade jornalística (HERZ, 2013, p. 444-445).

Graficamente era parecido com o jornal de Ijuí, como atesta a análise de Klein (2008, p. 148). O Informação circulava no Rio Grande do Sul e em Florianópolis. Glauco Marques<sup>79</sup>, que depois viria a ser amigo e companheiro de partido de Adelmo, já fazia a distribuição do jornal em Florianópolis. “*Eu recebia aqui uns 200 exemplares e colocava em duas três bancas do centro de Florianópolis. Era um jornal que tinha uma certa repercussão naquele período de ditadura. Vendia todos os números e eu nunca fiquei sabendo para quem que vendia*” [Glauco Marques]. O jornal trazia artigos analíticos aos moldes de jornais como *Movimento* e *Opinião*. Os temas eram centrados em política de oposição, combate à ditadura e divulgação da organização política dos setores jovens e do MDB do Estado. Além de temas políticos, o jornal enfocava na cultura, com contos, poesias, críticas literárias, de cinema, televisão e teatro, etc. A descrição engajada de Eloisa Klein (2008, p. 149-150) apresenta bem o clima e o modo como os sujeitos rememoram os tempos de redação do jornal.

Entre abril e junho de 1976, Informação deixa a sede ijuiense, montada com os recursos capitaneados por Ben-Hur Mafra, e passa para uma sede improvisada entre moradia e redação do jornal, em Porto Alegre, onde jornalistas ao mesmo tempo militantes políticos dividiam sanduíches, leituras, diálogos, folhas datilografadas e fumaça de cigarro. E recebiam textos de colegas e ex-colegas, da universidade e da militância política, e discutiam a publicação de contos e de poesias, e queriam que tudo naquele momento estivesse voltado à luta contra a ditadura. E queriam que tudo respirasse pelos poros da política. E o jornalismo feito ia adquirindo essa feição: nos acontecimentos sociais narrados, nas críticas aos posicionamentos conservadores, que não atuavam na contestação do regime, apesar de situados dentro do imenso complexo que era o Movimento Democrático Brasileiro, na denúncia de desvios de verbas públicas

---

<sup>79</sup> Glauco Marques é engenheiro eletricitista formado pela UFSM. Funcionário aposentado da Eletrosul, participou da direção do Sindicato dos Eletricitários por vários anos. Um dos fundadores do PT em Florianópolis, integrou o Partido Revolucionário Comunista no estado. Entrevistei Glauco Marques no dia 25 de março de 2013, na sua casa em Florianópolis.

enquanto trabalhadores sofriam com condições degradantes de trabalho e de vida, na denúncia da perseguição política e na afirmação constante – quase uma arma – da necessidade do debate para resolver os problemas do Brasil.

O público projetado pelo jornal, como analisa Klein (2008), não era mais a população em geral ou o MDB em específico, mas os militantes, partidários clandestinos ou não, líderes comunitários, de movimentos populares e de trabalhadores que assumiam sua aversão à ditadura. O jornal também assumiu uma posição deliberadamente política, de análise crítica da conjuntura e dos governantes e, em simultâneo, almejava constituir processos para o debate de alternativas para o país.

O *Jornal Informação* também serviu como plataforma política para a campanha de jovens políticos do Estado, como a campanha de Marcos Klassmann, do Setor Jovem de Porto Alegre para o legislativo da capital, e de Adelmo Genro Filho e de Maria Rita Assis Brasil para o legislativo de Santa Maria. A campanha de voto na oposição foi um sucesso, pois os três foram eleitos, tendo Klassmann alcançado votação surpreendente com o slogan “vote contra o governo”.

O *Jornal Informação* encerrou as atividades em 27 de fevereiro de 1977. Alguns integrantes do jornal, como Daniel Herz<sup>80</sup>, integraram-se ao “*Movimento*”<sup>81</sup>, jornal que abriu uma sucursal no Rio Grande do Sul em janeiro de 1977 e que tinha no corpo editorial André Forster. Herz assumiu como chefe de redação da sucursal. A chefia da sucursal de *O Movimento* ficou a cargo do jornalista Marcos Klassmann, que eleito em 1976, teve seu mandato cassado em fevereiro de 1977<sup>82</sup> (REIS, 2001).

---

<sup>80</sup> Daniel Herz também participou da campanha de André Foster para Deputado Estadual em 1978, conforme sua declaração a Reis (2001, p. 86).

<sup>81</sup> O *Movimento*, também conhecido como “o jornal dos jornalistas”, foi criado de uma dissidência do jornal *Opinião* em abril de 1975, com sede em São Paulo. Semanário, circulou de julho de 1975 a novembro de 1981 (KUCINSKI, 1991).

<sup>82</sup> Não apenas o *Jornal Informação* engajou-se na campanha de Klassmann, como grande parte da juventude de esquerda de Porto Alegre e de membros do IEPES como Dilma Rousseff e o esposo dela, Carlos Araújo. Esse engajamento estendeu-se depois da cassação do jovem vereador. De acordo com Haeser (2007), o 1120 Notícia da Rádio Continental divulgou o discurso de Klassmann, o que resultou em uma multa equivalente a R\$ 30 mil para rádio. A Rádio Continental era de propriedade do Grupo de Roberto Marinho,

Adelmo Genro Filho e Leticia Pasqualini (que trabalhou como jornalista no *Jornal Informação*) retornaram a Santa Maria para a atuação dele como vereador a partir de janeiro de 1977.

A campanha para vereador de Adelmo Genro Filho aconteceu em conjunto com as atividades do *Jornal Informação*. O Setor Jovem decidiu apresentar três candidaturas, escolhidas em convenção interna. Um candidato representava o setor trabalhista. Outra, junto às mulheres, caso de Maria Rita Assis Brasil. E o terceiro candidato era Adelmo Genro Filho, representando o Setor Jovem e com trabalho junto aos estudantes. A campanha de Genro Filho tinha como lema o final das leis que interferiam na vida universitária em geral e na política estudantil. Maria Rita Assis Brasil fazia campanha de casa em casa em Santa Maria, apresentando os nomes dos três candidatos. Genro Filho, segundo ela, vinha em momentos oportunos para intensificar a campanha.

*Bom, fizeram as convenções, fomos escolhidos, tínhamos as ideias. O Memo tinha nome na cidade. O Memo vinha para cá [Porto Alegre] para fazer o jornal [Informação] e eu lá [em Santa Maria] fazendo o quinto ano da faculdade. A esposa de Adelmo aqui e o Sérgio [Weigert] aqui também, ambos fazendo o jornal.*

*Na campanha, eu chegava de casa em casa. Eu ia com um candidato a prefeito, porque aí eu tinha um carro para ir até as vilas. Passava as tardes inteirinhas nas vilas. Aí apresentava os três candidatos, o santinho dos três candidatos. Eu tinha remorso se apresentasse o meu com maior ênfase. Eu apresentava assim: “esse é Gil, nosso colega escolhido pelo setor trabalhista, um operário. Adelmo, estudante de Jornalismo, filho do Dr. Adelmo Genro que já foi prefeito da cidade e foi cassado em 1964. E eu represento as mulheres, porque ninguém mais que as mulheres entendem o que é a opressão sobre*

---

mas foi entregue à direção de Fernando Westphalen, que decidiu estabelecer uma rádio que misturava rock internacional e músicas de cassados políticos com noticiários contra a ditadura. Conhecida como a rádio dos “magrinhos e magrinhas” (gíria da rádio para os jovens universitários gaúchos), a *Continental* veiculava notícias diretas e indiretas contra a ditadura no programa 1120 notícia, com redação e edição de estudantes de jornalismo sob a batuta do chefe de redação Wladimir Ungaretti (ex-presos político e professor de Comunicação Social/ Jornalismo da UFRGS). Entre os estudantes da UFRGS que trabalharam na rádio, estava Eduardo Meditsch.

*elas, as mulheres sabem quanto custa a manteiga, quanto custa o pão. Elas trabalham e voltam para casa (a questão da dupla jornada)”. Quando eu tinha a oportunidade, conversava mais. E à tarde, as mulheres estavam mais em casa [Maria Rita Assis Brasil].*

O nome da família dava um peso importante à campanha de Genro Filho. Outro fator importante para a inserção dos nomes de Genro Filho e Maria Rita foram encontros que o grupo estabelecia com membros das comunidades de Santa Maria. Em entrevista, Maria Rita Assis Brasil conta que o grupo realizava reuniões com comunidades todos os domingos pela manhã. A meta era a aproximação com os trabalhadores, com a criação do que Maria Rita chama de “movimentos populares”. Trata-se das “Oposições Populares”, instituído pelo grupo de Santa Maria nas instâncias do MDB gaúcho (REIS, 2001). As Oposições Populares inseriam no partido representantes dos movimentos populares e instituíam, organicamente, um trabalho de formação política junto às comunidades e entidades de classe. A ação depreendeu-se de uma das células de organização do grupo de Santa Maria (a outra célula era voltada para as questões do movimento estudantil).

*Tínhamos reuniões nas vilas. Isso em 1974, 1975, 1976. Começamos com os vínculos do MDB. Nós decidimos, depois de discussões colegiadas, fazer um ambulatório de vila para ter um vínculo com a comunidade. Um amigo meu emprestou o nome como responsável médico e eu, estudante do terceiro ano de faculdade atendia – era para poder se vincular, era uma coisa muito simples e que hoje seria proibido. Uma amiga minha enfermeira ia comigo. E nós tínhamos uma moto. Memo também tinha uma moto. Eu ia de moto para vila, Parque Pinheiro Machado, eu acho. Lá, emprestavamos uma peça de uma casa de madeira, de um casebre. E nós atendíamos a comunidade. [...] As nossas manhãs de domingo eram assim. Nós íamos, havia uma reunião, por vezes um churrasco que eles nos ofereciam e sempre ocorriam discussões políticas. Nós tentávamos organizar as comunidades [Maria Rita Assis Brasil].*

A campanha de Adelmo Genro Filho foi realizada de moto e de Fusca, como conta Helio Schuch, envolvendo os estudantes organicamente vinculados ao grupo e simpatizantes. *Várias vezes eu sai*

*de moto com ele fazendo um marketing. Nós tínhamos dois tipos de texto de panfletos. Um para a classe média e um para trabalhadores de Santa Maria. Nós visitávamos trabalhadores da construção civil, de algumas fábricas e a classe média* (Hélio Schuch). Pedro Osório era o secretário de campanha de Genro Filho, e diferente da versão de Maria Rita, afirma que cada um fazia sua campanha separadamente e não havia apresentação “casada” de candidatos nos momentos em que Genro Filho fazia campanha. Ele descreve as articulações de Genro Filho na campanha e confirma alguns dos aspectos já indicados por Maria Rita Assis Brasil.

*Adelmo já tinha uma articulação na periferia de Santa Maria, já tinha uma articulação com os ferroviários que vem da Ala Vermelha e da militância de Tarso. Em alguns momentos, Tarso baixou em Santa Maria e nós circulávamos junto aos ferroviários. Visitamos muitos ferroviários com vínculos de esquerda. E Adelmo e Beto tinham presença nos chamados “movimentos comunitários de Santa Maria”, que na época era um tipo de movimento que estava florescendo bastante, das comunidades de base que vêm um pouco dessa época e que na verdade vai surgir mais adiante. Mas ali o movimento já estava nascendo. [...] E ele [Genro Filho] já como jornalista era reconhecido.* (Pedro Osório)

No final do pleito, Maria Rita conta que Genro Filho chegou para ela e disse que o cenário da eleição é mais favorável a ele. Por isso, a decisão de todo grupo foi de votar em Maria Rita, que tinha chances de se eleger. Em 15 de novembro, 2321 santa-marienses elegeram Genro Filho (o segundo vereador mais votado) e 1121, Maria Rita Assis Brasil. “O nosso mandato foi para a base, para fortalecer os movimentos populares”. Ela explica que um dos primeiros projetos de Genro Filho na Câmara visava aumentar a representatividade daquelas comunidades, com a participação direta delas na escolha da aplicação do orçamento.

*Quando nos elegemos, o Memo teve imediatamente a iniciativa, que até hoje me pinga na cabeça, de as comunidades da base decidirem. [...] Tanto que ele fez um Projeto de Lei e colocou em votação na Câmara de Vereadores, mas nunca foi votado. Todos votaram contra e disseram: “mas aí não precisa vereador”. Achei genial. Só que isso em 1977. Era um protótipo do orçamento*

*participativo, visto que as comunidades iriam decidir como investir o orçamento da prefeitura.*

O então vereador não se afastava das atividades de articulação com o movimento jovem de esquerda da cidade. Eram comuns as reuniões para estudo de marxismo e literatura no quarto 46 da casa do estudante da UFSM, quarto partilhado por Pedro Osório, Sérgio Luiz Metz e Helio Schuch. Ou na casa de Sérgio Weigert e Maria Rita Assis Brasil, que ficava ao lado da Casa do Estudante. Como explica Pedro Osório em entrevista a nossa tese, o grupo do quarto 46 conseguiu hegemonia política na Casa do Estudante de Santa Maria no ano de 1976, sob a liderança de Luiz Sérgio Metz, conhecido como Jacaré. O grupo ganhou em 1977 três diretórios da UFSM: o DADECA (Diretório Acadêmico de Direito, Economia, Comunicação e Administração), sob a presidência de Pedro Osório; o DACTEC, (Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia), sob a presidência de Estilac Xavier; e o Centro de Artes, com Bernadete Melo da Cruz. *“A partir desse quarteto, nossa influência vai se expandindo e nós vamos conquistando diretório após diretório até chegar ao ponto, em 1979 eu acho, de conquistarmos todos os diretórios”* (Pedro Osório). Estilac Xavier faz uma análise das táticas do grupo para conseguir a liderança dos diretórios mesmo sob as regras do Decreto-Lei n.º. 228/1969.

*Mas nós constituímos um processo interessantíssimo, porque sem sair das regras do jogo, nós subvertemos o jogo. Nós ganhamos maioria dentro da universidade com a regra do jogo. Por exemplo, pela legislação do 228 para a escolha dos dirigentes, aluno reprovado não poderia entrar nas chapas, não podia participar. Ora, normalmente o pessoal que era tido de esquerda não era os “de ponta” das aulas. Mas nós éramos. Era uma coisa meio estranha: nós tínhamos chapa e só de pessoas consideradas “CDF’s”. Não que fossemos os mais brilhantes, mas estávamos lá. Então, não tinham como nos impedir, e nós fomos conquistando maioria assim, a partir de dois diretórios somente: do Dactec e do Diretório Setorial Villa Lobos, as Artes e Engenharia. O que, aliás, era muito frequente, porque a gurizada da Engenharia adorava ir lá olhar as gurias das Artes. Aliás, minha esposa é das Artes (Estilac Xavier).*

Nesse momento, o grupo de Santa Maria está articulado em um movimento estudantil chamado *Resistência*<sup>83</sup>. “*A fundação do Resistência aconteceu no porão da casa onde moravam a Bema [Bernadete Melo da Cruz, então namorada de Pedro Osório, com quem tem um filho], a Marô [Marô Silva, namorada e depois esposa de Luiz Sérgio Metz] e mais uma menina que namorava Aldo Fornazieri*” (Pedro Osório). Da representatividade de Maria Rita Assis Brasil como vereadora e a atuação das estudantes que, por afinidades políticas e sentimentais, relacionavam-se com os homens do grupo, nasceu um coletivo feminista chamado Germinal, tendo depois influenciado grupos similares em Pelotas e Porto Alegre (REIS, 2001).

O grupo organizado que tinha o MDB e depois o PMDB como uma fachada, formado por universitários do curso de jornalismo e da UFSM, a partir das atividades políticas no movimento estudantil, passou a agregar um coletivo de jovens com atividades culturais e políticas contra a ditadura. Entre as muitas atividades estavam, além da já citada Feira Universitária do Livro, a apresentação de peças de teatro (articuladas com o Grupo de Teatro Universitário Independente) e palestras de políticos e artistas. “*Em 1977 ou 1978, Lula foi convidado a dar uma palestra em Santa Maria ainda quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e ele foi. Outro político que veio a nosso convite foi Teotônio Vilela, ainda que este fosse ligado ao Arena, era um cara muito politizado e decente*” (Helio Schuch).

O grupo de Santa Maria não pode ser caracterizado como mdbista. Como vários agrupamentos de esquerda, realizava dupla militância. Porém, diferente deles, não vinculava-se a uma organização partidária clandestina. O grupo era muito próximo do PC do B, tanto que distribuiu o *Tribuna Operária* (jornal oficial do partido) por vários anos e segundo Marcos Rolim, esteve muito perto de integrá-lo.

*Nosso grupo de Santa Maria nunca foi do PC do B. Nós éramos comunistas independentes que atuavam no interior do MDB Jovem. Nós nos aproximamos do PC do B, estávamos para ser recrutados. Eles tentaram nos recrutar várias vezes, mas nós tínhamos muitas dúvidas*

---

<sup>83</sup> Nacionalmente, essa tendência do movimento estudantil, depois ligada ao PRC e ao PT, recebeu o nome de “Caminhando”. No Rio Grande do Sul, o Resistência possuía uma força muito grande no interior, influenciando estudantes de Passo Fundo, Bagé, Pelotas, além de Santa Maria (DELLA VECCHIA, 2011, p. 198-199). Influência que ocorreu principalmente na década de 1980.

*sobre o PC do B. A Guerrilha do Araguaia era uma das coisas. Mas nós não sabíamos, não conhecíamos qual era a crítica que se fazia à Guerrilha do Araguaia. Sem internet, sem comunicação com outros estados, era um rolo todo. Estávamos isolados do mundo (Marcos Rolim).*

A não filiação ao PC do B aconteceu depois de uma edição do *Tribuna Operária* com uma matéria de contracapa em homenagem ao aniversário da morte da Stalin. “O título da capa era ‘Uma Rosa para Stalin’. Nunca me esqueci dessa matéria. Era uma matéria de elogio a Stalin. Nós lemos aquilo e dissemos: ‘Não, essa aqui não. Essa não dá’” (Marcos Rolim). Estilac Xavier também lembra da edição e da reunião causada por causa dela. “Chegamos lá e havia uma crise instalada. O que está havendo? Ai nos apresentaram o último número da *Tribuna Operária* que havia saído. Aquela *Tribuna* tinha feito um editorial em homenagem a Stalin que se chamava ‘Uma Rosa para Stalin’. E uma das coisas que nós nos orientávamos era ser anti-stalinista. O grupo decidiu chamar um dos líderes do PC do B no Rio Grande do Sul para uma reunião em Santa Maria, José Loguércio. Marcos Rolim descreve a reunião.

*Nós reunimos lá umas quinze pessoas com ele e expusemos nossa insatisfação com a matéria. Dissemos: ‘Isso aqui não dá. É uma matéria que coloca o PC do B como stalinista e nós não somos stalinistas’. Na verdade nós estávamos com esperança que ele dissesse alguma coisa para nos apaziguar porque iríamos romper a relação ali. Se não fosse uma conversa legal iríamos romper. E a primeira frase de Zé Loguércio, habilidosíssimo, foi a seguinte: ‘Eu também divirjo da matéria. Se eu fosse o redator teria escrito um ramallete de rosas para Stalin e não uma rosa só’. A reunião acabou ali. Ele falou mais um pouquinho e dissemos: ‘Deu, com o PC do B acabou’.*

O grupo permaneceu como comunistas independentes até a aproximação com outro agrupamento de independentes, uma dissidência do PC do B nacional: a Ala Esquerda. Essa aproximação teve direta vinculação com textos escritos por Genro Filho a partir de 1979. É com a chamada Ala Esquerda que o grupo de Santa Maria reuniu forças para a formação, em 1984, do Partido Revolucionário Comunista, de inspiração leninista, que se propunha como o partido da vanguarda do

operariado nacional. Somente então Genro Filho, um líder local, passou a ganhar uma projeção nacional no interior do reduzido círculo de políticos e intelectuais de esquerda do país.

\*\*\*

A atuação como vereador em Santa Maria, para Genro Filho, não guardava grandes possibilidades de efetivas transformações da situação política da cidade e do país. Da mesma forma, o horizonte de estudos como autodidata parecia não coadunar mais com a carreira que Genro Filho projetava para si. Por isso, decidiu tentar retornar à vida acadêmica em duas oportunidades. Primeiramente, ele tentou mestrado em Comunicação na Universidade de Brasília em 1978, juntamente com Daniel Herz. “Ele [Adelmo Genro Filho] já estava há dois anos na Câmara dos Vereadores de Santa Maria. As perspectivas políticas não eram muito significativas. Não se previa nada muito importante no horizonte político do Brasil” (HERZ, 2013, p. 447). Na ocasião, o primo Herz foi escolhido e Genro Filho, preterido. De acordo com Herz (2013, p. 447), aquela seleção tinha várias vagas “marcadas”, sobrando apenas duas para a seleção de fato. Conforme versão de Herz, os professores da UnB não podiam escolher dois jornalistas que vinham do sul. Por isso, os professores teriam preferido aquele que tivesse maior disponibilidade, no caso, o jornalista Herz em detrimento do vereador em meio de mandato Genro Filho.

A segunda tentativa ocorreu no início dos anos 1980. Pedro Osório (2007, p. 38-39) disse que em 1980, “se a memória não lhe traía” quanto à data, Genro Filho também não obteve sucesso na seleção de mestrado em Filosofia da UFSM. “Muito provavelmente os filósofos da universidade [...] assombraram-se com o vigor da sua aptidão para a filosofia e a destemida defesa que fazia do marxismo”.

Nota-se que a qualidade acadêmica das proposições de Genro Filho para acesso a esses cursos não foi colocada em questão por Daniel Herz e Pedro Osório. Outra crítica a ser feita a essas fontes é a intenção de “correção ou esclarecimento da biografia”, em falas realizadas em momentos de celebração da memória de Genro Filho. Herz palestrou no evento “Revolucionar o Marxismo”, realizado em 17, 18 e 19 de agosto de 1988, em promoção do Departamento de Comunicação Social/Jornalismo da UFSC. Por sua vez, Osório expressou seu ponto de vista do provável “assombro” dos docentes de Filosofia em um evento comemorativo dos 25 anos de *O Segredo da Pirâmide*, realizado pela Faculdade de Comunicação Social da UFSM.

Outro aspecto da constituição da biografia do autor a ser considerada está na apresentação de sua obra. Entendemos obra aqui não como um livro, mas como o conjunto da produção de um autor considerada significativa pela crítica especializada (FOUCAULT, 2001). É possível citar vários textos publicados em jornais no decorrer dos anos 1970 e início dos 1980 como indicadores do potencial teórico de Genro Filho, resultado, provavelmente de suas leituras, grupos de estudos e debates junto aos colegas<sup>84</sup>. No entanto, todas as lembranças sobre a carreira do estudioso, inclusive no site em sua homenagem, iniciam a datação de sua obra com o artigo “A Democracia como Valor Operário e Popular”, publicado em 1979 no volume XVII da revista da Civilização Brasileira. É, sem dúvida, a primeira publicação de Genro Filho na seara nacional de debate da esquerda, e criticando um dos mais respeitados pensadores da esquerda.

O texto é uma análise crítica do artigo clássico publicado por Carlos Nelson Coutinho (1979) na Civilização Brasileira, na edição 9, intitulado “A Democracia como Valor Universal”. Resultado do momento histórico brasileiro após a primeira abertura da Ditadura Militar, com a Lei da Anistia de 1979 (Lei n.º 6.683/79), e da trajetória de Coutinho, que passou alguns anos na Itália e recebeu influência do Eurocomunismo italiano, “Democracia como Valor Universal” é um texto chave para a definição das estratégias dos agrupamentos políticos de esquerda e, segundo alguns estudiosos, influenciou teses proeminentes das ações do PT nos anos 1980 e 1990<sup>85</sup>.

Em balanços posteriores, o próprio Coutinho reservou críticas ao texto e principalmente às consequências que ocasionou devido às interpretações pragmáticas decorrentes dele. Genro Filho (1979) critica que a democracia não pode ser elevada a substantivo universal, pois é estruturada no arcabouço político da burguesia. A democracia não pode ser elevada a valor universal sem ser devidamente substantivada como das elites burguesas ou da classe operária e popular. Nesses termos, ele

---

<sup>84</sup> No currículo entregue por Adelmo Genro Filho na ocasião de seu concurso para docente do departamento de jornalismo da UFSC, constam mais de 50 textos de análise publicados em jornais e revistas como *A Razão*, *Movimento*, *Correio do Povo*, etc (GENRO FILHO, 198?).

<sup>85</sup> Como ratifica Marcos Rolim, em entrevista à nossa tese, a proposta de Coutinho influenciou inclusive a guinada do grupo próximo a Genro Filho a partir de 1988, que deixou as concepções leninistas de ruptura revolucionária e assumiu as teses da democracia. Aspectos dessas mudanças serão debatidas ao tratarmos do Partido Revolucionário Comunista.

evidencia a necessidade de uma ruptura revolucionária ao modelo burguês como fundamental para uma democracia operária. Uma tese leninista.

O contexto do debate com Coutinho aconteceu em momento ímpar da história das esquerdas no Brasil. A fundação do PT em 1980, resultado da aglutinação de sindicalistas, membros das comunidades eclesiais de base, intelectuais de esquerda etc., permeou o debate de que direção dar à organização política do país, da necessidade (ou não) de uma revolução armada, qual a democracia desejada e, ainda, qual a direção da história do país a ser construída pela esquerda. A produção editorial desse momento histórico demonstrava o momento de efervescência, com publicações sobre a influência da política da União Soviética, do stalinismo, do eurocomunismo, da teologia da libertação, sobre a produção acadêmica do marxismo, textos dos intérpretes de Marx (como Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci e Lukács), com balanços sobre a validade dos conceitos de Marx e Engels para os rumos que o socialismo poderia adquirir no país.

O artigo de Genro Filho sobre o texto de Coutinho, para além das discussões teóricas e políticas, gerou consequências práticas para o grupo de Santa Maria. De acordo com depoimento de Marcos Rolim, um grupo de dissidentes do PCdoB, denominado “Ala Esquerda”, leu o texto de Genro Filho na Civilização Brasileira e o convidou para uma reunião em São Paulo para a formação de uma revista teórica de incidência política. Nas palavras de Marcos Rolim, “[...] *um biombo para ação da dissidência do PCdoB que também aglutinava intelectuais independentes*”.

*Esse artigo é lido pela dissidência do PCdoB em São Paulo, Ozeas [Duarte de Oliveira] e companhia. E eles estavam organizando, com um grupo de intelectuais, a revista Teoria e Política. Eles entram em contato com Adelmo, que eles não conheciam, e dizem: “Estamos te convidando para participar de uma reunião aqui em São Paulo para fundar a revista”. Adelmo e Sergio Weigert viajam de carro até São Paulo para essa reunião, onde participam Ozeas e outras pessoas para discutir o que seria a Teoria e Política. E voltam com um fardo material subversivo, que eram os textos da dissidência do PCdoB, com a crítica à guerrilha do Araguaia, os problemas da Albânia. A gente recebe um tesouro, com muitos*

*documentos. Nessa linha, nós concluímos: “Está aqui, esses são os caras. Eles estão pensando como a gente está pensando” (Marcos Rolim).*

A Ala Esquerda surgiu a partir da crítica de integrantes do PCdoB aos métodos aplicados na guerrilha do Araguaia. Essas críticas foram formuladas por Pedro Pomar em 1976, e receberam difusão por seu filho, Wladimir Pomar, e outros integrantes do PCdoB a partir de 1979. Pedro Pomar foi assassinado pela Polícia Militar em São Paulo em 1976, episódio conhecido como “O Massacre da Lapa”. Wladimir Pomar e alguns companheiros foram presos e permaneceram nessa situação até a Anistia, em 1979. A VII Conferência do PCdoB, realizada na Albânia em outubro de 1978 e janeiro de 1979, decidiu pela expulsão dos que estavam presos e de integrantes da “Ala Esquerda”. Muitos dos expulsos e outros descontentes passaram a constituir a dissidência (COELHO, 2005, p. 94). Wladimir Pomar e outros seguiram para o PT. Outros permaneceram como dissidência do PCdoB (mesmo atuando também no PT). De acordo com Eurelino Coelho (2005, p. 94), a questão do Araguaia era a face mais exposta de diferenças que se estendiam a não aceitação da legitimidade do Comitê Central (CC) por parte dos Comitês Regionais da Bahia e de São Paulo (E1)<sup>86</sup>. Havia discordâncias das interpretações do Comitê Central quanto ao pensamento de Mao Zedong (Mao Tsé-Tung) - visto pelo CC como antimarxista e antileninista -, e também pelo afastamento das posições do Comitê Central das bases do partido, o que contrariava, na visão do agrupamento à esquerda, o conceito de “centralismo democrático”, prática que deveria ser comum nas organizações leninistas. Este grupo de dissidência reuniu-se em torno da publicação “Teoria e Política”, da Editora “Brasil em Debate”.

A Editora “Brasil em Debate” estava, para Maués (2008, p. 237), dentre as editoras de esquerda que realizaram publicações com vistas a denunciar a ideologia e as ações da ditadura civil-militar e que cresceram ou surgiram principalmente desde a abertura política e a Lei da Anistia de 1979. Editoras já existentes como a Civilização Brasileira, Vozes, Brasiliense e Paz e Terra passaram a atuar mais “ousadamente”. Por sua vez, surgiram editoras com objetivos políticos, como Global, Graal, Edições Populares e Brasil em Debate (MAUÉS, 2008). Algumas dessas editoras, caso da Brasil em Debate, estavam vinculadas a partidos

---

<sup>86</sup> O PCdoB em São Paulo se dividia em duas células principais (E1 e E2) para despistar o serviço de inteligência do governo militar.

que atuavam na clandestinidade ou na semiclandestinidade. A editora foi um projeto do Comando Central do PCdoB que se concretizou em julho de 1979, tendo Oseas Duarte de Oliveira<sup>87</sup> como responsável (MAUÉS, 2008, p. 237-238). No mesmo ano, há a expulsão do grupo do PCdoB que criticava a Guerrilha do Araguaia. Nesse grupo, denominado “Ala Esquerda do PCdoB” estava Oseas Duarte. “Esse grupo assumiu o projeto da editora para si, tornando-a parte da disputa interna que se travava no PCdoB” (MAUÉS, 2008, p. 238).

A revista *Teoria e Política* amalgamou as condições desse grupo que passou a rediscutir o marxismo e a realidade de atuação da esquerda brasileira, com o primeiro número publicado em 1980. A apresentação da revista indica o objetivo da publicação em estabelecer o aprofundamento do campo teórico com vistas a enfrentar “[...] diferentes variantes do revisionismo que se manifestam no reformismo, mas também no ultra-esquerdismo, que negam aberta ou disfarçadamente as concepções fundamentais do marxismo, reproduzindo, em seu nome, a ideologia burguesa e pequeno-burguesa” (CONSELHO EDITORIAL, 1980, p. 7). A revista se declara apartidária, antidogmática e aberta a colaborações.

*Teoria e Política* trazia em seu corpo editorial Oseas Duarte de Oliveira, Ronald Rocha, Daniel Aarão Reis, Nelson Levy, entre outros, e dois integrantes do grupo de Santa Maria: Adelmo Genro Filho e Sergio Weigert. Adelmo Genro Filho produziu alguns artigos para a revista que demonstram seu modo de pensar o marxismo. Logo no primeiro número, Genro Filho publicou um texto, “Introdução à Crítica ao Dogmatismo”, considerado por integrantes do “pessoal de Santa Maria” como central para o debate de suas ideias no interior do marxismo. O texto é central porque demarca algumas características do marxismo defendido pelo grupo de Santa Maria e por Adelmo Genro Filho, e do projeto de “refundação” do marxismo-leninismo.

---

<sup>87</sup> Oseas Duarte de Oliveira nasceu em 1941, em Jucás, Ceará. Ingressou no PCB em 1961, partido com o qual rompeu em 1964, passando a atuar no PCdoB. Foi preso no Congresso de Ibiúna da UNE e logo depois solto. Entrou na clandestinidade, mas foi preso, permanecendo nesta condição de maio de 1972 a março de 1976. Foi expulso do PCdoB em 1979, participando da criação e organização do PRC, em 1984. Nesse período, passou a atuar PT. Após o fim do PRC em 1989, integra a corrente Nova Esquerda. Foi coordenador de Comunicação das eleições de Luís Inácio Lula da Silva em 1998 e 2002.

Do ponto de vista filosófico, o marxismo se assentava tendo como pressuposto a anterioridade da matéria sobre o espírito e ponto final. Quem teve a oportunidade de ler Polítzer ou quem teve na mão algum manual do marxismo soviético, vai ver que todo o problema está colocado assim. A matéria veio antes do espírito. Essa era, ainda que houvesse outras elaborações mais sofisticadas, a forma principal pela qual o marxismo encarava o mundo. Era ainda uma oposição à ideia de que o espírito veio antes da matéria. O que não se colocava de nenhuma forma como preocupação do marxismo é de que, se a matéria veio antes do espírito, depois que veio o espírito “se instaurou uma traição”, para usar um termo de Adelmo. Ou seja, a natureza, ao engendrar o homem, instaurou uma tal traição contra ela que ela nunca mais foi a mesma. Essa é a primeira coisa que, nesse clima de repressão política, nós devemos assinalar a respeito do marxismo. Como ele era visto filosoficamente. Casualmente eu estava lendo um manual desses e ele abre igual também: a matéria antecede o espírito e por aí vai. O que não se colocava, o que não se pensava, o que não se radicalizava era precisamente isso. Que a matéria é anterior ao espírito tudo bem, mas e depois que o espírito apareceu? Como é que é? Que confusão é essa que se instaura? Penso que uma das primeiras questões importantes, no clima filosófico do marxismo, que Adelmo levanta é de que não é esta a noção principal do marxismo. Mas que a noção principal do marxismo é a de práxis. Ou seja, é o fato de que os homens foram engendrados pela natureza e que depois, pela sua práxis, começaram a engendrar a natureza e a engendram-se a si mesmos. Essa é uma das coisas que é fundamental perceber (WEIGERT, 1988).

Os elementos dessa contextualização de Sergio Weigert sobre o marxismo estão presentes em “Introdução à Crítica ao Dogmatismo”. Neste texto, Genro Filho (1980a) demarca dois tipos de dogmatismos que corroem, em seu ponto de vista, o marxismo: o dogmatismo idealista e o dogmatismo naturalista. A esse último associa as

interpretações de Stalin e de seu Materialismo Dialético como falsificações do pensamento de Marx. Entre as muitas críticas ao pensamento de Stalin e da Terceira Internacional, Genro Filho demarca a naturalização da história empreendida a partir do enrijecimento das fases de transição do capitalismo para o socialismo. A crítica ao dogmatismo naturalista vai mais ao fundo, quando questiona qual a raiz desse tipo de pensamento e porque ele encontrou e ainda encontra guarida entre tantos intelectuais marxistas. O autor retorna à “Dialética da Natureza” de Engels para encontrar aí algumas concepções que tendem a esse tipo de dogmatismo, que teria origem nas acepções de Feuerbach. Essa alusão a Engels rendeu uma polêmica no interior da revista, rememorada por Sergio Weigert (1988).

Era uma revista que se propunha aberta, antidogmática e assim por diante. Nós fomos a São Paulo, participamos da primeira reunião do conselho editorial, fomos para lá discutindo o que escrever sobre isso. E Adelmo resolve escrever esse artigo que levou o nome de “Introdução a crítica ao dogmatismo”. Aí que a Teoria e Política não era tão antidogmática assim, nós vimos de início. Instaura-se uma reunião do conselho editorial para se discutir se sai ou não o artigo de Adelmo. Instaura-se sob os mais diversos argumentos, de que afinal há um problema, Engels está sendo atacado. Eu diria até que “Introdução a Crítica do Dogmatismo” existiu em duplo sentido. Ela sacudiu mesmo um dogma que estava encravado dentro da revista que se propunha a ser antidogmática.

Como resposta à análise de Genro Filho, o professor Caio Navarro de Toledo<sup>88</sup> (1980) escreveu o texto “O anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo”. Entre os argumentos do autor, está o de que Genro Filho critica Engels como se isso fosse uma novidade, sem considerar o que o professor chama de “marxismo ocidental” ou mesmo de autores da burguesia que já realizaram críticas similares.

---

<sup>88</sup> Caio Navarro de Toledo era professor da Unicamp, cargo que exerceu até 2001. Posteriormente, passou à condição de professor colaborador nesta mesma universidade, função que desempenha até atualidade. Fez doutorado em Filosofia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 1974, sob orientação de Ubaldo Puppi.

Toledo argumenta que a crítica a Engels seria a tentativa de introduzir elementos da filosofia idealista no marxismo.

Genro Filho (1980b) escreveu uma tréplica, “Sobre Engels e o Dogmatismo”, que inicia de forma polêmica “Se Engels tivesse sido colocado no banco dos réus, sem dúvida mereceria um advogado de defesa melhor do que Toledo”. Nesse texto, Genro Filho cita os “Princípios Fundamentais da Ontologia de Marx”, de Lukács (1979), quarto capítulo de “Para uma Ontologia do Ser Social”, com vistas a apoiar o argumento de que “Engels [...] foi menos rigoroso e profundo que Marx em sua crítica a Hegel”. Nesse sentido, na visão do autor, Engels concebe a natureza como necessidade, um encadeamento previamente determinado que subjugaria o acaso, e, com isso, a margem de liberdade para os sujeitos também fazerem história. Genro Filho critica Toledo por não perceber que essas tensões no interior do pensamento de Engels serviram como fundamento – a despeito da intenção de Engels – para justificar o determinismo e o reformismo no interior do marxismo. Outrossim, argumenta que Toledo toma um argumento do artigo sobre o dogmatismo (a necessidade de analisar a obra de Engels) como principal tese, o que não seria o caso. Ao agir desse modo, Toledo teria reafirmado as posições “intocáveis” no marxismo, o que, em si, configuraria um dogma. Novamente, Sérgio Weigert (1988)<sup>89</sup> relata o mal-estar que a crítica de Genro Filho causou:

Adelmo faz a tréplica, nova reunião do conselho editorial para saber se publica a tréplica ou não publica. [...] Estou tentando explicar a partir desses exemplos, o quanto era ossificado esse marxismo. E de quanto era difícil mexer naquilo que era considerado tão revolucionário, tão genial, que não admitia que Engels fosse criticado.

Após os debates em Teoria e Política, Genro Filho lançou, juntamente com Marcos Rolim e Sérgio Weigert (1981), o primeiro de seus dois livros sobre jornalismo, “Hora do Povo: uma vertente para o fascismo”, publicado pela Editora Brasil em Debate. A Hora do Povo era um periódico organizado pelo MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) e financiado no interior do PMDB por Orestes

---

<sup>89</sup> Essas informações de Sérgio Weigert foram dadas no evento “Revolucionar o Marxismo”, promovido pelo curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, em homenagem a Adelmo Genro Filho. Por isso, as condições de produção dessa fonte devem ser devidamente consideradas.

Quércia<sup>90</sup>. O livro foi escrito como forma de combate do grupo de Santa Maria ao MR8, que tinha bases importantes na cidade, o que constituía uma disputa por hegemonia.

*Como nós estávamos, na época, militando no MDB Jovem, o nosso principal adversário no MDB era o pessoal do MR8. Eles nos enfrentavam direto e eram fortes em Santa Maria. Era outra força importante. Bom, eram mundos paralelos completamente diferentes. Havia muita disputa com eles no PMDB, eles estavam crescendo, tinham apoio de Quércia, tinham dinheiro. Nós começamos a perceber que havia ali uma coisa perigosa. A Hora do Povo surge como veículo popular e nós notamos logo um discurso demagógico e manipulador que eles produziam (Marcos Rolim).*

O jornal caracterizava-se pelo sensacionalismo, utilizando de linguagem e ícones populares para tratar temas políticos, sociais e culturais. Para Genro Filho, Rolim e Weigert (1981), a estratégia adotada pelo jornal era reformista, uma vez que não trabalhava para alterar a situação das pessoas, mas reforçava preconceitos e estereótipos, tudo isso misturado com apoio explícito a certos dirigentes do PMDB. Por outro lado, como tese principal do livro, o jornal era fascista, pois reforçava nos leitores elementos ideológicos que poderiam ser usados como modo de controle e manipulação de uma alternativa política fascista (GENRO FILHO; ROLIM; WEIGERT, 1981). A tese central, segundo Rolim, provavelmente era de Genro Filho. A concepção do livro teve início em conversas dos três autores. Depois da decisão das linhas que o texto exploraria, cada qual tomou por tarefa estudar uma parte para que o momento da escrita fosse otimizado. A escrita do livro foi feita em três dias, a seis mãos. Como relata Marcos Rolim,

*Como nós não tínhamos tempo, adotamos uma estratégia kamikaze. Nós nos trancamos no apartamento dele durante três dias e escrevemos o livro em três dias. Abaixo de café preto e remédio para emagrecer. Três dias acordados (risos). Tomávamos remédio para emagrecer, tomava café preto em cima e passava a noite*

---

<sup>90</sup> Orestes Quércia foi uma das maiores lideranças do MDB e depois do PMDB. Foi vereador (1962-1964) e prefeito de Campinas (1968-1971), deputado estadual (1966-1968), senador por São Paulo (1975-1982) vice-governador de São Paulo de 1983 a 1987 e governador de 1987 a 1991. Faleceu em 2010.

*escrevendo. Foi bem isso. O núcleo mesmo do texto foram três dias de trabalho. Depois cada um de nós pegou algumas partes e foi melhorando, corrigindo, juntamos tudo e fizemos o texto*

Outra crítica estratégica a adversários de movimento político foi realizada por Genro Filho (1982) em “Em tempo: um passo atrás, outro também”, publicado originalmente em um pequeno livro chamado “Polêmica” (GENRO FILHO; ROLIM, 1982). O texto foi escrito depois do lançamento do Caderno do Jornal *Em Tempo*, uma publicação da Democracia Socialista, corrente trotskista do PT. No Caderno, defende-se que do PT saíam as base revolucionárias de um legítimo partido de vanguarda. Para tanto, seria necessário legitimar a constituição do PT como partido de massa, como partido dos operários. Genro Filho (1982) vê dois problemas nessa acepção. Primeiramente, a eliminação da teoria de Lênin como um avanço do projeto marxista ao descaracterizar o partido de vanguarda de tipo leninista. Em simultâneo, a tentativa dos teóricos da *Em Tempo* de encaixar o referencial teórico do marxismo-leninismo ao desenvolvimento do PT, deixando um possível partido de vanguarda submisso às políticas do PT, sem uma independência tática. Esses seriam os dois passos atrás. O texto sobre o caderno do *Em Tempo* foi publicado na edição número 5 de Teoria e Política (GENRO FILHO, 1984a), número em que foi publicada uma resposta de João Machado (1984) “Adelmo Genro Filho: de Marx a Lênin e ao PMDB”. Em tréplica, Genro Filho (1984b) publicou “Nota sobre o artigo de João Machado”, também presente na edição. “Em Tempo: um passo atrás, outro também” foi escrito em dezembro de 1982, publicado em “Polêmica 1”, e foi o último texto de Genro Filho morando em Santa Maria.

\*\*\*

No final de 1979, um fato interferiu diretamente nos rumos da trajetória de vida do então vereador Adelmo Genro Filho. E o fato estava diretamente vinculado a Florianópolis. O Presidente da República, João Figueiredo, envolveu-se em uma discussão com populares e estudantes durante uma visita que realizou em Florianópolis em 30 de novembro de 1979. O episódio, conhecido como “Novembrada”, foi a primeira manifestação popular contra um presidente militar. Mais surpreendente foi a reação do presidente, que deixou seus seguranças para discutir junto aos manifestantes. Adelmo

Genro Filho, em entrevista publicada no jornal *Expresso* de Santa Maria, e em discurso na Câmara de Vereadores em 03 de dezembro foi taxativo ao dizer que o presidente “[...] não tem condições mentais para dirigir o país, como não tem a postura necessária que se espera de um mandatário da nação”. Em outro trecho do discurso, disse que numa “[...] determinada situação, é bem possível que o presidente e seus ministros venham a ser linchados pelo povo e talvez o advogado chamado a defender essa causa, a de uma massa furiosa, apresente a tese de legítima defesa” (STM DETERMINA..., 1980, p. 6). A reação dos militares da cidade de Santa Maria foi rápida. Em 06 de dezembro de 1979, o delegado Tude Tupy da Fonseca, encaminhou relatório a Brasília sobre o fato e descreveu a versão “militar” das circunstâncias, bem como caracterizou a família de Adelmo Genro Filho.

4. ADELMO GENRO FILHO é figura por demais conhecida na área, tando [sic] junto ao Órgão de Segurança como na comunidade, como um político da ala populista demagógica, engajado ideológica e politicamente na linha radical da esquerda que opera na região. [...]

6. Comunga com os ideais de esquerda de seu pai, o advogado ADELMO SIMAS GENRO, ex-vice-prefeito cassado, no momento presidente da subsecção da OAB/RS local. Tem ainda como irmão TARSO FERNANDO GENRO, velho conhecido da OI da área. Sua mãe, ELLY HERZ GENRO, foi dirigente da ala feminina regional do extinto MDB, secretariando e enfatizando as atividades políticas do marido e dos filhos.

7. Percebe o CI desta DPF, pelo longo e permanente acompanhamento que faz da família GENRO, que estes nunca fizeram oposição ao governo, mas sim cerrada contestação, quando preciso, utilizando-se até mesmo da subversão da ordem social e política (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 1979, p. 1-2).

A *Folha de S. Paulo* de 06 de maio de 1980 informou a determinação do Superior Tribunal Militar (STM) de que fosse acolhida a denúncia da Procuradoria Militar contra o vereador Adelmo Genro Filho (STM DETERMINA..., 1980, p. 6). Genro Filho foi processado com pena que poderia chegar a dois anos de reclusão com base na Lei de Segurança Nacional. No entanto, recorreu da decisão de abertura do

processo pelo STM junto ao STF. A *Folha de S. Paulo* de 15 de Outubro daquele ano noticiou que o Supremo Tribunal Federal manteve a decisão de prosseguimento do processo que previa pena de dois anos de reclusão (STF MANTÉM PENA..., 1980, p. 4). Em 14 de janeiro de 1981, a *Folha* divulgou nota indicando que a audiência militar do caso ocorreu mesmo com protesto de “políticos e entidades sociais de Santa Maria” (VEREADOR INCURSO NA LSN..., 1981, p. 5). Adelmo Genro Filho foi condenado a um ano de reclusão no dia 27 de outubro de 1981, com direito a recorrer em liberdade (VEREADOR CONDENADO..., 1981, p. 5). A decisão final saiu em 1983 e a condenação foi mantida<sup>91</sup>.

Antes de sair a decisão final, Genro Filho concorreu para deputado estadual nas eleições de 1982. O material de campanha trouxe um slogan que relacionava a situação do candidato (de julgado) e ao mesmo tempo a necessidade de mudar o governo. Mesmo sendo uma eleição para o legislativo do estado, o mote era a ditadura militar. “É hora de julgar o regime militar”. O coordenador político da campanha de Genro Filho, Estilac Xavier, considera como determinante para a não eleição a presumível condenação na Lei de Segurança Nacional. Os condenados perdiam os direitos políticos e o mandato, o que motivava a campanha por parte dos adversários de que votar em Genro Filho era jogar o voto fora. O principal adversário na cidade era César Schirmer, do PMDB, e a derrota veio por alguns milhares de votos.

*Eu, por exemplo, coordenei a campanha dele para deputado estadual, no duríssimo debate que enfrentamos, durante o Regime Militar. [...] Adelmo, naquela época, estava incluído na Lei de Segurança Nacional. Ele foi condenado. E a nossa luta contra o Regime Militar era dentro do MDB. E nós quisemos traduzir aquilo em um slogan que achávamos que sintetizava uma possibilidade ou que estava latente socialmente contra a ditadura daquele período. Então, nós sacamos um slogan, fizemos um cartaz grande com a cara de Adelmo. Diferente de todos os*

---

<sup>91</sup> Uma moção da Câmara Municipal de São Paulo de 05 de Outubro de 1983, proposta pela vereadora do PT, Tereza Lajolo, foi encaminhada ao Presidente do Supremo Tribunal Militar reivindicando a revogação da condenação de Adelmo Genro Filho (SÃO PAULO, 1983). Mesmo com a condenação, Adelmo Genro Filho não foi preso.

*cartazes que normalmente se fazem. Nós meio que inovamos também nessas questões de campanha e marketing. E lá colocamos assim: “É hora de julgar o Regime Militar”. Bah, aquilo eu te conto! [...] Achávamos que era importante ter mandato na época. Aí lançamos a candidatura. Foi uma luta imensa com Schirmer. Em Santa Maria tínhamos dois candidatos [do PMDB]: César Schirmer, que foi um dos vereadores mais jovens do Brasil e depois foi um dos deputados mais jovens também. E tinha outro, que fazia uma dupla com ele, João Gilberto Lucas Coelho, que foi vice-governador. A briga era o seguinte e nós tínhamos que lutar, só que Adelmo estava em curso na Lei de Segurança Nacional e a disputa dos apoiadores de Schirmer contra os de Adelmo foi dizendo “Não adianta votar nele pois ele vai ser cassado”. Então, de fato Adelmo não se elegeu e Schirmer se elegeu. (Estilac Xavier).*

Daniel Herz partilha de uma visão diferente e complementar à do então coordenador da campanha sobre a derrota nas eleições de 1982. “Acho que a fraude eleitoral definiu aquelas eleições. E para Adelmo faltaram dois, três mil votos para eleição, muito pouco”. A derrota, segundo Xavier, “foi muito dura”. Marcos Rolim descreve que após a derrota, Genro Filho ficou sem opções de trabalho e ação em Santa Maria. Situação que deve ser mais considerada visto que em 1980 e 1981 nasceram as duas filhas do político.

*Era uma eleição que ele tinha tudo para se eleger, e foi por pouquinho, faltou muito pouco. Ali teria sido fundamental para nós e para ele. Ele seria deputado estadual, teria uma carreira brilhante no parlamento, porque era muito qualificado, era um ótimo orador, sujeito muito corajoso. Acho que ele teria um papel fundamental para o parlamento daqui e não havia ninguém para rivalizar com ele. Mas ele não consegue a eleição. No momento em que ele não consegue a eleição, ele fica solto, no ar, entendeu? Porque ele não seria jornalista, a formação dele era em Comunicação, mas jamais ele seria um profissional de mídia para ficar fazendo reportagens para donos imbecis de rádio e*

*televisão. Não faria isso nunca. Então, ele sabia que não era uma solução profissional para a vida dele. Ele tentou a vida acadêmica em Santa Maria, tentou fazer um mestrado em Filosofia [em 1980] e foi recusado. Uma injustiça imensa. Claro, hoje, olhando retrospectivamente... Na época ele ficou indignado, ele achava claramente que era preconceito pelo fato de ele ser um comunista e eu acho bem provável que tenha pintado isso. Mas também, imagino hoje, que isso tenha expressado também uma diferença que havia entre os requisitos acadêmicos que em geral se possui nas universidades e a formação do Memo que não era acadêmica. Ele tinha uma formação de livre pensador. Ele era um puta pensador. Mas ele não tinha a formação acadêmica em filosofia. Ele sempre foi um autodidata. Foi recusado. Então ficou essa coisa: “e agora?” “O que eu faço da vida?” Ele ficou em um limbo. A verdade foi essa (Marcos Rolim).*

Sem muitas oportunidades em Santa Maria, com o fim do mandato para vereador e o insucesso nas eleições de 1982, Genro Filho aceitou proposta de seu primo, Daniel Herz, e prestou concurso público para professor do Departamento de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 1983<sup>92</sup>. Ele também seguiu o caminho do amigo, Sérgio Weigert, que entrou no mesmo departamento no ano anterior e, menos de um ano depois, deixou a universidade (UFSC, 1983b). A vaga aberta por Weigert foi assumida por Genro Filho em 21 de março de 1983 (UFSC, 1983, p. 1). O concurso era na área de Administração e Mercadologia do Jornalismo.

Genro Filho mudou-se para Florianópolis com a família, a companheira Letícia Pasqualini e as duas filhas. Pouco tempo depois, ele se separou da esposa - que voltou com as filhas para Santa Maria e depois para Porto Alegre - e passou a viver com sua segunda companheira, Márcia Ulstra Soares, também de Santa Maria e integrante das atividades do Grupo Resistência.

Em Santa Catarina, as atividades como professor não impediam a continuidade na militância política, ao contrário. É uma prática existente

---

<sup>92</sup> De acordo com Karam, em entrevista para nossa tese, Genro Filho também prestou concurso para o Departamento de Filosofia da UFSC, mas ficou em segundo lugar, não sendo convocado para a vaga.

em várias correntes de esquerda as contribuições que o ambiente universitário proporciona para o desenvolvimento do pensamento de esquerda, e a trajetória de Genro Filho é mais uma prova disso. A posição de professor e político exerceu um papel estratégico e persuasivo muito forte para a militância. Não obstante Genro Filho seja caracterizado como um sujeito que separava atividade em sala e militância política e que valorizava a autonomia intelectual, até mesmo estas características têm potencial de catalisar mais adeptos à causa da esquerda. No período de quatro anos em que viveu em Florianópolis, Genro Filho ativou um agrupamento de esquerda em torno das concepções que norteavam a sua atividade em Santa Maria, participou da fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC) nacional, lecionou no Departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC e realizou mestrado em Ciências Sociais. Na confluência das publicações que empreendeu, “O Segredo da Pirâmide” era gestado.

\*\*\*

Participar de um partido de vanguarda de tipo leninista pressupunha um conjunto de salvaguardas. Ainda mais em um período de memória tão viva da repressão militar como em meados dos anos 1980, com o aparato estatal de polícia e repressão impregnados na história de tantos sujeitos que partilhavam a estratégia de revolução armada para a instituição de uma ditadura do proletariado no Brasil. As preocupações com a segurança eram exigências da clandestinidade e uma reunião do Comitê Central de um partido leninista exigia um conjunto de estratégias. Ir até o ponto de ônibus no bairro X da maior metrópole do país, não sem antes tomar mais de um ônibus ou taxi para assegurar que ninguém o seguia. Um carro passava, como previamente combinado, pegava o sujeito no referido ponto e viajava algumas centenas de quilômetros (distância aumentada pelo conjunto de rotas alternativas que serviam para despistar qualquer perseguidor), sendo comum a troca de veículos. Estrada de terra, o encontro poderia acontecer em uma linda fazenda. Ou, na cobertura de um prédio a beiramar em uma cidade litorânea. O planejamento completo pressupunha dois a três dias para que todos os integrantes estivessem seguros no local escolhido para reunião. Não era possível que todos chegassem juntos. Levantaria muita suspeita. O mesmo sistema era realizado na saída. Se o encontro tinha dois dias, cerca de cinco eram gastos nesse esquema de segurança. Difícil era quando um imprevisto acontecia e alguém, acidentalmente, identificava um integrante (como a pessoa encontrada

no elevador ser um colega de escola que não via há muito tempo) ou se acontecia de fato um acidente. Como justificar o que um professor de Florianópolis ou um vereador de Santa Maria faziam em uma fazenda em algum lugar do estado de São Paulo ou Minas Gerais, em uma cidade que sequer eles sabiam o nome devido ao sistema de segurança?

Desde 1980, o grupo de dissidentes do PCdoB reunia-se clandestinamente para traçar as táticas para a manutenção da luta revolucionária, mantendo uma organicidade das ações e da circulação de ideias. Entre os integrantes, Adelmo Genro Filho e Marcos Rolim. O grupo de debate no âmbito nacional que se articulava inclusive junto à Revista Teoria Política decidiu fundar em 1984 o Partido Revolucionário Comunista. O objetivo sempre foi o de constituir um verdadeiro partido de vanguarda, capaz de responder às transformações da realidade brasileira, às demandas dos operários e à possibilidade sempre iminente de uma revolução. Contrários aos métodos da Guerrilha do Araguaia, os integrantes da dissidência do PCdoB seguiam as determinações do pensamento leninista, de que apenas uma ruptura, uma revolução armada poderia romper a cadeia de dominação do Estado burguês e do imperialismo. A democracia radical só poderia advir com a tomada do poder pelos operários de vanguarda, sem alianças com setores da burguesia. Exatamente sessenta anos após a morte de Lênin, em 21 de janeiro, o PRC buscava ser a autêntica vanguarda do proletariado brasileiro:

Em janeiro de 1984 realizou-se o I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. As resoluções aprovadas foram publicadas posteriormente em uma pequena brochura de capa vermelha com a foice e o martelo estampados em amarelo. São três os textos que compõem as resoluções: o “Programa” do PRC, os “Estatutos” e um texto sobre “Conjuntura e tarefas políticas”. No conjunto, estes textos exprimem o projeto político da organização, tal como formulado pelos próprios militantes. [...] envolviam desde o acerto de contas nos planos estratégico, tático e organizativo com o PC do B e o PCB até a formulação de um programa para a revolução que, no Brasil, teria de ser socialista, passando pela construção de um partido leninista de vanguarda e sua relação com o movimento de massas (COELHO, 2005, p. 121).

Como “filhos eleitos do povo”, os dirigentes do PRC propunham um centralismo democrático que considerasse as contradições latentes

presentes na vida prática do proletariado, inserindo a teoria que permitisse potencializar essa ideologia voluntária. Com base em concepções de Genro Filho e também de outros teóricos como Ozeas Duarte, o partido reconstituiu a teoria leninista como pressuposto, mas inseriu a discussão da filosofia da práxis, da transformação que emana da ideologia espontânea do proletariado em potencialização com a ação teoricamente orientada da vanguarda. Essas ações seriam dirigidas para o rompimento violento com a ordem instituída, servindo de orientação tática imediata o combate à ditadura. O PRC também buscava se distinguir das correntes de esquerda do país, a social democracia, os denominados por eles “partidos comunistas revisionistas” (eurocomunismo), o trotskismo e, com maior ênfase, o stalinismo. Esse descolamento buscava subsidiar embates com outros agrupamentos de esquerda, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (corrente no interior do PMDB), a Democracia Socialista (corrente no interior do PT), o PCB, PCdoB e o PT (COELHO, 2005). Tarso Genro (2000, p. 103) faz o seguinte balanço sobre o PRC:

Nós fundamos em 1982/1983 o Partido Revolucionário Comunista, que fazia uma crítica a todos os aspectos dogmáticos do marxismo, condenava o stalinismo, identificava o trotskismo com uma forma de autoritarismo e abria uma leitura de Gramsci e Lukács no movimento comunista, tendo Lênin como referência principal. A partir daí, protagonizamos, juntamente com outras forças de esquerda, uma luta muito grande contra o marxismo ortodoxo.

A homenagem a Lênin e a motivação para o novo partido tornaram oportuna a publicação em conjunto dos irmãos Tarso e Adelmo do livro “Lênin: Coração e Mente”, lançado em 1985 pela Editora Tchê!. O livro relata algumas passagens da vida de Lênin, articulando o contexto político e intelectual aos textos escritos pelo político e filósofo russo. Os irmãos dividiram o livro e algumas passagens ficaram sob responsabilidade de Tarso e outras de Adelmo. Genro Filho trabalhou preponderantemente com os capítulos que tratam dos textos de Lênin. A contextualização às condições de produção de livro de Lênin não eximiu o pensador russo das críticas de Genro Filho, como exemplifica o capítulo Anotações à Margem das “Três Fontes” do Marxismo:

É necessário indicar que há nesse texto de Lênin, como em outros, uma visão exageradamente esquemática do marxismo, em parte devido ao próprio caráter de divulgação do artigo. Embora desde os seus primeiros escritos Lênin recuse as generalizações abstratas e formais, buscando sempre uma “análise concreta da situação concreta”, em vários escritos da juventude ele considera a história como “um processo natural” e o marxismo como uma sociologia científica”. Não há dúvida que essa posição nada tem a ver com a busca positivista de leis invariáveis para todas as sociedades. Porém, mesmo a tendência em considerar que *em cada formação social* vigoram “leis naturais” – que aparece acentuadamente nos textos de Engels e algumas vezes no próprio Marx – é, por si mesmo, problemática. [...] Se dissermos, por absurda insistência, que o movimento revolucionário tem “suas próprias leis naturais”, não apenas excluimos a ação consciente dos homens, mas sobretudo criamos um problema teórico mais complexo do que o anterior. (GENRO FILHO, 1985b, p. 51-52)

As ideias de Genro Filho sobre o leninismo, o partido, a revolução garantiam-lhe espaço de formulação no interior do novo partido. O que é concomitante à importância do grupo de Santa Maria, com posição de destaque no novo agrupamento político que reunia pessoas de expressão como José Genoíno, Oseas Duarte, depois Chico Mendes e a então desconhecida Marina Silva. A organização junto ao movimento estudantil gaúcho, a forma de organização em célula para as intervenções políticas e culturais e os debates teóricos eram trasladados para a ação do grupo nacional. Genro Filho, mesmo em Santa Catarina, exercia liderança intelectual sobre o grupo de Santa Maria e se consubstanciava como membro no Comitê Central do partido. Além de Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim compunha o CC, mais tarde Aldo Fornazieri e Sérgio Weigert, que mantinha estreita relação com as ações do Comitê Central.

Como grande parte do PRC estava inserida no PT, Adelmo Genro Filho e o grupo de Santa Maria realizaram um movimento de filiação a este partido. Não sem resistência. O grupo somente saiu do PMDB depois da adesão desse partido à eleição indireta (em 1984), o que contrariava qualquer pressuposto de luta contra as estruturas de poder instaladas no país. Marcos Rolim, em entrevista a nossa tese, é taxativo ao indicar que Genro Filho nunca concordou com o PT e que sua ida ao

Partido dos Trabalhadores foi por uma questão tática, para fortalecer o partido de vanguarda. A filiação aconteceu em Santa Catarina, como confirma Glauco Marques (2013) em entrevista para nossa tese.

O professor Adelmo Genro Filho passou a tentar constituir um núcleo de articulação política também em Florianópolis. Nesse momento, o movimento de esquerda em Santa Catarina era muito incipiente e mesmo o PT tinha dificuldades para se consolidar. O primeiro processo de atuação política vinculado ao PRC em Florianópolis começou na universidade. Com o apoio de Daniel Herz, foram organizados cursos de teoria marxista na UFSC a partir de 1984, o que servia para atrair pessoas articuladas a movimentos sociais, sindicalistas, colegas docentes, estudantes e simpatizantes. Entre os docentes, Airton Kanitz, então vizinho de Genro Filho, indica que participava de uma célula do partido. Os docentes Daniel Herz, Carlos Müller, Luiz Ricardo Lanzetta, Helio Schuch e Francisco José Karam (os dois primeiros saem da UFSC ainda em 1984) também participaram do partido, segundo informações de Francisco Karam (2013).

Dos setores sindicais da cidade, destacamos a participação de integrantes dos sindicatos dos eletricitários e dos bancários. Glauco Marques, eletricitário, conta que já conhecia Adelmo dos tempos de Santa Maria e distribuía o *Jornal Informação* em Florianópolis. Ele conta que procurou Genro Filho para organização das atividades políticas em Florianópolis. *“Eu retomo o contato com Adelmo quando ele vem dar aulas aqui. Eu tinha saído de uma outra organização, o MEP, faço um contato com ele. Junto comigo estão muitos sindicalistas e esse contato passa a ser mais próximo”*. A organização na cidade catarinense era pequena e, como lembra Gastão Cassel<sup>93</sup>, era possível contar na mão os engajados. No entanto, mesmo pequeno, o PRC local conseguiu atingir uma vanguarda de organização de esquerda, sendo que

---

<sup>93</sup> Gastão Cassel, natural de Santa Maria, é formado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFSM em 1986 e mestre em Literatura pela UFSC em 2013. Irmão de Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário de 2006 a 2010 e que também fez dois anos da graduação em Jornalismo da UFSM. A mãe de Gastão era advogada e se associou por um período com o pai e com irmão de Genro Filho. Gastão participou da campanha de Genro Filho para deputado estadual e integrou o movimento “Resistência” na década de 1980. Em 1987, mudou-se do Rio Grande do Sul para Florianópolis para assumir a assessoria de imprensa do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região, trabalhando juntamente com Glauco Marques e Vitor Schmidt. Gastão Cassel foi entrevistado em seu apartamento em Florianópolis no dia 01 de abril de 2013.

desse grupo sai o primeiro vereador eleito pelo PT na cidade, Vitor Schmidt<sup>94</sup>, em 1988. A partir das atividades no PRC local, é possível perceber como Genro Filho circulava nas esferas do partido e como se relacionava com os companheiros de militância.

*Adelmo não era um militante como os outros que fazia parte de uma célula ou da estrutura X de direção do partido e lá cumpria uma função. Adelmo era um indivíduo que circulava em todas as esferas do partido, em todas as formas de organização do partido, convocado por todas essas instâncias para todo tipo de debate. Desde debater formas de organização até discutir políticas de arregimentação, políticas públicas de intervenção do movimento. Mas, principalmente, era um indivíduo formulador. Adelmo não precisava escrever documentos para o interior do partido, porque no que ele publicou na imprensa já constava toda a capacidade de pensamento dele, toda elaboração, jogando para o partido e para fora do partido. Ele era um indivíduo muito maior que o partido. Ele era capaz de nos colocar com um pé na realidade e nos ajudar a ter essa compreensão da necessidade de nos capacitar. Se você conversasse com esse cara por um tempo, uma semana, você iria querer estudar a realidade pelo resto da tua vida. Ele tinha uma delicadeza para apontar que você tinha uma debilidade. Ele tinha um cuidado para fazer isso. Além de tudo era um cavalheiro, um amigo. Uma pessoa que percebia que você precisava de mais tempo, então ia lá e colocava uma costela no forno para assar, e dizia: “Não tche! Vamos sentar aí, vamos tomar um chimarrão”. Porque ele percebia que precisava de tempo para elucidar um ponto. Ele tinha paciência. Eu digo que*

---

<sup>94</sup> Vitor Schmidt, natural de Blumenau (SC), é engenheiro eletricitista formado pela UFSC. Militou no MEP e participou do PRC a partir da indicação de Glauco Marques e da “conversa de arregimentação” de Genro Filho. Foi presidente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região. Foi o primeiro vereador eleito pelo PT em Florianópolis (1989-1992). Foi convidado para integrar a chapa de Sérgio Grando (1992) como vice-prefeito e depois como secretário municipal, convites não aceitos por Schmidt. Após mandato como vereador, Vitor Schmidt deixou de exercer e concorrer a cargos públicos. Atualmente aposentado, Vitor Schmidt concedeu-me entrevista em sua casa no município de Rancho Queimado (SC), no dia 02 de julho de 2013.

*ele era um indivíduo maior que o partido porque ele produzia para o interior do partido, mas ele também produzia para um processo revolucionário (Vitor Schmidt).*

Como formulador que transitava por todas as instâncias do partido, Genro Filho compunha o Comitê Central do PRC nacional, que tinha por órgão supremo o Congresso, de reunião ordinária a cada três anos. O Comitê Central era a instância organizativa no intervalo entre um Congresso e outro. Era possível a convocação de congressos ordinários por outras instâncias em caso de omissão do CC e a chamada de congressos extraordinários (COELHO, 2005, p. 127-128). E foi sob essa última possibilidade que o CC convocou um Congresso Extraordinário, o II Congresso do PRC, em 1985. A convocação para o II Congresso, para Coelho (2005, p. 130-131), ocorreu devido à mudança de conjuntura do país. O evento aconteceu em outubro de 1985.

Em 1984, a expectativa era a derrubada da ditadura militar, com uma forte mobilização da sociedade civil pelas eleições diretas e por democracia. As propostas de “reforma agrária”, “expropriação e estatização de monopólios” e de “constituição de uma democracia operária e popular” estavam entre os desígnios do partido (COELHO, 2005). No ano seguinte, os movimentos de massa e as manifestações diminuíram, o apoio de diferentes partidos à democracia indireta, a mobilização pela constituinte e o acomodamento das estruturas burguesas de mercado e de Estado mantinham a realidade muito aquém da almejada pelos líderes do partido. Se a leitura de conjuntura do I Congresso antevia uma burguesia que somente poderia se manter no poder sob os auspícios da Ditadura e que a transição do poder aconteceria pela ação popular, as “mudanças pelo alto” demonstraram que a leitura do partido estava equivocada (COELHO, 2005, p. 131). A chamada “Democracia dos Monopólios”, termo originariamente cunhado por Glaucio Marques e Adelmo Genro Filho (1986) em uma reunião regional do PT em Santa Catarina, significava que a transição ocorria sob o comando das mesmas parcelas de classe. Ozeas Duarte (1985, p. 10), em um texto de análise sobre a Nova República configura o processo de transição na leitura dos integrantes do CC: “Pois vivemos uma transição sob hegemonia das mesmas frações de classe que promoveram o golpe de 64 e detiveram o poder governamental em 21 anos de regime militar: o capital financeiro imperialista, os monopólios e o latifúndio”.

Diante desse quadro, a tática do movimento operário defendida pelo partido era a desestabilização da transição, com a exigência de convocação de eleições diretas em todos os níveis de governo. Havia a leitura de uma revolução em percurso e críticas fortes ao PT, o que sugeria a intermediação do PRC entre o PT e o operariado ou o rompimento com PT e a criação de outro partido legal. Conforme Eurelino Coelho (2005, p. 136-139), um militante de nome clandestino “Flávio Augusto” defende “em nome de um terço do CC” uma leitura diferente da tese central. A tese divergia dos dois aspectos destacados, quais sejam, de que uma revolução estaria em curso e de que o PT seria um partido completamente ilegítimo para a atuação do PRC. No primeiro caso, apareceu uma tese muito similar às ideias de Adelmo Genro Filho partilhada pelo Grupo de Santa Maria, já que a revolução não era lida como necessária diante das crises cíclicas que acometem o capitalismo, mas uma possibilidade que pode vir a se efetivar a partir da ação do proletariado, visão que, de acordo com Coelho (2005, p. 135-136), divergia da postura inicial do partido. A segunda divergência estava em que o PT possuía uma vinculação orgânica junto a setores do operariado e se mantinha como um projeto diferente da transição, “democrático-radical”, o que, conseqüentemente, possibilitava a atuação clandestina dentro desse partido. Além disso, o PRC não tinha uma base de massa para a criação de um novo partido. A defesa era a permanência institucional dentro do PT, sem o acolhimento, por parte dos militantes do PRC, dos ditames da direção do partido. A tese alternativa preponderou no II Congresso.

Como parte das ações táticas do partido, foi lançado em julho de 1985, o periódico mensal *Fazendo o Amanhã* (ou somente *O Amanhã*, como era denominado pelos integrantes), amplamente ocupado pelo Grupo de Santa Maria. Sérgio Weigert é o editor do jornal do partido, que tinha no Conselho Editorial, prioritariamente, integrantes de Santa Maria: Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig<sup>95</sup>, Marcos Rolim,

---

<sup>95</sup> José Eduardo Utzig, militante do Grupo Resistência de Pelotas, foi presidente do DCE da Universidade Federal de Pelotas, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, assessor do deputado federal José Genuíno de 1987 a 1989, foi membro do 2º CC do PRC. Também foi chefe de gabinete e secretário municipal na gestão de Tarso Genro (1992-1996) e secretário adjunto de Ciência e Tecnologia no governo Olívio Dutra. Faleceu em 2002, quando coordenava a campanha de Tarso Genro para o governo do Rio Grande do Sul.

Tarso Genro<sup>96</sup>. O jornal tinha 16 páginas, uma primeira parte destinada à análise de fatos políticos de conjuntura e uma segunda com artigos que representavam ideológica e teoricamente as posições do partido. O manifesto de lançamento do jornal ocorreu em março de 1986, e o primeiro número lançado em julho. Adelmo Genro Filho publicou vários textos no jornal, como “Nova República: Lênin apoiaria? (edição zero)”, “Lênin e o Partido de Vanguarda” (número 2), “As razões da Ecologia e as Desventuras do Ecologismo” (número 3), “Para onde vai o Populismo” (número 4), “O Indivíduo e o Partido” (número 7), “Marxismo, Filosofia Profana” (número 5), “Revisando o Revisionismo” (número 12). Os cinco primeiros textos foram publicados no livro “Fazendo o Amanhã: Política de Vanguarda, Política Revolucionária e Crítica da Economia”, livro publicado pela editora “Tchê!” em setembro de 1987, e que reúne também textos de Afonso Araújo Filho, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeias Duarte, Sérgio Weigert e Tarso Genro publicados no jornal. “Marxismo, Filosofia Profana” é o título de um livro de Genro Filho, de 1986, e o texto publicado no jornal, é parte da introdução do livro.

Além da participação em *Teoria e Política* e *Fazendo o Amanhã*, o grupo de Santa Maria publicava a Revista *Práxis*. Entre as atividades realizadas pelo grupo, estava o Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura (CEDESC), responsável pela edição da revista *Práxis* a partir de 1984. Destacamos nas edições da *Práxis* as considerações de Genro Filho sobre Estado e Revolução na primeira edição; o texto sobre a Democracia dos Monopólios, publicado na segunda edição juntamente com Glauco Marques; a discussão com Wladimir Pomar sobre as tendências do PT na quarta edição; e a crítica ácida ao livro “Rumo à Estação Finlândia” de Edmund Wilson, presente no número cinco. Entre os que faziam parte da diretoria do CEDESC

---

<sup>96</sup> Além dos citados, aparecem no Conselho Editorial: Otto Alcides Ohlweiler (que sempre publicava com o pessoal de Santa Maria e era de Porto Alegre), Ozeias Duarte de Oliveira e José Genoíno.

destacamos Tau Golin, Marcia Benetti<sup>97</sup> e Sandra de Deus<sup>98</sup>, além de Luiz Simon do Monte, que assina como jornalista responsável, e Marcos Rolim, como coordenador. Tau Golin, a partir de 1986, passou a ser editor da editora Tchê!. Os livros de Genro Filho como “Marxismo Filosofia Profana” (1986), “Contra o Socialismo Legalista” (1987) e “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” (1987), além de “Fazendo o amanhã” (1987), são publicados sob a edição de Golin.

Os resultados do II Congresso do PRC renderam críticas da direção nacional do PT ao PRC, como demonstra nota da diretoria do PT publicada na íntegra na edição número 7 de i. O Diretório Nacional criticou principalmente as teses que indicam o PT como uma frente institucional de massas e não como um partido. “Na prática, o PRC quer construir-se às custas do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que este seja um simples apêndice de sua diretoria” (DN QUESTIONA..., 1986, p. 7). Na mesma página, o PRC defende sua atuação dentro do PT e o respeito às instâncias do partido, reafirma sua independência de atuação em um processo de agregação às principais linhas de atuação do petismo (oposição à Nova República, por exemplo) e critica a nota por incitar o sectarismo (COMITÊ CENTRAL DO PRC, 1986, p. 7).

A nova diretoria do PT avançou na estratégia de desestabilizar as diferentes correntes autônomas que estavam no interior do partido. Em 1986, passou a circular o texto “Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT” de Wladimir Pomar e José Dirceu (1987), que critica grupos no interior do PT que utilizam o partido como uma fachada para ações clandestinas – um deles o PRC. Para Pomar e

---

<sup>97</sup> Marcia Benetti Machado é graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pela UFSM (1988). Mestre em Comunicação Social (1994) pela UMESP-SP e doutora em Comunicação e Semiótica (2000) pela PUC-SP. É líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo da UFRGS, universidade em que trabalha como professora do departamento de Comunicação e Informação e na Pós-Graduação de mesmo nome, integrando a Linha de Pesquisa em Jornalismo e Processos Editoriais. É uma das organizadoras do livro “Metodologias da Pesquisa em Jornalismo” (juntamente com Cláudia Lago) de 2007. Foi diretora científica da SBPJOR de 2006 a 2009.

<sup>98</sup> Sandra de Fátima Batista de Deus é graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pela UF SM (1980). Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela UFSM (1990), Mestre em Extensão Rural pela UFSM (1989) e Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS (2005). É professora Associada da Faculdade de Comunicação e Pró-Reitora de Extensão da UFRGS.

Dirceu, todas as facções declaram-se marxistas, leninistas e antiestalinistas. Algumas são trotskistas também. As críticas mais contundentes aos grupos estão centradas na falta de comprovação prática daquilo que defendem doutrinariamente, à concepção de socialismo atrelada a experiências estrangeiras, à falta de conhecimento do modo de desenvolvimento capitalista do Brasil e do caráter catastrófico o qual o PRC e as demais “tendências” entendem a transição democrática no país.

Ozeas Duarte (1986, p. 12) publicou o texto “Quem não viu esse filme?” na edição de maio de *O Amanhã*, criticando o texto de Pomar e Dirceu. Mas foi Genro Filho quem realizou a tarefa mais contundente de resposta ao texto. “Contra o Socialismo Legalista” e o texto de Pomar e Dirceu são publicados na edição número 4 da Revista *Práxis*. Os dois textos, acrescidos da tréplica de Wladimir Pomar “Voltando ao assunto das tendências organizadas” e da última resposta de Genro Filho “Voltando à Crítica do Socialismo Legalista” estão reunidos no livro “Contra o Socialismo Legalista”, publicado pela Tchê!, em 1987, e com apresentação de Florestan Fernandes (1987, p. IX), que diz:

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou, o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social”. Penso ser esta a principal resposta desse livro às indagações, às esperanças e às convicções que nos lançam, dentro do PT, a luta pelo socialismo proletário e revolucionário.

Genro Filho (1987g, p. 10-12) identifica Wladimir Pomar não como um anticomunista, mas como um ex-comunista. Expõe rapidamente o problema do dogmatismo nos grupos de esquerda (em especial do stalinismo) e indica que quem passou por essa “maçonaria”<sup>99</sup> pode cair na tentação de querer começar tudo outra vez, dizendo inventar novos rumos quando na verdade repisa a história, traduzindo o

---

<sup>99</sup> Referência provável à passagem de Wladimir Pomar como dirigente do PCdoB.

passado para o presente como “farsa”<sup>100</sup>. Mas se há a crítica ao stalinismo, por um lado, há o que ele chama de “outros tons do socialismo”, como o governo socialista de François Mitterrand que archoou os salários dos trabalhadores e produziu desemprego para tirar o capitalismo francês da crise. Ou o governo de Allende que pagou com o sangue dele e dos chilenos por tentar realizar o socialismo dentro das estruturas capitalistas de governo. “Assim, não é suficiente ser antidogmático para ser um marxista-leninista ou um verdadeiro socialista, é preciso também ser um revolucionário”. Para Genro Filho o documento de Pomar “[...] não é marxista, nem leninista e tampouco socialista de fato, principalmente por três questões”:

1. A tática que ele propõe para o movimento popular é nitidamente reformista,
2. Sua estratégia de conquista do socialismo não discute o confronto inevitável com o Estado burguês e as formas políticas de preparar-se para ele, a fim de que as forças operário-populares possam ter uma possibilidade efetiva de vitória.
3. Faz a crítica do que ele chama de “*grupos organizados dentro do PT*” ou de “*seitas*”, a partir de uma ótica legalista, propondo sua diluição dentro do Partido dos Trabalhadores. Não vê possibilidade de convivência (“*vai chegar a hora das definições*”, avisa Wladimir) entre organizações clandestinas que se pretendem marxistas e revolucionárias e o PT que, segundo seus segmentos avançados, pretende ser não apenas “socialista”, mas também revolucionário (GENRO FILHO, 1987g, p. 12 – grifos do autor).

A crítica de Genro Filho, ainda que contundente a partir de sua visão do marxismo e do leninismo e da ideia de partido de vanguarda, não condizia com a situação do PRC. Coelho (2005) analisa que a ofensiva da diretoria do PT sobre as correntes internas expôs as fragilidades do PRC. O partido revolucionário não possuía bases junto ao operariado (em especial na região metropolitana de São Paulo), dependia financeiramente dos seus quadros eleitos, o que gerava uma crise financeira, e estava pressionado pelo PT. Na Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro Nacional do PT de 1987, e regulamentada pelo diretório nacional em 1990 (PARTIDO DOS

---

<sup>100</sup> Alusão à análise de Marx presente em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”.

TRABALHADORES, 1990) está disposta a exigência de completa submissão das tendências às regras do partido, o não contato com organizações internacionais sem a anuência do Diretório Central, o fim da dupla filiação ou de participação a organizações externas. Marcos Rolim, em entrevista, retrata o mal-estar sentido por ele e por dirigentes do PRC que acompanhavam o V Encontro de dezembro de 1987 do PT.

*O ponto de ruptura para mim é o Congresso Nacional do PT, que acontece em Brasília, e eu me recordo exatamente da cena. Gushiken com nosso livrinho vermelho, o livro do PRC, na mão. Quando nós fundamos o PRC, nós colocamos as resoluções em um livrinho vermelho, as Resoluções do I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. E lá está dito com todas as letras: o PT é um partido tático, nós estamos lá para ocupar espaço, não nos subordinamos ao PT, somos revolucionários comunistas com tática própria e aquela coisa ultra ambiciosa e autoritária, desrespeitosa. Estarmos dentro de um partido e dizendo: estamos usando vocês. Era mais ou menos isso. E Gushiken, um quadro muito importante do PT, da articulação dos 113, vai para frente dos delegados do Congresso, do Brasil inteiro, pega as nossas resoluções e diz: “Está aqui, vou ler para vocês o que os companheiros do PRC dizem”. E lê. Eu me lembro de chamar Maurício [Farias] e [José] Genuíno em um quarto de hotel e dizer: “Nós precisamos acabar com o PRC. Não dá. Isso aqui é um absurdo”. Imagine a situação: ser atacado publicamente pelas posições que teu grupo defende e não poder defender porque você é clandestino. Como é que eu poderia dizer “Espera um pouquinho, quero falar em nome do PRC”. Era uma coisa esquizofrênica. Estávamos dentro de uma esquizofrenia. Acho que isso foi compreendido por Adelmo. Eu acho que a ideia de acabar com PRC ele compreende. O que nunca abriu mão foi da ideia de organização de vanguarda e nunca concordou conosco em relação ao PT. Na época, eu tinha muito ânimo com o partido. Ele não tinha expectativas positivas sobre o que seria o PT no futuro. Quero dizer que eu também tive por pouco tempo (Marcos Rolim).*

Mesmo com a convocação do III Congresso em 1987 para acontecer em 1988, houve atraso de um ano na realização do evento, que ocorreu em maio de 1989. A decisão pelo fim do PRC foi consequência

de um conjunto de movimentos conceituais e práticos. As lideranças assumiram um discurso mais próximo a interpretações de Gramsci e longe de Lênin, abandonaram a ideia de partido de vanguarda e de revolução armada, ingressaram no PT e formalizaram a tendência “Nova Esquerda” a partir de 1990. Tarso Genro (2000, p. 105), em entrevista a Jean Rossiaud, em 1997, explica sua versão para o fim do sentido em manter um partido como o PRC:

À medida que o processo foi avançando, que foram ocorrendo os fatos do Leste Europeu, todo o projeto totalitário foi se desmascarando e começou a se identificar as experiências reais do socialismo como antimarxistas, dotadas de um anti-humanismo explícito. A maioria das correntes e pessoas com as quais me vinculei sempre interpretaram o marxismo não como uma ciência, mas como uma filosofia humanista. Esse processo, combinado com os acontecimentos do Leste, fez com que me identificasse com o projeto do PT, considerando-o como um laboratório para a recriação de um projeto socialista democrático.

Alguns entrevistados indicam que Genro Filho era contra o fim do PRC, caso de Victor Schmidt e Gastão Cassel, por exemplo. Marcos Rolim, um dos defensores da tese do fim do PRC, indica que Genro Filho “compreendia” o fim do partido. Apesar das versões que defendem sua posição contrária ou favorável ao fim do PRC, Adelmo Genro Filho não viu o final do partido, que aconteceu em 1989. Vários relatos apontam que um dos temas que preocupavam Adelmo era o partido de vanguarda e uma teoria que o sustentasse no contexto político, econômico e cultural brasileiro do final dos anos 1980. O que era um grande desafio naquele momento.

A “esquizofrenia” retratada por Marcos Rolim deixou de fazer sentido para grande parte dos integrantes da cúpula do PRC e de parte significativa das bases do partido. O que estava em curso não era somente o “despertar” de um sono dogmático, mas mudanças no próprio sentido que setores da esquerda passaram a construir para si. O marxismo e, principalmente, as teses leninistas, que já estavam caindo da constelação de referências de uma parcela da esquerda brasileira em meados dos anos 1980, teve acelerado esse processo de esquecimento com o aumento das informações sobre a crise da URSS e a falência dos projetos eurocomunistas empreendidos pelos Partidos Comunistas e Socialistas no ocidente da Europa. A queda do muro de Berlim e a

derrocada da URSS selaram o fim da então ideal e agora utópica revolução para grande parte desses indivíduos. E, com os sonhos da revolução socialista, entrou em colapso o próprio léxico político do leninismo e do marxismo para esse grupo e para tantos outros. Conceitos como partido de vanguarda clandestino, revolução armada, ditadura do proletariado deixaram de ser usados por grande parte dos políticos da esquerda brasileira. E esse refluxo do marxismo na política fez-se sentir também fortemente na academia. Ainda em 1987, Genro Filho, ao certificar-se da desarticulação do partido clandestino em que militava, decidiu pensar e escrever uma teoria para o partido. Há quem diga, como Marcos Rolim (2013), que Genro Filho deixaria de ser marxista. O marxismo era questionado por ele, mas seus últimos textos não revelam um rompimento. Ao contrário, o estudo dos “hereges” é a tentativa de uma explicação. E a teoria marxista do jornalismo, ao que tudo indica, é mais uma aposta dele na defesa do marxismo.

\*\*\*

Todo esse processo de militância político-partidária acontecia também na universidade e em paralelo com a docência no curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo da UFSC de 1983 a 1986 e da realização de seu mestrado acadêmico em Ciências Sociais a partir de março de 1984 até abril de 1987. A trajetória de Genro Filho recebeu uma inflexão cara à nossa tese a partir de sua entrada na UFSC.

O curso de Comunicação Social habilitação em Jornalismo iniciou suas atividades em 1979, sob a coordenação do professor Moacir Pereira<sup>101</sup> (2012). Primeiro curso em Jornalismo do estado de Santa Catarina, a UFSC apostou em um projeto de recrutamento de professores de outros centros de educação e profissionais com experiência jornalística, privilegiando a formação desses docentes em Mestrado e Doutorado ao longo do processo de implantação do curso. O centro de referência para o recrutamento de docentes foi o Rio Grande do Sul. Inicialmente, via Pontifícia Universidade Católica do Rio

---

<sup>101</sup> Autor de mais de 30 livros sobre jornalismo e política, Moacir Pereira é bacharel em Direito pela UFSC e mestre em Ciência Política. É um dos principais colunistas políticos de Santa Catarina, trabalha atualmente nos órgãos de imprensa do Grupo RBS no estado. É integrante da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Foi professor do Departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC de 1979 a 1995.

Grande do Sul, universidade que “apadrinhou” o curso perante o Ministério da Educação. Paulo Brito, Cesar Valente e depois Luiz Lanzetta foram os primeiros professores contratados formados no Rio Grande do Sul<sup>102</sup>. Cesar Valente e Luiz Lanzetta receberam incentivos da reitoria para realizarem mestrado. E ambos foram aceitos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Nesse programa, conviveram com Daniel Herz (primo de Adelmo Genro Filho) e o convidaram a realizar concurso. Herz realizou o concurso e tão logo findaram suas atividades em aulas do mestrado, assumiu a chefia do Departamento de Comunicação Social/ Jornalismo. Além de Herz, entraram no curso em 1980 os catarinenses Orlando Tambosi e Carlos Alberto Adi Vieira, a chilena Maria Helena Hermosilla, e o gaúcho Carlos Muller (PEREIRA, 2012). Como explica Aglair Bernardo<sup>103</sup>, ex-professora do departamento e aluna da primeira turma, *“Muitos professores que foram dar aulas ali eram vinculados à esquerda, com passagens pelo jornalismo mais ativista. Isso fez parte da atmosfera do curso. Era também um clima mais macro em termos de conjuntura nacional. Era um curso que se sobressaía nas lutas políticas”*.

Herz, como chefe do departamento, imprimiu uma política de alteração das formas de gestão. Em conjunto com outros professores, como Maria Hermosilla, implantou um sistema paralelo e paritário de decisões que equivalia os votos de professores e estudantes. Em grande parte dos anos 1980 e início dos 1990, o conselho paritário teve um poder extra-oficial no âmbito da universidade, mas decisório no âmbito interno, já que as chefias e os docentes apenas ratificavam as decisões tomadas no conselho. Tratava-se, como descrito por Eduardo Meditsch (1990), de uma prática que caracterizava o clima político da época e, em especial, o modo como professores muito jovens pensavam seus relacionamentos com os alunos. Eram, em outras palavras, ex-estudantes

---

<sup>102</sup> Os professores Moacir Pereira, Paulo Brito e César Valente participaram do processo de formação do curso de Jornalismo da UFSC. Os dois últimos formados pelo curso de jornalismo da PUC-RS. Paulo Brito, porém, era catarinense.

<sup>103</sup> Aglair Maria Bernardo é formada na primeira turma de Comunicação Social/Jornalismo da UFSC (1982). Mestre em Antropologia pela UFSC (1994) e em Literatura pela mesma universidade. Foi professora do departamento de Comunicação Social e de Jornalismo de 1985 a 2007 e lecionou no departamento até 2012. A professora concedeu entrevista em uma pequena praça do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC no dia 09 de outubro de 2013.

que, como professores, implantaram o sistema que desejavam quando eram graduandos. A paridade com os estudantes nas decisões dava o clima de um momento de iconoclastia frente aos valores da ditadura militar e hierarquia acadêmica, fazendo da horizontalidade uma prática de esquerda.

*Daniel era um trator. Era um cara com uma capacidade de trabalhar impressionante, impressionante. Ele ficava três, quatro noites sem dormir para ganhar uma disputa política. Uma das primeiras coisas que ele fez quando assumiu como coordenador em lugar de Moacir Pereira que foi para os EUA, foi criar o conselho paritário (risos). Botou os alunos no poder com o apoio dos outros professores. [...] Nós eramos muito jovens e todos saídos do movimento estudantil. E o conselho paritário era o nosso sonho de estudantes. Nós queríamos realizar aquilo. Na verdade, uma reunião do conselho paritário era uma assembleia de estudantes. Na verdade nós discutíamos de igual para igual com os alunos (Eduardo Meditsch).*

De acordo com Meditsch (1990), os conselhos paritários nasceram em 1980, dos encontros semestrais para discussão dos trabalhos de conclusão de curso, no qual professores e estudantes paravam suas atividades para discutir não apenas os projetos, como avaliar o curso. No início do ano seguinte, foi estendido a um conselho de professores e estudantes que se reuniam semanalmente, no início com caráter consultivo e depois, deliberativo. E, em 1982, passou a ser considerado a principal instância de deliberação do curso (MEDITSCH, 1990, p. 62-64). Sob a coordenação de Daniel Herz, o curso teria conseguido, até 1982, um conjunto de conquistas até então inéditos nos cursos de Comunicação do Brasil, como defende Meditsch. A organicidade das relações entre professores e estudantes e a implantação do sistema paritário vinculavam-se a um ideal marxista-leninista que unia estudantes e professores na posição conjunta de enfrentamento à ditadura. A leitura de Meditsch (1990) desse momento é muito positiva, afirmando que o curso conseguiu, em um curto período, atingir o ideal em que o curso de jornalismo e o departamento de comunicação (alunos e professores) atingiram uma união para a formação política da escola. Daniel Herz, então coordenador do curso, tinha uma visão de Comunicação em seu sentido político amplo e buscava implantar essa visão a partir do projeto de uma escola.

*Havia, digamos assim, um curso muito político com Daniel. Daniel era muito mais stalinista do que Adelmo. Adelmo era um marxista mais esclarecido e Daniel era mais ditatorial. [...] Mas ele [Daniel Herz] era um cara acadêmico, tanto é que eu passei em primeiro lugar no concurso, eu queria trabalhar com rádio, que era com o que eu trabalhava e ele disse: “não, você vai trabalhar com pesquisa” e me botou lá na hemeroteca. Então ele tinha um projeto para o curso. Adelmo levou mais adiante este projeto mais acadêmico (Carmen Rial<sup>104</sup>).*

*Daniel era uma pessoa fascinante por um lado, pelo pique que ele tinha. Era uma liderança incontestável. Por outro lado, às vezes irritante, porque realmente ele atropelava. Quando colocava uma ideia na cabeça, sai da frente porque ele fazia acontecer. Às vezes havia discussão e gerava um impasse no conselho paritário. Enquanto não se resolvia o impasse no cansaço para o lado dele ele não deixava a reunião acabar. A reunião às vezes durava 12 horas. E quando ninguém aguentava mais, diziam “tá, vamos continuar amanhã de manhã”. Daí todo mundo ia para casa e ele passava a noite acordado e fazia um documento de 20 páginas para discutir pela manhã. Ai ninguém conseguia contestar aquilo e ele ganhava na marra (risos). Aqui ele criou a Frente Nacional de Lutas pela Democratização da Comunicação, ele criou aqui, inventou um evento para criar. Trouxe o Enecom aqui e colocou os estudantes para lutar por isso. Ele articulava toda questão nacional a partir daqui. No fundo, como se dizia na época, o curso era o aparelho para ele (Eduardo Meditsch).*

Meditsch (1991b) salienta que o projeto de curso capitaneado por Herz tinha estreita relação com o projeto idealizado naquele momento

---

<sup>104</sup> Carmen Silvia Rial é graduada em Ciências Sociais e Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980 e 1981, respectivamente), mestre em Antropologia pela mesma universidade (1988) e doutora em Antropologia pela Université Paris-Descartes (França, 1992). Foi professora do departamento de Comunicação Social da UFSC de 1982 a 1998. Atualmente trabalha no departamento de Antropologia da UFSC (graduação e pós-graduação) e no doutorado em Ciências Humanas. Entrevistei Carmen Rial em sua sala no Centro de Ciências Humanas da UFSC no dia 01 de novembro de 2013.

pela Ciespal e pelos cursos de Comunicação Social em geral de formar profissionais aptos a questionar o mercado jornalístico existente e de criar novas alternativas de atuação para o comunicador social. Esse modelo aplicado de um curso de Comunicação Social na UFSC, como descrito por Meditsch, começou a declinar em 1983. Neste ano foram organizados dois eventos importantes na UFSC: o Encontro da Felafacs (*Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social*) e o da ABEPEC (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais). Neste último foi lançada a Frente Parlamentar de Luta pela Democratização da Comunicação, que deu origem ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (MEDITSCH, 1990, p. 67). Por sua vez, a despeito dos eventos e da notabilidade do curso, a segunda turma de jornalismo realizou formaturas separadas, uma favorável ao projeto em curso e outra contrária.

*No início, houve um esgotamento do curso revolucionário. Isso era óbvio. Chegou a um ponto que o curso tinha objetivo mais de formar militantes do que de formar qualquer outra coisa. Claro que metade dos alunos resistiu a isso. Na universidade, há pessoas de todas as origens, de todas as ideologias políticas. Talvez em um curso de Ciências Sociais fosse mais fácil, mas em Jornalismo há pessoas de todos os tipos. Então houve uma luta interna muito grande entre os alunos mesmo. A ponto que a segunda turma que se formou, da Zeca [Maria José Baldessar] e do Ivan [Giacomelli], teve duas formaturas separadas. [...] E disso decorreram decepções de quem tocava o projeto (Eduardo Meditsch).*

As turmas seguintes, na avaliação de Meditsch (1990) demonstraram não estarem vinculadas às conquistas da primeira turma. A saída de professores como Maria Hermosilla (em 1983) e depois Daniel Herz e Carlos Muller (em 1984), e a entrada de docentes com outras perspectivas também teriam alterado os rumos do projeto. Meditsch avalia os projetos alternativos como não convergentes e credita a pluralização de perspectivas à abertura política e à pluralidade das origens dos estudantes. Se antes um inimigo em comum (a ditadura civil-militar) unia a esquerda na luta, com a queda desse inimigo, as disputas de projetos distintos preponderaram.

O processo de fundação do curso e do ajuste dos professores no interior do departamento seguiu com forte componente de influência dos professores advindos do Rio Grande do Sul. Em 1982, entraram os

gaúchos Sérgio Mattos e Ayrton Kanitz. Em outro concurso, no mesmo ano, três dos quatro professores são gaúchos: Carmen Rial e Eduardo Meditsch de Porto Alegre, Sérgio Weigert do grupo de Santa Maria (e colega de Genro Filho). A exceção foi José Gatti<sup>105</sup>, formado na USP. Com esses quatro que entraram, foi atingido o número de 15 professores necessários para formar o Departamento de Comunicação (MEDITSCH, 2012). No lugar de Sérgio Weigert, entrou Adelmo Genro Filho. E depois, com a saída de Daniel Herz e Maria Herмосilla (em 1984 e 1983, respectivamente), entraram no curso Cintia Nahra, Helio Schuch (da segunda turma de jornalismo da UFSM), Francisco José Karam<sup>106</sup> (da PUC-RS), Luiz Alberto Scotto<sup>107</sup> (da UFRGS), Sônia Maluf (da UFRGS), Gilka Girardello<sup>108</sup> (da UFRGS) e Mauro Pommer (PUC-MG).

Com exceção de Carmen Rial e de Gilka Girardello e de algumas acomodações e mudanças de posição próprias à dinâmica de gestão de um departamento, grande parte dos professores gaúchos tinha uma

---

<sup>105</sup> José Soares Gatti Júnior é graduado em Jornalismo (1977) e Editoração (1974) e mestre em Cinema (1981) pela ECA-USP. Ele é mestre (1988) e doutor (1994) em Cinema Studies pela New York University. Foi professor do Departamento de Comunicação Social e Jornalismo da UFSC de 1982 a 2001. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná e docente do Centro Universitário Senac. José Gatti concedeu-me entrevista via ferramenta Skype no dia 04 de outubro de 2013.

<sup>106</sup> Francisco José Karam é professor do departamento e do mestrado em Jornalismo da UFSC. Possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela PUC-RS (1974), Mestrado em Ciências da Comunicação pela USP (1993), sob a orientação de Cremilda Medina e Doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (1999), orientado por Norval Baitello Júnior. Realizou pós-doutorado na Universidade Nacional de Quilmes – Argentina em 2007-2008. Francisco José Karam forneceu vários depoimentos em diferentes momentos dessa pesquisa. Gravei entrevista com o professor no dia 25 de outubro de 2013, em sua sala na UFSC.

<sup>107</sup> Luiz Alberto Scotto de Almeida é jornalista e professor do Departamento de Jornalismo da UFSC desde 1985. Graduado em Curso de Comunicação Social/Jornalismo pela UFRGS (1980), mestre em Literatura pela UFSC (1997, sob orientação de Tânia Regina de Oliveira Ramos) e doutorado pelo mesmo programa (2008, sob a orientação de João Ernesto Weber).

<sup>108</sup> Gilka Girardello é graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFRGS (1978), mestre em Liberal Studies da New School for Social Research (1990) e doutora em Comunicação pela USP (1998). Foi professora do Departamento de Comunicação Social e do Departamento de Jornalismo da UFSC de 1985 a 2005.

posição que defendia a formação mas restrita no jornalismo (sejam eles de esquerda ou apenas vinculados à prática), em detrimento de outro conjunto de professores – que reunia alguns gaúchos, catarinenses, paulistas, etc – que se pós-graduaram em Comunicação Social e/ou em Ciências Humanas e defendiam a vinculação do jornalismo ao arcabouço comunicacional. Essa relação não pode ser tomada como estanque, mas, serve para indicarmos as tendências predominantes no interior do departamento e que se agudizam nos anos 1990 e início de 2000<sup>109</sup>.

Relembramos, como discutido no primeiro capítulo, que os cursos em Comunicação Social/ Jornalismo no Brasil tinham, na década de 1980, por estrutura curricular uma primeira fase de formação mais geral em Comunicação e uma segunda metade de formação específica na prática jornalística. Essa situação costumava constituir (e ainda persiste em constituir) uma divisão no interior desses cursos entre professores de formação em Comunicação ou Ciências Sociais que respondiam pelas disciplinas mais gerais do curso, em especial pelo módulo teórico em Comunicação Social; e outro conjunto de professores que se responsabilizava pelo ensino do jornalismo e de sua prática, de caráter mais técnico e, por isso, costumeiramente denominados “práticos”. Esse desenho de curso foi alterado na UFSC a partir do novo currículo, de 1985, com o oferecimento das disciplinas da prática jornalística logo nos primeiros semestres e as disciplinas advindas da Comunicação (como Teorias da Comunicação e Teorias e Métodos de Pesquisa em Comunicação) e das Ciências Sociais (Sociologia da Comunicação, Filosofia da Comunicação, etc) distribuídas no decorrer do curso.

Os debates entre jornalistas (ou jornalistaólogos) e comunicadores sociais (comunicólogos) pelos rumos do curso da UFSC não eram proeminentes quando Adelmo Genro Filho integrou o curso. Ele entrou no curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC no momento do voto paritário, da proximidade política e orgânica de estudantes e professores de esquerda e também no ano da turma com duas formaturas. E se afastou das atividades em sala em 1987, quando o conselho paritário dava muitas mostras de esgotamento e quando o grupo que defendia mais a especificidade do jornalismo passou a utilizar essa especialidade como tática política acadêmica e horizonte teórico.

---

<sup>109</sup> Destacamos que, além das posições adversas, há um grupo de professores que permaneceu não aliado a qualquer desses posicionamentos, não constituindo necessariamente um grupo de influência.

Genro Filho vinculou-se ao curso com fama pré-egressa, em especial devido a sua inserção política no Rio Grande do Sul. Exemplo disso, quando ele foi condenado na Lei de Segurança Nacional em 1983, o departamento de Comunicação lançou-o como candidato a reitor da UFSC, como forma de protesto e para tornar o caso conhecido (MEDITSCH, 1990, p. 67).

*Felipe Pontes: E qual foi o primeiro contato com Adelmo? Já o conhecia antes?*

*José Gatti: Não, eu não o conhecia. Ele era um herói local, Felipe. Você não pode se esquecer disso. Ele não tinha publicado ‘O Segredo da Pirâmide’ e ele já era. Você sabe como foi apresentado Adelmo para mim? ‘Esse é aquele cara que mandou o Figueiredo à merda na Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria e por isso ele foi cassado’. O mérito dele era esse. Depois nós descobrimos que ele era um marxista estudioso, um cara que tinha um trabalho respeitável.*

A fama anterior de Genro Filho passou a ser diluída e adicionada à sua atividade política e pedagógica. O professor Adelmo Genro Filho inicialmente dava aulas de Marketing para, logo no ano seguinte, assumir as disciplinas de Filosofia da Comunicação e Teorias da Comunicação. O modo como dialogava com seus colegas de militância, sua capacidade de persuasão, respeito às posições contrárias (mesmo as avaliando sob sua visão de mundo e posição teórica) e domínio do conteúdo empolgava os estudantes. Samuel Lima<sup>110</sup> descreve a sensação causada na turma de calouros de 1985 pela primeira aula lecionada por Genro Filho.

*Ele só disse o nome dele “Meu nome é Adelmo Genro Filho, professor de Filosofia da Comunicação e gostaria*

---

<sup>110</sup> Samuel Pantoja Lima é graduado em Comunicação Social/ Jornalismo pela UFSC. É mestre em Engenharia de Produção pela UFSC (1999) e doutor pelo mesmo programa (2005). Foi presidente do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina e integrante do movimento estudantil “Caminhando”, vinculado ao PRC. Atualmente é docente do curso de Comunicação da UnB e coordenou a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (2013). Samuel Pantoja Lima concedeu-me entrevista no dia 12 de dezembro de 2012, na sala em que trabalhava no departamento de Jornalismo da UFSC na condição de professor visitante.

*de começar essa disciplina lendo esse texto de Drummond, “Especulações em torno da palavra homem”. E ele passou, basicamente, as quatro aulas discutindo o sentido da existência, a contribuição da filosofia ao conhecimento humano no geral, a partir de um texto do Drummond. Ai nós nos olhamos [os estudantes da turma], alguns já se conheciam de outros carnavais, e nos perguntamos “quem é o cara?”. Entendeu? “Quem é esse astronauta, de que mundo ele veio?” Foi um negócio absolutamente impactante que eu nunca esqueci (Samuel Lima).*

O respeito pelo trabalho de Genro Filho e o respeito por suas posições não advinham apenas dos estudantes ou do grupo de professores que estava próximo a ele. Mesmo divergindo no campo das ideias, das opções políticas e pedagógicas, Adelmo mantinha ótimas relações profissionais com professores de posições políticas e acadêmicas divergentes das dele. Carmen Rial, José Gatti e Aglair Bernardo pontuam que Genro Filho era diferente dos demais “colegas gaúchos”. José Gatti define-o como um interlocutor, que possibilitava o diálogo entre posições diferentes do programa.

*Era um interlocutor importante que nós tínhamos. [...] Nunca vou me esquecer de um debate que nós realizamos na porta do departamento. Eu e ele discutindo sobre a forma e o conteúdo. Lógica hegeliana. Nunca vou me esquecer, foi maravilhoso, porque havia vários alunos em volta. E até que ele chegou a um ponto que disse assim: “mas o conteúdo tem consistência ontológica maior do que a forma”. Eu disse “Adelmo... [risos] foi um prazer conversar com você”. Estávamos discutindo dialética marxista, lógica hegeliana. O que era essa oposição entre conteúdo e forma, o que significa isso. Muito estimulante, muito bacana, muito genial. Só tenho boas memórias (José Gatti).*

*Ele foi um colega com quem convivi bastante tempo. Nem sempre nós estávamos do mesmo lado nas reuniões do Departamento. Eram reuniões muito polêmicas, em que a política era muito forte. Mas, ao contrário dos meus colegas gaúchos de departamento mais jovens - eu mesma mais jovem - que tinham certas posições muito radicais e constrangedoras frente ao meu grupo (vou chamar assim porque tínhamos ideias em comum),*

*Adelmo não, Adelmo inclusive brincava com a gente. Eu me lembro de uma vez que eu estava indo para uma reunião e ele disse assim: “E aí, como estão os capas negras?”. Chamando-nos de anarquistas. Mas havia um respeito. E eu acho que isso aí foi muito importante, porque enquanto ele esteve no departamento, nós ainda tínhamos um grau de convivência legal. Depois as coisas se degeneraram muito (Carmen Rial).*

*A minha relação com Adelmo era uma relação com um cara bacana. Fumávamos juntos, tomávamos cafezinhos juntos, divergíamos nas ideias. Nossos autores eram completamente outros. Ele era bem mais ortodoxo. Porém, sentávamos para conversar e ele era muito afetuoso. Um doce. Assim, ele tinha uma doçura que esses outros colegas dele não tinham. Uma pessoa educada, uma pessoa gentil, uma pessoa capaz de ouvir. Ele podia ter as ideias lá bem enraizadas dele, mas ele sabia ouvir. Não era agressivo. Uma pessoa muito ponderada, bem mais tolerante que eles [os colegas de departamento]. Uma pessoa mais de bem com a vida (Aglair Bernardo).*

Eduardo Meditsch explica que, diferente de Daniel Herz e de outros colegas, Genro Filho atingia uma liderança intelectual quase natural devido a um “espírito democrático” que fazia com que tivesse bom relacionamento com todos. Essas características de Genro Filho, na visão de Meditsch, faziam com que as pessoas representassem-no como uma pessoa mais velha, a ser respeitada. Característica herdada, pelas várias declarações e fontes consultadas, das relações familiares e políticas.

*Adelmo era uma pessoa extremamente cordial, um gentleman. Muito diferente de Daniel nesse sentido. Adelmo ouvia todo mundo, dialogava com todo mundo, era muito democrático. Se preocupava em te convencer e te convencia. Tinha uma retórica fabulosa. O que Daniel tinha de trator, ele tinha de diplomata. Era completamente diferente a personalidade. E tinha um carisma por causa disso. As pessoas respeitavam muito ele por ele parecer muito mais velho do que era. Era todo senhor. Um gentleman mesmo. E com isso ele conseguia ter uma liderança intelectual no grupo. [...] Adelmo era*

*muito mais político. Um animal político* (Eduardo Meditsch).

Genro Filho permaneceu no curso exatamente no período que Meditsch (1990) compreende como de queda da participação de professores e estudantes em um “projeto de escola”. O retorno desse projeto estaria, para Meditsch (1990), devidamente recuperado com a opção de uma parte dos estudantes e dos docentes por um projeto voltado para o jornalismo, que, por métodos muito distintos, buscava atingir a qualidade pedagógica, elogiada pelo autor no primeiro momento do curso. Esse momento de inflexão do curso, na avaliação de Meditsch, ocorreu com a eleição da chapa “Opção Jornalismo” para chefia de departamento em 1988, liderada pelo próprio Meditsch como chefe de departamento e por Luiz Alberto Scotto como coordenador de curso. Nessa ocasião, os docentes derrotaram a chapa mais vinculada aos professores que defendiam o jornalismo integrado à comunicação, como Aglair Bernardo. A professora destaca quem eram os/as docentes desse outro grupo.

*Porque meus interlocutores ali no curso eram outros: José Gatti, Sônia [Maluff], Gilka [Girardello], Peninha [Carmen Rial], nós tínhamos uma visão de jornalismo, de universidade, de mundo completamente diferente desse grupo. O que constituía conflitos. Como eles precisavam de um nome forte que pautasse eles teoricamente, Adelmo é eleito para preencher esse espaço* (Aglair Bernardo).

É necessário localizar o contexto de produção do texto de Meditsch (1990) para entender como se dava o próprio jogo de forças no interior do Departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC. O texto reconstitui um cenário considerado muito bom, com o projeto articulado de professores e estudantes que ocorreu sob a coordenação de Daniel Herz até a formatura da primeira turma. Posteriormente, Eduardo Meditsch descreve um desvirtuamento dessa proposta original, resultado das alterações do contexto político (fim da ditadura militar), dos enfrentamentos e diferenças dos docentes do departamento, do menor engajamento dos estudantes, e da consequente saída de professores integrados ao projeto de Herz (como o próprio Daniel Herz, Maria Helena Hermosilla e Carlos Müller). Para, em uma terceira etapa defender a opção pelo ensino específico em Jornalismo (a despeito da abertura de outras habilitações como defendido por muitos docentes do

Departamento) como uma vantagem para a construção de um projeto autônomo, de Jornalismo e para o jornalismo em detrimento do curso de Comunicação Social, o que seria materializado nas propostas da chapa “Opção Jornalismo”.

Em 1982, o editor-chefe da Gazeta Mercantil de São Paulo veio aqui buscar formandos do curso de jornalismo da UFSC para contratar. O argumento era de que os estudantes da USP eram muito fracos para o mercado. O nosso curso, com formação voltada para o jornalismo, pintava como um dos melhores do Brasil.

Hoje os próprios jornais da cidade trazem formandos do Rio Grande do Sul para suas redações, alegando o nosso baixo nível de ensino. Chegamos a este nível de desmoralização. Esta situação só poderá ser revertida quando estudantes e professores tomarem uma decisão sobre o que se pretende ensinar aqui. A questão é formar comunicadores ou jornalistas. Nossa opção é pelo jornalismo (OPÇÃO JORNALISMO, 1988).

O grupo da chapa “Opção Jornalismo” adotou o discurso do projeto de uma escola advindo da fase 1980-1982, mas com os sinais diferentes: ao invés de um projeto político (como defendido por Daniel Herz e por alguns dos professores que integraram os primeiros anos do curso<sup>111</sup>), um projeto pedagógico de formação profissional e mais técnico (que alguns docentes entrevistados como Carmen Rial, José Gatti e Aglair Bernardo enfatizam como mais técnico). Ao invés da ênfase na revolução, o foco na prática do jornalismo. “*O curso ficou muito desarticulado, andou para trás [depois da saída de Daniel Herz]. Até que surgiu outro projeto, esse da Opção pelo Jornalismo. Que aí deu uma outra briga. [...] Mas daí foi muito influenciado, digamos, “ideologicamente”, pelo livro de Adelmo (Eduardo Meditsch).*”

Esse projeto constituiu-se como hegemônico a partir de 1989, mas estava longe de ser unânime entre os docentes. Como é possível notar no decorrer dos anos 1990 e 2000, esse processo resultou na saída de vários professores que não partilhavam das mesmas ideias e essas

---

<sup>111</sup> Professores como Maria Helena Hermosilla e Carlos Müller. Adelmo Genro Filho também não propõe a prevalência na formação dos jornalistas frente à fundamentação filosófica e aos posicionamentos políticos. O que, como é possível observar, é diferente do modo como o livro foi recepcionado por parte de alguns pesquisadores e professores em Jornalismo, inclusive na UFSC.

saídas não foram pacíficas. Culminou também na implantação, em 2000, do primeiro curso de Jornalismo (sem a expressão “Comunicação Social”) do país. Houve um sistemático destaque para as disciplinas práticas do jornalismo em detrimento das teóricas, entendendo teoricamente e “no discurso” que nas disciplinas práticas estava a aplicação da teoria. E tornou-se necessário um estratégico investimento na disciplina teoria do jornalismo, criada pelo departamento desde 1991. Mas a prática pela prática não avança na autonomia defendida frente à comunicação sem a enunciação do jornalismo como conhecimento específico da realidade. E o projeto de uma escola de jornalismo precisa dessas definições: para quê serve o jornalismo? Qual o conhecimento ele oferece sobre a realidade? Como revelar a sua especificidade a despeito da “generalidade da comunicação humana”?

“O Segredo da Pirâmide” de Genro Filho, mesmo sem a intenção do seu autor ou de qualquer projeto teleológico plenamente consciente dos agentes desse processo, serviu para conectar o projeto de curso de Herz no início dos anos 1980 e o projeto dos docentes que optaram pelo jornalismo, que ganharam força no final dessa mesma década. É possível depreender, *post festum*, que o livro “O Segredo da Pirâmide” responde a algumas das tensões presentes no interior do Departamento de Comunicação Social daquele momento. Tinha a fundamentação ontológica e ética no projeto marxista e leninista da primeira fase, e respondia aos desígnios de especificidade do jornalismo como conhecimento (como apropriado pela ‘Opção Jornalismo’). O projeto de uma escola de Jornalismo encontrava sua teoria e a transformava.

\*\*\*

*Bem, havia muito esse filão de livros de autoajuda, essas coisas de revelação. “Vamos revelar (risos). Um título que tem algo a ser revelado”. Botamos “O Segredo da Pirâmide”. Publicitariamente era genial, mas o efeito nas estantes foi péssimo. O pessoal achava que era livro de autoajuda, achavam que era sobre as pirâmides. Assim como acontecia com Kosik de acharem que a “Dialética do Concreto” era livro de Engenharia. Começamos a achar o livro lá na estante de esotéricos. O título foi uma tragédia, uma tragédia. E a questão da pirâmide é algo altamente especializado, nem o pessoal de jornalismo tem noção. Eu vejo pelos meus alunos. “Teoria da pirâmide”. “O que? Nunca ouvi falar”. Os professores de Teoria da Comunicação nem sabem o que*

*é. Foi um erro crasso. Foi muito inventivo. Tão inventivo que ninguém entendeu (Luiz Carlos Tau Golin).*

Tau Golin foi o editor da 1ª edição de “O Segredo da Pirâmide”, publicado pela Tchê! em junho de 1987, menos de dois meses depois da apresentação à banca de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O maior erro editorial da carreira do historiador e jornalista teve a anuência de Genro Filho. Até 25 de setembro de 1986, o título da dissertação era “Elementos para uma teoria do jornalismo” (GENRO FILHO, 1986b). O título “O Segredo da Pirâmide”, um jogo de palavras com a estrutura da pirâmide invertida da notícia jornalística, repete o título do nono capítulo, exatamente a comprovação prática da teoria proposta. A pirâmide tecnicamente invertida deveria ser revertida. A figura de linguagem da reversão é utilizada por Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos para caracterizar a ideologia. Mesmo sendo possível justificar filosoficamente, editorialmente o título permanece gerando confusão e muito desconhecimento para incautos bibliotecários e donos de livrarias e sebos do país.

Porém, não é somente o título que afasta o público para o qual o livro se destina. O subtítulo, que se articulava ao debate da universidade e dos cursos de Comunicação Social e Jornalismo dos anos 1980, passou a representar, para muitos teóricos e pesquisadores, um retrocesso nos anos 1990 e meados de 2000. “Para uma teoria marxista do jornalismo” afastaria um conjunto de leitores que manifesta aversão, crítica e antipatias pelo marxismo. Com um tom em um primeiro momento de posição crítica frente ao subtítulo, mas em seguida, titubeante, Marcos Rolim disserta sobre as consequências do “marxismo” presente no subtítulo do livro.

*Ele me falou sobre o título, “O Segredo da Pirâmide”, sobre a ideia da reversão. Achei boa a ideia. Mas na época ele não comentou comigo, e acho que seria óbvio, de que seria uma teoria marxista do jornalismo. Para mim, na época, talvez fosse natural ouvir isso. Hoje me parece estranho que ele tenha apresentado aquela teoria como uma teoria marxista. Acho muito arbitrário isso. Ele poderia ter chamado de hegeliana ou de qualquer outro nome. É uma dose de arbitrariedade prejudicial à própria obra. Porque o sujeito que não conhece o texto lê aquilo e tem uma imagem que não corresponde ao texto. O texto não é um tributo aos clássicos, não é um tributo ao marxismo. Pelo contrário, é um texto de enorme*

*criatividade, de pensamento de autor. Inclusive criticando muito o marxismo. Então acho uma pena esse subtítulo. Até eu acho que as edições posteriores da obra deveriam eliminar o subtítulo. [...] O que eu acho que poderia ser a vontade de Adelmo, óbvio que pode ser uma coisa arbitrária minha, mas o que eu sugeriria: que se juntasse um conselho de grandes amigos do Memo e de pessoas que militaram com ele, que a gente examinasse o livro e, em nome do Memo (risos) tomasse a decisão de melhorar o título para não prejudicar a obra dele (risos). Porque eu acho que é uma obra em que esse subtítulo só agrega prejuízo. Porque dificulta que as pessoas tenham a noção da riqueza do texto. O sujeito desavisado, que pega o livro da estante, imagina uma coisa que não tem nada a ver com o livro. Foi uma escolha infeliz. [...] Eu acho que não poderia ter 'teoria marxista do jornalismo' porque não é isso. É uma apreensão derivada de um momento de transição de Adelmo com relação a sua postura frente ao marxismo. Ele ainda se vinculava ao marxismo por causa desse fio que é a práxis. Claro, é minha opinião. Não estou dizendo que é verdadeira ou que tenhamos que fazer isso. Talvez seja importante que as pessoas saibam que Adelmo tinha essa relação com o marxismo e mudar o subtítulo possa ir contra a posição dele no momento. Mas que, seguramente, esse subtítulo atrapalha o sucesso da obra dele, atrapalha.*

Como trabalharemos em outras etapas da nossa investigação, a constituição marxista da teoria afasta os leitores no contexto antimarxista ou de revisão do marxismo presente na produção das Ciências Humanas, Sociais e nos Estudos de Comunicação nos últimos 25 anos no Brasil. Porém, a intenção do autor sempre foi a de apresentar uma teoria marxista do jornalismo, diferente de outras teorias marxistas de explicação da atividade profissional. Além de formalizado no livro em várias passagens (basta tomarmos a última frase do livro para darmos prova cabal desse objetivo do autor), Genro Filho indica sua intenção em oferecer uma teoria marxista do jornalismo na última resposta que deu no Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação na PUC-RS em 1987. Além de estabelecer sua proposta como marxista, Genro Filho categoriza em que sentido entende o jornalismo na relação com o marxismo que defende.

O que eu estou tentando fazer é uma análise do jornalismo de um ponto de vista filosófico e metodológico que eu entendo marxista. Quer dizer, eu acho que toda a realidade deve ser analisada segundo um ponto de vista, segundo critérios, segundo algumas premissas teóricas. No meu entendimento, um certo marxismo, ou seja um marxismo não dogmático, é a maneira mais radical de enxergar o mundo, ou seja você enxerga mais a raiz, você se compromete mais humanamente com esse mundo. Eu acho que o marxismo entendido assim, e não entendido dogmaticamente como a solução religiosa para tudo, mas como uma metodologia, como um compromisso histórico, ele é o viés, é a lente que te permite enxergar o mundo de forma mais realista. O importante é se comprometer com esse mundo no âmbito coletivo. Agora isso não quer dizer que eu esteja propondo uma divulgação jornalística do marxismo. Acho que não, vai divulgar a realidade. Eu acho que o jornalismo vai ter que colocar em pauta os fenômenos que acontecem. O objeto de trabalho dele é a informação, é a realidade tratada de uma determinada forma. O que eu estou propondo é o entendimento desse processo. Eu acho que as premissas entendidas assim, no marxismo, acho que permitem o entendimento desse processo. Então, eu acho que cada análise concreta que se consegue fazer, se no caso se essa análise que eu fiz tenha algum fundamento, alguma validade, por menor que seja, isso engrandeceria o marxismo, pois daria uma aplicabilidade real para ele, mostrando que é um método que pode ser utilizado com o entendimento e a consciência. Se não tiver nenhum fundamento, aí talvez seja até um prejuízo para o marxismo, uma coisa chamada de marxista e que não tem nenhum fundamento. Mas isso só o tempo vai dizer (GENRO FILHO, 1987c).

A dimensão explicativa da prática do jornalismo e das dimensões elementares da compreensão profissional da atividade é mantida na proposta de associação a uma proposta marxista. Esse desígnio, além de enfrentar outras concepções marxistas do jornalismo que o consideram exclusivamente como ideologia ou mercadoria, atende a uma demanda característica de segmentos dos docentes de jornalismo. É um paradoxo já discutido aqui no primeiro capítulo de que os estudantes de jornalismo não vislumbram nas características da prática uma explicação teórica condizente. A reduzida qualidade dos laboratórios e o pouco

investimento da prática são associados a teorias que reforçam positivamente o *status quo* da produção da grande mídia capitalista. Ou, por outro lado, teorias que condenam o jornalismo a não existência digna para qualquer pensador de esquerda. O curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, assim como os demais cursos de Comunicação do país atraíam estudantes com atuação política e visão de mundo de esquerda, com a perspectiva de fazer jornalismo para a transformação da sociedade. No entanto, os estudantes não encontravam na universidade fundamentos para esse anseio no jornalismo. Esse era um desafio específico lançado pelos formandos do curso de Comunicação da UFSC. No final de cada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os concluintes eram convidados a realizar uma apreciação do curso que realizaram. Essas apresentações são realizadas para o curso todo, que parava todas as atividades letivas para acompanhar os TCC's. E o resultado dessas avaliações constata a dissociação de teoria e prática e a não preparação adequada para a sobrevivência com jornalismo. Adelmo Genro Filho acompanhava esses debates e gestava seu trabalho.

*Porque para nós sempre foi uma coisa muito contraditória: sermos jornalistas, ver sentido do fazer jornalístico, e ver que a esquerda não via esse sentido. E que nos países socialistas não existia jornalismo. O fato de Adelmo ter resolvido esse nó para nós teoricamente foi um achado. Todo mundo achou uma maravilha. Nós podíamos ser jornalistas e ser de esquerda (Eduardo Meditsch).*

Esse problema do programa de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC associava-se a um “acerto de contas” com a área da Comunicação. O exercício da atividade jornalística precisava de uma teoria que pudesse inscrever as necessidades de formação prática na constelação teórica do pensamento teórico de esquerda da comunicação e da sociologia da comunicação. Esse projeto era o compartilhado por um conjunto de professores gaúchos, com formação política similar e ideais minimamente coesas para a reformulação de um curso. Genro Filho desempenhou um papel específico na realidade do curso. Ele era o teórico da proposta de um curso teoricamente sustentado para a compreensão da prática. Visto, não era o único com essa preocupação. Mas, com legitimidade política e filosófica conquistada em Santa Maria o que, devido às suas intervenções políticas, o colocava como o

escolhido. E, como descreve alguns de seus contemporâneos, era parte da personalidade de Genro Filho engajar-se ao projeto em que estava inserido.

*Há aí uma idiossincrasia de Adelmo. Do jeito pessoal dele. Ele não conseguia ver a banda passar, ele tinha que entrar. Ele se envolvia com as coisas visceralmente. Era uma característica muito solidária. Há uma coisa que me sinto muito sujeito. Ele tinha uma capacidade que eu achava extraordinária. Estamos acostumados a conviver na academia com enorme arrogância, que o cara torce para dizer uma coisa que você não entenda. Adelmo era completamente o contrário disso. Ele acreditava de uma maneira muito forte que as pessoas podiam ter insights poderosos, mesmo que não formulados. Então ele discutia as teses mais elevadas, mais estruturadas, com qualquer pessoa. E, especialmente, ele ouvia o que as pessoas diziam sobre aquilo. Um dia, antes de publicar o livro, ele me deu uma cópia da dissertação e perguntou o que eu achava. Eu disse: “o que que eu tenho que achar sobre isso? Quem sou eu para achar algo?” Eu era um guri de 20 e poucos anos diante de um cara que estava em um patamar muito grande. E ele se preocupava. Ele cobrava: “o que que tu achou? Essa coisa aqui, achas que está certo ou errado?” E essas opiniões eram importantes para ele. E ele conseguia lidar com isso na filosofia. Acho que isso é uma observação leninista, de que pode haver lá em um operário desqualificado uma percepção imanente. Eu acho que ele se via muito nessa função de ser o cara que formulava – não no senso comum – os insights do entorno. Muito possivelmente, juntando isso com essa característica solidária, ele vendo a agonia da ausência de uma teoria do jornalismo, do pessoal tateando com referências antigas, acho que ele se envolveu. Isso tem a ver com ele, com esse jeito dele de lidar com as coisas, muito tranquilo, muito acessível e sempre envolvido com os dramas das pessoas (Gastão Cassel).*

Genro Filho foi o escolhido, principalmente por seu primo, Daniel Herz, que, como já destacado, tinha um projeto para o curso no qual Genro Filho estava inserido. Herz mesmo explica que as várias “acidentalidades” da vida pessoal e profissional levaram Genro Filho à UFSC e nela o autor fez um trabalho com interesse no jornalismo, ainda

que este tema fosse subsidiário frente às preocupações políticas e filosóficas que o animavam. Além do interesse subsidiário e do conjunto de acasos e escolhas que levaram Genro Filho à UFSC, é importante ressaltar que Herz diz ter “insistido muito” para que o tema da tese fosse o tal acerto de contas com a Comunicação.

Foi esse conjunto de características que resultou nessa obra específica “O Segredo da Pirâmide”. Sem essas circunstâncias, que revelam até alguma acidentalidade, talvez não tivéssemos esse trabalho hoje. Essas circunstâncias de certa forma alteraram as prioridades de Adelmo e o leque de interesses dele, progressivamente centrado na filosofia. Apesar do interesse no jornalismo ser um interesse subsidiário importante, das experiências concretas que ele viveu e da necessidade premente de uma teoria do jornalismo, sem dúvida a vinda dele para a UFSC foi decisiva para o resultado deste trabalho. Particularmente, sinto-me muito satisfeito por ter insistido muito para que o tema da tese de Adelmo representasse esse acerto de contas com a área da Comunicação (HERZ, 2013, p. 448-449).

As ideias sobre jornalismo e da necessidade de uma teoria do jornalismo não começaram em “O Segredo da Pirâmide”. Eduardo Meditsch e Francisco Karam consideram que, em germe, a teoria marxista do jornalismo de Genro Filho estava presente em seus escritos publicados em jornais do Rio Grande do Sul em 1975 e 1977. Essa indicação também é feita por Herz (2013, p. 448). Em 1975, Genro Filho publicou “Por uma teoria do jornalismo” e “Jornalismo e a Crise da Objetividade Burguesa” no jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre. Por sua vez, em 1977, escreveu “Questões sobre Jornalismo e Ideologia” para o jornal *A Razão* de Santa Maria (GENRO FILHO, 1977; 2004b). Em “Por uma teoria do jornalismo”, Genro Filho (2004a) já defende o estudo específico em jornalismo, relacionando-o historicamente às transformações da indústria capitalista de informação, mas que também atende a necessidades da sociedade. Também defende o jornalismo como objeto específico diante das demais manifestações da comunicação.

A necessidade de uma teoria geral do jornalismo, que explique melhor o fenômeno historicamente, que o reconheça enquanto estrutura específica de comunicação, situando nessa totalidade uma série de conceitos que hoje

são operacionalizados, parece uma proposição estritamente válida. Isto implicaria numa redefinição de conceitos como “notícia”, “reportagem”, “editorial”, etc. e no questionamento de seus aspectos estruturais e do próprio conteúdo. Desde os chamados “atributos da notícia”, como atualidade, veracidade, curiosidade, proximidade e outros, até as questões estruturais do “lead” precisariam ser rediscutidos em função de uma compreensão globalizante (GENRO FILHO, 2004a, p. 162).

Esse programa de pesquisa sobre teoria do jornalismo somente é recuperado em 1984, com o início dos estudos de “O Segredo da Pirâmide” e representa grande parte do conteúdo realizado na dissertação. Por sua vez, “O Jornalismo e a crise da objetividade burguesa” oferece críticas à concepção de objetividade presente no jornalismo (desenvolvidas principalmente na segunda metade do segundo capítulo de “O Segredo”). Nesse texto, ele manifesta a vinculação do jornalismo a um “[...] reflexo tipicamente singularizado”, relacionando rapidamente essa definição ao conceito de arte de Lukács<sup>112</sup> (GENRO 2005, p. 176).

O terceiro texto que circulava entre estudantes e professores de Jornalismo nos anos 1980 foi publicado em 1977. Em “Questões sobre ideologia e jornalismo”, Genro Filho (2004b) sublinha mais uma vez que o jornalismo não atende somente aos interesses de classe da burguesia. “A sociedade acelerou sua dinâmica e adquiriu maior integração e interdependência, tornando o processo de informação interpessoal insuficiente nesse novo contexto” (GENRO FILHO, 2004b, p. 167). Dessa necessidade social decorre o jornalismo. Necessidade que não é atendida, na concepção de Genro Filho, quando o jornalismo insiste apenas na singularização dos fatos, preocupado mais com a concepção cibernética (e da teoria dos sistemas) da “quantidade” de informação de um dado fato do que a “qualidade”. Trechos desse texto são transcritos com pouquíssimas alterações no quarto capítulo de “O Segredo da Pirâmide” (GENRO FILHO, 1987, p. 80-81) e no sétimo capítulo (GENRO FILHO, 1987, p. 162-163). Trata-se de parágrafos medulares da teoria proposta. Na primeira transcrição, os parágrafos

---

<sup>112</sup> A citação a Lukács no texto indica que Genro Filho provavelmente já conhecia o livro “Introdução a uma Estética Marxista” em meados dos anos 1970. A primeira edição desse livro foi publicada pela Civilização Brasileira em 1968, traduzida por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

servem para justificar e exemplificar o conceito de informação defendido por ele frente ao proposto pela teoria dos sistemas. Além disso, trata dos critérios de noticiabilidade do jornalismo como o autor os defende, evidenciando as relações entre as categorias forma/ conteúdo e singularidade/ particularidade/ universalidade. É desse texto a densa frase: “Então, se o singular é a matéria-prima, a forma pela qual se cristaliza o jornalismo, o critério de valor da informação vai depender (contraditoriamente) da universalidade que contém. Singular, portanto, é a forma de jornalismo, não seu conteúdo” (GENRO FILHO, 2004b, p. 166). Esta frase é reproduzida no capítulo quatro (GENRO FILHO, 1987, p. 81) e trabalhada com pequenas modificações no capítulo sete de “O Segredo” (GENRO FILHO, 1987, p. 163). A presença de trechos desse texto no capítulo sete de “O Segredo” é mais revelador. Nesse trecho transcrito, Genro Filho defende o jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular, com relações indissociáveis ao particular e ao universal.

A presença de tais discussões em textos de 1975 e 1977 evidencia que Genro Filho realiza um retorno a ideias previamente desenvolvidas para propor “O Segredo da Pirâmide”. Ideias que têm como contexto sua formação em Comunicação Social/ Jornalismo e seu trabalho como jornalista em Santa Maria e em Porto Alegre. Podemos afirmar que o cerne das ideias de Genro Filho sobre o jornalismo aconteceu nesse momento, quando ele tinha entre 24 e 26 anos, senão antes disso.

No entanto, mesmo mantendo ideias desenvolvidas uma década antes como eixo estruturante de sua análise, foi a entrada no curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC e, principalmente, no mestrado em Ciências Sociais que possibilitaram o aprofundamento dos estudos teóricos sobre o jornalismo e a legitimidade para suas ideias. O então professor inicia suas aulas como discente no mestrado em Ciências Sociais, opção Sociologia, em março de 1984. No início, houve desconfiças entre os professores do Programa quanto às qualidades acadêmicas de Genro Filho por causa de sua forte inserção no movimento político. *“Porque ele era muito ativista e você sabe que a universidade sempre cria polêmicas com pessoas muito ativistas. Quando ele cursou a disciplina ele me deu uma impressão muito diferente daquilo que eu esperava”* (Ilse Scharen-Warren<sup>113</sup>).

---

<sup>113</sup> Ilse Scherer-Warren é professora aposentada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRGS (1968), mestrado em Sociologia Rural pela UFRGS (1971), doutorado em Sociologia pela

*Eu não tinha referências dele a não ser o que circulava de imagem. Se bem que era a primeira disciplina e dentro do mestrado não circulava ainda informações sobre ele. Era conhecido na universidade. Ele passou na seleção e a partir da seleção essa imagem começou a se divulgar. Desde que recebi o convite para participar dessa entrevista, me veio imediatamente: um aluno extremamente respeitoso. O que não era o caso de todo mundo. Nós tínhamos alunos que polemizavam e que não tinham essa atitude respeitosa. Ele demonstrava uma imensa vontade de dialogar, de “aprender”, entre aspas. Ele já era um aluno excepcional quanto a essa formação dele anterior, o que para nós era uma novidade. Era inusitado. Não era comum que os alunos que chegassem para fazer Ciências Sociais tivessem esse lastro social que ele tinha, com publicações. Especialmente com leituras. Ele tinha uma entrada e uma familiaridade com autores da nossa área que era impressionante. Da minha área talvez não. E eu fiquei muito impressionada com o trabalho, quando olhei os trabalhos que ele fez<sup>114</sup>. E há um trabalho sobre “A crise da Antropologia” para a nossa disciplina. Fiquei surpresa. Era uma coisa que estávamos recém discutindo na Antropologia e ele escreveu um trabalho (Maria José Reis<sup>115</sup>).*

O Programa de Ciências Sociais agrupava docentes de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais foi criado como especialização em 1976. Em 1978, passou a ofertar mestrado com áreas de concentração em Antropologia e Sociologia. Em 1985, o curso passou por uma

---

Université de Paris X, Nanterre (1973, sob orientação de Alain Touraine) e pós-doutorado pela Universidade de Londres (1986-87). Foi professora adjunta na UFRJ (1974-81). A professora Ilse e a professora Maria José Reis participaram de uma entrevista juntas, realizada na sala do núcleo de pesquisa da professora Ilse na UFSC.

<sup>114</sup> A professora menciona o site em homenagem a Adelmo Genro Filho que organizou e divulgou grande parte dos trabalhos publicados e não publicados do jornalista.

<sup>115</sup> Maria José Reis é professora aposentada e voluntária da UFSC e professora titular da Univali. Possui as graduações em História Bacharelado e Licenciatura pela UFSC (1967), mestrado em Ciências Sociais (Arqueologia) pela USP (1980) e doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp (1998).

reestruturação e dividiu-se em dois programas: o de Antropologia Social e o de Sociologia Política (PROGRAMA..., 2014). Em 1983, era um dos poucos mestrados existentes na UFSC no âmbito das Ciências Humanas. Adelmo Genro Filho optou pela área de concentração em Sociologia, tendo obtido o título de mestre em Ciências Sociais. Foi Adelmo quem escolheu a orientadora, o que já era comum no Programa de Ciências Sociais. A escolhida foi a Dra. Ilse Scheren-Warren, professora que entrou na UFSC em 1981, e pesquisadora dos movimentos sociais. A professora indicou a colega Maria José Reis, do departamento de Antropologia, para ser coorientadora.

*Ele veio falar comigo. Eu respondi: “Olha Adelmo, você já tem toda uma produção, uma reflexão, tem uma trajetória. E vai tratar de um tema que eu não conheço”. Que era essa tese de teoria sobre o jornalismo. “Eu posso ser uma interlocutora para você”. [...] Eu sugeri que ele chamasse Maria José também para ampliar esse círculo. A medida que ele apresentava cada capítulo – ele já tinha uma ideia prévia da tese -, nós discutíamos. Nós liamos atentamente, sentávamos em uma mesa e discutíamos isso com ele. A orientação era integrada. E era muito prazeroso discutir. Sempre, sempre. [...] Ele sempre muito aberto para as ideias e é essa abertura que se expressa na obra dele (Ilse Scherer-Warren).*

Genro Filho cursou no mestrado nove disciplinas. Apenas na disciplina “Teoria Sociológica I”, ministrada pela então professora mestre Julia Guivant, a nota foi “B”. Nas demais, notas máximas. Sabe-se com certeza que ele publicou o resultado de uma disciplina – a de “Movimentos Sociais”, ministrada por Ilse Scheren-Warren. O texto “Ecologismo e Marxismo: dois pesos, duas medidas”, é o segundo capítulo do livro “Marxismo, Filosofia Profana” (GENRO FILHO, 1986). Ressaltamos que Genro Filho não foi para um curso com docentes majoritariamente marxistas. Os debates sobre ecologia eram uma tendência e havia pesquisadores que trabalhavam sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas, o que possivelmente influenciou o capítulo quatro de “O Segredo da Pirâmide”.

*De fato, a maioria não era de tendência marxista, neomarxista ou pós-marxista. Mas, assim mesmo era um espaço que acolhia, como era também o perfil de Adelmo. Adelmo não era um marxista ortodoxo. Ele tinha uma base muito boa dentro do marxismo e dos marxistas*

*em geral, mas querendo sempre dialogar com o pensamento contemporâneo. Então, nesse sentido, o curso atendia também à forma como ele queria dialogar com determinados autores para pensar a questão do jornalismo. Aqui ele encontrou a possibilidade de dar continuidade ao diálogo que ele propunha sobre a questão do jornalismo e da necessidade de teoria. O que depois vai se reproduzir na dissertação de mestrado dele, que de fato, se fosse hoje, pela ousadia teórica e pelo nível dele, seria uma tese de doutorado. Mas não havia doutorados aqui, bem poucos doutorados e tinha que fazer mestrado antes. O que ele teria feito depois se tivesse tempo para aprofundar o assunto (Ilse Scherer-Warren).*

Há algumas peculiaridades nas atribuições acadêmicas de Genro Filho que merecem registro e justificam parte da bibliografia utilizada na dissertação. Por exemplo, Genro Filho lia apenas em espanhol (GENRO FILHO, 1984). Mesmo com o teste de proficiência em inglês realizado durante o mestrado, não há qualquer texto em língua inglesa citado ou nas referências da dissertação. O que deve ter contribuído para a ausência de textos estrangeiros sobre sociologia e teoria do jornalismo, em especial os estadunidenses. É importante registrar também as dificuldades para importação e circulação de livros estrangeiros no período. Outra peculiaridade do processo de escrita da dissertação, conforme entrevista de Francisco José Karam (2013), Genro Filho provavelmente não detinha uma estante muito ampla de livros sobre Comunicação Social e Jornalismo. O que é justificado, segundo o entrevistado, porque o jornalismo não era a questão existencial primordial de Genro Filho. Francisco Karam afirmou em entrevista que emprestou vários livros a Genro Filho, alguns utilizados na dissertação.

*Eu tinha muitos livros e ele tinha muitas referências da política e da filosofia. Do jornalismo ele tinha, mas não era o foco principal dele como preocupação existencial. Como ele estava ali em Ciências Sociais, ele me disse “não, eu tenho que ter mais referências da área”. Porque ele tinha escrito alguns ensaios sobre o jornalismo, mas ele resolveu, estando aqui, fazer [a dissertação] sobre jornalismo. Então ele precisava ter o que se pensava sobre o jornalismo em geral. Outras pessoas emprestaram livros. Ele não tinha tantas referências sobre jornalismo. E eu emprestei um monte de livros que*

*eu tinha lá. Mas várias pessoas emprestaram. [...] Entre os livros que emprestei para ele estava o de Wladimir Hudec, Clovis Rossi e Ricardo Cardet.*

A entrega da dissertação para a banca examinadora ocorreu mais tarde do que Genro Filho previu, em 20 de março de 1987. Antes da entrega, Genro Filho cedeu o material da dissertação para leitura de Daniel Herz e Tau Golin. De acordo com o editor do livro, Tau Golin, o material entregue era maior, com anexos. O texto foi editado e um pouco reduzido. O editor também relevou que muitas vezes o interesse pela publicação é mais forte do que a tendência de aumentar o número de citações e de explicar questões clássicas que já estivessem devidamente resolvidas na argumentação do autor (GOLIN, 2013). Não encontramos registros de que outras pessoas tenham lido os originais antes da dissertação ou da publicação. Ao que tudo indica, a edição do título e do texto do material para publicação do livro foi estendida para a dissertação, pois salvo prefácio do livro – que contém o resumo com a adição inicial de oito parágrafos, o texto da dissertação e da primeira edição são os mesmos.

A banca de apresentação da dissertação aconteceu em 24 de abril de 1987. A banca foi formada pela orientadora, Dra. Ilse Scherer-Warren; Dr. Paulo José D. da Silva Krischke<sup>116</sup>, como examinador do programa; e Selvino Assmann<sup>117</sup>, do Departamento de Filosofia da UFSC, como avaliador externo. A média final da banca foi 4,0, em uma escala de zero a quatro. O texto é dedicado a Daniel Herz, o que reforça a vinculação que o primo mantém com o texto. Além disso, na dissertação e no livro há agradecimentos especiais aos jornalistas que debateram com ele várias das ideias presentes na dissertação: Luis

---

<sup>116</sup>Paulo José D. da Silva Krischke é professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Possui graduação em teologia/filosofia - General Theological Seminary (1963), mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - York University (1977) e doutorado em Programa de Pós-graduação em Ciência Política - York University, Canadá (1983). Pós-doutorado na Oxford University em 2003.

<sup>117</sup>Selvino Assmann é professor titular do Departamento de e da Pós-Graduação em Filosofia da UFSC. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Filosofia N. Sra. Imaculada Conceição em Viamão (1967), graduação em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana (1970), mestrado em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana (1971), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Università Lateranense, Itália (1973) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Università Lateranense (1983).

Alberto Scotto; Pedro S. Osório; Airton Kanitz<sup>118</sup>. Luis Scotto era colega de departamento de Genro Filho, mesma situação de Airton Kanitz que, além de colega era vizinho de prédio. Pedro Osório credita a menção nos agradecimentos à experiência que teve no jornal *Diário do Sul*, o que possibilitou e otimizou o diálogo sobre jornalismo com Genro Filho. Kanitz também trabalhou nesse jornal, vinculado à *Gazeta Mercantil* e muito prestigiado.

Em junho de 1987, Genro Filho (1987b; 1987c) palestrou no Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação Social. Nesse evento, defendeu a necessidade de uma teoria do jornalismo, caracterizou as determinações de reflexão singularidade, particularidade e universalidade e definiu o jornalismo informativo noticioso como uma “forma de conhecimento cristalizado no singular”. A palestra foi transcrita a partir do áudio realizado pelo então estudante de jornalismo Luciano Faria. Essa transcrição foi lida, originalmente, no evento Revolucionar o Marxismo por Daniel Herz em 1988 (HERZ, 2013) e publicada no caderno Z, da edição especial do *Zero* de setembro de 1989 (GENRO FILHO, 1989).

O lançamento de “O Segredo da Pirâmide” em Florianópolis ocorreu na sede do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (KARAM, 2013b) em 16 de setembro de 1987<sup>119</sup>. Samuel Lima, à época estudante de jornalismo e presidente do Sindicato dos Bancários e agora professor, expõe algumas das circunstâncias do lançamento e da polêmica que o texto causou junto aos profissionais, professores e estudantes.

*Estava “lotadasso”. Porque tinha a repercussão nas Ciências Sociais e no Jornalismo. Tanto no curso como profissionalmente. Porque Adelmo era um cara que gozava de um prestígio grande entre profissionais*

---

<sup>118</sup> Ayrton Kanitz foi professor de jornalismo da UFSC de 1982 a 1988. Antes de entrar como docente da UFSC, realizou uma pesquisa coordenada por Adolfo Zighelli em 1975, na qual reprovava a existência de um curso de jornalismo na UFSC (PEREIRA, 2012, p. 52-65). Trabalhou em vários veículos de comunicação de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre eles o *Jornal de Santa Catarina* e o *Diário do Sul*. Participou do PRC de Santa Catarina e foi vizinho de Genro Filho por alguns anos. Entrevistei Ayrton Kanitz em 25 de julho de 2013 na Fundação Mário Quintana em Porto Alegre.

<sup>119</sup> Agradeço a Roseméri Laurindo por, gentilmente, mostrar sua edição autografada de “O Segredo da Pirâmide”, onde consta a data do lançamento do livro em Florianópolis.

*também. E havia pessoas que queriam saber que raios de teoria do jornalismo baseada no marxismo é essa. “O que que Adelmo está dizendo”? Na verdade, a grande discussão que havia que não se consumou por causa do falecimento dele, e ele dizia “eu vou fazer”, é: “como é que eu dou aplicação prática à essa teoria”. Ou seja, “como é que nós vamos escrever o lead que vai da máxima singularidade para a mínima singularidade ou para a máxima universalidade. Não é mais a pirâmide invertida, nem desinvertida, nem mista. Nada disso, a lógica é outra. A lógica de construção da notícia é outra”. E as pessoas desafiavam ele. Os profissionais diziam “Adelmo tem que fazer uma aplicação dessa teoria. Como é que seria isso no cotidiano profissional, na práxis profissional?” Isso para pensar um conceito que lhe era muito caro, o de práxis. E ele dizia, não, eu vou escrever, vou escrever. E acabou não dando tempo (Samuel Lima).*

Conquanto manifestasse o intento de realizar um manual para aplicação prática da teoria proposta, as necessidades intelectuais imediatas de Genro Filho eram outras. O professor e estudante de mestrado realizou o curso sem licença do departamento de Comunicação Social de 1984 a 1986. Em 25 de setembro de 1986, Genro Filho protocolou junto ao Departamento de Comunicação Social pedido de licença não remunerada para contribuir na implantação de um Centro de Pesquisas Filosóficas, o que veio a ser o CEFIP (Centro de Estudos de Filosofia e Política), com sede em Porto Alegre. A licença foi prevista para 22 meses, a iniciar em março de 1987. A primeira justificativa para o afastamento foi o retorno para as atividades da Filosofia, posição reforçada porque a “[...] tese de mestrado em Ciências Sociais está em fase final [...] e deve ser apresentada, se tudo correr normalmente, até o final desse ano” (GENRO FILHO, 1986). Genro Filho defendeu que esse afastamento não significava um doutorado, mas um “pós-mestrado” sem custos para a universidade e para o Estado. Além do convite, Genro Filho justificou o retorno para Porto Alegre devido à distância em que estava das duas filhas.

Depois que se afastou das atividades da UFSC e terminou a dissertação, Genro Filho empenhou-se no desenvolvimento do CEFIP. Daniel Herz realizava uma espécie de “arrecadação” entre amigos para manter Genro Filho em Porto Alegre. “*Várias pessoas do partido ajudavam a mantê-lo produzindo. Nunca ficou claro para todas as*

*peessoas como isso ocorria. Mas muitos de nós contribuíamos para isso. Eu, pessoalmente, tinha essa clareza que tínhamos que livrá-lo das questões do cotidiano para produzir porque dependíamos muito da capacidade dele”* (Victor Schmidt).

Os cursos do CEFIP, conduzidos por Genro Filho, estavam divididos no nível básico e avançado. O objetivo era formar quadros qualificados, com entendimento da teoria para a melhoria da ação prática. O conteúdo era essencialmente marxista e voltado para filosofia e política, podendo ser tratados temas culturais, artísticos e éticos que motivassem jovens intelectuais de esquerda. Os cursos não eram voltados para as massas. O próprio Genro Filho (1987j), em carta sobre um Centro de Debates sobre o Marxismo, publicado em maio de 1987, caracterizou as atividades que ele propõe como ideais para o Centro:

4. O Centro deve ter como preocupação fundamental servir como catalisador do desenvolvimento de uma inteligência crítica e teórica (sobretudo com aquela nova visão sobre o papel histórico da teoria e do conhecimento) dos marxistas revolucionários situados no "campo operário e popular". Deve abrir o caminho para a constituição de um "núcleo teórico marxista" com posições revolucionárias e plenamente capacitado para enfrentar os embates ideológicos e intelectuais com o pensamento da "esquerda universitária" e dos reformistas em geral.
5. Em segundo lugar, na ordem de prioridades, sua preocupação deve ser a formação política e teórica elementar dos ativistas em geral do movimento sindical e popular.

As atividades de Genro Filho o dirigiram para o estudo cada vez mais intenso do marxismo. Os cursos do CEFIP permitiam-lhe revisar os clássicos do marxismo e também recuperar aqueles autores relegados, os hereges. Foi com a intenção de trazer esses hereges para as bases operárias e sindicais que Genro Filho (1988) organizou a publicação de textos de Ernest Bloch e Karl Korsch juntamente com enxertos de Marx e Engels. O último texto de Genro Filho (1988) inicia com uma frase lapidar “A Filosofia só poderá ser revolucionária se não for compreendida como um artifício para justificar o sagrado, seja ele religioso, ou “científico”, do qual não cabe aos leigos duvidar”. Genro Filho (1988, p. 10) enfrenta nessa introdução três problemas dos textos de Marx e Engels que seriam, na sua visão, “pontos de estrangulamento

teórico do marxismo”: “o conceito de Estado e sua extinção puramente lógica (paralelamente à extinção da política, do Direito e da moral), a questão do papel da consciência no fazer histórico e o estatuto do indivíduo na ontologia do ser social”. Essa detecção colocada como projeto filosófico passava por não somente “reinterpretar” Marx, Engels e Lênin, mas “[...] a uma crítica radical às ambiguidades e equívocos contidos na ontologia marxista originária” (GENRO FILHO, 1988, p. 13).

Adelmo não via saídas para o marxismo fora de uma reformulação teórica global e sem uma nova elaboração que desse conta dos novos problemas humanos e atuais postos pela modernidade. Ele assumiu com tal radicalidade esse ponto de vista, que o levou a pedir licença da função de professor da Universidade Federal de Santa Catarina, para dedicar-se inteiramente ao estudo e à elaboração teórica. A compreensão da importância da teoria levou-o também a compreender a importância de formar uma nova geração de quadros teóricos e intelectuais marxistas. (FORNAZIERI, 1988, p. 104).

A radicalidade do pensamento de Genro Filho, os vínculos que mantinha e o que rompia com a “ontologia marxista originária” não são objetos desse trabalho, ainda que extremamente pertinentes na atualidade. Nos últimos artigos, Genro Filho revelava a originalidade de algumas de suas ideias, mas apenas “O Segredo da Pirâmide” consubstanciou um livro. O interesse subsidiário – o jornalismo - foi a obra mais acabada desse filósofo e político. E como ontologicamente básico na vida de qualquer pessoa, o acaso altera o destino da vida. E porque não dizer, de uma teoria.

\*\*\*

Os colegas até ficaram irritados com ele. “Mas Adelmo, não precisava se arriscar na BR-101 de moto!”. Com a companheira Márcia Soares na garupa, Genro Filho aventurou-se nos mais de 450 quilômetros que separam Porto Alegre de Florianópolis naquele fevereiro de 1988. Chovia naqueles dias. Ele viajou alguns dias depois da irmã Maria Elly Genro. O passeio na semana que antecedia o carnaval era a oportunidade de rever os amigos, atualizar-se dos fatos políticos da organização local do PRC/PT e aproveitar as belas praias da ilha. A primeira parada, o apartamento de Gastão Cassel. Gastão veio de

Santa Maria/ Porto Alegre para Florianópolis logo depois de Genro Filho retornar a Porto Alegre. Assessor de imprensa do Sindicato dos Eletricitários, Gastãozinho (como era mais conhecido), era um dos articuladores do PRC e do PT na cidade.

Depois da visita a Cassel, Genro Filho e Márcia Soares seguiram para a casa do amigo e companheiro de militância Glauco Marques. O anfitrião os recebeu com um filme holandês, assistido no videocassete. Naquele mesmo dia, Genro Filho reclamou de uma “dorzinha” no lado esquerdo baixo do tórax, na região da vesícula biliar. “Toma um chá de ervas” recomendou Glauco. No dia seguinte, Glauco Marques foi trabalhar no Sindicato dos Eletricitários. No meio do dia, Márcia Soares ligou para o anfitrião para informar que Adelmo fez uma consulta e estava no hospital. “*Cheguei [no hospital], ele estava na emergência. Estava deitado em uma daquelas macas. Márcia não estava ali naquele momento. ‘E aí Adelmo, o que está acontecendo?’ ‘Estou com muita dor’*” (Glauco Marques). Preocupado, Glauco Marques conversou com Flávio Valente, médico do HU, professor da UFSC e conhecido de militância. Em seguida, os médicos internaram Genro Filho. “*Os médicos não sabiam o que era*”. Houve complicação do caso, passando para um quadro de infecção generalizada, septicemia. “*Depois os médicos disseram que era varicela*” (Glauco Marques).

Todos os amigos revezavam-se à frente do hospital aguardando por mais notícias. Gastão Cassel foi o responsável por avisar Tarso Genro e a família da situação. Na madrugada de quinta, dia 11, a família do Rio Grande do Sul chegou. Os irmãos Carlos Horácio e Tarso e os pais. Genro Filho logo em seguida faleceu às 7 horas. “*Aquela situação foi terrível. Eles tiveram que alugar uma camionete dessas grandes e transportaram o corpo para Santa Maria. Lembro-me da cena, o motorista, Tarso e Márcia indo embora*” (Glauco Marques).

O atestado de óbito foi feito pelo irmão Carlos Horácio, e a causa da morte declarada foi “acidente vascular cerebral hemorrágico”. Em Santa Maria, houve comoção dos amigos e o funeral transformou-se em um acontecimento na cidade. O PRC nacional estava lá. José Genuíno fez o discurso em homenagem ao falecido. Gastão Cassel, em entrevista, lembra uma frase de Genuíno: “*Essa morte coloca para todos nós um ponto de interrogação com um ponto muito forte*”.

A morte de Adelmo Genro Filho como um momento de inflexão para vários sujeitos interrompeu um conjunto de projetos que tinham o marxismo como base e, ao mesmo tempo, como alvo de complexas questões. As acidentalidades e acasos de uma vida revelam o momento dialético fundamental de um indivíduo na complexidade do ser social. A

morte, como fator biológico imponderável, interrompeu um conjunto de projetos e impossibilitou a concretização de muitas expectativas voltadas para aquela trajetória. “O Segredo da Pirâmide”, livro de tema marginal no escopo de seus interesses, foi o texto mais acabado de sua carreira. Ainda sim, gerou inflexões específicas. A memória passou a constituir monumentos do sujeito e a teoria permaneceu aberta, pronta para ser testada, refutada, criticada. O texto seguiu uma história a despeito de seu autor. E, com a morte de Genro Filho, o livro recebeu uma potencialização do significado. Permaneceu aberto, sem a possibilidade de alterações e defesas por parte do autor. E, por vários motivos, ficou praticamente intocado por aqueles que lhe eram próximos, como algo que guarda memória e sagração. Porém, nesse processo de sagração e esquecimento, revela sua posição estratégica, uma vez que aglutina usos que nos ajudam a compreender as mediações de formação e pesquisa em e sobre o jornalismo.



### 3 OS CAMINHOS DA TEORIA EM SUAS CONEXÕES COM A PROFISSÃO, O ENSINO E A PESQUISA EM JORNALISMO

*E eu acho que, assim como não cabe qualquer tipo de culto à memória de Adelmo – o que no caso de Adelmo até soaria redobradamente ridículo, dado o sentido crítico que ele próprio sempre exerceu sobre o que estava estabelecido -, também não cabe uma simplificação do que ele acumulou particularmente nessa obra.*

Daniel Herz (1988)

A morte de Adelmo Genro Filho foi um golpe muito duro para os familiares e os amigos. O silêncio que se interpôs depois daquele 11 de fevereiro foi quebrado no seminário “Revolucionar o Marxismo: tributo ao professor Adelmo Genro Filho (1951-1988)”, organizado pelo curso de Jornalismo, Coordenadoria de Comunicação Social da UFSC e Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1988, no auditório do Centro de Convivência da UFSC. Três palestras compunham o seminário: “Adelmo e o Jornalismo”, uma palestra do primo Daniel Herz; “Adelmo e a Filosofia”, com Sérgio Weigert e José Miguel Quedi Martins; e “Adelmo e a Política”, com Vitor Schmidt e Tarso Genro. Tarso Genro desistiu de participar motivado pela incapacidade de falar diante de circunstâncias tão trágicas e recentes da morte do irmão. Sérgio Weigert substituiu-o na avaliação da trajetória política do amigo.

Essa primeira exegese do pequeno legado de Genro Filho iniciou um processo de valorização do conhecido professor e militante de Santa Maria e Florianópolis. Ainda que conhecido em um restrito círculo de esquerda nacional, com destaque para o Rio Grande do Sul e nos cursos de Comunicação Social/Jornalismo de Florianópolis e Santa Maria, Genro Filho era pouco conhecido no centro intelectual do país (São Paulo e Rio de Janeiro), o que em terras brasileiras sempre fez grande diferença.

As palestras de Sérgio Weigert e Vitor Schmidt não foram localizadas para o nosso trabalho. Sérgio Weigert (1988), em “Adelmo Genro Filho e a Filosofia” destacou a história intelectual e algumas das ideias originais de Genro Filho frente ao marxismo brasileiro e dos partidos políticos de esquerda dos anos 1980. Por sua vez, José Miguel Quedi Martins realizou uma exegese do pensamento de Hegel e Marx

para diferenciar o projeto de Genro Filho para o marxismo. Quedi Martins (1988) chegou a defender que Genro Filho propôs um sistema filosófico original, o que nos parece excessivo<sup>120</sup>. Podemos dizer que a incipiência dos textos de Genro Filho e a falta de, no mínimo, um livro de contextualização e aplicação de suas concepções filosóficas prejudicaram qualquer divulgação de suas propostas para revolucionar o pensamento e a prática marxista. A diluição de suas ideias sobre o marxismo em diferentes ensaios e em trechos de “O Segredo da Pirâmide” tornou necessária a integração em um texto orgânico, que contemplasse a fundamentação que por ventura representasse um sistema de pensamento. Quedi Martins (1988) apenas registrou essa análise em sua palestra. Desconhecemos qualquer esforço mais denso e registrado bibliograficamente nesse sentido por qualquer estudioso, próximo a Genro Filho ou sem vinculações a ele.

Constitui maior pertinência para nosso objeto de estudo a palestra de Daniel Herz (1988; 2013). Além de recuperar parte da trajetória de Genro Filho, corrigindo e adequando alguns fatos da biografia, Herz apresentou ao público de Florianópolis uma palestra realizada por Adelmo em 1987 sobre as principais noções de “O Segredo da Pirâmide”. Uma transcrição desta palestra, proferida no Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação Social em Porto Alegre, passou a circular em um grupo restrito de militantes do Resistência/Caminhando em Santa Catarina, em especial entre alguns estudantes de jornalismo da UFSC próximos politicamente a Genro Filho (1987d)<sup>121</sup>. A leitura desse texto no evento por Daniel Herz era inédita para muitos dos professores, estudantes, militantes do PRC e amigos que estiveram no auditório do Centro de Convivência da UFSC. Era inédito inclusive para Eduardo Meditch, que realizava naquele momento seu mestrado na Escola de Comunicação e Artes da UFSC e estava na mesa como mediador do debate. Na ocasião, Daniel Herz investiu-se da condição

---

<sup>120</sup> Tomamos como modelo de um sistema filosófico o trabalho de Aristóteles, desenvolvido para abranger quase todos os temas pertinentes à Filosofia, como a Lógica, a Física, a Metafísica, Ciências Naturais, Ciências Humanas e a Poética. Afirmamos isso, pois Daniel Herz também defendeu que Genro Filho tinha uma forma de pensar que constituía um sistema filosófico.

<sup>121</sup> Uma das versões desse texto foi gentilmente cedida a mim pelo agora professor Dr. Samuel Pantoja Lima, então estudante de Jornalismo da UFSC.

daquele que detinha o maior conhecimento sobre “O Segredo da Pirâmide”, texto escrito com dedicatória a ele<sup>122</sup>.

Talvez eu seja a pessoa que tenha a lido mais vezes. Eu li quando trabalhei na correção da dissertação de mestrado e na fase que antecedeu a publicação do livro. E li depois. Eu já li seis vezes esse trabalho. E apesar de ter lido todo esse número de vezes – o que me credencia a acreditar que eu seja a pessoa que tenha mais intimidade com o texto -, sempre aparece algo novo. Sempre aparece algum detalhe que passou despercebido, uma nuance, uma inflexão que abre caminhos novos, possibilidades novas de desdobramentos. É uma obra muito densa. Não há nada supérfluo, não há nada casual. Tudo ali dentro está encaixado, tem um sentido e reflete o conjunto de construções de Adelmo (HERZ, 2013, p. 449).

Esse momento de leitura da palestra transcrita de Genro Filho pode ser considerado o primeiro esforço de Herz em manter e constituir uma memória sobre o legado do primo para a filosofia e em específico para o jornalismo. A primeira metade da fala de Herz foi para descrever a história de vida de Genro Filho. Como já exposto no segundo capítulo, corrigindo o que ele chamou de injustiças e enfatizando o caráter accidental da produção de “O Segredo”. Na segunda parte da exposição, ele realizou a leitura do texto transcrito da palestra, pontuada com rápidos comentários.

Parte interessante dos comentários e avaliações de Herz está em suas respostas ao debate que se seguiu após a palestra. Herz (1988) foi enfático: “A tarefa dos professores de Jornalismo é traduzir na prática e desenvolver na teoria as direções abertas pelo texto de Genro Filho”. Da mesma forma, defendeu a ressignificação necessária do jornalismo para e pelos militantes de esquerda, citando o poder que organizações sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) possuíam para realizar um jornalismo informativo de qualidade e voltado para as massas.

Essa palestra de Herz somente foi publicada em 2013, pela revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC “Estudos de Jornalismo e Mídia”. O domínio de Herz sobre “O Segredo da Pirâmide” nunca foi registrado em uma exegese, seja em artigo ou

---

<sup>122</sup> A edição de 2012 de “O Segredo da Pirâmide” comete o equívoco de excluir a dedicatória do livro a Daniel Herz, bem como os agradecimentos.

livro. Além de ter participado das fases de correções e discussão da dissertação e, inclusive, incentivado Genro Filho a realizar esse trabalho, Herz participou juntamente com Francisco José Karam de sessões sobre o livro em um final de semana, nas quais Genro Filho explicou parágrafo a parágrafo o texto aos dois colegas. Essas sessões aconteceram porque Karam foi convidado a participar de cursos sobre imprensa em Cuba, e levou edições do livro para aquele país. O áudio dessa conversa gravada em fita cassete, como explicou Karam (2013) em entrevista para nossa tese, não foi localizado. O início dessa explicação (um pouco mais de uma página) foi transcrita por Herz (GENRO FILHO; HERZ; KARAM, 1987).

Desse modo, pouco, quase nada, foi registrado em texto ou encontrado em áudio para nos trazer uma interpretação de “O Segredo” pelo próprio Genro Filho ou por seu principal exegeta naquele momento, o primo Daniel Herz. Porém, como veremos adiante, se o pensamento de Herz sobre Genro Filho não ficou explícito bibliograficamente, o uso dos conceitos do livro em documentos e ações políticas no campo da Comunicação realizadas por ele detém uma importância sociopolítica para o jornalismo que merecem nosso registro.

\*\*\*

Eu não conhecia essa palestra de Adelmo, que Daniel se guiou para fazer a exposição. E eu acho que, apesar de Daniel colocar ela como uma simplificação do livro de Adelmo, eu acho que ela é qualitativamente diferente do livro de Adelmo, apesar de trazer o mesmo assunto. E a diferença, examinando a questão como jornalista, é que eu acho que o limite do livro de Adelmo – um limite que critiquei em um artigo que fiz na USP e que Adelmo não chegou a ver – é que ele escreveu esse livro em cima dessa questão [...] do marxismo não ter uma resposta para o jornalismo. E eu acho que durante todo esse livro, Adelmo se preocupou em dar uma resposta ao marxismo e não dar uma resposta aos jornalistas a respeito do jornalismo. Ele escreve todo o livro se dirigindo aos marxistas, aos filósofos, aos estudiosos de Ciência Política e não especificamente aos jornalistas. E a resposta que ele dá é colocar o jornalismo como forma de conhecimento. E eu acho que essa é a grande contribuição dele para a visão marxista do jornalismo e realmente o fundamento do livro dele. Agora, eu acho que essa palestra que ele dirigiu a um grupo de estudantes de

jornalismo ele está falando realmente aos jornalistas. Então muda a questão qualitativa nesta palestra porque ele responde às questões que os jornalistas se colocam a respeito da teoria do jornalismo. Quando ele diz, por exemplo... e nesse artigo eu o critico por ele criticar no livro o que ele chama de uma visão romântica do jornalismo, de querer enfrentar as coisas individualmente e romanticamente, e agora falando aos estudantes de jornalismo nessa palestra, ele propõe justamente isso: que os jornalistas sejam competentes para conquistar um espaço político a partir de sua competência técnica. E eu acho que é essa resposta que os jornalistas precisam ter: ser competente tanto tecnicamente como teoricamente para poderem atuar politicamente. Eu acho que essa resposta que eu disse que ele não tinha dado, ele dá nessa palestra. Que pode ser uma simplificação filosófica do trabalho dele, mas eu acho que avança mais do que o livro em algumas respostas para os jornalistas (MEDITSCH, 1988).

Eduardo Meditsch, mediador da palestra de Daniel Herz, assumiu a fala logo após a apresentação de Herz, dizendo que a palestra de Genro Filho, da qual não tinha conhecimento, era “diferente do livro”. A leitura de Meditsch faz muito sentido para o momento vivido pelo curso de Jornalismo da UFSC, visto que a chapa liderada por ele que assumiu a chefia, “Opção Jornalismo”, defendia a implantação de um curso para formar jornalistas, propondo que os estudantes tivessem a formação técnica necessária para o exercício da profissão. Essa primeira impressão da superioridade da palestra frente ao livro manteve-se, já que alguns anos depois, o professor trouxe trechos substanciais da palestra de Genro Filho no primeiro capítulo do livro “O Conhecimento do Jornalismo”, de 1992. A palestra, de certa forma, passou a ganhar um destaque frente ao livro “O Segredo da Pirâmide”, já que nos oferece pormenorizadas, talvez simplificadas, e – como defende Meditsch – dirigida aos jornalistas, algumas das concepções teórico-filosóficas de Genro Filho sobre o jornalismo.

Na palestra, Genro Filho (1987c; 1987d; 1989; 1996; 2007) relatou seus conceitos de maneira muito didática. Ele começa expondo sua concepção de teoria, dividindo o conhecimento humano em conhecimento empírico e conhecimento teórico. O conhecimento empírico teria por característica uma observação limitada, transformada em discurso, mas sem uma generalização, uma universalização. O

conhecimento teórico, por sua vez, é considerado uma formulação rigorosamente universal sobre o fenômeno, resultado de um percurso árduo. Enquanto o conhecimento de senso comum apanha o que é superficial, “visível”, o teórico é resultado de um esforço de reflexão e criatividade para apanhar o que não aparece à primeira vista. “A teoria é importante, é indispensável, porque só a teoria fornece um tipo de conhecimento profundo capaz de direcionar a prática”. A afirmação que a teoria na prática é outra é uma falácia, pois seria na prática que a teoria comprova sua efetividade e sua realidade. “A única maneira de captar a essência das coisas é através de uma apreensão teórica, uma apreensão de universalidade do fenômeno, daquilo que ele tem de essencial e de genérico, que é subjacente ao fato”. É o conhecimento que oferece o concreto<sup>123</sup> (GENRO FILHO, 2007, p. 79-81).

Após essa definição de teoria e a distinção dos tipos de conhecimento, Genro Filho manifesta que “O jornalismo se encontra em um impasse teórico”. Isso porque as abordagens sobre o jornalismo cairiam em extremos que não realizariam o “caminho da teoria”. Ele então seleciona três versões dessas abordagens que se pretendem teóricas. Primeiro, a que apresenta o jornalismo como uma forma de comunicação, o que seria uma generalidade abstrata. É universal, mas, na opinião dele, óbvio e nada teórico. A segunda, decorrente de uma tradição positivista e funcionalista, afirma que o jornalismo “[...] é uma forma de comunicação que serve para integrar e adaptar o homem ao seu papel social”. Acepção verdadeira, porém que não esgota a potência de transgressão de uma integração funcional que estaria no jornalismo. A terceira abordagem exerce uma crítica ideológica do jornalismo, classificando-o como produto das classes dominantes. O autor também concorda com alguns dos resultados dessa abordagem, mas não a aceita como uma definição que apanha a universalidade histórica do fenômeno. Portanto, nenhuma das propostas disponíveis para o autor captaria a essência e o fenomênico da atividade jornalística. A crítica a essas três abordagens pode ser considerada uma síntese dos seis primeiros capítulos de “O Segredo da Pirâmide”.

O autor então expõe que o problema dessas teorias é partir de um conceito de jornalismo que deveria ser o resultado de uma reflexão, ou seja, elas não percorrem o caminho da teoria (a que parte de uma desconstituição do que está estabelecido previamente para depois

---

<sup>123</sup> A similaridade do percurso dos argumentos ao realizado por Karel Kosik em “A Dialética do Concreto” nos oferece pistas da influência que esse livro exerceu sobre o pensamento de Genro Filho.

reconstituição com base na observação e na análise teórica, como expressa o método de Marx). Nesse raciocínio, Genro Filho diz partir de uma concepção provisória, a de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento. Trata-se de uma generalidade abstrata, pois existem outras formas de conhecimento como a arte e a ciência. A partir disso, parte para a análise da especificidade do jornalismo frente a outras formas de conhecimento.

Para isso, ele propõe uma análise filosófica, explicando as categorias do singular, do particular e do universal. Primeiro, expõe que elas são dimensões reais e objetivas do mundo. Segundo, essas categorias estão sempre em relação entre si, ou seja, um singular somente o é em relação a um particular e a um universal, estabelecendo, portanto, uma dialética. E, terceiro, sempre, em cada uma dessas dimensões estão presentes as demais. Porém, estão presentes de forma subjacente, superadas. A partir dessas três considerações, ele expõe que o jornalismo é uma forma social de conhecimento cristalizado no singular.

Genro Filho sustenta que o jornalismo é uma forma de conhecimento que surge historicamente com base no desenvolvimento das relações capitalistas. “O capitalismo é o primeiro sistema na história humana que tornou a humanidade um gênero, efetivamente interligado, a um nível internacional, a um nível mundial [...]”. Antes dessa integração, o conhecimento singular estava circunscrito à realidade imediata e o conhecimento do mundo era genérico. Com o capitalismo, surge a necessidade de uma forma de relação com o mundo, da singularidade com a universalidade, resultado da interpenetração das práticas e complexificação das necessidades. A base para o atendimento dessa necessidade foi a indústria. O jornalismo cumpre um papel, similarmente à percepção individual, só que com a imediaticidade do mundo e não mais apenas das relações próximas (GENRO FILHO, 2007, p. 91-94).

É nessa relação com a imediaticidade do mundo que o jornalismo estabelece sua grandeza, defende o autor, pois transmite o que acontece no mundo e que guarda uma pertinência com o gênero sob o ângulo do fenômeno, o que para o autor é o mesmo que “[...] pelo ângulo de sua singularidade”. É sob esse escopo que ele passa a considerar o lead, suas características, como a representação da singularidade promovida pelo jornalismo. E é sob esse poder de apresentar o mundo sob o singular que o jornalista e o jornalismo “traficam” uma opinião sobre o mundo, que grande parte das vezes significa o reforço dos interesses da classe dominante. Porém, o jornalismo objetivo não deve ser combatido com

jornalismo opinativo, mas no terreno mesmo do conhecimento objetivo, só que de um ponto de vista crítico ao estado de coisas. Isso, para o autor, é necessário para o pensamento de esquerda e, principalmente, para os jornalistas que detêm uma visão de mundo de esquerda. Genro Filho enfatiza que os jornalistas devem combater a grande imprensa burguesa no terreno da grande imprensa, jornalismo informativo com jornalismo informativo, com qualidade técnica e teórica para isso.

Ao indicar que o jornalismo evidencia o singular tendo subjacente o particular e o universal, ou seja, um processo específico de mediação e uma visão de classe, Genro Filho explica que a pirâmide invertida, tese clássica do jornalismo informativo, estaria revertida. Não está disposta do mais importante para o menos importante, mas do singular para o particular e para o universal. O lead representaria essa singularidade máxima. Esse seria “O Segredo da Pirâmide”, sintetizado em uma fala de aproximadamente 50 minutos.

A palestra foi proferida na PUC-RS, no Encontro Regional da Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social). A história das publicações dessa palestra é relevante para entendermos aspectos da recepção do livro de Genro Filho. A palestra foi gravada por um estudante da UFSC, Luciano Faria, como indica Samuel Pantoja Lima, em entrevista para nossa tese. Essa versão transcrita segue o áudio e é um pouco mais longa que as versões posteriormente publicadas. O texto da palestra foi publicado em três décadas diferentes, em contextos específicos que merecem nossa atenção. Primeiramente, a palestra foi publicada em um encarte especial do jornal laboratório *Zero* do curso de jornalismo da UFSC, na edição de setembro de 1989. O jornal era editado pelo professor Helton Ricardo Barreto e o encarte traz um texto de apresentação de Sérgio Weigert, na ocasião professor da UFSC que substituiu Genro Filho. O caráter de sacração da memória de Genro Filho já estava sedimentada entre os estudantes da UFSC, uma vez que o Centro Acadêmico Livre de Jornalismo, passou a ser denominado “Centro Acadêmico Livre de Jornalismo Adelmo Genro Filho”.

A segunda edição desse texto aconteceu no primeiro número da “Revista da FENAJ” (Federação Nacional dos Jornalistas), publicada em 1996. As publicações da FENAJ, nesse momento, recebiam influência do trabalho de Daniel Herz, que naquele ano participou da organização do XXXVII Congresso Nacional dos Jornalistas, sediado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (Sindjors). A publicação do texto tem direta articulação ao trabalho de Herz, que integra formalmente o Sindjors e a diretoria da FENAJ. A responsabilidade de Herz pela publicação do texto está explícita no site

que o homenageia, visto que ali está reproduzida a palestra publicada na revista. Trataremos em tópico específico sobre o trabalho de Herz junto à Federação Nacional dos Jornalistas, sobretudo, quanto à inserção das ideias de Genro Filho em importantes documentos da FENAJ.

A terceira publicação da palestra ocorreu em um pequeno livro organizado por Márcia Franz Amaral em comemoração aos 20 anos de “O Segredo da Pirâmide”, chamado “Olhares sobre o Jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho”. Sob promoção da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e do Mestrado em Comunicação Midiática da UFSM, o livro é resultado do “Seminário Adelmo Genro Filho” realizado na Faculdade de Comunicação Social da UFSM em 26 de julho de 2007. O evento teve a participação de Elias Machado Gonçalves (então presidente da SBPJOR e professor da UFSC), Pedro Luiz Osório (conviveu com Genro Filho, era o presidente da EPCOM - organização fundada por Daniel Herz e professor da Unisinos) e Tattiana Teixeira (uma das estudiosas do livro de Genro Filho e professora da UFSC). Cada qual publicou um capítulo do livro. Márcia Amaral escreveu a apresentação e José Marques de Melo, o prefácio. Teixeira (2007) destacou a estrutura teórica do livro e sua aplicação para o entendimento da prática jornalística. Machado (2007) enfatizou o desenvolvimento do “campo” do jornalismo nos últimos 20 anos, especialmente, o desenvolvimento de teorias do jornalismo. Por sua vez, Osório (2007) explicou alguns aspectos da vida de Genro Filho e deu ênfase à compreensão marxista que sustenta “O Segredo”. Podemos afirmar que a publicação da palestra de Genro Filho nesse livro ocorreu em um momento de afirmação da consolidação acadêmica do jornalismo.

\*\*\*

Relações similares à da palestra podem ser notadas nas diferentes publicações do livro “O Segredo da Pirâmide”. Lançado originariamente pela Editora Tchê!, de propriedade de Airton Ortiz, “O Segredo” recebeu segunda tiragem em 1989 e a terceira em 1997 (essas últimas pela Editora Ortiz). O livro permaneceu 15 anos esgotado nas livrarias e supervalorizado nos sebos (quando não confundido com livro de esoterismo), até ser novamente publicado nesse formato<sup>124</sup> pela editora

---

<sup>124</sup> Em formato livro, uma vez que o livro está disponível *online* desde 1999, no site em homenagem a Adelmo Genro Filho realizado por Daniel Herz ([www.adelmo.com.br](http://www.adelmo.com.br)).

Insular em 2012, na série *Jornalismo a Rigor*, coordenada por Eduardo Meditsch<sup>125</sup>. O livro foi reeditado em comemoração aos 25 anos de sua publicação, no evento “Adelmo Genro Filho e o Jornalismo, 25 anos depois”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, mediado por Francisco José Karam, com participações de Sylvia Moretzohn, Eduardo Meditsch, Jacques Mick e Felipe Simão Pontes.

Do seminário “Revolucionar o Marxismo” a esse de rememoração dos 25 anos de “O Segredo da Pirâmide”, alterou-se muito o contexto de recepção do livro. Neste capítulo trabalhamos com o que foi feito do livro. Entendemos que os usos de “O Segredo” demonstram tentativas de consolidação do jornalismo como área de conhecimento acadêmico e disputas por legitimação da profissão. O livro tornou-se referência para o trabalho de um grupo de docentes e pesquisadores que almejam o fortalecimento das teorias do jornalismo, com vistas a delimitar um objeto de pesquisa próprio, com instrumentos conceituais e metodológicos igualmente próprios. Temos como pressuposto de trabalho que o modo como “O Segredo” é utilizado permite compreender algumas das posições da academia do jornalismo no Brasil e que os sujeitos que produzem sobre esta teoria são os mesmos que defendem a especificidade do jornalismo como campo acadêmico e como profissão. Mais especificamente para o interesse do nosso trabalho, que esses sujeitos são aqueles que defendem a existência de teorias do jornalismo, tendo a de Genro Filho como uma das principais, senão a principal, teoria do jornalismo realizada no Brasil.

São pressupostos que lançamos, ainda que não sejamos capazes de comprová-los em sua totalidade nesse esforço e com as fontes que dispomos nesta investigação. Para estudar a temática dispomos de dois conjuntos de táticas. Primeiramente, estudamos as ações de Daniel Herz, enfatizando a utilização de conceitos do livro em documentos propostos pela FENAJ e nas discussões sobre o currículo dos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo na qual ele esteve diretamente envolvido. Apresentamos, sinteticamente, a história do curso de Jornalismo da UFSC após a morte de Genro Filho, indicando, quando pertinente, como “O Segredo” serviu para fundamentar as ações de um grupo de professores que defendiam a especificidade do Jornalismo frente à Comunicação Social. Evidenciamos o surgimento das entidades dos pesquisadores e dos professores do jornalismo (SBPJOR e FNPJ) e de algumas características da consolidação das teorias do jornalismo e, de certa forma, da teoria de Genro Filho a partir de 1988. Por fim,

---

realçamos o avanço da produção e discussão sobre teoria do jornalismo no Brasil nos últimos 20 anos, especificamente o trânsito de pesquisadores e ideias entre Brasil e Portugal.

A segunda tática corresponde a um inventário do que foi produzido sobre “O Segredo da Pirâmide” nos últimos 27 anos. Constituímos uma base de dados tomando como referências o que está disponível no Portal Capes, na Scielo, no Google Acadêmico, no Banco de Teses da Capes, em algumas das principais revistas acadêmicas em Comunicação Social e Jornalismo e em livros de e sobre o jornalismo e teoria do jornalismo. Não podemos assegurar que revisamos todos os textos que citam ou trabalham o livro de Genro Filho, porém temos como certo que apresentamos as principais revisões realizadas sobre o livro. O que notamos na investigação é que não existe uma obra sistemática específica sobre “O Segredo”. Ademais, investigamos coincidências entre as pessoas que mais publicam sobre o jornalismo, as posições de destaque assumidas na área acadêmica e a publicação de textos citando “O Segredo”. Com esse levantamento pretendemos aferir influências e filiações, o que nos permitirá resenhar uma “cartografia” da recepção da teoria de Genro Filho.

Está em discussão como o conhecimento esotérico, acadêmico, em particular teorias específicas são condições para uma ocupação ser socialmente aceita como profissão. Não temos por tarefa dizer se o jornalismo cumpre ou não as categorias dispostas por várias das teorias sociológicas da profissão para ser definido como profissão. Queremos compreender como as exigências sociais dessas condições interferem na atividade dos jornalistas, professores(as) e pesquisadores(as) quando defendem o jornalismo como profissão. Com uma fundamentação histórica e ontológica, analisar como uma ideia, uma teoria, é utilizada no jogo de definições do que é a prática profissional, como ela posiciona os *scholars* no interior das relações acadêmicas e profissionais. Mesmo sem dados para aferir a força de influência desses professores e pesquisadores sobre a atividade jornalística em sua complexidade, podemos notar, em uma particularidade que busca subsídios para consolidar sua especificidade como profissão e área acadêmica, a articulação entre conhecimento e profissão.

\*\*\*

A história de uma ideia parte das condições de produção dessa ideia, fruto das contradições que permeiam o próprio ato produtivo, a busca por solução de um impasse que se coloca para determinado grupo

da sociedade. A ideia dialoga com outras ideias, mas pretende interferir no modo como se reconhece a realidade, por vezes apenas interferindo no imaginário que comumente é partilhado na constelação de ideias do grupo. Por outras, alterando a própria explicação da realidade, o que, por conseguinte, altera a compreensão do grupo em tela, estabelecendo novas dificuldades e desafios. Esse processo duplo de alteração da relação de um grupo de sujeitos com o ser social para a resolução de dificuldades desse grupo e do próprio ser social é caracterizado por Lukács (2013) como a ideologia.

A ideologia é, sob essa concepção, parte constituinte de uma profissão. Podemos asseverar com Norbert Elias (2001b), que uma ocupação ou uma profissão surge para o atendimento de uma necessidade social específica. O desacerto entre o que se faz e o que se quer que se faça aparece no arcabouço de um conjunto de atividades do ser social. Para que tais demandas sejam atendidas, fruto das transformações culturais, políticas e econômicas, torna-se necessário um conhecimento especializado, que não somente responde a necessidades sociais, como também cria novas necessidades, resultado do complexo de relações inerentes à reprodução social. Tais questões articulam-se, pois trabalho e conhecimento não estão dissociados, tanto no processo de reprodução do ser social como em sua gênese (LUKÁCS, 2013).

O conhecimento, porém, não responde somente a necessidades sociais, mas também a necessidades do grupo que o enuncia. Um texto, uma ideia, não é inerte. Ele se transforma conforme os usos não somente pelo grupo que o enunciou como também por outros que passam a tomar algumas assertivas como válidas para situações concretas da realidade. Não queremos com isso dizer que a ideia cria a realidade, ou que a teoria de Genro Filho foi a responsável pela criação de entidades, grupos de estudos, pesquisas, etc. Queremos notar os apoios, os usos, percebendo como a teoria é mobilizada e ressignificada no ato de seu uso, o que muitas vezes reforça o que está escrito nela, mas por outras a contradiz, ou a adequa a uma particularidade diferente. Da mesma forma ocorre com a memória do sujeito Genro Filho, que passa a ser fiduciária de um conjunto de argumentos que, em alguns casos descaracteriza o que foi o contexto de produção e o que está escrito em “O Segredo”.

Da mesma forma como autores da sociologia da profissão como Hughes (1984), Friedson (1995) e Abbott (1988) estão interessados em perceber como ocorrem os processos de profissionalização e não as condições previamente dispostas para enquadrar uma ocupação como profissão, queremos desestabilizar, neste momento, a consideração de que é necessário um “conhecimento abstrato organizado e que explique

a atividade profissional”. Ao analisar uma teoria do jornalismo (uma teoria sobre uma prática ocupacional que almeja o status de profissão), precisamos compreender histórica e criticamente o processo de profissionalização dessa profissão tanto quanto o processo de concorrência, aplicação e desenvolvimento das formas de conhecimento que visam legitimar cognitivamente e normativamente essa profissão.

Rodrigues (2002; 2012) confirma a percepção de que a sociologia das profissões ignora a gênese, desenvolvimento e legitimação do conhecimento científico que, por sua vez, legitima as profissões. Nesse aspecto, seria igualmente redutor pensar em um desenvolvimento puramente gnosiológico de tais formas de conhecimento, sem levar em consideração os conflitos, apoios, condições e o poder de explicação que determinadas teorias e conceitos reservam para determinada prática social. Se as relações de saber conjugam-se com o poder das profissões em demarcar sua jurisdição (no sentido que Abbott dá ao termo), cabe historicizar como isso acontece, quais os apoios, que mobilização o processo de “teorização” (em analogia ao termo profissionalização) determinada profissão suscita. Essa preocupação não apenas verifica o movimento de tais teorias no processo de organização de determinado grupo ocupacional (os jornalistas, no caso), como se institucionaliza, seja na organização dos cursos de formação (universitários, técnicos, profissionais, etc), como em disciplinas abstratas específicas, documentos de mútua relação entre sindicatos e/ ou associações profissionais e academia, etc.

Essa relação entre a elite que forma os futuros profissionais, a elite que pesquisa sobre os problemas e desenvolvimentos futuros do campo e a elite que busca a aplicação desse conhecimento abstrato em sua relação com o trabalho dos profissionais, pode ser traduzida pela relação entre os sujeitos professores e pesquisadores (os cursos de graduação, pós-graduação universitária e as associações científicas) e os líderes das associações profissionais ou sindicatos. Mesmo em uma atividade que não detém o estatuto jurídico de profissão, como o caso dos jornalistas, essa relação pode ser forjada, justamente no intento de consolidar, imprimir ou fortalecer a força institucional desse segmento que busca a profissionalização.

Podemos entender que essa relação é mais forte quanto maior institucionalidade recebe. Essa institucionalidade acontece mediante o reconhecimento mútuo da importância, contribuição e legitimidade de cada um desses segmentos (ensino, pesquisa e atividade profissional). Sobretudo, do apoio de cada uma das entidades que representam esses segmentos aos conflitos de jurisdição que cada qual enfrenta. Assim, a

legitimidade do ensino específico em cursos de jornalismo para o exercício de jornalista, por exemplo, passa a fazer parte da agenda de políticas dos sindicatos de jornalismo e da associação dos pesquisadores em jornalismo. Os sindicatos solicitam apoio a professores e pesquisadores para a campanha por um Conselho ou Ordem dos Jornalistas, da mesma forma que uma pesquisa sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro é promovida pela principal entidade sindical nacional (MICK; LIMA, 2013). Visto, estamos trabalhando com um caso específico, o brasileiro, em uma ocupação específica, a jornalística. Mas, acreditamos, que esse exemplo pode servir para análise de especificidades de outras atividades, em outras conjunturas e em outros níveis de legitimação de determinada jurisdição (ABBOTT, 1988).

Esse apoio mútuo não acontece somente devido a um conjunto de interesses institucionais e abstratos para o fortalecimento da jurisdição. Acontece também porque há pessoas que atuam nessas diferentes esferas em momentos distintos de suas trajetórias. Outra característica, os profissionais que passam pelos bancos da universidade costumam legitimar a formação que tiveram e a lançar os professores em uma posição de relevo na jurisdição. Os professores são convidados à elaboração dos documentos da área, servindo assim de sua legitimidade acadêmica para transferir *status* científico a documentos organizados por entidades profissionais.

Outra relação que se estabelece é entre os conceitos abstratos e a atuação profissional. Nesse caso, a formação e contínua atualização dos profissionais em seu campo de trabalho mantêm-nos em permanente contato com os avanços da academia. Além disso, é a formação em nível de graduação ou pós-graduação (acadêmica) que auxilia os profissionais no diagnóstico da realidade singular que enfrentam cotidianamente, permite a execução rotineira de atividades para o seu trabalho e cria uma espécie de rotina que permite ao profissional realizar inferências subjetivas em situações limite (ABBOTT, 1988, p. 52-58). O conhecimento abstrato, fruto do exercício teórico e de pesquisa, exerce-se como particularidade, como capacidade do profissional em mediar situações singulares que se oferecem a ele no cotidiano.

A teoria, que estabelece uma dimensão explicativa da realidade com a qual o profissional enfrenta cotidianamente, também se relaciona com outras teorias (seja contestando-as, seja avançando nas proposições), com o estatuto acadêmico estabelecido, bem como com as relações de força que o grupo enfrenta para a manutenção ou conquista da jurisdição. Nesse sentido, refletimos sobre a teoria de Genro Filho sobre o jornalismo neste momento. Ao estudar o modo como essa teoria

foi recepcionada por pesquisadores e professores jornalistas brasileiros, intentamos dar algumas pistas sobre a história de uma ideia no interior do jornalismo (no ensino, na pesquisa e junto aos setores profissionais).

Acreditamos, nesse aspecto, que ao entender o modo como um segmento dos acadêmicos/ jornalistas atua mediante uma teoria para tentar afirmar uma profissionalização da ocupação, podemos contribuir para um aspecto do processo de defesa dos trabalhadores de desse segmento para o fechamento de sua atividade. Quando abordamos estas questões no bojo da prática jornalística no Brasil, as relações são ainda mais polêmicas, visto as transformações pelas quais ela passa nas últimas décadas, como: o desenvolvimento tecnológico, o avanço das assessorias de comunicação, a redução do papel atribuído à “vocação” jornalística e sua “missão” de defensora da democracia, à capitalização do setor, a hibridização do jornalismo com a publicidade e o entretenimento, etc. Principalmente, porque os jornalistas, embora detenham a “clausura de consciência”, são assalariados, estão inseridos em uma empresa capitalista que visa lucro e prestígio político.

A teoria de Genro Filho, com as respostas que buscava dar aos enfrentamentos dos jornalistas de seu tempo (como expresso no capítulo 1 desta tese), resultado de uma trajetória profissional, política e acadêmica (capítulo 2), foi trabalhada por professores, pesquisadores e jornalistas no interior dessas ligações entre conhecimento e profissionalização. Sob esse entendimento, averiguamos as apropriações da teoria na relação com as demais teorias do jornalismo e de suas conexões com a prática profissional, sugerindo nuances de uma jurisdição imaginada e que busca formas de se concretizar.

\*\*\*

Podemos dizer que as chamadas teorias do jornalismo, no Brasil, são tratadas mais por livros e artigos de história do jornalismo do que, necessariamente por esforços para a proposição teórica. Mesmo que seja possível indicar textos como os de Danton Jobim (1992) e Amoroso Lima (2003) publicados nos anos 1950 como contribuições para os estudos do jornalismo, nenhum deles se oferece como uma teoria sistemática para pensar o jornalismo. Podemos afirmar que “Introdução à Filosofia do Jornalismo”, de 1960, do professor pernambucano Luiz Beltrão (1992), seja um dos primeiros esforços sistemáticos nesse sentido. Vários outros livros podem ser citados como contribuições, tais como os de Alberto Dines (1986), Ciro Marcondes Filho (1986), o de Cremilda Medina (1978), de Nilson Lage (1979) e alguns dos de

Marques de Melo (1972; 1973), todavia, esses livros não se colocam como teorias do jornalismo.

Genro Filho, recém-formado em Comunicação Social/ Jornalismo foi um dos primeiros intelectuais a registrar um interesse pelas teorias do jornalismo (GENRO FILHO, 2004a; 2004b; 2005). E esse interesse aconteceu em um contexto de formação marcado pelas teorias críticas ao jornalismo ou aquelas mais afeitas a manual da prática reificada. Esses elementos iniciais de observação daquele jovem jornalista foram devidamente articulados a estudos realizados em seu mestrado e, em 1987, “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” traz o termo “teoria do jornalismo” explicitamente no título e extensivamente em todo livro.

A ausência de bibliografia especializada sobre Teoria do Jornalismo faz sentido. Não havia a disciplina nos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo no período em que Genro Filho escreveu “O Segredo da Pirâmide”. A primeira disciplina de Teoria do Jornalismo, como nos informa Rosa Nívea Pedroso<sup>126</sup>, em entrevista, surgiu no curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFRGS, em 1983.

*A disciplina de Teoria do Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada pela Comissão de Graduação do Curso de Comunicação Social, quando da mudança de currículo, em 1983. Neste mesmo momento, também foram criadas as disciplinas de Teoria das Relações Públicas e Teoria da Publicidade e da Propaganda. Pelo que pude aferir, na época, as três disciplinas foram criadas para trazer um pouco de teoria para o currículo de Comunicação. Tanto que as três disciplinas eram obrigatórias para os três cursos. Eu não tenho nenhuma participação na criação da disciplina. Eu a assumi em outubro de 1985 porque não havia professor (Rosa Nívea Pedroso).*

O surgimento da disciplina no país ocorreu, portanto, sem uma articulação didático-pedagógica ou de referências para sua necessária

---

<sup>126</sup> Rosa Nívea Pedroso é professora adjunta da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pela UFSM em 1976 e mestre em Comunicação pela UFRJ, sob orientação do professor Dr. Muniz Sodré. Respondeu nossa entrevista via e-mail em 09 de outubro de 2014.

consolidação. Como relata a professora, foi necessário estruturar uma bibliografia para justificar a existência da disciplina. Muito dessa literatura era estrangeira, muitas versões em espanhol. *Não havia bibliografia teórica brasileira sobre jornalismo. O único livro da época era Ideologia e Técnica da Notícia de Nilson Lage [...]. Nesta época já havia alguma produção teórica sobre jornalismo, tais como: Robert Park, Gaye Tuchmmam, Mar Fontecubierta e etc* (Rosa Nívea Pedroso).

Afora o projeto da UFRGS, no curso Comunicação Social/Jornalismo da UFSC, a disciplina resultou de uma reforma curricular mais orgânica, vinculada a um projeto de formação, em 1991. Conduzida pelo grupo próximo a Genro Filho que se articulou na chapa “Opção pelo Jornalismo”, a reforma curricular introduziu a disciplina “Teorias do Jornalismo”, muito por resultado do trabalho de Genro Filho quando professor de 1983 a 1986, na disciplina de Teoria da Comunicação II, em que ministrava “Elementos para uma Teoria do Jornalismo” (MEDITSCH, 2004b), conjunto de propostas sobre o jornalismo que serviram de base para “O Segredo da Pirâmide”. O livro consolidou, bibliograficamente, o ensejo pela fundamentação teórica do jornalismo, sua pertinência acadêmica como forma de conhecimento e foi a justificativa para a criação da disciplina no processo de reforma curricular.

Em toda década de 1990, a PUC-RS promoveu uma especialização em “Teoria do Jornalismo e Comunicação de Massa”. Porém, podemos afirmar que houve avanço tímido na publicação sobre o assunto nos anos 1990, mesmo na UFSC e na PUC-RS. Meditsch (1992) publicou “O Conhecimento do Jornalismo”, que, porém, não se caracteriza por uma proposta teórica do e para o jornalismo, mas da análise para uma proposta pedagógica para o Jornalismo tomando o curso da UFSC como caso. O trabalho de Nilson Lage, professor que entrou na UFSC em 1992, mantinha um caráter mais pragmático, com livros de fundamentação teórica na Linguística e aplicação técnica no jornalismo (como a “Estrutura da Notícia”, “Reportagem: teoria e técnica jornalística” e “Teoria e Técnica do Texto Jornalístico”).

Essa lacuna de bibliografia foi paulatinamente sendo preenchida com a chegada de livros e artigos estrangeiros, como “*La Construcción de la Notícia*”, de Miquel Rodrigo Alsina, “*La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*”, de Gaye Tuchman e “*La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*” de Teun Van Dijk (1990). A importância dos manuais estrangeiros já estava demarcada nas Teorias da Comunicação que traziam alguns elementos para pensar o jornalismo, como o livro

“Teorias da Comunicação” de Mauro Wolf (1995). Porém, o trabalho mais sistemático e incisivo de tradução de textos importantes dos Estados Unidos e Inglaterra para o português e que exerceu influência no Brasil foi o livro “Jornalismo: teoria, questões e histórias”, do professor da Universidade Nova de Lisboa, Nelson Traquina (1993). Algumas dissertações e teses que teorizavam aspectos do jornalismo, principalmente com base nos estudos de linguagem, também foram publicadas em livro, ainda que com circulação restrita e sem a denominação “Teoria do Jornalismo” como centralidade, caso dos livros de Ronaldo Henn (1996) e Marconi Oliveira da Silva (1997), ambos publicados por editoras gaúchas.

Meditsch (2004b) expõe que a inclusão da Teoria do Jornalismo nas provas de avaliação da graduação realizadas pelo MEC, o Provão, a partir de 1998, tem papel importante para a inclusão da disciplina nos currículos de diferentes cursos do país. Acentuou também a necessidade de manuais. Em 2001, a editora da Unisinos lançou “Estudos de Jornalismo do Século XX”, de Nelson Traquina. No ano seguinte, outro professor português, Jorge Pedro Sousa, publicou no Brasil “Teorias da Notícia e do Jornalismo”, pela editora Argos de Chapecó (SC) e Letras Contemporâneas de Florianópolis. A denominação “Teorias do Jornalismo” consolidou-se com o lançamento do livro de mesmo nome, em dois volumes, de Nelson Traquina, pela editora Insular de Florianópolis. Em 2005, uma orientanda de Traquina, Cristina Ponte (2005), professora da Universidade Nova de Lisboa, lançou o livro “Para Entender as Notícias: linhas de análise do discurso jornalístico” pela mesma editora. A colaboração brasileira nesse segmento de manuais sobre Teoria do Jornalismo foi dada pelo professor da UFF, Felipe Pena (2005), em “Teoria do Jornalismo”, editado pela Contexto, de São Paulo. Marques de Melo (2006) realizou uma análise história da teoria do jornalismo, resgatando o que seria uma tradição brasileira da pesquisa nesse segmento em “Teorias do Jornalismo: identidades brasileiras”. Em 2011, a Editora Penso, de Porto Alegre, lançou o livro “Teoria do Gatekeeping: Seleção e Construção da Notícia”, de Pamela Shoemaker e Tim Vos.

Em 2007 e 2008, as professoras Christa Berger e Beatriz Marocco, da Unisinos, organizaram a apresentação ao público brasileiro de uma coletânea de textos clássicos sobre o jornalismo produzidos na Alemanha (volume 1) e nos Estados Unidos (volume 2) nos livros “A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa”. Em 2008, a Editora Vozes lançou um esforço para traduzir livros “Clássicos da Comunicação Social”, nome da coleção coordenada pelo professor da

PUC-RS, Antônio Hohlfeldt. Entre os quais alguns pertinentes à teoria do jornalismo como “Opinião Pública” de Walter Lippmann (2008), “A Construção da Notícia” de Miquel Rodrigo Alsina (2009), “A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública” de Maxwell McCombs (2010), e “O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais” de Otto Groth (2011).

Outra coleção de livros sobre Teoria do Jornalismo, a série “Jornalismo a Rigor” da Editora Insular de Florianópolis, publicou livros de autores nacionais desde 2009. Coordenada por Eduardo Meditsch, a série traz entre seus livros novas edições de “Ideologia e Técnica da Notícia” de Nilson Lage (2012) e “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” de Adelmo Genro Filho (2012). O texto de Eduardo Meditsch, presente nas orelhas dos livros desta coleção, apresenta a projeção que se pretende com a coleção, além de fazer menção a Genro Filho.

Se a teoria na prática é outra, então há algo errado na teoria." Com esta constatação, feita há duas décadas, Adelmo Genro Filho nos desafiou a construir uma autêntica Teoria do Jornalismo. Mas, como na mesma época observou Nilson Lage, essa seria uma tarefa para mais de uma geração. A série "Jornalismo a Rigor" é uma iniciativa da Editora Insular, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, que vem se somar a este esforço coletivo que já tem história no campo. Objetiva publicar reflexões acadêmicas de alto nível que contribuam para elevar o senso crítico e a qualidade da prática do jornalismo como atividade intelectual.

Com vocação multidisciplinar, a série aponta, no entanto, para a construção de uma Teoria do Jornalismo de direito próprio, que responda às questões suscitadas de dentro desta importante prática cultural. Procura, assim, ajudar na superação do complexo de inferioridade de uma área que se deixou colonizar intelectualmente. Não deixa, com isso, de agregar as contribuições das áreas vizinhas, mas, como propunha Otto Groth, as situa sempre como "ciências auxiliares" da nova disciplina. Busca também enfrentar os muitos preconceitos contra o jornalismo gerados em setores acadêmicos e campos sociais outros – e tantas vezes internalizados de forma acrítica pelas escolas de comunicação (MEDITSCH, 2009).

A vinculação à pós-graduação em Jornalismo da UFSC não ocorre por acaso, pois nessa pós-graduação insere-se a disciplina Teoria do Jornalismo desde 2007, já existente, anteriormente na especialização em “Estudos de Jornalismo e Mídia” do mesmo departamento. A disciplina também é ofertada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e no de Jornalismo da UEPG.

Além do aumento da demanda pela produção em Teoria do Jornalismo devido à inserção desta disciplina na grade curricular da graduação em Jornalismo, e sua obrigatoriedade a partir da implementação das Novas Diretrizes Curriculares de 2013, podemos determinar a inserção institucional da Teoria do Jornalismo a partir do surgimento do FNPJ e da SBPJOR. Os encontros realizados por cada entidade, as revistas acadêmicas vinculadas a elas e a institucionalização da pesquisa exerceram influência na organização dos estudiosos de jornalismo e sistematizaram a manifestação da necessidade e da existência de teorias do jornalismo. A própria Intercom, em seu Congresso Nacional já possui, desde 2009, o Grupo de Pesquisa Teoria do Jornalismo, dentro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo.

Podemos aferir que o desenvolvimento das teorias do jornalismo no Brasil teve início nos anos 1990 e se acentuou a partir de 2000. Nota-se também que a origem da inserção da disciplina, o seu desenvolvimento e a explosão bibliográfica tiveram forte relação com regiões específicas do Brasil, com destaque para Santa Catarina (por meio da iniciativa do curso de Jornalismo da UFSC) e dos docentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Rio Grande do Sul (UFRGS, PUC-RS e Unisinos). Esse desenvolvimento institucional, bibliográfico e de produção exerceram influências para o fortalecimento do Jornalismo como forma de conhecimento e, de certa forma, permeia a recepção de “O Segredo da Pirâmide”.

\*\*\*

Mais até do que comprovar um lastro de influência da teoria, podemos notar que a presença das ideias de Genro Filho teve relação com as trajetórias de alguns sujeitos. O livro feito para Daniel Herz tornou-o não somente homenageado, mas divulgador. A partir do trabalho de disseminação da teoria de Genro Filho realizado por Herz, podemos demarcar uma teia de relações que o professor e militante pela democratização da comunicação manteve junto à FENAJ, a um segmento do grupo político de Genro Filho (ex-PRC) no Rio Grande do Sul e ao curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC.

Daniel Herz era primo de Adelmo Genro Filho, a mãe deste era irmã do pai daquele. O pai de Daniel Herz era um grande industrial, proprietário de uma empresa que se tornou a maior da América Latina no segmento de ferragens. Porém, como é comum em muitas biografias, o filho do grande industrial era um revolucionário comunista, que utilizava muitas vezes dinheiro para financiar campanhas de esquerda. Herz era frequentador assíduo da casa dos Genro em Santa Maria e, assim como o primo, viu no jornalismo a possibilidade de uma formação mais crítica para o exercício da ação política. Formado pela Unisinos em 1977, Herz, ainda estudante, participou da fundação, em 1974, da Associação de Promoção da Cultura, considerada por Ramos (2006) a primeira iniciativa civil formalizada no país de política pela democratização da Comunicação. Empreendeu juntamente com Genro Filho em 1976 o *Jornal Informação* - o qual dirigiu -, trabalhou no jornal *Movimento* e participou ativamente das eleições de 1976 pelo MDB Jovem. Em 1978, fez especialização em Jornalismo na PUC-RS. Em 1980, iniciou seu mestrado na UnB, recebendo o título de mestre em 1983. O interesse pela cabodifusão pautou sua dissertação, com o título: “A introdução de novas tecnologias de comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, um estudo de caso”, sob orientação de Murilo César Ramos.

Em 1980, Herz iniciou suas atividades como docente no curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, assumindo a coordenação meses depois de sua posse – cargo que ocupou até 1984. Herz implantou, juntamente com os professores do curso de jornalismo, um sistema paritário de participação dos estudantes nas decisões do departamento e do colegiado<sup>127</sup>. No período em que esteve a frente do departamento, realizou alguns dos principais eventos de comunicação em Florianópolis, o Encontro da Felafacs (*Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social*) e o da ABEPEC (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação) (MEDITSCH, 1990, p. 69). Neste último evento, em 1983, juntamente com estudantes e professores de comunicação e entidades da sociedade civil, formalizou a Frente Nacional de Políticas pela Democratização da Comunicação. A Frente permaneceu ativa até 1987, quando encerrou as atividades. Segundo Herz, o esforço da articulação constituída por ele foi a de

---

<sup>127</sup> Para mais detalhes das atividades de Herz junto ao sistema paritário, ver Meditsch (1990). Relatamos as circunstâncias do departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC daquele momento em nosso segundo capítulo.

fortalecer a proposta de Emenda Popular da FENAJ para o texto da Constituinte que pretendia a democratização da comunicação e o fim dos monopólios. Não obstante tenha influenciado alguns aspectos do capítulo sobre a Comunicação Social na Constituição Federal, o ensejo de combate aos monopólios foi frustrado, visto o contexto de concessões públicas de TV e rádio em troca de favores políticos, uma marca da gestão de José Sarney (FENAJ, 1988; CALDAS, 1996).

Em 1987, Herz publicou pela Editora Tchê! um dos maiores sucessos editoriais da comunicação daquele período. “A História Secreta da Rede Globo”, segundo estimativas, vendeu mais de 30 mil exemplares e teria inspirado um documentário dirigido pelo britânico Simon Hartog chamado “*Beyond Citizen Kane*”, sobre Roberto Marinho. O livro transformou o militante do PT (e do partido clandestino PRC) e administrador da empresa familiar em um dos homens mais conhecidos dos movimentos de esquerda do país. Em 1987, ele criou e financiou o Centro de Estudos de Filosofia e Política (CEFIP) em Porto Alegre, no qual Genro Filho era a principal referência. Foi nessa conjuntura de luta pela inclusão do projeto de democratização da comunicação no texto da Constituição de 1988 e de realização dos primeiros cursos do CEFIP em Porto Alegre que Genro Filho faleceu.

Em 1989, com a eleição um ano antes de Olívio Dutra como prefeito de Porto Alegre e de Tarso Genro<sup>128</sup> como vice-prefeito, Herz assumiu a Coordenação de Comunicação Social, órgão responsável pela política de comunicação do município. A Coordenação sob sua gestão lançou as bases para a administração petista, embora Herz tenha permanecido no cargo somente até 1990. Em 1991, Herz retomou o agora denominado Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), reunindo mais de 30 entidades e 44 comitês

---

<sup>128</sup> Com a eleição de Olívio Dutra para o governo de Porto Alegre, teve início a Administração Popular, modelo de gestão do PT que se sucedeu no governo da cidade com as eleições de Tarso Genro (de 1993 a 1996), Raul Pont (de 1997 a 2000) e novamente Tarso Genro (2001-2002 – deixando a gestão municipal para concorrer ao governo do Estado). A principal marca desses governos foi o Orçamento Participativo, uma gestão que prevê a participação popular para a tomada de decisão da destinação de parte dos recursos da administração. Para uma análise detalhada do papel da Coordenação de Comunicação Social na Administração Popular e no Orçamento Participativo, ver Osório (2003).

regionais<sup>129</sup> (ETGES, 1997, p. 202). Com base no FNDC e em seu conhecimento da matéria, foi um dos mentores e defensor da Lei do Cabo (Lei n.º. 8977/1995)<sup>130</sup>, em específico na determinação de espaços na grade de programação para tvs públicas, universitárias e comunitárias. Também participou da elaboração da Lei n.º. 8.389/1991, que prevê a instituição do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Proposta originalmente apresentada pela Frente Nacional por Políticas Democráticas da Comunicação durante a Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho já está previsto no artigo 224 da Constituição Federal. Porém, a implantação do órgão somente ocorreu em 2002, quando Herz passou a ocupar uma das vagas como representante da FENAJ. No Conselho por três anos, Herz participou ativamente das discussões do novo modelo do Sistema Brasileiro de TV Digital, sendo um crítico do modelo adotado pelo governo brasileiro.

No âmbito de suas iniciativas políticas, Herz criou o EPCOM (Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação). O principal empreendimento do Instituto foi, sem dúvida, o site “Os Donos da Mídia”, um trabalho de levantamento completo sobre os grupos de comunicação no país, seus sócios, as redes e as conexões políticas que sustentam essa atividade. O estudo teve início com um Trabalho de Conclusão de Curso da jornalista Celia Stadnik em 1994, foi completado e apresentado pelo EPCOM em 2002 e, posteriormente, aperfeiçoado e lançado novamente em 2008 (DONOS DA MÍDIA, 2008). Entre os integrantes do EPCOM estão Pedro Osório – de 2011 a 2014, presidente da Fundação Piratini, órgão gestor da TV Educativa do Rio Grande do Sul -, e Tau Golin, professor da Universidade de Passo Fundo e editor de “O Segredo”.

Podemos afirmar que Daniel Herz tomou por tarefa um lado importante dos propósitos de transformação do jornalismo no país: as políticas de comunicação. Nesse sentido, foi um complemento ao projeto de Genro Filho desenvolvido em “O Segredo”. Após a morte do primo, Herz tornou-se uma espécie de herdeiro do pequeno espólio intelectual de Genro Filho. Juntamente com José Miguel Quedi Martins - que se aproximou de Genro Filho no período do CEFIP e de quem se tornou um interlocutor – Herz passou a organizar o material deixado por Genro Filho, entre artigos, livros, esboços, anotações, estudos esparsos e

---

<sup>129</sup> Atualmente, o FNDC possui 49 entidades nacionais e mais de 250 entidades regionais associadas (FNDC, 2014).

<sup>130</sup> Essa Lei teve vários de seus capítulos alterados pela Lei n.º.12.495/2011.

planos de aulas. Herz requisitou que o curso de Jornalismo e familiares de Genro Filho encaminhassem todos os materiais que dispusessem. O resultado foi consolidado e lançado em 27 de junho de 2000, 12 anos após a morte de Adelmo, no site “Adelmo Genro Filho: vida e obra” ([www.adelmo.com.br](http://www.adelmo.com.br)).

Ao contrário da representação dos monumentos, a obra dos mortos interage e só permanece viva no contato e na crítica feita pelos vivos. Por isso, muito mais do que uma mera "atualização" com a obra de Adelmo, o que pretendemos é o empreendimento de um esforço crítico, que não recuse a polêmica, como a única condição que pode evidenciar, ou não, a fecundidade de um pensamento. Queremos, se possível, ir além do que Adelmo nos indicava, como ele sempre buscou. Aliás, nada seria mais contraditório com o que Adelmo acreditava e defendia do que uma mera exegese póstuma de seus textos ou algo que pudesse parecer culto à sua personalidade. Este é o sentido que atribuímos à disponibilização da obra de Adelmo ao público em geral. Caso sirva para orientar a reflexão e a prática política ou, ainda, como referência para redação de monografias, dissertações ou teses, teremos nosso esforço plenamente recompensado (HERZ, 2000).

O site traz textos inéditos, disponibiliza alguns livros na íntegra (inclusive “O Segredo da Pirâmide”) e oferece uma importante lista de todas as anotações, textos e documentos deixados por Genro Filho<sup>131</sup>. Entre as propostas do site está a de servir de base para pesquisas sobre a obra de Genro Filho e a pretensão de disponibilizar todos os documentos *online*. Porém, apesar de o site ser importantíssimo para manter a obra do político e jornalista disponível ao público, o material não é atualizado há anos.

A presença de Herz no FNDC, na diretoria do SINDJORS, sua atuação como diretor de relações institucionais da FENAJ e depois

---

<sup>131</sup> Mesmo mediante o contato com o EPCOM, através de conversa e entrevista com seu então presidente, Pedro Osório, não foi possível o nosso acesso a esse material. Esses textos estariam sob a posse de José Miguel Quedi Martins, que afirmou reiteradamente que todos os documentos que Daniel Herz lhe deixou sobre Genro Filho estão publicados no site. Como é possível constatar nas listagens de textos presentes no site, há vários mencionados, mas não disponibilizados na íntegra para pesquisa.

representante da Federação no Conselho de Comunicação Social tornou-o uma referência para lideranças gaúchas e catarinenses do jornalismo. Essas lideranças transitaram nas diretorias e na presidência dessas entidades. Sua morte em 31 de maio de 2006, após intensa batalha contra um câncer, não significou o fim da importância de todas as sementes que havia lançado em vida. Sérgio Murilo de Andrade, aluno de Herz na UFSC e uma importante liderança sindical catarinense, foi presidente da FENAJ de 2007 a 2010, integrando diretorias da instituição desde 1992. Celso Schoreder foi presidente do SINDJORS de 1990 a 1995, coordenador geral do FNDC de 2006 a 2011 e preside a FENAJ desde 2010. Na gestão de Andrade, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela retirada da obrigatoriedade do diploma de ensino superior específico para o exercício da profissão (o que contrariou a FENAJ). No mesmo ano, o FNDC e a FENAJ participaram ativamente da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que estabeleceu diretrizes para a regulamentação da mídia no país, e que nunca foram implementadas.

Como admirador e um dos principais divulgadores das ideias presentes em “O Segredo”, podemos afirmar que a trajetória de Herz e sua projeção nacional contribuíram para que o livro e o nome de Adelmo Genro Filho tivessem influência junto à entidade sindical dos jornalistas, em específico nas “Bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo” e documentos correlatos. Além disso, a influência e a história de Herz junto ao curso de Jornalismo da UFSC, do FNDC e da FENAJ serviram para, indiretamente, amalgamar a presença da teoria entre alguns professores e lideranças dessas entidades.

\*\*\*

Há relatos de diferentes fontes de que Daniel Herz foi o responsável por sugerir à diretoria da FENAJ (Américo Antunes era o presidente) a elaboração de um conjunto de recomendações para melhorar a formação dos jornalistas brasileiros. Podemos aferir que a FENAJ esteve fortemente envolvida nos processos de discussão sobre as diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo e de Comunicação Social do Brasil. Já nos anos 1970 havia a participação da entidade e a preocupação com a estrutura laboratorial dos cursos, das disciplinas, a qualificação dos professores, o perfil dos egressos, a regulamentação dos estágios supervisionados etc (o que pode ser evidenciado nas cartas e documentos realizados nos Congressos e Conferências da categoria)

(SÁ, 1999, p. 511-583). Porém, mesmo integrando grupos de estudo, apoio e discussão das diretrizes, e relatando suas preocupações em documentos, não havia realizado um documento formal, específico e dirigido à sociedade com o posicionamento da entidade sob a forma de diretrizes. O que a FENAJ deseja de um formado em Comunicação Social/ Jornalismo? Qual deve ser o perfil desse profissional?

Essas perguntas normalmente são dirigidas a empresas de comunicação, ávidas por encontrar o perfil mais adequado para o desempenho das atividades jornalísticas. Mas, como as empresas jornalísticas não se mostraram favoráveis à formação específica (algumas eram declaradamente contra), a FENAJ, como defensora histórica da obrigatoriedade do diploma, tinha mais legitimidade para fazê-lo. Mais até, como principal entidade da classe, que aspirava a criação de um Conselho Federal de Jornalistas, as recomendações serviriam como um exercício para indicar como os profissionais queriam que os estudantes fossem formados, quais as condições ideais para serem aceitos como tal. A FENAJ não detinha qualquer prerrogativa para realizar uma fiscalização nesse sentido (como as associações profissionais o tem), mas aspirava ter. Ainda mais na conjuntura dos anos 1990, de explosão da quantidade de cursos de Jornalismo no Brasil, resultado de mudanças da legislação que favoreceram a abertura de faculdades advindas da iniciativa privada – muitos delas sem condições para fazê-lo. Como o Jornalismo é um curso com grande quantidade de clientes, era um atrativo para os novos grupos educacionais aproveitarem-se da legislação que obrigava a formação para o exercício profissional.

A sugestão de Herz fazia todo sentido, portanto. Assim, em junho de 1997, a FENAJ realizou o Congresso Nacional dos Jornalistas extraordinariamente, na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo. O resultado desse Congresso está expresso no documento “Bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo”. O documento foi elaborado conjuntamente pela Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), além da FENAJ. De acordo com Moura (2003, p. 341-342), participaram como apoio à Direção da FENAJ para elaboração do documento Elson Faxina (PR), Susana Tatagiba (ES), Celso Schroeder (RS), Antônio Moura (SP), Fátima de Almeida (AL) e Daniel Herz. A participação dos demais integrantes é pouco citada

diante das menções presentes nos sites da FENAJ, do FNDC e da própria página realizada em homenagem a Daniel Herz, de que foi ele o responsável pela elaboração dos principais pontos desse Programa.

Na leitura do documento, destaca-se a influência do livro de Genro Filho. O texto inicia subscrevendo o jornalismo como uma modalidade de comunicação, para, em seguida realizar uma síntese exegética de “O Segredo da Pirâmide” nos parágrafos terceiro a sétimo do Programa.

3 O jornalismo, com suas funções de produção e divulgação de informações, corresponde a uma forma de conhecimento que complementa as funções culturais próprias da ciência e da arte que se centram, respectivamente, no particular e no universal.

4. Como forma específica de conhecimento, o jornalismo antecipa-se à ciência e à arte, registrando os fatos sociais na sua singularidade e atualidade e, não raro, na imediatez dos acontecimentos.

5. Embora diferencie-se da ciência e da arte, o jornalismo, em suas formas mais desenvolvidas, tem a possibilidade de estabelecer estreito relacionamento com estas duas formas de conhecimento.

6. Sem submeter-se aos rigores metodológicos próprios da ciência, o jornalismo pode e deve perseguir um elevado grau de objetividade no registro e interpretação dos fatos sociais tendo, inclusive, a prerrogativa de amparar-se no conhecimento científico existente. O jornalismo, operando uma ruptura com a linguagem especializada da ciência, pode contribuir para a sua tradução pública, de modo a qualificar o senso comum.

7. Por outro lado, mesmo sem desfrutar o mesmo grau de liberdade de linguagem própria da arte, o jornalismo, ao adotar um criativo procedimento de seleção, hierarquização e apresentação dos fatos sociais, pode gerar percepções e interpretações aprofundadas e inovadoras da realidade que sejam, igualmente, capazes de qualificar o senso comum, enriquecendo o universo cultural dos indivíduos (FENAJ, 1997).

Trata-se de uma apropriação do livro. Porém há diferenças que merecem ser citadas. Os parágrafos 3 e 4 trazem a ideia central de “O Segredo da Pirâmide”: o jornalismo é uma forma social de conhecimento que “registra” os fatos sociais em sua singularidade. A

divisão categórica utilizada pelo livro com base em “Introdução a uma Estética Marxista” de Lukács é igualmente utilizada, o jornalismo como forma de conhecimento singular em relação à particularidade e à universalidade, que para Genro Filho correspondem à arte e à ciência, respectivamente. Notemos, porém que há um esforço do texto nos parágrafos 5, 6 e 7 em demonstrar a articulação de jornalismo com ciência e arte, sem perder de vista suas diferenças. Genro Filho não realiza textualmente esse movimento com os elementos dispostos nesta interpretação. O parágrafo 5 é particularmente relevante, pois afirma que o relacionamento com a arte e a ciência acontece em suas “formas mais desenvolvidas”. Esse aposto, definitivamente, não está expresso em “O Segredo da Pirâmide”, até porque Genro Filho não realiza uma distinção valorativa quando vai tratar da fronteira entre arte e jornalismo ou arte e ciência na reportagem, por exemplo. No gênero notícia, a “unidade elementar do jornalismo”, essa possibilidade de relação não está expressa, o que abre dois flancos de problemas não devidamente tratados por Genro Filho: a diferença de linguagem entre jornalismo e arte; e a diferença de critérios de objetividade e pesquisa entre jornalismo e ciência. Notemos que se aproximar da arte e da ciência buscando estabelecer algumas fronteiras e proximidades de cada qual com o jornalismo permite o aumento de *status* desse conhecimento que não têm o mesmo reconhecimento político, acadêmico e profissional.

O parágrafo 8 enquadra essas definições que dialogam diretamente com “O Segredo” à defesa da FENAJ e das entidades signatárias da obrigatoriedade da formação superior em jornalismo. Essa relação direta do jornalismo como forma de conhecimento e a formação especializada aparece citada em “O Segredo” apenas na abertura do texto, conforme expusemos no capítulo 1.

8. Devido a esta importância específica e relativa do jornalismo, acreditam os signatários que só a formação através de um curso superior específico especializado pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação à atuação destes profissionais (FENAJ, 1997).

O documento segue expondo as características do jornalismo, as expectativas quanto à qualificação dos egressos e, principalmente, as

recomendações para estrutura laboratorial, técnica e de ensino das escolas de Comunicação Social/ Jornalismo. Porém, não há qualquer menção ao “Segredo da Pirâmide” nos demais itens.

Em 24 e 25 de abril de 1999, o curso de Comunicação Social/ Jornalismo da PUC-Campinas promoveu (juntamente com a FENAJ, o FNPJ, o Observatório da Imprensa e o GT de Jornalismo da Intercom) o “Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo”. O Seminário foi organizado como forma de reação de professores e pesquisadores em Jornalismo frente a uma proposta da Comissão de Especialistas de Comunicação, nomeada pelo MEC, em reorganizar a divisão de área e subárea, alterando a posição do jornalismo que naquele momento era uma subárea. Como forma de reação, o Seminário nomeou uma Comissão de Especialistas de Jornalismo para debater as propostas da referida Comissão de Comunicação Social.

Havia um grande temor na área de que os jornalistas fariam daquela reunião um ato de alforria: desligar-se-iam do campo da Comunicação. Afinal, havia quem o desejasse, por entender que as especificidades do jornalismo seriam capazes de sustentar um campo autônomo de conhecimento. Mas havia sobretudo aqueles que entendiam que a profissão estava em perigo. O documento inicial do MEC tratava a tudo como "Comunicação" (GENTILI, 1999).

O resultado desse Seminário foi consolidado na “Proposta de Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação Social”, também conhecida como “Carta de Campinas”. Porém, mantendo o sentido que orientou a criação da Comissão de Jornalistas, o próprio Seminário, na apresentação do documento que propõe diretrizes para os cursos de Comunicação Social, ressaltou que “[...] reconhece como válida e legítima a possibilidade de existência de Cursos Superiores de Jornalismo, não necessitando, assim, constituir uma habilitação de Curso de Comunicação” (SEMINÁRIO NACIONAL..., 1999). Tendo esse contexto de discussão como contexto, o documento proposto novamente teve o protagonismo de Daniel Herz, que ficou responsável pela relatoria juntamente com Francisco José Karam (UFSC) e Tatiana Scalco. A parte do texto destinada ao Jornalismo foi praticamente a mesma das Bases para um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, de 1997, incluindo alguns dos parágrafos que discutem conceitos pertinentes a “O Segredo”.

O jornalismo destaca-se como uma modalidade de comunicação exercitada através das mais diversas linguagens e dos mais variados suportes técnicos. Com suas funções de produção e divulgação de informações, o jornalismo corresponde a uma forma de conhecimento que complementa as funções culturais próprias da ciência e da arte que se centram, respectivamente, no particular e no universal.

Como forma específica de conhecimento, o jornalismo antecipa-se à ciência e à arte, registrando os fatos sociais na sua singularidade e atualidade e, não raro, na imediatividade dos acontecimentos. Embora diferencie-se da ciência e da arte, o jornalismo, em suas expressões mais desenvolvidas, é exercitado com a possibilidade de estabelecer estreito relacionamento com estas duas formas de conhecimento (SEMINÁRIO NACIONAL..., 1999).

O trecho do texto pertinente à teoria de Genro Filho permaneceu na nova versão das “Bases de Um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo” de 2004. Em 2008, com a discussão para as novas Diretrizes Curriculares, a FENAJ discutiu as propostas da entidade para a comissão que se formava. O texto do Programa idealizado por Herz permaneceu em grande parte nas “Contribuições finais da FENAJ às novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo”, apresentadas pela diretoria da FENAJ em maio de 2009<sup>132</sup> (FENAJ, 2009). E nessas contribuições fica a denominação do Jornalismo como forma de conhecimento, na reprodução praticamente inalterada dos parágrafos já citados na Carta de Campinas.

Porém, a roupagem desse documento é completamente nova. Não há qualquer menção à Comunicação Social de forma positiva, estabelecendo o papel desempenhado pela Ciespal para a inclusão dos cursos de Comunicação em substituição aos de Jornalismo. No documento está expresso que o jornalismo possui tradição de pesquisa há mais de 400 anos<sup>133</sup>, com pós-graduação e graduação específicas em Jornalismo, com corpo teórico específico (consolidado nas teorias do jornalismo) e professores igualmente capacitados. Essa versão sobre o

<sup>132</sup> Importante lembrar que Herz faleceu em 2006. No entanto, como já vimos, pessoas próximas a ele permaneceram na direção da Fenaj.

<sup>133</sup> Argumentação que toma por base o texto isolado de doutoramento em Filosofia de Tobias Peucer, de 1690.

desenvolvimento acadêmico do Jornalismo e sua especificidade de pesquisa e ensino está relacionada aos avanços institucionais conquistados pela área acadêmica ao longo da primeira década do século XXI no Brasil. Sobretudo, devido ao curso de graduação e de mestrado em Jornalismo da UFSC, do trabalho da SBPJOR, reforço das linhas de pesquisa em Jornalismo e da bibliografia de teorias do jornalismo em fase de consolidação.

O texto final da comissão coordenada por José Marques de Melo para o estabelecimento das Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo foi encaminhado ao MEC em abril de 2010, sendo aprovado por este órgão em 12 de setembro de 2013 (LOPES, 2014, p. 105)<sup>134</sup>. A comissão não realizou qualquer menção direta ou indireta à teoria de Genro Filho. O máximo de proximidade que poderíamos estabelecer do texto da comissão e o texto de Genro Filho é a citação ao texto de um dos integrantes da comissão e um dos herdeiros da teoria de “O Segredo”, “O Conhecimento do Jornalismo”, de Eduardo Meditsch.

\*\*\*

*En 1989, cuando nos reunimos en Florianópolis a propósito del Congreso de INTERCOM, recibimos a los colegas de todas las áreas comunicativas con un reto que era al mismo tiempo un llamado a la reflexión: “Bienvenidos al Encuentro de Periodistas”, decía nuestro saludo como anfitriones, mensaje que sintetizaba la experiencia desarrollada en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) (MEDITSCH, 1991b, p. 11).*

Meses após a morte de Genro Filho, Eduardo Meditsch e Luís Alberto Scotto lançaram uma campanha pela chefia do departamento que defendia a “Opção Jornalismo” em detrimento da área da Comunicação (OPÇÃO JORNALISMO, 1988). De certa forma, essa opção contrariava o projeto de curso implantado embrionariamente no início dos anos 1980 por professores como Daniel Herz e Maria Hermosilla Saraiva, baseado na defesa da formação do comunicador polivalente e engajado, um graduado preparado para a transformação social e militância política. Além disso, contrariava o projeto de implantação de outras habilitações no departamento de Comunicação. A faixa estendida para a recepção dos pesquisadores da Intercom,

---

<sup>134</sup> Para ilustração dos intensos debates realizados na área de Comunicação devido à aprovação das Diretrizes Curriculares, ver Lopes (2014).

recuperada com heroísmo em registros históricos do curso de Jornalismo da UFSC (como os vídeos comemorativos dos 20 e 30 anos do curso) e em textos como o do professor Meditsch (1991b; 1999), também é símbolo da história de um grupo que conseguiu se hegemonizar dentro do curso. Não é a história de todo curso, muito menos a versão de todos os professores.

Meditsch (1999), em um texto publicado na revista da Ciespal, Chasquí, faz um balanço do curso de 1979-1989 e as alterações propostas a partir de 1989.

La Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) fue probablemente la institución brasileña que más radicalmente siguió la receta del Ciespal. Durante su primera década de existencia (1979-1989), su Curso de Periodismo fue marcado por una fuerte militancia política de sus profesores, por la negativa a “subordinarse” al mercado de trabajo tradicional y por el esfuerzo de constituir un mercado alternativo. La teoría administrada en el curso era coherente con estos objetivos y la capacitación técnica de los alumnos, a pesar de los pocos equipamientos iniciales – apuntaba a la misma dirección. La propuesta enfrentaba una gran resistencia por parte de algunos profesores y de una parte significativa de los alumnos, que no sentían afinidad con la militancia en movimientos populares. A pesar de esto, fue mantenida hasta el cansancio por el grupo inicial de profesores, que acabó desligándose de la universidad.

La radicalidad de la experiencia de la UFSC, tal vez explique la radicalidad de su crítica en el siguiente momento. Y así como la escuela persiguió la coherencia entre la teoría y la práctica en la formación del comunicador polivalente, pasó a perseguirla en relación a la formación del periodista, en función del cual se reorientó. Esto le llevó a la opción por el periodismo como objeto preferencial de investigación, principalmente a partir del trabajo de Adelmo Genro Filho, profesor del Curso, crítico de las teorías de la comunicación tradicionales por no explicar adecuadamente el fenómeno (MEDITSCH, 1999, p. 73-74).

A “Opção pelo Jornalismo” agregou os professores que se articulavam politicamente ao grupo de Daniel Herz (e de Adelmo Genro Filho) - mas que modificaram a proposta original - e os professores das

disciplinas práticas. Não podemos afirmar que esses professores são exclusivamente práticos, pois estavam entre eles docentes de cadeiras de Filosofia (Orlando Tambosi), de Ética e de Deontologia (Francisco José Karam) e que estudavam a pedagogia de ensino (caso de Meditsch). Do outro lado, não estavam professores teóricos, nem professores sem ligações à prática do jornalismo, mas aqueles que entendiam o jornalismo como parte da Comunicação e, mais amplamente, das Ciências Humanas de modo geral. E, como bem lembra o professor Sérgio Mattos, no vídeo comemorativo dos 30 anos do curso de Jornalismo, havia também aqueles que não estavam diretamente envolvidos nestes enfrentamentos (SURIANO; MEZZARI, 2009).

A proposta defendida pelo grupo articulado em torno da “Opção Jornalismo” seria de que especializar o curso no Jornalismo retornaria a uma qualidade e a um reconhecimento que o curso detinha antes, ainda no momento da proposta pedagógica coordenada por Herz. Porém, em outros aspectos, o argumento era de ruptura, em especial com o modelo de formação política que era proposto nos primeiros anos do curso, e que passaria a ser outro, a formação para o exercício da profissão. Nos muitos textos que trata do assunto, Meditsch estabelece um “retorno” estratégico ao prestígio “perdido” do curso de Jornalismo – mesmo tom adotado na campanha “Opção Jornalismo”. Na prática, o curso proposto originalmente por Herz, do qual o próprio Meditsch (1990) caracteriza como esgotado, não teve continuidade com essa opção pelo jornalismo. Eram propostas diferentes. A continuidade traçada entre a proposta de Herz e o que foi adotado pelo curso de Jornalismo, e mesmo a ideologia na qual a teoria marxista do jornalismo de Genro Filho foi proposta são deslocados para a finalidade de agregar força política e epistemológica a essa escolha. É possível notar essa associação direta, sem as devidas mediações, por exemplo, na entrevista que Meditsch concede a E-Fenaj por ocasião do lançamento do mestrado em Jornalismo da UFSC em 2007.

Quase desde o seu início, em primórdios dos anos 1980, o grupo que fundou a área de Jornalismo na UFSC já pensava em “criar uma Escola, mais do que um Curso”, no sentido de uma escola de pensamento, como propunha Daniel Herz, com uma visão ao mesmo tempo crítica, em relação ao modelo dominante de Ensino da Comunicação, e empreendedora, capaz de transformar utopia em realidade. Com esse projeto, ele conseguiu atrair gente como Adelmo Genro Filho, que foi para lá semear as bases de uma teoria do Jornalismo que afirmava sua

especificidade, e que serviu de alicerce para um projeto pedagógico na graduação que, pelo sucesso alcançado, e pelo reconhecimento nacional que obteve, colocou mesmo em tensão o modelo tradicional que se propunha a criticar (MEDITSCH, 2012, p. 209).

O projeto pelo curso de Jornalismo, como afirma Meditsch em entrevista para nossa tese, recebeu o reforço ideológico e programático do livro de Genro Filho. Não queremos (nem podemos) afirmar com isso que o curso implantou as propostas de Genro Filho ou que o livro passou a ser referência nas disciplinas práticas e teóricas. Sérgio Weigert seguiu, por alguns anos, lecionando tendo por base “O Segredo”. Francisco José Karam defendeu dissertação “A especificidade ética do jornalismo na universalidade humana”<sup>135</sup> em 1993 na ECA-USP, sob a orientação de Cremilda Medina, em que “O Segredo” é uma das principais referências. A referência a Genro Filho também está presente na dissertação de Meditsch “O Conhecimento do Jornalismo: elo perdido no Ensino da Comunicação”, defendida na ECA em 1990.

As ideias de Genro Filho de que o jornalismo é uma forma específica de conhecimento comparável e diferente da arte e da ciência, as declarações sobre as insuficiências das abordagens das teorias da comunicação sobre o jornalismo e a proposta de reduzir o hiato entre teoria e prática vão ao encontro da proposta desses professores por um curso específico em Jornalismo. Prevalece nessa adaptação que o jornalismo é uma forma de conhecimento independente da índole ideológica e que o estudante precisava ser formado para conhecer os dispositivos técnicos e teóricos para trabalhar em qualquer veículo, desde o jornal da CUT até a *Folha de S. Paulo*. O contexto mundial pós 1989, o refluxo mundial da esquerda e o afastamento temporal do período da ditadura contribuíram para a mudança de perspectiva focada mais na ética profissional e no ensino especializado, estabelecendo as mediações em que o texto de Genro Filho é apropriado. É o que Meditsch (1999, p. 74) segue expondo no texto “*Ciespal: progreso y problema del comunicólogo*”, publicado na revista Chasquí.

Marxista de formación, Genro Filho (1987) construyó una sólida crítica de la negación del periodismo por el marxismo, sustentando la dignidad de esta actividad, su relevancia social y potencial transformador como una

---

<sup>135</sup> Posteriormente, a dissertação foi transformada no livro “Jornalismo, Ética e Liberdade”, publicado pela editora Summus em 1997 (KARAM, 1997).

forma específica e inédita de producción de conocimiento sobre la realidad. De esta forma, Genro Filho profundizó la distinción entre los aspectos lógicos y los ideológicos de la actividad periodística, tal como había sido propuesto anteriormente por Nilson Lage (1979). Luego de la muerte de Adelmo, en 1988, la incorporación del propio Nilson al cuerpo docente del Curso dio un nuevo impulso a la producción teórica en esta dirección.

Ya en 1989, aunque se mantenía amarrado por el currículum mínimo de Comunicación Social vigente, el Curso se define como “solo de periodismo” y reformula drásticamente todo el currículum, creando la disciplina de Teoría del Periodismo, extinguiendo el ciclo básico, incluyendo disciplinas prácticas desde el primer semestre y procurando reproducir en estas aulas las condiciones reales de la producción periodística, con el apareamiento de los laboratorios y la valoración de la experiencia profesional en la selección de sus profesores. Las materias de ciencias humanas son esparcidas a lo largo del curso en disciplinas de “lectura de la realidad”. Los resultados alcanzados fueron una mayor motivación de los alumnos en todas las etapas del currículum y una mayor facilidad de relacionar la teoría con la práctica profesional, una vez que esta era preliminarmente conocida. Al mismo tiempo que el estudiante adquiría competencia técnica, se daba cuenta de que, en el caso del periodismo, el espíritu crítico formaba parte de la competencia técnica requerida y pasaba a dar importancia a formulaciones teóricas que de otro modo no le interesarían.

A reforma que organizou as disciplinas práticas logo no início do curso foi implantada em 1985, como resultado das discussões oriundas das discussões paritárias entre estudantes e professores, como relata o próprio Meditsch em texto com Anibal Bragança (MEDITSCH; BRAGANÇA, 1987, p. 29). A reforma a qual Meditsch menciona, como explicou em entrevista para nossa tese, iniciou informalmente em 1988-1989, com mudanças nas ementas das disciplinas que passaram a focar mais o jornalismo. Também é nesse momento que a disciplina de Teoria do Jornalismo passou a integrar o currículo, formalmente instituída no currículo aprovado em 1991 (UFSC, 1991). O projeto do grupo de professores voltados para a formação profissional recebeu um reforço importante com a chegada do professor Nilson Lage, vindo como

aposentado da UFRJ, em 1992 – e não em 1988, como mencionado no texto de Meditsch. Lage tinha um conjunto de obras reconhecidamente importantes sobre a ideologia e a prática do jornalismo, defendia publicamente a obrigatoriedade da formação universitária específica para o exercício da profissão, participou de reformas de currículos, tinha uma grande experiência profissional, pois trabalhou nas reformas dos principais jornais cariocas nos anos 1950 e 1960 e era um crítico dos cursos de Comunicação Social. A chegada de Lage consolidou a legitimidade teórica e prática que o grupo precisava. É Nilson Lage quem realiza o prefácio do livro “O Conhecimento do Jornalismo” de Meditsch, e é nele que explicita as posições convergentes dos dois pesquisadores sobre a necessidade de cursos específicos em Jornalismo.

A consolidação das propostas da “Opção Jornalismo” ocorreu com a alteração do nome do curso de “Comunicação Social” para “Jornalismo”. O curso foi o primeiro do país a realizar essa alteração, a revelia das orientações das diretrizes curriculares então vigentes. O departamento estava sob a coordenação do professor Dr. Helio Schuch. O projeto deu entrada nas instâncias da UFSC em 1998. Em 2000, foi aprovada na Câmara de Ensino de Graduação a alteração do nome do **Curso** de “Comunicação Social” para “Jornalismo” (UFSC, 2000) e, em 2002, a Resolução do Conselho Universitário aprovou a alteração do nome do **Departamento** de “Comunicação Social” para “Jornalismo” (UFSC, 2002). Todavia, desde 1999 o vestibular trazia o nome do curso como Jornalismo (SURIANO; MEZZARI, 2009).

No mesmo período em que ocorreram essas mudanças, em 2000, o curso de Jornalismo, por proposta de Eduardo Meditsch a José Pedro Sirotsky, criou a “Cátedra UFSC RBS”. A parceria com a empresa que controla a comunicação em Santa Catarina, sem precedentes até então nos cursos de Jornalismo do Brasil, mantém até hoje atividades promovidas pelos profissionais da RBS em parceria com os professores do departamento para os alunos da 1ª fase (CÁTEDRA UFSC RBS, 2012).

As mudanças que se processaram ao longo dos anos 1990, a alteração da denominação, as mudanças curriculares e a deterioração das relações pessoais motivaram parte significativa dos professores que defendiam a integração à Comunicação a sair do curso. Casos de Carmem Rial e Sônia Maluf (se vincularam ao departamento de Antropologia da UFSC a partir de 1999), José Gatti (saiu da UFSC em 2001) e, posteriormente, Gilka Girardello (foi para o Departamento de Metodologia de Ensino do CCE/ UFSC), Aglair Bernardo, Mauro

Pommer e Henrique Finco (para o recém-criado curso de Cinema da UFSC).

Em 2002, o curso de Jornalismo ofertou a Especialização em Estudos em Jornalismo e Mídia<sup>136</sup>. Vinculada inicialmente à Especialização, o curso publicou a revista “Estudos de Jornalismo e Mídia” em 2004, com circulação semestral e ininterrupta até a atualidade. A revista publicou os três textos que Genro Filho escreveu ainda nos anos 1970 em jornais gaúchos e que serviram como plataformas para “O Segredo” (GENRO FILHO, 2004a; 2004b; 2005). Entre os principais textos publicados nos periódicos pertinentes a “O Segredo da Pirâmide” está a palestra de Daniel Herz (2013) e o texto em homenagem aos 20 anos do livro, escrito pelo professor Francisco Karam (2007). Este texto, posteriormente, foi publicado no quarto volume do livro “Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história”, uma entre as várias coletâneas organizadas por José Marques de Melo (2009) para destacar personalidades que contribuíram para a Comunicação brasileira.

O início do mestrado em Jornalismo, em 2007 consolidou a especificidade teórica que o curso almejava. A UFSC passou a possuir a única pós-graduação do país exclusivamente em Jornalismo<sup>137</sup>. Além de Eduardo Meditsch, Orlando Tambosi, Nilson Lage e Francisco José Karam, o programa contava em sua fundação com a presença das professoras Gislene Silva (que integra o Departamento desde 2003), Daisi Vogel (2005), Tattiana Teixeira (2005) e Elias Machado Gonçalves (2006). “O Segredo da Pirâmide” constou como bibliografia obrigatória para as seleções de acesso ao mestrado que tiveram prova escrita, além de estar presente na disciplina Teoria do Jornalismo - ministrada na maior parte do período pelo professor Eduardo Meditsch, mas também por Gislene Silva e Francisco José Karam. Em menor escala, o livro está presente em outras disciplinas do mestrado, como “Jornalismo, Sociedade e Poder”, disciplina ministrada em 2008, em que Francisco José Karam discutiu o texto de Genro Filho juntamente com “A Dialética do Concreto” de Karel Kosik (uma das referências de

---

<sup>136</sup> Essa não foi a primeira especialização do curso da UFSC. Em 1996, o curso ofertou uma especialização com ênfase nos Estudos Culturais.

<sup>137</sup> A pós-graduação da ECA-USP também titulava em Jornalismo, porém estava inserida como uma das áreas de concentração do Programa em Comunicação. Essa modalidade de titulação teve fim em 2005 com a reforma do programa, que passou a se chamar Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.

“O Segredo”). Outra consequência, 23 dissertações defendidas no programa até 2004 utilizam “O Segredo da Pirâmide”, com presença mais extensiva nos trabalhos de Luckmann (2013), Rosa (2013), Tavares (2013), Hauser (2012) e Pontes (2009).

O mestrado em Jornalismo da UFSC permitiu consolidar o projeto de que a graduação específica em Jornalismo não significava apenas o ensino técnico, mas que havia uma vontade de ciência, de agregar conhecimentos para se legitimar a prática de pesquisa e ensino na área. Sob essa influência, surgiu mais um programa de pós-graduação *strictu sensu* específico em Jornalismo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Paraná). A consolidação do Programa da UFSC adveio com o aumento da nota de referência de 3 para 4 na avaliação trienal realizada pela CAPES em 2012, o que possibilitou a abertura de vagas para o doutorado em 2014. A defesa do Jornalismo como curso de graduação específico e como área acadêmica especializada repercutiu em âmbito nacional e está presente em documentos da área, apresentando confluências de posicionamentos nesse sentido da FENAJ, do FNPJ e da SBPJOR.

O curso de Jornalismo da UFSC, por ser o local em que Genro Filho trabalhou e escreveu seu livro, é considerado, naturalmente, o local de maior produção e disseminação de suas ideias. Essa associação a Genro Filho aumenta devido à consolidação da graduação e da pós-graduação específica em Jornalismo. Graduação específica que, de certa forma, foi tomada como modelo para a transformação de todos os cursos de Comunicação Social Habilitação em Jornalismo do país que passaram a ser denominados apenas Jornalismo e estão em processo de mudança curricular devido à aprovação das Novas Diretrizes Curriculares no final de 2013.

Eduardo Meditsch, além de integrar a equipe que elaborou as novas diretrizes, participou de colóquios e publicou textos sobre o assunto (MEDITSCH, 2014). Como enfatizam textos sobre Meditsch e entrevistas, ele é diretamente associado ao projeto que prevaleceu na UFSC (BONA, 2007). Simultaneamente, o professor especializado em radiojornalismo é reconhecido como aquele que mais tenazmente defende o jornalismo como conhecimento. A associação desse professor às ideias de Genro Filho sobre jornalismo, além de ser natural, é comprovada estatisticamente: Meditsch é o pesquisador que mais cita “O Segredo da Pirâmide” para desenvolver suas ideias.

Mas Adelmo encontrou seguidores, e vários deles se tornaram pesquisadores importantes de jornalismo em universidades de diversos estados. Uma das universidades onde suas ideias prosperaram foi a Universidade Federal de Santa Catarina, onde trabalhou, e onde o próprio Adelmo trabalhou em seus últimos anos de vida. Ele morreu em 1987<sup>138</sup>, logo após a publicação do livro. Assim tomei conhecimento da Teoria do Jornalismo, a partir do Adelmo, e, de certa forma, com sua morte, tomei também a responsabilidade de continuar o seu trabalho, como muitos outros pesquisadores da área têm feito (MEDITSCH, 2004a, p. 94-95).

Eduardo Meditsch foi um dos primeiros acadêmicos que escreveu um texto crítico sobre O Segredo da Pirâmide, no seu mestrado em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Em dezembro de 1987, seis meses após o lançamento, o texto deste professor gaúcho equivale algumas posições de Genro Filho e Otávio Frias Filho. O primeiro, pela esquerda, teria retirado o potencial subjetivo e intelectual do jornalista como produtor de conhecimento, relegando à luta de classe a determinação do fazer do profissional. Por sua vez, o *manager* da *Folha de S. Paulo*, ao implantar a objetividade dos fatos e a neutralidade do trabalho jornalístico frente à realidade como paradigma de seu negócio, teria negado a subjetividade do jornalista. O texto não foi publicado na ocasião em que pretendeu Meditsch, no início de 1988, haja vista que a morte de Genro Filho interrompeu o intento. O texto “O Poder da Morte e a Agonia do Jornalismo” somente foi publicado em 1991, com uma página de ressalva no início do texto.

A morte de Adelmo me fez reconhecer duas injustiças que o texto comete contra ele, com a arrogância e a leviandade tão comuns em nossa retórica intelectual de terceiro mundo, características dos embates que dificilmente vão além do discurso: em primeiro lugar, critica sem em nenhum momento salientar a importância fundamental do livro de Adelmo para a compreensão do jornalismo.

Segundo, coloca-o em igualdade de condições com outra pessoa que, em grandeza intelectual, política, ética e

---

<sup>138</sup> Diferente da citação, Genro Filho faleceu em 11 de fevereiro de 1988.

humana, não poderia ser comparada a ele, embora, por um privilégio de nascimento, seja até mais influente. Ressalvadas estas injustiças, as críticas que o texto faz a Adelmo permanecem válidas: toda vez que o pensamento dialético se apegue a axiomas teóricos (que não o da dúvida), oculta a própria subjetividade ou nega aos indivíduos o direito de serem sujeitos da transformação do mundo, em nome de conceitos fixos como o de classe social, este pensamento cede ao positivismo (MEDITSCH, 1991a, p. 35).

Esse texto foi feito para concluir uma disciplina no mestrado em Comunicação da USP. A dissertação de Meditsch (1990) mencionou Genro Filho e “O Segredo da Pirâmide” e, em 1992, foi publicada uma versão resumida e adaptada de o “Conhecimento no Jornalismo”, em que Meditsch apresenta a palestra de Genro Filho. Antes da dissertação, Meditsch apresentou no XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação o texto “A contribuição de Adelmo Genro Filho a uma teoria do jornalismo” e na Revista Brasileira de Comunicação o texto “Método científico e Método Jornalístico” em que utiliza conceitos do autor<sup>139</sup>. A dissertação traz alguns conceitos de jornalismo sem questionamentos da base teórica de Genro Filho, utilizando-o muito mais como referência secundária de fundamentação do que necessariamente para debater a teoria. Menciona, por exemplo, que a singularidade trabalha com o novo e com a possibilidade do conceito transbordar a realidade. Há a exposição do triângulo equilátero - que representa a pirâmide - e breves menções - principalmente em notas - de trechos centrais de Genro Filho (MEDITSCH, 1990). Por sua vez, o livro, em seu primeiro capítulo, sintetiza a palestra de Genro Filho no Erecom em seus principais tópicos (MEDITSCH, 1992). É por esse livro, uma síntese da dissertação de Meditsch, que o professor de radiojornalismo passa a ser associado à defesa do jornalismo como forma de conhecimento e da graduação especializada em Jornalismo. Também é através desse trabalho, em associação a artigos e entrevistas, que as ideias em debate na UFSC passaram a ser conhecidas no Brasil. E nesse aspecto, a teoria de Genro Filho, associada ao projeto do curso da UFSC e do jornalismo como forma de conhecimento foi atrelado ao projeto político pedagógico conduzido por Meditsch.

---

<sup>139</sup> Nós não conseguimos consultar esses dois textos, o que nos obriga a apenas assinalar a existência de ambos.

Meditsch iniciou seu doutoramento em 1992, no programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. O curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa é o primeiro de Portugal, fundado em 1979, e o primeiro a ter mestrado, em 1984. A tese de Meditsch, “A especificidade do Rádio Informativo: um estudo da construção, discurso e objetivação da informação jornalística no rádio a partir de emissoras especializadas de Portugal e do Brasil em meados dos anos 90”, é defendida em 1997, sob orientação do professor Dr. Nelson Traquina, sendo apenas a terceira tese sobre jornalismo defendida em Portugal e a primeira sobre radiojornalismo (MESQUITA; PONTE, 1997). A tese cita “O Segredo” de forma marginal (quatro menções) (MEDITSCH, 2007).

Em Portugal, Meditsch (1997) apresentou o texto que se tornou referência ao tratar do jornalismo como forma de conhecimento. “O Jornalismo é uma forma de conhecimento?” é resultado de uma comunicação para responder ao questionamento do professor Dr. Mário Mesquita: “Jornalismo: transmissão de conhecimentos ou degradação do saber?”, em um curso de verão que ocorreu em um convento na Arrábida (em Setúbal, cidade próxima a Lisboa). Meditsch apresentou o mesmo texto sob o título “Fundamentos e Pertinência da Abordagem do Jornalismo como Forma de Conhecimento” no VI Congresso da Alaic, realizado em São Paulo de 01 a 03 de setembro de 1997. A referência ao mesmo ano está presente na versão em inglês do texto, publicado na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação com o título “*Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach*”. O texto, com o mesmo título da conferência na Arrábida, posteriormente foi publicado em 2002 como abertura do primeiro número da revista Comunicação e Sociedade, editada pelo curso de Comunicação Social da Universidade do Minho (Braga – Portugal). O texto “Jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa” também é o primeiro da coletânea “Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas luso-brasileiras”, organizado pelo professor Jorge Pedro Sousa em 2008. O texto de Meditsch é um dos mais citados sobre a temática do jornalismo como forma de conhecimento no Brasil e em Portugal e é mais conhecido do que “O Segredo” em terras lusas.

Meditsch diz que o jornalismo é uma forma de conhecimento, mas com ressalvas. O jornalismo não é uma forma de conhecimento se considerado o conhecimento como sinônimo de ciência. O jornalismo não é ciência. Porém, criticando Park, Meditsch diz que o jornalismo

também não é uma “ciência menor<sup>140</sup>”, que estaria entre o senso comum e a ciência. O jornalismo seria uma forma de conhecimento diferente da ciência e do senso comum. Nesse sentido, o jornalismo produz conhecimento e, provavelmente ao mesmo tempo, degrada o conhecimento (correspondendo à posição similar de Bakhtin sobre a linguagem), pois o trabalho do jornalista seria tornar possível o entendimento de todos por via da produção e transmissão das informações e do conhecimento realizado pelas diferentes áreas de saber. A defesa do jornalismo como forma de conhecimento acontece, para o autor, na esteira das críticas epistemológicas que o conhecimento recebe, principalmente a consolidação da necessidade para a sociedade de toda e qualquer forma de conhecer presente na realidade. Levando a discussão sobre o conhecimento a seu contexto mais genérico, Meditsch explora as fraquezas e possibilidades do conhecimento jornalístico:

É o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico (MEDITSCH, 1997a, p. 9).

Ainda que cite Genro Filho para diferenciar o conhecimento de senso comum do conhecimento do jornalismo, Meditsch (1997a, p 8) compreende o jornalismo como circunscrito ao senso comum, pois [...] ao se fixar na imediaticidade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental. Meditsch (1997a, p. 11) também cita Genro Filho ao afirmar o jornalismo como forma de conhecimento que se cristaliza no singular (mantendo a relação com o particular e o universal) e que essa captação

---

<sup>140</sup> Essa expressão relacionada ao jornalismo não consta no texto de Park (2008).

do singular tende a revelar aspectos críticos do sistema. Portanto, Meditsch cita Genro Filho apenas três vezes, como uma referência secundária na sua abordagem.

O jornalismo, para Meditsch (1997a, p. 10), não produz novidade, mas utiliza a quantidade de informações disponíveis para somar mais um pouco de conhecimento, em um processo de conhecer e reconhecer, como mencionado por autores como Nilson Lage e Teun Van Dijk. Nesse aspecto difere-se da ciência, que se propõe a conhecer as leis que orientam o processo de constituição do mundo. Por conseguinte, nesse processo de conhecer e reconhecer, o jornalismo apresenta problemas: a falta de transparência das condicionantes da produção da informação, a velocidade da produção e a espetacularização. Porém, mesmo com esses problemas, o autor defende ser necessário o aumento do controle sobre os jornalistas, a fiscalização da qualidade de seu trabalho e de sua formação, o que seria resultado da consideração do jornalismo não somente como comunicação, mas como forma de conhecimento, e os jornalistas como produtores de conhecimento.

O texto apresenta sentidos diferentes de “O Segredo da Pirâmide”, como teremos a oportunidade de aprofundar nos próximos capítulos. Primeiro porque Genro Filho se propõe a demonstrar que o jornalismo produz uma forma de conhecimento diferente do senso comum, e equivalente em grandeza – porém diferente – da arte e da ciência. Segundo, porque a definição de Lukács (1966a) de forma de conhecimento, em sua “Estética”, aponta para a diferenciação crescente da arte e da ciência em relação à vida cotidiana. Terceiro aspecto a ser considerado posteriormente é a afirmação de que o jornalismo não pode se descolar de noções “pré-teóricas para rerepresentar a realidade”, o que para Genro Filho faz parte da simulação da percepção do senso comum, mas que não pode corresponder ao processo de conhecer do jornalismo. Os debates pertinentes a essas questões advirão nos próximos capítulos. Porém, é importante salientar como os posicionamentos de Meditsch possuem diferenças frente aos de Genro. E como costumeiramente ocorre, ao se citar o trabalho de Meditsch associado ao de Genro Filho evidencia-se a defesa do jargão “forma de conhecimento” muito mais do que a concepção de conhecimento de cada autor.

No texto “Filosofia de Paulo Freire e Práticas Cognitivas do Jornalismo”, há uma compilação de trechos do texto “O Jornalismo como forma de conhecimento”, repetindo inclusive os mesmos argumentos sobre o texto de Genro Filho (MEDITSCH, 2003a). A mesma situação ocorre em “Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à

fisiologia normal do jornalismo”, de 2006, com uma exceção. Meditsch (2006, p. 14) critica a apropriação de Genro Filho do sistema de Lukács que define a arte como forma de conhecimento cristalizado no particular e a ciência no universal. Meditsch afirma que o correto seria a ciência no particular e a filosofia no universal. Isso acontece, na crítica de Meditsch porque o “[...] marxismo de Genro Filho não distinguia entre ciência e filosofia [...]. Essa afirmação também não corresponde às posições de Genro Filho, nem às de Lukács, visto que a dissociação de filosofia e ciência advém, principalmente, de uma interpretação de Marx por Althusser e pelos stalinistas, o que era combatido por Genro Filho.

O que evidenciamos nos textos que tivemos acesso, é que o pesquisador que mais cita “O Segredo da Pirâmide” e Genro Filho expõe, na maior parte dos seus textos, o papel fundador da teoria na consolidação das transformações que ocorreram na UFSC e no Jornalismo de modo geral. Com exceção de sua principal colaboração – a comunicação “O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento?”, ele avançou pouco na exegese da obra e nas questões a ela pertinentes. A importância de Genro Filho para Meditsch está no questionamento das teorias da comunicação existentes, o que serviu de substrato teórico para toda a mobilização realizada na UFSC e no jornalismo brasileiro, em grande parte conduzida pelo professor. Eduardo Meditsch é um dos principais construtores da história acadêmica do jornalismo, na tessitura de seus argumentos que muitos enfrentamentos políticos ocorreram, se evidenciaram e também foram esquecidos. Essas considerações ratificam Meditsch como um dos principais articuladores do Jornalismo e da defesa das teorias do jornalismo tanto aqui no Brasil, como em Portugal.

\*\*\*

O orientador da tese de Meditsch, o professor catedrático e atualmente aposentado da Universidade Nova de Lisboa, Nelson Traquina, é o autor mais citado nos trabalhos sobre teoria do jornalismo no Brasil (BARBOSA, 2012). Levantamento realizado por Santana e Franciscato (2011, p. 15-16), com base nas apresentações realizadas no GT de Jornalismo da Intercom, da Compós e no Encontro da SBPJOR realizados em 2008 e 2009, ratifica essa posição. Com um livro importante como “Jornalismo: teoria, questões e estórias” de 1993 (sem edição brasileira) e outro, “O Estudo do Jornalismo no Século XX” (publicado pela Unisinos), foi “Teorias do Jornalismo” volumes 1 e 2 (ambos publicados pela Insular, sob a coordenação de Eduardo

Meditsch) que ocasionaram esse fenômeno de referências. Os dois volumes coligem as principais teorias do jornalismo de língua inglesa (principalmente estadunidense), com a aplicação de um estudo sobre os jornalistas como uma tribo transnacional. Esses livros também existem em Portugal, mas são independentes, pois não trazem o título “Teorias do Jornalismo”. O correspondente ao primeiro volume tem o título “O que é Jornalismo”, lançado em 2002. O segundo, “A Tribo Jornalística: uma comunidade Transnacional”, de 2004.

No lançamento do primeiro volume, em 2004, Meditsch (2004b) escreveu o texto “Traquina e a contribuição portuguesa ao Brasil” para o Observatório da Imprensa. Nele inclui o feito editorial à trajetória das teorias do jornalismo no Brasil. Após realizar uma homenagem a Genro Filho como aquele que pioneiramente destacou as lacunas teóricas das teorias existentes para abordar o jornalismo, de descrever a institucionalização da disciplina Teoria do Jornalismo no Brasil e resenhar rapidamente a história de vida de Traquina, Meditsch realiza uma rápida sinopse da contribuição do português para os estudos de jornalismo em Portugal.

A partir da UNL [Universidade Nova de Lisboa], a influência de Nelson Traquina ajudou a moldar a fisionomia de todo o ensino universitário do Jornalismo em Portugal que, como no Brasil, passou por uma grande expansão nos anos 90, com a criação de dezenas de novas escolas. Desde o início, ele rejeitou a possibilidade de um ensino tecnicista da profissão, sustentando que a universidade deveria oferecer algo mais que a “tarimba” que caracterizava o aprendizado do ofício na prática, anterior à formação de nível superior.

Para Traquina, o que deveria distinguir a formação universitária seria o estudo teórico desta prática. Em Portugal, a disciplina foi institucionalizada com o nome de Teoria da Notícia (por influência da inglesa News Theory) e ministrada por Traquina tanto na graduação quanto no mestrado da UNL a partir de 1992. As primeiras dissertações sobre jornalismo apareceram em seguida, e a primeira tese foi defendida em 1997, todas orientadas por ele.

O ensino universitário em Comunicação e em Jornalismo em Portugal inexistia até 1979. Dividido politicamente entre antes e depois do Estado Novo, o jornalismo português sofreu, até 1974, forte censura do governo de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano. Como

nos explica Garcia (2009, p. 54-60), a influência da censura foi tão grande na comunicação nacional que ainda hoje se faz sentir nas temáticas e no modo de trabalho dos jornalistas portugueses. O radiojornalismo, como explicou Adelino Gomes<sup>141</sup> em entrevista para a nossa tese, era inexpressivo para além do divulgado pelo Estado e a programação de televisão se resumia à *Rede de Televisão Pública*, amplamente vigiada pelo regime. O golpe civil-militar de 1974 (que tem conotações completamente diversas do golpe civil-militar que ocorreu no Brasil) representou uma abertura política e de experimentação para o jornalismo português, sendo muito forte o jornalismo político, posicionado e radical. O jornalismo, como porta-voz dos agrupamentos políticos que disputavam o poder (comunistas radicais, socialistas, social-democratas e democratas cristãos), tinha carácter opinativo e político.

É nesse contexto que Adriano Duarte Rodrigues e um grupo de professores de Sociologia propõem uma reforma da disciplina no país, o que resultou na criação do curso de Ciências da Comunicação, em 1979. O curso teve enfrentamentos com o sindicato, como relata o trabalho de Mendes (2012), principalmente devido ao restrito acesso de jornalistas da tarimba ao ensino universitário. Ao longo dos anos 1980, assiste-se a entrada gradual de capital estrangeiro nos veículos de mídia do país, principalmente no segmento impresso, que passou a atenuar paulatinamente o discurso político em direção ao jornalismo noticioso e de entretenimento. Esse período foi acompanhado pelo aumento do número de escolas públicas e privadas de Comunicação Social, explosão que se configurou nos anos 1990 (MESQUITA E PONTE, 1997). Como avalia o professor de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, José Luís Garcia<sup>142</sup>, em entrevista para nossa tese, o aumento

---

<sup>141</sup> Adelino Gomes é um importante jornalista português. Trabalhou no radiojornalismo, no telejornalismo e em jornais impressos, participando da cobertura do 25 de abril (como radiojornalista), da Guerra Civil de Angola e do Timor (como telejornalista), além de ser um dos fundadores do jornal *Público*. Doutor em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (2011), teve reconhecida sua grande experiência jornalística como critério para o acesso ao doutorado (ele não tem graduação). Foi professor na Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa (1975-1981), na Escola Superior de Jornalismo do Porto (1986) e na Universidade Autónoma de Lisboa (1992-2002). Entrevistei Adelino Gomes em 26 de maio de 2014, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>142</sup> José Luís Garcia é sociólogo (1991) e mestre em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (1996). Doutor em Ciências Sociais pelo

desmedido de escolas de comunicação do país não significou necessariamente atender as demandas históricas da profissão, mas respondeu indiretamente aos empresários do setor em manter um contingente de reserva no mercado de trabalho em expansão. Por outro lado, a formação massiva de comunicadores e de pós-graduações dinamizou a produção acadêmica da área.

Diferente do Brasil, em Portugal nunca foi exigida a formação universitária em Comunicação Social ou Jornalismo para o exercício da profissão. O registro é expedido mediante comprovação de vínculo empregatício junto a uma empresa jornalística. Não é permitida no país a atuação simultânea em empresas jornalísticas e assessorias. Como descreveu José Luís Garcia e nos relatou Adelino Gomes em entrevistas, há um distanciamento entre os profissionais, em especial aqueles que têm formação na tarimba, e os *scholars* das universidades. Os universitários não reconhecem o fazer dos jornalistas como uma forma de conhecimento digna de relevo e os profissionais não conseguem ver na academia respostas para suas demandas do cotidiano.

Os formados em curso superior e os pós-graduados com experiência na atividade jornalística que entraram na universidade nos anos 1980 tiveram parte de suas carreiras fora do país, o que lhes concedia legitimidade perante pesquisadores da Comunicação, em sua maior parte sociólogos e semiólogos, e diante da profissão. Perfil de jornalistas e professores como Nelson Traquina e Mário Mesquita.

Nelson Traquina, nascido e formado nos Estados Unidos, avançou nesse sentido ao traduzir para o português um conjunto de textos estadunidenses seminais para a consolidação das “Teorias da Notícia” no livro “Jornalismo: teorias, questões e histórias”, de 1993. O livro tornou-se, rapidamente, um manual de teorias da notícia em Portugal, e também para o Brasil, pois traduzia textos clássicos como o “O Gatekeeper: uma análise de caso na Seleção de Notícias”, de David White, “Controlo Social na Redação: uma análise funcional” de Warren Breed, um texto de Gaye Tuchman, outro de Michael Schudson, outro de Stuart Hall, mesclando com textos do próprio Traquina e de Adriano Duarte Rodrigues. O trabalho que estabeleceu na Nova de Lisboa, principalmente após a criação do Centro de Investigações Mídia

---

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2004). Participou do primeiro inquérito para investigação do perfil do jornalista português (1988) e coordenou o segundo inquérito (1997). Professor do Instituto de Ciências Sociais desde 1998. Entrevistei José Luís Garcia dia 13 de março de 2014, em sua sala no Instituto de Ciências Sociais.

e Jornalismo (CIMJ) em 1997, consolidou um núcleo de pesquisa sobre jornalismo formado por professores como Francisco Rui Cádima, Mário Mesquita, Isabel Ferin e Cristina Ponte. Em 2002, o CIMJ lançou a revista *Media e Jornalismo*. A presença de pesquisadores brasileiros, principalmente em estágio sanduíche e pós-doutorado intensificaram as trocas entre os pesquisadores dos dois países.

Adriano Duarte Rodrigues já tinha estabelecido relações com os pesquisadores brasileiros desde 1983 (MARQUES DE MELO, 1998). “Estratégias da Comunicação”, deste pesquisador, de 1990, foi um livro que circulou entre estudantes e professores, mobilizando interesses de cá e além mar. Há registros de professores portugueses que foram ao Brasil realizar cursos ou comunicações como João Pissarra Esteves (Universidade Nova de Lisboa), Francisco Rui Cádima (Universidade Nova de Lisboa), Isabel Ferin (Universidade de Coimbra), António Fidalgo (Universidade da Beira do Interior), Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa), bem como de professores brasileiros que fizeram o mesmo. Em 1994, por exemplo, no II Congresso Internacional de Jornalismo em Língua Portuguesa, realizado no Rio de Janeiro, uma comitiva de professores portugueses, entre ele Nelson Traquina e Mário Mesquita, participou das atividades organizadas pela Intercom e pela ABI (MARQUES DE MELO, 1998). José Marques de Melo (1998) relata que foi no Colóquio Luso-Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado no Porto em 1997, que os pesquisadores portugueses decidiram pela criação da SOPCOM (Sociedade Portuguesa dos Investigadores da Comunicação) e, conjuntamente com uma delegação da Intercom, constituíram a Lusocom (Federação Lusófona das Ciências da Comunicação).

Esse intercâmbio de pesquisadores se fortaleceu com a publicação de muitas contribuições de pesquisadores portugueses e brasileiros na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), vinculada à Universidade da Beira do Interior e idealizada por António Fidalgo. Nessa biblioteca, vários pesquisadores de Comunicação e de Jornalismo, do Brasil e de Portugal, tornam públicas suas comunicações, conferências, artigos, teses e dissertações.

A publicação do livro “Estudos de Jornalismo do século XX” pela editora da Unisinos em 2001 inseriu Nelson Traquina no mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que atendeu a uma demanda por manuais teóricos de jornalismo em português e em linguagem acessível para graduação. O segundo livro português sobre o assunto, “Teorias da Notícia e do Jornalismo”, foi publicado por Jorge Pedro Sousa, professor da Universidade Fernando Pessoa, em 2002 pelas editoras

Argos (de Chapecó - SC) e Letras Contemporâneas (de Florianópolis). No contexto de lançamentos na temática da Teoria da Notícia, com a realização das primeiras edições da Especialização em Jornalismo e Mídia e com a crescente institucionalização da pesquisa em Jornalismo, a Editora Insular, em parceria com o curso de Jornalismo da UFSC, lançou Teorias do Jornalismo vol. 1 e vol. 2. Em 2005, a editora Insular também publicou a parte teórica da tese de Cristina Ponte chamada “Para Entender as Notícias: linhas de análise do discurso jornalístico”.

A publicação desses manuais, o trânsito constante de pesquisadores, as formações de estudantes brasileiros de pós-graduação em Portugal colocam os pesquisadores portugueses como referências para vários segmentos de estudos no jornalismo, em específico nas teorias do jornalismo. Ainda que poucos conheçam e citem os conceitos de “O Segredo da Pirâmide” (com exceção de Cristina Ponte no livro “Para Entender as Notícias”), grande parte conhece e utiliza a expressão “o jornalismo é uma forma de conhecimento”. Com vários pesquisadores com quem conversamos em Portugal, em nosso estágio sanduíche, foram poucos que disseram conhecer ou ter ouvido falar de “O Segredo da Pirâmide”. Porém todos conheciam Eduardo Meditsch e seu famoso texto sobre “O Jornalismo como Forma de Conhecimento?” ou o seu livro “O Conhecimento do Jornalismo”.

Interessante, por fim, notar que o apoio da Intercom na criação da SOPCOM em um Congresso Luso-Brasileiro (MARQUES DE MELO, 1998) teve seu reverso no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos em Jornalismo, realizado no Porto em 2003. De acordo com Meditsch (2003b), foi nesse Congresso que um grupo de professores consolidou uma ideia já antiga de constituir uma associação de pesquisadores de Jornalismo. Um mês depois, no Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, em Natal, a proposta recebeu apoio. A proposta então foi encaminhada no GT de Jornalismo da Compós, em Recife, em junho daquele ano, deliberando-se pela criação de um comitê científico com a incumbência de preparar o I Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, que aconteceu em 28 e 29 de novembro, em Brasília. Nesse encontro, foi eleita uma diretoria, definidos os estatutos e constituída de forma oficial a SBPJOR (Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo).

\*\*\*

O primeiro presidente da SBPJOR utilizou extensivamente “O Segredo da Pirâmide” como referência para seus trabalhos. Graduado

pela UFSM, em 1989, Elias Machado Gonçalves realizou seu mestrado na UFRJ de 1990 a 1992, sob a orientação de Nilson Lage. “A Dialética do Discurso Jornalístico” é um diálogo constante com “O Segredo da Pirâmide” buscando estabelecer os limites e as virtudes do livro de Genro Filho. Como afirmou em entrevista para nossa tese, “*Minha aproximação com a obra do Adelmo foi sempre crítica e um dos pontos que desde o começo me pareceu equivocado metodologicamente foi o de criticar em bloco as diferentes metodologias, contrapostas ao marxismo, tomado como o único capaz de possibilitar o acesso ao conhecimento verdadeiro*”. O cerne de sua crítica na dissertação é de que Genro Filho não atentou para a dimensão semiológica da atividade jornalística, o que, por conseguinte, o deixou limitado às referências das modalidades de conhecimento que pressupõem a reprodução da realidade. Consequência dessa consideração, Gonçalves (1992, p. 5) afirma que Genro Filho “[...] prefere simplesmente repetir que todo conhecimento é ideológico (o que é verdade), ao invés de procurar, na produção do discurso jornalístico, através de suas características peculiares, refutar o dogmatismo dos fundamentalistas [os adeptos da “objetividade jornalística”]”. Gonçalves (1992) localiza em “O Segredo da Pirâmide” uma vinculação ao realismo, quando Genro Filho reivindica para o jornalismo a capacidade de reprodução dos fenômenos sociais. Essa crítica está alicerçada a uma concepção ontológica e epistemológica de Gonçalves que se choca com a “Estética” de Lukács, mais especificamente, com a teoria do reflexo do filósofo húngaro. Mesmo Genro Filho negando a teoria do reflexo<sup>143</sup>.

Depois de permitir uma nova discussão de como se efetiva a produção do discurso jornalístico, mostrando que, em vez de um fato e várias versões, há um mesmo fenômeno e uma pluralidade de fatos, Genro Filho não escapa da tentação de incumbir o jornalismo de reproduzir a realidade pelo viés da singularidade. Se é uma verdade que a definição do jornalismo como forma singular de conhecimento aparece como um legado inquestionável do autor de *O Segredo da Pirâmide*, na adoção do velho jargão de reprodução do real, Genro Filho endossa o primado típico do realismo. Com um referencial filosófico ancorado nas premissas da estética luckacsiana dá para entender a “recaída”; mas a janela

---

<sup>143</sup> Iremos aprofundar a questão nos capítulos seguintes, expondo as fundamentações desse debate.

aberta com a especificação da intervenção subjetiva na produção do real/ mundo não admitia mais ser fechada através da exigência da reprodução da realidade (GONÇALVES, 1992, p. 80).

Gonçalves (1992) defende então a adesão ao termo “construção”<sup>144</sup>, em uma referência clara ao construcionismo social defendido pelo fenomenólogo Alfred Schultz, disseminada na sociologia estadunidense pelo livro “A Construção Social da Realidade” de Peter Berger e Thomas Luckmann, e muito presente nas abordagens teóricas sobre o jornalismo após a versão em espanhol do livro “*Making News*”, de Gaye Tuchman<sup>145</sup>. Gonçalves nega qualquer princípio de objetividade e de inseparabilidade do sentido e da subjetividade para caracterizar o jornalismo como forma de conhecimento, tanto quanto das formas de conhecimento de modo geral.

Simultaneamente ao mestrado, Elias Machado Gonçalves lecionou na Universidade Federal de Juiz de Fora (1991-1992), para posteriormente, já com título de mestre, assumir como professor da Universidade Federal da Bahia, em 1993. A Facom (Faculdade de Comunicação) da UFBA já tinha uma recente pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, criada em 1987, e já estavam presentes lá professores como Antônio Canelas Rubim, Wilson Gomes e Marcos Palácios. cursava o mestrado na instituição, um colega de Gonçalves formado na UFSM em 1990, Sérgio Luiz Gadini.

Gadini estudava, com base na semiologia e na análise de discurso francesa, o acontecimento jornalístico. Mantém como uma de suas principais fontes “O Segredo da Pirâmide” e a definição do jornalismo como forma de conhecimento, porém com uma chave teórica diferente do marxismo utilizado por Genro Filho. O livro é utilizado principalmente em uma parte de um capítulo para descrever “a singularidade do acontecimento jornalístico”.

Antes da apresentação de sua dissertação, em 1993, Gadini e Gonçalves lançaram a revista acadêmica Pauta Geral, uma publicação sobre jornalismo, no contexto das revistas de Comunicação existentes à

---

<sup>144</sup> O debate conceitual e as consequências da apropriação das ideias de Genro Filho pela vertente do Construcionismo Social é um tema de pesquisa que merece um estudo específico, sendo apenas tangenciado neste trabalho. Uma discussão pertinente sobre o assunto foi realizada por Meditsch (2010).

<sup>145</sup> Gonçalves também reserva críticas à abordagem de Tuchman, mas afirma ser uma contribuição o uso da “construção social” como fundamento para entender a relação entre “discurso jornalístico” e “real/mundo”.

época. A revista era anual e servia como espaço para divulgação dos textos dos editores e também dos estudantes de graduação e mestrado próximos a Gonçalves. A revista também realizava entrevistas e recebia colaborações de pesquisadores nacionais e internacionais. O primeiro número traz em sua abertura uma entrevista com o professor da Universidade Nova de Lisboa, Adriano Duarte Rodrigues. Gonçalves publicou “A simulação do fato jornalístico na galáxia dos fariseus”, uma adaptação de um capítulo de sua dissertação que discute conceitos de “O Segredo”. Gadini escreveu um artigo sobre a imprensa sindical. Esta primeira edição apresenta textos de Nilson Lage (UFSC), Sônia Aguiar (UFF), Rosa Nívea Pedroso (UFRGS), Victor Gentilli (UFES) e Derval Gólzio (UFPB).

O segundo e o terceiro números da revista são editados por Elias Gonçalves e Emiliano José (professor da UFBA). Na segunda edição, Sérgio Gadini apresentou alguns resultados de sua dissertação, citando Genro Filho, mesma situação de Gonçalves, que publicou outra adaptação de capítulo de seu mestrado. Nessa edição, a mestranda pela UFBA Sandra Moura também expôs artigo citando “O Segredo”. O número 3 traz um bloco de textos sobre jornalismo político, objeto de projeto de pesquisa de Gonçalves, contando com textos dele e das graduandas Clarissa Mello e Tattiana Teixeira. A Pauta Geral somente retornou em 2002, sob a edição de Tattiana Teixeira, com periodicidade anual. A publicação foi encerrada em 2007 e somente retorna em 2014, agora como revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, sob a coordenação da professora Paula Melani. O Programa de Jornalismo é, atualmente, coordenado por Sérgio Luiz Gadini e Tattiana Teixeira integra o corpo docente.

Os alunos da pós-graduação e da graduação vinculados a Gonçalves e a professores como Antônio Canelas Rubim e Wilson Gomes no período a partir de 1995 até meados de 2000, passaram a constituir grupos de discussão que incluíam “O Segredo da Pirâmide” como referência. Tattiana Teixeira (2007, p. 35) expõe que nos idos de 1996, os estudantes, com apoio de professores, criaram “Teorias de Quinta” que, entre os participantes contava com Carlos Eduardo Franciscato, Josenildo Guerra e Roseméri Laurindo, todos atualmente doutores, com teses defendidas sobre jornalismo e que discutem conceitos de Genro Filho. Gonçalves, em entrevista para nossa tese, cita também Lia Seixas e Mônica Celestino e o trabalho de mestrado de Luiz Marfur chamado “A curva e a pirâmide”. Alguns desses estudantes foram responsáveis, posteriormente, por organizar a revista “Temas em

Comunicação e Cultura Contemporâneas”, com resultados de pesquisa na pós-graduação.

Elias Machado Gonçalves fez seu doutorado na Universitat Autònoma de Barcelona de 1996 a 2010, sob a orientação do professor e teórico do jornalismo e da comunicação Miquel Rodrigo Alsina, com a tese “*La estructura de la noticia en las redes digitales (un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo)*”. Nesta tese, Gonçalves (2000) mantém a concepção de jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular e que o processo de conhecimento é resultado da construção humana. Porém, diferente do intento que o mobilizou na dissertação, Gonçalves não dedica críticas ao texto de Genro Filho.

Em 2003, em uma união de pesquisadores do Brasil, como Eduardo Meditsch, Francisco Karam, Marcia Benetti Machado (UFRGS), Luiz Gonzaga Motta (UNB), Victor Gentili (UFES) e Dione Moura (UNB), Elias Machado Gonçalves participou da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Durante sua gestão, como primeiro presidente da entidade, foi também instituída a revista *Brazilian Journalism Research*, publicação que em seus primeiros números foi exclusivamente em inglês e que, posteriormente, ficou bilíngue. A intenção foi divulgar a pesquisa brasileira no cenário internacional. Outra ação da gestão de Machado na diretoria foi a criação do Prêmio Adelmo Genro Filho de pesquisa em jornalismo.

*Esta foi uma decisão difícil porque temos vários nomes de pesquisadores célebres que contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas em Jornalismo no país, muitos deles ainda vivos. Como presidente da SPBJOR e um dos responsáveis pela proposição do prêmio, uma das sugestões que fiz foi de que deveríamos homenagear colegas já falecidos. Dentre os nomes que foram defendidos na assembleia geral os mais votados foram Adelmo Genro Filho, Pompeu de Souza, Danton Jobim, Carlos Rizzini e Barbosa Lima Sobrinho. Eu, desde o primeiro momento, defendi que o patrono do nosso prêmio deveria ser o Adelmo por um motivo muito simples: o Adelmo é um pesquisador seminal para os estudos do jornalismo, que apresentou uma contribuição, em nível mundial, para o que se pode definir como teorias sobre o jornalismo (Elias Machado Gonçalves).*

Nas páginas da *Brazilian Journalism Research*, Gonçalves (2005) considera o Jornalismo em três dimensões, como prática profissional que exige conhecimento, como objeto de pesquisa específico e como campo de ensino especializado. Para fundamentar essas considerações, ele lista um conjunto de autores e livros que constituem as teorias do jornalismo e o que seria o saber institucionalizado de um campo específico de conhecimento legítimo no interior das Ciências da Comunicação. Entre as teorias listadas está “O Segredo da Pirâmide” e o seu “A Dialética do Discurso Jornalístico”.

Acompanhando sua esposa (Tattiana Teixeira) que passou em concurso para o curso de Jornalismo da UFSC, Machado transfere-se da UFBA em 2006. Em 2007, os dois integraram o corpo docente do Mestrado em Jornalismo da UFSC. Porém, três anos depois, ele passou a condição de colaborador no Programa e hoje não está na lista dos docentes credenciados – situação igual a de Tattiana Teixeira.

A reconstituição desse percurso de “O Segredo da Pirâmide” entre os pesquisadores da UFBA, tomando a trajetória de Elias Machado Gonçalves como referência, oferece uma explicação superficial de outra linha de recepção e divulgação do nome de Genro Filho. Evidenciamos que as trajetórias desses diferentes sujeitos que passaram pela UFBA divergem quanto ao modo de apropriação dos conceitos de Genro Filho. Há uma corrente que adota a adaptação do construcionismo social de origem estadunidense para divulgar a concepção de jornalismo como forma de conhecimento. Outros como Josenildo Guerra, centram suas pesquisas no tema da objetividade (mestrado) e da linguagem (doutorado), com críticas a “O Segredo” devido à prevalência, no livro, da subjetividade frente à objetividade. Assim como Gonçalves (2000), os pesquisadores e pesquisadoras desdobraram os conceitos de Genro Filho a outras temáticas do jornalismo. Carlos Franciscato (em 2003) discutiu em sua tese a atualidade e Tattiana Teixeira (em 1998 e 2004) propôs interpretações sobre a natureza das charges (dissertação) e das crônicas jornalísticas (doutorado). Rosémeri Laurindo (em 2005) dedicou-se, em sua tese na Universidade Nova de Lisboa, a explicar a questão da autoria no jornalismo e Sérgio Gadini (em 2004), na tese realizada na Unisinos, as práticas jornalísticas nos cadernos culturais.

\*\*\*

Como embasamento para as afirmações que realizamos até esse momento e também para deprendermos novas evidências do modo como “O Segredo da Pirâmide” foi recepcionado por professores,

pesquisadores e jornalistas, realizamos uma intensiva pesquisa bibliográfica para rastrear os textos que trazem na bibliografia, mencionam, utilizam como referência secundária, como principal referência, discutem conceitos ou versam sobre “O Segredo da Pirâmide”. Essa pesquisa está inserida em um inventário mais amplo que realizamos sobre toda e qualquer menção a Genro Filho presente na produção acadêmica brasileira, o qual não terá seus resultados analisados nessa oportunidade.

A estratégia de pesquisa partiu da análise das referências que resultaram de busca no Portal Capes de Periódicos, na Base Scielo, no Banco de Teses da Capes e no Google Acadêmico com o descritor “Genro Filho”. Dessa pesquisa, selecionamos os artigos, capítulos de livros e comunicações em eventos que trazem ao menos uma menção a “O Segredo da Pirâmide” no texto ou nas referências. Adicionamos a essa base os artigos que citam o livro presentes na Pauta Geral. Adicionamos também capítulos de livros de nosso conhecimento prévio. O período da pesquisa junto às bases foi de 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014. Com o descarte de textos que não conseguimos acesso, foi constituído um banco com 411 itens, relativos a artigos, comunicações em eventos e capítulos de livro.

Como a maioria das revistas da área de Comunicação não está indexada à base Scielo, grande parte do resultado alcançado adveio da pesquisa no Goggle Acadêmico. Esta ferramenta apresenta comunicações em eventos e livros que citam “O Segredo”, característica que a converteu em nossa principal fonte de busca. Além disso, parte significativa das principais revistas acadêmicas em Comunicação do país disponibiliza seus artigos na íntegra na internet, como o caso da Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Ponderamos que não oferecemos a totalidade das referências ao livro pela impossibilidade, para o intento da nossa tese, em consultar todos os periódicos e livros em formato impresso e/ ou resultados ignorados pelos motores de busca utilizados.

No caso dos livros, dissertações e teses, reservamos a menção apenas àquelas que aparecem nas pesquisas, produtos dos autores que mais produzem artigos e comunicações sobre “O Segredo” e aqueles que são de nosso conhecimento prévio. Importante mencionar que, em pesquisa nos resumos de teses e dissertações do Banco de Teses da Capes realizado em agosto de 2012 e dezembro de 2014, apenas seis traziam o descritor “Genro Filho” no resumo, palavras-chave ou título. Além destas, a pesquisa no Google Acadêmico ofereceu, até setembro

de 2014, 125 dissertações e 27 teses que referenciam Genro Filho e “O Segredo da Pirâmide” no corpo do texto e/ou nas referências.

O nosso intento é o de apresentar um mapa da produção sobre “O Segredo da Pirâmide” no país. Para isso utilizamos como base de análise os 411 textos entre artigos, capítulos de livro e comunicações em eventos. Utilizamos dados das dissertações, teses e livros encontrados para complementar as informações já dispostas na base. Mantivemos alguns artigos e comunicações fora da base pela impossibilidade de acesso ao documento, esgotadas todas as tentativas para tanto. Nesse banco de 411 textos, analisamos as seguintes categorias:

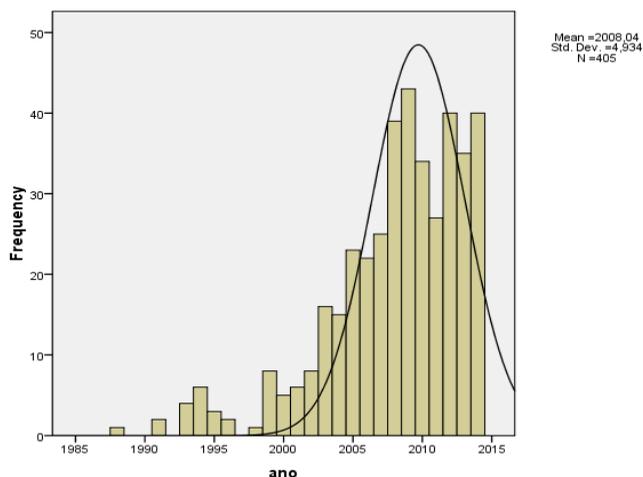
- a) Quem são os autores que mais mencionam “O Segredo”;
- b) Qual a formação desses sujeitos (local e ano de graduação, mestrado e doutorado, bem como seus orientadores);
- c) O local de origem do pesquisador no momento da publicação;
- d) O tipo de publicação (se capítulo de livro, artigo em periódico ou comunicação em evento);
- e) O espaço de publicação (nome do periódico, entidade organizadora do evento);
- f) Qual a forma de referencia a “O Segredo” (exclusivamente na bibliografia, menção no texto, como referência secundária, como principal fundamentação, se discute conceitos ou se analisam o livro);
- g) Qual a valência ao livro, se há críticas (negativa) ou se o livro é exclusivamente utilizado como apoio (positiva);
- h) E uma síntese de como “O Segredo” é trabalhado nesses textos (apresentadas por extenso nos comentários).

O nosso inventário é constituído por 411 textos, divididos em 218 artigos, 168 comunicações em eventos, 24 capítulos de livro e uma entrevista. As revistas que mais publicaram artigos citando “O Segredo” foram a revista da Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC “Estudos sobre Jornalismo e Mídia” (18 textos); a Pauta Geral – revista fundada em Salvador, com edições em Florianópolis e atualmente revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG – (16 textos), a Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – vinculada à Universidade da Beira do Interior de Portugal – (15 textos) e a *Brazilian Journalism Research*, revista da SBPJOR, com sete textos. As comunicações foram realizadas, em sua maioria, em Encontros da SBPJOR (36), em Congressos Nacionais da Intercom (34) e em Congressos Regionais da Intercom (41 no total, sendo 12 no Sul, 12 no Sudeste, 06 no Norte, 06 no Nordeste e 05 no Centro-Oeste).

Os textos do banco foram escritos por 252 autores, sendo que 185 pesquisadores somente referenciaram o livro em um único trabalho. A

maior parcela dos pesquisadores (179) eram doutores no momento da publicação de cada artigo/ comunicação/ capítulo, 62 estavam em processo de doutoramento, 83 declararam-se mestres, 49 mestrandos, 20 graduados e 18 graduandos. As publicações estão concentradas a partir de 2006, o que pode ser explicado devido às datas de formação dos autores (como veremos mais adiante) e pela disponibilidade dos textos para pesquisa.

**Gráfico 1: Publicações sobre “O Segredo da Pirâmide” nos últimos 27 anos**



Fontes: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Base Scielo, revistas acadêmicas em Comunicação e Jornalismo. Período de acesso: 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014.

Org.: PONTES, Felipe Simão.

Eduardo Meditsch é o pesquisador que mais utiliza “O Segredo da Pirâmide”, com 16 textos diferentes. Além dessas referências presentes no banco, há outros cinco textos que não foram incluídos porque um não foi localizado e quatro resultam da publicação de um mesmo texto em diferentes veículos. Meditsch utiliza “O Segredo” como uma de suas principais referências em sua dissertação e o menciona na tese. Ressaltamos mais uma vez que Meditsch teve papel importante na transformação do curso de Jornalismo UFSC, foi diretor científico da primeira diretoria da SBPJOR (2003-2005) e integrou o conselho científico da segunda diretoria (2005-2007). Foi o primeiro

coordenador do Mestrado em Jornalismo da UFSC e integrou a comissão responsável pela elaboração das Novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo do país. É diretor da série “Jornalismo a Rigor” da Editora Insular de Florianópolis, além de coordenar edições de livros que saem sob o selo Comunicação e Jornalismo desta editora. Meditsch é graduado pela UFRGS (1979), mestre em Comunicação/Jornalismo pela USP (1990, com orientação de Wilson da Costa Bueno) e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (1997, sob orientação de Nelson Traquina).

A segunda pesquisadora que mais publicou referenciando o livro de Genro Filho foi Tattiana Gonçalves Teixeira, com 12 textos. Atualmente é professora do curso de Jornalismo da UFSC (desde 2005), integrou o Mestrado em Jornalismo da UFSC de 2007 a 2010 e é professora do Mestrado em Jornalismo da UEPG desde 2013. A autora possui dissertação e tese em que utiliza Genro Filho como parte de seu referencial teórico. Toda sua formação foi na UFBA, graduada em 1996, mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea em 1998 (com orientação de Antônio Rubim) e doutora pelo mesmo programa em 2004 (orientação de Wilson Gomes). Integrou a diretoria editorial da SBPJOR de 2007 a 2011 e foi editora da Revista Pauta Geral de 2002 a 2007.

Elias Machado Gonçalves teve oito registros e também é professor da UFSC, desde 2006. Formado em Jornalismo pela UFSM em 1989, mestre em Comunicação pela UFRJ em 1992 (sob orientação de Nilson Lage), mestre e doutor em Jornalismo pela Universitat Aberta de Barcelona (1998 e 2000, respectivamente, sob orientação de Miquel Rodrigo Alsina). Sua dissertação discute e se fundamenta em “O Segredo da Pirâmide” e sua tese utiliza o livro como parte das referências. Foi docente da UFBA de 1993 a 2006. Foi orientador de graduação de Tattiana Teixeira. Fundou a Revista Pauta Geral e foi seu editor. Foi um dos professores fundadores da SBPJOR, sendo seu presidente de 2003 a 2007. Integrou a equipe de fundação do Mestrado em Jornalismo da UFSC, permanecendo no corpo do Programa até 2010.

Com o mesmo número de registros de Gonçalves, Sérgio Luiz Gadini também é graduado pela UFSM (1990), fez mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea na UFBA (1994, com orientação de Wilson Gomes) e doutorado pela Unisinos (2004, orientação de José Luiz Braga). Fez doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa, sob a supervisão de Nelson Traquina. Sua dissertação, sobre acontecimento jornalístico, discute “O Segredo da Pirâmide” em um capítulo. Sua tese também utiliza “O Segredo” como

referência secundária. Fundou a revista Pauta Geral juntamente com Elias Gonçalves e foi editor de seu primeiro número. É professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa desde 1997, sendo um dos professores fundadores do mestrado em Jornalismo da instituição (o segundo do país) e seu primeiro coordenador. Foi presidente do FNPJ de 2010 a 2012.

Os quatro pesquisadores que mais citam Genro Filho possuem relações cruzadas e, de certa forma, sintetizam alguns dados que veremos posteriormente. Três deles são gaúchos (dois formados em Comunicação Social/ Jornalismo pela UFSM, a mesma graduação de Genro Filho), três tiveram passagem pela UFBA nos anos 1990, três foram editores da Pauta Geral e três, atualmente, são professores da UFSC. Todos atuaram ou atuam nos dois programas de Mestrado em Jornalismo do país.

Após os quatro mais citados, há três pesquisadores com seis publicações: Gislene da Silva (professora da UFSC desde 2003 e doutora em Ciências Sociais/ Antropologia pela PUC-SP), Liriam Sponholz (doutora pela Universität de Leipzig em 2007) e Felipe Pontes (graduado pela UEPG e mestre em Jornalismo pela UFSC). As publicações de Silva sobre “O Segredo” tiveram início em 2003 e correspondem ao ano de sua entrada na UFSC sendo, posteriormente, incrementada quando a professora (também fundadora) inicia suas atividades no Mestrado em Jornalismo. Parte de suas análises sobre teoria do jornalismo é resultado de seus estudos de pós-doutorado realizado em 2008-2009 na USP (sob supervisão de Maria Imacolatta Vassalo Lopes). Silva foi coordenadora do Mestrado em Jornalismo da UFSC de 2010 a 2012 e é Secretária Geral da Compós desde 2013. Liriam Sponholz tem todos os textos concentrados no período de 2004 a 2009. São partes e desdobramentos de sua tese, *Objektivität in Journalismus. Begriffe und Praxis in Brasilien und in Deutschland* (A objetividade no jornalismo. Termos e prática no Brasil e na Alemanha), apresentada em 2007 na Universität de Leipzig. A tese foi publicada pela Série Jornalismo a Rigor da Editora Insular com o título “Jornalismo e Objetividade: para além dos espelhos e das construções”. No livro, Sponholz (2009) afirma que o jornalismo é uma forma de conhecimento que se diferencia da ciência, comparando as proposições de Karl Popper e Genro Filho. Sponholz também traduziu “O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais”, parte da grande obra do teórico do jornalismo alemão Otto Groth, publicado pela Editora Vozes em 2011. Por sua vez, as nossas publicações sobre “O Segredo” são resultado da dissertação “Teoria e História do Jornalismo:

desafios epistemológicos”, defendida em 2009, com a orientação da professora Gislene da Silva.

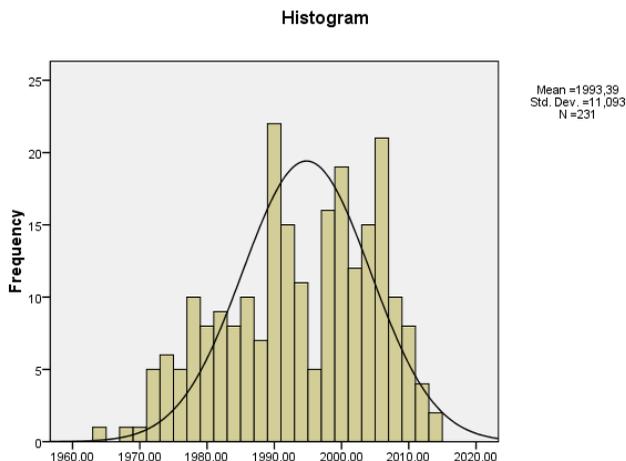
Ao retornar para análise geral dos 252 autores dos 411 textos, evidenciamos que a maior parte graduou-se no Rio Grande do Sul (60 autores). Desses 60, destaque para a FACOS/UFSM, local de graduação de 20 deles. Os 60 autores gaúchos produziram 116 textos citando “O Segredo da Pirâmide”, sendo que 45 foram feitos por formados na UFSM. Essa influência de “O Segredo” sobre os graduados da UFSM tem algumas relações com as posições que alguns desses sujeitos tomam nas pós-graduações. Rosa Nívea Pedroso (formada em 1976) foi a primeira professora de Teoria do Jornalismo do Brasil, na UFRGS. Oito pesquisadores que citam “O Segredo” eram graduandos quando ocorreu o lançamento do livro (formaram-se em 1988, 1989 e 1990), entre eles Elias Machado, Sérgio Luiz Gadini, Carlos Franciscato (presidente da SBPJOR de 2007 a 2011 e também mestre e doutor pela UFBA), Márcia Benetti (integrante da linha de Pesquisa em Jornalismo e Processos Editoriais<sup>146</sup> do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e integrante de diferentes diretorias da SBPJOR) e Márcia Franz Amaral (professora da Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UFSM).

Depois do Rio Grande do Sul, os pesquisadores que citam Genro Filho graduam-se em São Paulo (44 autores), com a publicação de 61 textos. Destaque para os 12 autores graduados na USP que, por sua vez, apresentaram apenas um texto sobre “O Segredo” cada. Os pesquisadores que se graduam em Minas Gerais são 25 e produziram 41 textos. Os fluminenses são 16 e 28 textos. Em seguida temos Bahia (14 autores e 34 textos), Santa Catarina (13 autores e 17 textos) e Paraná (11 autores e 21 textos). Por sua vez, o ano de graduação é relativamente disperso, com um número alto de graduados no ano de 1990, 2000, 2003 e 2006 (Gráfico 2).

---

<sup>146</sup> A professora Dra. Virgínia Pradelina Fonseca – formada em 1985 pela UFSM - também integra essa linha de pesquisa e também possui textos citando “O Segredo da Pirâmide”.

**Gráfico 2: Ano de graduação dos pesquisadores que citam “O Segredo da Pirâmide”**



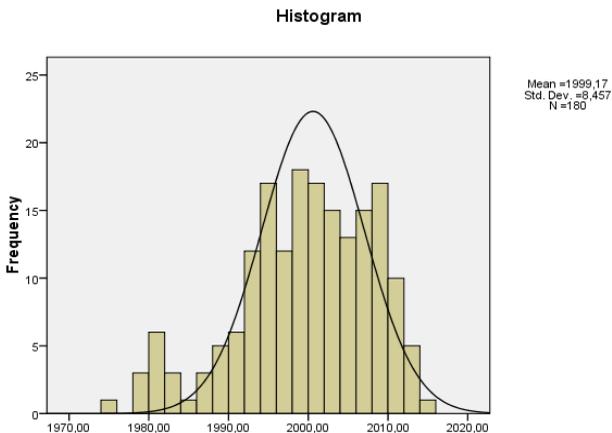
Fontes: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Base Scielo, revistas acadêmicas em Comunicação e Jornalismo. Período de acesso: 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014.

Org.: PONTES, Felipe Simão.

Os pesquisadores com mestrado que citam Genro Filho (181 autores) tiveram sua formação principalmente na UFBA (19 autores e 46 textos) e na USP (19 autores e 43 textos). As duas universidades atraíram pesquisadores graduados no Rio Grande do Sul e em seus estados (Bahia e São Paulo, respectivamente). Lembramos que os primeiros cursos de mestrado em Comunicação do Rio Grande do Sul (UFRGS, Unisinos e PUC-RS) tiveram início no final dos anos 1990, o que direcionou uma geração de pesquisadores para os programas de São Paulo (USP, UMESP e PUC-SP), para UFBA, UFRJ e UnB. Desses programas, o da UFBA era o mais recente e, como já vimos, a migração de pesquisadores gaúchos e a formação de um núcleo de pesquisa em jornalismo favoreceram a divulgação do livro de Genro Filho por lá. Há,

entretanto, uma tendência de mudança, pois o recente curso de Mestrado em Jornalismo da UFSC estimula seus pesquisadores a seguirem a tradição de divulgar/ discutir o trabalho de Genro Filho. Assim, 15 autores e 21 textos são oriundos da UFSC. A UFRJ é o local de mestrado de 13 autores (que produziram 30 textos), a UFRGS, 12 autores e 17 textos, a Umesp, 12 e 16 e a UnB 10 e 18. Podemos observar no gráfico 2 que o ano de formação no mestrado tem uma distribuição quase constante de 1996 a 2008, com destaque para o ano de 1998.

**Gráfico 3: Ano de mestrado dos pesquisadores que citam “O Segredo da Pirâmide”**



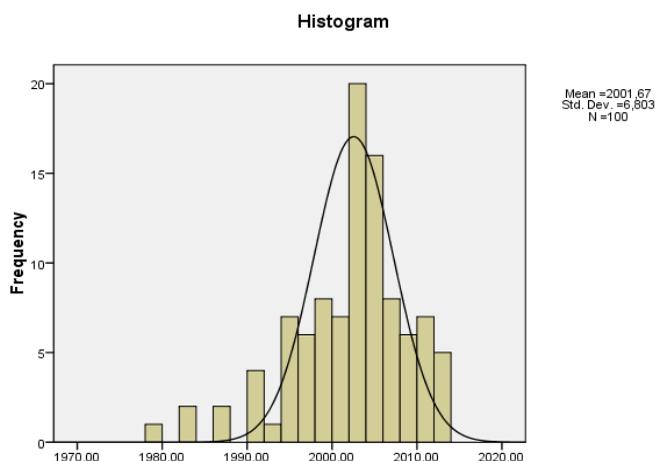
Fontes: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Base Scielo, revistas acadêmicas em Comunicação e Jornalismo. Período de acesso: 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014.

Org.: PONTES, Felipe Simão.

Os pesquisadores que realizaram doutorado (102 autores) fizeram seus cursos, em sua maioria, na USP (25 autores e 32 textos) e na UFRJ (12 autores e 22 textos). Essa predominância nos cursos mais tradicionais é justificada pela estrutura da pós-graduação em Comunicação no Brasil, em que, até 2006, dos 10 programas com teses defendidas, apenas três destes tinha mais de 100 trabalhos (USP, PUC-RS e UFRJ) e a USP, como a maior pós-graduação, já contava com mais de 700 teses defendidas (PONTES, 2009, p. 184). Consequentemente,

realizando a devida contextualização, seria natural que a pós-graduação da ECA fosse a com mais trabalhos *stricto sensu* e o estado de São Paulo, por ter o maior número de cursos de graduação em Jornalismo (MICK, 2012), apresentasse o maior número de trabalhos. Porém, as referências sobre Genro Filho contrariam em muitos aspectos os dados gerais. O uso do ano de 2006 como referência é justificado pelo gráfico 4, em que indicamos os anos em que ocorreram mais defesas de teses dos 101 pesquisadores em tela, 2003, 2004 e 2005.

#### Gráfico 4: Ano de doutorado dos que citam O Segredo da Pirâmide



Fontes: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Base Scielo, revistas acadêmicas em Comunicação e Jornalismo. Período de acesso: 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014.

Org.: PONTES, Felipe Simão.

Os últimos dados que nos ajudam a reconhecer as universidades brasileiras em que o texto de Genro Filho exerce mais influência são provenientes das instituições de origem informadas pelos pesquisadores no momento em que publicaram/ apresentaram o texto. Esses dados permitem que localizemos como as universidades em que trabalham, os grupos de pesquisa a que pertencem se constituem em espaços promotores da produção utilizando “O Segredo da Pirâmide” como bibliografia. A UFSC, como era de se esperar, é disparada a instituição de origem dos textos que citam Genro Filho, com 67 trabalhos (16,3%),

seguida pela UFBA, 29 textos, UFRGS (20), UFSM (15) e USP (12). A UFSC também reúne a maior quantidade de autores que produziram sobre Genro Filho, 29 autores, a maior parte de professores atualmente vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e de seus pós-graduandos. Outra informação de relevo, Elias Machado Gonçalves, mesmo tendo saído da UFBA em 2006, tem quase toda sua produção vinculada a esta universidade, representando um quarto da produção da instituição baiana sobre Genro Filho. Na UFSM, a professora que mais cita Genro Filho em sua produção é Márcia Franz Amaral. Na UFRGS e na USP, a produção que menciona Genro Filho é mais diluída, pois na primeira a preponderância se subdivide entre a estudante de pós-graduação Márcia Veiga da Silva, sua orientadora Virgínia Pradelina da Fonseca e a professora Rosa Nívea Pedroso. Por sua vez, a USP tem toda a produção dividida, com apenas um texto por autor. Quando aglutinamos as universidades em estados de origem dos autores dos 411 artigos, permanece a prevalência dos que trabalham ou estudam em Santa Catarina (79 textos) e no Rio Grande do Sul (69 textos). São Paulo, como o estado que tem o maior número de cursos de Jornalismo e as instituições mais tradicionais de pós-graduação da área aparece com 50 textos. Em seguida, Bahia com 44 textos, Minas Gerais (34 textos) e Rio de Janeiro (29).

Todas essas informações nos credenciam a confirmar grande parte do percurso argumentativo que realizamos até esse momento. A maior parte dos pesquisadores que utilizam “O Segredo da Pirâmide” como bibliografia formou-se no Rio Grande do Sul, e dentre estes parte significativa na UFSM; realizou seu mestrado na UFBA e na USP; e doutorou-se na USP. Porém, esse processo de formação na USP não reverte para a produção vinculada prioritariamente a essa instituição, resultado da oferta de pós-graduações em Comunicação no Brasil e da especificidade em Jornalismo que a instituição adotou até 2001. Revelado o quadro da formação, apontamos que os autores estão vinculados majoritariamente à UFSC e às instituições universitárias do Rio Grande do Sul. Destacamos também a referência à UFBA, o que a constitui um núcleo de produção sobre “O Segredo”.

Essa “zona de influência” de “O Segredo”, que de forma predominante contorna o eixo de maior produção acadêmica em Comunicação e da mídia nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), coincide com linhas de força importantes no processo de institucionalização acadêmica do jornalismo. O Departamento de Jornalismo da ECA-USP e a especificidade em Jornalismo presente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação até 2001 foi um grande local

de produção de trabalhos para o Jornalismo. Parte dessa centralidade deslocou-se para a Universidade Metodista de São Paulo, tendo como centro aglutinador de influência o trabalho de José Marques de Melo<sup>147</sup>. Porém, dizer que José Marques de Melo é uma referência político-acadêmica central para a compreensão do ensino e da pesquisa em Jornalismo (foi ele, por exemplo, quem presidiu a comissão para as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo), é, em certa medida, falar mais do mesmo. Podemos dedicar a José Marques de Melo papel importante nos estudos de Relações Públicas, Folkcomunicação, História e Teoria da Comunicação e da Mídia. José Marques de Melo fundou (ou ajudou a fundar) a maioria das instituições acadêmicas da Comunicação no Brasil (participou da formação da Intercom, da Alaic, da Lusocom, da Confibercom, da Socicom, da Rede Alcar etc). A influência da teoria de Genro Filho não coincide com a ECA e com o trabalho de José Marques de Melo em parte porque “O Segredo da Pirâmide” é resultado de um conjunto de críticas ao que se produzia na ECA-USP e ao que Marques de Melo produzia.

Afora essas linhas de forças, podemos realizar algumas afirmações que confirmam as zonas de institucionalização do jornalismo a pessoas e locais que alegam influência da teoria de Genro Filho. A começar pelas pós-graduações. As duas pós-graduações acadêmicas em Jornalismo, na UFSC e na UEPG<sup>148</sup>, são instituídas preponderantemente por gaúchos, tendo seus primeiros coordenadores (Eduardo Meditsch e Sergio Luiz Gadini) entre aqueles que mais citam “O Segredo”. Das três linhas de pesquisa mais antigas específicas em Jornalismo das pós-graduações, duas estão no Rio Grande do Sul (UFRGS e Unisinos). A outra é a linha Jornalismo e Sociedade da UnB.

Entre as revistas atualmente em circulação e que surgiram nos últimos 30 anos, a Pauta Geral começou na Bahia por iniciativa de Elias

---

<sup>147</sup> Foi José Marques de Melo o responsável pela reforma da Escola de Comunicação da USP, local que se transformou em modelo para os demais cursos do país e também de onde irradiavam as críticas e propostas para as reformas curriculares dos cursos de Comunicação Social.

<sup>148</sup> No caso da UEPG, embora grande parte de seus professores não sejam gaúchos, um número significativo deles fez doutorado na Unisinos (Marcelo Engel Bronoski, Hebe Gonçalves e Cíntia Xavier) com tese sobre jornalismo. Paula Melani, atualmente professora do Mestrado, tem trabalhos citando Genro Filho (5 textos) e tratando Jornalismo como forma de conhecimento. Carlos Alberto Sousa foi aluno de Genro Filho na UFSC e integra o departamento da UEPG. Tattiana Teixeira, professora da UFSC, faz parte do mestrado. Além de Sérgio Luiz Gadini, importante liderança do departamento.

Machado Gonçalves e Sérgio Luiz Gadini. A segunda, a PJBR, é resultado do trabalho de José Marques de Melo na USP e a terceira é de Estudos de Jornalismo e Mídia da UFSC. O surgimento do GT de Jornalismo da Intercom, por iniciativa de José Marques de Melo, teve entre seus primeiros participantes, textos de Gonçalves e Gadini. O GT em Jornalismo da Intercom passou a ser o maior do evento desde a sua fundação (MARQUES DE MELO, 1994; GONÇALVES, 2007).

O FNPJ surgiu como ideia em 1994, em um Seminário de Atualização dos Professores de Jornalismo promovido pelo curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Unicamp. A proposta foi encaminhada no Congresso da Intercom do mesmo ano. Após encontros paralelos a cada Intercom, o Fórum foi formalizado em seu VII Encontro, realizado em Florianópolis em 2004. Foram momentos importantes para a consolidação do FNPJ as participações no Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, promovido pela FENAJ, em maio de 1997, em Vila Velha/ES (que teve como resultado as Bases para um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade de Ensino da FENAJ); e o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, promovido em conjunto com a FENAJ (que resultou na Carta de Campinas, igualmente referenciado acima).

Em seus oito primeiros anos, a SBPJOR foi presidida por dois professores graduados pela UFSM e vinculados ao programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA: Elias Machado Gonçalves (2003-2007) e Carlos Franciscato (2007-2011). A maior parte dos professores das diretorias da SBPJOR até 2010 tinha formação no Rio Grande do Sul. Mesmo com a presença de duas presidentes fora do Rio Grande do Sul (Dione Moura, da UnB, de 2011 a 2013; e Cláudia Lago, da Anhembi Morumbi/ USP, desde 2013), a diretoria permanece com número significativo de pesquisadores que desenvolveram ao menos parte de sua trajetória acadêmica no Rio Grande do Sul. A maior parte dos artigos publicados em muitos dos congressos da SBPJOR é de pesquisadores oriundos de faculdades gaúchas e da UFSC, mesmo em congressos fora desses estados. Relembramos, por fim, que o principal prêmio de pesquisa em jornalismo do país, oferecido pela SBPJOR, chama-se Prêmio Adelmo Genro Filho.

Essas coincidências, menos do que determinações, revelam que o espaço de recepção da teoria de Genro Filho passa pelos espaços de institucionalização do campo de ensino e pesquisa do Jornalismo do país. A necessidade de uma teoria do jornalismo, a demarcação da especificidade do objeto, as críticas às teorias da comunicação, a

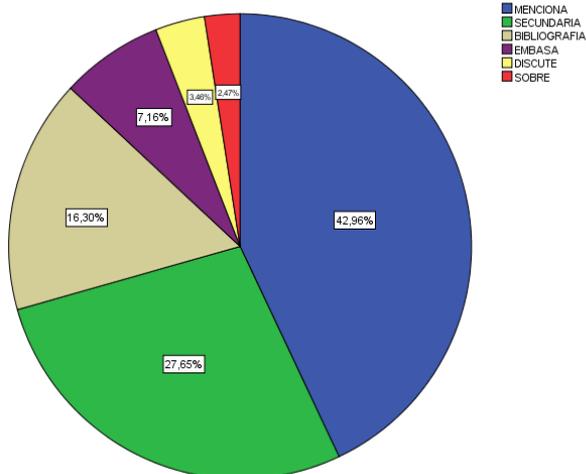
associação de teoria e prática e a afirmação de que “o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular” são proposições do livro que se aglutinam não somente na qualificação da explicação da profissão, como oferecem subsídios para a busca por legitimidade política e epistemológica de professores e pesquisadores.

A institucionalização da pesquisa e, principalmente, uma vontade de institucionalizar, de pesquisar, associa-se a um grupo que se constitui na periferia do poder e do conhecimento da Comunicação no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e, de certa forma, há um enfrentamento simbólico ao que é produzido nesse centro (CASANOVA, 2002). Outra informação relevante e que merece estudos mais aprofundados são as causas estruturais que mobilizam os jornalistas, professores e pesquisadores do Rio Grande do Sul e do Sul do Brasil a defenderem com mais ênfase a especificidade da pesquisa em Jornalismo do que seus colegas de outros estados. Portanto, entendemos que ao estudar “O Segredo da Pirâmide” consideramos características mais amplas da forma como esse grupo se organizou e vem se legitimando, principalmente na última década. Como, mais especificamente, a defesa de teorias do jornalismo passou a ser estratégica para a legitimação epistemológica e política de professores e pesquisadores.

\*\*\*

Tratamos de uma geografia da recepção de “O Segredo da Pirâmide”, mas não da qualidade dessas colaborações. Como citam “O Segredo”? Em que conceitos mais se apoiam? Podemos afirmar que o livro não possui tantas citações e usos frente ao tempo em que está em circulação. Mesmo sendo estratégico para o jornalismo, seu conhecimento não é intensivo, os professores em sala de aula aplicam-no pouco e mesmo na pós-graduação, seu entendimento costuma se reduzir a uma aula. São poucas as abordagens detidas de conceitos do livro e não há qualquer trabalho de pós-graduação que invista exclusivamente em sua análise. Há capítulos de livros, de dissertações e de teses, alguns artigos e poucas comunicações que resenham o que está escrito no livro, questionam alguns de seus conceitos e, principalmente, apoiam-se em suas concepções. O que mais há são menções, citações de trechos para reforçar argumentos, utilização como referência secundária e a simples inclusão nas referências. Essa avaliação fica evidenciada quando demonstramos como o livro é citado pelos 411 textos de nosso banco.

**Gráfico 5: Forma como “O Segredo da Pirâmide” é citado**



Fontes: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Base Scielo, revistas acadêmicas em Comunicação e Jornalismo. Período de acesso: 01 de maio de 2012 a 29 de dezembro de 2014.

Org.: PONTES, Felipe Simão.

Dentre os 411 textos, 66 apenas citam o livro na bibliografia. Consideramos que esses autores precisaram comprovar a leitura do livro, ou indicar que sabiam de sua existência, mesmo não o citando explicitamente no texto. A maior parte dos textos analisados, 178, apenas mencionam “O Segredo”, fazem alusão a determinado conceito do livro ou utilizam um trecho pequeno. Completam a maioria dos textos, os 113 que trazem Genro Filho como referência secundária. Nosso entendimento, nesse último item foi que o autor de cada texto declarou expressamente seu embasamento teórico por outras obras, ou que as referências a Genro Filho não são preponderantes. Esses textos, em sua maioria, mencionam Genro Filho ou o utilizam como parte de suas referências para dizer que o jornalismo é uma forma de conhecimento ou para definir o resultado da atividade jornalística como cristalizado no singular (em relação ao particular e ao universal). Outras menções e referências são para conceituar notícia, lead, criticar a Escola de Frankfurt, criticar o que Genro Filho chama de “o paradigma do

artesão” (ou seja, de que é possível uma comunicação popular que se equivala à atividade jornalística), para criticar a objetividade, a neutralidade, para citar o papel da teoria para as transformações do curso de jornalismo da UFSC, para reforçar a existência e a necessidade de teorias do jornalismo, entre outros temas.

Os textos qualitativamente mais pertinentes para nosso estudo somam 54: 11 são sobre “O Segredo”, 13 discutem conceitos do livro e 30 tomam-no como principal referência. A maioria destes textos continua sendo da UFSC, a maior parte dos graduados são da UFSM e do Rio Grande do Sul e a mesma assimetria com os dados gerais são encontrados na formação de mestrado e doutorado dos autores. Os textos estão escritos sob a forma de artigos (32), reduzindo bastante a proporção de comunicações (12) e aumentando a de capítulos de livros (10). A revista que tem mais publicações desses textos é Pauta Geral e a revista Estudos de Jornalismo e Mídia tem participação mais discreta do que nos dados gerais. A distribuição de textos entre autores é muito diluída, não mantendo a mesma preponderância vista nos dados gerais.

Outra categoria reveladora da pertinência dos textos é a que avalia se “O Segredo da Pirâmide” é criticado (negativa) ou se somente ou majoritariamente elogiado (positiva). Apenas 16 textos foram catalogados como críticos e desses 10 apenas mencionam “O Segredo”, ou seja, fazem críticas pontuais sem aprofundarem a análise. Apenas dois textos foram catalogados entre aqueles que discutem os conceitos. Os outros quatro textos são referências secundárias. O autor mais crítico é Josenildo Guerra, da Universidade Federal do Sergipe. A crítica do autor refere-se à posição de Adelmo frente à concepção de objetividade jornalística. Defensor da objetividade, Guerra (2000a) afirma que Genro Filho, ao caracterizar a objetividade como um mito, não compreende uma das referências estruturais do trabalho do jornalista para com a realidade. Em outro texto, Guerra (2000b) critica a posição cética de Genro Filho quanto à imparcialidade e a neutralidade na apuração das notícias. Sponholz (2009b) e Guerra (1999) afirmam que Genro Filho é confuso ao estabelecer o conceito de fato, por vezes confundindo a ontologia do fato e sua apreensão epistemológica. Essas críticas a Genro Filho somam-se a outras, como a de Machado (1992) de que Genro Filho mantém uma vinculação com a objetividade, o que seria uma reificação. Meditsch (2006), além do texto já trabalhado anteriormente em que o autor discute a liberdade dos jornalistas como determinada pela classe social (MEDITSCH, 1991a), afirma que o marxismo e Genro Filho erram ao colocar a ciência no universal e não no particular.

Marcos Paulo Silva (2011, p. 74-75) repete em dois artigos as mesmas menções a Genro Filho para dizer se tratar de um equívoco afirmar o jornalismo como uma forma de conhecimento científico (como é possível notar em uma leitura, para Genro Filho o jornalismo não é equivalente ao conhecimento científico ou conhecimento puro). Para Silva, com base em Sodré, o jornalismo estaria em uma região entre a doxa e a episteme.

Francisco Rüdiger (2010, 221-222) busca debater com mais detalhes como o jornalismo se estrutura como forma de conhecimento atrelado ao fetichismo da mercadoria. Ele também questiona o conceito de conhecimento presente em “O Segredo”, para afirmar que o conhecimento não é puro, mas histórico e socialmente determinado. Mesmo que considere os avanços da abordagem de Genro Filho, pondera que a necessidade social antropológica que mobiliza o jornalismo (dar a conhecer fatos distantes) guarda também o contraponto da imposição dos fatos, gerenciado comercialmente e profissionalmente segundo as regras do capitalismo e do que a literatura denomina de Indústria Cultural. Rüdiger considera que a notícia não deixa de guardar, em sua imediatez, o fetichismo da mercadoria que lhe é inerente.

Rublescki (2009) argumenta que o “valor de uso” das notícias e reportagens, conforme defendido por Genro Filho para explicar a necessidade social da informação, está inserido na contradição pós-moderna em que os consumidores da informação tem seus gostos produzidos pelo mercado. Para Afonso de Albuquerque (2010) e Marco Roxo da Silva (2006), a definição de jornalismo como forma de conhecimento e sua centralidade na notícia e no lead conforma um alinhamento à estrutura ideológica imposta pelas empresas de jornalismo aos jornalistas do país. Francisco Gonçalves (2010), de seu modo, utiliza por base as críticas realizadas por Albuquerque – de que inexistente um conhecimento geral do jornalismo, mas são conhecimentos particulares, historicamente localizados – e de Elias Gonçalves de que a ausência de uma teoria semiológica faz com que Genro Filho não perceba os aspectos específicos do texto jornalístico.

Crítica mais ácida e que revela desconhecimento<sup>149</sup> de “O Segredo” foi feita por José Marques de Melo (2008, p. 306) no capítulo “A teorização do jornalismo no Brasil: das origens à atualidade”, do livro “Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas luso-

---

<sup>149</sup> O que, de certo modo, contradiz a introdução elogiosa sobre “O Segredo” escrita por ele ao livro organizado por Amaral et al (2007).

brasileiras”, organizado pelo professor da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal), Jorge Pedro Sousa.

Não obstante se aproprie da noção de jornalismo como forma de conhecimento esboçada por Robert Park ele faz em verdade uma espécie de reciclagem teleológica, consentânea com a sua proposta de uma “teoria marxista do jornalismo”. Para tanto, revisita a trindade Marx, Trotsky e Lênin, passando pelas revisões de Gramsci, Lukács e Althusser.

Contudo, seus pilares são os exegetas da indústria cultural como Adorno, Horkheimer, Habermas, Enzenberger, Mattelart e os teóricos de um tipo de jornalismo engajado na luta de classes como os latino-americanos Camilo Taufic, Hector Mujica, Eleazar Dias Rangel e Ricardo Cardonet.

José Marques de Melo realiza neste texto uma de suas grandes sínteses de todos os teóricos do jornalismo que já existiram no Brasil, o que não o livra de equívocos. Uma leitura um pouco mais atenta a “O Segredo” indicaria que Genro Filho foi um crítico da Escola de Frankfurt e das apropriações realizadas por Mattelart. Ou que Camilo Taufic e Ricardo Cardonet são duramente criticados pelo teórico gaúcho. Ou que Eleazar Dias Rangel e Hector Mujica são citados, mas sequer discutidos pelo livro. Outro equívoco de Marques de Melo fica por conta da inclusão de Althusser na lista de autores revisados, equiparando ao uso feito de Lukács. Por fim, mas não menos grave, a “santíssima trindade” não é tão sacra a Genro Filho quanto o seu crítico diz, visto que Trotsky e Lênin são citados apenas na conclusão do texto e criticados em outras abordagens de Genro Filho.

Os pesquisadores que discutem ou embasam seus trabalhos nos conceitos de “O Segredo da Pirâmide” também apontam caminhos de pesquisa pertinentes. Os temas mais debatidos são a aplicabilidade dos conceitos de Genro Filho para entender as transformações pelas quais passa atualmente o jornalismo, mais especificamente a notícia, com as relações de periodicidade, atualidade e difusão profundamente alteradas pelos novos media. Nesse sentido, objetividade, subjetividade, gêneros, lead, necessidade da notícia e o estatuto do profissional são debatidos. Os pesquisadores também estabelecem propostas de relação e transformação do cotidiano a partir da concepção de jornalismo proposta por Genro Filho. A relação entre forma de narrativa das notícias e a ética da prática jornalística também está em foco. São debatidas, também, as

mudanças nos conceitos de fato, fenômeno, sentido, acontecimento proporcionadas pela teoria e que, de forma direta, impactam nas definições desses termos nos textos que discutem e se embasam em “O Segredo da Pirâmide”.

\*\*\*

Percorremos nesse capítulo alguns caminhos para tentar esgotar as diferentes formas de usos e diferentes grupos que utilizam “O Segredo da Pirâmide”. A divulgação do livro aconteceu a partir de pessoas muito próximas profissionalmente e afetivamente de Genro Filho e que fizeram, ao longo da consolidação de suas trajetórias, formas de institucionalização do livro. Tentamos demonstrar como, nas motivações e ações de diferentes grupos, os conceitos do livro passaram a operar com um sentido distinto do que tinham originalmente, não obstante permaneçam as questões do jornalismo e da formação de jornalistas como centrais. A nossa intenção foi expor, pelo modo mais lento e descritivo, os caminhos da teoria, para depois ratificarmos as escolhas que realizamos e os resultados com a análise empírica dos artigos, comunicações em eventos e capítulos de livros.

Ainda que possamos notar uma geografia da forma de recepção de “O Segredo” pelo Jornalismo no Brasil, constatamos que poucos trabalhos criticam o texto de Genro Filho, poucos aprofundam seus conceitos e debatem suas ideais no âmbito epistemológico. Mesmo em livros, dissertações e teses, que não foram objeto de análise nessa última parte do capítulo, poucos são os trabalhos que avançam nas proposições presentes no livro. Esse é um sinal de que há necessidade de entendimento da proposta teórica de Genro Filho. Ademais, talvez de forma menos condescendente, podemos afirmar que a maior parte das pesquisas cita protocolarmente o livro, menciona que “o jornalismo é uma forma de conhecimento” ou que “o jornalismo trabalha os fenômenos pelo ângulo da singularidade” como uma homenagem, um embasamento para afirmar outras coisas, realizar outras perguntas. Por fim, mas não menos importante, mencionar conceitos de Genro Filho não deixa de ser uma mensagem política, uma representação sobre quais as posições acadêmicas do pesquisador em suas concepções sobre a profissão. A falta de aprofundamento nos conceitos revela uma reificação, o aceite de um conceito, uma fórmula como sagrada, pouco questionada e sem possibilidades de desenvolvimento. Elias Gonçalves, em entrevista para nossa tese, oferece alguns indícios para refletirmos sobre a questão:

*O livro do Adelmo sempre teve uma circulação e adoção muito restrita nas universidades brasileiras. Até hoje, muito se fala, mas poucos utilizam o Adelmo como bibliografia de referência em suas disciplinas, mesmo na UFSC, principalmente nas disciplinas práticas de laboratórios, (impresso, TV e rádio, digital) (Elias Machado Gonçalves).*

O que se evidencia é que Genro Filho e o livro “O Segredo da Pirâmide” cumprem um papel estratégico na organização acadêmica e política do jornalismo, mas a discussão filosófica de suas bases e, principalmente, a compreensão dos fundamentos da obra costumam ser negligenciados. Grande parte dos trabalhos que consultamos considera um problema o fato de o texto ser marxista ou lukácsiano, porém se mantém apoiando em ideias do texto que são, fundamentalmente, marxistas e lukácsianas. A afirmação do jornalismo como forma de conhecimento é considerada pioneira, a relação de singular, particular e universal é profícua para analisar o jornalismo, mas o marxismo e a análise dialética não são. Em suma, os conceitos são utilizados usurpando-lhes os sentidos, traindo sua gênese, retirando-os do sistema em que foram propostos. Um exemplo disso está na afirmação paradoxal de Fonseca (2000, p. 175), que está expressa de outras maneiras em textos e opiniões de outros autores: “Entretanto, deixando de lado a doutrina marxista que orientou não só a produção desse livro, como toda sua vida acadêmica, profissional e de militante político, podemos nos fixar apenas na contribuição teórica para o tema”. O livro não somente é resultado do trabalho de um político marxista, a teoria proposta por ele é marxista.

O que observamos em grande parte dos trabalhos é a adaptação dos conceitos dialéticos de Hegel reconfigurados pelo marxismo de Gyorgy Lukács e trabalhados por Genro Filho em estudos de semiologia, semiótica, funcionalistas e, principalmente, construcionistas. Não há qualquer problema em estabelecer as relações da teoria de Genro Filho frente às contribuições de outras formas de pensar a sociedade, a linguagem e o jornalismo. A questão é que, em muitos casos, não se compreende e não se faz prova da compreensão do embasamento teórico de Genro Filho, do que significa singular, particular e universal em sua apropriação, das diferenças que ele estabelece com o pensamento de Lukács, de quais as consequências dessas diferenças.

Pedro Osório (2007), contemporâneo de Genro Filho na UFSM, no jornalismo e na militância política, foi um dos que realizou um esforço para conectar a proposta teórica sobre o jornalismo às bases marxistas do autor. Ao fazer um rápido apanhado de algumas das ideias de Genro Filho, Osório (2007, p. 39) enfatizou a proposta do livro como “uma” teoria marxista e não “a” teoria marxista, resultado de uma visão particular do marxismo desenvolvido pelo autor e centrado no conceito de práxis. E essa concepção não é para estabelecer uma propaganda do marxismo, mas para conceituar a prática do jornalismo.

Ele [Adelmo Genro Filho] a estruturou [a teoria do jornalismo] apoiando-se na ideia de práxis que então desenvolvera, com ela professando *uma* determinada visão sobre o marxismo. [...] Com isso ele delimitava claramente os propósitos da sua teoria marxista do jornalismo, que não estava a serviço da propaganda marxista, mas a serviço da emancipação humana, apoiando-se em categorias da filosofia clássica e do marxismo. E o seu livro, que deveria ter ares de um manual, evoluiu para um tratado sobre a abordagem teórica do jornalismo (OSÓRIO, 2007, p. 46).

É difícil apresentar textos no inventário que realizamos que visam recuperar aspectos marxistas da proposta de Genro Filho ou colocar em diálogo a proposta do autor a outros autores marxistas, como faz, por exemplo, Hauser (2012b). É insignificante perante a quantidade de textos que apenas mencionam os trechos pertinentes para a profissão ou que adaptam conceitos de “O Segredo” para seus referências teóricos.

O contexto de recepção de “O Segredo”, que coloca seu marxismo como “politicamente datado” (TEIXEIRA, 2007, p. 20) é resultado das modificações políticas, econômicas e acadêmicas do mundo, do Brasil e dos estudos em comunicação e jornalismo ao longo dos anos 1990 e 2000. Os grupos que estudam o jornalismo sob a teoria de Marx são poucos e os que permanecem com militância política são raros. Por outro lado, a defesa da especificidade dos estudos em jornalismo, a definição do jornalismo como forma de conhecimento e as explicações sobre a atividade oferecem uma explicação para o jornalismo que coaduna com a necessidade de conceitos para pesquisa, a necessidade de institucionalização da teoria do jornalismo, dos cursos específicos em Jornalismo e da atividade de professores e pesquisadores, demandas que parecem não coadunar com uma proposta

marxista. Entender essas considerações nos ajudam a compreender porque houve uma apropriação específica do texto de Genro Filho, dissociando o marxismo que sustenta sua teoria. Há ainda um trabalho constante em tentar dissociar a contribuição do autor para o jornalismo do arcabouço filosófico por ele utilizado.

Entendemos como necessário reconstituir ontologicamente e filosoficamente a compreensão que Genro Filho empreendeu no livro, para analisar quais os sentidos que sua teoria implica para a atividade jornalística. A nossa intenção nessa parte foi estabelecer alguns dos elementos de produção e recepção do livro, entendendo-o como dispositivo para reconhecer um movimento acadêmico e profissional do Brasil. A próxima parte é eminentemente teórica e tem por tarefa estabelecer os princípios ontológicos da teoria de Genro Filho com vistas a compreender e explicar sua abordagem epistemológica.



PARTE 2  
UMA ANÁLISE CRÍTICA



#### 4 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DE UMA TEORIA DO JORNALISMO

Ao se propor a explicar uma parte da realidade, uma teoria inscreve-se historicamente nas mediações de seu tempo e espaço, propondo um ajuizamento sobre as determinações que formam uma dada especificidade. A teoria precisa expor as condições da gênese do objeto que pretende analisar, com a consequência de expor a gênese de suas próprias condições de produção. Nesse processo, estão presentes na teoria, sustentando a análise, concepções sobre a realidade, uma ontologia que pressupõe o reconhecimento do todo e as principais relações da parte analisada com esse todo.

A ontologia, de modo geral, pode ser definida por um conjunto de explicações sobre tudo o que existe, o que possibilita aos sujeitos um sentido, um modo de justificar a existência humana no universo e a existência do universo<sup>150</sup>. Não podemos, nessa oportunidade, fazer mais do que manifestar alguns elementos sumários para o entendimento da ontologia. Etimologicamente, trata-se do estudo do ser, uma vez que *ontos*, em grego, é o presente particípio do verbo ser e *logia* significa tanto “palavra” como “pensamento”. Há diferentes formas de conceber o ser – diferentes ontologias<sup>151</sup> - o que, por conseguinte, dota de diferentes sentidos a existência de tudo o que existe. Por exemplo, é possível afirmar como Platão, que a explicação para a realidade está nas ideias, e que a vida material é um espectro destas ideias. Para a ontologia cristã, Deus criou o universo em seis dias, colocou homem e mulher na Terra para lhe render graças, e estes devem conduzir suas vidas na fé para atingir uma salvação que está em outro plano – no plano espiritual. De outro modo, podemos indicar uma ontologia que considera a realidade como aquela apropriada pelos sentidos, fenomenologicamente. Ou a visão de mundo que acredita na inexistência de uma ontologia, pois seria impossível explicar o que é a realidade, o que é o ser em si das coisas, sem a manipulação da realidade pela humanidade.

A ontologia marxista que sustenta nossa abordagem advém da perspectiva lukácsiana, que pressupõe “[...] que o real existe, que o real tem uma natureza e que esta existência e essa natureza são capturáveis

---

<sup>150</sup> Essa definição geral de ontologia a circunscreve tradicionalmente à metafísica. Como veremos a seguir, a ontologia marxista se propõe a explicar o realmente existente, a física, o que a diferencia das definições anteriores.

<sup>151</sup> Nota-se que evidenciamos que há diferentes formas de **conceber** o ser. Isso não significa que há diferentes realidades para além do plano físico.

intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem” (VAISMAN, 2014, p. 85). Postula-se, portanto, que a realidade pode ser entendida e transformada pelos sujeitos (MARX; ENGELS, 2007). Lukács (1978, p. 2-3) apresenta as bases da ontologia marxiana, o que nos permite deixar claro como essa “captura” ocorre e qual sua importância.

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: "formas do existir, determinações da existência". Essa posição radical - também na medida em que é radicalmente diversa do velho materialismo - foi interpretada, de diferentes modos, segundo o velho espírito; quando isso ocorreu, teve-se a falsa idéia de que Marx subestimava a importância da consciência com relação ao ser material. Demonstraremos mais tarde, concretamente, que esse modo de ver é equivocado. Aqui nos interessa apenas estabelecer que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. Aquela impressão equivocada só pode surgir quando tal fato é interpretado à luz da criação divina afirmada pelas religiões ou de um idealismo de tipo platônico. Para uma filosofia evolutiva materialista, ao contrário, o produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não - como se supõe a partir das supracitadas visões irrealistas - que ela é carente de força.

Esse “desenvolvimento do ser material” que toma a consciência como produto e não como gênese do real é devidamente exposto por Lukács (1978, p. 4) na referência de que a ontologia é dividida em três:

a ontologia do ser inorgânico, a ontologia do ser orgânico e a ontologia do ser social. Cada ontologia está embasada na precedente, ou seja, “[...] o ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”. Com esse fundamento, Lukács, tomando a concepção de Marx, entende o trabalho como princípio diferenciador do ser social em relação ao ser orgânico. “A essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência, e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Como assevera, todas as outras categorias já tem um caráter puramente social, perdendo o elo com os demais seres. “Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [...] como orgânica [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 45).

Refere-se, portanto, aos homens e mulheres como aqueles que respondem à realidade objetiva, que trabalham a natureza como resposta a carências e que, para responder e ao responder, elaboram suas próprias perguntas. Esse ato de responder e de elaborar as próprias perguntas somente é possível com a inserção da consciência.

O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal. [...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas (LUKÁCS, 1978, p. 5-6).

O trabalho, como fundante do ser social, é constituído por um pôr teleológico em relação com cadeias causais. Enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tem seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria

posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Trata-se de uma tomada de decisão entre alternativas, princípio que coloca a ideação como anterior à realização. Idear antes de realizar não significa a separação de teleologia e causalidade e a valorização daquela em relação a esta. Teleologia e causalidade estão intrinsecamente e necessariamente vinculadas no complexo trabalho, podendo ser separados analiticamente, mas não ontologicamente. Como explica Vaisman (2014, p. 90), eles estão em *determinação reflexiva*. Portanto, o que caracteriza o ser social e, simultaneamente, limita a teleologia ao ser social, é o trabalho como categoria basilar. “[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Para compreender como essa articulação ontológica de teleologia e causalidade toma forma no trabalho, Lukács (2013, p. 52-53) referencia de Aristóteles a especificação de dois componentes no trabalho: o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poíesis*). Através do pensar é posta a finalidade e se buscam os meios para a realização dessa finalidade. Através do produzir, a finalidade posta chega à sua realização. Com base em Nicolai Hartmann, Lukács divide o pensar em dois atos: o pôr do fim e a investigação dos meios. “Com efeito, tal essência [do trabalho] consiste nisto: um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo”. Sob essa estrutura, podemos perceber como o conhecimento está circunscrito, ontologicamente ao trabalho, haja vista que “[...] a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto” (LUKÁCS, 2013, p. 54). A natureza em si permanece indiferente às aspirações e ideias dos humanos. É quando o sujeito investiga e conhece as propriedades e realiza a transformação efetiva da natureza para o fim posto, causalidade e teleologia estabelecem a *determinação reflexiva*.

Aqui a investigação tem uma dupla função: de um lado, evidencia aquilo que em si governa os objetos em questão, independentemente de toda consciência; de outro, descobre neles aquelas novas conexões, aquelas

novas possibilidades de funções através de cujo pôr-em-movimento tornam efetivável o fim teleologicamente posto. No ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado. Ela só pode adquirir tal função quando suas propriedades objetivamente presentes, existentes em si, forem adequadas para entrar numa combinação tal que torne isso possível (LUKÁCS, 2013, p. 54).

Desse modo, constatamos que o “[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS, 1978, p. 9). Ponderamos que, embora o ato de trabalho tenha por critério a escolha entre alternativas e essa escolha pressuponha consciência (no sentido cognoscitivo do termo), o sujeito não conhece intensiva e extensivamente todos os condicionamentos da atividade que desempenha, muito menos todas as consequências dessa atividade. Esse desconhecimento não impede que homens e mulheres atuem, pois entre outros motivos, a necessidade os impele a tal. No ato de trabalho o sujeito sabe que não conhece todas as circunstâncias, mas, de qualquer modo, sabe que é capaz de fazê-lo.

Essa situação de desconhecimento ineliminável do trabalho gera, segundo Lukács (1978, p. 9), duas consequências: a dialética interna do constante aperfeiçoamento do trabalho, resultado de reiterada observação e acúmulo de conhecimentos que expandem a quantidade de formas de trabalho, especializações e, conseqüentemente, a alteração das áreas desconhecidas; e, na medida em que a incognoscibilidade do conjunto de circunstâncias permanece, desperta nos sujeitos, intimamente, a sensação de uma realidade transcendente, cujos desígnios desconhecidos devem ser interpretados para proveito em cada ação.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho consolidam a complexificação das etapas do trabalho e, por conseguinte, sua divisão e especialização. Nesse processo, o conhecimento passa a ganhar autonomia em relação ao pôr do fim e a investigação dos meios.

Talvez a mais importante dessas diferenciações seja a crescente autonomização das atividades preparatórias, ou seja, a separação – sempre relativa – que, no próprio trabalho concreto, tem lugar entre o conhecimento, por um lado, e, por outro, as finalidades e os meios. A

matemática, a geometria, a física, a química etc., eram originariamente partes, momentos desse processo preparatório do trabalho. Pouco a pouco, elas cresceram até se tornarem campos autônomos de conhecimento, sem, porém, perderem inteiramente essa respectiva função originária. Quanto mais universais e autônomas se tornam essas ciências, tanto mais universal e perfeito torna-se por sua vez o trabalho; quanto mais elas crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho (LUKÁCS, 1978, p. 10).

A diferenciação do conhecimento e sua autonomização devem ser concebidas já no cerne da gênese do trabalho, conquanto o exposto acima já aponte para formas mais aperfeiçoadas da divisão do trabalho. Isso porque a caracterização do conhecimento deve ser compreendida, afóra o constante aperfeiçoamento do trabalho, por outra chave igualmente importante. Há posições teleológicas específicas, que surgem logo na gênese do trabalho, e que não trazem como característica a transformação de um elemento da natureza, mas apresentam como objetos homens e mulheres induzidos a realizar a ação de modo pré-determinado. No sentido ativo, trata-se de um pôr teleológico que serve para convencer homens e mulheres a fazer o que se intenta, a realizar um dado pôr. Neste “pôr teleológico secundário”, o ideal está contido tanto no pôr como no objeto por ele intencionado, uma vez que os homens e mulheres, objetos do pôr, também possuem capacidade teleológica. Esses pores secundários estabelecem as mediações necessárias para a manutenção e reprodução econômica e da vida em sociedade, pois integram os sujeitos a projetos comuns. Esse processo de integração pode ocorrer pela violência, por necessidade, pela retórica, pela educação, pelo direito, pela política.

Nesse tocante, o mais importante para o nosso problema é que esse desenvolvimento produz os pores teleológicos que visam suscitar um novo comportamento em seus semelhantes e lhes confere importância crescente tanto extensiva como intensivamente, tanto quantitativa como qualitativamente para o processo de produção, para a sociedade como um todo. Basta indicar como, com o desenvolvimento das forças produtivas, crescem constantemente a esfera de validade e a importância do costume, do hábito, da tradição, da educação etc., que sem exceção se baseiam em pores teleológicos desse tipo;

basta apontar para a necessidade de que surjam esferas ideológicas próprias (é o caso, sobretudo, do direito) para satisfazer essas necessidades da totalidade social (LUKÁCS, 2013, p. 483-484).

Essas posições teleológicas secundárias acontecem em estreita relação com o trabalho, sendo condicionadas e condicionantes para a intervenção dos sujeitos na natureza e para a constituição da sociabilidade. Ainda que devamos enfatizar que esse pôr teleológico secundário diferencia-se do trabalho em sentido estrito, assinalamos que as categorias que constituem o trabalho estruturam também a ação dos humanos uns sobre os outros. Nesse sentido, a complexificação das relações de trabalho e a complexificação dessas posições teleológicas secundárias resultam em diferenciações cada vez mais sofisticadas, com relações de sociabilidade mais consolidadas, objetivadas em primeiro momento, e objetivas no processo histórico decorrente. Situação que instaura problemas igualmente complexos, que colocam em jogo a própria coesão de determinado grupo e a manutenção de posições privilegiadas para respostas demandadas das necessidades do ser social. O pôr teleológico secundário, como já citamos, responde pela sociabilidade de homens e mulheres, e a estratificação e consolidação de tais posições são as estruturas que compõem a ideologia.

Com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia. Ou seja: nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta (LUKÁCS, 1978, p. 10-11).

Com esses elementos torna possível constituir um quadro basilar para se compreender o conhecimento sob a base ontológica. Em sua gênese, na dinâmica histórica, complexa, temporal e espacialmente que faz de homens e mulheres ser social, o conhecimento está presente intrinsecamente no trabalho em seu momento constituinte, na ideação do fim a ser colocado, na investigação dos meios para realizar tal fim e na própria aplicação desse conhecimento na execução do fim proposto. Nas posições teleológicas secundárias, um conhecimento menos exato e

determinado tem lugar, uma vez que é estabelecido para prever a ação de outros sujeitos, que igualmente decidem entre alternativas e, portanto, gozam de uma teleologia própria que não se encontra na natureza. Por sua vez, o conhecimento estabelece, ao decorrer de sua emancipação no processo de preparação do trabalho e também no dos comportamentos humanos, posições predeterminadas a serem ocupadas pelos sujeitos, resultado do acúmulo histórico do aperfeiçoamento das formas de ideação do fim e da investigação dos meios, bem como das regras intrínsecas de pesquisa sobre dada especificidade (tendo por objeto a natureza e/ou os humanos). O conhecimento estabelece-se, igualmente, como ideologia, como forma dos sujeitos resolverem problemas que se impõem, nos conflitos inerentes à direção que deve ser dada a uma sociedade como também a segmentos dela, atravessados por tais problemas e conflitos.

É sobre esse escopo ontológico que nos dispomos a discutir criticamente o jornalismo, mais especificamente, a teoria marxista do jornalismo proposta por Adelmo Genro Filho. Entendemos o jornalismo como resultado de pores teleológicos secundários e de uma divisão das formas de ação dos sujeitos uns sobre os outros. O jornalismo apresenta claramente as características dialéticas da liberdade (que tem sua gênese na escolha alternativa entre opções) e da necessidade (vinculada aos carecimentos da sociedade e da estrutura de posições dispostas pelos diferentes complexos econômicos e superestruturais – incluindo a ação do próprio jornalismo sobre si). Nesse sentido possui uma gênese, resultado de uma necessidade social complexa, que se manifesta de diferentes maneiras, em diferentes sociedades, mas que possui uma unicidade como resposta ao caminho de universalização concretizado pelo capitalismo. Estabelece formas específicas de relação com a realidade, demandando a compreensão de sua inserção na vida social. E se constitui como ideologia, seja na forma de disputas políticas pela hegemonia, como na forma de conhecimento, de oferecimento do acúmulo socialmente construído ao longo da história. Esse entendimento preliminar e genérico permite-nos analisar o intento de Genro Filho para responder tais questões. Questões que se impunham e se impõem ao jornalismo. Questões de ordem ontológica.

\*\*\*

Uma das maiores dificuldades para a compreensão de “O Segredo da Pirâmide” está na desconsideração ou desconhecimento da ontologia sobre a qual Adelmo Genro Filho erige seu pensamento. Entre os

obstáculos para essa compreensão está o uso de conceitos esparsos do livro em ambiências conceituais estranhas às proposições do autor (como visto no capítulo anterior). Entender o contexto de produção desta teoria marxista do jornalismo – como exposto no primeiro e no segundo capítulos – é parte significativa do exercício de posicionamento dessa teoria frente a suas mediações. Nesta etapa da exposição, reconstituímos a arquitetura conceitual do livro, tendo em vista que os conceitos estão em relação uns com outros e com o modo como o autor compreendia a realidade e o jornalismo. O exercício serve para sustentar nossa análise ulterior sobre a concepção de Genro Filho do jornalismo como forma de conhecimento.

Para Genro Filho, o jornalismo não cria uma realidade pura e simplesmente. Nem reproduz a realidade mecanicamente. O conhecimento da realidade não é um construto. Está no cerne da explicação do autor uma nova propositura para o ser do jornalismo e, dialeticamente, para o que ele pode ser. E, nesse sentido, afirmar o ser do jornalismo é destacar momentos predominantes, conceitos chaves articulados à ontologia do ser social. Por conseguinte, a proposta de uma epistemologia do jornalismo encontra sua base na relação com as afirmações propriamente ontológicas do autor sobre o que é o ser social, nas vinculações estabelecidas por ele entre a prática jornalística e a dinâmica histórica da vida em sociedade. Essas afirmações fazem sentido com base no referencial escolhido pelo autor: o método histórico, dialético e ontológico de Marx.

É tarefa incontornável do exercício crítico a ser realizado reconstituir o arcabouço da teoria marxista de Genro Filho. José Chasin (2009, p. 24) expõe como questão fundamental a necessidade de a análise “reproduzir pelo interior” a reflexão de um determinado autor, ao modo como o próprio autor a concebeu e expressou.

Procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido.

Entendemos como vantajosa essa analítica à ordem interna do texto, pois localiza as articulações dos principais conceitos, revelando momentos predominantes que estudos mais apressados passariam ao

largo. Para esse objetivo, estudamos o texto, demarcando questões-chaves trabalhadas, vínculos teóricos, relações com o jornalismo e críticas. Nos trechos necessários, o estudo vem acompanhado de cotejamentos a textos de Lukács (em especial sua “Ontologia”), Marx e Hegel. Trata-se, seguindo o método marxista (LUKÁCS, 2012, p. 297), de estudar criticamente como Genro Filho decompõe os elementos do complexo jornalismo, para em seguida, explicar como ele avança nas proposições de forma a elucidar as mediações dessa atividade com a totalidade do ser social.

O modo de exposição de “O Segredo da Pirâmide”, de certa forma, facilita nosso trabalho. O texto está estruturado em um prefácio, a introdução e 10 capítulos. Na introdução e nos primeiros seis capítulos o autor utiliza como tática de exposição apresentar criticamente alguns conceitos de e sobre o jornalismo de estudiosos do tema para, posteriormente, ressignificar o conceito criticado dentro do arcabouço ontológico e epistemológico defendido. Genro Filho (1987, p. 25) faz “[...] um balanço crítico no qual as [...] hipóteses irão sendo apresentadas”. Assim, a cada crítica realizada, o autor expõe os fundamentos de sua abordagem. Nos capítulos sete, oito e nove, o autor integra os conceitos trabalhados e ressignificados como forma de justificar e fundamentar a hipótese de que o jornalismo é uma forma de conhecimento. No capítulo sete, o autor expõe as categorias de singular, particular e universal como apresentadas por Lukács em “Introdução a uma Estética Marxista”, não deixando de criticar o filósofo húngaro por este equiparar arte e ciência como formas de conhecimento. No capítulo oito, o autor reconstitui a história do jornalismo informativo tendo já por base as ponderações realizadas nos debates com os teóricos da comunicação e da sociologia criticados nos capítulos precedentes. Por sua vez, o nono apresenta a tese central: a forma de conhecimento do jornalismo cristalizado no singular explica e altera o sentido da notícia, do lead e da “teoria da pirâmide invertida”. O décimo capítulo é a conclusão e expõe os desdobramentos dessa concepção do jornalismo para o projeto de transformação da realidade política rumo ao socialismo.

Estruturaremos este momento de nossa tese tomando por fundamento a análise das hipóteses de Genro Filho apresentadas a cada capítulo do livro. Ao integrar cada face do arcabouço sustentado pelo autor, entendemos sua teoria não somente como uma contribuição epistemológica, mas resultado de um esforço de definição ontológica da prática jornalística. O autor está preocupado em compreender qual a natureza do jornalismo, como ele surge (sua gênese), quais as

características de seu exercício na produção e reprodução da realidade humana e qual seu potencial transformador. Como o jornalismo integra-se à universalidade da história humana, tendo um momento específico de surgimento, dentro de condições específicas, mas que, dialeticamente, contribui ativamente na história das transformações do ser social. A tarefa é a de “[...] estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução” (GENRO FILHO, 1987, p. 27).

Na primeira parte deste capítulo, apresentamos os conceitos ontometodológicos da abordagem. Esses fundamentos estruturam-se na práxis, categoria tomada pelo autor como a principal contribuição da teoria e do método de Marx. Essa etapa compreende ainda a arquitetura metodológica do livro, os objetivos e o recorte do objeto. Em seguida, realizamos a apresentação dos três principais eixos, considerados estruturantes da sustentação ontológica do autor sobre o jornalismo: a concepção de necessidade social da informação jornalística; a estrutura da notícia em relação com e na realidade (com as concepções de fenômeno, fato, linguagem, objetividade etc.); e a relação entre jornalismo e ideologia. Cada um desses eixos, hipotetizamos, sustentam a teoria de Genro Filho sobre a notícia, mais especificamente sua definição do jornalismo como forma de conhecimento.

\*\*\*

Genro Filho (1987, p. 25) propõe uma análise marxista para o jornalismo. Porém, essa expressão “marxista” precisa ser adequadamente especificada. O autor afirma que sua análise não está colocada no sentido do “reducionismo economicista”, ou seja, da determinação da infraestrutura sobre a superestrutura. Nem no que ele chama de “naturalismo dialético”, um tipo de dogmatismo que pressupõe uma teleologia da dialética da natureza, um determinismo histórico no qual o conceito de necessidade sufoca o de liberdade, ou seja, em que os sujeitos estariam com seus destinos previamente traçados pelas “leis naturais da dialética” (GENRO FILHO, 1980). Essas visões (do reducionismo economicista e do naturalismo dialético) estariam, em diferentes correntes do marxismo, como na epistemologia de Althusser e na filosofia soviética de inspiração stalinista. Diferenciando-se dessas epistemologias, Genro Filho trabalha com o marxismo em uma perspectiva

[...] que toma as *relações práticas* de produção e reprodução da vida social como ponto nodal da autoprodução humana na história. Ou seja, trata-se de uma maneira de considerar a realidade histórico-social que compreende as determinações subjetivas como algo real e ativo, uma dimensão constituinte da sociedade, mas que só pode ser apanhada logicamente em sua dinâmica como momentos de uma totalidade que tem na *objetivação* seu eixo central. Em síntese, um enfoque que toma a práxis como categoria central (GENRO FILHO, 1987, p. 25).

O conceito de práxis é fundante na compreensão de Genro Filho sobre a ontologia e, por conseguinte, o marxismo. Ao trabalhar o conceito em “O Segredo da Pirâmide”, o autor remete a outro texto de sua autoria “Do medo à dialética”, publicado no livro “Marxismo, Filosofia Profana”, de 1986. Como os dois livros foram provavelmente feitos em simultâneo, o texto publicado em 1986 pode ser considerado um registro teórico das posições de Genro Filho em relação ao marxismo, no qual explica passo a passo como entende a ontologia e o método, exposição que nos auxilia na análise de suas premissas teóricas.

A concepção de práxis tem origem em Hegel. A práxis foi definida pelo filósofo alemão como a “[...] ideia da autoconstrução humana através da própria atividade dos homens (que tem no desenvolvimento das formas sociais do trabalho a sua base histórica) [...]”. Porém, essa definição está no bojo idealista, pois para Hegel não é a atividade dos homens e mulheres que constitui uma razão humana, mas a razão que se constrói através da ação dos humanos (GENRO FILHO, 1986, p. 28).

O demiurgo histórico da Razão em Hegel e no idealismo alemão de modo geral é extensamente criticado por Marx, para quem a relação entre as mulheres e homens e destes com a natureza aparece como relação histórica e desta relação material surge a razão. Ou seja, do ser das coisas surge a consciência e não o contrário. A consciência não determina a matéria, mas as relações materiais estabelecidas pela sociedade, a partir da apropriação coletiva por meio do trabalho e da divisão do trabalho, permeiam a consciência (MARX; ENGELS, 2007).

Genro Filho concorda com essa afirmação de Marx. No entanto, a emergência da consciência, a capacidade do sujeito refletir sobre suas ações e sobre si próprio, gera o que considera uma espécie de “traição” à natureza. Um ser completamente novo se gesta, produz e reproduz

conforme uma organização e sentido que diferem da vida orgânica e inorgânica. Situação que não significa aos sujeitos perderem seus laços com o natural. Como explica Marx, há um recuo da barreira natural, mas o sujeito não se aparta de suas necessidades vitais, as quais permanecem como premissas de uma concepção ontológica. Por outro lado, os sujeitos não são escravos de suas necessidades, pois a consciência permite a eles o domínio de várias dessas necessidades e sua superação como seres livres capazes de atribuir finalidades. Esse progressivo afastamento da barreira natural vai ao encontro da atividade humana rumo a sua essência.

A definição do rompimento de Marx com Hegel assume as características da peculiaridade ontológica do ser social como expresso por Lukács (1978; 2012; 2013), pois este explica reiteradamente a disposição de Marx em afirmar o “recuo progressivo da barreira natural” no processo de socialização e a complexificação das relações a partir da capacidade de pôr teleológico inerente e peculiar à ação humana. Marx, para Genro Filho (1986), assimilou “o princípio ativo da consciência”, antes apenas restrito às abordagens idealistas. Porém, mesmo em concordância com essa premissa ontológica, Genro Filho vê na práxis, mais especificamente na consciência, um momento superior da vinculação humana à matéria e de sua atividade prática.

Em consequência, unindo a premissa materialista e o aspecto ativo e criador da subjetividade humana, [Marx] deu um novo conteúdo ao conceito de práxis. Agora ele significa uma relação em que a matéria é ontologicamente anterior ao pensamento, a atividade prática na história é logicamente anterior à consciência e esta, por seu turno, é tanto lógica quanto ontologicamente **superior** à matéria e à atividade prática. Embora, evidentemente, o pensamento não possa existir sem a matéria nem desenvolver-se sem a prática. Em outras palavras, o “momento separatório”, essencialmente humano, é a consciência. O que dignifica o homem não são suas vísceras nem o fato, em si mesmo, de usar instrumentos, cavar a terra para plantar e produzir artefatos os mais variados. O que o dignifica, porque o define, é o fato de pensar no que faz e em si mesmo. Embora a premissa materialista não nos permita esquecer nunca que ele jamais seria um homem sem suas vísceras, não teria desenvolvido seu pensamento se não tivesse usado instrumentos, cavado a terra para plantar e produzir os mais variados artefatos. Assim, gerado a partir do

universo natural, **condicionado** pelo mundo que ele mesmo vai construindo através da história, enquanto realidade objetiva e subjetiva, ele escolhe seu futuro entre alternativas reais e forja novas condições (GENRO FILHO, 1986, p. 29-30 – grifos do autor).

Sob esse diapasão, Genro Filho (1986) argumenta que a tarefa de Marx de fazer da filosofia um exercício para transformar o mundo encontra na práxis a tarefa “prático-crítica”, a crítica teórica e a prática política revolucionária. Nessa concepção, os sujeitos reais são compreendidos como “sujeitos da história”. A dialética também ganha outra substância em relação à proposição hegeliana, pois passa a ser “[...] uma dialética originalmente objetiva que põe o homem no mundo e, o homem, através de sua apropriação prática e teórica desse mundo, se põe como história e dentro desta a própria história do mundo passa a se revelar como processo de verdade” (GENRO FILHO, 1986, p. 30). Nota-se aqui Marx como fonte desses argumentos, mas algumas diferenças marcam a ênfase de Genro Filho na práxis e no papel da consciência no processo teórico-prático dos sujeitos. Essa diferença é expressa nesse texto por Genro Filho e caminha em direção a um constante afastamento do autor frente a algumas afirmações de Marx.

Na exposição de adesão e diferenciação ao pensamento de Marx, o autor entende a dialética materialista ou o materialismo dialético como a filosofia do marxismo e não a ciência do marxismo, como defendem algumas correntes marxistas e, em algumas passagens o próprio Marx. Entender o pensamento de Marx como filosofia é ir contra a própria dissolução da filosofia pela sociedade comunista como está presente no jovem Marx ou a dissolução da filosofia nas Ciências Naturais como faz crer Engels, ou ainda entrincheirada nos debates teóricos como argui Althusser. O lugar da filosofia é fundamental para Genro Filho, pois é a responsável por responder às questões ontológicas fundamentais: “o que é o mundo em que vivemos e o que somos em relação a ele?” Autores como Lukács e Kosik, sob argumentos diversos, reforçam essa atribuição ao trabalho de Marx, uma vez que este institui uma ontologia histórico-materialista. Nesse aspecto, o marxismo como filosofia deve dedicar sua tarefa na questão da totalidade em sua dimensão ontológica (GENRO FILHO, 1986, p. 32-33). E a ontologia histórica, a filosofia, tem na práxis e no “princípio ativo da consciência” sua referência e sua essência, para além da própria noção do fundamento do ser na natureza – visão presente claramente em Engels e muitas vezes partilhada por Marx.

Noutras palavras, a existência de uma dialética da natureza é um pressuposto materialista que está contido na ontologia, mas esta é mais complexa que aquele simples pressuposto. A ideia de práxis, esta sim, porque contém o pressuposto de uma dialética da natureza e, ao mesmo tempo, a apropriação histórico-social (prática e teórica) dessa dialética por outra que envolve a **subjetividade** e a **liberdade**, é a premissa filosófica fundamental do marxismo.

É por isso que o núcleo ontológico do marxismo tem na práxis a sua categoria-chave, à medida que permite reconhecer tanto a dialética da natureza como a dialética histórica, a unidade e a oposição entre elas. Isto é, a identidade originária do mundo como dialética da natureza, que forma o substrato natural dos homens e do seu mundo histórico, e a ruptura ocasionada pela emergência da humanidade como subjetividade e consciência (GENRO FILHO, 1986, p. 34).

A definição de práxis e de sua inserção como fundantes da ontologia<sup>152</sup>, como defende Genro Filho, alteram, na visão dele, as atribuições da palavra dialética no arcabouço marxista. Há uma **dialética da natureza**, o mundo enquanto objetividade considerada em si mesma, uma qualidade do **ser** como pura natureza. O segundo sentido é propriamente o da **ontologia**, sob o ângulo da **práxis** como categoria central do marxismo. O terceiro sentido é a dialética como **método** e **teoria do conhecimento**. A apropriação contínua e revolucionária da práxis através da dialética como método pode gerar uma nova unidade no bojo da ruptura gerada pela consciência. “Somente com esse conteúdo é que o **materialismo dialético**, aplicado à particularidade da história, resulta no **materialismo histórico**” (GENRO FILHO, 1986, p. 35 – destaque nosso). Ou seja, o conhecimento agregado ao concreto tem o potencial de reconhecer os processos nodais e propor caminhos para a transformação social sob a égide da história.

Sob esse auspício, o conceito não é excluído do materialismo histórico. Ao contrário, para Genro Filho muitas correntes marxistas não compreendem as tarefas assumidas pelo forjar do conceito em

---

<sup>152</sup> Lukács (2012) especifica o termo “ontologia” nesse sentido usado por Genro Filho como a “ontologia do ser social”. Essa especificação acontece porque Lukács pormenoriza a ontologia de modo geral dividida em ontologia do ser inorgânico, ontologia do ser orgânico e ontologia do ser social.

consequência da própria superação do sistema de Hegel proposta por Marx. Em uma contribuição para resgatar de Hegel aquilo que o conecta e o vitaliza frente ao trabalho de Marx e ao mesmo tempo diferenciar-se de ambos, Genro Filho localiza a transformação do estatuto do conceito no interior da atividade ontometodológica. O conceito deixa de ter a anterioridade genética como tinha em Hegel, mas possui uma atribuição predominante na tarefa filosófica revolucionária.

O conceito, como pensamento histórico do homem, pressupõe, não a si mesmo como origem do universo, mas como dimensão “separatória” e superior presente **na origem da história**, embora o próprio conceito (pensamento) se reconheça nessa regressão como **logicamente posterior** à atividade prática, pois ele descartou-se da ilusão de que é a origem do universo. Assim como o universo revela-se no interior da história humana, através dela o conceito revela a dialética concreta da natureza e da história mediando-se pelas suas próprias pressuposições (na forma de premissas ontológicas). Isso porque o próprio mundo presente se manifesta mediado pela apropriação prática e teórica realizada na história precedente. Assim, tais premissas devem ser sempre recorrentes e nunca consideradas absolutas (GENRO FILHO, 1986, p. 31 – grifos do autor).

O texto “Teoria e Revolução” (GENRO FILHO, 1987e), escrito provavelmente um pouco depois de “O Segredo da Pirâmide”, faz críticas mais acentuadas a alguns aspectos da obra de Marx, identificando-os mais às “premissas naturalistas” definidas pelo teórico gaúcho. Neste escrito, Genro Filho (1987e) identifica a tarefa da teoria e do conceito no interior de uma filosofia revolucionária a ter a práxis como ponto de partida. O texto, manifesto de fundação do CEFIP (Centro de Estudos de Filosofia e Política), apresenta a compreensão de Genro Filho sobre a indispensabilidade da teoria para o processo revolucionário. “A teoria e o conhecimento não podem ser considerados simplesmente **instrumentos** da prática política em sentido estrito”. Ambos constituem “[...] uma dimensão relativamente autônoma da luta de classes”, e se desenharam como caminho para o futuro da sociedade. Ele detecta que “no fundo”, os militantes do marxismo consideram a teoria como algo secundário ou já pronto há um século e cujo receituário caberia apenas aplicar (GENRO FILHO, 1987e, p. 39-40 - grifo do

autor). Por isso é necessário repensar o posicionamento da teoria em relação à prática.

Não se trata, portanto, de tomar precauções para evitar que se crie um abismo entre teoria e a prática, como se diz sempre que surge a necessidade de aprofundamento e desenvolvimento teórico entre os marxistas voltados para a militância política. Esse abismo já existe e foi cavado pela nossa ignorância e passividade intelectual. Nós é que estamos no fundo desse abismo, com nossa prática empobrecida e coletivamente irrefletida. O que a realidade está a exigir, atualmente, é que a teoria revolucionária seja capaz de nos situar como sujeitos numa outra posição, numa outra relação abissal diante da experiência acumulada e de nosso ativismo miope. O abismo que tememos cavar é o que precisamos. O abismo em que caímos com o nosso pragmatismo pedante, e que cultuamos sob o nome de “unidade entre teoria e prática”, é exatamente aquele que deveríamos negar, aquele que é imprescindível superar. A tarefa intelectual que se põe aos marxistas, hoje, é a de “abismar” a teoria, distanciá-la da imediatividade em que se afundou para que possa oferecer um questionamento de conjunto (como totalidade) do processo histórico que estamos atravessando e possamos nos perceber e situar claramente dentro dele (GENRO FILHO, 1987e, p. 38).

O resgate da filosofia, do conceito e da teoria não é gratuito, pois revela uma cisão importante com grande parte da interpretação do pensamento de Marx e, segundo afirma Genro Filho, com dimensões do próprio pensamento de Marx. Trata-se do papel derivado que a consciência tem da matéria (“a natureza ganha consciência de si no homem”) em Marx, resultado da “inversão” do sistema hegeliano. Para Genro Filho (1987e), Marx inverte, mas não consegue supressumir Hegel. É na tentativa de suprassunção de Hegel e de Marx que Genro Filho insere a sua interpretação de práxis.

Em Hegel, os homens concretos acabam subsumidos na abstração grandiosa que fazem da dialética do Espírito, na qual são incluídos internamente como momentos determinantes. Em Marx, o espírito e, por conseguinte, os homens, tornam-se epifenômenos da dialética natural que, ao fim e ao cabo, lhes cabe cumprir. A premissa fundamental da filosofia, capaz de superar esse impasse

localizado nos extremos, é a ruptura trágica entre a consciência e o mundo, desde que compreendida de forma materialista. O prioritário torna-se inferior (a consciência torna-se superior à matéria), mas o superado continua a carregar o peso do vencido, pois é a objetivação que atribui realidade à autoconstrução do sujeito.

A essa ruptura, na qual o espírito nasceu como diferenciação do mundo natural se torna superior a ele, mas é obrigado a constituir-se através dele pela objetivação, podemos chamar de **práxis**. E no interior da **práxis**, assim compreendida, os homens concretos desenvolvem sua consciência (a teoria e a filosofia) ao mesmo tempo como momento de identidade e também de diferenciação com o mundo natural, isto é, enquanto apropriação do mundo e liberdade de autodeterminação. A teoria e a filosofia, assim, ficam resgatadas em todo o seu significado na história humana, pois enquanto desvendamento fazem mais do que realizar uma identidade pressuposta da Idéia ou da natureza consigo mesma. Enquanto crítica, fazem mais do que enunciar o que já é (Hegel) ou do que profetizar revolucionariamente aquilo que inevitavelmente será (Marx). A teoria fica, portanto, com um pé no objeto outro no sujeito, um pé na necessidade outro na liberdade. Ficam asseguradas as possibilidades da verdade objetiva e a necessidade da crítica revolucionária, ao mesmo tempo teórica e prática no processo de invenção histórica que o homem faz de si mesmo (GENRO FILHO, 1987e, p. 49-50 – grifos do autor).

Portanto, Genro Filho está em um movimento de enfrentar as correntes marxistas de modo geral e muitos dos pressupostos de Marx e Engels. Para o autor é necessário profanar o marxismo, revolucionar seus princípios, pois a práxis política dos últimos cem anos de socialismo não condizia, em sua visão, com o proposto nas teorias. Cerca de meio ano após o lançamento de “O Segredo da Pirâmide”, Genro Filho (1988) escreveu “Filosofia Marxista e o Legado dos ‘Hereges’”, um artigo de apresentação em que expõe uma crise teórica, política e filosófica do marxismo. Trata-se de seu último texto publicado. Para o autor, há “[...] A auto-ilusão marxista da superação da filosofia” a partir de uma ciência positiva que captaria a objetividade (em especial no Marx das últimas obras) e “[...] a vocação suicida das

categorias e a dissolução das mediações”, com a proposta de fim do direito, da filosofia, do Estado, da política, e do jornalismo – este último presente em muitas interpretações de marxistas e não em Marx – no comunismo. “Não há abertura ontológica efetiva para o fenômeno humano, pois a *práxis* acaba constringida como uma mediação ativa pela qual o homem haverá de se cumprir como tal”. Esse “cumprir-se como tal” pressupõe uma anterioridade que tornam homens e mulheres cumpridores dos desígnios do ser social e da história.

O conteúdo das categorias marxistas fundamentais é essencialmente *negativo*, pois o sujeito e a consciência não assumem a tarefa de qualificar ontologicamente o ser social e histórico. Ao contrário, através da atividade objetiva, o sujeito e a consciência são qualificados pelo ser social e histórico, realizando a verdade deste último. Não há uma dialética real, constitutiva do fundamental e da essência do ser social, de parte da consciência. A vocação puramente real e “suicida” das categorias marxistas pode ser melhor compreendida se percebermos que, no fundo, são as próprias *mediações reais* indicadas por tais categorias que se pretende destruir como aparências, como manifestações fenomênicas para que venha à tona a essência. Aliás, tais mediações são apresentadas como formas históricas da alienação, isto é, mediações da negação do homem por si mesmo, e que por isso devem ser definidas desde já como momentos fadados ao desaparecimento (GENRO FILHO, 1988, p. 12 – grifo do autor).

A valorização da filosofia e da consciência pela práxis encontra em alguns autores marxistas marginais, classificados como hereges por Genro Filho, um sentido de “contracorrente” às interpretações do marxismo “dominante” e para os desafios de atualizar o pensamento de Marx. Entre eles está Lukács. Sublinhamos que o conceito de práxis de Genro Filho se diferencia do de Lukács, principalmente no distanciamento progressivo das ideias do teórico gaúcho frente às da obra de Marx – sem perder completamente o vínculo. Tendo essa ressalva em tela, podemos considerar algumas aproximações em termos de projetos, uma vez que “Para uma Ontologia do Ser Social” é justamente um projeto filosófico que toma a ontologia e a práxis como centro, porém subordinada como momento do trabalho. Lukács tem também por tarefa recuperar a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. Além disso, a definição de ideologia em Lukács não é apenas negativa,

mas oferece um contraponto positivo para o social, como também faz Genro Filho (1985). Embora não seja aqui o espaço para tecer comparativos ou para analisar a obra luckasiana frente às proposições pertinentes de Genro Filho, uma citação coloca o projeto de ambos, se não em completa coincidência, ao menos em diálogo.

Em outras palavras, objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto (LUKÁCS, 2012, p. 28).

Genro Filho realiza uma avaliação do legado de Lukács, mais especificamente de sua “Estética”, no capítulo 7 de “O Segredo da Pirâmide”. Não queremos julgar o mérito da crítica de Genro Filho ao filósofo húngaro sobre a arte, até porque não entendemos suficientemente bem do assunto para realizarmos um balanço das contribuições de Lukács nessa seara. Nossa intenção é somente perceber como o teórico gaúcho reconstitui algumas de suas concepções ontológicas ao se opor às concepções da estética de Lukács, ratificando em grande parte o que expusemos anteriormente. Importante lembrar, Genro Filho realiza seus comentários tendo por base o livro “Introdução a uma Estética Marxista”, edição de 1968. Não temos registro bibliográfico se Genro Filho teve contato com a tradução espanhola da Estética, organizada por Adolfo Sánchez Vásquez no final dos anos 1960. Temos registros que Genro Filho conhecia outros textos de Lukács, como o capítulo 4 de “Para Uma Ontologia do Ser Social”, “Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx”, traduzido em livro por Carlos Nelson Coutinho em 1979 e a palestra “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”, publicada em 1978 na revista “Temas de Ciências Humanas”.

Em sua apropriação da “Introdução à Estética Marxista” para pensar o jornalismo, Genro Filho (1987, p. 157-159 – grifos do autor) discorda, de partida, da concepção de Lukács de que a “arte reflete a mesma realidade” da ciência. A realidade na arte, como primeiro argumento de Genro Filho, não é apenas refletida, mas também constituída. Ele segue a argumentação para dizer que a arte não representa a realidade da mesma forma que a ciência, embora não seja

puramente subjetiva e arbitrária. Diferente da ciência que tende a expressar a realidade objetiva, a “[...] arte funde sujeito e objeto no contexto de uma totalidade particular, mas cujo conteúdo, embora não seja exaustivo, refere-se sempre à totalidade mais ampla da existência histórica e ontológica dos homens e da sociedade”. A ciência refletiria a realidade objetiva, apenas parte da totalidade. Por sua vez, diferente da filosofia, “[...] a arte não dissolve a singularidade das figuras nos conceitos e categorias”. Para Genro Filho, há uma “tensão objetivista” a perpassar a teoria estética de Lukács. “A dimensão subjetiva da arte, com sua margem de criação livre, na qual ela nada *reflete* de objetivo, mas instaura uma realidade e um significado completamente novos, não é contemplado pela concepção lukacsiana”. Sob esse argumento, Genro Filho oferece como possível interpretação que a arte poderia ser pensada a partir da categoria *trabalho*, mais ampla do que a de *conhecimento*.

Outro problema ganha corpo no texto, o conceito de “reflexo” (mesmo não fotográfico e não mecânico) é considerado inadequado para explicar o conhecimento em cujo processo o sujeito se “apropria subjetivamente da realidade”. Lukács (1965, p. 12) procura estabelecer como premissa a realidade cotidiana, objetiva comum, porém revelada de formas diferentes pela arte e pela ciência. Trata-se da prioridade do ser em relação à consciência, defendida pelo marxismo e atestada parcialmente por Genro Filho. Isso acontece, porque, como explicamos acima e como cita em “O Segredo”, o autor defende que “[...] a partir do momento em que a filosofia materialista adota a noção fundamental de *práxis*, não pode ser traduzida para o terreno epistemológico como simples reflexo da objetividade na consciência, mesmo que se considere esse reflexo com não mecânico e não fotográfico” (GENRO FILHO, 1987, p. 158).

A noção de *práxis* como orientadora da constituição ontológica do ser social, para Genro Filho, serve como parâmetro para reconstituir sua visão epistemológica, na qual a dimensão do ser, ainda que prioritária em relação à consciência, não estabelece a diferença do ser social em relação à natureza. Ou seja, a consciência ganha estatuto na apropriação que os sujeitos realizam da realidade. Nesse sentido, o conceito de reflexo em Genro Filho perde força na ação epistemológica, já que o prioritário passa a ser a capacidade de elaboração e transformação dessa realidade literalmente “apropriada”.

Porém, parece-nos que Genro Filho avalia o conceito de reflexo em Lukács como se este utilizasse uma matriz pré-hegeliana. Tanto Marx quanto Lukács compartilham a concepção de Hegel de que sujeito e objeto se criam mutuamente, ou seja, há uma relação dialética entre o

conhecido e o processo de conhecer. No entanto, se de certo modo o sujeito cria o objeto com base nas categorias do seu pensar, o conhecimento tem por tarefa também revelar as legalidades do objeto em tela. O conhecimento passa a ser assim a relação mútua do processo de conhecer que explica o objeto e das legalidades do objeto explicado. Nesse aspecto, o reflexo existe, pois é uma dimensão do conhecer. É a tentativa de apreender as características predominantes de um dado ser. Por outro lado, é impossível um reflexo sem sujeito, pois apenas os homens e mulheres possuem a capacidade de pensar e transformar o que pensam em novas ações. Há diferentes modos de apreender a realidade e se apropriar dela, sob a forma de representações, intuições, entendimento, conhecimento (HEGEL, 1995). Da mesma forma, a realidade apreendida não é apenas objetiva (o que seria uma abstração), pois ela é constituída pelo ser social (MARX; ENGELS, 2007, p. 533). Assim, o subjetivo forma a realidade, tanto quanto o objetivo, e a separação de objetivo e subjetivo transforma-se em uma cilada gnosiológica, que não atenta para a ontologia. Assim, mesmo Lukács não se utilizando da ontologia para caracterizar a estética, não está em sua definição de reflexo essa cisão que Genro Filho tenta evidenciar devido apenas à etimologia pré-hegeliana da palavra.

O que significa que, na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno. E é essa constatação que distingue o materialismo dialético do materialismo mecanicista (LUKÁCS, 2013, p. 63).

Mesmo ciente que Genro Filho não teve contato com a maior parte dos capítulos de “Para uma Ontologia do Ser Social” torna-se importante trazer aqui rápidos apontamentos para contextualizar e polemizar algumas das colocações de Genro Filho. Lukács (2012, p. 27) oferece uma concepção do que chama de “espelhamento dialético da realidade objetiva” ao indicar que sempre esse processo é subjetivo. Mesmo quando aproximadamente fiel, com uma objetividade cognitiva, essa questão ontológica primária não é afetada. Esse espelhamento ocorre em circunstâncias e condicionalidades concretas, podendo, inclusive “[...] contribuir de maneira ativa para provocar na sociedade novos fatos ontológicos”.

Lukács (2013, p. 126 e seguintes) localiza, na gênese do trabalho, o processo de independência crescente do processo de significação da realidade. Ao expor a complexidade gerada entre os fins e os meios do processo de trabalho, o teórico húngaro assevera sobre a necessidade de acúmulo de conhecimento sobre os meios cada vez mais complexos que se interpõem entre os sujeitos e suas finalidades. Dessa distância que passa a existir entre o sujeito com pôr teleológico e os objetos que pretende transformar – resultado da complexificação de meios e finalidades – desenvolve-se a relação sujeito-objeto e o conseqüente distanciamento entre sujeito e objeto. A forma primária para a transmissão das circunstâncias desse processo e a possibilidade de desenvolvimento crescente da sociabilidade e conseqüente redução da barreira natural se processa na linguagem. O processo de desenvolvimento das formas de trabalho (a complexificação dos meios e desenvolvimento das finalidades) e de linguagem gera a intervenção contínua e necessária da consciência e da subjetividade, com a objetivação das mediações estabelecidas para a realização de determinadas finalidades. Essas finalidades passam a adquirir relativa autonomia uma das outras, o que, por conseguinte, indica para a divisão social do trabalho, e das abstrações realizadas em cada um dos segmentos.

Todo esse processo subjetivo e objetivo possibilita-nos retornar à gênese do processo, pois há uma relativa autonomia da ação subjetiva para o conhecimento e transformação da realidade, porém não se perde de vista que a realidade permanece com suas legalidades próprias, que fazem parte da atividade desempenhada, como também de outras realizadas. Trata-se da “irrefutabilidade da prioridade do ser em si”, visto que um trabalho (uma práxis) é bem sucedida quando apreende e trabalha os objetos da maneira que corresponda o mais proximamente possível ao ser em si deles (LUKÁCS, 2013, p. 413). A exposição dessa relação entre subjetivo e objetivo no processo de representação da realidade, tomando por base as Teses sobre Feuerbach de Marx, faz com que Lukács (2013, p. 414-415) esforce-se para explicar os termos da equação.

Mas o que significa essa subjetividade para o processo “sujeito-objeto” complexo do trabalho? De modo algum a negação daquele caráter de imagem correta, que corresponde ao objeto do qual aqui se fala. A sua gênese só precisa ser complementada no sentido de que, em termos de ser, jamais se fala de uma mera contemplação,

de uma aceitação do objeto de modo consciente passivo, que ao sujeito cabe, muito antes, um papel ativo, de iniciativa: sem pôr teleológico não há percepção, imagem, conhecimento corretos, relevantes para a prática, do mundo objetivo. Só o pôr teleológico direcionado para o uso, para a mudança do mundo objetivo, produz aquela seleção dentre a infinidade tanto extensiva como intensiva dos objetos e processos da natureza que possibilitam um comportamento da práxis em relação a eles. Nesse processo, o ser-em-si naturalmente subsiste inalterado, mas não há nenhum comportamento humano-prático em relação ao mundo objetivo, cuja intenção se limite a essa imutabilidade. O pôr teleológico não produz só uma delimitação, uma seleção do ato de reproduzir a imagem, mas ao fazer isso – e para além disso –, oferece orientação concreta para aqueles momentos do ser-em-si que devem e podem ser postos por ele na relação desejada, na conexão planejada etc. Essa orientação, enquanto modo de comportamento concreto é de tipo diferente nos diferentes pores teleológicos, e isso não só para o conhecimento intelectual, no qual tal pôr alcança seu ponto culminante em termos de consciência, mas para toda percepção, toda a observação, cujos resultados a consciência pensante e ponente elabora e sintetiza na unidade do pôr. No mesmo bosque, o caçador, o lenhador, o coletor de cogumelos etc. perceberão de modo puramente espontâneo (claro que formado pela práxis) coisas totalmente distintas em termos qualitativos, embora o ser-em-si do bosque não sofra nenhuma mudança. O que muda é apenas o aspecto a partir do qual tem lugar a seleção de conteúdo e forma na figuração.

Lukács (2013, p. 415-416) segue ponderando sobre as relações sujeito e objeto, o que nos permite localizar especificamente a concepção de “espelhamento” e como ela está inserida em suas reflexões sobre o ser social. Notamos que a ênfase de Genro Filho está no âmbito da práxis, com maior evidência da singularidade. Porém, seus escritos não nos permitem ir além, indicar precisamente como inserir essa suprassunção proposta por ele no sistema de gênese e reprodução do ser social. Em novo trecho elucidativo, podemos induzir, a partir do sistema de análise proposto por Lukács (2013, p. 416), como inserir a “autonomização da práxis” e o que Genro Filho considera como

mais predominante na relação sujeito-objeto. Além disso, serve para explorarmos mais as características do “espelhamento dialético”.

Só desse modo pode surgir, no pôr teleológico, aquela relação “sujeito-objeto” da qual acabamos de falar. Seu papel ativo descrito até aqui de modo algum esgota o novo que aqui é posto em destaque. Este se evidencia sobretudo no fato de que a imagem assim produzida pelo sujeito, que ele de fato pretende fiel, mas que não é de forma alguma a imagem “fotográfica” do objeto, chega a uma autonomia no processo vital do sujeito. A imagem do objeto fixa-se no homem como objeto da consciência, que, por um lado, também pode ser e também é examinado separadamente da ocasião que o desencadeou na realidade objetiva; por outro lado, ele tem com a própria consciência uma relação de ampla autonomia, sendo para a consciência um objeto, cuja aplicabilidade a casos imediatos muitos distintos é ponderada, cuja correção, completude, serventia etc. são submetidas a reiteradas verificações, e o resultado dessas novas considerações da imagem decide sobre se os pores teleológicos futuros serão simples repetições dos já efetuados ou se um pôr teleológico mais ou menos modificado ou até um totalmente remodelado se tornará o fundamento da práxis ulterior. Mostramos anteriormente o importante papel que desempenha a linguagem em decorrência da generalização da figuração singular-espontânea através da atribuição de nomes, através da nomenclatura de objetos e processos.

Após esse excursão sobre o conceito de “espelhamento dialético” que, ao nosso ver, avança no sentido de revelar proximidades conceituais entre o que Genro Filho propunha e o que Lukács defende – ressaltando, porém, a diferença de ênfase de cada um – retornemos a um segundo aspecto da crítica de Genro Filho a Lukács que merece a devida contextualização. Trata-se da definição de Lukács de que a arte e a ciência refletem a mesma realidade. De acordo com Lukács (1965, p. 11-12; p. 33-145), para compreender uma forma de conhecimento superior como a arte e a ciência, é necessário derivá-la da forma de reflexo mais básica e também a que unifica todas as formas de pensamento, o pensamento cotidiano. A realidade é a mesma na ciência e na arte porque única, tendo no pensamento cotidiano a forma de relacionamento mais universal dos sujeitos para com ela e nela. Ao

indicar que a arte constitui seu objeto, Genro Filho trabalha a questão de forma unicamente gnosiológica, sem perceber a questão de fundo, pois a arte se especifica e desprende do pensamento cotidiano ao mesmo tempo em que influi sobre esse cotidiano, fazendo parte dele. Trata-se da derivação de um pensamento mais simples, porque universal, visto que mesmo um artista ou um cientista não deixa de pensar cotidianamente e de viver o cotidiano.

Desenvolveremos mais a questão do conhecimento no próximo capítulo. Depreendemos apenas que a definição de realidade e a ação humana de constituição e transformação da realidade devem ser devidamente circunscritas, sobre o risco de realizarmos uma interpretação excessivamente subjetivista, ou mantermos uma “tensão objetivista”. Não é nossa tarefa aqui expor essa “tensão” na obra de Lukács, ou discutir se sua teoria falha ou não na apresentação da “dimensão subjetiva da arte”. O que, por sua vez, não significa concordância de que a arte “[...] instaura uma realidade e um significado completamente novos” (GENRO FILHO, 1987, p. 158), pois se há a dimensão da arte de transformar a realidade e instaurar novos significados sobre a realidade, não há possibilidade ontológica dela instaurar outra realidade, visto que os processos imagéticos novos e transformadores da arte podem ter relação com a realidade existente ou não, interferindo de qualquer modo nessa mesma realidade.

A nossa tarefa será perceber como podemos compreender alguns dos fundamentos ontológicos que sustentam a abordagem marxista defendida por Genro Filho em “O Segredo da Pirâmide” com base nas concepções do autor aqui trabalhadas. Recuperando a citação realizada logo no início do tópico, trata-se de uma abordagem que toma a subjetividade como algo ativo, real e com potencial de transformação. Um marxismo que entende a práxis – como definida pelo autor - como categoria central. A necessidade de buscar na filosofia os elementos para se pensar o que a imediaticidade da prática jornalística oferece como pronto, irreduzível e eminentemente positivo. O papel da teoria em “abismar” as teorias disponíveis e de enfrentar a imediaticidade do fenomenológico, da prática. As categorias para enfrentar a não dissolução das mediações da prática jornalística, ou seja, o substrato que fundamenta o enfrentamento a teses marxistas que preveem o fim das categorias e das mediações mais amplas servem como arcabouço para entendermos o embate travado pelo autor com propostas marxistas que definem o jornalismo como epifenômeno do capital. Compreender o modo como Genro Filho concebe o e se relaciona com o marxismo permite-nos entender muitas das categorias utilizadas por ele para

sustentar “O Segredo da Pirâmide”, porque se tratam dos princípios norteadores do arcabouço filosófico que o autor vinha constituindo até sua morte.

\*\*\*

“O Segredo da Pirâmide” tem por objetivo oferecer elementos para constituir uma teoria do jornalismo, entendido este como uma forma social de conhecimento. Esse objetivo é circunscrito a um objeto específico de análise. Não se trata, necessariamente do jornalismo como um todo, mas da exposição de um elemento estrutural determinado historicamente e que tipifica o jornalismo contemporâneo, a notícia. O autor argumenta não poder partir de um conceito exaustivo de jornalismo e dele derivar determinações, sob o risco de expor como premissa ideal aquilo a se mostrar ao cabo da reflexão. Nesse ponto, descreve um conceito como principal produto do objeto em tela, transformando a definição desse elemento como generalizável para compreensão de todo jornalismo. Esse elemento é a notícia diária.

Assim como Marx (2013) descreve sua estratégia de exposição no posfácio à edição francesa de “O Capital”, Genro Filho parte de um conceito base, aberto, mas já resultado de uma reflexão prévia. Marx oferece o conceito de mercadoria e defende a própria mercadoria como potencialidade para revelar o todo do sistema capitalista. O autor gaúcho, por seu turno, começa a escolha de seu conceito orientador, ou elemento metonímico, a partir do exercício de “aproximação excludente”. Diz que o objeto do trabalho não é a comunicação em geral (e sua multiplicidade de abordagens – cita a Cibernética e a Teoria da Informação); “[...] tampouco se pretende dar conta do conjunto de relações humano-sociais indicado sob o título genérico de Comunicação Social, mas apenas de uma de suas determinações históricas, a saber o “[...] jornalismo informativo”, tomado como modelo do próprio conceito de jornalismo” (GENRO FILHO, 1987, p. 23). Portanto, este é o objeto real, a partir do qual constitui o objeto teórico.

Em nota de rodapé, Genro Filho define o jornalismo informativo como aquele produzido em qualquer veículo jornalístico, especialmente o de periodicidade ao menos diária. Define-o como o fenômeno que tipifica o objeto. “Trata-se da manifestação mais característica do fenômeno que pretendemos analisar, servindo como principal referência de nosso ‘objeto real’”.

Portanto, a escolha do fenômeno jornalismo informativo - principalmente a notícia - assume para o autor uma função metodológica

similar à do conceito de mercadoria na análise de Marx (guardadas as devidas proporções da analogia). Como observamos ao longo do nosso estudo, Genro Filho preocupa-se em distinguir um valor de uso do valor de troca da notícia, com vistas a compreender como o jornalismo integra uma forma de conhecimento específica da realidade, com potencialidades capazes de superar seus vícios.

Mas a definição do “objeto real” como objeto já está circunscrito à definição do método empregado para análise de “O Segredo”. Genro Filho recorre “à distinção comum nas ciências” entre “objeto teórico (ou objeto do conhecimento)” e “objeto real”. Na visão do autor, “[...] há duas interpretações agnósticas sobre a questão que devem ser descartadas”. A primeira seria a premissa de “fundo neopositivista” que toma a realidade “simplesmente para efeitos operatórios, como um “construto” relativamente arbitrário”. A segunda, assume “[...] uma postura francamente idealista, ou seja, o real é entendido como dotado de uma essência inacessível ao conhecimento” (GENRO FILHO, 1987, p. 22). Mesmo desconhecida de Genro Filho, essa crítica está detalhadamente presente na introdução e na primeira parte do primeiro capítulo de “Para uma Ontologia do Ser Social” de Lukács (2012). Nessa obra, Lukács critica o neopositivismo dando ênfase ao combate às teses de Carnap e, posteriormente, contra a postura antiética de Wittgenstein em “Tractatus Logico-Philosophicus”. Por sua vez, o embate contra o “idealismo subjetivista” de Kant e de neokantianos como Rickert enfatiza a separação da razão como propriedade do sujeito do conhecimento (por meio dos princípios transcendentais presentes na “Crítica da Razão Pura”) e do entendimento dos fenômenos, visto que, para essa corrente, não se torna possível conhecer a realidade sem uma apreensão puramente subjetiva e perspectivista. O Existencialismo é outra corrente filosófica que guarda relações com Kant, uma vez que coloca “entre parêntesis” a realidade. Genro Filho, por sua vez, tem por fundamento um ponto de vista ontológico e histórico-materialista.

A posição assumida por Genro Filho exprime que “analiticamente” (destaque para a palavra) o objeto teórico é distinto do real e interpreta essa sentença com base em Marx. Genro Filho não recupera o trecho de Marx por meio de citação direta, mas há a referência em nota de rodapé, o que permite a recuperação da explicação marxista. O trecho corresponde ao “Método da Economia Política”, clássica passagem da “Introdução à Crítica da Economia Política” (MARX, 1985; 2011). Genro Filho segue sua explicação embasado neste texto: “O real para o conhecimento não aparece imediatamente em sua concreticidade”. Não é o real que “aparece” diretamente ao

pensamento que se constitui no real, ainda que essa “aparição” seja o ponto de partida da análise. Conforme Genro Filho (1987, p. 22), o percurso do conhecer vai “[...] do abstrato ao concreto, das abstrações mais gerais produzidas pelos conhecimentos anteriores [...] até o momento da síntese realizada pelo conceito para apanhá-lo em suas determinações específicas, isto é, como concreto pensado”. Compreender o fenômeno, para Genro Filho, é remontar o processo de vinda do fenômeno ao aparecimento, sem, no entanto, separar a caminhada do fenômeno. Assim, razão e entendimento como categorias de análise da essência e da aparência estão sempre presentes.

É necessário explicar esse trecho, até para ficar claro os procedimentos adotados. O primeiro passo é explicar qual o papel de Hegel nesse processo. Diferente de Kant e da tradição aristotélica, Hegel pressupõe que a forma primordial de conhecer está no devir e não no ser. O conhecer (ou a forma de conhecimento) costumeiramente é a forma de transferir para o pensamento a realidade observada. Essa realidade observada converte-se no ser, localizado em um tempo e espaço determinado e fixo. Para conhecer o ser, torna-se necessário determinar a especificidade desse ser, o que ele é em essência. Em Aristóteles, em Kant e em grande parte dos filósofos a essência (o *noumena* de Kant) deve ser separada da manifestação do ser (*fenoumena*). O fenômeno é considerado o transitório, e a essência, o que permanece. O ser, portanto, é enfatizado como o que permanece e, ao definir o que permanece em determinado real, chega-se à essência, ao conhecimento desse real. Aristóteles explica o conhecer como uma forma de correspondência entre o pensamento e a essência do real. Kant, por sua vez, tomando como influência o ceticismo de Hume, explica ser impossível conhecer a essência do real, mas apenas a essência do sujeito que conhece; da realidade, descreve-se apenas a aparência. Nota-se, Aristóteles quer buscar o ser das coisas na realidade observada, Kant, por sua vez, encontra o imutável, o ser, apenas no pensamento, na forma e no imperativo categórico.

Hegel desbasta o primado do Ser, do que permanece, do imutável. Para Hegel, a essência está no devir, na possibilidade das coisas em sempre mudar no tempo e no espaço. Em “Fenomenologia do Espírito”, Hegel (1995) considera “a coisa observada” e o “ser que observa” dos filósofos que o antecederam como fantasia. O indivíduo que conhece, para esses outros pensadores, é um ser hipotético, congelado no tempo e no espaço. Da mesma forma a coisa conhecida, como que estabilizada em laboratório para o reconhecimento do seu ser. Esse processo de imutabilidade remete às condições de manipulação do

real e não à própria dinâmica desse real – vide Lukács (2012). Hegel quer explicar o ser como uma etapa do conhecimento, mas o verdadeiro conhecimento está no devir. Para isso, concebe o conhecimento e a realidade como dinâmicos e a essência estaria no processo de determinação mútua, no qual o sujeito reflete o objeto reconstituindo-o na própria dinâmica do pensar. O auge da “Fenomenologia do Espírito” ocorre nas circunstâncias em que o pensar se desdobra para observar seu próprio caminho, remontando o sentido ético de seu conhecer. É esse reconstituir o caminho que permite a manifestação do conceito, momento supremo da lógica hegeliana. Esse movimento, em Hegel, decorre de negações do ser em favor do devir, no qual o pensamento nega também a sua própria condição inicial para apreender o real no jogo de formação mútua. Isso é a dialética. Considerar o ser como um momento permite inserir os objetos em relação uns com os outros e consigo mesmo no tempo e no espaço e, em Hegel, com a Ideia (capacidade humana de pensar), o que corresponde a uma história (tanto da realidade quanto da filosofia).

Lukács (2012, p. 241-244), ao explicar os problemas do método de Hegel, mostra dois que contaminam todos os possíveis avanços. O primeiro deles é a “identidade de sujeito-objeto”; o segundo, a subsunção do método (na avaliação de Lukács, um avanço) ao sistema (o retrocesso). Em ambos, há uma ênfase muito grande de Hegel a uma teleologia das coisas em sintonia com uma teleologia do pensamento, o que gera uma teodiceia da filosofia e do mundo no qual o pensamento de Hegel é o cume histórico e seu presente o ponto alto de toda a humanidade. O absoluto – que em Hegel costuma ser sinônimo de Deus – seria revelado pelo reconhecimento do pensar como a revelação do modo como a ideia materializa-se nas coisas (o idealismo objetivo). Nesse sentido, sujeito e objeto estariam ligados como momentos a serem suprassumidos pela ideia que materializa os objetos. Por seu turno, a lógica dessa ideia (a lógica de Hegel) suprime o método dinâmico estabelecido, pois a dinâmica das relações históricas estaria subsumida à teleologia da humanidade, a um fatalismo calcado no conceito. É como se ao invés de Deus prever e prover todo o teatro de ações do mundo, a Ideia tomasse seu lugar, avançando rumo ao encontro consigo mesma. A Ideia que seria, para Hegel, o absoluto, tem correspondência com o sentido religioso de Deus, que também estava presente em seu sistema filosófico.

Na visão de Lukács, é necessário verificar os avanços de Hegel em detrimento dos retrocessos. De acordo com o filósofo húngaro, Marx toma de Hegel o método e dissipa o “véu” da lógica. Portanto, a

centralidade no devir permanece como condição metodológica. Só que sem a compreensão de uma ideia que paira sobre as cabeças dos homens. A primeira inversão das teses de Hegel é realizada por Feuerbach, que concebe Deus e as religiões como criações humanas. Marx toma essa visão e radicaliza (no sentido de ir à raiz), uma vez que Feuerbach cria um sentido geral preso à ideia de humanidade (outra ideia). Para Marx, o pensamento serve para espelhar uma relação concreta, material. São homens e mulheres lutando pela sobrevivência, criando cultura, fazendo política, oprimindo uns aos outros. E são relações entre homens e mulheres que se transformam. Nesse ponto, não há uma sobreposição do indivíduo sobre a sociedade, uma vez que cada indivíduo nasce em uma dada sociedade que lhe oferece algumas possibilidades de vida. Por outro lado, cada indivíduo tem sua singularidade, seu “pôr teleológico” (LUKÁCS, 2012, p. 345). Como cada indivíduo tem seu “pôr teleológico”, torna-se impossível uma teleologia macrohistórica no sentido de uma teodiceia ou de um futuro certo e natural (como quis fazer crer Stalin em seu naturalismo dialético e como fazem crer muitas das abordagens do marxismo que enfatizam excessivamente a dialética da natureza). Por seu turno, não é possível um relativismo exacerbado, pois existem relações humanas mais determinantes que outras [o que Lukács (2012; 2013) chama de “momento predominante”]. O “momento predominante” não deve ser confundido com determinismo. Mas, que existem posições e relações mais complexas do que outras e que, por isso, os sujeitos tem maior ou menor possibilidade de exercer sua individualidade a depender das circunstâncias.

Para Marx (1978), o que importa é a realidade e ela é o ponto de partida. Sob esse pressuposto, é possível realizar “abstrações razoáveis” (CHASIN, 2009) com base no conhecimento já acumulado sobre determinado objeto real. No entanto, o real observado não é exatamente o mesmo do que observado em um primeiro momento (caso contrário não existiria a necessidade do conhecimento). Por isso, é necessário rever essa abstração primeira, caminhando das definições mais universais e conhecidas sobre determinado objeto para as mais específicas desse objeto. A primeira observação desse real seria uma representação, uma apreensão do objeto em sua dimensão fenomênica. Esse é o movimento que vai do abstrato (abstração primeira que apanha o fenomênico) ao concreto (resultado da elaboração dos conhecimentos que reconhece a relação entre aparência e essência no fenômeno), não perdendo de vista o objeto real nem o objeto teórico, constituindo ambos, mutuamente, concreto pensado, pensamento concreto. Marx é

muito claro no método que escolhe para analisar as coisas, exemplificando como ele parte de um fenômeno concreto, a mercadoria, para a análise do valor contido na mercadoria, a essência.

*De prime abord*, eu não parto nunca de conceitos, nem, portanto, do “conceito de valor”, não tenho, pois, que “dividir” de modo algum esse conceito. Meu ponto de partida é a forma social mais simples que toma o produto do trabalho na sociedade contemporânea, a *mercadoria*. É a esta que analiso, em primeiro lugar *na forma sob a qual ela aparece*. Aí constato que ela é, *tout d’abord*, em sua forma natural, um *objeto de uso*, em outros termos, *valor de uso*, e que, em segundo lugar, *portadora de um valor de troca*, ela mesma é, sob esse aspecto, um “valor de troca”. Prosseguindo essa análise, me dei conta de que ele não é mais do que uma *forma fenomênica*, uma representação autônoma de *valor* contido na mercadoria, é então que passo à análise desse valor (MARX apud CHASIN, 2009, p. 252-253 – grifos de Chasin; MARX, 1976, p. 176).

Essa síntese, o resultado do movimento do conhecimento não estabelece o fim do processo de conhecimento (ou o retorno à ideia, ao sistema, à face de Deus ou qualquer outra concepção hegeliana). Mas a síntese fundamenta novos horizontes, novas possibilidades ao conhecimento e ao questionamento. Não significam possibilidades maiores ou melhores, haja vista que não se trata de um desenvolvimento certo, nem da certeza das conexões do presente e de todas suas consequências futuras.

É possível sobrepor a proposta de Genro Filho (1987, p. 22-23) para o jornalismo às posições trabalhadas nesta digressão teórica. Por isso, para o autor brasileiro, o objeto real aparece imediatamente aos sentidos, sendo assimilado de forma “fragmentada” e “isolada”. E o objeto teórico é essa mesma realidade analisada só que sob “[...] o ângulo dos conhecimentos acumulados preliminarmente, ou seja, nos limites em que isso for possível, já vinculada (a realidade) ao seu princípio”. Ele ressalta, primeiro, que objeto real e objeto teórico são dinâmicos e construídos mutuamente, em paralelo. Segundo, que não há um fosso intransponível entre um e outro e o objeto real transforma-se em objeto teórico e vice-versa. “É se apropriando do mundo que o homem vai realizando essa transformação e, através dela, revelando a verdade do objeto real por meio da teoria”. Lembrando que a teoria,

para Genro Filho, tem um papel fundamental enquanto práxis, no sentido já exposto anteriormente.

A explicação sobre a estrutura do real, que na relação cotidiana aparece sob a forma fenomênica e a necessidade da teoria para captar as mediações históricas que vinculam esse fenômeno a um complexo, constituindo sua essência, não é somente mencionada como “objeto teórico”, mas também como “objeto de conhecimento”. Essa afirmação metodológica e ontológica é importante, uma vez que, sendo o jornalismo considerado uma forma de conhecimento, a teoria do jornalismo auxilia na tarefa de compreender a prática jornalística não como a reprodução do fenômeno como o real em sua plenitude, mas na compreensão do fenômeno em seu caráter de fenômeno, como manifestação da essência que se consolida nas mediações que o produziram e o dotam de um (entre vários) sentido. Essas reflexões sobre a leitura ontológica presente no substrato do método dialético permite, posteriormente, que compreendamos a estrutura da notícia jornalística e o modo como a prática jornalística se relaciona com a realidade, visto que essa é a concepção da estrutura de realidade que sustenta a abordagem do livro. Assim, tenhamos em mente essa dimensão que inclui a teoria como aquela que explica, a partir de sua própria base ontológica, a base ontológica do jornalismo como conhecimento.

A hipótese central de “O Segredo da Pirâmide” é de que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular. Essa hipótese é resultado da utilização de três categorias clássicas da filosofia desde a antiguidade, em especial na filosofia alemã: singular, particular e universal. Essas categorias são trabalhadas por Genro Filho em cotejamento com a aplicação delas na Estética por Gyorgy Lukács em “Introdução a uma Estética Marxista”. Citamos essa base teórica, mas não realizaremos aqui a explicação de sua aplicação por Genro Filho e de seus meandros, reservando essa pormenorização para quando trabalharmos especificamente sobre o jornalismo como forma de conhecimento, no capítulo seguinte.

A defesa do jornalismo como forma de conhecimento, a discussão sobre as características, conceitos e sobre a história do jornalismo acontecem na oposição do método e do arcabouço teórico e ontológico de Genro Filho frente a cinco grandes correntes: o funcionalismo norte-americano, a teoria dos sistemas e teoria cibernética, a Escola de Frankfurt e uma corrente de esquerda que o autor denominou de “reducionismo ideológico”. Nesta última está inserida a tradição stalinista e o que ele chama de “complemento

teórico” dessa abordagem, as teses sobre os aparelhos ideológicos de estado de Louis Althusser (GENRO FILHO, 1987, p. 24). O autor critica que algumas dessas correntes assumem um “empirismo estreito – caminho mais curto até a apologia” –, e outras reduzem o jornalismo a uma crítica “[...] supostamente radical que resume tudo no engodo e na manipulação” (GENRO FILHO, 1987, p. 27).

Permeiam essa discussão as características da atividade jornalística frente à ideologia da classe burguesa. Está em debate, portanto, se o jornalismo é uma forma de conhecimento, de transmissão da informação atendendo a uma funcionalidade do corpo social ou se é uma forma de alienação e fetchização (“o que a sífilis poupou será devastado pela imprensa”, como critica Karl Kraus). A crítica destrutiva ao jornalismo e, principalmente, a dissolução das mediações propriamente jornalísticas são recorrentemente criticadas por Genro Filho e servem como substrato para a defesa de sua hipótese do jornalismo como forma de conhecimento. Ademais, Genro Filho é crítico às propostas de “devolução à palavra ao povo”, de retorno às propostas comunitárias em substituição à mediação jornalística, como presente nas propostas teóricas de autores como Mattelart ou Castoriadis.

A ingenuidade dessas propostas, que desprezam as mediações especificamente jornalísticas e propõem a panaceia de “devolver a palavra ao povo”, denuncia a inconsistência teórica das premissas. É certo que a ideologia burguesa está embutida na justificação teórica e ética das regras e técnicas jornalísticas adotadas usualmente. Mas isso não autoriza, como muitos parecem imaginar, que se possa concluir que as técnicas jornalísticas são meros epifenômenos da dominação ideológica. Essa conclusão não é legítima nem do ponto de vista lógico, nem histórico (GENRO FILHO, 1987, p. 27).

É tarefa de Genro Filho comprovar que o jornalismo como forma de conhecimento possui uma legitimidade histórica e lógica. Essa legitimidade está embasada na proposição de que o jornalismo atende a uma **necessidade social da informação jornalística** que surge no bojo do capitalismo. Ainda, de que o modo empírico como a profissão considera as **vinculações da atividade com a realidade** revela equívocos tanto de ordem ontológica (da própria realidade) como epistemológica (no modo como concebemos essa realidade). Por fim, é

tarefa incontornável discutir a definição do conceito de **ideologia** para o autor e das implicações dessa definição para o jornalismo. Esses eixos de análise comporão as estratégias para a comprovação da hipótese e de enfrentamento das demais correntes de pensamento. Como será possível ratificar, esses eixos coadunam-se com as premissas teóricas destacadas até esse momento.

\*\*\*

Toda práxis social, se considerarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação. Marx delinea corretamente essa condição, dizendo que os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo "sob pena de se arruinarem". Eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção (LUKÁCS, 1978, p. 7).

A concepção de Genro Filho do que é o jornalismo e do que ele deve ser, suas dimensões epistemológicas e éticas, estão estruturalmente embasadas na definição de “necessidade social da informação jornalística”. Genro Filho (1987) não conceitua a categoria “necessidade”, mas a utiliza para validar os argumentos teóricos e históricos do jornalismo como forma de conhecimento.

Como explica Norbert Elias (2001b, p. 90), as “[...] profissões, despojadas de suas roupagens próprias, são funções sociais especializadas que as pessoas desempenham em resposta a necessidades especializadas de outras”. A interdependência entre necessidade e prática (categoria que julgamos mais ampla que ‘função’), nesse caso, não pressupõe a anterioridade de importância de uma ou de outra, mas o enfoque está justamente na relação estabelecida entre ambas. É a gênese das relações entre necessidades sociais e técnicas humanas especializadas e institucionalizadas que a explicação da história de uma profissão (ou de uma ocupação especializada) deve atentar. Em uma

proposição teórica que visa explicar a essência de uma dada atividade, definir a necessidade social específica é tarefa nodal. Trata-se de reconhecer no arquétipo construído pela teoria como se estabelece a oferta de uma atividade específica para a satisfação de tais necessidades.

Essa atividade não cumpre apenas uma “função”, uma especificidade gerada unicamente pela sociedade sob a resposta da necessidade. Não obstante a necessidade seja um fator importante para a explicação da gênese de dada prática, o ser dela somente se desenvolve pela relação entre necessidade e probabilidade, probabilidade que se traduz na margem de liberdade dos sujeitos. Como afirma Lukács (2012, p. 25-26), toda prática do ser social é, ontologicamente, uma composição dialética de necessidade e liberdade. Tomando como pressuposto a articulação entre necessidade e liberdade, a necessidade como constituição objetiva da sociabilidade de determinado período encontra relação com o desenvolvimento subjetivo dessa mesma sociedade e de um conjunto restrito de homens e mulheres que nela vivem e se especializam. Nesse aspecto, não faz sentido pensarmos o jornalismo fora das relações e necessidades capitalistas. Porém, seria igualmente redutor derivarmos o surgimento da prática apenas a tais necessidades, sem examinarmos um aspecto mais amplo que potencializa a atividade para o atendimento de liberdades de expressão, de pensamento e o direito à informação que se relacionam com a probabilidade de transformação e melhoria da vida de homens e mulheres. Esses argumentos ajudam-nos a compreender o intento de Genro Filho.

Notamos que, embora sem uma definição clara, a categoria de “necessidade social” emerge no interior do escopo teórico metodológico empregado, com base na teoria da práxis advinda do método dialético-marxista. A inserção da categoria de necessidade nesse arcabouço de reflexão permite ao autor dissociar-se da visão de jornalismo como resultado do atendimento às necessidades irresistíveis do sistema social ou, até mesmo, do capital como entidade autônoma, sem a compreensão das transformações que ocorreram no âmbito do sistema em mútua relação com a dinâmica de vida dos homens e mulheres. Não se trata, portanto, da exaltação de uma necessidade que advém externamente ao jornalismo, que o utiliza como aparelho para a finalidade da hegemonia de classe. Complexificando essas relações, Genro Filho defende-as como necessidades específicas, que nascem no bojo do desenvolvimento do capitalismo, mas não estão subsumidas apenas à determinação econômica.

Com base nessa hipótese, Genro Filho defende o jornalismo como forma de conhecimento e a necessidade de uma teoria que o explique. Para sustentar sua hipótese, ele apresenta uma diferenciação entre a notícia e a mercadoria, de que aquela não está totalmente subsumida a esta. Esta distinção de notícia e mercadoria responde a um conjunto de autores que concebe a notícia jornalística como uma mercadoria de segunda natureza, como apenas o involucro para a difusão ideológica (MARCONDES FILHO, 1986; ALTHUSSER, 1980). A necessidade social da informação jornalística permite a inferência de um valor de uso da notícia frente às considerações que a tomam exclusivamente como valor de troca.

A definição da necessidade social do jornalismo fornece subsídios ao autor para também reconstituir uma história do jornalismo, pois a gênese das condições materiais para o atendimento de determinada necessidade guarda relação com a gênese das condições históricas de surgimento dessa necessidade. Ao evidenciar o valor de uso e definir a história da gênese desse valor de uso, a teorização permite a leitura de uma ética do trabalho jornalístico: o atendimento dessa natureza que advém da necessidade do social. O reconhecimento de uma necessidade social do jornalismo fundamenta, ademais, o próprio exercício teórico proposto pelo autor, uma vez que a concepção teórica ajuda a esclarecer as características do produto jornalístico, do trabalho dos jornalistas e da história do jornalismo nas contiguidades da importância dessa atividade para o ser social.

Com base no método dialético materialista como exposto anteriormente, a categoria de necessidade social trabalhada por Genro Filho diferencia-se de dois tipos de abordagem: a positivista/funcionalista, que utiliza a categoria necessidade em sua articulação com a concepção da sociedade como um organismo social, com o desempenho de funções que visam uma sociedade de ordem, saudável; e de algumas correntes do marxismo que defendem a necessidade como categoria essencialmente econômica e de determinação completa sobre as ações dos sujeitos singulares, reduzindo assim o papel da contingência.

O primeiro capítulo de “O Segredo da Pirâmide” é um enfrentamento à concepção de necessidade social da informação jornalística sob o escopo do funcionalismo. As críticas de Genro Filho visam atingir “[...] visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas” do jornalismo, que concebem a atividade somente como “crítica responsável”, voltada para o “aperfeiçoamento das instituições democráticas” (GENRO FILHO, 1987, p. 37). Mediante críticas às

concepções gerais do funcionalismo presentes nas obras de Émile Durkheim e em algumas das teorias da comunicação e do jornalismo, Genro Filho atém-se à análise de um tópico do livro “Sociologia da Imprensa Brasileira”, de José Marques de Melo (1972)<sup>153</sup>: “[...] o surgimento da imprensa em função das necessidades produzidas pela sociedade em sua dimensão global”. Para realizar essa tarefa, Marques de Melo faz uma “descrição” histórica (o destaque em aspas é de Genro Filho) para explicar o “surgimento de tais necessidades”. Em avaliação, Genro Filho (1987, p. 34) salienta que no texto de Marques de Melo “[...] há alguns aspectos [...] úteis – em que pese a metodologia confessadamente funcionalista – como elementos iniciais de reflexão”.

Genro Filho apresenta duas citações longas do texto de Marques de Melo, a primeira indicando as necessidades sociais que exigem o surgimento da imprensa de um modo geral e a segunda, as necessidades que possibilitam o surgimento dos “periódicos”, antecessores dos jornais. Para Genro Filho (1987, p. 34), “[...] a relação estabelecida entre a sociedade e o desenvolvimento da imprensa, a partir de necessidades globais, ressalta um aspecto do problema geralmente mal compreendido”. Esse destaque merece a atenção para alguns argumentos desdobrados na sequência.

De acordo com Genro Filho, o desenvolvimento da imprensa de modo geral aparece no livro de Marques de Melo articulado às crescentes demandas burocráticas e institucionais da burguesia em ascensão. Todavia, quanto aos periódicos, as “[...] necessidades sociais apontadas são mais difusas”. Na síntese da citação de Marques de Melo (apud GENRO FILHO, 1987, p. 34-35), a atualidade torna-se objeto de curiosidade com um fim prático, uma vez que a comunicação transforma-se em “[...] uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa”.

O professor gaúcho passa a desenvolver o problema tomando como gancho o conceito de atualidade para estabelecer suas definições sobre o mecanismo que engendra os acontecimentos jornalísticos. Inicialmente, ele explica a atualidade em seu poder de curiosidade. Em seguida, argumenta que se complexifica o desenvolvimento histórico

---

<sup>153</sup> Genro Filho cita apenas esse livro de Marques de Melo, quando o professor alagoano já tinha lançado ao menos nove livros até 1987 (MARQUES DE MELO, 2012). Alguns inclusive com proximidades ao marxismo frankfurtiano. Nas referências bibliográficas sequer consta o nome de Marques de Melo, o que mostra alguns problemas na revisão nas edições do livro.

das sociedades humanas e ocorre a ampliação do conceito, pois “[...] com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, a atualidade amplia-se no espaço, ou seja, o mundo inteiro tornava-se, cada vez mais, um sistema integrado e interdependente”. Esse processo de “imediatricidade do mundo” “[...] constitui um sistema que se torna progressivamente mais complexo e articulado” (GENRO FILHO, 1987, p. 35-36).

A extensão do conceito de atualidade no tempo e no espaço traz duas consequências básicas para a sociedade: “a procura de mais informações” e a possibilidade de uma “indústria da informação”, esta decorrente da não possibilidade de obtenção destas informações diretamente pelos indivíduos. O autor afirma “não causar estranhamento” que tais empresas sejam privadas e as notícias convertam-se em mercadoria uma vez a inserção dessa necessidade no sistema capitalista. É relevante notar nesse trecho uma justificação histórica e conceitual de que essa necessidade dos indivíduos está além do capitalismo, ainda que acomodado pelo desenvolvimento deste sistema. Essa consideração é atestada logo a seguir, com a conclusiva de que “[...] desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de “cultura de massa” ou “indústria cultural”” (GENRO FILHO, 1987, p. 36). É importante atentar para a construção da frase, já que o jornalismo está “perpassado” pela ideologia burguesa, não “é” a ideologia burguesa nem resulta exclusivamente dela.

Retomando uma menção de Margaret Aston, Genro Filho (1987, p. 36) sustenta que transcorreu um largo período de tempo para que a imprensa tivesse influência para “[...] revolucionar a informação e o conhecimento sobre acontecimentos recentes, ou então o conhecimento de fatos antigos apreciados à luz de novos elementos”. Nesse ponto, considera o aumento da “[...] demanda de informações sobre acontecimentos que “influem” mais ou menos rapidamente sobre os indivíduos”. Porém esses “acontecimentos” não são vividos diretamente pela experiência. “Sua dinâmica exige que sejam apreendidos, constantemente, enquanto fenômenos e que sejam continuamente totalizados”. Então, Genro Filho passa a descrever as características desses acontecimentos, resultado da produção do jornalismo. Portanto, é uma descrição da ação do jornalismo mediante a exigência que demanda do público, de uma necessidade social. Em outro aspecto, os acontecimentos são definidos como fenômenos que precisam ser totalizados. Esse trecho pode ser compreendido como o movimento que leva do acontecimento ao todo (ou à totalidade). Esse movimento

acontece em um processo de integração presente na história, o que alia o conceito de necessidade social à emergência histórica de tal necessidade (não delimitada pelo autor no tempo e no espaço).

A necessidade social da informação jornalística, nessas circunstâncias, é resultado da integração dos indivíduos ao processo de universalização pela qual passa a sociedade<sup>154</sup>. E o próprio texto jornalístico passa a representar essa necessidade, no processo de articulação entre o fato que ocorre em determinado lugar e com determinadas pessoas, e o modo como esse fato é replicado e gera consequências em toda a sociedade articulada. Por outro lado, demanda o surgimento de mediadores desse processo, os profissionais de imprensa. Ao tratar de necessidades, também trabalhamos com a gênese da atividade jornalística na história, consolidando as contribuições mútuas de teoria e história.

Essa relação de teoria e história presente na abordagem de “O Segredo” fica mais evidente no quinto capítulo, momento em que Genro Filho compara sua definição de necessidade social da informação jornalística às características do jornalismo apresentadas por Jürgen Habermas (1984) em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”. Nesse livro, Habermas considera que o jornalismo possui três fases. A primeira, que ocorre nos séculos XVII e XVIII, caracteriza-se pela produção artesanal de informações para a burguesia e alta nobreza, majoritariamente constituídas sob a forma de cartas, sobre as circunstâncias políticas e econômicas de determinadas cidades e reinos. Nessa primeira fase, a atividade jornalística atendia a necessidades limitadas de um capitalismo nascente. Na segunda fase, os jornais são caracterizados como atividade de opinião e de formação política, instrumentos de exposição do interesse público por intermédio de movimentos políticos e partidários. Esses periódicos são deficitários e teriam por referência a oposição da burguesia ao feudalismo. A terceira fase corresponde ao retorno das atividades comerciais, só que com bases tecnológicas e de capital diferenciadas. Trata-se, nesta última fase, de um empreendimento capitalista típico, voltado para a maximização dos lucros e para a venda de anúncios publicitários. Nesse último momento, surge o gênero notícia, a reportagem e a profissão de jornalista (HABERMAS, 1984; GENRO FILHO, 2012, p. 107-108).

Habermas defende que a fase correspondente ao surgimento do jornalismo informativo e da comercialização dos anúncios publicitários

---

<sup>154</sup> Sobre esse processo de universalização do gênero humano, ver argumentação similar em Lukács (1978).

representa uma deturpação da essência do jornalismo, que encontra na ação de “homens privados como público” - da fase política do jornalismo - seu maior potencial. O autor alemão indica que a entrada de interesses privados na esfera pública transforma o jornalismo em favor de uma lógica publicitária, comercial e manipulatória. Ele destaca as atividades dos profissionais de relações públicas na constituição de uma “imagem jornalística” de seus clientes, alinhavadas ao tráfico de influências dos conglomerados comerciais e grupos políticos na orientação objetiva da linha editorial dos veículos jornalísticos.

Genro Filho (1987, p. 105-110) discorda dessa avaliação de Habermas em dois pontos. Primeiro, de que a segunda fase representaria a essência do jornalismo e a terceira, sua descaracterização. Para Genro Filho, a fase política atende a interesses particulares da classe burguesa e o jornalismo informativo, próprio da terceira fase, não representa apenas a transformação mercantil da atividade jornalística, mas revela uma nova modalidade de atendimento às necessidades de informações da sociedade. A terceira fase, para ele, não seria epifenômeno da segunda, ao contrário, representa a superação das duas fases anteriores. O segundo aspecto de crítica a Habermas está na transição da segunda para a terceira fase. Na acepção habermasiana, o capital assume o controle irresistível do modo de produção do jornalismo, criando falsas necessidades. A essa assertiva, Genro Filho (1987, p. 109) oferece outra, de que as empresas jornalísticas “[...] seguiram a tendência do mercado que estava se criando com o surgimento de novas necessidades reais”. Essa segunda opção, para o autor, é a mais viável, uma vez que o capital, na visão dele não pode realizar autonomamente a história.

A argumentação é complementada, novamente, com a dissociação de informação jornalística e mercadoria. Para o autor, o produto final, como quase tudo no capitalismo, é a mercadoria. “Mas nada nos diz, ainda, sobre a natureza do produto, o *valor de uso* que lhe é subjacente”. Esse valor de uso “jamais” poderia ser abolido, pois é “condição” para a efetivação do valor de troca. “O espaço ocupado pelas notícias e reportagens, mesmo que secundários conforme a ótica puramente econômica, deve corresponder a uma *necessidade* do público consumidor para que o espaço publicitário seja valorizado”. (GENRO FILHO, 2012, p. 109-110 – grifo do autor). Embora considere a articulação entre ideologia dominante, anúncios publicitários e conteúdo das notícias, Genro Filho defende que desconsiderar o valor de uso do jornalismo significa a perda do objeto, e, por conseguinte, a inexistência de necessidade da teoria. Retificando a relação entre as fases históricas

do jornalismo como defendidas por Habermas, Genro Filho expõe uma articulação e superação das duas primeiras fases na terceira.

Sua análise [a de Habermas] não percebe um movimento efetivo de superação dialética. Na terceira fase do desenvolvimento do jornalismo, quando ele já é exercido já nos moldes atuais, há uma negação e incorporação dos dois momentos anteriores através da constituição de uma necessidade nova. Não se trata mais de uma questão estritamente econômica ou estritamente política, mas de uma sociedade cujas relações sociais - em virtude do movimento econômico e político que a transformou carecem de informações de natureza jornalística (GENRO FILHO, 1987, p. 110).

Essa alegação sobre o surgimento de uma necessidade nova realiza um corte na história do jornalismo, demarcando uma divisão temporal que classifica as duas primeiras fases como “pré-história” do jornalismo, pois advém de uma necessidade particular, da classe burguesa. A necessidade nova é caracterizada por ele como uma “[...] carência ontológica da complexidade e integração universal que se constitui a partir do capitalismo” (GENRO FILHO, 1987, p. 110).

Mesmo que demarque essa diferenciação da necessidade do público e isso encontre ressonância no desenvolvimento da profissão de jornalista e do jornalismo como instituição e discurso - como analisa Chalaby (1998) com muitos mais detalhes e fontes - Genro Filho não se atém a uma parte importante da análise de Habermas. O surgimento da notícia informativa traz, como reverso da medalha, o investimento na imagem da burguesia, própria de uma sociedade de espetáculo (DEBORD, 2000). A constituição das fontes, a produção de versões e o aparecimento das assessorias de imprensa e de comunicação passam ao largo das considerações de Genro Filho, essencialmente presa na abordagem da linguagem dos jornalistas de redação. Não se trata apenas de marketing da empresa jornalística, mas também de marketing embutido na produção de versões sobre a realidade, em circunstâncias de passividade da atividade jornalística. Esse meandro importante da alteração da esfera pública em Habermas não é considerado por Genro Filho, ainda mais perante o caso do jornalismo brasileiro, em que as funções dos assessores de imprensa são incorporadas como atribuições dos jornalistas.

Ao criticar o trabalho de Ciro Marcondes Filho, Genro Filho (1987, p. 112) até atesta que as necessidades geradas pelo capitalismo

possuem duas faces, uma particular, específica da classe burguesa, e outra universal que se “agrega ao gênero”. Porém, o objetivo desse reconhecimento não é o de expor as condições de inferência de um lado dessa moeda sobre a natureza do jornalismo. Ao contrário, serve para criticar a versão excessivamente pessimista de Marcondes Filho ao considerar jornalismo e capitalismo como irmãos gêmeos, sendo aquele resultado de falsas necessidades criadas por este. O caminho para uma nova sociedade, na visão de Marcondes Filho, direciona à dissolução do jornalismo, epifenômeno do capitalismo. O jornalismo, nessa visão, “não é mais que” um fenômeno capitalista, “não é mais que”<sup>155</sup> a informação transformada em mercadoria (GENRO FILHO, 1987, p. 111). A isso Genro Filho (2012, p. 114) já desenvolveu antídoto, pois indica a anulação do valor de uso do jornalismo a seu valor de troca como um beco sem saída. “Se o teórico da saúde pública aplicasse o mesmo método ao problema dos remédios, teria de propor a abolição de todos aqueles atualmente vendidos nas farmácias”. Para Genro Filho (1987, p. 27), “[...] a notícia é uma mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer”<sup>156</sup>.

Se concordamos com essa assertiva, não podemos negar, por outro lado, que as condições capitalistas da produção de notícias, assim como na produção de remédios, condiciona o que é produzido, como é produzido e em que condições é realizado o fazer desse conhecimento, do próprio estatuto do jornalista. O conhecimento, apesar de ser uma capacidade socialmente acumulada de reconhecimento da realidade, não deixa de estabelecer vínculos com valores sociais e com a atuação de agrupamentos específicos.

Com essas críticas em tela, prosseguimos na análise do texto. As três fases do jornalismo não servem apenas para Genro Filho

---

<sup>155</sup> Genro Filho referencia Sartre em “Crítica da Razão Dialética” para caracterizar a fórmula “não é mais que” como um reducionismo. O mesmo argumento está presente em “Dialética do Concreto” de Karel Kosik (1995, p. 34).

<sup>156</sup> Novamente Genro Filho cita “Crítica da Razão Dialética” de Sartre como inspiração para a paráfrase. Sartre utiliza o exemplo “Valéry é um intelectual pequeno-burguês, não cabe a menor dúvida. Mas nem todo intelectual pequeno-burguês é Valéry”. Kosik (1995, p. 33) também traz frase similar para explicar o método do reducionismo “Franz Kafka é um intelectual pequeno-burguês, mas nem todo intelectual pequeno burguês é Franz Kafka”. Conforme Kosik (1995, p. 33), “O método do reducionismo reduz o singular ao universal abstrato e cria dois polos entre os quais não há mediação: o individual abstrato, de um lado; e o universal abstrato, de outro”.

descaracterizar a proposta habermasiana. Os mesmos argumentos estão presentes no capítulo seis para criticar a concepção de jornalismo de Vladimir Hudec no livro “O que é o jornalismo”. Hudec realiza um esquema histórico do jornalismo praticamente igual ao sugerido por Habermas, evidenciando a vinculação histórica do jornalismo à classe burguesa e ao desenvolvimento do capitalismo. Genro Filho, mais uma vez, reforça seu posicionamento, arguindo que a necessidade da informação jornalística, assim como a gênese de qualquer necessidade social, não pode ser ontologicamente analisada apenas a partir das condições de sua gênese (GENRO FILHO, 1987, p. 144-145). Diante dessa consideração, ratifica mais uma vez que a terceira fase seria a mais representativa da natureza do jornalismo em detrimento das demais.

Porém, ele adiciona uma análise importante para compreendermos a relação estabelecida entre teoria e história do jornalismo nesse trecho de suas críticas. As fases deixam marcas na prática presente do jornalismo e compõem dimensões do fenômeno em análise. A primeira fase traz as relações econômicas particulares, interesses privados no jornalismo em uma conjuntura em que a sociedade não era hegemônica pela burguesia. Na segunda, está presente o jornalismo como importante elemento de luta política pela transformação da realidade social, econômica e cultural de diferentes países, com diferentes conjunturas políticas. A terceira suprassume as duas primeiras com “[...] o jornalismo fundamentalmente informativo, sem anular suas características precedentes”, uma vez que, para o autor, tanto os interesses privados como as características de luta política permanecem nessa fase (GENRO FILHO, 1987, p. 145).

A articulação da teoria proposta ao modo como é considerada a história do jornalismo avança para a estrutura de gêneros presente nos jornais. Para o autor, a cisão feita pelos veículos entre a parte referente ao jornalismo, a parte voltada para opinião (podendo ser editorial ou não) e a publicidade [...] por si só simboliza as três fases históricas do jornalismo e sua articulação na totalidade que caracteriza o jornalismo informativo” (GENRO FILHO, 1987, p. 145). Não obstante seja pertinente como caracterização *a posteriori* das fases do jornalismo e interessante como aspecto a se averiguar e aprofundar, a postulação de Genro Filho carece de confirmação ontológica, permanecendo mais no campo especulativo. Dizer que a publicidade representa a primeira fase do jornalismo evidencia um desconhecimento de toda a variedade de manifestações do jornalismo satírico, de transmissão de grandes curiosidades e catástrofes e das *novellae* (novidades) do jornalismo dos

séculos XVI e XVII (PEUCER, 2004). Ou a especialização da publicidade desde o século XIX, que não se desenvolve apenas em relação ao jornalismo. Como já aludimos, a redução do desenvolvimento do jornalismo em fases como dispõe Habermas é assumida por Genro Filho e generalizada para a teoria, gerando, senão argumentos falsos, carentes da devida comprovação histórica.

Genro Filho (1987, p. 147) argumenta, ademais, que Hudec explica o jornalismo exclusivamente como o atendimento de uma função ideológica de classe para estabelecer uma organização social e política. Com base nessa asserção, o jornalismo seria um instrumento de classe da burguesia, mas, no socialismo, poderia se converter em um instrumento de classe do proletariado e, com o fim das classes sociais, o jornalismo perderia a razão de existir. Trata-se da “dissolução das mediações” (GENRO FILHO, 1988), presentes em muitas abordagens de autores marxistas. Para Genro Filho, essa definição do jornalismo exclusivamente como instrumento de classe é falsa e incorre em consequências manipulatórias, uma vez que o jornalismo, no socialismo, serviria para atender os objetivos de uma política e de uma filosofia pré-determinadas. Trata-se da crítica que Genro Filho devota ao stalinismo em suas diferentes manifestações e influências. “Desse modo, os fatos são apreendidos e relatados jornalisticamente como cenas de um filme do qual já se conhece o final e, portanto, portadores de um conteúdo integralmente constituído e indiscutível”.

Além dessa crítica ao determinismo presente em textos marxistas como os de Hudec, Genro Filho defende a fase do jornalismo informativo como a essência do jornalismo para expor a tarefa dos jornalistas de esquerda. Ele explica como tarefa do socialismo compreender o moderno jornalismo burguês e é tarefa dos jornalistas, em específico, disputar espaço para o atendimento dessa necessidade universal, necessidade que, por isso, supera a conjuntura de classe do veículo.

Na medida das possibilidades concretas da esquerda revolucionária e socialista, a luta deve ser travada, também, no terreno desse moderno jornalismo, que não é abertamente propagandístico ou organizativo – assim como não o são os grandes jornais burgueses em período de relativa estabilidade política -, mas que patrocina **uma forma específica de conhecimento da realidade social**. Essa batalha pode e deve ser travada dentro dos jornais e veículos sobre o controle da burguesia, a partir do escasso, mas significativo espaço individual dos

repórteres e redatores em relação às editorias, e do espaço igualmente importante das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Como pode e deve ser também ser travada, especialmente em momentos de transição revolucionária, mas não apenas nesses casos, em veículos de comunicação massiva sob o controle das forças operárias e populares (GENRO FILHO, 1987, p. 143 – grifo nosso).

Como é possível asseverar, em seu contexto de produção no interior do curso de Jornalismo da UFSC, o livro é escrito para orientar jornalistas e, em especial, jornalistas de esquerda<sup>157</sup>. Genro Filho defende uma mudança nas posições da esquerda sobre o jornalismo, o que abre caminho para a defesa da peculiaridade da atividade do jornalista e do posicionamento de esquerda. Com a interpretação histórica presente no livro, é possível que um jornalista e militante encontre sentido em sua atividade, não mais mera disputa ideológica e política, mas forma de conhecimento. Consideração que gera aplicabilidade e força à teoria proposta, pois responde a condições reais de jornalistas próximos ao autor e ao projeto de formar jornalistas da UFSC. Portanto, a mudança de avaliação sobre as fases preponderantes da história do jornalismo para a explicação da essência do jornalismo reorganiza as condições explicativas dessa própria história, serve como justificção das modalidades de linguagem e de prática política e aponta para uma “razão de ser” do jornalista que defende os valores da esquerda. Por fim, contribui como um dos pilares para a reconsideração do jornalismo perante o pensamento da esquerda.

O oitavo capítulo de o Segredo da Pirâmide recupera essa discussão e apresenta mais uma nuance da atribuição da necessidade social da informação jornalística presente no livro. Genro Filho novamente descreve a evolução pelas quais passam os jornais até a segunda metade do século XIX, bem como a tensão que se estabelece entre a igualdade formal e a desigualdade real nas sociedades contemporâneas. “A necessidade do jornalismo informativo envolve, portanto, essa contradição entre a cidadania real e, digamos, a “cidadania potencial” que é constituída pelo capitalismo”. A cidadania,

---

<sup>157</sup> A citação de Genro Filho responde à crítica de Meditsch (1988; 1991a) de que Genro Filho desconsidera as possibilidades individuais de luta de cada jornalista no interior das redações. Da mesma forma, como explicado no nosso primeiro capítulo, entendemos que o livro não se restringe a uma resposta aos marxistas, mas também aos jornalistas.

para Genro Filho, está comprometida pela desigualdade. O jornalismo, por sua vez, “encarna essa ambivalência”:

Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido nascidas de tais relações e determinadas por elas. [...] Por outro lado, em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. (GENRO FILHO, 1987, p. 172)

O jornalismo, assim entendido, assume seu “[...] papel ideológico de reforçar *determinadas condições* imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema” (GENRO FILHO, 1987, p. 172-173). A própria lógica de produção do jornalismo é atravessada por esses interesses particulares que se estabelecem com base em necessidades universais. É essa contradição que autoriza Genro Filho a defender a possibilidade de um jornalismo feito sob outra ótica de classe, que represente em seus produtos as contradições dessa cidadania imaginária com a finalidade de superá-la. E essa possibilidade que se abre a partir da necessidade social impele os jornalistas à ação, o que repercute em uma condição ética da categoria. São citados o papel dos jornalistas, de sua organização sindical e da visão de esquerda para a luta contra os veículos controlados pela classe dominante, com uma ideologia dominante.

É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagonica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes. Esse último aspecto depende, não apenas da capacidade teórica e técnica do jornalismo, da sua ideologia e talento, mas também de uma dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação. São batalhas que se travam nas redações e sindicatos das categorias, mas basicamente fazendo com que o movimento operário e popular assimile e adote bandeiras políticas vinculadas a essa questão (GENRO FILHO, 1987, p. 173).

Notemos que o reconhecimento de tais necessidades lança aos jornalistas de esquerda a tarefa de enfrentamento aos monopólios dos meios de comunicação. Mais do que capacidade técnica e teórica, trata-se dos enfrentamentos concretos a que os jornalistas devem se engajar para a alteração da conjuntura econômica e política do fazer jornalismo. Se o livro de Genro Filho não pode ser concebido como uma crítica política nesse sentido, mas como tarefa teórica que se propõe esclarecer a natureza do jornalismo, tal intento não está fora de um projeto ético. Podemos afirmar que o trabalho mais profundo de denúncia e atuação política dos monopólios dos media e a influência junto aos sindicatos dos jornalistas nesse quesito esteve a cargo do primo de Genro Filho, Daniel Herz<sup>158</sup>.

A necessidade social da informação jornalística aparece também como subtítulo da parte final do quinto capítulo, um trecho estratégico para refletirmos sobre o arcabouço da teoria proposta. Depois de estabelecer suas críticas a tendências marxistas advindas e/ou próximas à Escola de Frankfurt, Genro Filho passa a discutir o livro de Nilson Lage “Ideologia e Técnica da Notícia”. Como tática dispensada em toda a construção de “O Segredo”, o autor escolhe alguns aspectos do livro analisado que dialogam e se contrapõem à proposta teórica dele. Em seguida, critica a obra trabalhada com vistas a reforçar os conceitos já apresentados previamente. Nilson Lage não é um “frankfurtiano”. São as reservas do então professor da UFRJ às considerações do jornalismo como manipulação e ideologia que justificam a presença de seu livro no fecho do capítulo. Deixaremos para aprofundar a discussão sobre ideologia e objetividade em próximas seções para dedicarmos atenção ao modo como Genro Filho coloca a necessidade social da informação jornalística como resposta a uma equação não solucionada por Lage.

O pesquisador e jornalista carioca explica que mesmo a objetividade e a imparcialidade sendo impossíveis em sentido absoluto, a concepção moderna de jornalismo oferece uma opção para apreensão da realidade social, sem estar subtraída à alienação e manipulação. “Não obstante, permanece um vácuo teórico entre a criticável tese da objetividade e imparcialidade do jornalismo e as “vantagens práticas” que ela enseja. Afinal, por que uma técnica nascida da inspiração de

---

<sup>158</sup> No capítulo 2, relatamos a proximidade de Herz e Genro Filho e as implicações disso em “O Segredo da Pirâmide” e no capítulo 3 evidenciamos o trabalho de Herz..

uma teoria equivocada tornou-se tão eficaz e importante socialmente?”<sup>159</sup> (GENRO FILHO, 1987, p. 133).

A pergunta, recurso retórico utilizado por Genro Filho, traz a resposta em seguida: o jornalismo informativo responde ao “[...] processo histórico de constituição de uma necessidade social qualitativamente nova – a necessidade da informação de caráter jornalístico. Uma nova forma de conhecimento social cristalizado no singular, que implica uma radical integração da totalidade social [...]” (GENRO FILHO, 1987, p. 133-134). A natureza da informação jornalística deve corresponder a essa “integração da totalidade social”, com o dinamismo que lhe é pertinente, por meio da mediação tecnológica que aproxima as pessoas no tempo e no espaço, e do capitalismo que converge interesses e necessidades. A necessidade social da informação jornalística é constitutiva, para Genro Filho, das mudanças que ocorrem na prática jornalística, e sua conceituação vai de encontro a uma atitude gnosiológica equivocada (a teoria da objetividade e da imparcialidade) e ao encontro de uma prática concreta (o jornalismo informativo).

Genro Filho trabalha a questão de forma abstrata, recurso próprio do exercício filosófico. Schudson (1978), porém, é um dos autores que explica as transformações no interior do jornalismo estadunidense para o surgimento dos ideais de objetividade e imparcialidade que se tornam basilares para essa ocupação a partir dos anos 1920. No período da I Guerra Mundial, o uso de informações jornalísticas para a criação de “imagens” e “realidades” foram constantes (LIPPMANN, 2008). Os jornalistas passaram a defender a apuração e a checagem de informações, a imparcialidade e a objetividade como forma de proteger a informação e garantir um trabalho mais referencial dos jornalistas (SCHUDSON, 1978). Esses estudos históricos não foram revisados por Genro Filho. A concepção de necessidade social da informação, de forma difusa, e ainda carecendo de estudos pormenorizados, de fato é um controle para o exercício deontológico e para o discurso da profissão.

A necessidade de informação jornalística existe materialmente e permite romper com estudos que estabelecem a análise socioprofissional

---

<sup>159</sup> Como veremos em trecho específico posteriormente, uma teoria, mesmo sendo falsa em sentido gnosiológico, pode exercer a funcionalidade de resolver problemas que se colocam aos sujeitos, pois possuem efetividade ontológica (LUKÁCS, 2012, p. 283-284). Essa funcionalidade corresponde ao principal sentido do termo ideologia para Lukács (2013, p. 465).

das dinâmicas produtivas como única maneira possível para compreender a profissão. Ao inserir o jornalismo em uma relação mais ampla, das necessidades dos receptores, “O Segredo” permite vislumbrar um espaço de atuação mais amplo do jornalismo que a redação e os padrões. O jornalismo não nasce apenas da necessidade do emissor, mas interage com uma necessidade do público.

Por sua vez, devido também à natureza teórica do texto, Genro Filho não trabalha as transformações pelas quais passa a identidade dos jornalistas, o surgimento de funções especializadas (como a do repórter e a do noticiarista) e, até mesmo, a história da linguagem do jornalismo informativo. Por exemplo, a função de repórter tem sua gênese nos Estados Unidos no final do século XIX e a defesa da objetividade na prática e na linguagem dos jornalistas apenas no período entre guerras (SCHUDSON, 1978).

Outro aspecto criticável da posição assumida por Genro Filho e já destacada, está na aceitação acrítica e não contextualizada da divisão proposta por Habermas, em especial na datação, não levando em conta que a datação utilizada corresponde ao jornalismo realizado nos EUA e Grã-Bretanha e, em menor escala, na França. O jornalismo nesse último país permanece muito político com defesas de classe bem demarcadas mesmo após o surgimento da imprensa comercial. No Brasil, há avanços e retrocessos nesse processo, pois a chamada “industrialização da informação” ocorre nos anos 1950, mas a conjuntura política presencia o retorno da mídia política na década de 1970 devido à intervenção da ditadura militar. O que é apresentado como uma “superação dialética” carece da especificação dos retornos, dos acasos e das circunstâncias que fazem de uma necessária explicação gnosiológica uma autêntica “carência ontológica”, como defende o autor. A unidade proposta pela teoria muitas vezes dissolve a diversidade da história e quando isso acontece a dimensão ontológica é preterida à gnosiológica.

\*\*\*

Para fundamentar sua teoria, Genro Filho explica o processo do trabalho jornalístico a partir de uma concepção de realidade. Diferente de muitas teorias sobre o jornalismo, para o autor de “O Segredo da Pirâmide” a realidade existe para além da apreensão subjetiva ou dos jogos de linguagem. Em outro aspecto, é redutor pensar a realidade como pura objetividade e o jornalista como um trabalhador imparcial e objetivo que reflete o real de forma mecânica. Ou que os fatos reconstituídos pelo jornalismo não tenham traços de subjetividade.

Expor as considerações filosóficas e ontológicas presentes em “O Segredo da Pirâmide” evidencia conceitos importantes do jornalismo e para o jornalismo que fundamentam e são fundamentados pela teoria.

Para que possamos avançar no tema dos fundamentos do livro, utilizamos como tática expor, com antecedência, as primeiras características de seu arcabouço. Como já referido, o livro inicialmente traz ideias gerais para posterior complexificação a cada capítulo, permitindo a adição de novos elementos e o aprofundamento de outros. Realizamos primeiramente a exposição de alguns desses argumentos preliminares apresentados logo no primeiro capítulo, para, posteriormente, reconstituirmos as categorias pertinentes.

Ao apresentar pela primeira vez o conceito de “necessidade social da informação jornalística”, Genro Filho (1987, p. 36 – grifo do autor) traz algumas pistas de como se processa, em sua análise, o trabalho do jornalismo com os acontecimentos. O aumento da demanda por acontecimentos que influenciam os indivíduos exige uma prática que apresente esses acontecimentos. “Sua dinâmica exige que sejam apreendidos, constantemente, enquanto *fenômenos* e que sejam continuamente totalizados”. Importante gravarmos bem essa frase, pois os acontecimentos devem ser apreendidos como fenômenos, o que já pressupõe a necessidade de distinção entre fenômeno, acontecimento e também, como veremos, fato.

Ele continua a descrever essa dinâmica sem explicar seus elementos. Porém, detalha outra apreciação. Assim como os fenômenos imediatos do cotidiano, “[...] os acontecimentos precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se superpõem para que possamos manter uma determinada “abertura de sentido” em relação à sua significação” (GENRO FILHO, 1987, p. 36). Essa “abertura de sentido” é muito importante para o entendimento do trabalho do jornalista e a justificação da notícia e do jornalismo informativo como forma de conhecimento. Um determinado acontecimento narrado com o fechamento de sentido gera como consequência um texto sensacionalista, de proselitismo, militante ou marcadamente posicionado. Um texto que determina a conexão com as relações particulares e universais e que, portanto, não deixa aos leitores e leitoras a possibilidade de utilizar essa informação de forma a realizarem novas mediações. O conceito de “abertura de sentido”, como será tratado amiúde, também nos permite identificar as críticas às correntes do marxismo que abordam o jornalismo como mercadoria, como somente publicidade ou que defendem sua utilização como forma de

comprovação da “ciência” do estado socialista ao molde da vertente stalinista.

Sobre o conceito de “abertura de sentido”, Genro Filho (1987, p. 36) estende mais algumas linhas para salientar que sempre ocorre sob uma determinada perspectiva ideológica, “[...] assim como qualquer outra significação atribuída ao mundo social, isso não invalida a importância dessa “abertura de sentido” que lhe é subsistente”. Ou seja, a abertura de sentido faz parte da dimensão subjetiva da realidade de dado fato. Os fenômenos não aparecem no mundo como pura objetividade, mas também como produção subjetiva, seja de indivíduos, agrupamentos ou instituições sociais. O jornalista, que implica no fato trabalhado sentidos que são seus e de sua organização, não pode “fechar o sentido” tanto das características de produção social desse fato e de seu processo de objetivação (uma dimensão da objetividade), como para as possibilidades de mediação realizadas pelos receptores.

Adelmo Genro Filho (1987, p. 36) segue descrevendo as consequências da apresentação de acontecimentos sob a forma de fenômenos, o que permite uma melhor compreensão desse mecanismo e da manipulação que possibilita. No modo de produção capitalista, os acontecimentos importantes no mundo “[...] tornam-se “fenômenos imediatos que povoam o cotidiano””. Ou seja, o que é resultado de produção social subjetiva, apresenta-se como objetividade, com influência direta ou indireta (material ou cognitiva) sobre as pessoas que estão distantes do que ocorreu.

O que, por conseguinte, gera uma “ambiguidade da informação jornalística”: “[...] apresenta algo já acontecido como se estivesse acontecendo, reconstitui um fenômeno que não está sendo diretamente vivenciado como se o estivesse, que transmite acontecimentos através de mediações técnicas e humanas como se produzisse o fato original”. Essa característica da informação jornalística não é apenas “produto maquiavélico do interesse burguês”. “A possibilidade de manipulação decorre dessa relação tensa entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística” (GENRO FILHO, 1987, p. 36-37). Trabalha, portanto, no limite entre reificação e exposição imediata da produção objetiva e subjetiva dos fatos sociais.

Podemos afirmar, com base nessas primeiras informações oferecidas no primeiro capítulo de “O Segredo da Pirâmide”, algumas características do jornalismo e da realidade como concebidos pelo autor e, ainda, algumas consequências dessas concepções. Primeiramente, o jornalismo trabalha com acontecimentos ou fatos mais complexos do que os fenômenos que oferece nas notícias, o que não significa

necessariamente uma reificação. Segundo, que o fenômeno compõe o fato, sendo o aspecto mais objetivo e efêmero desse fato, o que acontece. Terceiro, ao noticiar um dado fato realiza uma manipulação que possibilita manter, através da exposição do fenômeno, uma abertura de sentido, ou seja, a possibilidade do jornalista ressignificar o fenômeno, gerando um novo fato ou “gerando novos sentidos” para o fenômeno como ele se apresentou originariamente. Quarto, decorrente da situação anterior, o jornalismo trabalha com um tipo de manipulação dos fatos que reporta, ou seja, não apenas o reproduz, mas principalmente o ressignifica. Quinto, decorremos disso que esse processo de ressignificação passa por um regime de produção da notícia (não somente as relações subjetivas do repórter, mas também as relações subjetivas e objetivas da empresa, dos jornalistas, das fontes, etc). Sexto, porém, o jornalista não pode fazer do processo de ressignificação que realiza o fechamento do sentido, o que não permitiria aos leitores e leitoras, ao terem contato com determinado “fenômeno como se estivesse acontecendo”, realizarem os seus processos de mediação – o que atende à necessidade do público pela informação jornalística. Sétimo, depreendemos, para além do que está contido em “O Segredo”, que o sentido que o relato não fecha em dado discurso (mesmo trazendo conexões com uma dada particularidade) gera a necessidade de a empresa jornalística e grupos políticos que se expressam por meio dela posicionarem-se em outros gêneros textuais jornalísticos, em especial quando envolve fatos de grande relevo para a comunidade. Oitavo, há outro aspecto da “tensão” objetiva-subjetiva, uma vez que a política editorial destacada no sétimo item trafica sentido para a notícia trabalhada. Nono, essa mesma possibilidade de manipulação proporciona ao jornalista trabalhar para a transformação da realidade social rumo a um projeto ético-político sem deixar de fazer jornalismo informativo, visto que este é uma forma de conhecimento.

Em todos esses pontos, estão envolvidas categorias centrais para as teorias do jornalismo como a necessidade da informação jornalística, a objetividade, a verdade, os critérios de noticiabilidade, a linguagem jornalística, fato jornalístico e a mediação realizada pelo jornalista. Para compreender como cada uma dessas categorias é ressignificada pelo autor, é necessária uma revisão atenta a todos os aspectos trabalhados pelo livro. Sempre lembrando que essa constituição não aparece esquematicamente no livro, mas na discussão e nas diferenças que o autor realiza frente aos textos que critica e em trechos que revisa seus próprios posicionamentos. A cada assertiva que Genro Filho critica em dado texto, ele oferece indicações para reconstituirmos o seu arcabouço.

A meta é perseguir alguns desses aspectos para entendermos como o jornalismo é justificado ontologicamente em sua tarefa epistemológica.

Começamos pelo conceito de fato social. O jornalismo trabalha com fatos (sua matéria-prima) e produz fatos. A matéria-prima do jornalismo são os fatos sociais. O produto do jornalismo, os “fatos jornalísticos”, igualmente são fatos sociais só que mediados pelo trabalho dos jornalistas. Tanto os fatos sociais como os fatos jornalísticos são ontológicos, existem na realidade, são produtos da prática de homens, mulheres, instituições, grupos; e interferem diretamente ou indiretamente na vida das pessoas.

O conhecido adágio de que o jornalismo trabalha com fatos, com aquilo que acontece, mantém implicitamente um conjunto de concepções que o sustentam. Primeiramente, o que seriam os fatos? Em uma visão estritamente fenomenológica e/ ou positiva, o que acontece, acontece e já é em si o fato<sup>160</sup>. O fato se estabelece como objetividade, algo externo ao sujeito e, mediante uma concepção puramente gnosiológica do assunto (que desconsidera a dimensão ontológica), caberia ao conhecimento reproduzir essa realidade o mais livre possível de subjetividade. Essa afirmação até pode ser válida, em alguns casos, para os fenômenos orgânicos e inorgânicos. Mas um fato social traz a peculiaridade de ser produto da atividade humana, da práxis, e de, portanto, trazer em sua gênese uma relação subjetiva-objetiva, o que diferencia o ser social de sua base inorgânica e orgânica.

[...] objetivamente, de fato, o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto (LUKÁCS, 2012, p. 28).

Para Genro Filho, a realidade objetiva é, em certo sentido, indeterminada, o que faz da sociedade probabilística em sua objetividade. Ou seja, a sociedade é resultado da interrelação de

---

<sup>160</sup> Em Pontes e Silva (2009), sob outra perspectiva teórica, sugerimos conceitualmente o fato como aquilo que acontece, deslocando a diferença entre “fenômeno e fato”, para a de “fato e acontecimento”. O que, em uma leitura posterior, revela-se equivocado, já que reduz a complexidade do conceito de fato e de acontecimento.

causalidades, casualidades e possibilidades que podem, em certo aspecto, ser prevista, mas nunca totalmente determinada (LUKÁCS, 2012). Além de ser objetiva, continua Adelmo Genro Filho, a sociedade é feita por sujeitos que criam e se autocriam em possibilidades conscientes de escolha (o que Lukács chama de pôr teleológico). Essa possibilidade de escolha dota as ações dos sujeitos de uma margem de liberdade. “Assim, a realidade social deve ser entendida como totalidade concreta, como transformação da possibilidade e probabilidade em liberdade através da criação e superação permanente de necessidades por meio do trabalho” (GENRO FILHO, 1987, p. 187)<sup>161</sup>.

O conhecimento, continua Genro Filho (1987, p. 187) em suas premissas materialistas, é um processo infinito. Não é possível conhecer integralmente parte da realidade, pois “[...] isso implicaria conhecer todo o universo e o conjunto de relações com a parte considerada”. Da mesma forma, é impossível conhecer o todo, pois a totalidade é eterno mover-se. O conhecimento é a leitura do real sempre em movimento e, por isso mesmo, não permite uma síntese finalizada e estanque como resposta. O exercício de análise deve levar em conta justamente esse movimento, tentando explicar as múltiplas determinações que formam o objeto em tela. Essa autocorreção constante vai ao encontro da processualidade do ser social e da organização complexa que se estabelece no todo analisado (que possui elementos que também se constituem em totalidades, sem perder, ao mesmo tempo seu papel de elemento). Trata-se daquilo que Lukács (2012, p. 305-306) explica como “complexos” e da relação que esses complexos estabelecem com outros complexos. Esses complexos estão na materialidade das relações humanas, bem como na produção do conhecimento.

Isso não significa, é óbvio, que as conexões essenciais racionais entre os “elementos” obtidos por abstração, mesmo quando se trata de suas conexões processuais, sejam indiferentes para o conhecimento da realidade. Ao contrário. O que não se pode esquecer é que tais “elementos”, em suas formas generalizadas, obtidas por abstração, são produtos do pensamento, do conhecimento. Do ponto de vista ontológico, também eles são complexos processuais do ser, porém de constituição

---

<sup>161</sup> A citação da categoria de “totalidade concreta” por Genro Filho advém do livro “Dialética do Concreto” de Karel Kosik. Tanto o conceito de totalidade como principalmente a de trabalho estão bastante referenciadas em “História e Consciência de Classe” e em “Para uma Ontologia do Ser Social” de Lukács.

mais simples e, portanto, mais fácil de apreender conceitualmente, em comparação com os complexos totais dos quais são elementos (LUKÁCS, 2012, p. 306).

Como os sujeitos, na realidade do ser social, possuem “[...] margem de arbítrio sobre o curso dos fenômenos, participam conscientemente na indeterminação objetiva do universo” (GENRO FILHO, 1987, p. 187). Trata-se do pôr teleológico e da capacidade de ideação desse pôr em cada ação dos homens e mulheres (LUKÁCS, 2013, p. 356). Embora projetados pelo pôr teleológico, como explica Lukács (2012), as ações humanas geram consequências não previstas, pois estão não somente em relação com o metabolismo da natureza e o desconhecimento de todas as suas consequências, mas, também se conecta, choca-se com outras ações, outros pores teleológicos. Mesmo o processo de ideologia, que permite o convencimento de homens e mulheres para o exercício de finalidades coletivas (com interesse ou não de classe), não guarda uma determinação completa sobre o pôr teleológico de cada sujeito. Esse argumento tem por base uma complexificação da relação das partes com o todo, visto que “[...] todo “elemento”, toda parte é também aqui um todo; o “elemento” é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto (LUKÁCS, 2012, p. 306-307). Trata-se de um complemento à definição central de Genro Filho (1987, p 55) de que não é possível a completa redução do sujeito ao sistema, pois simultaneamente, o todo é maior do que as partes, assim como cada parte, a sua maneira, é maior e com complexidade específica em relação ao todo. É justamente na dialética dessa relação que o conceito de práxis emerge como critério para o conhecimento da mútua relação entre objetividade e subjetividade<sup>162</sup>. “Pelo movimento da práxis, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades” (GENRO FILHO, 1987, p. 187).

Portanto, em complemento, sujeito e objeto são mutuamente produzidos. “Ao se produzir livremente nos limites da objetividade, ele [o homem] produz a própria objetividade do mundo”. Assim, os homens e mulheres transformam o mundo ao realizarem suas opções, e são transformados por essas opções, pois eles próprios são “parcela desse

---

<sup>162</sup> Essa concepção também está presente em “Dialética do Concreto”, de Karel Kosik (1976, p. 49-50).

mundo” (GENRO FILHO, 1987, p. 188). Essa concepção guarda estreita relação com a concepção de Marx e Engels (2007, p. 533) sobre o assunto:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto (*Gegenstand*), a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto (*Objekt*) ou da *contemplação*, mas não como atividade humana *sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, ter sido abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva.

Genro Filho segue fielmente essa assertiva de Marx para compreender a atividade jornalística e a realidade, pois o fato social existe ontologicamente independente do jornalismo como forma de conhecimento, mas é impossível um fato social sem uma carga subjetiva que o produza. Sempre um fato social será uma produção humana, pois pressupõe, em sua gênese, tal natureza. Assim, ao reproduzir um dado fato social, o jornalismo não se relaciona apenas com a objetividade do que aconteceu, mas também com a subjetividade que constitui o que aconteceu. “O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelo sujeito” (GENRO FILHO, 1987, p. 186-187).

A dificuldade em entender essa concepção de fato social reside na não compreensão da base conceitual de Genro Filho. Uma estudiosa do fato jornalístico e do conhecimento do jornalismo e também conhecedora de “O Segredo da Pirâmide”, Liriam Sponholz (2009, p. 62-63), defende que Genro Filho possui uma “postura indecisa” em relação aos fatos, pois realiza “[...] provavelmente uma (con)fusão de dois conceitos diferentes de fatos – o de dados crus disponíveis no mundo exterior (ou realidade) e do seu conhecimento”.

Porém, em uma abordagem marxista, que analisa os homens e mulheres como também produtores da realidade em que vivem, a dimensão subjetiva de dado fato social deve ser evidenciado. Todos os fatos sociais trabalhados pelos jornalistas não fazem parte de uma “realidade exterior” ou são “dados crus” como descreve a autora, pois

tal definição advém de uma concepção de percepção e conhecimento apenas como “contemplação”.

O fenômeno de um confronto entre policiais e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina no dia 25 de março de 2014 em uma suposta investigação de combate ao tráfico de drogas no campus aconteceu objetivamente, porém somente isso não revela o que é o fato. Um fato social envolve um conjunto de circunstâncias subjetivas que se objetivam no fenômeno, por exemplo, a versão da polícia para estar no campus e agir daquela forma. Ou a carta de um docente denunciando a truculência e a violência dos policiais. A reitoria da UFSC que emite uma nota de repúdio à ação policial. A autonomia universitária e as relações historicamente tensas entre a polícia e a comunidade acadêmica (alinhavado a isso à rememoração dos 50 anos do início da ditadura civil-militar e todas as ações de repressão das entidades policiais no interior das universidades nesse período). O aumento da criminalidade no interior da universidade, a proliferação do tráfico de drogas na região da universidade e a cadeia de relações que se estabelece entre usuários de drogas ilícitas e o crime organizado. A legalização ou não do consumo de maconha. Entre tantos outros aspectos que um mesmo fenômeno açambarca e que, em contrapartida, gera em termos de novos fatos, igualmente com fenômenos objetivos. Os estudantes da UFSC, com apoio de grupos de técnicos administrativos e docentes decidem ocupar a reitoria no mesmo dia para exigir a proibição da entrada da polícia no campus. Novos acontecimentos que decorrem de ações e contra-reações.

Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo *fenômeno* (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p. 49).

Algo que acontece possui uma dimensão subjetiva, sendo que, muitas vezes essa dimensão subjetiva é objetivada sob diferentes aspectos (produto de classes, de instituições, etc). Apresentar um fato social como se ele fosse estritamente objetivo é evidenciar apenas a forma mais superficial em que esse fato se apresenta, como fenômeno.

Não traz evidências de sua essência, da complexa teia de relações subjetivas que gera e que são afetadas pela emergência de tal fato.

Nesse aspecto, os fatos sociais que advêm para o jornalismo muitas vezes são tratados pelos jornalistas exclusivamente como fenômenos. A reproduzibilidade dessa visão, que se sacraliza nas defesas pela objetividade e imparcialidade, é sobejamente criticada por Genro Filho. Normalmente, a objetividade é criticada pelos jornalistas e por teóricos do jornalismo apenas sob o aspecto puramente psicológico, “[...] como se a subjetividade do jornalista fosse uma espécie de resíduo que se interpõe entre o fato, tal como aconteceu, e seu relato neutro” (GENRO FILHO, 1987, p. 48).

Essa defesa da separação entre subjetivo e objetivo está no cerne das divisões do mundo que advêm de correntes positivistas, pragmatistas, kantianas e neokantianas. Trata-se da defesa de um conhecedor autônomo, alheio ao mundo que trabalha, como se não estivesse no mundo e não contribuísse com seu conhecimento para esse mundo. Sob esse parâmetro, ou há a defesa da neutralidade e da imparcialidade como forma de conhecimento, mantendo a subjetividade controlada por uma visão psicológica do “eu não devo me envolver” e a visão naturalista que os fatos são neutros sob a forma como se apresentam. Ou, outra concepção que detecta a atividade de conhecimento do ser social como pura criação – uma atividade do espírito.

Por pertencerem ao mundo histórico, social, ratifica Genro Filho, os fatos “*não são puramente objetivos*”. Trata-se da “[...] dimensão ontológica dos *fatos sociais* antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias e reportagens”. A ideologia, a opinião, a interpretação, o julgamento moral e ético são pressupostos dos fatos sociais, a condição para sua existência (GENRO FILHO, 1987, p. 49 – grifo do autor). Genro Filho oferece um exemplo do que afirma ao reproduzir o manual de Mário Erbolato que, por sua vez, traz uma notícia no *New York Times* sobre uma “ofensiva de paz proposta pelo Kremlin”.

Sem dúvida, explicar nos Estados Unidos por que o Kremlin lançou uma ofensiva de paz nos limites da “objetividade”, sem intromissão opinativa do jornalista, significa relacionar os fatos evitando julgamentos explícitos de valor, apenas reforçando o preconceito do norte-americano [sic] médio sobre a União Soviética. (GENRO FILHO, 1987, p. 45).

Ser objetivo e reproduzir o fenômeno não significa ser imparcial para o autor. Os fatos sociais, muitos dos quais com o apoio da própria imprensa, já trazem uma carga subjetiva fortemente implícita. Como expõe Walter Lippmann (2008) – autor ignorado por Genro Filho -, há estereótipos, imagens de mundo que compõem os fenômenos trabalhados pela imprensa e devem ser considerados e totalizados com a história. Nesse sentido, tem razão Sylvia Moretszohn (2007) ao defender que os jornalistas devem ir “contra os fatos” como eles se apresentam. Os fatos já vêm produzidos sob um determinado conjunto de posições na sociedade. A defesa da objetividade como costumeiramente referida na profissão contribui para a reprodução de tais posições sem que o jornalista tenha uma explicação satisfatória sobre sua prática.

Por causa dessas circunstâncias, o autor vai defender que “[...] captar a essência implica, necessariamente, um grau de adesão ou solidariedade em relação a uma possibilidade determinada, tanto na totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado”. O autor continua em seguida, ao indicar que “[...] o relato exige uma forma de conhecimento que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência. Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado” (GENRO FILHO, 1987, p. 49-50).

Essa “adesão a uma possibilidade” significa a opção por um determinado modo de noticiar que implica na constituição de um projeto político e ideológico. Ou seja, ao pressuposto epistemológico e ontológico vincula-se uma ética. Possibilidade articulada, portanto, à liberdade do jornalista a partir do conhecimento que possui das circunstâncias do fenômeno que noticia. Em consequência, como citado pelo autor, existem diferentes formas de se tratar assuntos, desde a coleta das informações, o ângulo da abordagem, a linguagem utilizada, a edição são formas de manifestação que não são neutras em termos político-ideológicos (GENRO FILHO, 1987). O jornalista “trabalha” os fatos, ainda que não seja possível avançar nessa afirmação e dizer que criam ou que constroem totalmente tais fatos, pois, lembrando, “O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito” (GENRO FILHO, 1987, p. 186).

Ao debater com o texto “Ideologia e Técnica da Notícia”, de Nilson Lage, Adelmo Genro Filho (1987, p. 132) expõe a detecção do jornalista carioca que chega à conclusão similar a sua. Há uma “[...] complexa mediação, tanto objetiva como subjetiva, no processo de reprodução da singularidade fenomênica dos fatos jornalísticos”. O jornalismo, esclarece Genro Filho (1987, p. 133), não capta ou reproduz

os fenômenos como algo puramente objetivo, mas realiza uma “[...] reconstrução fenomênica já tornada significativa pelo subjetivismo da intermediação”. Trata-se de um processo de mediação complexo, pois envolve a mediação com a dimensão fenomênica do fato e com a dimensão de produção subjetiva do próprio fato social. Que, por sua vez, está em relação com as mediações próprias do ambiente de produção jornalística (tanto com a objetividade quanto com a subjetividade). Essa intermediação envolve a linguagem jornalística e o aparato técnico dos meios de comunicação em seu potencial de transformação de mediações em imediaticidade (GENRO FILHO, 1987, p. 128). Ademais, cabe ao jornalista realizar essa mediação mantendo a “abertura de sentido”, pois ele não deve realizar uma alteração completa ou uma interpretação subjetiva fechada e definitiva da dimensão subjetiva do fato.

Essa mediação, por outro lado, não deve ser confundida pela realizada com a linguagem cotidiana ou não pode ser simplesmente reduzida a esta. Genro Filho realiza algumas indicações que se concentram principalmente na crítica ao livro “Jornal: um produto a venda”, da professora de Jornalismo da USP, Cremilda Medina. Se é possível, para o teórico, estabelecer que “[...] o jornalismo é “de certo modo” uma extensão da linguagem cotidiana e comum [...] já que ambas são linguagens centradas na singularidade dos eventos e dos processos”, há diferenças substanciais que devem ser evidenciadas. Na linguagem cotidiana há “[...] a mediação da linguagem e da cultura interiorizada no processo de apreensão da imediaticidade”. No jornalismo, acrescem-se mais duas ordens de mediação: “a integração da sociedade humana em uma única e complexa totalidade”; e os meios de comunicação de massa, “Esse aparato técnico e social permite transportar a dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, rompendo barreiras de tempo e espaço” (GENRO FILHO, 1987, p. 127-128).

Na linguagem cotidiana, continua Genro Filho, busca-se apreender e comunicar os fatos singulares vividos imediata e coletivamente. Por sua vez, no jornalismo há a reconstituição fenomênica e singular, de tal modo que a reprodução dos acontecimentos seja realizada como se os receptores a tivessem imediatamente vivido. Trata-se de mediações condensadas através das notícias como algo imediato. A mediação não está apenas “[...] internalizada subjetivamente por emissores e receptores, mas se exterioriza em termos técnicos, lógicos e sociais”. A linguagem jornalística cumpre essa tarefa na visão do autor. “Eis sua razão de ser e

o horizonte histórico-social capaz de explicar sua organização lógica e linguística” (GENRO FILHO, 1987, p. 128).

Essa explicação permite que reconfiguremos o conceito de fenômeno, de fato social e de fato jornalístico na relação que estabelece com a linguagem jornalística. O jornalismo estabelece uma espécie de “simulação” da imediatividade, como explicado anteriormente, uma vez que apresenta a realidade duplamente mediada em sua imediatividade. Isso não significa uma reificação, ou como uma linha crítica advinda da estética marxista defende, uma inautenticidade, a negação da experiência. Mas pode ser compreendido, como defende Genro Filho, como um processo de mediação que gera consequências tanto positivas como negativas para a sociabilidade humana, porém imponderáveis nas necessidades demandadas e na potencialidade de universalização das questões locais e individuais enquanto integrantes do gênero.

Essa “simulação” envolve uma “racionalização e especificação dos procedimentos”, incluída a linguagem jornalística (vide a notícia e a especificação dos gêneros jornalísticos, por exemplo). Consequentemente, estamos tratando de uma racionalidade instrumental, em que, como qualquer processo de mediação estão presentes aspectos de dominação ideológica e de classe. A exclusiva atenção nesse aspecto faz, por exemplo, que Medina (1978) indique os títulos e os *leads* como anúncios de uma mercadoria na indústria cultural. Como consequência, a linguagem jornalística representa a dimensão mercadológica da indústria cultural, subsumindo sua especificidade à generalidade do conceito de mercadoria.

Nem toda a mensagem-consumo é jornalismo e (sic) nem a informação jornalística obedece exclusivamente, a critérios de consumo mercantil. A necessidade da informação jornalística surgiu na forma de um mercado consumidor de notícias, à medida que, com a emergência do capitalismo, todas as necessidades sociais aparecem como mercado consumidor e todos os valores de uso na forma de mercadorias. Portanto, a relação do fenômeno jornalístico com a *indústria cultural* – definida esta segundo Adorno/ Horkheimer – é de unidade e contradição. Uma relação tensa, de mútua pertinência em certos momentos, mas de não-identidade. (GENRO FILHO, 1987, p. 131)

A crítica de Genro Filho responde também à defesa de algumas correntes da comunicação social de eliminação da mediação técnica dos

media frente à relação face a face, comunitária dos processos comunicativos. Essa visão que busca devolver a palavra ao povo incorre em um retorno, para Genro Filho, à vida natural, onde o contato direto substituiria a comunicação técnica e “instrumental” por uma dimensão em que a experiência seria prevalente, com o processo de construção de um socialismo devotado à comunidade. Essa visão tomada por idílica não avalia a impossibilidade de retorno a antes do mundo tecnológico em que vivemos, em que a mediação técnica permeia as dimensões mais cotidianas da vida dos sujeitos e suas relações com fatos e acontecimentos distantes socialmente.

Tanto o processo de “simulação” da imediaticidade do fenômeno, a tensa relação com a indústria do consumo e a mediação técnica possibilitada pelos meios de comunicação de massa fazem da linguagem jornalística objeto para a desintegração do real e a impossibilidade da experiência. Não se leva em conta que a atividade jornalística envolve modalidades de experiência tanto do jornalista com a realidade como do receptor com a mediação que estabelece do conteúdo jornalístico para com sua realidade cotidiana. Da mesma forma, não se considera, como explica Genro Filho, que a impressão de uma reprodução fragmentária é de “forma” de apreensão e não de “conteúdo”, uma vez que esse implica as relações que os fatos possuem entre si e também dos fatos jornalísticos entre si. Por isso, trata-se de “[...] um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e – por consequência – **um fazer e um saber específico**” (GENRO FILHO, 1987, p. 130 – grifo nosso).

Por isso, a informação jornalística não é contrária à formação da experiência: trata-se, inclusive, de uma experiência que já vem, em alguma medida, “pré-formada” pelos mediadores e pelo *sistema jornalístico* no qual estão inseridos; noutro sentido, essa experiência “pré-formada” não resulta pronta e acabada, mas convida o público a completá-la como um fenômeno que estivesse sendo percebido diretamente. A sua significação universal, está apenas sugerida ao invés de formalmente fixada. A concepção ingênua de que o jornalismo inevitavelmente fragmenta o real e, em consequência, é necessariamente manipulatório e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e, além disso, que o singular também contém o particular e o universal (GENRO FILHO, 1987, p. 209).

Com base nessas afirmações, podemos avançar nos critérios de noticiabilidade conforme apresentados pelo autor. Como exposto no trecho acima, o processo de experiência é constituído pelo sistema jornalístico e também pela potencialidade de mediação que o público pode realizar com as informações dispostas, permitindo assim as conexões entre singular, particular e universal. Retornemos, mais uma vez ao processo de constituição do sentido do jornalismo para compreendermos agora como o autor define a escala de valor das notícias. De acordo com Genro Filho (1987, p. 65), a atividade de significação por parte do jornalismo está no contexto de duas variáveis: “1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social; 2) as relações de significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação”. No primeiro caso, essa relação de significação pertinente para o jornalismo relaciona-se com dois fatores: o da probabilidade e de liberdade. Genro Filho estabelece, no quarto capítulo, uma discussão com a Teoria dos Sistemas e, em específico para o nosso interesse, com a ideia de que o valor da notícia jornalística é diretamente proporcional à quantidade de informação nova de um dado acontecimento em mediação com o sistema social. Se esse critério é relevante para definir uma notícia, o autor afirma que existe também a mediação de aspectos qualitativos que estabelecem a pertinência de um fato como jornalístico. Os critérios que qualificam uma informação estão em mediação com a história, o que, por conseguinte não exige apenas o quantitativo como parâmetro.

A importância da informação jornalística parece estar ligada, essencialmente, não aos fenômenos de baixa probabilidade em geral, como quer a Teoria da Informação, mas a eventos *significativos* (o que implica a qualidade) situados na faixa de *indeterminação* do processo social.

De um modo geral são os acontecimentos previsíveis que fazem notícia, ou seja, os fenômenos que aparecem como possíveis, embora não possam ser determinados de antemão em sua forma e mesmo no seu conteúdo preciso. Porque são esses fatos que, normalmente, estão dentro de um contexto de significação histórica (GENRO FILHO, 1987, p. 81).

O velho adágio de que um homem morder um cão seria uma grande notícia não é mais importante, por exemplo, que a escalada da violência em uma cidade brasileira. O próprio Genro Filho indica que essa relação de quantidade pode ser redimensionada em caso de fatores qualitativos. Se, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos morde um cão há um redimensionamento do exemplo. Ou mesmo se várias pessoas saem às ruas mordendo cães. Resposta de Genro Filho que não anula a presença de estereótipos como valor notícia para o jornalismo: a relação *the girl and the gun*, as relações familiares, os casos de amor, a desproporção (mais forte ou mais fraco), os *fait divers* de modo geral permanecem em intrincada relação com os valores qualitativos. Pode-se dizer que há estereótipos que atingem a condição de mediadores com valores universais, como os crimes bárbaros. O que remete, inclusive, a um grau de sensacionalismo presente no jornalismo quando há a exacerbação da singularidade e da relação quantitativa de dada informação. Essa exacerbação da sensação evidencia o singular e estabelece relações de manipulação que direcionam também as notícias a determinadas visões de mundo. Para isso, o trabalho de Genro Filho, Marcos Rolim e Sérgio Weigert (1981) sobre o jornal *Hora do Povo* constitui um exemplo, uma vez que a exacerbação da linguagem policialesca e de senso comum dirigia o discurso do jornal do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) para tomadas de posições de índole fascista, como defendem os autores.

No jornalismo como forma de conhecimento, como argui o teórico, o universal está como condição de transformação e emancipação do gênero humano. A relação entre singular (que seria a forma de conhecimento do jornalismo), particular e universal é mútua e não estanque. Em toda manifestação singular estão inseridas a particularidade e a universalidade. Desse modo, a forma de apresentação de dado conteúdo, pelo singular, pode representar relações universais. Sob esse aspecto que o autor sintetiza o critério de valor notícia do jornalismo alinhavado à forma desse conhecimento.

Então, se o *singular* é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender, (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. *O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo* (GENRO FILHO, 1987, p. 81 – grifo do autor).

Retornaremos a esse debate (e a essa citação em específico) quando tratarmos das diferenças entre forma e conteúdo e suas articulações com as categorias singularidade, particularidade e universalidade. Neste momento, podemos analisar esta afirmação no que ela responde ao nosso intento imediato. O jornalismo não trata apenas do que acontece com um indivíduo ou mesmo com um grupo de pessoas localizados, privilegiando o aqui e agora. Porém, como critério de mais valor, a notícia recebe maior importância quanto mais estiver vinculada a acontecimentos que signifiquem a transformação da conjuntura histórica. Situação que explica o desejo constante dos jornalistas em definir os fatos com os quais trabalham como “históricos”. Quanto mais mediação um dado fato tem com o gênero, maior o seu valor notícia. Essa definição atinge o ápice de qualidade, como muito bem indica o autor, como também estabelece o mais alto regime de quantidade de informação. Quanto mais complexo o fato social, maior a necessidade de aprofundamento das causas e das consequências, o que, por conseguinte, gera maior singularidade para o fenômeno que cristaliza tais transformações.

Em todas as categorias trabalhadas por Genro Filho sobre o jornalismo, a subjetividade é dimensão constituinte. Dialeticamente, porém, a atividade noticiosa no jornalismo ocorre com a exposição da dimensão objetiva do fato. É importante não descuidarmos dessa dimensão objetiva, sob o risco de assentarmos em relações meramente psicológicas o que é característica do ser social. A defesa dessa dimensão serve para o autor afirmar, inclusive, que o jornalismo não é somente mercadoria ou aparelho ideológico. A discussão sobre dimensão objetiva está presente em uma ambiguidade apresentada por Lage (1979). Ainda que sob uma teoria falsa (a da objetividade e da imparcialidade), o texto informativo ofereceu vantagens ao jornalista, entre elas o compromisso com a realidade material, a aceleração do processo de produção e troca de informações e a denúncia das formas arcaicas de manipulação do texto (LAGE, 1979, p. 25-26). A resposta do teórico gaúcho a esta questão estaria na necessidade da informação jornalística, como já destacado no item específico sobre o tema. Porém, podemos estender a essa resposta restrita à justificativa da necessidade, características da objetividade jornalística tal qual Genro Filho a entendia. Trata-se, em síntese, de um jogo dialético entre subjetividade e objetividade, no qual qualquer ação realizada com base em um desses extremos condiciona consequências em outro. Embasa tais argumentos, a sustentação do autor que atravessa todo o texto sobre a incompletude do texto jornalístico informativo (sua abertura de sentido) que permite

aos receptores (instituições, grupos, classes, pessoas) reconstituir o fato a partir da exposição do fenômeno, sem desconsiderar essa exposição como resultado da produção subjetiva (de sentido) dos fatos sociais, da mediação feita pelos jornalistas e das diferentes formas de recepção realizadas pelo público. Assim, a própria constituição subjetiva do fato jornalístico delinea potenciais do trabalho objetivo de investigação do jornalista. Consideremos um dos trechos mais citados de “O Segredo” para aprofundarmos o debate.

*Os fatos jornalísticos* são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância (GENRO FILHO, 1987, p. 188 – grifos do autor).

Vamos analisar esse trecho desconsiderando o exemplo que o autor oferece na sequência – na nossa visão, equivocada. As primeiras duas frases dessa citação tratam de uma obviedade, ou seja, os jornalistas precisam escolher, selecionar, recortar o que é importante e o que não é para aparecer em um produto jornalístico qualquer. Essa situação é ineliminável, uma vez que não é possível transformar tudo o que ocorre no mundo em palavras e, muito menos realizar um produto nestas circunstâncias. Entretanto, esse recorte não é puramente subjetivo. A operação exige três análises com base no que expusemos até o momento. Primeiro, de que o fenômeno manifesto não pode ser desprezado. Um avião caiu, Pedro matou João, a presidente assinou o acordo. Segundo, de que esses fenômenos serão tomados, preenchidos e produzidos por indivíduos, agrupamentos, instituições sociais de diferentes naturezas que, por sua vez, produzirão fatos sociais. A sociedade humana é organizada com base nesses produtores de explicações sobre os fenômenos que acontecem. Nesse aspecto, um mesmo fenômeno pode gerar inúmeros fatos, a depender do regime de produção de cada ente envolvido com sua produção. Assim, a subjetividade faz parte da constituição de cada fato. Lembrando que há níveis de legitimidade dados a cada uma dessas instituições, o que já é parte da atribuição do jornalismo (legitimar certas versões e certos

produtores de versões). Sabendo assim que cada fato carrega uma versão dos fenômenos, é certo afirmar que o jornalista adere a versões disponíveis para seu trabalho. Portanto, são dois critérios de recorte que estão inter-relacionados: quais fenômenos estarão presentes nos jornais e, a partir de qual(is) fato(s) o fenômeno será apresentado. O terceiro critério de recorte está na relação do fenômeno com a história, o que em si já o constitui como fato. Portanto, notemos que a constituição subjetiva dos fatos guarda relação com os modos objetivos de valoração de determinados fenômenos pelo ser social, pelas classes que o compõem e por suas diferentes instituições. A isso, podemos traduzir a enigmática e abstrata proposição de Genro Filho de que o recorte subjetivo está delimitado “[...] pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo”.

Todo esse processo de critério de noticiabilidade (o que aparece ou não em determinado produto) articula-se com a concepção de verdade como revelação dessa “substância”. A verdade seria a representação do fenômeno e da relação estabelecida pelo sentido de sua produção, bem como com sua vinculação à história que o contextualiza. O trabalho cognitivo do jornalista está em reconhecer a articulação da singularidade objetiva, com a particularidade objetiva e com a universalidade objetiva. Enfatizamos isso, pois significa compreender, como pretende Genro Filho (1987d, p. 87), que tais categorias são objetivas. Além disso, que essas três dimensões estão articuladas, e que ao apresentar a primeira delas (o fenômeno), as demais precisam estar implicadas tanto na exposição como na orientação do trabalho do jornalista (essa é sua proposta). Se o jornalista empreende seu trabalho sob essa perspectiva que o autor defende, compreende que a própria realidade em seu processo de constituição objetivo e subjetivo oferece elementos para subverter diferentes níveis da ordem opressiva e dominante.

Por isso, Genro Filho critica a chamada “ideologia da objetividade jornalística”, pois ela implica na compreensão e exposição do mundo sob a ótica “normal” dos paradigmas dominantes. Há uma tendência de reprodução com base na ideologia dominante, que, por sua vez, se apoia em posições conservadoras presentes no senso comum. Assim, “[...] em termos epistemológicos, a base na qual o fato está assentado e contextualizado tende a reproduzir de maneira latente a universalidade social tal como é vivida imediatamente”. Porém, em uma perspectiva revolucionária, o jornalista “[...] constitui a singularidade

como algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade” (GENRO FILHO, 1987, p. 188).

Essa nossa compreensão do trecho sobre o que são os “fatos jornalísticos”, com base na leitura dos principais elementos do livro é de certa forma frustrada por um exemplo do autor – conquanto o chame de exemplo extremo. Ao querer ilustrar o processo de “[...] revelação e constituição dessa substância”, ele expõe uma anedota:

Vejamos um exemplo extremo: ocorreu um fato que envolve Pedro e João, no qual o último resultou mortalmente ferido por um tiro disparado pelo primeiro. Posso interpretar que Pedro “matou”, “assassinou” ou “tirou a vida de João”. Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto. (GENRO FILHO, 1987, p. 188)

Esse exemplo prejudica boa parte da compreensão dos elementos que o autor constituiu ao longo de todo seu trabalho. Não há como negar que Pedro atirou contra João e que este resultou morto, pois isso aconteceu, é o fenômeno. Uma ação humana objetiva e uma reação igualmente objetiva. Porém, ao acontecer, o fenômeno gera relações subjetivas e objetivas. Ou seja, é necessário explicar quais foram as circunstâncias do ato, se houve dolo, quais as motivações e qual a verdade da assertiva derivada que vai decidir o destino de Pedro e a ação que a sociedade vai tomar (ou não) contra ele. É possível interpretar cada uma das possibilidades, mas o jornalista não pode (nem deve) expor essa possibilidade sem elementos materiais que o permitam. Em grande parcela dos casos, a polícia judiciária será a responsável por colher as provas sobre esse desfecho trágico e o judiciário irá julgar a situação. O jornalista passa então a expor os fatos que decorrem dessas instituições e de outras versões que possa colher para realizar essa interpretação. O jornalista pode enfrentar a versão da polícia e do judiciário desde que tenha elementos para sustentar outra versão, podendo essa versão ser do advogado de defesa de Pedro ou não. A tendência é que, nesse exemplo, o jornalista mantenha a “abertura de sentido”, expondo as versões contraditórias para que o leitor possa realizar um julgamento, mesmo que o jornalista não deixe de tomar posição com base nas informações que colheu na apuração. Portanto, compõe o trabalho do jornalista reunir os elementos para caracterizar o

fenômeno e contextualizá-lo de forma que os julgamentos sejam os mais embasados possíveis. O problema está no exemplo, uma vez que ao expor a anedota, Genro Filho faz crer que a substância da qual trata é apenas o fenômeno e não as relações desse fenômeno com as mediações que estabelece.

Não obstante Genro Filho procure evidenciar que a “substância” dos fatos jornalísticos deve ser reproduzida para o enfrentamento às visões relativistas, é mister ajuizar que a transcrição dessa substância apenas pelo ângulo do fenomênico não é o local onde a discussão de sua proposta verticaliza-se. Trata-se da capacidade do jornalista em compreender as condições de produção de um fato social e enfrentar, objetivamente, essas próprias condições. A adesão ou solidariedade a uma determinada forma de conhecimento não significa simplesmente a opção pela condição subjetiva mais adequada para um projeto ético-político, como faz crer a posição de Genro Filho. Trata-se das próprias condições subjetivas que se materializam e que, portanto, ao se objetivarem em dado fenômeno, em muitas circunstâncias, exigem o próprio desvelamento das condições de produção de dado fato social e as possibilidades que os fenômenos positivos detêm de transformar essas mesmas condições de produção. O que queremos afirmar é que se os jornalistas querem alterar revolucionariamente os fatos sociais a partir da exposição dos fatos jornalísticos, a zona de combate está nas mediações que dado fato realiza com a realidade mais ampla, com o horizonte político e social. É nesse sentido, inclusive, que Genro Filho afirma a singularidade como a “realidade transbordando do conceito”. A própria realidade revelando outras mediações possíveis para a transformação da realidade social.

Porém, a despeito de considerar os jornalistas no coletivo, Genro Filho trabalha pouco as condições de produção dos jornalistas, principalmente como os jornalistas estabelecem relações de controle mútuas. Pouco se estabelece, por exemplo, sobre as características desses trabalhadores, suas crenças políticas, modo de formação e capacidade de análise de conjuntura. A teoria de Genro Filho expressa a potencialidade dessas relações no jornalismo sem aprofundar as condições econômicas e políticas da profissão e das empresas jornalísticas, bem como do modo de organização precário dessa categoria. O que a teoria de Genro Filho possibilita, e isso não é pouco, é justamente a agregação dessa potencialidade revelada para a organização sindical e política dos jornalistas. Trabalho que ele não realizou na prática, mas que teve e tem desenvolvimentos por alguns dos “herdeiros de sua teoria”.

A definição de que a objetividade tratada pelos jornais (considerando as relações subjetivas e objetivas presentes no ser social) restringe-se à cópia estrutural do fenômeno esclarece pouco a complexidade que o termo objetividade pode receber nesse contexto. Primeiro, porque em muitas matérias jornalísticas, o contexto de produção jornalística torna-se mais notícia do que o fenômeno. Segundo, porque a experiência subjetiva dos sujeitos que convivem com consequências de complexos sociais são também objetos de trabalhos jornalísticos objetivos. Não cabe a um jornalista como Joe Sacco, por exemplo, inventar quais as características do cotidiano da Palestina. E, com certeza, aquelas características possuem impactos e atendem ao que Genro Filho chama de “necessidade social da informação” e da relação de valor notícia possibilitados pela relação qualidade-quantidade. Por isso, a liberdade de interpretação deve receber a devida ponderação para não incorrer em entendimentos incorretos de “liberdade de invenção” ou de “construção da realidade” pelo jornalista.

Evidenciamos, desse modo, como o jornalismo realiza uma operação específica na produção de notícias que condensa a partir de um fenômeno um conjunto de relações de mediação com a totalidade. Essa descoberta de Genro Filho permanece válida para explicar a notícia. Ainda que deixe de examinar grande parte dos demais produtos jornalísticos. Trata-se de um trabalho importante conseguir rever a notícia sob outro aspecto, a singularidade. Porém, o que o moderno jornalismo nos legou, além da notícia, foi a capacidade de questionar formas de mediação de forma objetiva. Quanto mais consegue aprofundar essa capacidade de questionamento, mais os fenômenos emergem como acontecimentos capazes de alterar, inclusive, a produção de fatos sociais. É nesse aspecto que conseguimos compreender, por exemplo, a ascensão dos jornalistas frente aos demais jornalistas ao campo cultural e político, o que espraia a compreensão do gênero notícia em sua relação com outras formas de produção jornalística, bem como a relação desse gênero com os demais.

Percebemos, portanto, que essa interpretação do teórico do fazer notícia é potencializada se for trabalhada em articulação com a dimensão produtiva da mediação dos jornalistas, com os demais produtos do jornalismo, com o ambiente produtivo de informação extra redação (fontes, assessorias, instituições, políticos, etc) e com as mediações realizadas pelo público. A junção desses elementos materializa o jornalismo como um produto de relações culturais específicas, o que nos permite compreender como se estabelece a articulação entre a produção de um tipo de conhecimento (como

defendido pelo autor), os valores que conseqüentemente estão atrelados às maneiras como os jornalistas produzem conhecimento (vinculado aos usos desse conhecimento pelo público) e a organização dos sujeitos que participam da dinâmica dessa atividade.

\*\*\*

Não se trata de um simples "fragmento", um "átomo", descrito positivamente como algo isolado e, por isso, recebendo a valoração como um influxo externo da ideologia dominante. Todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de *singular significativo*, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito.

Colocado o problema dessa maneira podemos conceber a possibilidade de um jornalismo informativo - que se utilize de muitas conquistas técnicas e funcionais adotadas pelos jornais burgueses - com outra perspectiva de classe e outra ideologia (GENRO FILHO, 1987, p. 122-123).

Pode parecer uma questão eminentemente epistemológica tratar de ideologia em uma proposta teórica para o jornalismo como a realizada por Adelmo Genro Filho em "O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo". Essa interpretação decorre da oposição que se tornou clássica na gnosiologia e na sociologia entre teoria e ideologia ou entre ciência e ideologia ou entre conhecimento e ideologia (MANNHEIM, 1972; RICOEUR, 1991). Sob uma vertente epistemológica, o marxismo advogou a ideologia como falsa consciência, como uma imagem equivocada do real, sobre a qual a teoria ou a ciência teriam por tarefa revelar a "falsidade" e evidenciar o caminho para a verdade. Essa leitura tomou forma mais acabada na proposta epistemológica de Althusser para a obra de Marx, na qual a relação ocorre entre a infraestrutura (material, real) e superestrutura (dependente, ideal). A ideologia é caracterizada pelo conceito de classe

dominante que, como classe, detém os meios materiais de exploração e, por conseguinte, corporifica esse domínio na criação de estruturas ideológicas que asseguram a docilidade dos dominados e, em simultâneo, a eternização da posição dos dominantes. Há, portanto, nas abordagens dessa natureza uma conexão entre ideias dominantes e classes dominantes. Nesse caso, somente a teoria ou a ciência marxista teria a possibilidade de revelar os pormenores dessa relação, contribuindo como artífice no combate à ideologia.

Por outro lado, correntes não marxistas declaram a não cientificidade do método proposto por Marx justamente por ele não dissociar a explicação sobre as conexões da realidade do interesse em transformar a realidade. A tarefa do conhecimento no marxismo em denunciar a ideologia dominante apresentando outra explicação da sociedade é apresentada como um defeito de origem. Ao se propor a transformar o mundo, dizem os críticos, o marxismo revela um interesse de classe, carrega em si uma ideologia e, portanto, contamina o fazer da ciência, transformando ensino em apologia e pesquisa em militância. O marxismo precisaria escolher entre fazer ciência e fazer ideologia. Como afirma Lukács (2013, p. 567), a crítica puramente gnosiológica não compreende a natureza da ideologia, muito menos a do marxismo. A proposta de um estudo ontológico da ideologia busca dirimir tais mal-entendidos.

Nesse aspecto, há proximidades entre as concepções de ideologia em Lukács e as de Genro Filho. O teórico gaúcho também não acredita que a oposição teoria e ideologia seja a maneira mais adequada para entender a questão. A sua definição de ideologia está mais desenvolvida no texto crítico em que analisa o pequeno livro “O que é Ideologia”, de Marilena Chauí. O texto “A Ideologia da Marilena Chauí” traz indicações de que a autora realiza o mesmo movimento de Althusser, o que coloca poder em demasia nas mãos dos intelectuais e teóricos. Genro Filho argui que o conceito de ideologia de Chauí advém de um “socialismo de cátedra”, como se as questões da realidade pudessem ser resolvidas em um passe de mágica a partir da proposição de uma teoria. Portanto, “[...] só realizável efetivamente como tese de mestrado ou doutorado. Trata-se de uma vulgar pedagogia, na qual o proletariado entra apenas como cobaia para que “o saber real” demonstre toda sua grandeza” (GENRO FILHO, 1986, p. 96).

Por isso, Genro Filho critica a interpretação unilateral da proposição de Marx de denúncia à ideologia apenas como a zona de erro, percebendo a ideologia também como espaço propositivo e de disputa. Como explica Lênin e desenvolve Gramsci, Genro Filho julga

que contra uma ideologia burguesa é necessária uma ideologia revolucionária, que ajude a trazer as proposições da teoria na luta por hegemonia. “Dizer que toda ideologia é, necessariamente, um instrumento de dominação significa pensar na luta de classes na forma de uma paródia na qual se enfrentam não o proletariado e a burguesia, mas uma suposta sabedoria teórica [...] e a alienação dos dominados” (GENRO FILHO, 1986, p. 97). Ao tecer a crítica ao texto de Chauí, o teórico gaúcho caracteriza grande parte das teorias sobre a ideologia de correntes marxistas e de antagonistas do marxismo as quais se opõe.

É interessante observar a coincidência: a filosofia oficial da União Soviética, fiel às suas origens stalinistas, considera a “ideologia revolucionária” como um mero derivado da “doutrina científica” do marxismo, o que efetivamente serve para legitimar a manipulação política e ideológica das massas; o althusserianismo, fiel às mesmas premissas teóricas, afirma que a ideologia é o oposto da ciência e só se pode falar em “ideologia revolucionária” como luta da ciência contra as ideologias; o renegado Colletti é contra “todas” as ideologias, inclusive o marxismo; filósofos e epistemólogos burgueses como Popper, Bachelard, Mário Bunge, etc. convergem num ponto básico: a ideologia é considerada como um desagradável resíduo que se refugia nos escaninhos da produção científica. Todos, enfim, se negam a reconhecer na ideologia mais do que um epifenômeno da ciência, seja fazendo sua apologia, como no caso do stalinismo, seja denunciando-a como inimiga do saber objetivo e científico (GENRO FILHO, 1986, p. 96-97).

A ideologia, para Genro Filho não está somente na classe dominante. Os dominados, os trabalhadores, o povo também possuem ideologia. Principalmente, a ação revolucionária é orientada por uma ideologia revolucionária. Seguindo mais proximamente a definição de Gramsci, Genro Filho cita sem explicar em alguns trechos de “O Segredo da Pirâmide” o conceito de hegemonia, o que pressupõe a produção cultural e política da esquerda para a disputa da prevalência nos processos de ideação do social. “A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes” (GENRO FILHO, 1987, p. 27).

Por outro lado, a ideologia para Genro Filho não está em oposição à teoria, pois a teoria e o conhecimento científico também são mobilizados para ações ideológicas. Nesse sentido, a teoria pode auxiliar nas disputas ideológicas pela própria possibilidade de adesão propiciada pela natureza subjetiva da produção. Porém não cabe exclusivamente a ela mobilizar os sujeitos para a revolução. A história é farta de exemplos para demonstrar que não foi o conhecimento teórico que mobilizou os participantes da Revolução Francesa, mas situações concretas de conflito no seio social que receberam um direcionamento para responder à questão “o que fazer?”. Isso porque “a insensatez que tomou conta das massas”, como diz Genro Filho, é resultado da contradição entre a ideologia que existia até então e a situação extrema vivenciada pela população que, desde o mais simples sujeito ao mais esclarecido burguês, participou de diferentes formas daquele levante.

A ideologia é um sistema de idéias mais ou menos delineado que implica num compromisso do sujeito diante da totalidade do mundo histórico-social, e não apenas num compromisso epistemológico diante dos objetos reconhecidos em sua positividade. A ideologia implica numa postura ativa da consciência frente à realidade histórica do mundo, envolvendo negação ou afirmação desse mundo de parte do sujeito consciente. Negar a possibilidade da ideologia revolucionária é posicionar-se, ontologicamente, como objeto entre os objetos ou, na melhor das hipóteses, acreditar que a objetividade – por meio da teoria – pode desvelar sua “verdade” independente da postura efetivamente revolucionária do sujeito, a qual exige uma atividade prático-crítica (GENRO FILHO, 1986, p. 97).

Em “O Segredo”, essas afirmações sobre ideologia realizadas para criticar Chauí encontram uma aplicação. Essa aplicação pode ser sistematizada a partir de três usos do conceito ideologia. Primeiramente, Genro Filho critica aqueles que tomam o jornalismo em sua positividade, como um exercício plenamente objetivo no qual o jornalista realizaria a reprodução da realidade sob a orientação da imparcialidade. A palavra ideologia também aparece na análise realizada por ele das teorias marxistas que entendem o jornalismo apenas como uma modalidade da ideologia da classe dominante e que, por isso, precisaria ser “descaracterizada” pela “ciência do marxismo” ou apenas como um epifenômeno da disputa de classes. O terceiro uso

do termo ideologia feita por Genro Filho em “O Segredo” indica a possibilidade de o jornalismo ser feito com outra ideologia, proletária e revolucionária.

A crítica à ideologia de senso comum da categoria que explica a prática do jornalista pelo viés psicológico e mecanicista da imparcialidade e da objetividade é sobejamente exposta ao longo de todo “O Segredo”. Para o autor, essa percepção da notícia como reflexo mecânico da realidade e a defesa da anulação da subjetividade do jornalista frente aos fatos articulam-se a um modo funcionalista de evidenciar a tarefa do jornalismo para a manutenção da ordem liberal e democrática, que mantém a cidadania como valor de direito, mas não como condição material. Para o autor, ao procurarem se isentar, os jornalistas estão reproduzindo as ideologias dominantes, uma vez que estas estão impregnadas no senso comum. Essa visão de senso comum dos jornalistas contribui para a manutenção, também, das estruturas internas das redações e da academia, definindo o jornalismo como uma técnica ou apenas com base em teorizações que replicam essa prática. Sob esse arcabouço que se torna possível dizer que o jornalismo é uma técnica independente às ideologias.

Por sua vez, Genro Filho também precisa enfrentar o antídoto usado comumente contra essa fórmula da prática, aquelas críticas que entendem o jornalismo exclusivamente como resultado da ideologia da classe dominante. O teórico argumenta que o jornalismo possui valor de troca, o que possibilita à informação jornalística ser também mercadoria. Mas também possui um valor de uso, uma universalidade enquanto atividade imprescindível aos homens e mulheres na contemporaneidade. Ou seja, a teoria vem trazer aspectos desse valor universal do jornalismo, que pode ser mobilizado para particularidades específicas – seja a ideologia comunista (o que na visão do autor conduziria à liberdade), como para uma ideologia burguesa. O que significa que a teoria por ele proposta deve ser testada também para compreender o jornalismo feito pela burguesia, pois serve como leitura mais acurada de um fenômeno que nasce no cerne do capitalismo, mas transcende a particularidade na qual está inserido. Ou seja, a teoria torna possível um jornalismo informativo antiburguês. O que não significa um fazer jornalismo sem ideologia.

A partir de tais elementos potencialmente explosivos que atravessam todas as dimensões da produção simbólica de uma práxis socialmente dilacerada é que surge, de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das

classes dominadas e, de outro, a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária a partir daquela (GENRO FILHO, 1987, p. 59).

Essa definição de ideologia dada na premissa fundamenta a crítica às teorizações de esquerda sobre o jornalismo que o consideram como um fenômeno ideológico da burguesia e somente isso. Por outro lado, essa definição do jornalismo como instrumento da burguesia traz outra definição decorrente desta: a de que o jornalismo como ideologia pode servir para o a reprodução da ciência marxista como disposta por um partido ou agrupamento de esquerda tal qual um instrumento proletário. O jornalismo não seria uma forma de conhecimento autônoma, mas um epifenômeno da ideologia, uma espécie de espectro que estaria apenas circunscrito às disputas de classes. Com o fim das disputas de classes, acabaria o jornalismo. Essa visão associada ao stalinismo vê o jornalismo apenas como manipulação e possibilidade de legitimação de um tipo de marxismo. Não como uma modalidade para conhecer a realidade e atender a uma necessidade social específica (GENRO FILHO, 1987, p. 146-149).

O desbaste dessa posição não está somente na possibilidade de buscar no jornalismo uma conceituação que lhe permite ascender à categoria de conhecimento. É isso também, mas não somente. Está nas premissas teóricas do autor, visto que sua definição de ideologia diverge dessas correntes. De uma dessas premissas decorre uma primeira consequência para a definição da palavra ideologia presente no livro: o jornalismo pode servir de vetor da ideologia burguesa, ter sua gênese vinculada ao desenvolvimento da burguesia, mas possui atribuições que excedem tais características, pois pode também ser a possibilidade para o exercício de uma ideologia antiburguesa. Para Genro Filho, não se trata de indicar que o jornalismo não é ou não veicula também ideologia, mas de expressar que qualquer forma de conhecimento, de ação humana, agrega-se a posições subjetivas que podem ou não exercer a função ideológica.

Fica claro a partir das afirmações de Genro Filho qual é a natureza da ideologia. É possível depreender que ele não parte da oposição teoria *versus* ideologia (uma vez que a teoria também é ideológica), e não somente a classe dominante detém ideologia, mas também a classe dominada que deseja alterar a ideologia em jogo. Essa concepção de ideologia pode ser complementada/ discutida com a realizada por Gyorgy Lukács (2013, p. 464-575). Tomando a explicação gnosiológica como apenas uma fração da definição ideológica, Lukács

(2013, p. 464 e seguintes) defende duas caracterizações para a ideologia, uma ampla e outra restrita. De modo amplo, a ideologia está vinculada à própria possibilidade social dos sujeitos enquanto integrantes do ser social. Trata-se da funcionalidade que permite a sociabilidade do homem. Essa definição muito ampla pode ser melhor compreendida quando percebemos que para qualquer ação que passa a ser social é necessário o acúmulo de informações, de ideias, de táticas que formam um comportamento em relação aos demais comportamentos. É o resultado, portanto, de pores teleológicos que condicionam pores teleológicos e que se cristalizam nas mediações de reprodução social (educação, alimentação, sexualidade, direito, comunicação etc.). O próprio desenvolvimento social, com o acúmulo de conhecimento que possibilita aos sujeitos o recuo da barreira natural, é condicionado por diferentes determinações dessa definição mais ampla de ideologia. Sob essa caracterização, podemos supor que o conceito de ideologia está ligado intimamente à possibilidade de sociabilidade que faz do ser social, social.

A segunda definição de ideologia, mais restrita, refere-se às lutas no interior de agrupamentos humanos (sendo mais desenvolvidas nos conflitos de classes) para atender às respostas ao “que fazer?” mediante conflitos sociais. É nesses conflitos de interesses pelos rumos de diferentes instâncias problemáticas do social que tem origem o significado pejorativo da ideologia (LUKÁCS, 2013, p. 465). É a partir dessa definição restrita, em articulação com a ampla, que podemos depreender um conjunto de consequências para o entendimento ontológico da questão.

Para uma ideia ser ideologia não basta ser produto do pensamento de um sujeito ou de um agrupamento relativamente amplo. Lukács vai determinar que a ideologia somente passa a existir quando os homens e mulheres aplicam uma ideia, ou complexo de ideais, para se conscientizarem de um conflito e o enfrentarem até (aparentemente, ou não) solucioná-lo. “A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surge a necessidade de concepções para a resolução dos conflitos do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 465) Sob esse aspecto, qualquer ideia pode vir a se tornar ideologia, embora nem todas as ideias – relativamente poucas na verdade – venham a assumir essa condição. Decorre disso que muitas ideias falsas podem resolver conflitos concretos, assim como verdades científicas também podem ser o motor dessa função. Por exemplo, podemos citar a afirmação de Marx de que Deus pode não existir, mas,

ainda sim, existe nas relações concretas de inúmeros sujeitos e permeia incontáveis fatos da história do ser social. Ou, em outro exemplo, como as descobertas de Darwin alteraram o modo como os sujeitos conceberam a si e o mundo a sua volta, transformando um conjunto de práticas, resolvendo alguns conflitos do social e, sem dúvida, gerando muitos outros. Portanto, sob essa definição, a ideologia não pode ser oposta ao conhecimento, pois o próprio conhecimento tem a virtualidade de se impor como ideologia, tanto no sentido amplo, quanto no restrito.

Verdade e falsidade ainda não fazem de um ponto de vista ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria, etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (LUKÁCS, 2013, p. 467).

Os conhecimentos cientificamente produzidos não são em si, necessariamente, ideológicos. Isso porque não integra seus objetivos resolver conflitos sociais. Porém, os desdobramentos desse conhecimento podem agir como ideologias no campo social (LUKÁCS, 2013, p. 467; FORTES, 2012, p. 229). E, em muitos casos, tais desdobramentos condicionam a produção ou não desses conhecimentos. Nas ciências naturais, mesmo a dimensão subjetiva sendo fundante, a prática tende para a objetividade (GENRO FILHO, 1987, p. 159), com o crescente desenvolvimento do conhecimento sobre as legalidades da natureza para a o desempenho mais especializado dos sujeitos com o metabolismo natural (LUKÁCS, 2013, p. 562-563; FORTES, 2012, p. 229). Por sua vez, nas ciências sociais, a ideologia possui maior determinação. Isso porque, como argumenta Lukács (2013), a base de atuação das ciências sociais são os pores teleológicos secundários, ou seja, aqueles que têm por objetivo provocar modificações no comportamento e na consciência dos sujeitos.

Nas ciências sociais, a questão é objetivamente mais simples, mas subjetivamente ainda mais controversa. Ela é mais simples porque o fundamento ontológico de toda ciência social é constituído por pores teleológicos

que visam provocar modificações na consciência dos homens, em seus futuros pores teleológicos. Só com isso, tanto sua gênese quanto o seu efeito já contêm um elemento irrevogavelmente ideológico (LUKÁCS, 2013, p. 563).

A proximidade dessas posições de Lukács às manifestas por Genro Filho (1987, p. 159) para caracterizar as relações das ciências sociais com a ideologia ficam evidentes – mesmo que nesta passagem os comentários do teórico do jornalismo sejam para contrapor as ideias de Lukács sobre o uso da categoria “reflexo” para caracterizar o conhecimento.

As ciências sociais, ou humanas, por seu turno, constituem uma revelação da objetividade na qual a subjetividade (ou a ideologia, dito de modo mais específico) que a pressupõe não se manifesta como um resíduo, mas a como uma dimensão intrínseca à teoria e que a constitui como um conteúdo necessário e legítimo. Aquilo que na objetividade natural aparece como probabilidade, na sociedade realiza-se como liberdade. Por isso, a adesão a uma ou outra possibilidade do real, da parte dos sujeitos que investigam, é tanto condição para que seja revelado o objeto como um aspecto constitutivo desse objeto.

Em outro, dos muitos aspectos que essa definição de ideologia gera, está que mesmo envolvidos na reprodução social de determinados códigos ideológicos, somente alguns sujeitos participam nas disputas pelos sentidos em determinado campo do conflito social. Principalmente aqueles que vivenciam um conflito (episódico ou determinante) de maneira direta se envolvem e disputam a produção hegemônica sobre ele. Essa posição defendida por um núcleo particular de sujeitos tem por objetivo estender suas propostas para toda a sociedade. Trata-se da pretensa universalidade pela qual grupos de interesses antagônicos buscam, nas estruturas sociais, impor suas motivações à sociedade como se fossem do interesse de todos (LUKÁCS, 2013, p. 471-472). Esse pôr teleológico específico que almeja e muitas vezes atinge o *status* de ideologia caracteriza-se por um modo de objetivação que se coloca ao

[...] [1] transformar, pelo menos potencialmente e com muita frequência realmente, as experiências individuais em posse espiritual comum de um grupo humano; [2] ao

fazer isso não simplesmente de modo fático, mas proporcionando aos homens modelos – tanto positivos como negativos – para suas decisões futuras, [3] ao converter, tanto no homem singular como nos grupos humanos, a continuidade objetivamente disponível, mas simultaneamente e para além disso também vivenciada, de suas ideias, de seus sentimentos, de suas ações, etc. em componente dinamicamente mobilizada de sua consciência (LUKÁCS, 2013, p. 486).

Essas considerações permitem que entendamos melhor o marxismo conforme as posições de Lukács (2013), o que lança luz sobre as características do trabalho de Genro Filho. Para Lukács, a ciência tem por tarefa evidenciar o que existe e o que não existe, o que é verdadeiro e o que é falso. Por seu turno, a ideologia manifesta-se na aplicação concreta de ideias (não importa se falsas ou verdadeiras) para a resolução de conflitos, ou seja, em sua funcionalidade. O marxismo, na interpretação de Lukács (2013, p. 569-570), é, simultaneamente, ciência e ideologia, um método e instrumento da luta de classes. Essas considerações visam refutar tanto uma interpretação excessivamente epistemológica do marxismo, como sua vulgata determinista e, principalmente, os críticos da vinculação do fazer ciência marxista a um projeto de transformação social.

Por um lado, está claro que, desde o princípio, o marxismo se concebeu como um instrumento, como órgão para dirimir conflitos do seu tempo, sobretudo o conflito central entre burguesia e proletariado. A última tese sobre Feuerbach referente ao antagonismo (e à unidade) entre interpretar e transformar a realidade, uma tese clara, mesmo que muitas vezes tenha sido interpretada de modo vulgarizante e simplificado, mostra com toda nitidez que essa postura existe desde o princípio. Tampouco é necessário contestar que alguma vez ele tivesse tido a intenção de dissimular a sua própria gênese histórico-social mediante alguma “atemporalidade” formulada gnosiologicamente. [...] O marxismo, portanto, jamais escondeu sua gênese e função ideológicas: é possível encontrar em seus clássicos frequentes formulações no sentido de que ele justamente seria a ideologia do proletariado. Por outro lado, e simultaneamente, em todas as suas exposições teóricas, históricas e sociocríticas, ele sempre levanta a pretensão

da cientificidade; a sua polêmica contra concepções falsas (por exemplo, as de Proudhon, Lassalle etc.) sempre se mantém, pela própria essência da coisa, num plano puramente científico, consistindo na comprovação racional e programática de incoerências na teoria, de imprecisões na exposição de fatos históricos etc. (LUKÁCS, 2013, p. 569-570).

Essas reflexões permitem indicarmos que, mesmo sem ter acesso ao capítulo “O Ideal e a Ideologia” de “Para uma Ontologia do Ser Social II” (nenhum documento ou citação prova esse contato), Genro Filho possui uma leitura muito similar a de Lukács. Como é possível analisar, tanto as considerações gerais sobre o marxismo quanto as específicas sobre o jornalismo guardam muitas semelhanças com a explicação que o filósofo húngaro oferece à temática.

O jornalismo, sob esses aspectos, está estrategicamente disposto como artífice de exposição dos conflitos que emergem no social – significativamente os episódicos, mas não só – e veicula, por isso, as soluções, apaziguamentos e transformações que conseguem avançar para a “ontologia da vida cotidiana”. Sob essa posição ontologicamente estratégica e necessária para o processo de sociabilidade, esses conflitos ganham dimensão mundial, uma vez que materialmente estão integrados enquanto sistema econômico comum e virtualmente relacionados como interesses do gênero humano mais do que necessariamente de uma determinada localidade. Sob esse diapasão, o jornalismo assume papel estratégico como mediação social das ideologias (tanto em sentido amplo como restrito). Outra característica do veículo jornalístico, em específico do jornalismo informativo, está a seriedade das questões tratadas, pois os conflitos sociais noticiados ou sonogados em muitos casos somente são conhecidos e/ou legitimados por meio desse sistema de informação. Nesse aspecto, não é somente a ideologia de uma classe. Mas também não está dissociado da ideologia.

A ideologia é sempre, em cada sociedade determinada, um conteúdo que atravessa todas as criações da cultura: concepções científicas, filosóficas, estéticas, jurídicas, religiosas, políticas, éticas, além de manifestar-se no senso comum, nas obras de arte, nas leis, na moral, no jornalismo, etc. Esse conteúdo ideológico é contraditório e representa, em suas polarizações extremas, os interesses das classes antagônicas. O que se quer dizer, é que comunicação, o jornalismo ou as informações não podem

ser julgadas a partir de pressupostos que eliminem o problema da *verdade*, ou seja, apenas em termos de "controle e organização" do "sistema social" (GENRO FILHO, 1987, p. 87 – grifos do autor).

Em suas críticas às teorias que explicam a ideologia apenas como falsidade e o jornalismo como uma ideologia da classe dominante e, portanto, apenas instrumento de dominação, Genro Filho busca resgatar o trabalho do jornalismo como conhecimento e a ideologia como um dos elementos que atravessa essa prática, não convertendo o jornalismo apenas em ideologia e indicando que o jornalismo pode, sob certas circunstâncias, responder a um interesse de classe proletário. Essa avaliação permite à teoria de Genro Filho explicar o jornalismo como forma de conhecimento também realizado com interesse de classe da burguesia, visto que ele pode em muitas matérias expor aspectos da sociedade e, ao fazê-lo, influir nas tomadas de decisões contrárias às formas de exploração.

Genro Filho, com um desenvolvimento teórico mais reduzido acerca da ideologia do que Lukács, retratou essa circunstância *sui generis* que coloca o jornalismo em outra posição em relação à ideologia (que não a de oposição à ciência) e que, por outro lado, reforça o propósito do autor em defender o jornalismo como forma de conhecimento. Para Genro Filho, é ontológico indicar que todo acontecimento vem dotado de um (ou de vários) sentidos e que tais sentidos sempre sejam numa “determinada postura ideológica”. Porém é tarefa do jornalista manter uma “abertura de sentido”, de tal forma que o fenômeno possa, ao mesmo tempo, revelar o contexto de sua produção como possibilitar o reconhecimento da contradição que emana do próprio fenômeno e que, por isso, contradiz também a gênese de sua produção.

Em alguns trechos, Genro Filho partilha da ideia de que a realidade, em sua exposição, potencializa a evidenciação das contradições frente à ideologia dominante, o que, por conseguinte, faz com que o jornalista precise enfrentar a estrutura que produziu esse fenômeno como um fato pronto, desconstruindo o que aparentemente é fato, para reconstituir as vinculações do evento às mediações que permitem outras posições acerca do fenômeno e, portanto, outras formas de constituir o fato. Não significa ao jornalista fechar o sentido e expor abertamente a ideologia, conquanto a intenção que presida seu fazer jornalístico ao demonstrar o fenômeno sob outras mediações permita a emersão de conflitos sociais e, portanto, favoreça a ação contra

dominante. Outro fator relevante para ponderar essa potencialidade defendida pelo autor frente à ideologia se dá por uma “relativa autonomia epistemológica” e, em virtude disso “[...] um aspecto da apropriação simbólica da realidade, o que implica alguma margem de abertura para a significação que ele vai produzindo” (GENRO FILHO, 1987, p. 62).

Essa forma de explicar a ideologia e de estabelecer o relacionamento dela com o jornalismo ratifica a posição de Genro Filho frente a um conjunto de interpretações da obra de Marx. Outrossim, constitui um espaço de atuação para o pensamento de esquerda em uma prática intelectual e, portanto, eivada de ideias e ideologias. Sob uma perspectiva, integra o jornalismo no conjunto de práticas simbólicas, o que nos permite compreender essas práticas na sociedade e tomar posição perante as necessidades. Por outra, especifica, mais uma vez o jornalismo, pois, sendo ele não apenas uma modalidade de ideologia, mas uma forma de conhecimento que pode ser usada ideologicamente, o autor lança para o terreno epistemológico desafios que incorrem na necessidade de conceitos e teorias que expliquem essa forma de conhecimento. É essa tarefa que analisaremos no próximo capítulo.

## 5 O JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Para defender a tese de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, Genro Filho realizou investidas conceituais na base ontológica da prática jornalística. No capítulo anterior, destacamos a hipótese de que o jornalismo informativo surgiu como necessidade social, o que permitiu a Genro Filho enfrentar teses de que a profissão atende apenas aos desígnios do capitalismo e da burguesia. Outro elemento de sua teoria que analisamos foi a dissociação do jornalismo da ideologia, especificando sua concepção de ideologia – que difere de várias correntes do marxismo. O último aspecto e, para nós o mais fundamental, o autor reestrutura as concepções sobre jornalismo a partir de suas concepções ontológicas do ser social. Por conseguinte, categorias como fenômeno e essência, quantidade e qualidade, objetivo e subjetivo foram trabalhadas por Genro Filho no sentido de ressignificar as concepções de objetividade, fato e notícia, por exemplo.

Os três pares de categorias (fenômeno e essência, quantidade e qualidade e objetivo e subjetivo) compõem a reelaboração da explicação sobre o jornalismo a partir de uma análise marxista da realidade. Como evidenciamos, Genro Filho estabelece uma interpretação específica do marxismo ao reelaborar muitas dessas categorias, aproximando-se mais de uma corrente interpretativa de Marx que defende o legado do pensador alemão no âmbito de uma filosofia. Situação evidenciada pelos muitos debates que já ocorreram (e ainda ocorrem) sobre a relação sujeito-objeto no marxismo ou mesmo sobre as categorias de quantidade e qualidade em tempos de hegemonia do pensamento cibernético. A proximidade dos escritos de Genro Filho ao projeto de Lukács já foi evidenciado. Cabe expor como as proximidades a Lukács derivam de considerações ontológicas dispostas no idealismo objetivo de Hegel, em especial no capítulo sobre a essência presente em sua lógica (HEGEL, 1995). Evidentemente, como faz Lukács (2012), separando a “autêntica e a falsa ontologia de Hegel”.

Definir o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular coloca o texto em diálogo com a proposta pioneira de Robert Park (2008a) que considera a notícia como uma forma de conhecimento, e, principalmente, nos arreda novamente para o debate com o pensamento hegeliano e com a forma de apropriação desse sistema filosófico por Marx e pelo marxismo no que se refere ao conceito de conhecimento e das categorias singularidade/particularidade/ universalidade. . Por isso, faz-se necessário investigar o

que Genro Filho entende por forma e por conhecimento, o que nos remete invariavelmente à matriz dialética hegeliana que permanece em Marx e é recuperada por Lukács. E, que em alguns aspectos importantes, é interpretado diferenciadamente por Genro Filho.

Em seguida, realizamos a análise das “determinações de reflexão” universalidade, particularidade e singularidade, recuperando o sentido dessas categorias no sistema do conceito presente na lógica de Hegel, as alterações dessas categorias promovidas por autores marxistas e, com mais especificação, sua utilização por Lukács, tanto para caracterizar a estética, como para explicar algumas propriedades do ser social e das diferentes formas do conhecer. Essas diferenciações são pertinentes para compreendermos como Genro Filho apropria-se dessas categorias filosóficas e o uso que faz delas para explicar o jornalismo. Enfatizamos nessa oportunidade as considerações de Lukács sobre a singularidade com vistas a demarcarmos com mais vagar essa categoria que, na abordagem de Genro Filho, constitui a essência do jornalismo.

A discussão de tais conceitos permite-nos realizar uma análise crítica de “O Segredo da Pirâmide” a partir de alguns eixos: as insuficiências e potencialidades de uma teoria do jornalismo centrado no gênero notícia; as poucas considerações de Genro Filho sobre a produção jornalística no nível ideológico quando comparada à articulação dos produtos jornalísticos ao reforço de estereótipos e de uma agenda pública de discussão; as dificuldades e potencialidades conceituais de sustentação do jornalismo como forma de conhecimento sob o escopo da base filosófica escolhida; e uma proposta de deslocamento da análise da natureza do trabalho jornalístico com base na dialética entre imediato e mediato.

Realizamos essa análise concebendo, assim como faz o autor, que a compreensão teórica da prática jornalística, o reconhecimento ontológico de suas consequências e o papel epistemológico das mediações que estabelece configura um horizonte ético para a prática do jornalista, o posiciona no mundo e, portanto, caracteriza seu ser e dever ser. Como assevera Lukács (1981, p. 68-69), todas as relações imediatas com o mundo são mediadas, e o modo como cada indivíduo e cada coletividade exerce sua práxis diz também respeito às condições de conhecimento das mediações que condicionam essa práxis. Nesse aspecto é que Lukács (1966a) entende o papel da mediação estabelecido pela arte e pela ciência na vida cotidiana, assim Genro Filho concebe a prática do jornalismo e é desse modo que queremos compreender as especificidades desta explicação, seus limites e potencialidades.

A primeira tarefa que nos impomos, antes da análise, é uma síntese da proposta do jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular. Essa interpretação recuperada mais uma vez aqui (já que foi apresentada rapidamente na introdução) serve como uma base necessária para tecermos comparativos e realizarmos o trabalho de esmiuçar os elementos que compõem a teoria proposta, para a posterior análise crítica com base nos conhecimentos que agregamos ao longo do processo.

\*\*\*

Genro Filho estabelece uma tese ousada para a caracterização da essência do jornalismo. O jornalismo não é somente uma modalidade de informação. Também não pode ser confundido com o meio em que é produzido. Ou seja, não é imprensa, televisão, rádio ou internet. Trata-se de uma prática profissional que nasce de uma necessidade social profunda. Nesse sentido, não pode ser reduzido à epifenômeno do capitalismo ou como aparelho ideológico de classe burguesa. A proposta é de que o jornalismo é uma forma de conhecimento. E ele não está equiparando o jornalismo a toda e qualquer forma de conhecimento. O jornalismo é uma forma de conhecimento assim como a arte e a ciência, compara-se a elas e diferencia-se delas. Dizer isso altera não somente as conceituações sobre a produção, circulação e consumo do jornalismo, como redimensiona o papel dos profissionais que desempenham essa atividade. Por conseguinte, lança a tarefa teórica que o livro não realiza em suas minúcias: como o jornalismo se diferencia do conhecimento produzido na vida cotidiana e como ele se difere e, principalmente, guarda características similares à arte e à ciência.

Essa concepção significa, tomando as raízes luckásianas em que a questão se insere, que o jornalismo realiza (ou tem o potencial de realizar) um processo de mediação que auxilia na práxis cotidiana que, em grande parte do tempo é utilitária e presa à imediaticidade. Trata-se exatamente do contrário do que a prática reificada do jornalismo pressupõe: de que o jornalismo apresenta uma versão direta, objetiva e neutra da realidade (que seria em si isenta de sentido e valor) em sua imediaticidade e atualidade. Para Genro Filho, o jornalismo chama a atenção do público para a imediaticidade e objetividade do fenômeno com vistas a integrá-lo a uma particularidade de mediações. Ao fazê-lo, ideologicamente toma posições, porém sem retirar o caráter fenomênico do fato social que reporta, mantendo, portanto uma margem de liberdade para o leitor traduzir e realizar as mediações para seu cotidiano. Por isso,

o jornalismo não tem por tarefa apenas repetir o fenômeno, mas de reconhecer o quadro de particularização possível em que esse fato social é produzido e será consumido pelo público. Ao dar subsídios, com base na contraditoriedade entre a singularidade da manifestação do fato e a particularidade em que foi engendrado, o jornalista pode fazer dessa tensão uma notícia com maior potencial de esclarecimento. A teoria de Genro Filho enfrenta, portanto, a naturalização da prática jornalística com vistas à desnaturalizar o processo de recepção dessas mesmas notícias.

O jornalista gaúcho não define em “O Segredo da Pirâmide” todos os produtos do jornalismo e muito menos todos os materiais presentes em um jornal como forma de conhecimento. Trata-se do jornalismo informativo (notícias e reportagens) que recebe essa definição, tendo o gênero notícia como produto típico dessa forma de conhecimento. O jornalismo informativo, na concepção de Genro Filho, realiza uma forma de apreensão da realidade que difere de outras modalidades de conhecimento, mais especificamente a arte e a ciência. Para estabelecer essa diferença, Genro Filho utiliza três categorias de larga tradição na filosofia ocidental e na filosofia alemã, a tríade singularidade, particularidade e universalidade. Enquanto, para o autor gaúcho, a ciência trabalha para reconhecer os processos universais de um conjunto de fenômenos (a lei, o conceito), o jornalismo informativo volta sua atenção para produzir a singularidade, buscando reconstituir o fenômeno ao modo como apareceu, em uma dimensão que o torna único.

Para Genro Filho (1987, p. 155), há uma boa dose de verdade na asserção de que o jornalista, ao descrever uma pessoa ou cena não deve utilizar adjetivos que os generalizem. “Em vez de dizer que um homem é alto, melhor dizer que tem um metro e noventa. Em lugar de dizer que o orador estava nervoso e perturbado, melhor informar que gritava e dava murros na mesa” (HOHENBERG, 1981, p. 95). Essa especificidade dos fatos destacados pelos bons repórteres não recebem, na opinião de Genro Filho, o tratamento teórico adequado. Não se resume à impessoalização dos fatos ou à conhecida objetividade jornalística. Narrar os fatos como únicos, para Genro Filho, é estabelecer seus vínculos com a singularidade, reproduzindo na notícia diária a forma mais típica de sua exposição. Seria o oposto do vínculo costumeiro, igualmente presente nos jornais, entre o fato individual e uma generalidade abstrata, constituindo uma descrição superficial e aparente do conteúdo noticiado.

O autor apresenta então sua proposta mais aguda: a materialização dessa forma de conhecimento no gênero notícia pode ser representada pelo *lead*. O *lead* é uma estrutura clássica de redação jornalística que visa sintetizar no primeiro parágrafo as informações mais relevantes que permitem a compreensão imediata de uma dada informação. Essa estrutura responde a seis perguntas básicas: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê? O jornalista, ao respondê-las, tendo por base a tradição emanada dos manuais de redação jornalísticos (tanto dos jornais quanto os acadêmicos), conseguiria atrair a atenção do leitor para o texto e, principalmente, garantiria que em uma leitura apressada ou em momentos de distração, que o receptor pudesse compreender o essencial do fenômeno social apresentado. Essa técnica de redação da notícia recebe o nome de “pirâmide invertida”, uma vez que é considerada no senso comum da profissão que as informações caminham do mais importante para o menos importante, do compreensível para a complementação das informações já apresentadas, do fenômeno específico para suas generalidades, aplicações e consequências.

O “Segredo da Pirâmide”, para Genro Filho, está justamente nos problemas resultantes da definição pautada na objetividade jornalística embasada em um empirismo ingênuo. Não se trata para o autor de afirmar que a notícia é estruturada do mais importante para o menos importante, em uma pirâmide invertida, mas que a notícia é apresentada da singularidade para a particularidade, tendo por horizonte a universalidade. É necessário, para o autor, “reverter a pirâmide” e coloca-la de pé, assentada em sua própria base. O *lead* – que pode estar no início do texto - mas nem sempre – expressa uma característica conceitual da prática jornalística, já que a singularidade constitui um complexo de elementos que não está isolado das mediações possibilitadas pela particularidade e, muito menos, desconectada com a história do desenvolvimento do ser social e da projeção da universalidade do gênero. Cada notícia para Genro Filho, quando pautada sob a insígnia da singularidade e não no fechamento do evento em si – o que gera uma visão agnóstica ou positivista da realidade -, tem a possibilidade de transformar a realidade, pois conecta cada fenômeno, cada fato, ao gênero humano. Cada sujeito que assiste uma notícia estaria em contato com o mundo e podendo posicionar-se nesse mundo, pois, como afirma Lukács (2013, p. 199), há uma “[...] integração econômica da humanidade na forma de mercado mundial, que cria uma ligação factual entre todos os homens que corporificam a humanidade”. É essa integração que coloca o jornalismo no centro da produção de

conhecimento, da possibilidade de conexão constante dos eventos singulares à universalidade do gênero humano.

Esse avanço na explicação do jornalismo permite ao autor expor como a atividade jornalística cristaliza sua essência no texto da notícia diária. As informações que tornam uma notícia única (o *lead*) constituem a singularidade que permite ao jornalismo conectar os fatos à particularidade das disputas sociais e posições de classe, bem como à universalidade presente no “horizonte do conteúdo”. Explicação teórica que eleva a responsabilidade e a tarefa do jornalista a um novo patamar. Ao caracterizar essa essência através da teoria, o autor difere a técnica da práxis, inserindo o exercício do jornalismo em um patamar comparativo à ciência, à arte ou à filosofia. Ele defende que o diferencial está na forma como esse conhecimento é produzido e recebido pela sociedade. Ao refletir e constituir um recorte específico da realidade (singular), pode-se interpretar, baseado em Genro Filho, que o jornalismo conecta-se ao “trabalho humano abstrato” (MARX, 2013), que emerge como necessidade do cotidiano e para ele retorna transformando-o (LUKÁCS, 1966, p. 14) e, por isso, oferece substratos para a concretude do real. Ou seja, na reconstituição teórica da prática jornalística, assinala-se sua proposição epistemológica alinhavada a uma ética da categoria.

\*\*\*

O jornalismo não é objeto de estudos recente. Desde o século XVII há registros de filósofos que se debruçaram para tentar entender o fenômeno (PEUCER, 1690). As chamadas por Hardt (2001) “teorias sociais da imprensa” foram realizadas por pesquisadores do final do século XIX e início do século XX de Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos, como Karl Bücher, Ferdinand Tönnies, Jacques Kayser, Emil Dovifat. Os clássicos da Sociologia como Karl Marx, Gabriel Tarde e Max Weber igualmente têm escritos sobre a imprensa e também como jornalista (caso de Marx). Nessa lista devemos incluir os vários escritos de Upton Sinclair e Edward Ross nos Estados Unidos e com grande destaque o conjunto da obra de Walter Lippmann (principalmente “*The Liberty and the News*” de 1914 e “*Public Opinion*” de 1922). Porém, é Otto Groth o mais legítimo e mais mal estudado teórico que já existiu sobre o jornalismo. Sua última obra “O Poder Cultural Desconhecido: fundamentos das Ciências dos Jornais” reúne mais de 2000 páginas de análise sobre a gênese e estrutura do que ele chamou de “*zeitungswissenschaft*” ou a “ciência dos jornais”, publicado em sete tomos na década de 1960 (GROTH, 2011). O livro,

publicado em alemão e com três partes traduzidas para o português, não ganhou tradução para outras línguas (em especial o inglês), o que prejudicou a disseminação e discussão de seus conceitos.

Genro Filho menciona Groth em sua introdução, com base em uma monografia publicada por Angel Faus Belau em 1966. Não discute o texto profundamente, o que nos motiva a fazer o mesmo em nossa pesquisa. Entendemos que a análise do texto de Groth deve ser feita com o detimento que o nosso presente intento não comporta. Porém, ainda que tenha ignorado autores estrangeiros que escreveram sobre o jornalismo como Max Weber (em “Ciência e Política como Vocação” e “Sociologia da Imprensa”) e Walter Lippmann, Genro Filho dedica atenção a um texto do jornalista e sociólogo Robert Ezra Park, o autor mais citado pelos sociólogos no final dos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos (BERGANZA CONDE, 2000). O texto analisado e criticado por Genro Filho é “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento”, publicado em 1940. Trata-se, segundo Berganza Conde (2008, p. 23) – citando Roschco – do primeiro trabalho que considera o jornalismo como forma de conhecimento. Genro Filho dedica-se a criticar o texto no capítulo três de “O Segredo da Pirâmide”, intitulado “O jornalismo como forma de conhecimento: limites da visão funcionalista”.

A começar, Park não era um funcionalista. Trata-se de um autor que deu origem, posteriormente ao que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico e fez parte da corrente “culturalista” dos estudos da Comunicação, que, como indica Carey (1989), reuniu autores como John Dewey, George Herbert Mead e Charles Cooley. Park foi um dos principais docentes da Escola de Sociologia de Chicago, a primeira dessa natureza nos Estados Unidos.

Neste texto, utilizando as categorias de William James, Park (2008a) diz que as notícias estariam em um ponto entre um conhecimento do instintivo e do senso comum (*acquaintance with*) e outro conhecimento mais sistemático da realidade (*knowledge about*). Park insere a notícia em um *continuum* entre o nível do instintivo e o nível do conhecimento formal, apontando nessa posição dúbia, ambígua, mais uma potencialidade de mediação do que propriamente um problema.

A experiência como repórter, a formação com base no Pragmatismo (de William James e John Dewey) e o doutoramento na Alemanha com Georg Simmel e Wilhelm Windelband consolidaram a

trajetória de pesquisa de Park<sup>163</sup>. A cidade, mais especificamente Chicago, tornou-se um “laboratório”, o lugar onde a mobilidade dos grupos sociais e suas dinâmicas de competição, conflito, adaptação e assimilação acontecem. Para Park (1938, p. 98), a relação entre os homens em uma dada sociedade acontece sob uma rede de vida, fundada na competitividade, no trabalho e na cooperação, um nível biótico. A esse nível sobrepõe o nível cultural e social que orienta e controla a atividade e a dinâmica dos grupos sociais. Park aponta que a Comunicação é a responsável pela ritualidade das ações numa sociedade. É ela que transmite as crenças, os valores morais, a história e os acontecimentos através das gerações e ao longo de um território comum. Por outro lado, ela cria laços sociais, transformando todas as pessoas em partícipes na construção da identidade de um grupo (BERGANZA CONDE 2000, p. 89-91).

Ele defendia o jornalismo como uma das atividades mais dinâmicas e complexas da comunicação. Por isso estava interessado no modo com que os jornais atuam na constituição da mobilidade no interior dos grupos sociais, interferindo tanto no nível suprabiótico (cultural e social) quanto no nível biótico. Portanto, apresenta o papel das notícias nas ações dos homens em seu cotidiano social mais instintivo e competitivo, ao mesmo tempo nos debates mais elaborados do campo político e cultural<sup>164</sup>. Nesse quadro podemos inserir a concepção de notícia de Park em “A notícia como forma de conhecimento”.

Park utiliza o conceito de “*acquaintance with*” para se referir a uma forma de conhecimento não sistematizada, responsável pela resposta imediata ao meio em que o indivíduo vive. É muito mais da ordem do sensitivo, sendo um aspecto de orientação. Podemos traduzir esse tipo de conhecimento por espécies de mapas mentais dos quais os indivíduos dispõem para se orientar. Trata-se de um conhecimento mais superficial em relação às coisas, mas, contraditoriamente, organiza a vida individual, e sua atitude em grupo. Para Park, esse conhecimento está atrelado aos instintos, à capacidade de adaptação dos indivíduos. E

---

<sup>163</sup> Para uma síntese da trajetória de Park, ver Pontes (2009b). Para detalhes dessa trajetória, ver Gonçalves (2005c), Rogers (1994) e Berganza Conde (2000).

<sup>164</sup> Consideramos que esse aspecto estrutural do pensamento de Park está ausente em grande parte das abordagens sobre o autor no Brasil, como as realizadas por Machado (2005c) e por Melo (2007).

a cada contato direto com a realidade, esse conhecimento naturaliza-se como se fosse pessoal, individual. Porém, contraditoriamente, podemos conceber essa “organização mental” como socialmente ordenada, constituída por estereótipos, esquemas produzidos socialmente e que auxiliam, por um lado, os sujeitos a reconhecerem e a partilharem o mundo, mas, por outro, empanam processos de transformação. Esses processos de transformação acontecem, para Park, com a alteração sistemática e social dos mapas mentais organizados, momento em que o sujeito entra em contato com novas experiências de sua trajetória de vida ou em processos de transformação social. Ainda que possamos falar de “mapas mentais”, instintos, e de senso comum, essas características estão em permanente processo de transformação, pois a transformação do mundo social causa novas necessidades aos indivíduos, bem como há o próprio reconhecimento dos indivíduos da necessidade de transformação social.

Por seu turno, o conhecimento comunicável, o *knowledge about*, é uma forma sistemática, formal de conhecer as coisas. Como diz Park, é um conhecimento que encontra um grau de precisão por ter a capacidade de substituir ideias por palavras. Park lista três tipos de conhecimento dessa natureza: o filosófico/ lógico, que trabalha com as ideias; a história, que trata dos eventos; e as ciências naturais ou classificatórias que tratam das coisas. Nesse tipo de conhecimento, “[...] a ordem conceitual torna a ordem real inteligível [...]” (PARK, 2008a, p. 55-56).

A notícia estaria, para Park, em um *continuum* entre *acquaintance with* e *knowledge about*. Berganza Conde (2000) afirma que Park não é categórico sobre a posição do conhecimento permitido pela notícia<sup>165</sup>. Porém, se seguirmos as pistas deixadas pelo autor, podemos estabelecer contornos bem definidos de sua caracterização das notícias. Primeiramente, Park contrapõe a notícia ao conhecimento de tipo formal (*knowledge about*). Ele, inicialmente, expõe que o conhecimento produzido pelo jornalismo não é sistemático (como das ciências físicas). Trata de eventos, ainda que se diferencie da história uma vez que a notícia trata dos “eventos isolados num todo”, sem relacioná-los sob a forma de consequências causais ou teleológicas. “A história não só descreve eventos, mas procura colocá-los no seu próprio

---

<sup>165</sup> De acordo com Berganza Conde (2008), há algumas interpretações da posição da notícia em relação aos tipos de conhecimento, com destaque para a de Bernard Roshco no já clássico “*Newsmaking*”. Não houve aqui tempo nem espaço para realizar a revisão proposta pela autora.

lugar na sucessão histórica e assim descobrir as tendências e forças que encontram expressão neles” (PARK, 2008a, p. 58) O repórter, para Park, está atento ao evento, estando interessado no passado e no futuro apenas no que tange ao modo como “projetam luz” sobre o que é presente.

A notícia foca o presente e seria perecível. Após ser lida pelas pessoas que têm “interesse de notícia” ela perde sua importância e “[...] o que era notícia vira história” (PARK, 2008a, p. 59). Esse caráter efêmero da notícia é atenuado logo em seguida. Na sua forma mais “natural”, o relato da notícia é um simples flash. Porém, “Se o evento for de real importância, o interesse por ele levará a maior análise e a uma **familiaridade** maior com suas circunstâncias”<sup>166</sup> (PARK, 2008a, p. 59 – destaque nosso). Aqui devemos ter a máxima atenção, pois o texto realiza uma transição entre *knowledge about* e *acquaintance with*, conectando o trabalho da notícia ao *continuum* dos dois tipos de conhecimento. Nesse trecho, podemos depreender da menção de Park, que a dimensão de *knowledge about* da notícia se relaciona com a dimensão de *acquaintance with*, exigindo de jornalistas e do público uma revisão ou apoio nas posições de *acquaintance with*. A notícia, de sua comum efemeridade, passa a exigir mais tempo, mais apuração, outras notícias. Em grande parte desses casos, outro componente do jornalismo passa a guiar a produção da notícia, o “interesse humano”<sup>167</sup>, como o autor citará mais a frente.

Park (2008a) cita o trecho, que possibilita muitas interpretações e consequências, e logo em seguida oferece outra de suas pistas: “[...] o evento deixa de ser notícia tão logo a tensão provocada acabe e a atenção do público seja direcionada para outro aspecto do habitat ou outro incidente novo e emocionante ou importante para prender sua atenção”. Notemos aqui o processo que faz a ligação da notícia com o conhecimento que ele denomina instintivo, própria do cotidiano.

A relação entre notícia e o conhecimento de *acquaintance with* ganha um novo componente primordial para análise quando Park realiza um salto, podemos dizer assim, da análise propriamente psicológica para o que ele e Burgess consideravam a sociológica [“a ciência do comportamento coletivo”, como nos informa Filipa Subtil (2011, p. 91)]. Park (2008a, p. 60) explica que a notícia chega na forma de

---

<sup>166</sup> “If the event proves of real importance, interest in it will lead further inquiry and to a more complete **acquaintance with** the attendant circumstances” (PARK, 1940, p. 676 – destaque nosso).

<sup>167</sup> O interesse humano, como explica Hughes (1981) e entende Park, já é um componente mais presente nas reportagens.

“incidentes independentes” porque o interesse está no que ele chama de “mente pública”. Passamos a tratar agora das relações de *acquaintance with* no público e não somente na relação psicológica (individual) de James. “Na sua forma mais elementar o conhecimento chega ao público não na forma de uma percepção, como ela chega ao indivíduo, mas na forma de comunicação, isto é, da notícia”. Podemos perceber agora a que ponto Park insere a notícia, como a própria possibilidade de contato da sociedade, da percepção da sociedade em relação ao metabolismo que estabelece com a natureza e com as diferentes instâncias que a forma. A mente pública precisa estar atenta a uma notícia, caso contrário, esfria, “a tensão relaxa” e acaba a notícia. O que a percepção faz para o indivíduo, a notícia faz para a mente pública, para a sociedade.

É possível comparar, nessa proximidade entre a percepção e a notícia, como as propostas de Genro Filho e de Park se aproximam e se distanciam. Para Genro Filho, a notícia realiza uma função similar em relação à percepção individual, chegando a simular a imediaticidade da percepção. Em Park, a associação é similar, com a diferença que a mente pública substitui o indivíduo, e a notícia consubstancia uma forma social de *acquaintance with* e não uma forma social de conhecimento distinta do cotidiano – como aponta Genro Filho. Ainda que com reservas quanto ao método e quanto à visão ontológica, notemos como as proximidades da prática do jornalismo às formas de trabalho do cotidiano corroboram esse aspecto da abordagem de Park.

Na sequência do texto, Park lança outra informação relevante (um leitor incauto pode passar por cima delas facilmente...). Uma notícia é lida na razão inversa de seu tamanho. Não importa o destaque, na visão de Park, salvo se se tratar de uma “[...] reportagem, isso é, algo que tenha interesse humano” (PARK, 2008a, p. 60 – grifo nosso). As reportagens trabalham no limiar da familiaridade, discutindo justamente, as condições dos mapas mentais (em alguns casos), em outros, reforçando e enquadrando assuntos a estereótipos, lendas e demais produções oriundas da tradição e do folclore (HUGHES, 1981). Park não aprofunda a situação das reportagens, uma vez que esse não é o foco. Retorna para as notícias. Portanto, as notícias não apenas informam (característica mais próxima do *knowledge about*), mas também orientam as relações do senso comum (*acquaintance with*).

Outra característica da notícia para Park, quanto mais inesperado for um evento, maior a probabilidade de virar notícia. “Não é a importância intrínseca de um evento que faz a notícia. E sim o fato de que o evento é tão incomum que se for publicado irá surpreender,

entreter ou emocionar o leitor de modo que será lembrado e repetido” (PARK, 2008a, p. 62). Porém, alguns parágrafos adiante, Park pondera esse apanágio, uma vez que ao comparar edições do passado e do presente nota-se quanto o que é notícia é o esperado. São “incidentes e oportunidades que surgem no jogo da vida”. A notícia responde aos interesses do público, pois respondem a um discurso comum desse público. “A notícia, portanto, ao menos no sentido estrito da palavra, não é uma estória ou uma frivolidade. É algo que possui um interesse pragmático mais que apreciativo para aquele que ouve ou lê. A notícia é limitada a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas, quase sempre” (PARK, 2008a, p. 64). Novamente, a relação da notícia com os “mapas mentais”.

Park então passa a tratar de outra característica da sociedade vinculada à notícia. Ao receber uma informação, há o provável desejo de divulgação dessa informação. E com as discussões emanadas pela notícia, o evento deixa de ser notícia e o público passa a tratar das questões que a notícia suscita. A discussão suscitada acaba, para Park, em um consenso ou opinião coletiva – a que ele chama de Opinião Pública. “É na interpretação de eventos presentes na notícia que a opinião pública se apoia” (PARK, 2008a, p. 61). É nesse trabalho de consenso, de discussão dos temas públicos que se age politicamente, isto é, que se busca um fim racional, que seria a própria finalidade da política. “A notícia não é nem história nem política, embora esteja intimamente relacionada às duas. Entretanto, é a coisa que torna a ação política possível, diferente de outras formas de comportamento coletivo”.

Por fim, um aspecto fundamental estabelecido por Park entre o comportamento coletivo e a notícia aponta que o aumento do nível de tensão para determinadas situações inibe respostas a outras. A circulação de notícias e a pluralidade de versões de um mesmo fato passam a ser mais limitadas. Esse “estreitamento de foco” tende a aumentar a importância de uma pessoa ou partido dominante e esses líderes precisam manter a tensão elevada. “É isso que explica, igualmente, a necessidade de algum tipo de censura na ditadura”, ou seja, para que a tensão seja produzida com a finalidade de manter o foco em um aspecto da realidade, em uma posição e versão dos fatos. Para Park, é necessário um nível de tensão para que a notícia circule. A notícia tende a dispersar o interesse do público e incentivar os indivíduos a agirem por iniciativa própria, mais do que a de um partido ou personalidade. (PARK, 2008a, p. 68). Quando há estabilidade, em que as mudanças são mais lentas, a notícia tem maior circulação do que em momentos de instabilidade.

Há alguns aspectos no texto a serem criticados e devidamente comentados por Genro Filho. Primeiramente, a-historicidade da notícia, demarcada como presente desde os animais. Park questiona pouco a natureza desse conhecimento produzido pelos jornais estadunidenses, principalmente as características mercadológicas que os movem. Por vezes, a luta pela sobrevivência dos jornais é tratada como sinônimo das disputas capitalistas pelo mercado de notícias. Consideramos importante evidenciar que Park destaca pouco a possibilidade de transformação dos modelos mentais ou das formas de familiaridade frente ao sistema econômico e político estadunidense. A notícia, em algumas passagens, parece estar incólume às discussões públicas, uma vez que indica apenas que ela desperta o interesse do público, sem notar que os eventos veiculados já trazem sentidos, interesses de origem.

Genro Filho não teve acesso aos demais textos de Park, nem sequer dos intérpretes de seu legado. Situação de revisão que inviabiliza parte de sua crítica devido ao desconhecimento do arcabouço teórico do autor. A abordagem de Park associa-se a uma visão pragmática e empirista como bem critica Genro Filho, mas não é uma análise funcionalista no sentido durkheimiano ou parsoniano do termo. Há influências de Herbert Spencer, mas a base teórica é muito mais vinculada ao pragmatismo culturalista de Dewey. O que estava ausente em Park e que Genro Filho capta devido à formação marxista que o move são os conflitos de classe. Ainda que Park tenha estudos sobre o papel estratégico que o processo de proletarianização dos imigrantes (o que exige conhecimento dos códigos culturais e políticos da cidade) detém para a caracterização do jornalismo em algumas regiões dos EUA.

Outra crítica de Genro Filho que atinge a abordagem de Park está na compreensão propriamente empírica e organicista da realidade cotidiana pelo pensador estadunidense. As características estruturais da sociedade estadunidense, suas posições de classe e a necessidade de competição, conflito, adaptação e assimilação são assumidas como verdades imutáveis, fenômenos despidos de essência. O processo de estudo permite apontar como os sujeitos se orientam no mundo, se adaptam a ele, mas não como esses indivíduos podem fazer para compreender esse mundo e, principalmente, para transformá-lo. Há conflito, mas o conflito está circunscrito no processo de ajustamento da sociedade. Nesse aspecto há alguns contatos com o funcionalismo, o que em parte justifica as críticas despendidas por Genro Filho ao texto. “[...] Robert Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos ao “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na

organicidade social vigente” (GENRO FILHO, 1987, p. 59). O jornalismo toma a sociedade civil burguesa como normal, o que impossibilita uma prática para além dessa posição de classe.

Park trabalha sua concepção de notícia como forma de conhecimento sob um arcabouço de interesses particulares da nascente sociologia do conhecimento. O texto de Park, ainda que pioneiro no reconhecimento do jornalismo como forma de conhecimento, não tem por objetivo explicar a prática do jornalismo sob o ponto de vista da prática do jornalista e com a pretensão de transformá-la de algum modo – tarefa que alguns de seus discípulos assumiram. Park trabalha muito mais mediante as condições do conhecimento de sua circulação na sociedade do que, necessariamente está interessado em responder pela validade desse conhecimento. Genro Filho, diferentemente, propõe-se a pensar uma teoria do jornalismo sua concepção de conhecimento, bem como da tríade singularidade/ particularidade/ universalidade, está inscrita em outra filiação conceitual, filosófica. É essa influência que nos move a inquirir tais fundamentos nas bases propostas pelo autor.

\*\*\*

O jornalismo é uma forma de conhecimento. Quando participei de um grupo de estudos sobre “O Segredo da Pirâmide” de abril a julho de 2012 com os colegas jornalistas, então mestrandos (hoje mestres em Jornalismo pela UFSC) Cristiano Anunciação Pinto, Ana Paula Bandeira e Vanessa Hauser, entender essa frase era uma tarefa inadiável para compreender o livro e também muito difícil. Para mim, especificamente, uma vez que trabalhava com a divisão gnosiológica de forma e matéria, atribuindo à primeira palavra apenas o sentido ideativo do termo, ou seja, como a capacidade de uma ideia “dar forma” a uma determinada matéria, a um caos – no sentido que a filosofia grega tornou clássico. Esse modo de compreender remetia à dissociação do subjetivo e do objetivo, que, por conseguinte dava um sentido de fato, notícia e do jornalismo como forma de conhecimento. Exegeses realizadas, debates, o resultado final não convenceu a nenhum de nós quatro. Foi necessário mergulhar ainda mais na filosofia para dissecar esse “segredo” que uma formação não marxista me impunha.

Mais uma vez em Hegel encontramos a apreensão mais próxima da complexa relação que permeia o conceito de “forma” em Lukács e, por conseguinte, está presente no texto de Genro Filho. A categoria “forma” em Hegel está oposta a três categorias e, em cada uma dessas oposições, o sentido de “forma” se altera. Primeiramente, a oposição

entre forma e matéria. Posteriormente entre forma e conteúdo. E, por fim, entre forma e essência. Daremos mais destaque para as duas primeiras oposições, uma vez que o esclarecimento delas nos ajuda a compreender em que sentido a expressão “forma de conhecimento” é usada por essa tradição. O que nos habilitará para avançar no entendimento do que é conhecimento para Genro Filho (1987).

Lukács (2012, p. 261-262) afirma que em Hegel a categoria forma é uma “determinação de reflexão”, ou seja, que permite a relação reflexiva (um tipo de espelhamento) com a essência, o conteúdo e a matéria. Hegel estabeleceu em sua lógica uma “dupla polêmica”: “[...] contra quem pensa que só o conteúdo determina a objetividade, atribuindo à forma um significado meramente acessório”; e outra que “[...] vê na forma o único princípio ativo, ao qual a matéria estaria contraposta enquanto o ‘indiferente determinado’, enquanto passividade”. Portanto, para Hegel, forma e matéria, forma e conteúdo interpenetram-se, uma vez que a matéria já traz em si uma forma e a forma só encontra sua existência na matéria. A separação da forma da matéria ou do conteúdo abre portas para o idealismo subjetivo (a forma determina a matéria) ou o materialismo mecânico (a matéria determina a forma). Hegel julga que a dissociação de uma categoria da outra não corresponde à realidade em que tais elementos são relacionados. Trata-se, dialeticamente, das diferenças de uma unidade.

A matéria é aquilo que compõe uma coisa, suas características que, em simultâneo, refletem uma sobre as outras (as matérias de uma mesma coisa) e refletem a própria coisa como junção *sui generis* de tais características. A matéria é o *stoff*, aquilo pelo que algo é formado. Esse reconhecimento pelo que a matéria de algo é formada somente pode ser entendido pela decomposição das partes que compõem esse todo da “coisidade” e, por isso, sua matéria (HEGEL, 1995). Nesse ponto é que a matéria encontra-se com a forma, pois, a despeito de ser reconhecida como externa à forma, ganha sentido e pode ser analiticamente descrita justamente em relação a essa forma. A forma não prevê a matéria, pois a própria reunião de diferentes matérias e o processo de reflexão desse conjunto em uma “coisidade” já oferecem a forma como seu resultado e, simultaneamente, como seu princípio. Assim, um homem é matéria, resultado da articulação de matérias (de órgãos, células, etc), mas também forma, o que revela a dinamicidade de um todo com suas partes. E tanto todo como parte indissociam matéria de forma. Porém, importante destacar que a matéria existe independente da forma e mais, não traz em si um sentido, uma finalidade, um ato de pôr teleológico. Hegel exemplifica e clarifica o que estamos a afirmar:

A matéria, nesse caso, conta como totalmente indeterminada em si, embora capaz de determinação; e, ao mesmo tempo, absolutamente permanente e ficando igual a si mesma em toda mudança e em toda alteração. Essa indiferença da matéria, quanto a formas determinadas, encontra-se sem dúvida nas coisas finitas. Assim, por exemplo, é indiferente a um bloco de mármore se lhe foi dada a forma dessa ou daquela estátua, ou também a forma de uma coluna. A propósito, não há que ignorar que uma matéria, tal como um bloco de mármore, só relativamente (em relação ao escultor) é indiferente quanto à forma; contudo não é carente-de-forma, em geral. Por conseguinte, o mineralogista considera assim o bloco de mármore, só relativamente carente-de-forma, como uma determinada formação rochosa, em sua diferença com outras formações também determinadas, como por exemplo arenito, porfirio, etc. É portanto o entendimento abstrativo, somente, que fixa a matéria em seu isolamento, e como carente-de-forma em si; quando de fato, o pensamento da matéria inclui absolutamente em si o princípio da forma e por isso na experiência, em parte alguma se encontra uma matéria carente-de-forma como existente (HEGEL, 1995, p. 248).

Hegel considera criticamente o “entendimento abstrativo” porque, para ele, carece de realidade o isolamento da matéria ou o isolamento da forma. A maneira de compreender a dinâmica de matéria e forma está inscrita no escopo hegeliano do movimento permanente das coisas e do conhecimento filosófico que não isola cada elemento, mas o compreende no interior da própria totalidade da qual faz parte. Essa dimensão do conceito de totalidade permanece como fundante no pensamento de Marx, porém livre das amarras idealistas e religiosas do pensamento hegeliano.

O conteúdo difere da matéria, uma vez que aquele possui uma forma, um pôr teleológico em sua origem. De acordo com Fausto (1997, p. 34), “[...] a noção de conteúdo tem um sentido mais amplo e visa em geral à finalidade do processo”. A noção de matéria e de materialidade responde à natureza do objeto. Essas distinções são legadas da lógica de Hegel, tendo o léxico permanecido em Marx e em Lukács. O conteúdo é uma atividade característica do ser social e, como produto humano, contém em si a unidade entre matéria e forma na qual a matéria já foi alterada pela forma imposta por um trabalho humano originário. Quando

produto da sociedade, o conteúdo apresenta-se (mostra-se) como um duplo: sua dimensão objetiva, enquanto matéria que compõe sensivelmente e intuitivamente a realidade; e subjetiva, como produto de um pôr teleológico humano. A relação de forma e conteúdo já pressupõe uma reflexividade secundária, pois se trata de uma forma exterior que “reformata” ou “informa” o resultado de uma relação forma e matéria originária.

Quando há oposição entre a forma e o conteúdo, é essencial sustentar que o conteúdo não é carente-de-forma, mas que tanto tem a *forma nele mesmo, como a forma lhe é algo exterior*. Dá-se a duplicação da forma, que uma vez, como refletida sobre si, é o conteúdo; e outra vez, como não-refletida sobre si, é a existência exterior, indiferente ao conteúdo. *Em si* está aqui presente a relação absoluta do conteúdo e da forma, a saber, o mudar deles um no outro, de modo que o conteúdo é senão o *mudar da forma* em conteúdo, e a forma não é senão o *mudar do conteúdo* em forma (HEGEL, 1995, p. 253 – grifos do autor).

Nesse ponto já encontramos consonâncias com análises já expostas outrora e que fundamentam ontologicamente “O Segredo da Pirâmide”, em específico a relação subjetiva-objetiva que existe no fenômeno social trabalhado pelos jornalistas. Normalmente, a profissão toma esse fenômeno como conteúdo dissociado da forma, em que é necessário apreender e ordenar a informação a partir de uma organização prévia do mundo objetivo. O modo de compreensão de senso comum do jornalismo, inclusive, rebaixa o conceito de conteúdo ao de matéria (a “matéria jornalística”) como se o conteúdo estivesse livre de qualquer sentido ou que seu sentido pudesse ser controlado, isolado<sup>168</sup>. Uma abstração que gera consequências teóricas e práticas no âmbito ontológico, como já debatemos no capítulo anterior.

Essa é somente uma parte do processo, uma vez que, como “forma exterior”, o jornalismo possui maneiras de organização e relações que diferem completamente do fenômeno a ser retratado. Ademais, esse mesmo fenômeno já advém com uma carga subjetiva, um

---

<sup>168</sup> Contemporaneamente, o conceito de conteúdo também é utilizado no jornalismo de forma vulgar, com vistas a instituir o “produtor de conteúdos”, diluindo a especificidade do trabalho jornalístico em um conjunto de “conteúdos” de propaganda, entretenimento, fofoca, etc.

sentido, uma forma, resultado complexo de uma cadeia de pores teleológicos que dão direcionamento e finalidade para o fenômeno subjetivamente (tanto no sentido individual, como institucional e/ ou ideológico). A depender da forma como o jornalismo apreende esse conteúdo e considera seu posicionamento ontológico no mundo, será o resultado do trabalho jornalístico, o fato jornalístico.

Essa exposição da relação entre forma e conteúdo em Hegel já explica algumas passagens de “O Segredo da Pirâmide” em que aparecem os dois conceitos. Principalmente a que ratifica o critério jornalístico de apreensão de um dado fato social pelo ângulo de sua singularidade. A forma pela qual se cristalizam as informações, a maneira de dar destaque ao que acontece é a reprodução de sua dimensão fenomênica, do novo, do “aqui e agora”. Porém, “[...] o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista” (GENRO FILHO, 1987, p. 163). O singular, portanto é a forma do jornalismo e não seu conteúdo. Genro Filho pretende demonstrar que o reconhecimento da mediação realizada pelo jornalista em transformar fatos sociais em fatos jornalísticos não significa a negação da subjetividade, pois ela está duplamente implícita no conteúdo: enquanto sentido e forma dos quais os fatos sociais já vêm enquadrados e quanto ao modo como o jornalista vai significar e ressignificar tais fatos nos fatos jornalísticos. Por isso, inclusive, como veremos adiante, o autor estabelece que o conhecimento pressupõe uma solidariedade a determinados pontos de vista em detrimento de outros. Isso, porém, não significa o abandono da objetividade, pois a atividade jornalística parte da reprodução singular do que aconteceu e do reconhecimento da subjetividade envolvida no que aconteceu.

De qualquer modo, a reprodução jornalística não pode decompor analiticamente um evento a ponto de destruir sua *forma* de manifestação. É no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua um conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular. Na face do singular, através da mediação do particular, o universal se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões e pálidas imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno. De fato, essa

conexão com a particularidade é fundamental para a definição do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p. 197).

Embora não tenhamos aprofundado o estudo sobre as categorias singular/ particular/ universal (o que faremos mais adiante), fica evidente o modo como Genro Filho filia-se à tradição filosófica hegeliana quanto à utilização das determinações de reflexão forma/ conteúdo. O trabalho de mediação do jornalista, portanto, pressupõe o reconhecimento da forma inerente ao conteúdo dos fatos sociais trabalhados e da forma que o próprio jornalista vai dar ao fato jornalístico apresentado na notícia. O particular e o universal negados na forma de cristalização da informação insinuam-se tanto na “abertura de sentido” mantida pelo jornalista quanto no “horizonte do conteúdo”. É essa relação entre o “subjetivo e o objetivo”, “universalidade, particularidade e singularidade” e “forma e conteúdo” que possibilita a “manipulação” da informação pelo trabalho do jornalista, ressaltando as limitações e condicionalidades impostas pelos eventos e a margem de liberdade para a produção das notícias.

Essas relações são básicas, porém a não compreensão delas ou o modo como são explicadas condicionam um conjunto de respostas às pesquisas realizadas sobre jornalismo. Isso acontece porque o jornalismo pode ser compreendido como um “complexo de complexos” (LUKÁCS, 2012). Entre a articulação de forma e conteúdo de um dado fato social há um conjunto de possibilidades de consequências, no qual há momentos mais predominantes que outros. Essa predominância que conjuga uma determinada abertura de sentido (e não outra) está em estreita relação com a particularidade das mediações estabelecidas. O jornalismo, mergulhado nesse complexo de mediações, realiza a escolha de determinadas mediações frente a outras, explicando também como o sentido constitui-se na trama do particular. Nesse aspecto, há outras mediações, no jornalismo, que nos auxiliam a compreender o modo como determinado enquadramento foi realizado, o destaque que obteve e o modo como gerou repercussão nos demais segmentos do jornal (reportagens para aprofundar determinada notícia, artigo para posicionar-se frente a um fato, editorial para evidenciar a posição do jornal etc.). Há mediações das empresas jornalísticas, como também dos próprios jornalistas como integrantes de grupos que compartilham códigos comuns, há interesses econômicos e políticos envolvidos, etc.

Somente sob o aspecto da produção da notícia (a recepção pode ser explicada por outras tantas mediações, igualmente importantes para entendermos o jornalismo), podemos citar vários objetos de pesquisa

para as teorias do jornalismo. Entre muitos, um parece relevante ser citado: o modo como a gênese do jornalismo – em específico o informativo – articulado ao desenvolvimento tecnológico dos mídia, altera o regime de produção dos fatos sociais, que, em muitos casos, já emergem como fatos sob a forma jornalística. Entre tantas consequências que uma análise dessa natureza gera, destacamos o quanto o jornalismo está enredado e pode ser considerado o modelo mais típico e a gênese do espetáculo proporcionado pelos mídia e que se espalha para toda a vida social. Essa assertiva, porém, advém livre dos preconceitos que concebem o jornalismo exclusivamente como produto negativo do capitalismo, como o próprio conceito de espetáculo tende a sugerir.

[...] o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza (GENRO FILHO, 1987, p. 37).

Trabalharemos algumas questões que advém dessas inúmeras possibilidades conceituais, porém devemos avançar na explicação das categorias para apreendermos as consequências da análise de “O Segredo”. A relação entre conteúdo e forma nos faz avançar para a última dicotomia, a relação forma e essência, uma vez que a forma assume aqui o caráter de conceito e passa a ser determinante para o reconhecimento das relações que constituem o real. Trata-se das relações mais complexas, na qual há exigência de um sistema de conhecimentos que permita reconhecer fenômeno e essência como partes mútuas da realidade. Quando o fenomênico é reconhecido como o único real, estamos diante de um tipo de conhecimento que não considera a existência da reflexão como fundamento do movimento da realidade. E ao considerar os elementos como estáticos, perdemos a conexão com o potencial de transformação que o pensamento pode operar, em especial com base na práxis. A essência, como momento dinâmico, somente tem sentido no sistema hegeliano com o conceito. Embora Genro Filho não considere a anterioridade do conceito sobre a essência, ele defende a prioridade do reconhecimento do conceito, da atividade de conhecimento, em relação à essência. A teoria explica e orienta a ação no real justamente pela possibilidade de conhecer a

essência, no interesse de “O Segredo”, a essência da atividade jornalística.

Essas determinações de reflexão, ou seja, esses modos como o pensamento apreende categorialmente a realidade, são transformadas pelo materialismo de Marx e permanecem como parte da autêntica ontologia de Hegel, como defende Lukács (2012). Essas concepções de forma, matéria, conteúdo e essência perdem grande força no interior do sistema lógico e teleológico proposto por Hegel devido à prioridade que as ideais mantêm em relação à realidade material. Marx e Engels (2007) avançam nesse sentido quando expressam a necessidade de análise das categorias do conhecimento na atividade prática dos sujeitos, em sua existência material. Forma e conteúdo ganham dinamicidade no conceito de práxis, o que vai ao encontro do arcabouço filosófico que Genro Filho constitui para entender o jornalismo.

\*\*\*

Ao explicitar o que Genro Filho entende por forma, com base na tradição filosófica em que ele fundamenta suas ideias, podemos avançar para a explicação do modo como ele expõe o conhecimento. Nossa intenção é notar sua concepção em diálogo/ debate com as fontes que utiliza, em específico, Lukács. “O conceito de conhecimento não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo, e sim como momento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade” (GENRO FILHO, 1987, p. 27). Essa assertiva nos transporta para outro texto de Genro Filho, no qual ele comenta “Materialismo e Empirocriticismo”, texto basilar de Lênin. É nesse livro que Lênin, em disputa com os empirocriticistas (Avénarius, Mach, etc), oferece uma teoria do conhecimento materialista. E, na crítica a esse texto de Lênin, Genro Filho oferece algumas concepções sobre conhecimento, o que nos permite retomar parte da discussão sobre a relação sujeito-objeto, sobre a teoria do reflexo e o conceito de práxis.

Tratar de conhecimento no materialismo é partir da concepção basilar de que a matéria antecede a ideia. Portanto, está na concepção ontológica de que a realidade existe independente dos sentidos. Porém, essa realidade é apropriada e transformada pelo trabalho humano, humanizando cada vez mais a natureza<sup>169</sup>. “Quer dizer, uma realidade

---

<sup>169</sup>Lembrando, Lukács oferece uma solução ontológica para questão ao indicar que a ontologia se divide em três: a ontologia do ser inorgânico, a ontologia do ser orgânico e a ontologia do ser social. Cada nível do ser anterior é

adaptada às suas necessidades e reconhecida pelos homens, ao mesmo tempo, de modo prático e subjetivo” (GENRO FILHO, 1985, p. 39).

A segunda premissa, talvez até mais importante que a primeira, trata-se da concepção de que o conhecimento humano pode (note aqui a palavra em sentido de potência e não de receituário ou determinação) captar a essência da natureza e da sociedade, desde que cada qual em sua especificidade. Lênin chega a afirmar em alguns trechos que com o instrumental materialista é possível conhecer as leis absolutas de transformação do real. Afirmção que, posteriormente, recebeu a devida exacerbação pelo materialismo dialético patrocinado por Stalin e suas leis para o conhecimento total da realidade. Genro Filho (1985) avalia a premissa como necessária, pois enfrenta correntes neokantianas, irracionistas e neopositivistas que defendiam a impossibilidade de conhecer o real salvo pelas sensações. Outra consequência dessas correntes criticadas é a inflação do sentido epistemológico frente ao ontológico, fazendo da explicação do real a própria realidade. Genro Filho (1985, p. 39) oferece uma poesia de Fernando Pessoa que sintetiza sua visão favorável a Lênin nesse sentido:

O Universo não é uma ideia minha.  
 A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.  
 A noite não anoitece pelos meus olhos,  
 A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.  
 Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos  
 A noite anoitece concretamente  
 E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso  
 (PESSOA, 2008, p. 114-115).

Tendo essas duas premissas ontológicas consideradas, podemos avançar para compreender as críticas que Genro Filho dirige a este texto de Lênin. Primeiramente, haveria uma interpretação equivocada de Lênin da separação entre sujeito e objeto. Trata-se da afirmação de que o materialismo reconhece a verdade objetiva independente do homem e da humanidade, isto é, em absoluto.

---

irredutível ao posterior. Assim, é impossível um ser orgânico que não disponha do ser inorgânico e o ser social sem qualquer ligação ao ser inorgânico e orgânico. O ser social, por meio do trabalho, transforma o ser orgânico e o inorgânico, reduzindo “a barreira natural” das determinações orgânicas e inorgânicas sobre si, sem, porém, superá-la por completo.

Ele [Lênin] considera, corretamente, que existe uma “verdade objetiva”. Porém, essa verdade não pode ser considerada como “independente do pensamento e da ação do homem”, mesmo que tampouco possa ser considerada um produto autônomo do subjetivismo humano, como pensava o empiriocriticismo e atualmente os positivismos em geral. Se, por um lado, a *realidade objetiva* é anterior e independente do pensamento e da ação do homem, por outro, é no mínimo ambíguo afirmar a *verdade objetiva* como independente da “atividade sensorial humana” – para usar a expressão de Marx – e, portanto, do aspecto subjetivo do processo de apropriação. A *verdade objetiva*, exatamente por ser um processo, não pode ser considerada independente da práxis do homem e da humanidade (GENRO FILHO, 1985, p. 42).

Para Genro Filho, essa concepção simplificadora de Lênin causa duas consequências que impossibilitam conceber a natureza do conhecimento: o não reconhecimento da dimensão subjetiva da práxis e dessa com o processo de transformação da realidade. E, por outro lado, de uma “teoria do reflexo” que toma a verdade (e a objetividade) como reflexo da realidade objetiva. Novamente há uma ponderação para depois o aprofundamento da crítica, como faz no trecho sobre a incongruência da relação sujeito-objeto. Nesse aspecto, reforça as concepções de objetividade e verdade também presentes em “O Segredo”.

Assim, “a teoria do reflexo” de Lênin, que parte dessa relação simplificadora entre sujeito e objeto, concebendo o conhecimento como *reflexo* da realidade objetiva, tem dois aspectos a serem considerados. O primeiro, é que indica a prioridade do mundo material, objetivo, em relação às ideias, o que é inquestionável. O segundo, porém, induz a uma visão distorcida do processo de conhecimento, tomando a verdade como reflexo da realidade objetiva enquanto tal. A verdade é um processo que “reflete”, não diretamente a realidade objetiva, mas uma *relação complexa de apropriação da objetividade pela subjetividade humana*. No sentido epistemológico – ao contrário do que ocorre na dimensão ontológica – a realidade objetiva não é uma coisa dada, um *a priori*, mas já um resultado produzido na relação prática e teórica do homem com o mundo, na práxis. O mundo material é pré-

existente, mas os “objetos” são construídos pela atividade e pelo interesse humano. Nesse processo, os homens se *apropriam e produzem* a “verdade objetiva” gradativamente. Ela não é, portanto, um “reflexo” da objetividade, porque esta também é, por outro lado, um “reflexo” da verdade. A objetividade, de certo modo, assimila as verdades conquistadas e também as transforma gradativamente, ampliando-se, diversificando-se e revelando novas faces. (GENRO FILHO, 1985, p. 42-43).

Logo em trecho subsequente, Genro Filho é taxativo ao dizer que Lênin, ao se utilizar de Feuerbach, não consegue perceber que “[...] o conceito de “reflexo”, embora resgatando a prioridade do ser sobre a consciência, não oferece a noção epistemológica necessária para pensar a *relação* entre o ser e a consciência”. É sob esse arcabouço crítico que se justifica a crítica de Genro Filho (1987, p. 158) a Lukács pela apropriação do conceito de reflexo de Lênin para explicar a arte e evidenciar a categoria conhecimento. Em “O Segredo”, Genro Filho (1987, p. 86) também reserva uma parte de seus argumentos contra a teoria dos sistemas para criticar a teoria do reflexo de Lênin e sua interpretação por Camilo Taufic.

À medida que o "sistema social" é uma totalidade em processo de totalização, ou seja, em processo de autoconstrução, a própria idéia de uma unidade entre *substância material e reflexo é problemática*. Trata-se de uma consequência da tese equivocada de Lênin sobre o conhecimento apenas como "reflexo" da objetividade. Se o conhecimento fosse reflexo do ordenamento material da realidade, a informação seria, efetivamente, apenas o "*ordenamiento del reflejo*". A consequência, na sociedade humana, seria uma perfeita unidade entre os processos de direção e a informação. Entretanto, não é isso o que ocorre.

Importante lembrar que a crítica sobre a teoria do reflexo realizada por Genro Filho a partir da leitura de “Materialismo e Empirio criticismo” tem um significado particular para o momento em que foi escrito. Esse livro de Lênin de 1909, destinado originalmente a um combate ideológico específico no interior do partido bolchevique, foi transformado na principal referência teórica do “marxismo-leninismo”, a versão stalinista do legado teórico de Marx, Engels e

Lênin. Foi com base na separação estanque de matéria e consciência deste livro de Lênin e de algumas ideias de Engels presentes em “Dialética da Natureza” e “Anti-Duhring” que se institucionalizou a “estética marxista-leninista” em 1934 (FREDERICO, 2013, p. 78). O combate ao que Genro Filho (1980) chama de “naturalismo dogmático” inclui a ideia de reflexo entre as disseminadas pelos manuais soviéticos e que, portanto, estão do lado oposto da posição política do grupo ao qual o jornalista pertencia.

A interpretação que o marxismo-leninismo faz do jornalismo e da comunicação tem consequências danosas. Ao propor que reflexo e realidade devem coincidir, essas abordagens defendem uma “função científica do jornalismo” de retratar os fatos que interessam e da forma como interessam ao partido, haja vista que o partido seria a representação da “verdade objetiva”, da realidade material sobrepondo-se à consciência. Essa interpretação, similar ao realizado na arte, resulta em um jornalismo apologético, de militância, com o sentido estritamente fechado e politicamente comprometido, não servindo para quaisquer finalidades de necessidade do público de informação. Essas necessidades estariam pré-estabelecidas pelo regime. O que, na visão libertária de Genro Filho, seria o fim de qualquer possibilidade realmente emancipadora, não somente para o jornalismo, como para o gênero humano.

Consideramos, porém, que Lukács (1977, p. 187-240), já nos seus escritos sobre estética de 1934, toma por base de análise os “Cadernos sobre a Dialética de Hegel”<sup>170</sup> (LÊNIN, 2011) e não “Materialismo e Empirocriticismo” (FREDERICO, 2013, p. 83). Os Cadernos são anotações de Lênin de “A Ciência da Lógica” de Hegel<sup>171</sup>, com elogios

---

<sup>170</sup> Lembramos que Hegel e a vinculação de seu pensamento ao marxismo foram rechaçadas pela política filosófica e estética do marxismo-leninismo.

<sup>171</sup> Em “Cadernos sobre a Dialética de Hegel”, Lênin (2011, p. 159) afirma que “O conhecimento é o reflexo da natureza pelo homem. Mas não é um reflexo simples, imediato, total; este processo consiste em toda uma série de abstrações, de formulações, de formação de conceitos, leis etc. - e estes conceitos, leis etc. (o pensamento, a ciência = ideia lógica) abarcam relativamente, aproximativamente, as leis universais da natureza eternamente em movimento e em desenvolvimento. Aqui há, realmente, objetivamente, três termos: 1°. a natureza; 2°. o conhecimento do homem - o cérebro do homem (como produto superior desta natureza); e 3°. a forma do reflexo da natureza no conhecimento humano; e esta forma são os conceitos, as leis, as categorias etc. O homem não pode abarcar = refletir = reproduzir toda a natureza, na sua “totalidade imediata”; pode somente aproximar-se dela

explícitos ao legado do filósofo idealista nas obras de Marx, principalmente no primeiro capítulo de “O Capital”. Mesmo assumindo que a arte “reflete a realidade material do mundo”, Lukács (1977, p. 198), baseado em Hegel, declara que esse reflexo tem uma forma específica, na qual aparência e essência, singular e lei, imediatez e conceito estão unidos na expressão imediata da obra de arte e de sua recepção. Lukács, já nesse texto, critica o romantismo apologético defendido pela estética oficial soviética bem como a limitação à criatividade dos artistas que deveriam produzir sob a órbita da política de Stalin (FREDERICO, 2013).

Essa questão do reflexo precisa ficar mais clara, pois o conceito de conhecimento de Lukács está diretamente vinculado à categoria do reflexo. Se consideramos válida a crítica de Genro Filho à ênfase excessivamente materialista de Lênin na polêmica contra os empirocriticistas e às diferentes apropriações desse texto, sua crítica à teoria do reflexo como parte da epistemologia, presente em “O Segredo da Pirâmide”, particulariza sua apropriação de Lukács, o que, por conseguinte, merece considerações mais aprofundadas que aqui somente podemos, sumariamente, mencionar. Primeiro, vamos à crítica:

Porém, a inegável prioridade do ser em relação à consciência, a partir do momento em que a filosofia materialista adota a noção fundamental de *práxis*, não pode ser traduzida para o terreno epistemológico como simples reflexo da objetividade na consciência, mesmo que se considere esse reflexo como não mecânico e não fotográfico.

[...] Portanto, é preciso reconhecer não só que a categoria do *conhecimento* é insuficiente em relação à arte, pois esta envolve uma *práxis*, isto é, uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto (o que implica a noção de trabalho, que é mais abrangente), mas também que a idéia de “reflexo” é inadequada e parcial para indicar o próprio conhecimento em cujo processo o homem se apropria subjetivamente da realidade (GENRO FILHO, 1987, p. 158-159 – grifos do autor).

Deixaremos a questão da arte de lado para tratarmos exclusivamente do conhecimento. Ainda que Genro Filho busque

---

eternamente criando abstrações, conceitos, leis, um quadro científico do universo etc”. Essa citação foi reproduzida por Lukács (1966b, p. 11-12) para diferenciar sua concepção da realizada pelo materialismo mecanicista.

separar a ontologia e a epistemologia para sua avaliação do conceito de reflexo, entendemos ser oportuno caracterizar, para Lukács, a gênese do conhecimento e do reflexo no processo ontológico e, posteriormente, no epistemológico, pois a justificativa ontológica oferece validade à atuação epistemológica e mudanças na concepção epistemológica devem ter seu devido retorno às considerações ontológicas.

Como já trabalhado na introdução do capítulo anterior, o conhecimento tem sua gênese e seu fundamento no trabalho<sup>172</sup>. Ao dividir o ato do trabalho em “pensar” e “produzir” e ao subdividir o pensar em “pôr do fim” e “investigação dos meios”, Lukács (2013, p. 53) aponta para a necessidade do conhecimento mais correto possível das propriedades do objeto a ser manipulado e das potencialidades desse objeto para o fim proposto. Nesse entendimento, a consciência deixa de ser um epifenômeno para tornar-se “[...] o princípio reformador e transformador da natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 63), seguindo a proposição de Marx em *Ad Feuerbach* (MARX; ENGELS, 2007, p. 533). Esse processo de apropriação do objeto pelo ato de trabalho gera um espelhamento da realidade.

Aqui, para aclarar bem essa nova estrutura de fundo que surge a partir do trabalho, nos limitaremos a examinar o fato de que, no espelhamento da realidade como condição para o fim e o meio do trabalho, se realiza uma separação, uma dissociação entre o homem e seu ambiente, um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto. No espelhamento da realidade, a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos

---

<sup>172</sup> “Toda práxis está diretamente orientada para a consecução de uma finalidade concreta determinada. Para tanto, deve ser conhecida a verdadeira constituição dos objetos que servem de meio para tal posição de finalidade, pertencendo à dita constituição também as relações, as possíveis consequências, etc. Por isso, está inseparavelmente ligada ao conhecimento; por isso o trabalho é [...] a fonte originária, o modelo geral, também da atividade teórica humana” (LUKÁCS, 2012, p. 56).

heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência (LUKÁCS, 2013, p. 66).

Esse espelhamento não é ser, pois o sujeito representa em sua mente as propriedades do ser ao mesmo tempo em que elabora, com base nessa representação, o fim proposto. Essa cisão entre o reflexo do ser e o ser, estabelece a gênese categorial da relação sujeito e objeto (LUKÁCS, 2013, p. 84) e o surgimento da linguagem como base pela qual esse distanciamento real que surgiu no trabalho, pode ser comunicável e convertido em patrimônio de uma sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 128). Quer dizer, o registro desse processo de distanciamento, para Lukács, torna comunicável e socializável a experiência das práticas, convertendo-se, portanto, em mediação e condição de sociabilidade. Ademais, no âmbito do próprio ato do trabalho, o espelhamento como distinto do ser se relaciona com este ser ao modo de um objeto, como externo à sua representação. Por sua vez, o indivíduo interpõe o seu pôr do fim com a análise das propriedades dos meios em relação à sua própria condição, tanto para executar o fim proposto, como para ter a capacidade de apreender as propriedades pertinentes à finalidade pretendida. Ou seja, o indivíduo passa a reconhecer sua própria capacidade de dar forma, de transformar a realidade.

Desse modo, trata-se do movimento da objetividade que se subjetiva e da subjetividade que se objetiva. O indivíduo, por um lado, precisa adaptar suas condições cognitivas e físicas às características do objeto para realizar seu pôr teleológico (alienação) e, por outro lado, impõe a seu objeto sua vontade, processo criativo que se objetiva (objetivação). Do processo formativo e de adaptação do sujeito ao objeto, está manifestada a gênese do autocontrole, da correção do próprio ser, da formação moral, da necessária educação para o agir. Lukács (2013, p. 86) nos oferece mais elementos que derivam da relação espelhamento – ser, caso da generalização e da consequente influência no surgimento das formas de conhecimento.

O fato de que apenas – no contexto do respectivo trabalho concreto – um espelhamento objetivamente concreto das relações causais pertinentes ao fim do trabalho pode realizar sua transformação absolutamente necessária em relações postas não atua apenas em direção a um constante controle e aperfeiçoamento dos atos de espelhamento, mas também à sua generalização. [...] São

essas generalizações que formam os germes das futuras ciências [...]. Mesmo sem que se tenha claro uma consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas. Como exemplo, o princípio da desantropomorfização, a observação abstrata de determinações que são indissociáveis do modo humano de reagir face ao entorno (e também em face do próprio ser humano).

Com a divisão e complexificação do trabalho, o conhecimento emancipa-se, como assevera Lukács (1978), e passa a atuar de forma relativa ao trabalho, influir nele e a estabelecer posições teleológicas para a ação dos sujeitos. Nesse sentido, quanto mais social se torna a vida humana, cada vez mais inevitável que os interesses sociais intervenham já no espelhamento dos fatos (LUKÁCS, 2013, p. 90). Seja para transformar a natureza, seja, para o nosso interesse, para influir na ação de homens e mulheres, está presente a dialética de liberdade e necessidade e o processo de conhecimento passa a estar vinculado tanto à ideologia (no sentido em que trabalhamos no capítulo anterior) quanto ao reconhecimento das cadeias causais envolvidas. Em todos os casos, espelhamento e ser permanecem atuando de forma modelar.

Essa prioridade da ideação ainda no processo de metabolismo com a natureza, mantém sua estrutura quando o objeto passa a ser outros homens. Nesse caso, tanto o objeto do pôr teleológico subjetivo quanto o próprio ato tem a ideação como seu componente. Consequentemente, a intenção é transformar, influenciar outros pores teleológicos para a ação. A subjetividade que já está na realidade, visto ser componente da realidade constituída pelos humanos, também é necessariamente refletida em seus pontos predominantes pelo pôr teleológico que visa transformá-la. Esse processo que Lukács denominou de “pôr teleológico secundário” é o espírito estruturante da ideologia. Ou seja, assim como a ideologia é um ato subjetivo transformador, o é, principalmente um ato objetivado, que compõe a realidade de homens e mulheres, definindo e pré-estabelecendo posições já arraigadas socialmente. Qualquer ação dentro desse universo de produção humana pressupõe o conhecimento mínimo de tais posições e, se possível, das ideologias em jogo, sob o risco de total frustração do pôr teleológico. Desse modo, a regra para o trabalho em sentido estrito permanece válida para os pores teleológicos secundários: a realização da ação depende do correto pensar, de um pôr do fim coerente e uma investigação dos meios que integre a situação do

objeto. Refletir, dobrar sobre a realidade o pensamento, para Lukács, não significa um indivíduo subjetivo que “reflete” o objetivo, mas um indivíduo subjetivo, que ocupa posições objetivas no mundo social e que por isso pode agir de modo criativo como também protocolarmente, segundo as necessidades e circunstâncias. Indivíduo este que reflete uma realidade que se põe imediatamente como objetividade, mas é formada por diferentes ações objetivadas e por diferentes subjetividades, resultantes da realidade humana.

A ciência é uma entre várias atividades de conhecimento (como a arte, a filosofia, a educação, a religião, etc) que constitui na realidade um sistema ideológico de posições, estabelecendo parâmetros acumulados devido ao desenvolvimento dos meios utilizados e dos fins em diferentes partes do processo de trabalho. É resultado de objetivações, portanto, possui um pressuposto subjetivo (como bem destaca Genro Filho), porém são subjetivações já objetivadas, ou seja, apresentam-se para os sujeitos da ação como mecanismos objetivos, atestados por um sistema de referência para melhor investigação da realidade. O pressuposto das ciências naturais, como explorado no capítulo anterior, é de que a subjetividade do indivíduo no ato do conhecer permanece como resíduo ineliminável, apesar de ser um pressuposto e ganhar relevância no engajamento ideológico das pesquisas (ideológico em sentido mais amplo, como trabalhamos anteriormente). Por sua vez, as ciências sociais, trazem a subjetividade e a ideologia como constituintes de seu processo de pesquisa, tanto do objeto de observação, como dos pressupostos para análise. Nesse sentido, enfatizamos mais uma vez a proximidade das posições de Genro Filho e Lukács mesmo com as críticas realizadas pelo primeiro.

Podemos avançar na definição de conhecimento quando Lukács (1966a, p. 41-42) passa a diferenciar a prática da vida cotidiana (o trabalho) da prática da ciência sob a estratégia da exposição dos contrastes entre ambas (mesmo considerando as diferentes gradações que pode haver entre elas). A primeira diferença está na fixidez da objetivação. Enquanto na prática cotidiana, a objetivação existe, mas exige dos sujeitos uma ação menos pré-determinada (variável devido à imediatividade), a ciência possui um vínculo maior com a “essência da coisidade”.

*Cuanto más inmediatas son esas relaciones – lo cual significa también que la intención de la actividad se orienta a un caso particular de la vida (como es siempre el caso en el trabajo) -, tanto más débil, más cambiante y*

*menos fijada es la objetivación. Dicho más precisamente: tanto más robustas son las posibilidades de que su fijación [...] no proceda de la esencia de la coseidad objetiva, sino de un fundamento subjetivo, frecuentemente, sin duda, psicologico social (tradicón, hábitos, etc.). Esto significa que los resultados de la ciencia quedan fijados como formaciones independientes del hombre con mucha mayor energía que los del trabajo. Este desarrollo se manifiesta en el hecho de que una formación es corregida y sustituida por otra sin perder su objetividad antes fijada (LUKÁCS, 1966, p. 42).*

O característico é que na vida subjetiva no cotidiano há uma constante oscilação entre decisões fundadas em motivos de natureza instantânea e fugazes e outras baseadas em fundamentos mais rígidos, porém pouco fixados intelectualmente (tradição, costume) (LUKÁCS, 1966, p. 44). Lukács (1966, p. 43) pondera que “[...] *la reciente recepción de elementos científicos [no trabalho atual] no lo transforma em comportamiento realmente científico*”. Notemos como várias das características do pensamento cotidiano expressas por Lukács correspondem ao modo de produção, circulação e consumo de produtos jornalísticos, o que abre mais um flanco de análise à nossa proposta. São características da vida cotidiana:

Las relaciones, infinitamente varias y complicadas, entre los individuos humanos (matrimonio, amor, familia, amistad, etc.) – por no hablar ya de las innumerables relaciones fugaces –, las relaciones de los hombres con las instituciones estatales y sociales, las diversas formas de ocupación subsidiaria, de distracción (el deporte, por ejemplo), fenómenos de la cotidianidad como la moda, confirman la veracidad de ese análisis. Se trata siempre del rápido cambio, a menudo repentino, entre rigidez conservadora en la rutina o la convención y acciones y decisiones, etc., cuyos motivos [...] presentan un carácter predominantemente personal (LUKÁCS, 1966, p. 44).

Uma segunda característica do ser e pensar cotidianos, para Lukács (1966), está na vinculação imediata entre teoria e prática. Não significa, como pondera o autor húngaro que os objetos da vida cotidiana sejam assim. Mas que as mediações que os produzem aparecem “*esgotado y borrado*” na revelação de sua imediatez. As

peças utilizam os objetos, vivem a vida cotidiana sem pensar nas mediações que estão ali dispostas. “*Es parte de la necesaria economia de la vida cotidiana*” que não haja qualquer questão desde que tudo funcione bem e que quando isso não ocorre, que se questione sob a base do funcionamento prático (“*y no en su esencia objetiva*”) (LUKÁCS, 1966, p. 45). O caráter específico dessa imediatez, de acordo com Lukács (1966, p. 46), se expressa sob a forma de um “materialismo espontâneo”. Isso também é uma característica do trabalho, pois os sujeitos costumam relacionar o que existe, suas leis e o modo de intervenção como independentes da consciência, de modo puramente espontâneo<sup>173</sup>. O pensamento cotidiano também se caracteriza pelo uso de analogias. E o uso da linguagem pressupõe uma indeterminação e confusão para o entendimento, diferente do uso da linguagem na ciência que pretende uniformizar termos e denominações para reduzir essa indeterminação (LUKÁCS, 1966, p. 62). Porém, a caracterização mais trabalhada por Lukács para diferenciar pensamento cotidiano e ciência é a historicamente crescente desantropomorfização do reflexo, isso é, a redução das características humanas postas pelo sujeito cognoscente nos entes, o que, por conseguinte, direciona o pensamento para a concepção do ser das coisas e para a libertação das superstições (GASPAR, 2014, p. 136).

Na análise da arte, assiste-se a um crescente afastamento das proposições de Lukács (1966c, p. 259-260; 2013, p. 543-545) à teoria do reflexo ao modo do exposto pelas relações de trabalho. A arte, diferente da ciência, realiza um processo de antropomorfização do reflexo. Todavia, diferente da religião e do pensamento cotidiano, essa antropomorfização é um pôr consciente que está diretamente vinculada ao gênero humano, ou seja, trata-se de superar a imediatez e, ao mesmo tempo, o formalismo imposto pelo conceito, para se realizar uma síntese integradora na qual estejam dispostas questões pertinentes a todo o gênero. A apreensão antropomorfizante da realidade vincula-se a uma atividade mimética, ou seja, de imitação da vida ou de parcelas da vida na qual estão em jogo os questionamentos do artista, as questões de seu tempo e as referências para além do artista e do seu tempo, referências que permanecem nas obras.

O que evidenciamos é que o processo complexo de apropriação da realidade objetiva pela subjetividade (como defende Genro Filho) é

---

<sup>173</sup> Lembramos que Genro Filho argumenta contra o materialismo espontâneo de segmentos teóricos do jornalismo e de parte dos profissionais no capítulo 2 de “O Segredo”.

muito parecido à concepção de espelhamento ou de reflexão não-mecânica de Lukács. Trata-se, para Lukács, de uma relação dialética entre realidade e ser, da qual não é possível dissociar o ato da apropriação do vínculo mútuo e necessário reconhecimento por parte do sujeito das condições para realização do seu pôr, como também do processo criativo de transformação do objeto por parte do sujeito, objetivo do próprio pôr. Segundo, que a ontologia não se resume à anterioridade do ser em relação à consciência. A ontologia do ser social expõe a inter-relação de teleologia e causalidade, consciência e ser. Terceiro, se é válida a ênfase de Genro Filho à consciência devido ao naturalismo da tradição stalinista e o materialismo quase mecanicista em que se converteram algumas das correntes do marxismo, é igualmente perigoso cair no lado oposto, defendendo uma liberdade excessiva do sujeito que, ademais, redundaria na concepção do conhecimento como um construto e não em sua vinculação com a realidade (social, orgânica e inorgânica).

No jornalismo é compreensível que palavras como “reflexo” e “espelhamento” gerem incômodos. Se há esse lastro ao marxismo-leninismo de Stalin, por outro é corrente no senso comum da profissão e em algumas teorizações de que o jornalismo deve refletir o real especularmente, como uma cópia neutra e objetiva da realidade. Utilizar o termo “reflexo” e “espelho” (essa versão da prática ficou conhecida como “Teoria do Espelho”) remete a uma ideologia da categoria constituinte de sua identidade. Uma das versões mais aceitas dessa visão sobre o jornalismo e de orientação para a prática profissional surgiu nos Estados Unidos, no período entre guerras, como reação dos profissionais à batalha de versões que sustentaram as guerras, em um primeiro momento, e os interesses econômicos, consequentemente (SCHUDSON, 1978). A ideia de independência do jornalista, a busca pela verdade sem a manifestação da opinião e a crença na possibilidade de “transparência” da linguagem sustentam teórica e retoricamente manuais de redação e de ética da profissão.

Cabe ressaltar que as determinações de reflexão, que condicionam o conhecimento da essência, já traz em Hegel o sentido de reflexão. Segundo, é necessário considerar que a proposta de Lukács para o que seria a reflexão não mecânica não ignora o subjetivo nem a relação teleológica frente às cadeias de causalidade. Por fim, mas não menos importante, cabe indicar algo fundamental já que em Hegel, como será desenvolvido a seguir, as categorias de singularidade, particularidade e universalidade não estão na exposição da essência, do conceito posto no real, mas no sistema de conceito, ou seja, como

estruturante de sua proposta idealista. Veremos, na análise a seguir sobre as categorias de universalidade, particularidade e singularidade, como Lukács tenta resolver essa questão. Essa recuperação é importante, pois caminharemos para discutir como Genro Filho apropria-se destas categorias, bem como de parte do desenvolvimento delas no marxismo e, especificamente, em Lukács.

\*\*\*

As categorias singularidade, particularidade e universalidade têm um grande desenvolvimento no sistema de Hegel. Não podemos dizer que Hegel foi o primeiro a fazer uso das categorias, uma vez que estão presentes em toda a história da Filosofia, em especial a dicotomia singularidade/ universalidade. A categoria de mediação dada pela particularidade foi usada por Kant na “Crítica do Juízo”, bem como por Schelling (LUKÁCS, 1970). Porém em Hegel essas categorias recebem um aporte central, configurando-se como elementos importantes de sua lógica e de sua fenomenologia. Pela diversidade de atribuições dadas por Hegel à tríade categórica, torna-se um desafio demarcar quais as reais significações e, principalmente, como usar tais elementos. Por isso, poucos manuais e livros marxistas aprofundam os sentidos dessas categorias no filósofo alemão. O próprio Marx não aplica extensivamente as categorias (CHASIN, 2009), sendo trabalhado aqui os livros de Lukács (1966c, p. 199-275; 1970) sobre a centralidade da categoria particularidade para a explicação da estética.

Como Genro Filho tinha contato com obras de Hegel (principalmente os estudos do filósofo alemão sobre direito), tomamos como opção metodológica explicar alguns dos sentidos de singularidade/ particularidade/ universalidade no interior do pensamento de Hegel. São alguns apontamentos, visto a limitação que um estudo desse aporte exige quanto ao conhecimento da obra hegeliana e de sua exegese. Estabelecemos como principal intérprete para o diálogo da obra de Hegel com a de Marx, Lukács, visto partir de um livro dele o aporte para a definição de Genro Filho sobre o jornalismo como forma de conhecimento.

Começemos pelo significado etimológico dos termos. A universalidade (também traduzida por generalidade) tem por correspondente no alemão a palavra *Allgemeinheit*, expressão que significa, literalmente, “qualidade comum a todos/ tudo”. Por sua vez, o termo “singularidade” ou “unicidade” traduz o correspondente alemão *Einzelheit*, com a raiz ein/Eins (um/uno), correspondente da palavra

latina *unus*, de onde derivam as palavras *universum*, *universalis* (universo/universal), sendo comumente apresentado como o “único” (AQUINO, 2006, p. 115). Por sua vez, particularidade tem seu correspondente alemão em *Besonderheit*, particular, especialidade, determinação. Não é possível, em Hegel, compreender cada uma dessas categorias em separado. Dizemos isso porque é larga a tradição na filosofia que enfatiza a prioridade do singular sobre o universal ou o contrário.

Uma importante componente dêste perigo [de autonomização da universalidade], para o problema de que tratamos, é a não apreensão da singularidade, da particularidade e da universalidade como determinações da realidade, inclusive nas relações dialéticas recíprocas de umas com as outras, e, ao contrário, que uma só dessas categorias passe a ser considerada como mais real, a única objetiva, ao passo que às outras se reconhece somente uma importância subjetiva. No realismo conceitual, é a universalidade que recebe semelhante acentuação gnoseológica. A oposição nominalista inverte as designações e faz da universalidade uma determinação puramente subjetiva, fictícia (LUKÁCS, 1970, p. 6).

Hegel responde a essas duas tradições ao analisar que a realidade é resultado da imbricação de singularidade e universalidade tanto na realidade como na consciência. E que a particularidade estabelece a necessária determinação dos conceitos universais na realidade e, por conseguinte, da singularidade que se transforma e se concebe como juízo para as transformações do universal. “O avanço do pensamento de Hegel é ter compreendido a interpenetração dialética e a identidade contraditória entre o singular, o particular e o universal como momentos que constituem a realidade objetiva e formam o concreto” (GENRO FILHO, 1987, p. 162). Essas categorias são intrinsecamente vinculadas e inseparáveis, sendo determinações objetivas da realidade e subjetivas do pensamento humano. Lukács (1966c, p. 200) chama a atenção para a objetividade dessas categorias.

Hay que llamar ante todo la atención, y con especial énfasis, sobre la objetividad y la elementalidad de esas categorías de singularidad, particularidad y generalidad [universalidade]. No son “puntos de vista” desde los cuales el sujeto contemple la realidad, o acaso perspectivas que introduzca en ella; son, por el contrario,

acusados y destacados rasgos esenciales de los objetos de la realidad objetiva, de sus relaciones y vinculaciones, sin cuyo conocimiento el hombre no puede ni orientarse en su mundo circundante, por no hablar ya de dominarlo y someterlo a sus fines. Pero no basta establecer que la naturaleza objetiva del mundo nos impone la diferenciación entre la singularidad, la particularidad y la generalidad, o sea, que la afirmación humana de esas categorías es un elemental proceso dictado por el En-sí; hay que comprender además que también la conexión de esas categorías es un proceso elemental determinado por la objetividad. Esto es: que los hombres – como en tantas otras categorías esenciales – las han puesto en la base de su práctica y del pensamiento, la percepción, etc., basados en ella, y las han aplicado como categorías, mucho antes de que pudiera darse el primer y menor intento de transformar esa actividad en una reflexión científica o filosófica acerca de las causas y la naturaleza de esas nociones imprescindibles para la práctica (LUKÁCS, 1966c, p. 200).

Como estabelece Lukács (2012), essa tríade faz parte das “determinações de reflexão” presentes na obra de Hegel. A exposição de Lukács (1966c) tem clara correspondência ao disposto por Genro Filho (1987, p. 160) em “O Segredo”. De forma didática, Genro Filho (2007, p. 87-90) em palestra que realizou em 1987 para estudantes de comunicação, considera as três características essenciais dessa tríade categórica como parte da realidade, o que ratifica e complementa o analisado até o momento. “Primeiro, elas são dimensões reais e objetivas do mundo”. Segundo, essas categorias estão sempre em relação entre si, ou seja, “[...] o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. Ele não é um particular por si mesmo”. E, terceiro, “Em cada uma dessas dimensões as demais estão presentes. Mas estão presentes de forma subjacente, de forma superada, ou seja, estão presentes como se fossem dormidas, como se fossem dissolvidas”. Com esses pressupostos, Genro Filho expõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular.

Especificadas as características da tríade, passamos a focar as características da singularidade. Em Hegel (1992; 1995), podemos definir duas atribuições à singularidade. As duas estão intrinsecamente articuladas e nossa exposição aqui tem a pretensão de clarificar o entendimento desta categoria. A primeira aplicação do singular está

diretamente vinculada ao conceito de evento, ao aqui e agora, o *hic et nunc* de algo que acontece como único e recebe seu confronto imediato na certeza sensível do indivíduo. Quando em contato com um evento que acontece, a tendência é uma representação abstrata deste evento. Trata-se de um evento singular, mas a definição preliminar é de veras genérica, incapaz de reconhecer a singularidade do evento, apresenta apenas a realidade como dado empírico e sensível, como “verdade em si”, o que para Hegel leva ao irracionalismo. O que ocorre é uma dupla reificação, uma vez que o que aconteceu não é compreendido como em mediação com complexos parciais e com a totalidade e, por isso, apresenta-se de forma estática, sem movimento nem história. E, por outro lado, o processo de reconhecimento não passa de uma universalidade abstrata, um conhecimento que não torna possível compreender a especificidade do acontecido. Para Hegel, os eventos singulares, a singularidade em sua imediatez, traz uma indizibilidade, manifesta pela inacessibilidade para a linguagem. “*La corrección de ese análisis disminuye ciertamente por el hecho de que Hegel, en su racionalismo idealista, estigmatiza como “lo no-verdadero, lo irracional, lo meramente mentado” los hechos que en su acertada descripción llamaba inexpresables*” (LUKÁCS, 1966, p. 204).

A segunda aplicação ao conceito de singularidade é dada por Hegel no centro de sua lógica. As categorias universalidade, particularidade e singularidade são determinações do conceito, a maneira como o conceito se manifesta e como podemos entender seu movimento. Importante evidenciar que a lógica de Hegel é estruturada em três dimensões, articuladas entre si e subsumidas uma na outra: o ser, a essência e o conceito. O conceito é o momento mais importante da lógica, pois para Hegel, o conceito é a origem e a finalidade do mundo real, o que o torna inteligível e objeto da razão. Diferente da percepção, o caminho do conceito parte da universalidade. Não se trata de uma universalidade abstrata, mas de uma universalidade que rege as especificações que determinarão a coisa como coisa. A universalidade é especificada pela particularidade, que nega parte da realidade que compõe o universal especificado, justamente para determiná-lo. A síntese da universalidade e da particularidade é a singularidade. Mas não é apenas a singularidade da coisa como ela aparece, mas “[...] é a própria coisa concreta, desde que ela esteja explicada pelo desenvolvimento de sua particularidade a partir da universalidade do seu conceito” (IBER, 2012, p. 7).

O singular é para Hegel, o verdadeiro universal (ou momento mais verdadeiro do universal), porquanto, é o universal desenvolvido de modo imanente, e, por isso mesmo, não é o universal do Entendimento, o comum de uma variedade, mas antes, o uno que se subcinde, fazendo-se reflexivamente singular e vário (AQUINO, 2006 p. 115).

O singular, nesse contexto, como explica Lukács (1966c, p. 210), significa para o conceito o momento de entrada na realidade. O conceito perde suas conexões autônomas, e passa a ser duplamente apresentado, como parte do movimento do universal, interna ao conceito, e parte da aplicação na realidade material, o conceito objetivado. É o momento em que o conceito reflete sobre si, pois posto, realização efetiva (HEGEL, 1995, p. 296). Importante evidenciar que para Hegel (1995, p. 298), a singularidade nesse sentido lógico difere da singularidade da certeza sensível. Para o filósofo alemão, é

[...] absurdo admitir que haveria primeiro os objetos que formam o conteúdo de nossas representações, e posteriormente viria nossa atividade subjetiva, que por meio da operação do abstrair, antes mencionada, e do reunir do que é comum aos objetos, formaria os seus conceitos. O conceito é, antes, o verdadeiro primeiro, e as coisas são o que são pela atividade do conceito a elas imanente, e que nelas se revela. [...] Assim se reconhece que o pensamento, e mais precisamente o conceito, é a forma infinita ou atividade criadora e livre, que não precisa de uma matéria dada, fora dela, para realizar-se.

A caracterização do idealismo objetivo, que alcança o cume de sua lógica na inserção do conceito na realidade (singularidade), obscurece a vinculação ontológica das categorias singularidade, particularidade e universalidade em uma visão materialista. Isso acontece porque se trata de uma ideiação preliminar que se desconecta da ação material, aqui e agora, do sujeito pensando, e passa a considerar o pensamento como uma entidade metafísica, que se põe no mundo em uma determinação para além da atividade dos sujeitos. Assim, o contato direto com a realidade, a certeza sensível, é descartada como o indizível, o irracional e a lógica passa a ser o verdadeiro. Seria no confronto da objetivação do conceito na realidade (singularidade) perante o conceito em si (universalidade), por meio de juízos qualificados e superiores, que

se verificaria como as determinações do conceito (particularidade) se realizam e como podem ser qualificadas no sentido de melhorar (ou tornar ainda mais universal) tanto a singularidade como a universalidade (unidade e diversidade). A singularidade permite o julgamento da universalidade e da particularidade, em sua aplicação e em sua amplitude.

Dada, sinteticamente a análise da tríade singularidade, particularidade e universalidade em Hegel (com interesse maior na categoria singularidade), avancemos para a compreensão do marxismo para a questão. Lukács (1966c, p. 203) afirma ser óbvio que, em nossas relações diretas com a realidade, travamos relação com a singularidade. *“Pues todo lo que nos ofrece el mundo externo como certeza sensible es inmediatamente y siempre algo singular, o una conexión única de singularidades; es siempre un Esto singular, un Aquí y Ahora singular”*. Como destaca Hegel (1992, p. 81-82), o singular apresenta-se sob a forma do indizível, como inacessível pela linguagem. Por isso, a certeza sensível dos sujeitos perante o singular é o de dissolução, uma representação baseada nas aparências e, portanto, o falso. Essa é a visão negativa acerca do senso comum e do cotidiano que permeia a fenomenologia hegeliana e se espraia, sob diferentes matizes, para algumas correntes do marxismo, com especial destaque para muitos dos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Diferente de Hegel, Lukács (1966c, p. 204) aduz que para o materialismo, o singular não é visto como o irracional devido a essa inacessibilidade. *“[...] la indecibilidad de lo singular en su inmediatez [...] no se presenta como signo de una existencia falsa e irracional, sino como una intimación a descubrir las mediaciones que llevan de ellos a la particularidad y a la generalidad [universalidade]”*. A proximidade estrutural dessa consideração acerca da singularidade coaduna completamente com a proposta de Genro Filho em destacar o jornalismo como uma forma de expressar o singular e de que esse singular não seria o falso, mas o despertar necessário para a compreensão das relações cada vez mais particulares e universais da sociedade moderna. A proximidade da explicação de Lukács para singularidade e a interpretação que é possível fazer da tese de Genro Filho para o jornalismo (o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular) merece destaque para a exata análise dos sentidos e consequências da tese. Assim, para Lukács (1966b, p. 205), o abandono e desprezo dessa imediatez se converte em *“[...] objeto de um infinito processo de aproximación por parte del pensamiento”*.

A diferenciação materialista frente à tese de Hegel, não significa para Lukács (1966c, p. 205) a anulação dos problemas que advêm da interpretação imediata e sensível do real, como a de Feuerbach. “*Puede decirse que Hegel ha suprimido idealisticamente el ser del individuo, y que Feuerbach a quedado sensualísticamente en la inmediatez y la mudez de ese ser*”. Para Lukács (1966c), a correção dessa problemática está no infinito processo de aproximação constante à manifestação da singularidade, de tal forma que haja uma superação contínua da imediatez da consciência sensível em que se transforme em uma nova imediatez, superior e posta. Assim, como acontece com a universalidade (em que o universal sempre é um processo de construção e de aperfeiçoamento ao longo da história), na singularidade dos eventos, as aproximações possibilitam, com base em conexões com a particularidade e a universalidade, uma situação similar, ou seja, formas mais qualificadas de aproximações e de conexões que advêm de um evento, em si, indizível.

*Igual que en el caso de la generalidad, en el de la singularidad el grado de esa aproximación está determinado por las necesidades y las posibilidades del pensamiento en cada estadio de la evolución histórico-social. El papel de las posibilidades objetivas de conocimiento es evidente sin más y no necesita, por tanto, discusión detallada. Aludamos sólo brevemente a una cosa obvia: del mismo modo que el desplazamiento de la frontera de generalización hacia delante depende en gran medida de la investigación de particularidades y singularidades, así también la intensificación del conocimiento de la singularidad es a su vez una función de generalizaciones afortunadas, muy abarcales, de amplia aplicabilidad, etc. De este modo, el logro de un punto final muy adelantado presupone en los dos extremos su íntima colaboración, su ramificada mediación por la particularidad (LUKÁCS, 1966c, p. 206-207).*

Utilizando o exemplo de um atendimento médico (a qualidade do diagnóstico tem relação com o conhecimento disposto e a qualificação do profissional para determiná-lo, ainda que todo e qualquer diagnóstico seja aproximado), Lukács (1966c, p. 207-208) explica que “[...] *el camino del pensamiento y del conocimiento es una ininterrumpida oscilación arriba y abajo de la singularidad a la generalidad y de ésta a*

*aquélla*”. Marx (2011, p. 54-55) descreveu bem essa dialética de indução e dedução ao afirmar que o ponto de partida do conhecimento é o real. Porém o real se manifesta como uma abstração vazia se seus elementos não se generalizam e levam a um conceito universal e razoável. Depois disso, é necessário o retorno, de posse do caminho percorrido, para testar o real, agora não mais abstrato, mas totalidade rica em determinações e relações. Esse processo, para Lukács (1966c, p. 209-210), não acontece sem a mediação da particularidade, que na lógica de Hegel é sinônimo de determinação. A particularidade

*[...] se enlaza con la naturaleza específica de la singularidad, hace que se manifiesten con claridad cada vez mayor sus relaciones con grupos de objetos emparentados y lejanos, desarrolla las cualidades fugazmente presentes en la intantánea inmediatez, hasta hacer de ellas determinaciones firmes y duraderas, despliega en su aparente copresencia anárquica una jerarquía de la persistencia y la fugacidad, de lo esencial y lo aparente, etc., y realiza todo eso sin destruir la estructura de lo singular o individual como tal; al generalizarse y superarse en la particularidad, el pensamiento se acerca a su verdadera esencia como singularidad mejor de lo que habría sido posible para la existencia sin superar de lo singular en la certeza sensible.*

Há uma regra na concepção de singularidade presente em Hegel (1992) e que também se manifesta em Lukács (1966c): de que toda singularidade que se apresenta, já o faz de forma mediada. O que revela logicamente os limites da apreensão baseada na certeza sensível. Genro Filho (1987) expõe os limites da compreensão do jornalismo como representação direta do real, em que o texto representaria a realidade tal qual apareceu e que esse evento bastaria em si para existir, em uma valorização excessiva do aqui e agora do fato. A crença nessa transparência da linguagem é também criticada por Hegel. Além de ser um equívoco pensar na tradução imediata do real para a linguagem como o verdadeiro, cada evento também não cabe no singular, fenômeno indizível e, portanto, revelado apenas por meio de apreensões genéricas ou, como indica Lukács (1966c), por intermédio de aproximações qualitativamente cada vez mais superiores. Essas características da singularidade em seu movimento com a particularidade e a universalidade, tomando criticamente a proposta de

Genro Filho, nos possibilita analisar o jornalismo em algumas de suas manifestações essenciais.

\*\*\*

O conhecimento, para Genro Filho, é uma forma de revelação e de apropriação da realidade pelos sujeitos. O processo de conhecimento, como pressupõe o método marxista, exige o reconhecimento do que aparece como um fenômeno em ligação com a essência. O que aparece não é o fenômeno isolado, não é uma verdade revelada em sua imediatez, uma objetividade que, se assim concebida, configura-se em uma reificação. Sob outro ângulo de análise, igualmente, o fenômeno não é a falsidade ou a inexistência, momento que serviria para empanar o conhecimento verdadeiro, da essência. Fenômeno e essência são relevantes e, ao analisar uma dada coisa, a concretude da análise está em reconhecer o fenômeno como processo necessário de revelação da essência, essência que subjaz e dá sentido ao fenômeno. O processo de conhecimento, portanto, é um *detour* (KOSIK, 1995, p. 14-18), o reconhecimento que apenas o fenomênico não é o suficiente para revelar os sentidos da realidade e sequer de parte dela, sendo necessário inserir o fenômeno em confronto com os conhecimentos já acumulados, com a ação criativa, com a finalidade posta do sujeito do conhecimento, a história e a dialética da coisa em relação com as demais coisas e com o todo. Tomar cada coisa como complexo de complexo, como parte significativa da totalidade.

O conceito de práxis, como já destacado no capítulo anterior, estrutura o pensamento marxista de Genro Filho e a relativa autonomia e prioridade da consciência são seus pressupostos para categorizar o ser social como distinto da natureza. Ao colocar sua vontade sobre o mundo, os sujeitos transformam o mundo, fazem parte do mundo e refletem tanto sobre o mundo como sobre suas interferências. Está implicado nesse modo de pensar um humanismo. Sob esse pressuposto da entrada do ser social no mundo, está, por um aspecto, implícito que não há qualquer influência escatológica, metafísica, da natureza ou de qualquer ente divino que determine o destino dos sujeitos. Por criarem as condições de sua existência, por meio do metabolismo com a natureza, e com o crescente agregado de conhecimentos que se estabelece com a natureza e com os demais homens e mulheres, cada sujeito contribui para a indeterminação dos destinos humanos. Considera-se que a realidade não se divide, visto que baseada no ser

inorgânico, orgânico e social, o ser social é o único capaz de pôr teleológico.

c) No caso da realidade histórico-social há outra questão: os sujeitos humanos, com sua margem de arbítrio sobre o curso dos fenômenos, participam conscientemente na indeterminação objetiva do universo, à medida mesmo que podem determiná-lo subjetivamente. Desse modo, o conhecimento "científico" da sociedade contém, intrinsecamente, a subjetividade como dimensão inseparável do objeto e da teoria que busca apreendê-lo. Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois ele se configura solidário com certas possibilidades do real e adversário de outras. Se o conhecimento das ciências naturais tende a expressar a objetividade, embora jamais consiga ser exaustivo, o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre a objetividade e a subjetividade, tendo a *práxis* como seu verdadeiro critério. Pelo conhecimento da *práxis*, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades (GENRO FILHO, 1987, p. 187).

A mútua criação de objetividade e subjetividade, ou a “dupla face do real” (GENRO FILHO, 1987, p. 66) resulta das relações estabelecidas pelo metabolismo dos homens e mulheres com a natureza e entre os sujeitos. Dessas relações ocorrem processos de apropriação por meio do reconhecimento das cadeias causais dos objetos, a investigação dos meios necessários para ação em adequação com o pôr almejado na ação. Lukács (2013) explica que esse processo ocorre mediante a separação entre ideação - da consciência - e ser. Dessa separação da consciência, Lukács expõe a gênese categorial de sujeito e objeto. Essa separação é chamada por Lukács de espelhamento ou de reflexo e ela estrutura a concepção epistemológica do autor húngaro (e, por consequência, a definição dele de conhecimento). Desse processo basilar decorre a autonomização da imagem da realidade e, por conseguinte, das objetivações, com base nas ênfases dentro de um determinado campo de atuação. “[...] aqueles momentos que são relevantes para o pôr teleológico são percebidos com exatidão, refinamento, matização etc. cada vez maiores, ao passo que os

momentos que se encontram fora desse campo de ação se comprimem num horizonte que vai se tornando indistinto” (LUKÁCS, 2013, p. 415). O trabalho, em seu desenvolvimento continuado, passa a dispor de um acervo cada vez mais seguro de conceitos sobre as coisas, servindo para o pôr teleológico testar esses conceitos, modificá-los e aperfeiçoá-los (LUKÁCS, 2013, p. 417). O resultado desse processo é a constante autonomia da imagem da realidade, até sua relativa emancipação em um complexo do conhecimento. Nesse aspecto, as práticas já estão dadas e pré-determinadas, as ações constituídas previamente, o que permite a ação de sujeitos especializados e situações igualmente especializadas no confronto com um segmento da realidade.

Genro Filho concebe esse processo de modo distinto. Primeiro, porque a categoria de reflexo, para ele, não possui complexidade suficiente para expressar a atuação da práxis e das formas de conhecimento. Segundo, porque as questões de pesquisa de cada disciplina são concebidas por Genro Filho sob a base da epistemologia, o que o leva a forjar algumas concepções como eminentemente vinculadas a esta e não à ontologia. Por exemplo, Genro Filho (1987) afirma que cada forma de conhecimento, cada disciplina científica, constrói a realidade com a qual trabalha. Essa afirmação no âmbito epistemológico é possível, pois parte do pressuposto de que o processo de ideação e as estruturas de conhecimento já estão relativamente emancipadas do ser, ainda que o vínculo permaneça. Em termos ontológicos perde o sentido tratar de várias realidades, pois a realidade é única, dinâmica e resultado da especificação crescente de cada segmento. Portanto, nesse aspecto (da unicidade da realidade – além da concepção de reflexo), a proposta de Genro Filho diverge da de Lukács.

Essas divergências devem ser analisadas. Toda fundamentação que sustenta a definição de Lukács da arte e da ciência como formas de conhecimento, presentes em sua “Estética”, estão assentadas na categoria “reflexo”, no sentido não mecânico e não stalinista do termo. Segundo, a singularidade, a particularidade e a universalidade são tomadas por Lukács e por Genro Filho como categorias existentes na realidade (como determinações objetivas) e também no pensamento humano (como potencialidade lógica de apreensão), o que pressupõe, basilarmente, uma relação de reflexão ao modo como tratado por Lukács (por isso essas categorias são chamadas por Lukács de “determinações de reflexão”). A definição do jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular, guarda, portanto, essa dupla referência à relação subjetividade/ objetividade quando tomada do escopo teórico e filosófico de Lukács. Tanto que essas considerações permeiam a

abordagem de Genro Filho quando ele trabalha os conceitos de fenômeno, fato social e fato jornalístico e, até mesmo, quando propõe a objetividade e a verdade sob outras bases de entendimento que não a da prática reificada do jornalismo.

O que precisamos salientar, mais uma vez, que Genro Filho tinha uma preocupação muito grande com o sentido que advinha dos conceitos e com a história encerrada na aplicação desses conceitos. Realizamos um esforço para demonstrarmos que o conceito de reflexo de Lukács não invalida as proposições de Genro Filho e que muitas das críticas do jornalista gaúcho ao filósofo não procedem porque estão inseridas no debate da Ontologia. Em outro ângulo de análise, a postura de Genro Filho em se distanciar de uma categoria filosófica tão carregada, com um lastro de uso instrumental pelo stalinismo, é justificável. O autor não podia assumir a validade dessa categoria sob o risco de inviabilizar o projeto político de distanciamento de algumas das correntes do marxismo que lhe eram contemporâneas. Além disso, com base na aplicação do conceito, ele concebia na categoria reflexo uma forma de redução do subjetivo e da liberdade frente à necessidade. O que, voltamos a reiterar, não vai necessariamente contra o projeto tardio de Lukács (2012; 2013) em estabelecer o estatuto do indivíduo e da liberdade no interior de sua Ontologia (FREDERICO, 2013).

Não obstante Genro Filho expresse ser contrário à teoria do reflexo, as categorias que embasam sua teoria do jornalismo (conhecimento e de singularidade/ particularidade/ universalidade) estão ancoradas nesse pressuposto lukacsiano. Nesse sentido, Gonçalves (1992, p. 80) está correto em afirmar que a teoria do reflexo permanece exercendo uma influência sobre a concepção de conhecimento de Genro Filho. Porém isso não significa que Gonçalves tenha compreendido o que é a teoria do reflexo no sistema gnosiológico e ontológico de Lukács. Sequer que tenha atentado que a manutenção da tríade singularidade, particularidade e universalidade traz, no sentido trabalhado por Genro Filho, uma vinculação com a realidade. Em consequência, não é possível utilizar essas categorias no sentido de um construto, de uma aplicação somente subjetiva sobre a realidade, em uma modalidade de construção<sup>174</sup> (o que abarca apenas parte do processo do trabalho jornalístico, não sua totalidade). Os fatos sociais apresentam a dimensão singular e essa é apreendida e ressignificada

---

<sup>174</sup> “Aqui o idealismo cai na ilusão que consiste em confundir este processo de reprodução da realidade com o processo de construção da própria realidade” (LUKÁCS, 1981, p. 69).

pelo jornalismo. É essa dimensão objetiva que permanece na relação com o público (a abertura de sentido). Essa posição de Machado de descrença de qualquer possibilidade de objetividade não é única e parte da apropriação realizada pelos estudiosos do jornalismo frente às categorias utilizadas por Genro Filho corresponde a essa incompreensão de suas bases categoriais. As críticas de Genro Filho à Lukács autorizou muitos dos intérpretes de “O Segredo” a retirar a dimensão objetiva das categorias por ele utilizadas, lançando a prática do jornalismo a um relativismo exacerbado.

Lukács e Genro Filho convergem, por exemplo, ao se referirem à relação sujeito e objeto e aos processos de objetivação e de alienação decorrentes. O que fundamenta a concepção de jornalismo como forma de conhecimento proposta pelo jornalista gaúcho.

Entretanto, se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, poderemos conceber o jornalismo como uma das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições. Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo: "O defeito fundamental de todo o materialismo anterior - inclusive o de Feuerbach - está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade *sensorial humana*, como prática, não de modo subjetivo (GENRO FILHO, 1987, p. 60 – grifos do autor).

O jornalismo é, portanto, uma práxis que tem uma fundamentação objetiva e subjetiva tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha (os fatos sociais) como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo (o trabalho dos jornalistas em transformar fatos sociais em fatos jornalísticos). Cada relato jornalístico trabalha duplamente nessa relação subjetiva e objetiva, pois os meios de apuração e organização da exposição do conteúdo advêm de ações subjetivas que se objetivam ao longo da história e passam a se oferecer como objetivadas, ou seja, condensadas em um conjunto de práticas

profissionais. Por seu turno, o conteúdo jornalístico já traz em si uma subjetividade objetivada em produto, muitas vezes resultados da objetivação de outras formas de conhecimento. Ao apreender o fato sob o ângulo da neutralidade e da objetividade, avalia-se o fenômeno como despido desse caráter de finalidade próprio dos fatos sociais, ao mesmo tempo em que reduz a capacidade de reconhecimento do jornalismo também como atividade que possui as dimensões subjetivas (inerentes a cada ato de produção e da própria gênese de toda a cadeia de produção), mas que também se objetivam para os jornalistas nas regularidades que selecionam ações em detrimento de outras. Do mesmo modo, a subjetividade implícita ao jornalismo diz respeito a uma coletividade histórica e presente, resultado das transformações subjetivas que a prática recebe ao longo da história e do ato de produção coletivo (e não individual e isolado) pelo qual passa cada processo de produção de uma notícia no jornalismo. Essas concepções permitem que, com base em Genro Filho, depreendamos que o entendimento do jornalismo somente é possível com base na consideração dessas mediações presentes nos fatos sociais e no processo de produção do jornalismo, e que tais mediações não estão restritas apenas à suas esferas, pois o jornalismo interfere na forma e no conteúdo dos fatos sociais e os fatos sociais, da mesma forma, no jornalismo.

Sendo uma forma de conhecimento e, portanto, um *detour* para se conhecer a realidade, cada “[...] relato exige uma forma de *conhecimento* que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência. Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado” (GENRO FILHO, 1987, p. 49-50). O jornalismo, como forma de conhecimento, tem por tarefa revelar a essência, sem, no entanto, isolar essa essência em relação ao fenomênico. Como processo dinâmico, o conhecimento é a revelação da essência na sua relação com a dimensão fenomênica. No jornalismo, essa afirmação é ainda mais importante, pois sua tarefa é conhecer a essência sob a forma da singularidade, ou seja, recuperando a dimensão fenomênica do fato social. Ele é responsável por apanhar o momento final e mais superficial do processo de produção que originou tal fato e de revelar as conexões que ligam esse “produto” à base na qual está inserido, na maioria das vezes, devendo transcender as condições de produção do próprio fato. O problema está na reificação (muitas vezes duplicada) que não reconhece o fato social para além de sua dimensão fenomênica (sem considerar os significados e o contexto de produção de tais fatos, o que revelaria a essência), e que não reconhece o fazer jornalístico também como ato

dotado de sentido, e, portanto, atualizado subjetivamente por cada profissional em cada ato com a mediação de toda a cadeia produtiva do jornalismo.

Estamos falando da “realidade” (entre aspas, pois se trata das escolhas epistemológicas frente à realidade ontológica) do jornalismo e da “realidade” do jornalista, seus códigos para apreender fatos sociais e produzir fatos jornalísticos na e para a realidade. Essa produção gera consequências em aspectos amplos da realidade, como também no regime de produção da forma de conhecimento em questão. A história do jornalismo é, portanto, a história do processo de emancipação e do aperfeiçoamento dessa atividade social, que se especializa na apreensão de fatos sociais e na constituição de fatos jornalísticos, alterando a dinâmica dos fatos sociais e políticos em geral. Nesse sentido, o ato do jornalista deve ser visto em sua imediatez, trabalho com as informações jornalísticas, como também uma atualização desse processo de especialização, o que nos remete à gênese categorial que particulariza o jornalismo como forma de conhecimento.

A dúvida que permanece não se manifesta se o jornalismo é uma modalidade de conhecimento que se especifica entre as demais formas de trabalho, com categorias que seriam próprias. Mas se o jornalismo se materializa como forma de conhecimento equiparável à arte e à ciência em sua capacidade de objetivação e emancipação frente à vida cotidiana. A saída que se costuma realizar para contornar essa questão é afirmar que o jornalismo é uma forma de conhecimento diferente (MEDITSCH, 1997), o que, em si, é uma obviedade. É necessário verificar em que consiste essa diferença. Outra estratégia é elevar o conhecimento da vida cotidiana e de suas inúmeras manifestações para justificar uma equalização qualitativa entre o que é produzido pela ciência e o que é realizado em outras esferas da vida. A liberalidade dessas hierarquias, que não atinge somente a ciência como também a arte, envia o jornalismo a um afrouxamento epistemológico e ético, mantendo uma dubiedade discursiva de muitos professores e pesquisadores brasileiros sobre a questão (por exemplo, ver Costa, 2009). Em outros casos, as referências que reconsideram a pertinência do senso comum para os estudos de ciências sociais e história costumam vir acompanhados de uma visão apologética ao senso comum, que em sua tradução para os estudos sobre o jornalismo costuma negar a importância da atividade, assim como faz em relação à ciência<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> “A ideia básica é que o indivíduo não pode ser sujeito efetivo e integral através das mediações criadas pelo aparato técnico-científico a que dão o

Genro Filho não propõe o jornalismo como uma forma de conhecimento do senso comum. Essa afirmação ocorre não como modo de reduzir a importância do senso comum e da vida cotidiana. Ao contrário, Genro Filho vê na prática cotidiana uma das chaves para a transformação social e que foi através dela que as revoluções ocorreram. Todavia, é uma das tarefas do autor especificar o jornalismo equipará-lo e diferenciá-lo da ciência e da arte. Essa relação é estruturada a partir da divisão comparativa realizada por Lukács (1966c; 1970) entre ciência e arte. Na proposta de Genro Filho, entre jornalismo, arte e ciência. Essa comparação se consubstancia nas três categorias lógicas e materiais singularidade, particularidade e universalidade. A associação da prática do jornalismo à categoria filosófica da singularidade faz com que esse tipo de conhecimento aproxime-se da percepção em geral, do senso do cotidiano. Em comparação com o já exposto sobre o conceito de singularidade em Hegel e Lukács, podemos avançar nas proposições de Genro Filho. Essa explicação permite a compreensão das diferenças do jornalismo como forma de conhecimento em relação ao conhecimento da vida cotidiana e ao realizado pela arte e pela ciência.

Em uma de suas primeiras menções à categoria singularidade, ainda sem explicar claramente do que se tratava, Genro Filho (1987, p. 58 – grifos do autor) afirma que o jornalismo “[...] é a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica”. A vinculação da singularidade com a dimensão fenomênica guarda relação com duas considerações a serem realizadas: primeiro, de que a singularidade (assim como a particularidade e a universalidade) são dimensões da realidade e não apenas instrumentos lógico-epistemológicos; segundo, que a concepção guarda relação com a explicação de Hegel da singularidade em sua relação com a certeza sensível e com o entendimento, e não com a concepção de singularidade pela via do conceito. Nesse aspecto, estamos diante da crítica hegeliana a essa modalidade de apreensão do real. Devemos seguir a análise, pois, conforme o que faz Lukács, essa definição crítica de Hegel quanto à singularidade da certeza sensível é contestada e melhor desenvolvida pelo materialismo marxista.

Genro Filho (1987, p. 64) segue na descrição da apropriação jornalística vinculada ao fenomênico ao referir que “O conteúdo dinâmico implícito na ideia de singularidade, confere uma característica evanescente à notícia. Do ponto de vista estritamente jornalístico,

---

nome, em alguns casos, de “heteronomia” em oposição à “autonomia”, que seria realizável através da vivência imediata” (GENRO FILHO, 1987, p. 63).

realmente "nada é mais velho do que uma notícia de ontem", se não for reelaborada com novos dados constituindo outra notícia: a de hoje". Essa afirmação faz com que a associação de Genro Filho permita caracterizar a singularidade como o evanescente, o atual e o novo. A singularidade estaria vinculada ao "aqui e agora" singular de um dado evento, como afirma Lukács (1966, p. 203). "O singular é, por natureza, efêmero" (GENRO FILHO, 1987, p. 65). O jornalismo, não restrito às discussões político-partidárias, produz "[...] informações que correspondem à imediatividade dos fenômenos, tal como são tratadas pela imprensa diária" (GENRO FILHO, 1987, p. 114). Essa característica do jornalismo é "valor de uso específico" - que está ligado à natureza das informações singularizadas que produz -, o que difere de concepções que o tomam "[...] como valor de uso genérico, enquanto informação de qualquer espécie" (GENRO FILHO, 1987, p. 114).

Porém, essa apreensão do imediato, para Genro Filho, não pode ser descurada em relação ao seu par dialético: o mediato. O autor reconhece e convida o jornalista a pensar que toda e qualquer apropriação da realidade pressupõe que o ato de apropriação é mediado e de que o fato social apreendido também é mediado. Desse modo, o que se revela como fenômeno é apenas uma parte do real, sem dúvida superficial, porém vinculada à essência. Trazendo para as categorias que lhe servem de substrato, a singularidade não pode ser pensada isoladamente da particularidade e da universalidade. Essa situação é resultante de duas ordens de mediação que embasam a prática jornalística. Primeiro, "O desenvolvimento capitalista integrou de maneira irreversível a humanidade, fazendo com que cada fenômeno singular esteja agora objetivamente mediado pelo todo". E, segundo, o aparato técnico e social dos meios de comunicação de massa "[...] permite transportar a dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, rompendo barreiras de tempo e espaço" (GENRO FILHO, 1987, p. 127-128). Há consequências imediatas dessas considerações. A integração capitalista de cada ato ao todo configura a necessidade social da informação jornalística, como apresentado por Genro Filho. Por sua vez, a característica de integração da base tecnológica e social dos meios de comunicação de massa não apenas dão suporte ao jornalismo, como estruturam, em si, formas de singularização. Essa consideração sobre os meios de comunicação não está presente em Genro Filho.

A primeira síntese depreendida dessa relação "imediata-mediata" do jornalismo frente à realidade é que, ao realizar sua forma de apreender os fatos sociais, o relato jornalístico estabelece como

prioritário o singular, porém sem desconhecer que esse singular guarda relações com o particular e o universal. Resultado disso é uma complexificação no modo de apresentação da notícia, com as conexões do fenomênico com a essência, do singular com o particular e o universal. Essa complexificação, porém, esse processo de mediação, é reduzido devida à prioridade da imediatez no ato de manifestação do relato jornalístico. Por isso, Genro Filho expõe que o jornalismo realiza uma espécie de “simulação”.

Há aqui, sem dúvida, uma espécie de "simulação", mas não uma farsa ou uma falácia inevitável. De qualquer modo, a imediatricidade é sempre uma espécie de "simulação". O que aparece na relação imediata é o aspecto fenomênico e singular do real. À medida que o fenômeno é apenas uma face do concreto, ele tanto revela quanto esconde a essência. O singular, da mesma forma, não é mais do que uma das dimensões do concreto, sendo um elemento constituinte do universal e também seu produto: não existe relação humana sem mediações objetivas e subjetivas. Quando indivíduos presenciam diretamente um fato, a rigor, entre eles e o fato está a totalidade da história humana já percorrida, as alternativas sociais que se abrem concretamente para o futuro e, além disso, as incertezas e opções individuais e sociais. Isso quer dizer que o imediato e o mediato são duas faces de uma mesma moeda, momentos inseparáveis de uma mesma relação humana (GENRO FILHO, 1987, p. 128-129).

A singularidade, portanto, encarna essa contradição do jornalismo, pois estrutura sob a base da certeza sensível um conhecimento mediado tanto nos fatos sociais apreendidos como nas esferas de produção de significados pelo jornalista. Esse processo de reconhecimento da relação mediato/ imediato é responsável por inúmeras confusões na prática e no ensino do jornalismo. Um dos desafios é o de conseguir revelar através do imediato as conexões da mediação, transformando o abstrato sensível da apreensão imediata e o abstrato da apreensão teórica em exposição concreta do fenômeno em sua relação com a imediatricidade e a mediaticidade do cotidiano. Passa pelo itinerário do jornalista reconhecer, ao máximo possível, os critérios de mediação de sua prática e dos fatos sociais que apreende, estando aí a

possibilidade de captar pela via do singular, conexões que apenas o conhecimento da particularidade e da universalidade pode oferecer.

Notamos, portanto, que a singularidade, como dimensão objetiva dos fatos sociais é apreendida subjetivamente pelo que Genro Filho chama de “singular-significante” ou de “singular-significativo” do relato jornalístico. Ou seja, há uma estrutura de linguagem que possibilita a apreensão da singularidade presente nos fatos sociais e que supera a particularidade e a universalidade. Trata-se da “cristalização” da singularidade no relato jornalístico, o que Genro Filho vai traduzir pela notícia e, mais especificamente, pelo lead. Essa singularidade estará objetivada com base no modo de apropriação da particularidade e da universalidade que presidirá a apreensão. Ou seja, estamos falando que o ato de conhecer pressupõe escolhas dentro de um conjunto de possibilidades objetivas e que essas escolhas estão vinculadas ao projeto político e ideológico do jornalista. Ampliando até o que propõe Genro Filho, normalmente os jornalistas estão subsumidos ao projeto ideológico da empresa jornalística e, mais amplamente, à ideologia dominante da classe dominante. Genro Filho (2007) propõe que ao expor as notícias com base na singularidade, conforme tratado em sua teoria, qualquer jornal burguês sério aceitará o trabalho de jornalistas que atentem para o potencial transformador e revolucionário da realidade e que, através da exposição objetiva da singularidade, exponha conexões inovadoras com a particularidade e a universalidade. Essa apreensão mediada por um conhecimento técnico e tecnológico, para Genro Filho, que diferencia o jornalismo do conhecimento de senso comum, também baseado na singularidade e na particularidade.

Se é verdade que o gênero de conhecimento produzido pelo jornalismo corresponde, em certo sentido, às "mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo", essa comparação não pode ser levada às últimas conseqüências. Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Conseqüentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação" dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que

surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar (GENRO FILHO, 1987, p. 58 – grifos do autor)

Todavia, devemos expor sumariamente que parte significativa do jornalismo tem relação direta não somente com a linguagem do cotidiano, mas com a reprodução ideológica do cotidiano. Genro Filho caracteriza essa proximidade quando trata do sensacionalismo. Podemos avançar para grande parte do jornalismo de *fait divers*, de serviços, do infoentretenimento, de moda, de fofoca, de turismo, de comportamento, etc., para a apropriação contínua do diferente, do desconhecido, do inusitado e do acontecido nos jornais (indiferentemente da mídia) pela via dos estereótipos e dos lugares-comuns. O jornalismo está permeado pelo senso comum em grande parte de seus produtos, suas matérias muitas vezes resultam do processo de produção de versões por diferentes atores midiáticos (incluindo jornalistas) que se especializam na “publicização” de interesses privados. A disseminação acrítica do jornalismo declaratório é outra característica. A própria transformação e englobamento de empresas eminentemente jornalísticas a grandes conglomerados de entretenimento é sinal claro que o jornalismo como forma de conhecimento proposto por Genro Filho está mais enredado no cotidiano e na mercadoria do que ele se propõe a afirmar.

A redução de seu interesse à notícia e, em certa medida, à reportagem, oferece pistas claras para indicar de qual jornalismo ele está tratando e de quais os parâmetros de comparação com o cotidiano, bem como com a arte e a ciência. Seus exemplos, igualmente, centram atenção no jornalismo de política, economia e cultura (no *hard news*). Restrito a esse objeto de análise, Genro Filho afirma que, diferente da arte que detém uma maior preponderância da singularidade do artista e se cristaliza na particularidade, e da ciência, que tende para a validade universal de suas asserções, o jornalismo trabalha com a singularidade objetiva dos fatos sociais, com uma estrutura específica (o singular-significante) para apreender e expor essa dimensão da realidade.

Assim, a importância de um “fato” enquanto notícia obedece a critérios diferentes em relação aos utilizados na

hierarquização feita pelas ciências sociais ou naturais, de um lado, e pela arte de outro. Nas ciências, os fatos ou eventos são relevantes à medida que vão constituindo a universalidade. Quanto à arte, os fenômenos que a compõem são significativos na exata proporção de sua ambigüidade enquanto realidades irrepetíveis (singulares) e, ao mesmo tempo, enquanto representação "sensível" da universalidade social onde historicamente estão situados e com a qual estão inevitavelmente comprometidos. O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo tampouco elabora uma espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o típico é o eixo fundamental de contato com a realidade. O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação (GENRO FILHO, 1987, p. 64-65).

Genro Filho (1987), entretanto, não atenta para as características de conhecimento que motivam a classificação de Lukács (1966a) para arte e para a ciência. A primeira regra estaria na conexão que a vida cotidiana estabelece com a imediaticidade como forma de constituir seus produtos. Para Lukács (1966a, p. 42), quanto mais débeis são as objetivações e as fixações dos conceitos, menor a probabilidade de um conhecimento desprender-se do cotidiano. As relações do cotidiano são mais pessoais, voltadas para a relação do indivíduo com as diferentes esferas da vida, incluindo a científica. O jornalismo, assim como o conhecimento cotidiano não estabelece conceitos operacionais para sua prática, ainda que mantenha uma regularidade na coleta e na difusão de notícias via singular-significante. Porém, a relação com a imediaticidade e a impossibilidade de apuração associada à necessidade de divulgação fazem com que boa parte do divulgado pelos veículos seja associado a impressões e percepções de sujeitos e instituições, canalizando publicamente, opiniões e anseios da vida cotidiana e para a vida

cotidiana. Por sua vez, o jornalismo não é somente motivado por interesses pessoais e imediatos, mas, podemos dizer que está na índole da atividade uma proposta humanista, para não dizer, moderna, ou seja, de caráter social.

A segunda característica de diferenciação, como evidenciamos anteriormente, na vida cotidiana não existe a separação entre teoria e prática, entre mediato e imediato. Nota-se que o esforço da teoria de Genro Filho é justamente chamar a atenção dos jornalistas para esse abismo necessário entre teoria e prática, entre o que é feito como cópia imediata do fenomênico e a mediação da realidade. Na prática do jornalismo, costumeiramente, essa não separação de teoria e prática se mantém. O que nos aponta para a tarefa da teoria de, ao evidenciar as características do jornalismo, elevar-lhe o estatuto de prática técnica a conhecimento, introduzindo a teoria sobre a prática. A notícia não vai do mais importante para o menos importante, mas do singular para o particular; o jornalista não copia mecanicamente a realidade, mas realiza uma apreensão subjetiva e objetiva do fato social; fenômeno, fato social e fato jornalístico têm diferenças filosóficas e práticas, etc. São contribuições da teoria para se distanciar da prática e, ao existir esse distanciamento, estabelecem-se códigos esotéricos próprios de uma área específica de conhecimento e não mais de uma técnica acessível a todos.

Lukács (1966a) também trata das diferenças na linguagem, o que Genro Filho procura fazer ao tratar da especificidade e das diferenças da linguagem da notícia jornalística para a apreensão do singular. A última característica que Lukács (1966a) evidencia é a tendência crescente à desantropomorfização dos entes por parte da ciência. Destarte, a ciência, diferente do cotidiano, não vincula qualquer fenômeno da natureza a qualidades humanas ou metafísicas e não pressupõe uma realidade fora da física para explicar os fenômenos humanos. Por exemplo, a ideia de sorte, de predestinação, de proteção divina. A humanização da natureza como “a Terra pede socorro”, “temporal castigou moradores de São Paulo” ou “a fúria dos mares” estão cotidianamente nos jornais, que utilizam o sentimento e a linguagem do cotidiano para qualificar a incredulidade diante de diversos fatos. Faz parte do jornalismo (muitas vezes nasce com ele transcendendo-o para a mediação) a criação de semideuses, personalidades, artistas, jogadores de futebol, ricos, políticos e grandes empresários, dos cientistas e filósofos midiáticos. Esse processo de espetacularização, de encenação que o jornalismo cria cotidianamente em seus *fait divers* que pauta o esporte, a moda, a política, a revista de negócios. Todo esse jogo de cumplicidade com a antropomorfização do cotidiano revela características muito mais

intrínsecas à sensualidade do senso comum do que à racionalidade das formas de conhecimento. Por outro lado, esse processo de antropomorfização é distinto na arte, visto que nela o gênero humano e a essência de partes da realidade são elevados às tipicidades, nas quais os sujeitos repensam sua própria condição perante toda a existência humana.

Evidenciamos que, com o referencial de Lukács, não obstante a análise aqui empreendida de sua “Estética” seja sumária, todo o jornalismo não poderia ser credenciado à condição de forma de conhecimento desprendida do cotidiano. A própria autonomia do jornalista encontra situações muito restritas politicamente para expressar o conhecimento independente de condicionantes políticas e econômicas (principalmente nas notícias). Genro Filho é inovador e original ao propor o jornalismo como forma de conhecimento, pois o próprio referencial marxista em que se apoia e, em muito, a prática do jornalismo testemunham o contrário de sua proposição.

Genro Filho não diz que todo o jornalismo é forma de conhecimento. Ele reintera em várias passagens que o jornalismo detém uma potencialidade que ultrapassa a sua vinculação como mercadoria, o que seria resultado de uma teoria que evidenciasse o valor de uso da prática. Assim como o conceito de cidadania (trazido por ele no texto) se manifesta ideologicamente, mas não se concretiza materialmente devido às características burguesas que permeiam a atividade, a condicionam, a transformam e a reificam. É tarefa do marxismo de Genro Filho, de sua proposta libertária, transformar o conceito em materialidade. Ou seja, transpor a essência da prática jornalística do apresentada no conceitual e teórico, para o exercício cotidiano do jornalismo. Um dos passos seria a compreensão correta da prática jornalística. E o modo de qualificação dessa prática jornalística passa pelo trabalho do repórter de observação, investigação e apresentação da realidade que, diante de uma prática reificada, “transborda do conceito”.

O modo de expor esse transbordamento passa pela identificação do imediato e do mediato na prática jornalística, com um reconhecimento epistemológico e ontológico crítico sob a base da singularidade, particularidade e universalidade. Sob esses pressupostos, algumas notícias e reportagens se coadunariam à proposta de conhecimento potencial do jornalismo. E esses textos podem ser modelos para justificar uma prática vinculada a sua essência, e que, também, indiquem as possibilidades de transformação de situações sociais. Por isso que a intenção dele era a de constituir um manual, com exemplos de textos jornalísticos que correspondessem a essa forma de

conhecimento. Há valor de uso e o valor de uso está reificado. Caberia à teoria “revelar” o ser e os modos de retirá-lo da reificação. Em suma, subjaz em sua teoria um projeto, emana da natureza do jornalismo por ele descrita uma ética. Diferente das concepções que encerram o jornalismo na prática burguesa e das propostas que o concebem criticamente como uma prática burguesa, ele a concebe como uma atividade potencialmente transformadora e necessária para a vida social. E para a transformação do cotidiano, uma das tarefas das formas de conhecimento tal qual afirma Lukács (1966a).

\*\*\*

Genro Filho (1987, p. 173-174) defende que para uma abordagem teórica do jornalismo é necessário delimitar o conceito de notícia e não generalizá-lo, como fazem muitos autores como Nilson Lage (1979) e Robert Park (2008). A notícia não pode ser considerada uma modalidade de transmissão genérica da experiência (o que sempre ocorreu na sociedade) e sim foi “[...] a transmissão sistemática, por determinados meios técnicos, de um tipo de informação necessária à integração e universalização da sociedade, a partir da emergência do capitalismo, que deu origem à notícia jornalística”. Para Genro Filho, ao contrário do descrédito manifesto por muitos teóricos frente à produção coletiva e industrial da notícia, essa é a condição preliminar para uma teoria do jornalismo historicamente condicionada. Todavia, devemos lembrar que outras formas de conhecimento também se desenvolveram com a indústria, sem essa ter se tornado o motivo de sua gênese. Caso da ciência que recebeu um desenvolvimento exponencial com a produção industrial alinhada às descobertas científicas (ex: energia elétrica). Mesma situação da arte, em que o desenvolvimento do capitalismo não possui ingerência sobre o surgimento de suas categorias primordiais, embora estas categorias sejam transformadas com o novo sistema de produção.

Houve a necessidade, como descreve Genro Filho (1987, p. 174-175), de um meio técnico apropriado capaz de multiplicar e transportar a informação em menos tempo e por maior espaço, diferente da comunicação interpessoal ou dos métodos artesanais. O jornalismo nasceu como possibilidade a partir da indústria da informação, uma extensão da indústria propriamente dita. A vinculação do jornalismo à indústria da informação não significa que o jornalismo seja o mesmo que imprensa, televisão, rádio ou internet. Entretanto, as mudanças que ocorrem e afetam essa indústria alteram muito o jornalismo, e isso

Genro Filho não explorou. Especificamente nos últimos 20 anos, em que as mídias digitais integraram as demais mídias e alteraram a relação dos receptores com os jornalistas. Nesse momento, qualquer pessoa tem um potencial para produzir informação e o sistema de legitimidade do jornalismo está em processo de transformação e acomodamento constante. A informatização da vida social também estendeu a produção da notícia para além dos jornalistas, com o crescimento geométrico de assessorias de comunicação e de imprensa, de veículos de comunicação vinculados a empresas não jornalísticas, da produção junto a redes sociais, etc. Desse modo, já podemos dizer que os fatos jornalísticos estão crescentemente mais arraigados na produção de fatos sociais, fatos sociais que já são produzidos levando em consideração a cobertura jornalística e a midiaticização que recebem, o que, por conseguinte, aumenta a complexidade tanto da necessidade social trabalhada por Genro Filho, quanto do atendimento dessa necessidade pelos jornalistas. A transformação da indústria da informação tem ingerência sobre o desenvolvimento do jornalismo, potencializando aspectos como periodicidade, atualidade, ampla possibilidade de cobertura, liberdade de publicação, redução da concentração de oferta, etc. Por outro lado, impregna a referida necessidade social de informação pela indústria da publicidade, do espetáculo e do consumo, o que, por conseguinte, atinge o jornalismo como uma atividade que, para muitos, deixou de ser financeiramente sustentável no modelo atual em que é gestada.

Podemos considerar que a notícia consolida, para Genro Filho, a sua concepção de conhecimento jornalístico e sua compreensão do que seja a singularidade. Primeiramente, a escolha pelo jornalismo informativo vem ao encontro da vinculação com a realidade presente nas premissas do autor. Trata-se, sem dúvida, do texto que guarda as características mais referenciais do jornalismo em função da abertura para os sentidos do evento. Essas características estão associadas à produção da notícia atrelada à “teoria” da pirâmide invertida, com a exposição das seis perguntas básicas logo no início do texto e que se configuram como a representação mais acabada, para Genro Filho, do “significante-singular” (ou do singular significativo). Trata-se de um texto que, na escala de valores dos profissionais jornalistas, não é muito aclamado, sendo feito em muitos casos por jornalistas mais jovens ou que ainda não tenham conquistado o devido prestígio profissional. Mesmo que possa ser extrapolada para outras mídias, como rádio, tv e, atualmente internet, a teoria da notícia de Genro Filho faz mais menções ao texto impresso. Grande parte dos exemplos aludem ao denominado *hard news* (notícias sobre política, economia e cidadania).

A singularidade, como já referido, tem ligação com a certeza sensível. A notícia é o gênero que, nas palavras de Genro Filho, “simula” a relação cotidiana dos indivíduos com a realidade. Essa proximidade à linguagem coloquial, mesmo em se tratando de um registro formal, é uma exigência da singularidade presente na notícia (GENRO FILHO, 1987, p. 181). Nesse aspecto, é comum na ideologia da profissão a ligação do fazer notícia com a atualidade, com o ao vivo, com o estar presente em direto. Essa relação de atualização, possibilitada pelo ao vivo do rádio, da tv e da internet e simulada na linguagem indicativa e do presente no texto escrito, supõe a proximidade à certeza sensível, tão criticada por Hegel. O aqui e o agora, o deixar a realidade falar por si é uma característica do gênero notícia, do modo como a categoria jornalística concebe o imediato. Isso acontece mesmo com a concepção generalizada que o relato em direto é mediado, que toda imediaticidade é mediada. Hegel discorre sobre isso na sua “Fenomenologia”, assim como o faz Genro Filho (1987, p. 181), para quem “[...] todo imediato é também mediado, como todo o mediado, no final da cadeia de percepções, é apreendido como imediato em relação às mediações precedentes e subsequentes”. As críticas de Genro Filho ao longo do capítulo 2 de “O Segredo” são justamente para atestar que a relação puramente especular e imediata é uma reificação. No entanto, mesmo com tais considerações, Genro Filho explora pouco porque o imediato é tão fundamental para o jornalismo, em específico para o gênero notícia, porque o imediato permanece como uma necessidade do público.

No jornalismo, em específico na notícia, o referencial não costuma aparecer para ser questionado. Em alusão a Hegel, é porque é. O jornalista está lá para testemunhar o ser, como o informante da humanidade, o substituto dos olhos de todo e qualquer sujeito que, se estivesse em seu lugar, relataria aquelas informações daquela forma. E como os olhos humanos são subjetivos, a mediação técnica aparece como atestado de validade. “Exatamente pela sua capacidade de reprodução do mediado no espaço como imediato, de maneira rápida ou até instantânea, o que determina “seu ritmo marcadamente jornalístico” e sua potencialidade de singularização, a televisão é o meio do sistema jornalístico” (GENRO FILHO, 1987, p. 207). Atualmente, esse meio é a internet.

Genro Filho (1987, p. 181), em sua caracterização da notícia e do jornalismo como diferente da comunicação cotidiana, argui que “[...] o problema da linguagem torna-se crucial para a compreensão e a caracterização da forma de conhecimento, já que ela vai expressar a

organização racional das mediações em seu conjunto”. O processo de mediação do jornalismo como forma de conhecimento e que envolve uma atividade organizada e com instrumentos especializados, “[...] exige uma linguagem que otimize a singularidade”.

Essa mediação presente na notícia e que permite a otimização da singularidade é, para Genro Filho, o lead. “O lead é uma importante conquista da informação jornalística, pois representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual. As formulações genéricas são incapazes de reproduzir essa experiência” (GENRO FILHO, 1987, p. 196). O lead representa a forma do singular-significante, quer seja, da apreensão do aspecto fenomênico, empírico, formando um “epicentro para a formação de conjunto”. O lead representa o contato mais direto entre a singularidade como certeza sensível e a singularidade jornalística. É possível compreender a crítica frankfurtiana às notícias devido a essa vinculação a um naturalismo da informação, porque cada pergunta apresenta-se como um elemento universal (O quê? Quem? Quando? Onde?) nos quais os fatos são preenchidos e, logo após consumo, novamente as perguntas retornam. Essas perguntas servem para que não seja destruída a “forma de manifestação” do evento (GENRO FILHO, 1987, p. 197), ainda que o seu conteúdo desapareça a cada texto. O que permanece são as perguntas, melhor dizendo, a forma como o conteúdo é relatado.

*O lead permite que através da natureza lógica e abstrata da linguagem, constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, seja retomado o percurso que vai do abstrato ao concreto, não pela via da ciência, mas pela reprodução do real como singular-significativo. O real aparece, então, não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas recomposto pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida (GENRO FILHO, 1987, p. 140).*

O lead configura-se na estrutura de linguagem que permite o caminho que vai do abstrato ao concreto, da abstração da linguagem e dos conceitos para uma forma de determinação da realidade por via do singular-significativo. A determinação, ou a particularidade, como explica Lukács é fundamental, pois a cópia estrutural da singularidade pode ocorrer sem qualquer lastro de determinação por parte do jornalista, mas por outros interesses sociais que advêm dos fatos sociais.

Corriqueiramente, o jornalista reproduz a ideologia dominante, resultado da produção material e formal da classe dominante. Nesse sentido, o percurso que vai do abstrato ao concreto pretende, a partir do reconhecimento da força epistemológica do singular-significativo, do lead, realizar uma determinação com outra possibilidade de leitura sobre os fatos. Reproduzindo o título do livro de Sylvia Moretzhorn (2007), para Genro Filho, os jornalistas precisam “pensar contra os fatos”. Não pensar somente contra a manifestação fenomênica, mas contra a estrutura ideológica que particulariza o modo de apreensão da manifestação fenomênica dos fatos sociais.

De outro modo, como avalia Genro Filho (1987, p. 214-215) em algumas passagens, essa ação do jornalista não está desarticulada da empresa em que trabalha e do grupo que representa. “Em primeiro lugar, no jornalismo moderno, em virtude da produção coletiva e industrial da informação, não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos”. Os receptores, especialmente os mais politizados, podem realizar esse desvendamento do sujeito social e político por trás de cada veículo e de cada informação. Esse desvendamento pode ocorrer especialmente no confronto de versões de diferentes meios, no acompanhamento da linha editorial dos próprios veículos e com base em uma informação política e teórica de que o jornalismo não é imparcial, neutro ou puramente objetivo.

Esse processo coletivo de produção da informação, que se objetiva, entre outras formas, no modo de apreensão do gênero notícia e do lead, permite sob a ótica de Genro Filho, a possibilidade de um exercício crítico. Embora, contraditoriamente, essa produção crítica esteja inserida em uma política editorial conservadora. Genro Filho (2007) afirma que a própria realidade de muitos fatos sociais demandam processos de particularização que convidam ao questionamento do *status quo* e da revelação da dialética presente no próprio fato social. O jornalista, ao saber captar esse potencial que “emana da própria realidade” e expor sob a forma da singularidade pode particularizar o fato de forma mais crítica, a partir dos elementos que compõem esse mesmo fato. Estaria a cargo dos jornalistas reconhecer que a singularidade não é somente uma certeza sensível, mas a constituição, perante o cotidiano e com a linguagem que simula a linguagem cotidiana, da relação que vai do abstrato ao concreto, sem necessariamente passar pela ciência ou pela arte.

No momento em que escreveu, Genro Filho estava preocupado em alertar jornalistas críticos de que o lead, compreendido por essa nova ótica, pode ser veículo de transformação da realidade; e preocupado em explicar para os jornalistas que sabem fazer o lead de que se não alterarem a forma como compreendem a produção dos fatos sociais (a relação fenômeno e essência) não poderão realizar um jornalismo diferente do corriqueiramente feito. Genro Filho percebe que nessa estrutura de linguagem mais próxima do cotidiano estaria a chave para compreender o jornalismo criticamente e que, diferente dos críticos, o movimento do abstrato ao concreto, o movimento do conhecimento do marxismo pode ser realizado nessa atividade cotidiana.

Temos condição de avaliar o acerto do teórico e, simultaneamente, de estabelecer, com base nessa conjugação de valores, como o jornalismo (de quaisquer matizes políticas) pode fazer mais ou menos conhecimento. Contudo, a forma que permanece, no caso a notícia jornalística e o lead, mesmo centralizando como estrutura de linguagem pertinente para a exposição da singularidade, não é a única medida para afirmar o que é mais ou menos conhecimento no jornalismo e de quando é possível passar do abstrato ao concreto. Há um formalismo que perpassa a teoria de Genro Filho, que se caracteriza pela centralidade do gênero notícia em sua teoria. O maior problema está na caracterização fixa de que a singularidade é representada formalmente pelo gênero notícia e que os demais gêneros jornalísticos seriam manifestações da particularidade do fato – caso da reportagem, ou caminhariam para outras formas de conhecimento nas fronteiras com a arte e a ciência. Essas afirmações de Genro Filho geram consequências que perpassam todo o texto. Se a notícia é resultado de trabalho humano (como é a mercadoria para Marx), a relação deve ser deslocada para as condições de produção, circulação e consumo dessa notícia. Em suma, o que está em jogo é o processo de singularização e de particularização, movimento que leva do particular ao singular e do singular ao particular. Esse processo caminha para uma generalização crescente, o que significa a constante qualificação do singular, o que demanda mais conhecimento tanto dos processos de produção da notícia como das causalidades do fato social apresentado.

Retomando o que investigamos anteriormente com base em Lukács (1966c), a maneira de escapar à certeza sensível e à indizibilidade de um dado acontecimento/ fato social está no infinito processo de aproximação à manifestação da singularidade, de tal forma que haja uma superação contínua da imediatez, que se transforma em uma nova imediatez, superior e posta. Assim, a cada nova aproximação

é possível realizar correções, estabelecer mediações mais qualificadas, compreender novas causalidades e, desta forma, qualificar a singularidade, exigindo cada vez mais novas formas de particularizações e, por conseguinte, um movimento contínuo de entendimento à totalidade. Nessa fórmula é possível compreender, por exemplo, o exercício do jornalismo ao noticiar um dado fato novo, um acontecimento inesperado, e não haver muito a dizer inicialmente para além da detecção do fato. Em seguida, com apurações, novas questões e informações, os jornalistas avançam para novas notícias, singularidades que vão complexificando e tornando cada vez mais único aquele fato. O que se desdobra em novas notícias, reportagens, comentários, opiniões de especialistas, charges, gerando um regime discursivo cada vez mais integrado para responder à necessária explicação desse acontecimento. Quanto mais superior for a singularidade, ou seja, quanto mais ela envolver e impactar sobre a totalidade das relações sociais, maior o valor notícia que adquire. Notemos, não estamos mais falando apenas de uma notícia, mas como o valor notícia, o processo de aproximação constante dessa singularidade posta e superior mobiliza vários gêneros e várias notícias.

Outra característica do jornalismo está no processo de apuração de um dado fato ou conjunto de fatos com a finalidade de lançar um grande acontecimento, um furo, uma revelação. Os jornalistas podem trabalhar meses, ou em muitos profissionais, para confirmar uma suspeita, ou apresentar uma denúncia. E quanto maior o impacto político e econômico dessa reportagem ou dessa notícia, maior a responsabilidade demandada aos jornalistas que assinam o texto e maior a responsabilidade do jornal. A notícia, ou série de reportagens traz o conjunto de mediações estabelecidas pelo fato não para subordinar a singularidade, mas como singularidade, singularidade mediada e, por isso, superior. Portanto, mais conhecimento.

Em outro aspecto, os jornalistas são os produtores das informações que revelam, porém muitas vezes agem como divulgadores, canais de exposição para o cotidiano dos resultados da ciência e da arte, por exemplo. Ou de uma investigação do Ministério Público e da Polícia Judiciária. Novamente o conhecimento está em jogo, mas agora não mais somente na esfera jornalística. O papel do jornalista passa a ser compreender as mediações que fazem dessas atividades determinantes para a vida dos sujeitos, as condições da produção exotérica.

Ademais, o jornalismo, contraditoriamente, trabalha com a rotina de informações que media as relações com o cotidiano. São fatos pré-estabelecidos, com mediações na vida produtiva dos sujeitos: a previsão

do tempo, as datas festivas, as eleições, os rituais políticos, as informações das bolsas de valores. Da mesma forma, o jornalismo estabelece previsibilidades, por vezes verdadeiros espetáculos midiáticos que se voltam sobre a agenda pública, como os esportes, as grandes apresentações culturais, o lançamento de determinado produto da indústria cultural, as campanhas sociais e empresariais de relevo.

Em cada uma dessas formas de manifestação das informações no jornalismo (independente do gênero), a notícia é estruturante, porém a consolidação do relato, necessariamente, não precisa ocorrer pelo gênero notícia (SILVA; PONTES, 2009). Não são poucos os exemplos de entrevistas que se transformam em notícia, dos perfis que revelam aspectos que singularizam mais um indivíduo e fatos em que está envolvido. A pertinência de uma análise política, de um jornalista importante ou de um especialista não perde seu caráter de notícia. Com o surgimento do gênero notícia, o sentido se desloca da forma do texto (não importando a mídia em que é produzido), para o conteúdo dos fatos sociais. O gênero notícia não significa apenas o modo mais característico do singular-significativo, mas também a mediação mais básica para expor o conteúdo e, a partir dela, sob sua égide valorativa, aprofundar o singular. O fato jornalístico já é uma singularidade posta e essa singularidade pode surgir com valor notícia em outros gêneros jornalísticos, em outros formatos<sup>176</sup>.

Sob esse ângulo de análise, a reportagem não está subordinada à particularidade. É certo quando Genro Filho afirma que características da mediação, do próprio ato de produção da notícia bem como de estruturação dos fatos sociais estão presentes nessa abordagem. Porém, não é possível afirmar que isso seja, necessariamente, particularidade. A “maior riqueza de nuances e detalhes”, o “quadro mais complexo da *situação* na qual o fato foi gerado” não significam, necessariamente, que se atingiu a particularidade. Mas que há um processo de qualificação da singularidade, de articulação para o cotidiano de informações que ressignifica o fato social, o suficiente para gerar um novo fato jornalístico. Essa situação acontece porque não somente o texto (e sua diversidade) determina um ato como singular. O modo de exposição das reportagens sob o regime do valor notícia e o modo de consumo de tais

---

<sup>176</sup> Porém, voltamos a enfatizar, o gênero notícia é o elemento básico do jornalismo contemporâneo. Mudar a forma de conceber a notícia abrange a maior parte do trabalho dos jornalistas. Compreendemos, somada a essa premissa, que a concepção dada à notícia por Genro Filho pode ser estendida para a compreensão de todo o jornalismo.

informações implicam na forma desse texto como singularidade. Um jornalista não espera que a apreensão estética ou científica prepondere ao apresentar uma grande reportagem. Não está em seu pôr esse intento. Da mesma forma, não está no pôr dos leitores e leitoras, em um processo de recepção tipicamente jornalística que eles estão consumindo sob outra totalidade que não a jornalística. Mesmo que o conteúdo abordado esteja aprofundado nas mediações, há uma relação de imediatividade que se mantém na própria recepção jornalística, demandando outras formas de agir que não a análise, a avaliação pelos pares, o acúmulo de conhecimento, o enquadramento em determinado estilo, etc, etc.

É nessa relação que podemos avançar para caracterizar o jornalismo como uma prática que se espalha para outros campos, estabelecendo relações de complexidade com outros complexos e estabelecendo mediações pertinentes para a vida social. Por outro lado, a própria gênese do jornalismo informativo moderno e da profissão dos jornalistas traz as marcas de seu desenvolvimento no interior do capitalismo. O jornalismo organizou-se, majoritariamente no mundo ocidental como empresa e a notícia é concebida como *commodity* (SODRÉ, 1996). Os jornalistas<sup>177</sup> não estão apenas no interior das redações, mas trabalham também como relações públicas para produzir informação, imagem, publicidade travestida de jornalismo (RUBLECKI, 2009). As organizações de governo de diferentes esferas, o judiciário, as empresas e principais movimentos sociais já dispõem de veículos jornalísticos próprios e de equipes de jornalistas para a articulação de fatos sociais pertinentes a essas coletividades e à atividade jornalística. A preparação e a diversificação das fontes de notícias é outro fator que se acentuou com a midiaticização da vida em sociedade. A vida cotidiana em suas diferentes manifestações está cada vez mais vinculada à informação, tanto ao consumo quanto à produção de conteúdos, resultado da crescente convergência midiática e de sua portabilidade. O resultado é a integração e a dinamização do jornalismo, já que a produção sob o regime da imediatividade e da singularidade é cada vez mais intenso e modelador do comportamento social. Desse modo, verifica-se uma inflação do jornalismo para além de sua capacidade de mediação. As empresas jornalísticas são cada vez mais retiradas do

---

<sup>177</sup> Essa situação ocorre no Brasil, em que os jornalistas também exercem a atividade de assessoria de imprensa. Em Portugal, por exemplo, essa dupla função é vetada.

centro de referência, o que, por conseguinte, gera reações e ações políticas de diferentes esferas.

Cada um desses elementos devem ser aprofundados e esmiuçados, pois envolvem uma compreensão do jornalismo em sua totalidade, como complexo de complexos, e que, portanto, articula relações que excedem o ato jornalístico e o relato noticioso – sua manifestação mais típica. Trata-se de estabelecer a singularidade como o elemento central para compreender o regime de valor entre os textos jornalísticos e também da própria organização dos jornalistas, com vistas a estabelecer em que circunstâncias os jornalistas produzem mais ou menos conhecimento. Entender essa chave teórica que Genro Filho nos oferece permite uma compreensão metodológica da prática jornalística, epistemológica e também sociológica, da própria organização dos jornalistas como profissão.

## CONCLUSÕES

Os estudos em história social, ou em sociologia histórica, têm por substrato metodológico o julgamento das teorias de um autor clássico no interior do quadro de referências desse autor perante o contexto linguístico, político, econômico e cultural da obra e de sua época. Trata-se de referências biográficas e de mediações que se interpõem entre o sujeito e sua época, nos diálogos com o seu público e com seus interlocutores. Normalmente, esses estudos enfatizam o ato de produção e as formas de recepção, por vezes permitindo compreender o modo como as ideias são adaptadas a contextos e realidades distintas, por pessoas inimagináveis e aplicações que permanecem aquém ou além das intenções de quem concebeu essas ideias.

O debate que se trava, porém, nessa modalidade exclusiva de pesquisa histórica, é de que a análise conceitual, propriamente filosófica, deve ser evitada. A possibilidade de estudos históricos que conjuguem ou se norteiem por questões do presente, trabalhando os conceitos na realidade em que o pesquisador está e almejando, no ato de compreender, uma transformação ou a indicação de linhas de força possibilitadas por essa transformação, são escandidos. A análise da estrutura conceitual, de sua validade lógica, tensionando dialeticamente a proposição filosófica de sua articulação histórica são consideradas pouco científicas. O que torna o ensejo de estudar a história de uma teoria e de uma ideia um estudo compreensivo das condições dessas ideias no tempo e no espaço, mas não na possibilidade crítica, de julgamento, em analisar o contexto de suas proposições e de sua recepção para oferecer uma contribuição teórica. O estudo crítico perde espaço para o histórico-social, mesmo que a proposta do primeiro, em uma análise marxista da história, seja indissociável do segundo. E que, sem dúvida, o segundo precisa ser trabalhado com todo o rigor sob o risco de invalidar o primeiro.

Nesse aspecto, uma dificuldade metodológica atravessou a tese em suas partes, invadiu até mesmo seu título e tencionou a produção desse material. Até que ponto uma análise puramente crítica perde sua validade histórica por ficar presa à análise filosófica no forjar das categorias? E como superar uma análise puramente acontecimental dos fatos, extraíndo de suas possibilidades históricas concretas, o estabelecimento de conceitos e formas de interpretar a prática analisada de forma filosófica, em contato com o gênero? Em suma, estamos falando da dialética da gênese e dos conceitos, da forma como as ideias

são formuladas e encontram materialidade e como, na análise histórica, elas se voltam para a necessidade de oferecer novas ideias para repensar e interferir em uma nova materialidade.

Dividida em duas partes, separada por título e subtítulo, nossa pesquisa teve a intenção de estruturar, com os recursos que dispusemos e com as condições intelectuais que reunimos, um estudo que transparecesse formalmente essa duplicidade. Como que respondendo a dois senhores, a dois referenciais, mas que somente podem ser entendidos na urdidura de suas conexões, na dialética de suas relações, nas possibilidades de ler a principal teoria sobre o jornalismo já feita no país em um estudo teórico e filosófico que entenda as ideias em seu lugar, mas dialogue com elas, tensione para as direções que vemos no presente. Como um estudo que se abre, as superações, sem dúvida, não estão aqui, estão aí, na mente de quem resistiu e percorreu todas essas páginas, cada meandro, cada repetição, cada encontro com contextos que colocam “O Segredo da Pirâmide”, a vida de Genro Filho, e as recepções de algumas de suas ideias, em outra mediação, em outra particularidade.

No primeiro capítulo, apresentamos uma tese de fundo, de que o livro de Genro Filho não responde somente à interpretação marxista do jornalismo que vigorava até aquele momento, mas, principalmente, que o livro também responde às posições de força no interior do jornalismo brasileiro. Havia a necessidade de respostas para os estudantes e jornalistas que buscavam a formação no Jornalismo. Porém, o livro transcende essa resposta imediata ao se estudar a história dos conflitos de posições no interior do jornalismo brasileiro, de sua modernização e industrialização, das posições hierárquicas que se estabelecem no interior do jornalismo e no modo como a formação em jornalismo dialoga com essas posições na relação entre “profissionais, empresários e acadêmicos”. A resposta marxista para compreender o jornalismo, por outro lado, era o resultado de uma reflexão anterior e paralela que o autor realizava criticamente sobre o marxismo. Nesse sentido, sem dúvida, o texto também transparece conceitos de conflitos que estão além dele, para constituir uma teoria sobre uma forma de apreensão simbólica da realidade integrada a um projeto de transformação social. Entretanto, a compreensão dessa dimensão presente no projeto de Genro Filho somente pode ser observada no quarto capítulo. É quando analisamos mais detidamente os conceitos que estruturam o entendimento que Genro Filho tinha do marxismo é que pudemos, finalmente, mostrar que as categorias do jornalismo, as respostas para as mediações presentes nessa prática profissional, articulava os dois

projetos do autor, as duas teses de fundo. Mudar o jornalismo é parte da mudança necessária do marxismo e, mudar o jornalismo é transformar as concepções dos jornalistas sobre suas práticas.

Por isso a impossibilidade de desvincular um projeto para o jornalismo de um projeto mais amplo, de transformação da sociedade. Nesse sentido, fazemos dialogar o capítulo 3 e a parte 2 para demonstrar que a separação da teoria de sua base filosófica marxista retira as categorias de seu lugar e desloca seu projeto originário de transformação social. Podemos afirmar que o modo de apropriação tendeu a afirmação do jornalismo como forma de conhecimento para estruturar a validade acadêmica do ensino e da pesquisa em jornalismo, deixando para segundo plano a formação de jornalistas mais críticos ao sistema de mercado que lhes é imposto. A simplificação das categorias e o uso recorrente de máximas presentes no livro em textos acadêmicos e políticos serviram como uma reificação de parte dos propósitos que mobilizaram a teoria.

O mapa que estabelecemos diante da análise da institucionalização da teoria, da trajetória de seus principais divulgadores e do perfil daqueles que citam “O Segredo” nos permitiu oferecer uma análise de quem são e quais as principais instituições que produzem sobre “O Segredo”. A resenha das edições dos principais manuais, livros e revistas de teoria do jornalismo reforçam os dados apresentados na análise sobre os textos que citam “O Segredo”, de que as teorias do jornalismo e a defesa da autonomia acadêmica do jornalismo são defendidas predominantemente por professores e pesquisadores de cursos de Jornalismo de universidades gaúchas e da UFSC. E que parte significativa das pessoas que ocupam posições de destaque na academia, que defendem Teorias do Jornalismo e que citam “O Segredo” são formados no Rio Grande do Sul.

O “Segredo da Pirâmide” também é parte de um percurso intelectual em que a proposição filosófica não se dissociou da vida política. Os conceitos que embasam o livro tem relação com os embates que o autor travava no interior do marxismo e demonstram parte de suas posições frente às obras de Marx. Principalmente a preocupação com a ideia de autonomia intelectual, de liberdade e de práxis. O jornalismo, como um objeto relativamente secundário para suas ambições, foi potencializado pelas questões que emergiam de sua interpretação ontológica e epistemológica. Nesse sentido, o livro se converteu no testemunho mais acabado do pensamento do autor. Essas posições intelectuais foram aqui apresentadas e polemizadas perante o diálogo

crítico que Genro Filho estabeleceu com as fontes que utilizou, em especial, para o nosso intento, com a obra de Lukács.

As concepções ontológicas do autor (ao conceituar fenômeno, fato social e fato jornalístico, ou redefinir a relação de qualidade e quantidade nos valores notícia, analisar a posição do objetivo e subjetivo, da ideologia e da necessidade social da notícia) oferecem um substrato teórico e metodológico que redimensiona os posicionamentos que o autor detinha frente às mediações propriamente jornalísticas que precisava enfrentar. Principalmente, nos permite aferir que uma posição ideologicamente dirigida da teoria não anula a atividade epistemológica, ao contrário, visto que a qualidade epistemológica fortalece a potencializa a teoria nas respostas “ao que fazer?”.

As bases filosóficas em que Genro Filho busca sua definição de conhecimento nos permitem questionar se o jornalismo atende aos requisitos de diferenciação do cotidiano e dos processos de mediação do cotidiano para ser uma forma de conhecimento. Quer seja, se o jornalismo não é um simples veículo de tradução dos conhecimentos realizados em outras totalidades do ser social e, por isso, não produz conhecimento próprio e legitimado. A partir das considerações do autor, somente uma parte do jornalismo pode ser conhecimento, a depender das circunstâncias de produção (e de recepção, incluíramos). O jornalismo permaneceria como uma potência, uma possibilidade a ser construída pelos jornalistas e pela sociedade. Essa seria a razão de ser do jornalismo como projeto ético e teórico, porém não responderia à natureza ontológica daquilo que é produzido pelo jornalismo. Ou seja, mesmo o falso, o desnecessário, o manipulador, a reprodução reificada das ideologias dominantes, realizaria a funcionalidade principal do jornalismo e responderia a uma necessidade tanto de grupos dominantes como do próprio público. E as teorias do jornalismo não têm por tarefa apenas direcionar a prática para o melhor jornalismo, mas também reconhecer como há uma trama histórica que faz do jornalismo partícipe, por exemplo, do processo de ideologia da burguesia enquanto classe, da indústria do consumo e da possibilidade de gestão dos gostos. O jornalismo pode responder a outras necessidades em determinado tempo e lugar, associadas ou não à necessidade universal da informação. Pode também negar essa necessidade ou a manter como justificativa para a realização de outros interesses. Nesse sentido, quais são os projetos acadêmicos e profissionais dos jornalistas brasileiros para sustentar e promover o jornalismo como forma de conhecimento em seu sentido mais puro? Visto ser essa uma das justificativas para que o

jornalismo, como prática profissional e acadêmica, busque uma reserva e defenda uma especificidade no atendimento ao público.

Nesse processo de integração das diferentes táticas que mobilizaram cada capítulo e cada tópico, este estudo oferece o que consideramos as principais implicações da teoria de Genro Filho. E, ao oferecer as implicações, os fundamentos e as consequências, sugere possibilidades teóricas para a análise de questões que atravessam o jornalismo brasileiro. Apresenta também a pertinência da análise ontológica e epistemológica para o entendimento do jornalismo e direcionamento de sua prática profissional e de pesquisa. Atenta, principalmente, para a necessidade de abismar a teoria, aprofundar o questionamento sobre a prática e profanar o que se apresenta como intocado, sagrado. Esse é o segredo.



## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. **The System of Professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABEPEC - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. A proposta da ABEPEC. In: MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (Org.). **Ideologia e Poder: no ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, 1979. p. 75-85.
- ABRAMO, Claudio. **As Regras do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ABREU, Alzira (org); RAMOS, Plínio de Abreu; FERREIRA, Marieta Moraes; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ADEDE Y CASTRO, João M. **Adelmo Simas Genro**: um defensor da democracia e dos direitos humanos. Santa Maria: Palotti, 2008.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10 - n.20 - p. 100 a 115 - jan./jun. 2010. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20\\_Albuquerque.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.
- ALBUQUERQUE, A. . O copy desk e o diploma: a retórica do profissionalismo como "purificação moral" no jornalismo brasileiro.. In: Igor Sacramento; Fernanda Lima Lopes. (Org.). **Retórica e mídia**: estudos ibero-brasileiros. Florianópolis: insular, 2009, p. 279-289.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **Eco (UFRJ)**, v. 11, p. 95-116, 2008. Disponível em: <[http://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/987](http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/987)>. Acesso em 10 jun. 2014.

ALBUQUERQUE, Afonso; HOLZBACH, Ariane Diniz . Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da Folha de S. Paulo. **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo), v. 14, p. 149-170, 2008. Disponível em: < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/141>>. Acesso em 18 jun. 2014.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

AMARAL, Márcia F (Org.) et al. **Olhares sobre o Jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: Facos, 2007.

AMOROSO LIMA, Alceu. **O Jornalismo como Gênero Literário**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

AQUINO, João E. Fortaleza de. Diferença e Singularidade: notas sobre a crítica de Hegel a Spinosa. **Philosophica**, n. 26, p. 109-136, Lisboa, 2006. Disponível em: < <http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/28/7.pdf>>. Acesso em 13 out. 2014.

ASEFF, Marlon Gonsales. **Retratos do Exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento – Rivera (1964-1974)**. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BAKTHIN, Mikail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBOSA, Marialva. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. In: CUNHA, Isabel F; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge P. **Pesquisa em Media e Jornalismo: homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã (Portugal): Labcom/ UBI, 2012. Disponível em: < [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20121127-jorgepedrosousa\\_homenagem\\_traquina.pdf#page=20](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf#page=20)>. Acesso em 20 jul. 2013.

BARCELLOS, Marília de Araújo. Marcos e rastros de uma trajetória na história editorial no Sul do Brasil. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1473-2.pdf>>. Acesso em 06 fev. 2013.

BARICHELO, Eugenia Mariano R; MARTINS, Ana Paula.  
**Trajatórias**: memórias do curso de Comunicação Social da UFSM. Santa Maria: Facos/ UFSM, 2005.

BARTHES, Roland. A Estrutura da Notícia. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BERGAMO, Alexandre. **A Escrita do Presente**: Mudanças no Jornalismo e nas Formas de Contato com a Cultura. Florianópolis, 2012.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, Aug. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132011000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 Jun. 2014.

BERGANZA CONDE, Maria. **Comunicación, opinión pública y prensa en la sociología de Robert E. Park**. Navarra (Espanha): Centro de Investigaciones Sociologicas, 2000.

BERGANZA CONDE, Maria. A Contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias sociais da imprensa Vol2. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008, p. 15-32

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias sociais da imprensa Vol2. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

BERNI, Antônio A. Durgante. **Fim do Pragmatismo**: as relações entre Estado e ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1968). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/ppgsociais/docs/dissertacoes/antonio-durgante.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2013.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **História** (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007. Disponível em: < [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7147/1/ARTIGO\\_TecnicasPoderDisciplinas.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7147/1/ARTIGO_TecnicasPoderDisciplinas.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2014.

BONA, Nívea Cavali. Meditsch e o conhecimento do Jornalismo - 15 anos depois. VII Congresso da Intercom Sul. **Anais...** Passo Fundo (RS), 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0582-1.pdf>>. Acesso em 16 set. 2014.

BORGES, Vera; DELICADO, Ana. Discípulos de Apolo e de Minerva: vocações artísticas e científicas. In: DELICADO, Ana; BORGES, Vera; DIX, Steffen (Orgs.). **Profissão e vocação**: ensaios sobre grupos profissionais. Lisboa: ICS, 2010, p. 209-245.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: **Razões Práticas**. Campinas: Papiurus, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre/ São Paulo: Edusp/ Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: Edufsc, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 910 de 30 de Novembro de 1938. Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas. **D.O.U.** Rio de Janeiro, 1938. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 13 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.480 de 1943. Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências. **D.O.U.** Rio de Janeiro, 1943. In: BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Brasília, 2014. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=16112>> . Acesso em 12 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº. 4.117 de 27 de Agosto de 1962. Lei das Telecomunicações. **D.O.U.** Brasília, 1962. In: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2014. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm)>. Acesso em 27 out. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. **D.O.U.** Brasília, 1967. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 5.250 de 09 de Fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. **D.O.U.** Brasília, 1967b. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 972 de 17 de Outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. **D.O.U.** Brasília, 1969. In: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2014. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm)>. Acesso em 17 out. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **D.O.U.** Brasília, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** In: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2014. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 07 dez. 2014.

BRASIL. Lei n.º 8.389 de 30 de Dezembro de 1991. Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. **D.O.U.** Brasília, 1991. In: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2014. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18389.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18389.htm)>. Acesso em 17 nov. 2014.

BRASIL. Lei n.º 8.997 de 06 Janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. **D.O.U.** Brasília, 1969. In: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2014. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18977.htm)>. Acesso em 17 nov. 2014.

BRONOSKI, Marcelo Engel. **Manuais de Redação e jornalistas:** estratégias de apropriação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Manuel Villaverde; BORGES, Vera. Muitos são os chamados, poucos os escolhidos: entre a vocação e a profissão de arquitecto. In: DELICADO, Ana; BORGES, Vera; DIX, Steffen (Orgs.). **Profissão e vocação**: ensaios sobre grupos profissionais. Lisboa: ICS, 2010, p. 147-177.

CALDAS, Graça. O Latifúndio do Ar - Mídia e Poder na Nova República. XIX Congresso da Intercom. **Anais...** Londrina, 1996. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/544bde042ec513a2743cdf952d7bfd43.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2014.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CÁTEDRA UFSC RBS. **A História da Cátedra**. Youtube. 26 mar. 2012. 9'23". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=I8jWWuFgJeg>> Acesso em 26 dez. 2014.

CHAER, Márcio. Comissão Constitucional deve propor pluralidade sindical. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno, 12 de fevereiro de 1986, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=chaer&site=fsp&periodo=acervo&x=12&y=12>>. Acesso em 21 out. 2012.

CHALABY, Jean L. **The Invention of Journalism**. Basingstoke: Macmillan; New York: St Martin Press Edited collection, 1998.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CLARK, T. J. **A Pintura da Vida Moderna**: Paris na arte de Manet e de seus seguidores. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital**: crise no marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/335\\_Uma%20esquerda%20para%20o%20capital%20-%20Eurelino%20Coelho.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/335_Uma%20esquerda%20para%20o%20capital%20-%20Eurelino%20Coelho.pdf)>. Acesso em 25 out. 2012.

COLÉGIO ESTADUAL DE SÃO BORJA. **História do Colégio Estadual de São Borja**. São Borja, 20???. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.cesb.sja.relrs.g12.br/nossa\\_escola.html](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.cesb.sja.relrs.g12.br/nossa_escola.html)>. Acesso em 30 dez. 2013.

CONCEIÇÃO, Francisco G da. Porque (re) ler os manuais de redação e estilo. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-jornalismo-francisco.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 1, n. 1, p. 7-8, 1980.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: Para uma ética da Informação. Lisboa: Piaget, 1999.

COSTA, Caio Túlio. A ingênua disputa. **Folha de S. Paulo**, Caderno Folhetim, nº. 394, 05 ago. 1984, p. 8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em 20 out. 2012.

COSTA, Caio Túlio. Profissionais da imprensa pedem fim da lei do diploma. **Folha de S. Paulo**, Dossiê Folha, 20 fev. 1986, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/02/20/2>>. Acesso em 21 out. 2012.

COSTA, Caio Túlio. **O Relógio de Pascal**. São Paulo: Siciliano, 1991.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, Jornalismo e Nova Mídia**: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.

COSTA, Gilmará; ALCÂNTARA, Norma (org). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol 17. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 33-48.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo** – comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DELLA VECCHIA, Renato da Silva Della. **O Ressurgimento do Movimento Universitário Gaúcho no Processo de Redemocratização**: as tendências estudantis e seu papel (1977-1985). Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Delegacia de Santa Maria. **Relatório**: Pronunciamento de Adelmo Genro Filho. Realizado pelo delegado Tude Tupi da Fonseca. Santa Maria, 1979.

DIAS, Robson. Ora, sim; ora, não! O diploma de Jornalismo em várias fases do processo de profissionalização da atividade jornalística no Brasil. **Mediação**, Vol. 15, Nº 17 - julho/dezembro de 2013. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/1839>>. Acesso em 17 jun. 2014.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal**: uma releitura. 4ª Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DINES, Alberto. Alberto Dines. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DONOS DA MÍDIA. A História do Projeto (1987-2008). **Donos da Mídia**. Coordenação de James Görgen. Porto Alegre, EPCOM, 2008.

DOSSE, François. **Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009

DUARTE, Jorge. Entrevistas. In: BARROS, A; DUARTE J (orgs). **Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. **Mana**, v.7, n. 1, p. 89-116, Rio de Janeiro, 2001b. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em 02 fev. 2014. EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação . Biografia. **Adelmo Genro Filho**. Porto Alegre, 2000. Disponível em:<[www.adelmo.com.br](http://www.adelmo.com.br)>. Acesso em 05 set. 2012.

ETGES, Helio A. Daniel Herz. In: MARQUES DE MELO, José (coord); RAHDE, Maria Beatriz (org). **Memória das Ciências da Comunicação: o Grupo Gaúcho**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1997.

FACCIN, Danielle. **Seguindo os trilhos do trem: a influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/RS**. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais...**, São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2992>>. Acesso em 27 dez. 2013.

FARO, José Salvador. **Realidade, 1966-1968**. Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FAUSTO, Ruy. **Dialética Marxista e Dialética Hegeliana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Governo Sarney: 527 outorgas em menos de 3 anos de governo**. Brasília, 01 mar. 1988. Disponível em: < <http://donosdamidia.com.br/media/documentos/527Outorgas.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2014.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Bases de um Programa Nacional de Estímulo à qualidade da Formação em Jornalismo**. Congresso Nacional dos Jornalistas (extraordinário). Vila Velha (ES), FENAJ, 1997. Disponível em: <[http://www.fenaj.org.br/educacao/programa\\_qualidade\\_ensino\\_2004.pdf](http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2004.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2014.

FERNANDES, Florestan. Apresentação Desnecessária. GENRO FILHO, Adelmo. In: GENRO FILHO, Adelmo (Org). **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre: Tchê!, 1987. p. I-IX.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em Construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FIM DO DIPLOMA OBRIGATÓRIO É BEM RECEBIDO. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno, 13 de fevereiro de 1986, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/02/12/2/>>. Acesso em 21 out. 2012.

FNDC. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Entidades Associadas ao Fórum até 17/09/2014**. Brasília, FNDC, 2014. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/forum/entidades-associadas/>>. Acesso em 20 out. 2014.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Um Conceito para Jornalismo: conhecimento singular ou senso comum? **Revista Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 171-182, jul-dez/ 2000. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/05/pdf\\_575428d424\\_0016611.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_575428d424_0016611.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

FORNAZIERI, Aldo. Nota sobre Adelmo Genro Filho. In: GENRO FILHO et al. **Filosofia e Práxis Revolucionária**. Cadernos de Formação Marxista 2. São Paulo: Brasil Debates, 1988. p. 7-22.

FORTES, Ronaldo V. **As Novas Vias da Ontologia em Gyorgy Lukács**: as bases ontológicas do conhecimento. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema – Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FRANCIS, Paulo. A batalha da imprensa. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustrada, 6 de outubro de 1986, p. 27. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/1983/10/06/21/>>. Acesso em 21 out. 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Atualidade no Jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: < <http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2014.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens**: o itinerário de Lukács. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FRIAS FILHO, Otávio. Vampiros de Papel. **Folha de S. Paulo**, Caderno Folhetim, nº. 394, 05 ago. 1984, p. 3-4. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em 20 out. 2012.

FRIAS FILHO, Otávio. Otávio Frias Filho. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FRIEDSON, Eliot. Para uma Análise Comparada das Profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Tradução de João Roberto Martins Filho. 19º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu (MG), 1995. Disponível em: < [http://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes\\_1996.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes_1996.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI. Presidência e Diretoria. **Presidente**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.fcp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=132>>. Acesso em 23 fev. 2014.

GADINI, Sérgio L. **Jornalismo e acontecimento**: a produção de sentido no discurso da informação. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

GADINI, Sérgio L. **Interesses Cruzados**: a produção da cultura no jornalismo brasileiro. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2004.

GARCIA, José Luís (org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: ICS, 2009.

GASPAR, Ronaldo. Breve Nota Sobre Ontologia: Críticas e Proposições de Lukács acerca das Relações entre Ontologia e Ciências Particulares. In: COSTA, Gilmara; ALCÂNTARA, Norma (org.). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. p. 129-174.

GENRO, Adelmo Simas. **Um tal Mathias Capador**. Santa Maria: Martins Livreiro, 1983.

GENRO, Tarso F. Tarso Genro – entrevista. **Revista Press Adventuring**. 201?. Disponível em: <[http://www.revistapress.com.br/root/materia\\_detalle.asp?mat=501](http://www.revistapress.com.br/root/materia_detalle.asp?mat=501)>. Acesso em 25 dez. 2013.

GENRO, Tarso F. “Com oito anos eu fazia campanha política”. Depoimento dado a Moises Mendes. **Zero Hora**, Jornal da Eleição, 11 set. 2002, p. 4-5. Disponível em: <[http://www.clicrbs.com.br/zerohora/swf/especial\\_tarsogenro\\_governador/santamaria.pdf](http://www.clicrbs.com.br/zerohora/swf/especial_tarsogenro_governador/santamaria.pdf)>. Acesso em 28 dez. 2013.

GENRO, Tarso. Cem anos de Lukács. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 7, p. 89-101, 1985.

GENRO, Tarso; GENRO FILHO, Adelmo. **Lênin**: coração e mente. 3ª Edição. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

GENRO FILHO, Adelmo. A Democracia como valor Operário e Popular (Resposta a Carlos Nelson Coutinho). In: SILVEIRA, Ênio et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol 17. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. **Curriculum Vitae**. Entregue por ocasião do concurso realizado na UFSC. Florianópolis/ Santa Maria, 198?.

GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 1, n. 1, p. 81-95, 1980.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre Engels e o dogmatismo. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 1, n. 3, p. 112-144, 1980b.

GENRO FILHO, Adelmo. Em Tempo: um passo atrás, outro também. In: GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos. **Polêmica 1**. Santa Maria: [edição própria datilografada], 1982. p. 29-76.

GENRO FILHO, Adelmo. Em Tempo: um passo atrás, outro também. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 5/6, p. 60-75, 1984a.

GENRO FILHO, Adelmo. Nota sobre o artigo de João Machado. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 5/6, p. 80-81, 1984b.

GENRO FILHO, Adelmo. A Ideologia da Marilena Chauí. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 7, p. 69-88, 1985.

GENRO FILHO, Adelmo. Anotações à Margem das “Três Fontes” do Marxismo. In: GENRO, Tarso; GENRO FILHO, Adelmo. **Lênin**: coração e mente. 3ª Edição. Porto Alegre: Tchê!, 1985b.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. **Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987a.

GENRO FILHO, Adelmo. **Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1987b.

GENRO FILHO, Adelmo. **Sem Título**. Versão em áudio. Palestra proferida no Encontro Regional dos Estudantes da Comunicação (ERECOM). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987c.

GENRO FILHO, Adelmo. **Sem Título** (Transcrição sem revisão final). Versão datilografada. Palestra proferida no Encontro Regional dos Estudantes da Comunicação (ERECOM). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987d.

GENRO FILHO, Adelmo. Teoria e Revolução. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 8, p. 32-53, 1987e.

GENRO FILHO, Adelmo. Contra o Socialismo Legalista (Resposta a Wladimir Pomar). In: GENRO FILHO, Adelmo (Org). **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre: Tchê!, 1987g. p. 7-29.

GENRO FILHO, Adelmo. Voltando à Crítica do “Socialismo Legalista”. In: GENRO FILHO, Adelmo (Org). **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre: Tchê!, 1987h. p. 59-112.

GENRO FILHO, Adelmo. Rumo à Estação Finlândia: o histórico visto pelo cotidiano. **Praxis**, Porto Alegre, Editora Tchê!, v. 5, p. 9-20, 1987i.

GENRO FILHO, Adelmo. A Filosofia Marxista e o Legado dos “Hereges”. In: GENRO FILHO et al. **Filosofia e Práxis Revolucionária**. Cadernos de Formação Marxista 2. São Paulo: Brasil Debates, 1988. p. 7-22.

GENRO FILHO, Adelmo. O Jornalismo já tem sua teoria. Adelmo Genro Filho abre um novo caminho para a reflexão. **Jornal Laboratório Zero**. Caderno Z Especial. Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, setembro de 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. O Jornalismo já tem sua teoria. Adelmo Genro Filho abre um novo caminho para a reflexão. **Revista Fenaj**, ano 1, n. 1, maio 1996. Disponível em: <  
<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Palestras/Jornalismo+Ja+Tem+Sua+Teoria.pdf>>. Acesso em 30 dez. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 160-163, jan-jun, 2004a. Disponível em: <  
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5984/5453>>. Acesso em 20 mai. 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre Jornalismo e Ideologia. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 164-167, jan-jun, 2004b. Disponível em: <  
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5984/5453>>. Acesso em 20 mai. 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. O Jornalismo e a crise da objetividade burguesa. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 175-177, jan-jun, 2005. Disponível em: <  
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5937/5408>>. Acesso em 20 mai. 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Palestra proferida no Encontro Regional dos Estudantes da Comunicação (ERECOM). In: AMARAL, Márcia F et al. **A Contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: FACOS, 2007, p. 79-102.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos; WEIGERT, Sérgio. **Hora do Povo**: uma vertente para o fascismo. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos. **Polêmica 1**. Santa Maria: [edição própria datilografada], 1982.

GENRO FILHO, Adelmo; MARQUES, Glauco. Nova República: Democracia dos Monopólios. **Praxis**, Porto Alegre, Editora Tchê!, v. 2, p. 43-52, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo; ARAÚJO FILHO, Afonso; OHLWEILER, Otto Alcides; DUARTE, Ozéas; WEIGERT, Sérgio; GENRO, Tarso. **Fazendo o amanhã**: Partido de Vanguarda, Política Revolucionária e Crítica da Economia. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GENTILLI, Victor. Seminário Debate Ensino de Jornalismo. **Observatório da Imprensa**. Diretório Acadêmico, 20 maio 1999. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da200599.htm#inicio>> Acesso 10 jun. 2014.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro entre 1950 e 1980: uma análise a partir do conceito de profissionalidade política. 1º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Brasília, 2003. Disponível em: <[www.sbpjor.kamotini.inghost.net/sbpjor/resumode.php?id=79](http://www.sbpjor.kamotini.inghost.net/sbpjor/resumode.php?id=79)>. Acesso em 15 out. 2012.

GINZBURG, Carlo. **A Microhistória e outros ensaios**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1991.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GONÇALVES, Elias Machado. **A Dialética do Discurso Jornalístico**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

GONÇALVES, Elias Machado. A simulação do fato jornalístico na galáxia dos fariseus. **Pauta Geral**, Salvador, n. 1, v. 1, p. 11-19, 1993.

GONÇALVES, Elias Machado. A Essência do Real nas Notícias. **Pauta Geral**, Salvador, n. 2, v. 2, p. 50-63, 1994.

GONÇALVES, Elias M. **La estrutura de la noticia en las redes digitales**: un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo. Tese (Doctorado en Periodismo y Ciencias de la Comunicación). Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, 2000. Disponível em: < [http://tede.ibict.br/tde\\_arquivos/1/TDE-2005-01-18T14:18:49Z-66/Publico/EliasMachadoGoncalves.pdf](http://tede.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2005-01-18T14:18:49Z-66/Publico/EliasMachadoGoncalves.pdf)>. Acesso em 26 ago. 2013.

GONÇALVES, Elias Machado. From Journalism Studies to Journalism Theories. Three assumptions to consolidate journalism as a field of knowledge. **Brazilian Journalism Research**, vol. 1, n°1, p. 11-23, jan-jun, 2005a.

GONÇALVES, Elias Machado. O Pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, 1º sem/ 2005b. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086/1826>>. Acesso em 24 set. 2014.

GONÇALVES, Elias M. O pioneirismo de Robert Park nas pesquisas sobre jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005c. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086/1826>. Acesso em 03 mai. 2014.

GONÇALVES, Elias Machado. A pesquisa brasileira em Jornalismo (1987-2007): um balanço. In: AMARAL, Márcia F (org) et al. **Olhares sobre o Jornalismo**: a contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: Facos, 2007. p. 51-75.

GOULART, Deraldo. **Jango em Três Atos** (vídeo). TV Senado, Brasília, 2008. Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?ind\\_clic\\_k=9&txt\\_titulo\\_menu=Document%Elrios&IND\\_ACESSO=S&IND\\_PROGRAMA=N&COD\\_PROGRAMA=3&COD\\_VIDEO=6803&ORDEM=0&QUERY=&pagina=11](http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?ind_clic_k=9&txt_titulo_menu=Document%Elrios&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=N&COD_PROGRAMA=3&COD_VIDEO=6803&ORDEM=0&QUERY=&pagina=11)>. Acesso em 05 jan. 2014.

GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, Redes e Partido**: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GRILL, Igor Gastal. Bases Sociais e Intérpretes da “Tradição Trabalhista” no Rio Grande do Sul. **Dados**: revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, nº 3, p. 525-557, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a03v48n3.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido**: Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, Josenildo Luiz. Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. In: Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação–Compós. **Anais...** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/Ensaio%20sobre%20o%20jornalismo.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo: da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética. XXII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2000. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>. Acesso em 07 ago. 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. Impasses entre teoria e prática: algumas provocações sobre procedimentos éticos e técnicos praticados no jornalismo. XXI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinas da Comunicação. **Anais...** Recife: Intercom, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1b51de591760a9d584a90ad41352323c.PDF>>. Acesso em 07 ago. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESER, Lúcio. Marinho contra a ditadura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Edição nº 55. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/marinho-contr-a-ditadura>>. Acesso em 20 fev. 2014.

HARDT, Hanno. **Social Theories of the Press**: Constituents of Communication Research, 1840s to 1920s. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

HARTOG, Simon. **Beyond Citizen Kane** (documentário). Londres, Channel 4, 1993.

HARVEY, David. **Para Entender o Capital Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUSER, Vanessa. **Jornalismo, Retórica e Dialética**: incursões teóricas. Dissertação (mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100451/311841.pdf?sequence=1>> Acesso em: 07 ago. 2013.

HAUSER, Vanessa. Jornalismo e singularidade: reflexões para uma “essência” dialética. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba: PUC-PR/ SBPJOR, 2012b. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/vanessa\\_hauser.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/vanessa_hauser.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio** – Volume 1: A Ciência da Lógica. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

HENN, Ronaldo. **Pauta e Notícia**. Canoas (RS): Editora da Ulbra, 1996.

HENRIQUES, Rafael Paes. Robert Park, Genro Filho e a questão do diploma em Jornalismo. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Vitória (ES), 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R19-0517-1.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2014.

HERZ, Daniel K. **A História Secreta de Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

HERZ, Daniel K. **Adelmo Genro Filho e o Jornalismo** (áudio). Palestra proferida no Seminário “Revolucionar o Marxismo: Tributo ao professor Adelmo Genro Filho”. Florianópolis, UFSC, 1988.

HERZ, Daniel K. Adelmo Genro Filho e o Jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v.10, n.2, p. 443-478, jul/dez, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n2p443/25747>>. Acesso em 27 dez. 2013.

HERZ, Daniel. Por que criar um site para Adelmo Genro Filho? **Adelmo Genro Filho: vida e obra**. Porto Alegre: EPCOM, 2000. Disponível em: < <http://www.adelmo.com.br/bibt/a-apre.htm>>. Acesso em 19 out. 2014.

HOHENBERG, John. **O Jornalista Profissional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

HUGHES, Everett C. **The Sociological Eye**. Selected Papers. New Brunswick (EUA): Transaction Edition, 1984.

HUGHES, Helen M. **News and The Human Interest Story**. New Brunswick (EUA): Transaction Books, 1981.

HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBER, Christian. Conceito, juízo e silogismo: Introdução à lógica do conceito de Hegel. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 03; n°. 02, 2012 Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/revista/index.php/opiniaofilosofica/article/view/111/123>>. Acesso em 17 jun. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Sul – Santa Maria. **Cidades**. Brasília, IBGE, 2014. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431690&search=||info%EF5es-completas>>. Acesso em 15 jul. 2014.

JOBIM, Danton. **O Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

KARAM, Francisco José. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

KARAM, Francisco J. 20 anos de O Segredo da Pirâmide. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v 4, n 1, p. 167-176, Florianópolis, jan/jun, 2007. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/4795/4071>>. Acesso em: 27 set. 2012.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1966.

KLEIN, Eloisa Joseane C. **Nas veias do jornalismo, a política: resistência à ditadura no informação**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp083756.pdf>>. Acesso em: 25 out 2012.

KLOCKNER, Luciano. **O Repórter Esso e a Globalização: uma investigação hermenêutica**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social), Faculdade de Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAURINDO, Rosemeri. **Jornalismo em três dimensões (singular, particular e universal): autor-jornalista e autor-marca**. Blumenau (SC): Edifurb, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/ monumento. In: **Memória e História**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 535-553.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos sobre a Dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: < <http://200.18.45.28/sites/ppgh/mestrado/images/pdf/Dissertacao-Mateus-Capssa.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2013.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. No meio do caminho: qual o principal obstáculo à melhoria dos cursos de jornalismo do país? **Folha de S. Paulo**. Caderno Folhetim, nº. 394, 05 ago. 1984, p. 5. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em 20 out. 2012.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Qualidade de jornal independe de reserva. **Folha de S. Paulo**. Dossiê da Folha, 20 fev. 1986, p. 6. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/02/20/2>>. Acesso em 20 out. 2012.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias**: os bastidores da revolução de um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O Adiantado da Hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. A história de uma revolução. **Observatório da Imprensa**. Edição 354, São Paulo, 07 de novembro de 2005. Disponível em: < [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_historia\\_de\\_uma\\_revolucao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_historia_de_uma_revolucao)>. Acesso em 22 jun. 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985):** um espaço de disputas. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em 06 fev. 2014.

LOPES, Fernanda Lima. O ensino de jornalismo antes do curso superior. Confederação Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de la Comunicación. **Anais**. São Paulo, 2011a. Disponível em: < <http://confibercom.org/anais2011/apresentacao.html>>. Acesso em 10 jun. 2014.

LOPES, Fernanda Lima. O debate sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalista no contexto da instituição dessa norma. In: 9º Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL\\_57.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL_57.pdf)>. Acesso em 12 mai. 2014.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalista pelo Canudo:** o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Fernanda Lima. Políticas educacionais para o ensino de Jornalismo no Brasil nos primeiros anos do regime militar. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, p. 31-38, 2013. Disponível em: < <http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/dossie/03.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2014.

LOPES, Fernanda Lima. Política e Epistemologia no Debate sobre a Implantação das Primeiras Diretrizes Curriculares para o curso de Jornalismo no Brasil. **Parágrafo**, Fiam Faam, v.2, n.2, p. 98-116, ago/dez 2014. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/224>>. Acesso em 28 dez. 2014.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106977>>. Acesso em 15 ago. 2014.

LUKÁCS, György. **Estética**: La peculiaridad de lo estético. Tomo 1 Cuestiones preliminares y de principio. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966a.

LUKÁCS, György. **Estética**: La peculiaridad de lo estético. Tomo 2: Problemas de la Mimesis. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966b.

LUKÁCS, György. **Estética**: La peculiaridad de lo estético. Tomo 3: Categorías psicológicas y filosófica del estético. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967a.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, 1978. Disponível em: <  
[http://www.giovannialves.org/Bases\\_Luk% E1cs.pdf](http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%20E1cs.pdf)>. Acesso em 05 mar. 2013.

LUKÁCS, György. O Marxismo Ortodoxo. In: NETO, José Paulo. **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981. p. 59-86.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, João. Adelmo Genro Filho – De Marx a Lênin e ao PMDB. **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 2, n. 5/6, p. 76-79, 1984.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**: Introdução à Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. O jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista** - A língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias sociais da imprensa vol.1. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Editora Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973

MARQUES DE MELO, José. **Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação**. São Paulo : Editora Paulinas, 1974.

MARQUES DE MELO, José. Poder, Universidade e Escolas de Comunicação. MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (Org.). **Ideologia e Poder: no ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, 1979. p. 31-41.

MARQUES DE MELO, José. Lusofonia midiática: a cooperação Brasil-Portugal. **Comunicação & Sociedade**, nº 29, São Bernardo do Campo, UESP, 1998, p. 219-230. Disponível em: <  
[http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos\\_anteriores/txt\\_ant\\_04.htm](http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos_anteriores/txt_ant_04.htm)>. Acesso em 10 dez. 2014.

MARQUES DE MELO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 73-83, Florianópolis. Insular, 2004

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: Identidades Brasileiras, Ed. Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. Teorização do Jornalismo no Brasil: das origens à atualidade. In: SOUSA, Jorge Pedro et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 295-314.

MARQUES DE MELO, José (org). **Imprensa Brasileira**: personagens que fizeram história. São Paulo: UESP/ Imprensa Oficial, 2009.

MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (Org.). **Ideologia e Poder: no ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, 1979.

MARQUES DE MELO, José (coord); RAHDE, Maria Beatriz (org). **Memória das Ciências da Comunicação**: o Grupo Gaúcho. Porto Alegre: EDPUCRS, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAUÉS, Flamarion. Livros contra a Ditadura: a editora Brasil Debates e a Dissidência do PCdoB. **Perseu**: história, memória e política; São Paulo, v. 2, n. 2, p. 236-265, 2008. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/P2A-FlamarionMaues.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2014.

MEDINA, Cremilda. **Notícia**: um produto a venda. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **Comentário à palestra “Adelmo Genro Filho e o Jornalismo”, de Daniel Herz** (áudio). Seminário “Revolucionar o Marxismo: Tributo ao professor Adelmo Genro Filho”. Florianópolis, UFSC, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo: elo perdido no ensino da Comunicação**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 1990.

MEDITSCH, Eduardo. O Poder da Morte e a Agonia do Jornalismo. INTERCOM - **Revista Brasileira de Comunicação**, v. 14, n. 64, p. 34-44, São Paulo: jan/jun, 1991a. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1321/1270>>. Acesso em 08 Maio 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Adiós Ciespal: ruptura brasileña na enseñanza en periodismo. **Comunicación y Sociedad**, n. 11, p. 11-23, set/dez. 1991b. Disponível em: <[http://www.comunicacionsociedad.cucsh.udg.mx/sites/default/files/a1\\_31.pdf](http://www.comunicacionsociedad.cucsh.udg.mx/sites/default/files/a1_31.pdf)>. Acesso em 16 out. 2013.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos da Arrábida, Universidade de Verão, 1997. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/O%20jornalismo%20%E9%20uma%20forma%20de%20conhecimento.pdf>>. Acesso em 08 maio 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Ciespal: progreso y problema del comunicólogo. Chasqui, v. 67, p. 70-74, 1999. Disponível em: <<http://www.ciespal.net/ciespal/images/files/MEDITSCH,%20Eduardo%20.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2013.

MEDITSCH, Eduardo. Filosofia de Paulo Freire e Práticas Cognitivas do Jornalismo. **Comunicação e Educação**, nº 27, p. 15-30, maio/ago 2003a. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ced/n27/v2n27a03.pdf>. Acesso em 14 set. 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Brasileiros criam sociedade de pesquisadores em Jornalismo. **Boletim da ALAIC**, Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, n. 12, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/boletin12/eduardo1.htm>>. Acesso em 22 nov. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. Estudos em Jornalismo [entrevistado por Carlos Moreno]. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 27, n. 2, São Paulo: jul/dez 2004a. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1070/971>>. Acesso em 25 Out. 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Traquina e a Contribuição Portuguesa ao Brasil. **Observatório da Imprensa**, edição 273, 20 abr. 2004b. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/traquina-e-a-contribuicao-portuguesa-ao-brasil>. Acesso em 08 dez. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação-ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. X Congresso da Compós. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>>. Acesso em 16 set. 2013.

MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa. In: SOUSA, Jorge Pedro et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo a Rigor. **Observatório da Imprensa**, edição 529, 17 mar. 2009. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo-a-rigor>>. Acesso em 10 dez. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e Construção Social do Acontecimento. In: FONSECA, V. P. S.; BENETTI, Márcia. **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 13-42.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na era da Informação**. Florianópolis: Insular, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MEDITSCH, Eduardo. A Refundação da Pós-Graduação em Jornalismo no Brasil [entrevista a Aderbal João da Rosa Filho]. Brasília: E-FENAJ, 2007. In: MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para sua realização. Florianópolis: Insular, 2012b, p. 207-218.

MEDITSCH, Eduardo. Oportunidade para o reencontro entre teoria e prática. **Observatório da Imprensa**, edição 787, 25 fev. 2014. Disponível em: < [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed787\\_oportunidade\\_para\\_o\\_reencontro\\_entre\\_teorica\\_e\\_pratica](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teorica_e_pratica)>. Acesso em 25 nov. 2014.

MEDITSCH, Eduardo; BRAGANÇA, Anibal. A Questão Curricular: do impasse à reinvenção. In: MARQUES DE MELO, José. **Ensino de Comunicação no Brasil**: impasses e desafios. São Paulo: Departamento de Jornalismo e Editoração, 1987.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O espaço imaginário e o imaginário do espaço**: a Ferrovia em Santa Maria, RS. 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000333996&loc=2002&l=a5362462e2ac4f64>>. Acesso em 27 dez. 2013.

MELO, Isabelle A. A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>. Acesso em 03 mai 2014.

MENDES, Renato. **Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)**. Lisboa: Escritório Editora, 2012.

MESQUITA, Mário; PONTE, Cristina. Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo. Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, 1997 In: **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Universidade da Beira do Interior, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com3.html>> Acesso em 08 ago. 2013.

MICK, Jacques. **Palestra**. Seminário Adelmo Genro Filho e o Jornalismo: 25 anos depois. Florianópolis, Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, 25 set. 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. "Profissionalismo" e "objetividade": o jornalismo na contramão da política. **BOCC** – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>>. Acesso em 14 set 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos**. Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. **A Cultura de Massa no Século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NAIDITCH, Suzana. Meu herdeiro é do PT. E agora? **Revista Exame**, edição 632, 26 mar. 1997. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0632/noticias/meu-herdeiro-e-do-pt-e-agora-m0049499>>. Acesso em 23 dez 2013.

OSÓRIO, Pedro S. **Comunicação e Cidadania**: a contribuição da Administração Popular de Porto Alegre para um novo modelo de Comunicação Política e Governamental. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OSÓRIO, Pedro S.. O Segredo da Pirâmide – algumas notas e lembranças. In: AMARAL, Márcia F et al. **A Contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: FACOS, 2007, p. 37-49.

PARK, Robert E. News as a Form of Knowledge: A Chapter in the Sociology of Knowledge. **The American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, p. 669-686, Mar/1940. Disponível em: <  
<http://www.jstor.org/stable/2770043>>. Acesso em 22 fev. 2010.

PARK, Robert E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa v.2**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008a, p. 51-70.

PARK, Robert E. A História Natural do Jornal. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa v.2**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008b, p. 33-50.

PARSONS, Talcott. The Professions and The social Structure. **Social Forces**, v.. 17, n. 4, p. 457-467, mai/ 1939. Disponível em: <  
<http://www.jstor.org/stable/2570695>>. Acesso em 02 jul. 2014.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PEREIRA, Fábio. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese (Pós-Graduação em Comunicação), Universidade de Brasília, 2008.

PESSOA, Fernando. **Poemas Completos de Alberto Caieiro**. São Paulo: Nobel, 2008.

PETRARCA, Fernanda R. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PETRARCA, Fernanda R. Construção do Estado, Esfera Política e Profissionalização do Jornalismo no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 35, p. 81-94, fev. 2010. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a06.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2014.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo Dias. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 13-29, jul/dez 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>> Acesso em 20 mai. 2014.

PEVSNER, Nikolaus. **Academias de Arte**: passado e presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em 28 dez 2013.

POMAR, Wladimir. Algumas considerações sobre as tendências organizadas do PT. In: GENRO FILHO, Adelmo (Org). **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre: Tche!, 1987. p. 113-123.

POMAR, Wladimir; DIRCEU, José. Algumas considerações sobre as tendências organizadas do PT. In: GENRO FILHO, Adelmo (Org). **Contra o Socialismo Legalista**. Porto Alegre: Tche!, 1987a. p. 31-58.

PONTE, Cristina. **Para Entender as Notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Felipe S. **Teoria e História do Jornalismo**: desafios epistemológicos. Dissertação. Mestrado em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis: UFSC, 2009.

PONTES, Felipe S; SILVA, Gislene. Jornalismo e Realidade: a necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

PORTO, Adélia. Tarso Genro: poeta, amigo e pai generoso. **Sul 21**. 01 jan. 2011. Disponível em: < <http://www.sul21.com.br/jornal/tarso-genro-poeta-amigo-e-pai-generoso/>>. Acesso em 01 jan 2014.

QUEDI MARTINS, José Miguel. **Adelmo Genro Filho e a Filosofia** (áudio). Palestra proferida no Seminário “Revolucionar o Marxismo: Tributo ao professor Adelmo Genro Filho”. Florianópolis, UFSC, 1988.

RAMOS, Murilo C. Daniel Herz: jornalista, acadêmico, militante. In: FERNANDES, Bob. **Terra Magazine**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1033626-EI6794,00.html>>. Acesso em 31 out. 2012.

REIS, Eliana Tavares dos. **Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertório de mobilização no MDB dos anos 70**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3580/000340308.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 set. 2012.

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Tomo**, São Cristóvão (SE), n. 13, jul/dez, 2008, p. 127-168. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23340\\_Cached.pdf#page=127](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23340_Cached.pdf#page=127)>. Acesso em 23 ago. 2013.

REIS, Eliana Tavares dos. **Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertório de mobilização no MDB dos anos 70**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3580/000340308.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 dez. 2013.

REIS, Eliana T; GRILL, Igor G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Tomo**, n. 13, p. 127-168, jul/dez, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/470/386>>. Acesso em 30 maio 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e historia no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Olho d'água, 1994.

RICOUER, Paul. **Ideologia e Utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991.

RICOUER, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: EduUnicamp, 2007

RODRIGUES, Maria de L. **Sociologia das Profissões**. Oeiras (Portugal): Editora Celta, 2002.

RODRIGUES, Maria de L. **Profissões: Lições e Ensaios**. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

ROLIM, Marcos. Breve Currículo de Marcos Rolim. **Marcos Rolim: Direitos Humanos e Segurança Pública – Consultoria**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <[http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com\\_content&task=view&id=451&Itemid=18](http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com_content&task=view&id=451&Itemid=18)>. Acesso em 19 mar. 2014.

ROSA, Luísa Martin. **Jornalismo e Intuição: uma relação pela fotografia**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107119/321264.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 22 ago. 2014.

ROSSINI, Cristiane Camillo. A Segregação na Distribuição de Equipamentos de Infraestrutura Urbana na cidade de Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102734/222659.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 dez. 2013.

ROXO DA SILVA, Marco. Jornalistas: proletários ou intelectuais? A identidade profissional em debate. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Porto Alegre, 2004.

ROXO DA SILVA, Marco. Sindicato e Diploma de Jornalista: a trilha da identidade profissional no Brasil. P. 206. IV Encontro Nacional de História da Mídia – Rede Alcar. **Anais...** São Luis, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/Entre%20vozes%20e%20silencio%20o%20jornalismo%20de%20A%20Tarde%20durante%20o%20regime%20militar.doc>>. Acesso em 07 set. 2013.

ROXO DA SILVA, Marco. **Jornalistas pra quê?** Militância sindical e o drama da identidade profissional. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ROXO DA SILVA, Marco. A condenável retórica do nariz de cera e o diploma de jornalismo. In: Fernanda Lima Lopes e Igor Sacramento. (Org.). **Retórica e Mídia**. Florianópolis: Insular, 2009, p. 257-278.2009

ROXO DA SILVA, Marco; ALBUQUERQUE, Afonso. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. **E-Compós** (Brasília), v. 9, p. 1-30, 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1052-1.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2014.

RUBLECZI, Anelise. Jornalismo Pós-Moderno: uma discussão dos valores míticos na sociedade hiper-espetacular. In: **BOCC**: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 2009 Disponível em:< <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/anelise-jornalismo-pos-moderno.pdf>>. Acesso em 20 set. 2013.

RUDIGER, Francisco. Elementos para a crítica do jornalismo moderno: conhecimento comum e indústria cultural. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 17, n. 3, p. 216-227, Porto Alegre, PUC-RS, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8189/5878>>. Acesso em 11 out. 2012.

RUELLAN, Denis. Corte e costura do jornalismo. **Líbero**, Ano IX, nº 18, p. 31-40, Dez 2006.

SÁ, Adísia. **O Jornalista Brasileiro** (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999). Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SANTA MARIA, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Santa Maria**. Santa Maria, 2010.

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

SEMINÁRIO NACIONAL de Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo. **Proposta de Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação Social**. Campinas, 1999. Disponível em: <  
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da200599.htm>>. Acesso em 08 jun. 2014.

SHOEMAKER, Pâmela; VOS, Tim. **Teoria do Gatekeeping**: Seleção e Construção da Notícia. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News**: a social history of American Newspaper. New York: Basic Book, 1978.

SILVA, Marconi de Oliveira. **O Mundo dos Fatos e a Estrutura da Linguagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Marcos Paulo. As Dissonâncias Cotidianas como Substâncias das Notícias: dos paradoxos cotidianos aos critérios noticiosos. XXIII Encontro Anual da Compós. **Anais...**, 2011. Disponível em: <  
[http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10\\_ESTUDOS\\_DE\\_JORNALISMO/artigocompos2014\\_marcospaulodasilva\\_template\\_2236.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10_ESTUDOS_DE_JORNALISMO/artigocompos2014_marcospaulodasilva_template_2236.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. Teorias da notícia: impasses para a teoria do jornalismo. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 11., n. 3, p. 176-184, 2009. Disponível em:  
<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5053>. Acesso em 07 ago. 2014.

SKINNER, Quentin. **Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKINNER, Quentin. Significação e Compreensão na História das Ideias. In: **Visões de Política**: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2002a, p. 81-126..

SKINNER, Quentin. Motivos, intenções e interpretações. In: **Visões de Política**: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2002b, p. 127-144.

SKINNER, Quentin. Interpretação e Compreensão dos Atos Discursivos. In: **Visões de Política**: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2002c, p. 145-178.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos/ Letras Contemporâneas, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Josias. Blog do Josias: PF investiga a hipótese de assassinato de Jango. **Folha Online**. 01 fev. 2008. Disponível em: <  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u368790.shtml>>.  
Acesso em: 02 jan. 2014.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Realidade**: além dos espelhos e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Galáxia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, v. 9, n. 18, 2009b. Disponível em: <  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2642/1683>>. Acesso em 07 ago. 2014.

SUBTIL, Filipa M. de Brito. **Uma Concepção Cultural da Comunicação na Teoria Social dos Media dos EUA**: da Escola de Chicago do Pensamento Social às Perspectivas de James W. Carey. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

STF MANTÉM PENA A VEREADOR GAÚCHO. **Folha de S. Paulo**, Caderno Nacional, 15 out. 1980, p. 4. Disponível em: <  
[http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade\\_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all\\_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without\\_words=&initial\\_date=&final\\_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group\\_id=0&theme\\_id=0&commit.x=20&commit.y=8&commit=Enviar](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without_words=&initial_date=&final_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group_id=0&theme_id=0&commit.x=20&commit.y=8&commit=Enviar)>.  
Acesso em 07 jan. 2014.

STM DETERMINA DENÚNCIA CONTRA VEREADOR GAÚCHO. **Folha de S. Paulo**, Caderno Nacional, 06 maio 1980, p. 6. Disponível em: < [http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade\\_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all\\_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without\\_words=&initial\\_date=&final\\_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group\\_id=0&theme\\_id=0&commit.x=52&commit.y=13&commit=Enviar](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without_words=&initial_date=&final_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group_id=0&theme_id=0&commit.x=52&commit.y=13&commit=Enviar)>. Acesso em 07 jan. 2014.

SURIANO, Júlio Ettore; MEZZARI, Laís. **Jornalismo UFSC – 30 anos** (vídeo). 9'56". Vimeo. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://vimeo.com/7931684>>. Acesso em 20 jul. 2014.

SUSUKI JR, Matinas. Vampiros de Papel. **Folha de S. Paulo**, Caderno Folhetim, nº. 394, 05 ago. 1984, p. 6-7. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em 20 out. 2012.

TAVARES, Joana Brandão. **Ciber-informações nativas**: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012). Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107547/317616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 21 ago. 2014.

TEIXEIRA, Tattiana. **A Ironia do Efêmero**: análise das crônicas políticas de Carlos Heitor Cony, Machado de Assis e Luiz Fernando Veríssimo. Tese. Doutorado em Comunicação e Cultura. UFBA, Porto Alegre, 2003.

TEIXEIRA, Tattiana. O Segredo da Pirâmide, 20 anos depois. In: AMARAL, Márcia F (org) et al. **Olhares sobre o Jornalismo**: a contribuição de Adeldo Genro Filho. Santa Maria: Facos, 2007, p. 19-36.

TOLEDO, Caio Navarro. O anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo. In: **Teoria e Política**, São Paulo, Brasil Debates, v. 1, n. 2, p. 91-116, 1980.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: teoria, questões e estórias. Lisboa: Veja, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Estudos do Jornalismo do Século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: Estudio sobre la construcción de la realidad. Cidade do México: Gustavo Gili, 1983.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Reitoria. **Termo de Contrato** por Prazo Indeterminado que entre si fazem a Universidade Federal de Santa Catarina e o professor Adelmo Genro Filho. Florianópolis, 1983a.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Curso de Comunicação Social. **Ofício n. 021/ CSJ/83**. Sobre a necessidade de contratação de um professor para a vaga aberta no Departamento de Comunicação Social devido ao pedido de desligamento do professor Sergio Weigert. Florianópolis, 1983b.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Portaria N.º 122/PREG/91**. Aprova a estrutura curricular do curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo. Florianópolis, 29 abr. 1991.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Gabinete do Reitor. **Resolução N.º 003/Ceg/2000**. Aprova a alteração da denominação do Curso de Comunicação para Curso de Jornalismo. Florianópolis, 14 jun. 2000.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Órgãos Deliberativos Centrais. **Resolução N.º 013/CUn/2002**. Aprova a alteração da denominação do Departamento de Comunicação para Departamento de Jornalismo. Florianópolis, 25 jun. 2002.

VAISMAN, Ester. A Ideologia e sua Determinação Ontológica. In: COSTA, Gilmara; ALCÂNTARA, Norma (org). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. p. 73-127.

VAN DIJK, Teun. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona, Paidós, 1990.

VEREADOR CONDENADO A UM ANO DE PRISÃO NO SUL.

**Estado de S. Paulo**, 28 out. 1981, p. 5. Disponível em: <  
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19811128-32709-nac-0005-999-5-not/busca/Adelmo+Genro+Filho>>. Acesso em 07 jan. 2014.

VEREADOR INCURSO NA LSN VAI SER OUVIDO. **Folha de S.**

**Paulo**, Caderno Nacional, 14 jan. 1981, p. 5. Disponível em: <  
[http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade\\_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all\\_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without\\_words=&initial\\_date=&final\\_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group\\_id=0&theme\\_id=0&commit.x=30&commit.y=7&commit=Enviar](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&fdm=1&fdn=1&all_words=&phrase=%22adelmo+genro+filho%22&words=&without_words=&initial_date=&final_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group_id=0&theme_id=0&commit.x=30&commit.y=7&commit=Enviar)>.

Acesso em 07 jan. 2014.

WEBER, Max. **Ética Protestante e Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WEIGERT, Sergio. **Adelmo Genro Filho e a Filosofia** (áudio). Palestra proferida no Seminário “Revolucionar o Marxismo: Tributo ao professor Adelmo Genro Filho”. Florianópolis, UFSC, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ZUCOLOTO, Valci. 7º Fórum cria entidade nacional de professores de jornalismo. *Comunicação & Sociedade*, v. 26, n. 42, p. 197-200, 2004. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/4009/3903>>. Acesso em 20 ago. 2014.

## ENTREVISTAS

BERNARDO, Aglair. **Entrevista** [09 out. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (68 min).

BRASIL, Maria Rita Assis. **Entrevista** [26 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (81 min).

CASSEL, Gastão. **Entrevista** [1 abr. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (122 min).

COELHO, Marcelo Dorneles. **Entrevista** [23 out. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2014, 1 arquivo em formato doc. via e-mail (3 p.).

FIDALGO, Joaquim. **Entrevista** [04 jun. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Braga, 2014, 1 arquivo em mp3 (107 min).

GATTI, José. **Entrevista** [04 out. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (41 min) [via Skype].

GARCIA, José Luís. **Entrevista** [13 mar. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Lisboa, 2014, 1 arquivo em mp3 (156 min).

GENRO, Maria Elly. **Entrevista** [24 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (102 min).

GOMES, Adelino. **Entrevista** [26 maio 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Lisboa, 2014, 1 arquivo em mp3 (125 min).

GONÇALVES, Elias. **Entrevista** [03 abr. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2014, 1 arquivo em formato doc. via e-mail (10 p.).

KANITZ, Ayrton. **Entrevista** [25 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (57 min).

KARAM, Francisco José. **Entrevista** [25 out. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (92 min).

LIMA, Samuel Pantoja. **Entrevista** [12 dez. 2012]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2012, 1 arquivo em mp3 (86 min).

MARQUES, Glauco. **Entrevista** [25 mar. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2012, 1 arquivo em mp3 (119 min).

MEDITSCH, Eduardo. **Entrevista** [16 jun. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (78 min).

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. **Entrevista** [22 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (120 min).

PEDROSO, Rosa Nívea. **Entrevista** [09 out. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2014, 1 arquivo em formato doc. via e-mail (4 p.).

RIAL, Carmen. **Entrevista** [01 nov. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (15 min).

ROLIM, Marcos Flávio. **Entrevista** [23 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (162 min).

SCHMIDT, Vitor. **Entrevista** [02 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Rancho Queimado, 2012, 1 arquivo em mp3 (157 min).

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Entrevista** [25 out. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (110 min).

SCHUCH, Helio Adhemar. **Entrevista** [24 jun. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Florianópolis, 2013, 1 arquivo em mp3 (116 min).

SOUSA, Jorge Pedro. **Entrevista** [02 jun. 2014]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto, 2014, 1 arquivo em mp3 (29 min).

TAU GOLIN, Luiz Carlos **Entrevista** [23 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (153 min).

XAVIER, Estilac. **Entrevista** [25 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (94 min).

WEIGERT, Sérgio. **Entrevista** [26 jul. 2013]. Entrevistador: Felipe Simão Pontes. Porto Alegre, 2013, 1 arquivo em mp3 (67 min).

## APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A pesquisa de tese da qual você está convidado(a) a participar tem como tema o livro “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, o autor -Adelmo Genro Filho - e o campo de produção teórico e de ensino do Jornalismo. A pesquisa recupera uma das obras mais pertinentes para a compreensão do jornalismo brasileiro e que tem influência sobre pesquisadores e profissionais.

O objetivo geral da pesquisa é “Analisar a tese de Genro Filho sobre a especificidade da teoria do jornalismo e, em especial, a definição da atividade jornalística como forma social de conhecimento”. São destacados abaixo os objetivos específicos.

a) Contextualizar a produção e a obra “O Segredo da Pirâmide” ao momento histórico, econômico e político do Brasil e do jornalismo brasileiro, do campo acadêmico da comunicação, do departamento de Comunicação Social/ Jornalismo da UFSC, visando reconstituir a trajetória da obra e de seu autor.

b) Revisar criticamente a teoria proposta cotejando-a com as teorias sobre/do jornalismo;

c) Estudar os principais conceitos utilizados pelo autor, tais como: singularidade, particularidade e universalidade, forma social de conhecimento; ideologia/realidade, ideologia/práxis para se pensar o jornalismo;

d) Analisar os desdobramentos da teoria de Adelmo Genro Filho, seus “herdeiros”, as concepções trabalhadas a partir de seu texto, as atualizações e silenciamentos como forma de compreender a defesa e busca de consolidação por um campo acadêmico e profissional autônomo por parte de jornalistas e professores de jornalismo.

Você é convidado a participar de entrevistas fechadas, semi-estruturadas e abertas, podendo ser requisitado a responder mais de uma vez. As informações solicitadas estarão relacionadas à trajetória do(a) entrevistado(a), hábitos de consumo cultural, práticas políticas, memória e convívio com Adelmo Genro Filho e com o campo profissional e acadêmico do jornalismo brasileiro. Todas as informações serão utilizadas na tese, em artigos científicos e demais produções acadêmicas. O sigilo da fonte será observado sempre que solicitado.

No entanto, solicitamos sua anuência em utilizar teu nome próprio sempre que a informação tenha relação com a história de Adelmo Genro Filho. Ainda, que seja revelada a identidade em situações de manifestação de opinião sobre a teoria e conceitos de “O Segredo da Pirâmide” e sobre o campo do jornalismo no Brasil.

Sempre que o(a) entrevistado(a) solicitar, a preservação da identidade será assegurada (casos em que o assunto tratado deverá ser mantido sem a exposição da identidade da fonte). O(A) entrevistado(a) também tem a opção de manter sua identidade em sigilo durante toda a entrevista. Ainda, está garantida a liberdade do (a) entrevistado(a) de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Para entendimento de sua posição, peço que assinale qual opção adéqua-se melhor a sua preferência.

Sim, aceito que minhas respostas tornem-se públicas por essa pesquisa, e dou anuência que minha identidade seja revelada em questões nas quais eu não solicite sigilo da fonte ou que não sejam de temas privados (como hábitos de consumo e opções partidárias).

Sim, aceito que minhas respostas tornem-se públicas por essa pesquisa, mas exijo o sigilo total de minha identidade.

Não aceito que minhas respostas tornem-se públicas, ainda que eu resolva colaborar no fornecimento de informações à pesquisa.

Não aceito participar desta pesquisa.

Com base nas informações acima, e na opção marcada, subscrevemos esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Local e data:

---

Nome Completo do Entrevistado e Assinatura

Felipe Simão Pontes



Nome Completo do Pesquisador e Assinatura

Responsável pela pesquisa: Felipe Simão Pontes. CPF: 05259062906.  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de  
Santa Catarina. Telefone: (48) 96926532. E-mail: felipe271184@yahoo.com.br.



## APÊNDICE B: LISTA DOS 411 TEXTOS ANALISADOS QUE CITAM “O SEGREDO DA PIRÂMIDE”

- 01** ADGHIRNI, Zelia. O Lugar do Jornalismo na Comunicação. *Libero*, v. 9, nº 17, p. 51-62, São Paulo, **Casper Libero**, jun. 2006. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-lugar-do-jornalismo-na-comunica%C3%A7%C3%A3.pdf>>. Acesso em 15 set. 2012.
- 02** ADGHIRNI, Zelia. A Pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. **Intexto**, n. 28, p. 32-52, junho/ 2013. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41160/26092>>. Acesso em 16 set. 2013.
- 03** AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, p. 13-23, 2009. Disponível em: < <https://journal.ufsc.br/inFdex.php/jornalismo/article/view/10674>>. Acesso em 16 set. 2013.
- 04** AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo sensacionalista e a lógica da sensação. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...São Bernardo do Campo: SBPJOR/ Umesp**, 2008. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/individual56leonelazevedodeaguiar.pdf>> Acesso em 04 ago. 2014.
- 05** ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos fait-divers. **Lumina**, FACOM/UFJF, v. 3, n. 2, p. 69-91, jul/dez, 2000. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R5-Afonso-HP.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2014.
- 06** ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro" Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 04, p. 23-57, 2000. Disponível em: < <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/414/201>> Acesso em 15 jul. 2014
- 07** ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10 - n.20 - p. 100 a 115 - jan./jun. 2010. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20\\_Albuquerque.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

- 08** ALBUQUERQUE FILHO, Dinarte. Violência: um discurso que a mídia cala. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 14, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/136/127>. Acesso em 04 ago. 2014.
- 09** ALGERI, Carla. O Lugar do Jornalismo no Espaço e no Tempo Contemporâneos. XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. **Anais...**, Novo Hamburgo, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0880-1.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.
- 10** ALVIN, Bianca. As identidades do futebol no jornalismo esportivo. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** São Paulo, Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0212-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 11** ALZAMORA, Geane. Crítica de arte digital – considerações e hipóteses. **Libero** (FACASPER), São Paulo, v. 3, p. 18-27, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/550b08418a0901d18ac64fed4d355a16.pdf>. Acesso em 15 jul. 2014.
- 12** AMARAL, Márcia Franz. Os (des) caminhos da notícia rumo ao entretenimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, p. 63-73, 2008. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewArticle/5560>>. Acesso em 16 set. 2013.
- 13** AMARAL, Márcia Franz. A fala popular e a realização do jornalismo. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. IV Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom. **Anais...** 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/162018026542681408176020835820623503893.pdf>>. Acesso em 20 set. 2013.
- 14** AMARAL, Márcia Franz. Oh, meu Deus! Manchetes e singularidades na matriz jornalística melodramática. **Revista ECO-Pós**, v. 10, n. 2, p. 113-127, 2009. Disponível em: [http://www.revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/1021/961](http://www.revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1021/961). Acesso em 05 ago. 2014.

**15** AMARAL, Marcia Franz. O Enquadramento das Catastrofes: da interpelação da experiência ao relato da emoção. **Contracampo**, Niterói, n. 22, p. 65-82, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewArticle/135>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**16** AMARAL, Márcia Franz; RUBIN, Anaqueli. O valor das notícias sobre o clima no jornal brasileiro Zero Hora. **Razón y Palabra**, v. 18, n. 84, 2013. Disponível em: < [http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/M84/10\\_FranzRubin\\_M84.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/M84/10_FranzRubin_M84.pdf)> Acesso em 18 ago. 2014.

**17** ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalismo Informativo: a notícia e o método para sua construção. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1135-1.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**18** ARAÚJO, Vladimir Caleffi. O Jornalismo de Informação Sindical no Brasil: práticas e desafios. II Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Salvador, SBPJOR; UFBA, 2004. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ii\\_sbpjour\\_2004\\_ci\\_43\\_vladimir\\_araujo.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ii_sbpjour_2004_ci_43_vladimir_araujo.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2014. Também disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/58969571996879420167535958846827681197.pdf>>.

**19** ARAÚJO, Vladimir Caleffi. O Jornalismo de Informação Sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística. **BOCC** – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã, Universidade da Beira do Interior, 20???. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-vladimir-jornalismo-sindical.html>>. Acesso em 22 ago. 2014.

**20** ARGOLO, José Amaral. Dominação e Informação (Para Além da Batalha das Mídias). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 49, p. 205-228, jan/jun. 2008. Disponível em: < <http://www.esg.br/uploads/2010/09/revista49.pdf#page=227>>. Acesso em 25 ago. 2014.

**21** ASSIS, Cássia Lobão. A necessidade de Redimensionar Paradigmas no Ensino da Redação Jornalística. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/73579541525831678541864657717580970117.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2014.

**22** AZEVEDO, Ana Laura Moura dos Santos. A Percepção de Adolescentes Infratores sobre o Jornalismo Policial. **Serviço Social em Revista**, v 3, n. 1, Londrina, UEL, 2003. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v6n1\\_ana.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n1_ana.htm)>. Acesso em: 28 out 2012.

**23** BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva; ROZENDO, Suzana da Silva. Mídia e violência: Reflexões sobre as mudanças no cenário jornalístico. 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Rio de Janeiro, SBPJOR, 2009. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL\\_16.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL_16.pdf)> Acesso em 07 ago. 2014.

**24** BARBOSA, Alexandre. A comunicação sedutora: aspectos da influência norte-americana na comunicação brasileira. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 4, p. 13-24, 2005. Disponível em: <<http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/110/109>>. Acesso em: 25 out. 2012.

**25** BARBOSA, Alexandre. A solidão da América Latina na grande imprensa. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 6, n. 1, p. 21-30, 2007. Disponível em: <<http://revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/viewArticle/140>>. Acesso em 16 set. 2013.

**26** BARBOSA, Alexandre. A imprensa alternativa como resistência à indústria jornalística resultante do processo de neocolonização. **Punto Cero**, v. 15, n. 20, p. 67-75, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S1815-02762010000100008&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S1815-02762010000100008&script=sci_abstract)>. Acesso em 17 ago. 2014.

**27** BARBOSA, Alexandre. Da ideologia editorial aos critérios de noticiabilidade: processo de construção de veículo de imprensa alternativa digital para a América Latina popular. **Ciberlegenda**, v. 1, n. 23, p. 73-83, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/viewArticle/97>>. Acesso em 18 ago. 2014.

**28** BARBOSA, Suzana Oliveira. Jornalismo Digital em Ambientes Dinâmicos. Propriedades, Rupturas e Potencialidades do Modelo JDBD. **Observatorio (OBS\*)**, v. 2, n. 1, p. 217-244, 2008. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/136>>. Acesso em 23 ago. 2013.

**29** BARBOSA, Suzana. Banco de dados como metáfora para o jornalismo digital de terceira geração. III Congresso da SOPCOM. **Anais...**, Covilhã: 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/barbosa-suzana-banco-dados-metafora-para-jornalismo-digital-terceira-geracao.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2014.

**30** BARROS, Antônio Teixeira de. A ética de mercado na produção noticiosa do jornal Folha de S. Paulo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/782>>. Acesso em 15 jul. 2014.

**31** BARROS, Kelen Maria Ribeiro de; CALEIRO, Maurício de. Jornalismo e Globalização: Uma Análise dos Novos Rumos da Profissão. XVII Encontro Nacional de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. **Anais...** Ouro Preto (MG), 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-2047-1.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

**32** BAZI, Rogério. Produção da informação nos campos da Ciência da Informação e Comunicação Jornalística: possíveis interfaces. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 18, p. 1-14, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/6733/4035>>. Acesso em 15 ago. 2014.

**33** BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. In: BECKER, Beatriz; TEIXEIRA, Juliana; MATEUS, Lara. **Pensando e Fazendo jornalismo audiovisual**: a experiência do projeto TJ UFRJ. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

Apresentado em:

**34** BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Paulo, USP/ SBPJOR, 2009. Disponível em: <

[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/beatriz\\_becker.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/beatriz_becker.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

Publicado em: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 2, p. 95-111, 2009.

Publicado também como capítulo do livro:

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 231-250, 2012. Disponível em:

<<http://www.matrizes.usp.br/matrizes/index.php/matrizes/article/view/247>>. Acesso em 13 ago. 2014. Versão em inglês: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38335/41198>

**35** BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, v. 15, p. 13-28, 2008. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>>. Acesso 20 set. 2003

Publicado também em:

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. 5º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. **Anais...** Aracaju, 2007.

Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada\\_6\\_.marcia\\_benetti.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf)>. Acesso em 20 set. 2013.

**36** BERGER, Christa; TAVARES, Frederico de Mello Brandão.

Leituras do cotidiano e as interseções entre o Jornalismo e as Ciências Sociais. **Contemporânea** -Revista de Comunicação e Cultura, UFBA, Salvador, v. 12, n. 1, p. 8-26. 2014. Disponível em:

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/9788>. Acesso em 07 ago. 2014.

- 37** BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. Na notícia e para além dela: o conceito de informação pelo jornalismo impresso. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 25-37, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3768>>. Acesso em 06 ago. 2014.
- 38** BERNARDO, Cristiane HC; LEÃO, Inara B. Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, p. 337-358, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/14.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2013.
- 39** BERNARDO, Cristiane Hengler. Notícia como representação social e a educação profissional jornalística. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 11, n. 21, p. 16-25, 2005. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/161/155>. Acesso em 06 ago. 2014.
- 40** BERNARDO, Cristiane HC; LEÃO, Inara B. DCN em vigor: o que alterou na prática a estrutura curricular dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo? **REBEJ: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 4, n.14, 2014. Disponível em: <http://www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/281>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 41** BERTASSO, Daiane. A produção de sentidos na “crítica” literária da revista *Época*. 9º Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ/ SBPJOR, 2011. Disponível em: [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL\\_42.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL_42.pdf). Acesso em 01 de agosto de 2014.
- 42** BERTUSSI, Guadalupe Teresinha. “Guerra” contra el narcotráfico en México y las vicisitudes de la prensa escrita. **Revista História**, Universidad de Zuria, v. 3, n. 3, p. 103-124, 2012. Disponível em: [http://www.fhe.luz.edu.ve/investigacion/images/publicaciones/2014-07-02\\_PAGINA\\_WEB\\_FHE\\_DI\\_7B8\\_CENTRO%20DE%20ESTUDIOS%20HISTORICOS\\_REVISTA\\_3.pdf#page=103](http://www.fhe.luz.edu.ve/investigacion/images/publicaciones/2014-07-02_PAGINA_WEB_FHE_DI_7B8_CENTRO%20DE%20ESTUDIOS%20HISTORICOS_REVISTA_3.pdf#page=103)> Acesso em 15 ago, 2014.

- 43** BONINI, Adair. Análise Crítica dos Gêneros Jornalísticos. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba, SBPJOR/ PUC-PR, 2012. Disponível em: <  
[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/comunicacoes\\_coordenadas/adair\\_bonini.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/comunicacoes_coordenadas/adair_bonini.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 44** BRAGA, Victor Eduardo. A Promessa de Verdade da Objetividade Jornalística: A Herança Platônica na Conformação de um Modelo Único de Jornalismo. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Campina Grande, Intercom, 2010. Disponível em:  
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1374-1.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 45** BROTAS, Antônio M. Pereira. Terrorismo Contemporâneo: fundamentalismo religioso e loucura no discurso da revista Veja. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em: <  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121551479640858368658035584017116861238.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2013.
- 46** BROTAS, Antônio M. Pereira. Sondagem de Opinião: um novo elemento do jornalismo político. **BOCC-** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã, 2004. Disponível em: <  
<http://bocc.ubi.pt/pag/brotas-antonio-sondagem-jornalismo-politico.html>> Acesso em 18 jul. 2014.
- 47** BROTAS, Antônio M Pereira. O jornalista como mediador na cultura científica. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Paulo, SBPJOR, USP, 2009. Disponível em:  
[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/antonio\\_marcos\\_pereira\\_brotas.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/antonio_marcos_pereira_brotas.pdf)> Acesso em 21 ago. 2014.
- 48** BROTAS, Antônio M Pereira; BROTAS, Carmen Lúcia Costa. Estado X Religião: enquadramento reduzido de Veja do debate sobre a legalidade do uso das células-tronco embrionárias. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...**São Bernardo do Campo, SBPJOR, UESP, 2008. Disponível em: <  
[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/individual\\_12\\_antoniomarcosbrotas.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/individual_12_antoniomarcosbrotas.pdf)>. Acesso em 21 ago. 2014.

**49** BUDÓ, Marília Denardin. Mídia, opinião pública e política penal. V SIPECOM: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação.

**Anais...** Santa Maria, UFSM, 2013. Disponível em:

[http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity\\_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/Artigo-Mar%C3%ADlia.pdf](http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/Artigo-Mar%C3%ADlia.pdf). Acesso em 07 ago. 2014.

**50** BUDÓ, Marília Denardin. O espetáculo do crime no jornal: da construção social da criminalidade à relegitimação do sistema penal.

Congresso Latino-americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, **Anais...**, Florianópolis, 2008 Disponível em: <

<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33470-43144-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**51** CABRAL, Luiz Rodolfo. As Astúcias da Mídia Impressa

Maranhense: a cassação do mandato do governador Jackson Lago como manchete. XI Congresso de Ciências da Comunicação Região Nordeste.

**Anais...** Teresina, 2009. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0271-1.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

**52** CABRAL, Luís Rodolfo. Análise comparativa de manchetes: a cassação do governador jackson lago em foco. **Prolíngua**, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13545>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**53** CALDAS, Graça. Jornalismo III: Prêmio Adelmo Genro Filho valoriza a trajetória de pesquisadora e profissional do jornalismo científico. In: **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no**

**Brasil 2012/2013**. Brasília: IPEA, 2013, p. 179-186.

**54** CANELLAS, Marcelo. **Nem Imparcial nem Engajado: o repórter como artífice da notícia**. Campo Grande MS: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Disponível em

<<http://www.fesmp.com.br/upload/arquivos/3628636.pdf>>. Acesso em 14 set 2012.

**55** CARNEIRO, Adriana J. A Cobertura Midiática do dia internacional da mulher. : fatos e controversas. VI Enecult. **Anais....** Salvador, 2010.

Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24423.pdf>>. Acesso em 24 set. 2013.

**56** CARVALHO, André Luiz Piva de. Acenos nordestinos - questões da comunicação e desenvolvimento no mundo cultural paraibano. XV Colóquio Internacional da Escola Latino-americana de Comunicação.

**Anais...** Bauru, UNESP, 2012. Disponível em:

<http://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/66.pdf>. Acesso em 15 ago. 2014.

**57** CARVALHO, André Luiz Piva de. A cultura da imagem espetacular no turismo: Um estudo sobre a formatação cênica dos produtos turísticos. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <

<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AndreLuizPivadeCarvalho.pdf>>.

Acesso em 25 ago. 2014.

**58** CARVALHO, Carlos A. de. Acontecimentos persistentes que desafiam a cobertura jornalística: as relações entre HIV/Aids e homofobia. **ALCEU**, v. 14 - n.28 - p. 5 a 20 - jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%205-20.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2014.

**59** CARVALHO, Carlos A. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricouer. **Matrizes**, v. 6, n. 1, p. 169-189, jul/dez 2012. Disponível em: <

<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/48057/51820>>.

Acesso em 16 set. 2013.

Apresentado em:

CARVALHO, Carlos A. de. A tríplice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. XIX Encontro da Compós. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2009. Disponível em:

<[http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9\\_carlos\\_%20alberto\\_carvalho.pdf](http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_carlos_%20alberto_carvalho.pdf)> . Acesso em 25 out. 2012. (UFOP)

**60** CARVALHO, Carlos A. de. O cotidiano como referência para compreensão das dinâmicas da produção jornalística. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 2008. <http://lumina.jor.br/index.php/lumina/article/download/150/58>. Acesso em 02 ago. 2014.

- 61** CARVALHO, Carlos A. de. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. VII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Rio de Janeiro: Anais..., 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>>. Acesso em 14 set. 2012.
- 62** CARVALHO, Carmen. Segmentação do Jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado. V Congresso Nacional de História da Mídia. **Anais...** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0136-1.pdf>>. Acesso em 16 set. 2013.
- 63** CARVALHO, Carmem R. OLIVEIRA, Ana Lucia Sousa; SILVA, Thaiane F.A supremacia dos espaços destinados a política nos jornais de Vitória da Conquista. VI Encontro Nacional de História da Mídia da Rede Álvaro de Carvalho (ALCAR). **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/A%20supremacia%20dos%20espacos%20destinados%20a%20politica.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2012???
- 64** CARVALHO, Gabriel Ferreira. Paraíso em Chamas: construção midiática do movimento Black Metal. 9º Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Rio de Janeiro, Uerj, 2011. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL\\_62.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL_62.pdf)>. Acesso em 25 out. 2012.
- 65** CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para a análise de discurso em jornalismo. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 2013. Disponível em: <<http://uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/510>>. Acesso em 17 ago. 2014.
- 66** CARVALHO, Guilherme; MESSAGI JR, Mário. Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional? **Revista Pauta Geral**, v. 1, n. 2, p. 55-72, jul/dez 2004. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/viewFile/6416/4213>. Acesso em 11 set. 2014.

**67** CASTILHO, Carlos; COELHO, Christianne CSR. A curadoria e jornalismo na produção de conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 305-313, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924.2014v11n1p305/27194>>. Acesso em 12 set. 2014.

**68** CELESTINO, Mônica. Jornalismo cidadão e terceiro setor: Anotações sobre a cobertura do terceiro setor e da área social na Rede Bahia. I Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t047.doc>>. Acesso em 18 ago. 2014.

**69** CELESTINO, Mônica. A Voz da Fonte: Apontamento sobre a adoção de depoente na História Oral e Imprensa. II Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Salvador, 2004. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ii\\_sbpjour\\_2004\\_ci\\_35\\_monica\\_celestino.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ii_sbpjour_2004_ci_35_monica_celestino.pdf)> Acesso em 08 maio 2013.

**70** CELESTINO, Mônica. Notícias do Brasil e do mundo no jornal regional: a agenda das editorias Nacional e Internacional do jornal A Tarde. III Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Florianópolis, 2005. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/iiisbpjour2005\\_-\\_ci\\_-\\_monica\\_celestino.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/iiisbpjour2005_-_ci_-_monica_celestino.pdf)>. Acesso em 28 out. 2012.

**71** CELESTINO, Mônica. Elementos para análise metodológica da adoção de fontes orais e da imprensa na pesquisa histórica. P. 124. . IV Encontro Nacional de História da Mídia – Rede Alcar. **Anais...** São Luis, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/Entre%20vozes%20e%20silencio%20o%20jornalismo%20de%20A%20Tarde%20durante%20o%20regime%20militar.doc>>. Acesso em 07 set. 2013.

**72** CELESTINO, Mônica. Fronteiras entre jornalismo e história: por uma reflexão sobre as relações entre dois campos em evolução. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Paulo, SBPJOR, 2009. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/m%C3%B4nica\\_celestino.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/m%C3%B4nica_celestino.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**73** COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CARDOSO, Marcelo. A homogeneização das notícias: a ditadura dos índices de audiência e o poder da ideologia. **Libero** – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 71-80, dez. 2009. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/A-homogeneiza%C3%A7%C3%A3o-das-not%C3%ADcias.pdf>> Acesso em 06 ago. 2014.

**74** COELHO, Eulália Isabel. Notícia e informação no discurso midiático. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 14, 2010. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/139>>. Acesso em 31 jul. 2014.

**75** COELHO, Marcelo Dorneles. A Singularidade dos Brasiguaios: uma análise teórico-jornalística. Sala de Prensa, ano XI, v. 5, n. 113, mar/2009. Disponível em: <http://www.saladeprensa.org/art819.htm>. Acesso em 10 out. 2014.

**76** COITO, Roselene de Fátima; CASTILHA, Leandro Dalcin. As representações sociais de Monteiro Lobato: subjetivando seres por meio do discurso jornalístico vigente. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1561-1568. Disponível em: <[http://www.ple.uem.br/3celli\\_anais/trabalhos/estudos\\_linguisticos/pfd\\_linguisticos/047.pdf](http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_linguisticos/pfd_linguisticos/047.pdf)> Acesso em 06 ago. 2014.

**77** CONCEIÇÃO, Francisco G da. Porque (re) ler os manuais de redação e estilo. **BOCC** – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-jornalismo-francisco.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

**78** CONCEIÇÃO, Francisco G. A fala do outro: relações discursivas e produção de (re)conhecimento. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...**São Luís, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0402-1.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**79** COSTA, Klenio Veiga da; GOMES, Felipe Sales. O que há dentro da Pirâmide. Para uma crítica do LEAD e a Pirâmide Inversa. X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste – SIPEC. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 2004. Disponível em: <

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/152527675723347296695795891756784294017.pdf>>. Acesso em 02 set. 2014.

**80** COSTA, Renata Carvalho da. O jornalista como editor de livros: conceitos de jornalismo e literatura. **Rumores** -Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/rumores/article/view/6571>>. Acesso em 20 set. 2013.

**81** COUTINHO, Iluska; QUEIROZ, Caio Cardoso de; REZENDE, Diego Pereira. Telejornalismo da TV Brasil: problematizações sobre o discurso da cidadania. Encontro Regional de Comunicação. **Anais...** Juiz de Fora (MG), 2010. Disponível em: <

[http://www.ufjf.br/pesquisatelejornalismo/files/2013/08/COUTINHO\\_QUEIROZ-Telejornalismo\\_discurso\\_cidadania-ENRECOM2010.pdf](http://www.ufjf.br/pesquisatelejornalismo/files/2013/08/COUTINHO_QUEIROZ-Telejornalismo_discurso_cidadania-ENRECOM2010.pdf)>. Acesso em 05 ago. 2014.

**82** COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e (re) produção do conhecimento no Brasil. **Lumina**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/176/171>. Acesso em 31 jul. 2014.

**83** COUTINHO, Iluska. A produção social do Telejornalismo. Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvaldo J. **Quem tem medo de Pesquisa Empírica?** São Paulo: Intercom, 2011, p. 19-76. Disponível em: <<http://200.144.189.84/ebooks/arquivos/337a61995de8f72ef1d4842382986b6a.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2013. Apresentado também em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1275-1.pdf>.

**84** COUTO, Nadia Regia A.; FRITZEN, Celdon. Relações entre a história da imprensa e a formação do jornalista. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. **Anais...** Uberlândia (MG), 2006. p. 3485-3495. Disponível em: < [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/312NadiaAlmeidaCouto\\_e\\_CeldonFritzen.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/312NadiaAlmeidaCouto_e_CeldonFritzen.pdf)>. Acesso em 20 set. 2013.

**85** CRISPIM, Renata Borges. Estratégias singulares de agendamento: o caso do Greenpeace. **Comunicação e Informação**, v. 6, n. 2, p. 75-86, jul/dez, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/24210/14084>. Acesso em: 22 ago 2013.

**86** CRISTOVÃO, Assunção. Aspectos do discurso primário no gênero notícia. *Recorte*, v. 9, n. 1, Três Corações (MG), Unincor, 2012. Disponível em: < <http://revistas.unincor.br/index.php/recorte/article/view/599>>. Acesso em 26 ago. 2014.

**87** CRUZ, Adriano Charles da Silva. Discurso e contradiscurso neoliberal no jornalismo: um olhar sobre as charges do Diário de Pernambuco. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Aracaju (SE), SBPJOR, 2007. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind\\_.adria\\_no\\_da\\_silva\\_cruz.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind_.adria_no_da_silva_cruz.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**88** CRUZ, Lucia Santa. Heróis na janela. **E-Compós**, Brasília, p. 1-15, ago/ 2007. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/179/180>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**89** CRUZ, Lucia Santa. Pobreza e responsabilidade social na TV. Colóquio Internacional Televisão e Realidade. **Anais...** Salvador, UFBA, 2008. Disponível em: < <http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Lucia%20Santa%20Cruz.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**90** D ANDREA, Carlos. Wikificação como modelo de edição de conteúdos jornalísticos na web. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Vitória, Intercom, 2010. Publicado em: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, UFSC, v. 7, n. 2, p. 379-389, jul/dez 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/14425/14467>>. Acesso em 20 ago. 2014.

**91** DAVID, Hadassa Ester. Os processos de “objetivação” no jornalismo factual. **Temática** v. 9, n. 5, 2014. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/21886/12044>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**92** DAVID, Hadassa E. O lead como expressão da cultura local: o caso do jornal Folha de Rio Verde. XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Centro Oeste. Goiânia: **Anais...**, 2010.

Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0496-1.pdf>>. Acesso em 25 set. 2012.

**93** DEOLINDO, Jaqueline da Silva. Fronteiras jornalísticas: do silêncio à alteridade. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

**Anais...** Manaus, Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.geografias.net.br/papers/2013/R8-0641-1.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**94** DEOLINDO, Jaqueline da Silva. O Jornalismo de Adelmo Genro Filho e as novas tecnologias: revisitando conceitos. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. **Anais...** Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1575-1.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2014.

**95** DIAS, Ricardo Henrique Almeida; DE ALMEIDA, Maria José PM. Especificidades do jornalismo científico na leitura de textos de divulgação científica por estudantes de licenciatura em Física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 31, n. 4, p. 4401, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbef/v31n4/v31n4a13.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2014.

**96** DIAS, Vanderlei; CORRÊA, Fabiola. Jornalismo Popular e Cidadania: Análise do engajamento sócio-político nos jornais Agora e O Dia. XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0407-1.pdf>>. Acesso em 27 set. 2012.

**97** DORNELES, Roberto; COSTA, Bianca. O singular e o poder simbólico como categorias estruturantes para a produção jornalística de conhecimento. **Revista Temática**, v. 8, n. 2, fevereiro de 2012.

Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/2012/Fevereiro/singular\\_podersimbolico\\_jornalismo.pdf](http://www.insite.pro.br/2012/Fevereiro/singular_podersimbolico_jornalismo.pdf)>. Acesso em 25 out. 2012.

**98** DORNELLES, Beatriz; GERSON, Deborah Cattani. The i-Piauí Herald e o caso Cachoeira: um estudo sobre falso noticiário. **Culturas Midiáticas**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/14328>>. Acesso em 06 ago. 2014.

**99** DORNELLES, Beatriz Correa; GERSON, Débora Cattani. The I-Piauí Herald e o Caso Cachoeira: Um Estudo Sobre Falso Noticiário. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 13, n. 25, 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/6720/pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**100** DRI, Clarissa Franzoi; PIACENTINI, Dulce Queiroz. Para um modelo político pós-nacional: o Estado em Jurgen Habermas. **Discurso Jurídico**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revista.grupointegrado.br/revista/index.php/discursojuridico/article/view/210>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**101** DUTRA, Joana. et al. Labjor Unifor: Experimentando o Padrão de Mercado no Campus. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Mossoró (RN), 2013. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/expocom/EX37-1211-1.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2014.

**102** FARAH, Ângela; MONTIPÓ, Criselli. Relato humanizado no jornalismo: a importância da humanização na narrativa pra um jornalismo transformador. In: *Mídia Cidadã 2009 – V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã*. **Anais...** Guarapuava, 2009. p. 906-923. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/redemc/2009/74%20relato%20montipo%20farah%20OK.pdf>> Acesso em 01 ago. 2014.

**103** FARO, José Salvador. À flor da pele: narrativas híbridas, cotidiano e comunicação. **Intexto**, v. 2, n. 25, p. 105-114, dez/2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/23750/14484>>. Acesso em 04 ago. 2014.

Publicado em: FARO, José Salvador. **Apontamentos sobre Jornalismo e Cultura**. São Paulo: Buqui, 2014.

**104** FERNANDES, Livia. As manchetes na história da Tribuna de Minas/Juiz de Fora–MG. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/142942587485891836485365395138343351106.pdf>>. Acesso em 20 set. 2013.

**105** FERNANDES, Mario Luiz. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade. Enciclopédia de Comunicação da Intercom - **ENCIPECON**. S/n., 2004. Disponível em: <[https://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/4/40/GT1-16\\_-\\_A\\_forca\\_da\\_noticia\\_local-Mario.pdf](https://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/4/40/GT1-16_-_A_forca_da_noticia_local-Mario.pdf)>. Acesso em 26 nov. 2012. Apresentado também no III Encontro da SBPJOR em Florianópolis, 2005.

**106** FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Comunicação e abstração da ação sindical: um olhar sobre o SINTEEL/PR durante a década de 90. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/98786566142787807859486732610464411281.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2014.

**107** FERRAZ, Maria Aparecida Viviani; FISCHER, Tânia. Liderança e mediação da identidade: a palavra dos líderes ea voz da mídia. **Organizações & Sociedade**, v. 8, n. 22, 2001. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewArticle/10592>>. Acesso em 31 jul. 2014.

**108** FERREIRA JÚNIOR, José Ribamar et al. Para além do lead: uma análise da construção da notícia. *Iniciacom*, v 1, n 1, 2006. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/352/344>>. Acesso em: 27 set. 2012.

**109** FIERA, Leticia. Jornalismo Econômico e Agenda Setting: os editoriais da Folha de S. Paulo diante das reuniões e decisões do Copom. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Luís, SBPJOR, 2010. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/cl\\_57.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/cl_57.pdf)>. Acesso em 26 ago. 2014.

**110** FIGARO, Roseli. (2014). Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014. Disponível em: < <http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/231>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**111** FELIPPI, Ângela; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. **Rumores**, v. 7, n. 14, p. 8-27, 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69427>>. Acesso em 17 ago. 2014.

Apresentado em:

FELIPPI, Ângela; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Jornalismo e Estudos Culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba, SBPJOR/PUC-PR, 2012. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/comunicacoes\\_coordenadas/ana\\_carolina\\_escosteguy\\_angela\\_felippi.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/comunicacoes_coordenadas/ana_carolina_escosteguy_angela_felippi.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**112** FOLETTO, Leonardo Feltrin. Apuração e transparência em blogs jornalísticos. V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. **Anais...** Guarapuava, 2009, p. 156-165. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2009/11%20apuracao%20foletto%20ok.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2014.

**113** FOLETTO, Leonardo Feltrin. Conceituando weblog a partir de Otto Groth. IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. **Anais...** Guarapuava, Intercom, 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0719-1.pdf>> Acesso em 07 ago. 2014.

**114** FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Um Conceito para Jornalismo: conhecimento singular ou senso comum? **Revista Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 171-182, jul-dez/ 2000. Disponível em: < [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/05/pdf\\_575428d424\\_0016611.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_575428d424_0016611.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**115** FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O Jornalismo nos Conglomerados Globais: prestação de serviços e entretenimento. **E-Compós**, v 2, p. 1-18, abr/ 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/32/33>>. Acesso em 16 jul. 2014.

**116** FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O declínio da notícia no jornalismo pós-fordista dos conglomerados multimídia. **E-Compós**, v. 7, P. 1-26, dez/ 2006. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/98>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**117** FOSSÁ, Maria I; RIBEIRO, Daiane B. O poder da informação na midiáticação: reflexões sobre o mito da objetividade na linguagem jornalística e o contexto de produção de sentido do seu discurso. **Revista Elementa**, v. 1, n. 2, jul/dez, Sorocaba, 2009. Disponível em: <[comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1\\_n2\\_04.pdf](http://comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1_n2_04.pdf)>. Acesso em 11 jul. 2013.

**118** FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/3535>. Acesso em 18 ago. 2014.

**119** FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A Disputa e o Conflito na Construção da Notícia Política. XXII Congresso INTERCOM, 1999. **Anais...** Rio de Janeiro, INTERCOM / Universidade Gama Filho, 1999. p. 1-19. Disponível em : <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/94be1c77c1c0b8be9f1f566cf3e1bb80.pdf>. Acesso em 16 jul. 2014.

**120** FRANCISCATO, Carlos Eduardo; GUERRA, Josenildo L. Contributions of qualitative research to journalistic reporting. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 2, p. 83-97, 2006. Disponível em: < <http://snap3.uas.mx/RECURSO1/libroselectronicos/BIBAS%20PERIODISMO%20-%20DIGITAL/Contribution%20of%20qualitative%20research%20to%20journalistic%20reporting.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2014

**121** FRANCISCO, Kárita Cristina. Barreiras na produção de conhecimento pelo jornalismo econômico. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 2, p. 117-125, 2008. Disponível em: < <https://150.162.1.115/index.php/jornalismo/article/view/2317>>. Acesso em 16 set. 2013.

**122 FRANCISCO, Kárita C; TELÓ, Bruna Caroline.** A imprensa douradense: a cobertura dos jornais impressos no último dia das campanhas eleitorais 2006. VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste. **Anais...** Cuiabá, Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste/2007/resumos/R0063-1.pdf>. Acesso em 25 ago. 2014.

**123 FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Silvia Saraiva.** A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 58, p. 45-52, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/789>. Acesso em 07 ago. 2014.

**124 FREDERICO, Celso. A Recepção de Lukács no Brasil. Gramscimania.** 2009. Disponível em: <http://www.gramscimania.info.ve/2009/06/recepcao-de-lukacs-no-brasil.html>. Acesso em 23 ago. 2013.

**125 FREIRE, Marcelo; FAXINA, João Marcelo; BARP, Luiz Fernando Greiner.** Enquadramento: Amy Winehouse e as drogas no programa Fantástico. XIV Congresso da Intercom Sul, **Anais...**, Santa Cruz do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0443-1.pdf>. Acesso em 23 dez. 2013.

**126 FREIRE, Rogério; FREIRE, Robson; ROVER, Alessandra.** Complexidade e Conhecimento no Contexto do Jornalismo. XI Congresso Sul Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Novo Hamburgo, 2011. Disponível em: [http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:uoyYQy42EasJ:scholar.google.com/+%22adelmo+genro+filho%22&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:uoyYQy42EasJ:scholar.google.com/+%22adelmo+genro+filho%22&hl=pt-BR&as_sdt=0,5). Acesso em 11 jul. 2013.

**127 FRIDERICH, Bibiana; OLTRAMARI, Andrea Poletto; GRZYBOVSKI, Denize.** Carreira, família e a dialógica do assujeitamento: o discurso vigente em uma revista popular de negócios. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 1, p. 112-130, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512014000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512014000100008&script=sci_arttext). Acesso em 17 ago. 2014.

**128** FRIDERICHS, Bibiana de P. Poder e Fait Divers: o irrecuperável no jornalismo passo-fundense. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais... Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2239-1.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

**129** GADINI, Sergio L. Dilemas da pesquisa no jornalismo contemporâneo: da abrangência midiática à ausência de métodos específicos de investigação. **Pauta Geral**, Salvador, v. 12, n. 7, p. 175-188, 2005.

**130** GADINI, Sergio L. A compreensão do mundo do discurso da imprensa sindical. **Pauta Geral**, Salvador, v. 1, n.1, p. 62-68, 1993.

**131** GADINI, Sergio L. Contemporary Journalism: in search of a constructive theory. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 2, p. 138-157, jul/dez, 2005. Disponível em: <<http://bjr.libertar.org/index.php/bjr/article/viewFile/54/55>>. Acesso em 08 ago. 2013.

Publicado em:

- GADINI, Sergio L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista Famecos**, v. 1, n.33, p. 79-88. Porto Alegre, PUC-RS, 2007. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/3264/3090>>. Acesso em 11 out. 2012.

Apresentado em:

GADINI, Sergio L. Uma perspectiva teórica construcionista nos estudos em jornalismo: ensaio para discutir a produção jornalística contemporânea. XI Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. **Anais...** São Paulo, FNPJ, 2008. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/index.php>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**132** GADINI, Sergio L. A Dinâmica Discursiva do Acontecimento Jornalístico. **Pauta Geral**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 147-164, 1995.

**133** GADINI, Sérgio L. Considerações acerca do horizonte da verdade no discurso da imprensa sindical. In: MARQUES DE MELO, José (org). **Transformações do jornalismo brasileiro**: ética e técnica. São Paulo: Intercom, 1994.

**134** GADINI, Sérgio L. Desafios de pesquisa em Jornalismo Cultural: estratégias metodológicas para compreender os processos editoriais no campo cultural. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://scholar.google.com.br/scholar?start=410&q=%22genro+filho%22&hl=pt-PT&as\\_sdt=0,5](http://scholar.google.com.br/scholar?start=410&q=%22genro+filho%22&hl=pt-PT&as_sdt=0,5)>. Acesso em 07 ago. 2014.

Apresentado em:

GADINI, Sérgio L. Breves sugestões e estratégias (metodológicas e contextuais) para compreender os processos editoriais no Campo Cultural. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Bernardo do Campo, SBPJOR/ UMESP, 2008. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/individual77sergiogadini.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**135** GADINI, Sérgio L.; WOITOWICZ, Karina Janz. O Jornalismo como suporte de uma hegemonia governista – a produção de sentido no discurso jornalístico sobre conflitos de terra no Estado do Paraná. **Pauta Geral**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 181-196, 2002.

**136** GADINI, Sergio L. O acontecimento da notícia no universo mediático contemporâneo. **Pauta Geral**, Salvador, v. 2, n.2, p. 31-42, 1994.

**137** GENTILLI, Daniel Lopes. Direito à Informação em Emissora Pública de Comunicação: uma Análise Do Telejornal Repórter BrasilXII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). **Anais...** Lima (Peru), 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/11/vGT18-Davi-Lopes.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**138** GENTILLI, Victor. Metodologia para crítica de mídia: como estudar o silêncio? V Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Aracaju, 2007. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/coordenada\\_5\\_.victor\\_gentilli.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/coordenada_5_.victor_gentilli.pdf)> Acesso em: 11 jul 2013.

**139** GIORDANI, Rosselane Liz. As Relações de Poder Exercidas através do Discurso. **BOCC** – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã (Portugal), 2011. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2014.

**140** GÓIS, Veruska Sayonara de. Direito constitucional à informação: reflexões sobre garantias possíveis. **Direito e Liberdade**, v. 3, n. 2, p. 689-704, 2010. Disponível em: [http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/view/299](http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/299). Acesso em 07 ago. 2014.

**141** GOMES, Rafael de Jesus. Limitações Organizacionais no Processo de Produção das Notícias: Um estudo de caso no Correio de Sergipe. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. **Anais...** Cuiabá: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0291-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**142** GONÇALVES, Elias Machado. **Jornalismo na Internet. O** paradoxo entre o fascínio das potencialidade da tecnologia digital e o modelo de produção verticalizada da notícia. Salvador: UFBA, 1996. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/447f9524b966a91df3171c9ce3e51284.pdf>>. Acesso em 20 set. 2013.

**143** GONÇALVES, Elias Machado. O Pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, 1º sem/ 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086/1826>>. Acesso em 24 set. 2014.

**144** GONÇALVES, Elias Machado. A simulação do fato jornalístico na galáxia dos fariseus. **Pauta Geral**, Salvador, n. 1, v. 1, p. 11-19, 1993.

**145** GONÇALVES, Elias Machado. A Essência do Real nas Notícias. **Pauta Geral**, Salvador, n. 2, v. 2, p. 50-63, 1994.

**146** - GONÇALVES, Elias Machado. From Journalism Studies to Journalism Theories. Three assumptions to consolidate journalism as a field of knowledge. **Brazilian Journalism Research**, vol. 1, nº1, p. 11-23, jan-jun, 2005.

Publicado também em:

GONÇALVES, Elias Machado. Dos Estudos sobre Teoria do Jornalismo às Teorias do Jornalismo. **E-Compós**, vol1, nº 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/2/4>>. Acesso em 14 set. 2012.

**147** GONÇALVES, Elias Machado. Jornal do CCE—um laboratório para os alunos de Redação II. In: MACHADO, Elias; TEIXEIRA, Tattiana. **Ensino de Jornalismo em Tempos de Convergência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

**148** GONÇALVES, Elias Machado. A Construção da Cidadania na Comunicação Política. **Revista de Comunicação e Biblioteconomia**, n. 6, p. 51-64, jan/ dez 1994. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16540>>. Acesso em 24 set. 2014.

**149** GONÇALVES, Elias Machado. A pesquisa brasileira em jornalismo (1987-2007). Um balanço 20 anos depois da publicação de O Segredo da Pirâmide. In: AMARAL, Márcia F (org) et al. **Olhares sobre o Jornalismo**: a contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: Facos, 2007. p. 51-75.

**150** GRANEZ, Marcio da Silva. O jornal-laboratório como instrumento didático: reflexões sobre a prática. Salão do Conhecimento. **Anais...** Unijuí, Ijuí (RS), 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/viewFile/3639/3035>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**151** GRANEZ, Marcio da Silva. Gêneros Textuais e História do Jornalismo: Anotações para uma Proposta Didática. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1686-1.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014

**152** GUEDES, Nicoli Glória de Tassis; SILVA, Flávia Kelly. Jornalismo Investigativo, Linguagem e Práticas Sociais: Produção e Circulação de Sentidos na Reportagem Meninas do Brasil. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Vitória, Intercom, 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-1237-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**153** GUERRA, Josenildo Luiz. Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. In: Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação—Compós. **Anais...** Porto Alegre, 2000. Disponível em: < <http://www.crisluc.arq.br/Ensaio%20sobre%20o%20jornalismo.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2014.

**154** GUERRA, Josenildo Luiz. Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo: da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética. XXII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinas da Comunicação. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2000. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>. Acesso em 07 ago. 2014.

**155** GUERRA, Josenildo Luiz. Impasses entre teoria e prática: algumas provocações sobre procedimentos éticos e técnicos praticados no jornalismo. XXI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinas da Comunicação. **Anais...** Recife: Intercom, 1999. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1b51de591760a9d584a90ad41352323c.PDF>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**156** GUERRA, Josenildo Luiz. Preliminares para a discussão de parâmetros de relevância na produção da notícia: da crítica das ideologias às especificidades dos conceitos de “audiência” e “público”. I Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Brasília, SBPJOR, 2003. Disponível em: < <http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t031.doc>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**157** GUIMARÃES, Cátia. Jornalismo de Informação: o fragmento como método de hegemonia. XXV Simpósio Nacional de História. **Anais...**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0872.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

**158** GUIMARÃES, Cátia. Jornalismo e Contra-hegemonia. XII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). **Anais...** Lima (Peru), 2014. Disponível em: < <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/GT8-C%C3%A1tia-Guimar%C3%A3es.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**159** HAUSER, Vanessa. Jornalismo e singularidade: reflexões para uma “essência” dialética. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba: PUC-PR/ SBPJOR, 2012. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/10encontro/vanessa\\_hauser.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/10encontro/vanessa_hauser.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**160** HENRIQUES, Rafael Paes. Robert Park, Genro Filho e a questão do diploma em Jornalismo. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Vitória (ES), 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R19-0517-1.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2014.

**161** HENRIQUES, Rafael Paes; CARRIÇO, Cristian Favaro. Estratégias Discursivas: uma análise do Telejornal Tribuna Notícias Primeira Edição. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Vila Velha (ES): Intercom, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-1147-1.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**162** HERPICH, Francine. Construção da Pobreza no Jornalismo Popular IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. **Anais...** Guarapuava, Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0203-1.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**163** HERZ, Daniel K. Adelmo Genro Filho e o Jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 10, n. 2, p. 443-478, Florianópolis, jul/ dez, 2013. Disponível em: <<https://www.journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n2p443/25747>> Acesso em 15 dez. 2013.

**164** IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade Social do Jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, v. 15, nº 2, p. 31-41. Porto Alegre, jul/dez 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/6966/6286>>. Acesso em 15 set. 2012. – publicado também no Intercom Sul de 2009 - <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-1200-1.pdf>>.

**165** IJUIM, Jorge Kanehide; SARDINHA, Antônio C. Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado. **Comunicação e Sociedade**, vol 30, nº 51, p. 155-176, São Bernardo do Campo, jan/jun de 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/858/909>>. Acesso em: 15 set. 2012.

**166** JÁCOME, Phellipy Pereira. Jornalismo e Autolegitimação: a historicidade dos discursos autorreferentes. **Leituras do Jornalismo**, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: < <http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/31/35>>. Acesso em 12 set. 2014.

**167** JORGE, Thais Mendonça. Mcdonaldização no jornalismo, espetacularização da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, p. 25-35, 2008. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewArticle/5557>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**168** JORGE, Thais Mendonça; BORGES, Rogério P. Dilema e Experimentação em João do Rio: contribuições ao jornalismo e à literatura. **Contracampo**, n. 18, p. 181-201, Niteroi, UFF, 2008. Disponível em: < <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/342>>. Acesso em 08 ago. 2013.

**169** JORGE, Thais Mendonça. Cronologia da Notícia (de 740 a.C a 2020). II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. **Anais...** Florianópolis, Rede Alcar, 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1/Cronologia%20da%20Noticia%20-de%20740%20a.C%20a%202020.doc>>. Acesso em 25 ago. 2014.

**170** JORGE, Thais Mendonça. A notícia e os valores-notícia: o papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. **UNirevista**, v. 1, n. 3, jun/ 2006. Disponível em: < [http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Jorge.pdf](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**171** JORGE, Thais Mendonça. Por uma didática da notícia. Experiências extraclasse na construção da grande reportagem. **Rebej**, v. 1, n. 1, p. 63-86, 2007. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/rebej/article/view/3948/3706>>. Acesso em 07 ago. 2012. Também apresentado no 9º Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, realizado em Campos (RJ) em 2006.

**172** KARAM, Francisco J. Jornalismo, ordenação e desordenação sociais: contribuições preliminares da Semiótica da Cultura. **Pauta Geral**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 111-132, 2002.

**173** KARAM, Francisco J. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. **Revista Alceu**, v 10, n 19, p. 109-117, Rio de Janeiro, PUC-RJ, jul/dez, 2009. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu19\\_Karam.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu19_Karam.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2012.

**174** KARAM, Francisco J. 20 anos de O Segredo da Pirâmide. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v 4, n 1, p. 167-176, Florianópolis, jan/jun, 2007. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/4795/4071>>. Acesso em: 27 set. 2012. Texto publicado em MARQUES DE MELO, José (org). **Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: UESP/ Imprensa Oficial, 2009.

**175** KARAM, Francisco José Castilhos. Journalism in the age of the information society, technological convergence, and editorial segmentation Preliminary observations. **Journalism**, v. 10, n. 1, p. 109-125, 2009. Disponível em: < <http://jou.sagepub.com/content/10/1/109.short>. Acesso em 21 ago. 2014.

**176** KIELING, Camila Garcia. O 25 de abril na imprensa brasileira. In: MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena (ed.). **Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização**. Braga (Portugal): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014.

**177** KLOCKNER, Luciano. Bases para um jornalismo protagonista. XII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). **Anais...** Lima (Peru), 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/10/vGT16-Luciano-KI%C3%B6ckner.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2014.

**178** KUCINSKI, Bernardo. A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-17, 2012. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n1p4/22283>>. Acesso em: 14 maio 2013.

**179** LACERDA, Juciano de Sousa et al. A Construção Ética da Notícia Frente às Técnicas de Fotojornalismo: Uma Análise da Cobertura da Folha de São Paulo sobre o Desastre de Bangladesh. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Manaus: Intercom, 2013. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/2013/resumos/R8-0727-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**180** LAGE, Nilson. Que futuro há para os jornais impressos? **Revista Eletrônica Temática**, 19 fev. 2005. Disponível em: < <http://www.insite.pro.br/2005/30-Que%20futuro%20h%C3%A1%20para%20os%20jornais%20impressos.pdf>>. Acesso em 11 set. 2014.

**181** LAGO, Claudia. Possíveis Critérios Metodológicos e a Reconstituição da Pesquisa sobre o Ethos Romântico no Jornalismo. IV Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...**, Porto Alegre, SBPJOR, 2006. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coord2\\_claudia\\_lago.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coord2_claudia_lago.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2012.

**182** LAURINDO, Rosemeri. Os estudos sobre gêneros jornalísticos em Portugal. **Pauta Geral**, Salvador, v. 10, n. 5, p. 65-80, 2003.

**183** LAURINDO, Rosemeri. Three Dimensions of the Author-Function in Journalism Practices. **Brazilian Journalism Research**, v. 3, n. 2, 2º Sem. 2007. Disponível em: < <http://www.sbpjour.org.br/ojs/include/getdoc.php?id=402&article=140&mode=pdf>>. Acesso em 15 ago. 2014.

**184** LAURINDO, Roseméri. Um Bob no Collorgate tal qual no Watergate–Jornalistas que fizeram a diferença. **Comunicação & Política**, v. 28, n. 3, p. 69-82, 20???. Disponível em: < <http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/19291ART4%20Rosemeri%20Laurindo.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2014.

**185** LAURINDO, Roseméri et al. O Segredo da Caros Amigos: por uma leitura crítica de Adelmo Genro Filho. II Seminário de Pesquisa da FACOM-UFBA. **Anais...** Salvador, 1997.

- 186** LEAL, Bruno Souza. Sobre periodismo y narración: desplazamientos y cuestiones. **CIC Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 19, p. 159-178, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/view/43909/41507>>. Acesso em 11 set. 2014.
- 187** LEAL, Bruno Souza. Para além das notícias: o jornal, sua identidade, sua voz. **Revista Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 113-122, mai-ago, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5047/2296>>. Acesso em 28 set. 2012.
- 188** LEAL, Bruno Souza. O jornal versus a notícia. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: **Anais...**, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14577734478002783431135543354873654957.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- 189** LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos. Sobre Jornalismo e Homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-Compós**, v 12, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/214/353>>. Acesso em: 28 set. 2012.
- 190** LEAL, Paulo R. F; MENDES, Gláucia da S. Memória Liberal e construção do “socialismo do século XXI” no noticiário de O Globo sobre a reforma constitucional venezuelana de 2007. IV Encontro da Compolítica. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <[www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Gláucia-Mendes.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Gláucia-Mendes.pdf)>. Acesso em 11 jul. 2013.
- 191** LEANDRO, Paulo Roberto. O processamento da notícia esportiva. 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Aracaju: UFS/ SBPJOR, 2007. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind\\_.paulo\\_roberto\\_leandro.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind_.paulo_roberto_leandro.pdf)>. Acesso em 31 jul. 2014.
- 192** LEANDRO, Paulo Roberto. Jornalismo esportivo como especialização capaz de ampliar a autonomia em relação as fontes interessadas em desenvolver carreira política. **Diálogos Possíveis**, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revistas.faculdadesocial.edu.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/111>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**193** LEMOS, Eliana Sena Castro Pinheiro de. Quem faz o show: os profissionais da imprensa na cobertura do carnaval baiano de 2006. UNESCO - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. **Anais...** São Bernardo do Campo, Umesp, 2006. Disponível em: < [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a8/GT3-\\_FOLKCOM-\\_04-\\_Quem\\_faz\\_o\\_show-\\_Eliana.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a8/GT3-_FOLKCOM-_04-_Quem_faz_o_show-_Eliana.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**194** LERRER, Débora F. O Jornalismo Brasileiro, a questão agrária e o imaginário. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/129932895993654552178630693142152188718.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

**195** LONDERO, Rodolfo Rorato. O que (não) é notícia: uma reflexão ética dos temas sugeridos por manuais de jornalismo. V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. **Anais...** Guarapuava, 2009. p. 679-689. Disponível: < <http://www.unicentro.br/redemc/2009/53%20oque%20londero%20OK.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**196** LOTH, Raquel Wandelli. Flânerie Coruja: a potência impessoal e inumana da reportagem. 1º Seminário Nacional Discurso, Cultura e Mídia. Unisul. **Anais...** Itajaí, 2012. Disponível em: <[linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/seminário/anais%201/Raquel\\_Loth.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/seminário/anais%201/Raquel_Loth.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2013. O mesmo texto está publicado com outro título  
LOTH, Raquel Wandelli. Jornalismo Vira-lata e Coruja: a Potência Inumana e Impessoal da Flânerie. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Fortaleza, Intercom, 2012. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2037-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**197** MACHADO, Maria Berenice da Costa. Diário Complexo: Zero Hora e as Eleições. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**, Salvador, 2002. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/28a923c91cc5e5d35c8791e67a622529.pdf>> Acesso em 16 jul. 2014.

**198** MAIA, Aline S. C. Sobre o jornalismo e as notícias. XIII Congresso de Ciências da Comunicação da região Sudeste. **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0050-1.pdf>. Acesso em 21 nov 2012.

**199** MAIA, Flávia Dourado. Jornalismo e narrativa mítica: do ideológico ao imaginário. XI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Novo Hamburgo (RS), **Anais...**, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0637-2.pdf>>. Acesso em 14 set. 2012.

**200** MAIA, Flávia Dourado. A dimensão simbólico-mítica do jornalismo para além da dicotomia objetividade/subjetividade. **Intexto**, n. 30, p. 56-71, 2014. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/38692/30386>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**201** MAIA, Flávia Dourado. A dinâmica do imaginário e do jornalismo. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Fortaleza, Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2206-1.pdf>> Acesso em 04 ago. 2014.

**202** MAIA, Martha Regina; LELO, Thales Vilela. A positividade do conflito em entrevistas jornalísticas. 9º Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <http://www.encontroanpocs.org.br/2010/>>. Acesso em 11 jul 2013. Texto publicado em: MAIA, M. R; LELO, T. V. Da dimensão positiva do conflito em entrevistas jornalísticas. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 61, p. 25-33, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2012.26.61.03>. Acesso em 07 ago. 2014.

**203** MANINI, Elaine Aparecida. O uso da Infografia na revista Saúde!. VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo (RS), **Anais...** 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0646-1.pdf>>. Acesso em 14 set. 2012. (graduanda em Jornalismo UFSC)

**204** MARCILIO, Daniel. O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e a atividade jornalística. **AEDOS**, v. 5, n. 12, p. 42-63, jan/jul 2013. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/36941/26769>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**205** MARQUES DE MELO, José. Communication research: new challenges of the Latin American School. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 182-190, 1993. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01319.x/abstract>>. Acesso em 15 jul. 2014.

**206** MARQUES DE MELO, José. Memória do Campo Acadêmico da Comunicação: estado da arte do conhecimento empírico de natureza historiográfica. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvaldo J. **Quem tem medo de Pesquisa Empírica?** São Paulo: Intercom, 2011, p. 19-76. Disponível em: <<http://200.144.189.84/ebooks/arquivos/337a61995de8f72ef1d4842382986b6a.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

**207** MARQUES DE MELO, José. A pesquisa em jornalismo no Brasil: trajetórias e perspectivas. In: VASSALO LOPES, Immacolatta (org). **Vinte anos de Ciências da Comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas.** Santos: Unisanta/ Intercom, 1999. p. 117-123. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/c20e4c219294caa45047580c87c800d7.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2014.

**208** MARQUES DE MELO, José. Teorização do Jornalismo no Brasil: das origens à atualidade. In: MARQUES DE MELO et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas luso brasileiras.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 295-314.

**209** MARTINS, Allyson Viana. Memória como critério de qualidade no jornalismo: apontamentos sobre instituição e organização. **REBEJ Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 4, n. 14, p. 121-142, 2014. Disponível em: < <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/324/224>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**210** MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. A crise ambiental e a centralidade da mídia na modernidade: o jornalismo como promotor da reflexividade. **Anais... SBPJOR**, 2006. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind\\_carine\\_massierer\\_e\\_reges\\_schwaab.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ind_carine_massierer_e_reges_schwaab.pdf)>. Acesso em 06 ago. 2014.

- 211** MATTOSO, Diego. Elementos para a compreensão da interface entre jornalismo e política na esfera do cotidiano. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Paulo: USP/SBPJOR, 2009. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/diego\\_mattoso.pdf](http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/diego_mattoso.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.
- 212** MEDEIROS, Marla C. A; PINHEIRO, Rosane. 35 anos do curso de Comunicação Social da UFMA: um olhar sobre essa história. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. **Anais...** Novo Hamburgo: Feevale; Rede Alcar, 2005. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1/35%20ANOS%20DO%20CURSO%20DE%20COMUNICACaO%20SOCIAL.doc>>. Acesso em 05 ago. 2014
- 213** MEDITSCH, Eduardo. O Poder da Morte e a Agonia do Jornalismo. **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação**, v. 14, n. 64, p. 34-44, São Paulo: jan/jun, 1991. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1321/1270>>. Acesso em 08 Maio 2012.
- 214** MEDITSCH, Eduardo. Adiós Ciespal: ruptura brasileña na enseñanza en periodismo. **Comunicación y Sociedad**, n. 11, p. 11-23, set/dez. 1991b. Disponível em: < [http://www.comunicacionysociedad.cucsh.udg.mx/sites/default/files/a1\\_31.pdf](http://www.comunicacionysociedad.cucsh.udg.mx/sites/default/files/a1_31.pdf)>. Acesso em 16 out. 2013.
- 215** MEDITSCH, Eduardo. Ciespal: progreso y problema del comunicólogo. **Chasqui**, v. 67, p. 70-74, 1999. Disponível em: <<http://www.ciespal.net/ciespal/images/files/MEDITSCH,%20Eduardo%20.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2013.
- 216** MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Beira do Interior, Portugal, 1999. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>. Acesso em 22 ago. 2013.
- 217** MEDITSCH, Eduardo. Filosofia de Paulo Freire e Práticas Cognitivas do Jornalismo. **Comunicação e Educação**, nº 27, p. 15-30, maio/ago 2003. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ced/n27/v2n27a03.pdf>. Acesso em 14 set. 2012.

- 218** MEDITSCH, Eduardo. A formação para a práxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. **Comunicação e Sociedade**, v. 5, p. 25, 2004. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs./index.php/comsoc/article/viewFile/1243/1186>>. Acesso em 22 ago. 2013. (originalmente apresentada em 2003).
- 219** MEDITSCH, Eduardo; MORENO, Carlos. Estudos em Jornalismo [entrevista dada por Meditsch]. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 27, n. 2, São Paulo: jul/dez 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1070/971>>. Acesso em 25 Out. 2012.
- 220** MEDITSCH, Eduardo. Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação-ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. X Congresso da Compós. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>>. Acesso em 16 set. 2013.
- 221** MEDITSCH, Eduardo. Journalism as a way of knowledge: a Brazilian pedagogical experience. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Beira do Interior, Portugal, 2008. Disponível em: <[www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-journalism-knowledge.pdf](http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-journalism-knowledge.pdf)>.
- 222** MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos da Arrábida, Universidade de Verão, 1997. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/O%20jornalismo%20%E9%20uma%20forma%20de%20conhecimento.pdf>>. Acesso em 08 maio 2012.
- MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo é uma forma de conhecimento? **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 1, n. 1, p. 9-22. Disponível em: [http://www.cimj.org/images/stories/docs\\_cimj/mj\\_1.pdf](http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/mj_1.pdf)> Acesso em 19 ago. 2014
- MEDITSCH, Eduardo. Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Beira do Interior, Portugal, 1997. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-journalism-as-a-form-of-knowledge.pdf>. Acesso em 07 ago. 2013.

MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa. In: MARQUES DE MELO et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. (trata-se do mesmo texto publicado).

MEDITSCH, Eduardo. Fundamentos e Pertinência da Abordagem do Jornalismo como Forma de Conhecimento. IV Congresso Iberoamericano dos Pesquisadores em Comunicação. **Anais...** Santos, 1997. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/6gt/eduardo%20meditsch.rtf>>. Acesso em 15 set. 2012.

**223** MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire e o estudo da mídia: uma matriz abortada. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã, Universidade da Beira do Interior, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-paulo-freire-estudo-midia.pdf>. Acesso em 22 ago. 2014.

**224** MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research**, 2010, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2010. Disponível em: <<http://www.sbpjor.org.br/ojs/include/getdoc.php?id=963&article=300&mode=pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014. Com versão em inglês disponível em: <<http://www.sbpjor.org.br/ojs/include/getdoc.php?id=913&article=273&mode=pdf>>.

**225** - MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana B. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 26, n. 1, São Paulo: jan/jul 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/1031>>. Acesso em 07 ago. 2013.

**226** MEDITSCH, Eduardo. **A contribuição de Adelmo Genro Filho a uma teoria do jornalismo**. Comunicação apresentada no XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação (Viçosa, setembro de 1988). Florianópolis, UFSC, 1988. (trata-se, segundo o autor, do mesmo texto publicado no primeiro capítulo de “O Conhecimento do Jornalismo”, publicado em 1992)

- 227** MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e Construção Social do Acontecimento. In: FONSECA, V. P. S.; BENETTI, Márcia. **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 13-42.
- 228** MEDITSCH, Eduardo. Veias Abertas do Jornalismo. In: BOLAÑO, César; CROVI DRUETTA, Delia; CIMADEVILLA, Gustavo. **La Contribución de la America Layina al Campo da Comunicación**: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de investigación. La Paz: ALAIC, 2014.
- 229** MEIRELES, Fábio K. A Experiência na Narrativa Gonzo Jornalística - Uma sistematização dos princípios lingüísticos do gonzo jornalismo. **Revista de Especialização em Comunicação Social**, UFMG, Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Sv5mTOEWixkJ:scholar.google.com/+%22adelmo+genro+filho%22&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Sv5mTOEWixkJ:scholar.google.com/+%22adelmo+genro+filho%22&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em 08 maio 2013.
- 230** MELLO, Clarissa. As várias faces de ACM em 25 anos de Tribuna da Bahia. **Pauta Geral**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 72-86, 1995.
- 231** MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais** - nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. 2006. <[http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%201/Jairo\\_Mendes.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%201/Jairo_Mendes.pdf)>. Acesso em 16 set. 2013.
- 232** MENDES, Laís do Valle; RIBEIRO, Lavínia Madeira. Releases em Jornais Online: A Dependência das Redações Brasileenses da Produção das Assessorias de Imprensa Governamentais. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. **Anais... Águas Claras (DF)**, Intercom, 2014.
- 233** MENESES, Leda Rosa. Jornalismo moderno na superficialidade camufla sensacionalismo bolorento no conteúdo. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. V Reunião do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo. **Anais... Rio de Janeiro**, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/39530042168959460680860621810469694344.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2014.

**234** MENESES, Verônica; SILVA, Lara Cavalcante da. Crônica e jornalismo: a crônica no contexto atual do jornal A Folha de São Paulo. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Brasília, Intercom/ UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/103658761987730232748007531068805818098.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2014.

**235** MIELNICZUK, Luciana. A Pirâmide Invertida na época do Webjornalismo: tema para debate. In: XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação–Intercom. **Anais...** Salvador, UFBA, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5d6d9e69877533cc49e8c07def88e611.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2014.

**236** MIELNICZUK, Luciana. Notas sobre o formato de apresentação das informações jornalísticas em diferentes suportes. I Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Brasília, SBPJOR/ UnB, 2003. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t036.doc>>. Acesso em 26 ago. 2014.

**237** MOHERDAUI, Luciana. As Lentes de Barbie Zelizer. **Contracampo**. Niteroi (RJ), n. 14, p. 185-200, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/520/361>>. Acesso em: 07 maio 2013.

**238** MONTIPÓ, Criselli. Relato Humanizado: por um jornalismo que é a cara do Brasil. **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, n. 8, p. 1-12, 2010. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/Revista/index.php/comunicacao/article/view/460>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**239** MORAES, Cláudia Herte. Acontecimento Inesperado: uma ordem no discurso. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Luís, SBPJOR, 2010. PUBLICOU O MESMO TEXTO EM: MORAES, Cláudia Herte; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. As cheias de 2010 na revista Veja: a narração jornalística diante do “inesperado”. *Ação Midiática*, UFPA, Belém, v. 1, n 2, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/26422/17636>. Acesso em 07 ago. 2014.

**240** MOREIRA, Fabiane Barbosa. Fato Jornalístico e Fato Social. **Em Questão**, v. 10, n. 2, p. 275-285, jul-dez/ 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/95/53>>. Acesso em 16 out. 2013.

**241** MORETZSOHN, Sylvia. "Profissionalismo" e "objetividade": o jornalismo na contramão da política. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>>. Acesso em 14 set 2012.

**242** MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e Criminologia: o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2003. Disponível em: <[http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.html)>. Acesso em 23 ago. 2013.

**243** MORETZSOHN, Sylvia. A vida “como ela é” e como ela pode ser: Jornalismo e Cotidiano na era do “Tempo Real”. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Salvador, SBPJOR/ UFBA, 2004. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ii\\_sbpjour\\_2004\\_cc\\_10\\_-\\_sylvia\\_moretzsohn.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ii_sbpjour_2004_cc_10_-_sylvia_moretzsohn.pdf)>.

**244** MORETZSOHN, Sylvia. O jornalismo como esclarecimento: contra a separação entre informação e opinião. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Aracaju, SBPJOR, 2007. Disponível em: [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada\\_6\\_-\\_sylvia\\_moretzsohn.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_6_-_sylvia_moretzsohn.pdf). Acesso em 07 ago. 2014.

**245** MORETZSOHN, Sylvia Debossan. As sombras de junho. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/694>>. Acesso em 13 ago. 2014.

**246** MOURA, Sandra. O New Journalism e suas relações com a literatura. **Pauta Geral**, Salvador, n. 2, v. 2, p. 91-98, 1994.

- 247** MOURÃO, Helder Ronan de Souza. Comunicação e Movimentos Sociais: O jornal do MAB como mídia radical alternativa. **Revista Eletrônica do CEMOP** - Nº 02 - setembro de 2012. Disponível em: <[http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/helder\\_mourao.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/helder_mourao.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2012.
- 248** MULLER, Iuri Almeida. O jornalismo alternativo gaúcho antes e depois de o “Segredo da Pirâmide”: a repercussão do ensaio de Adelmo Genro Filho. XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. **Anais...** Chapecó (SC), UNICHAPECÓ, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1674-1.pdf>>. Acesso em 15 set. 2012.
- 249** MUNARO, Luis F. Da esfera pública ao ciberespaço: reflexões sobre o futuro do jornalismo na internet. X Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. **Anais...** Blumenau (SC), 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-0033-1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- 250** MURTA, Gustavo César Radicchi. A Ética do Discurso como Caminho para uma Ação mais Responsável dos Mass Media. Pensar-**Revista Eletrônica da FAJE**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos2/index.php/pensar/article/view/2776>>. Acesso em 29 dez. 2014.
- 251** NASCIMENTO, Solano; KRAEMER, Luciana. A utilização da Lei de Acesso à Informação pela imprensa: análise dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. I Seminário da Abraji. **Anais...** São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:XSUyMJv4IUJ:scholar.google.com/+SOLANO+NASCIMENTO+i+seminario+abraji&hl=pt-PT&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:XSUyMJv4IUJ:scholar.google.com/+SOLANO+NASCIMENTO+i+seminario+abraji&hl=pt-PT&as_sdt=0,5)>. Acesso em 22 set. 2014.
- 252** NATAL, Chris Benjamim. Fronteiras do Jornalismo - Elementos de transdisciplinaridade intersemiótica e intermediática como produtores de linguagens híbridas parajornalísticas. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro, Intercom/ UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/169844863243608877184013869245738823113.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2014.

**253** NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputas de hegemonia: uma análise da cobertura da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial de 2003. *Compolitica. Anais...* 2005. Disponível em: [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt\\_csc-jose.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_csc-jose.pdf). Acesso em 25 ago. 2014.

**254** NOGUEIRA, Lisandro. Cinema e Política: a representação do jornalismo e do marketing político no cinema brasileiro. **Significação** - Revista de Cultura Audiovisual, v. 34, n. 27, p. 45-72, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/65644/0>>. Acesso em 26 ago. 2014.

**255** NOGUEIRA, Silas. Comunicação, cultura e violência: aspectos da discussão teórica e da pesquisa. **Revista Extraprensa**, v. 1, n. 12, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/663>. Acesso em 13 ago. 2014.

**256** NORONHA, Mariana Galvão. Vidas no Asfalto: um retrato da população em situação de rua através do livro reportagem. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. **Anais...** Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0049-1.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2014.

**257** NUNES, Ana Cecília Bisso. Jornalismo Popular no Brasil e na Alemanha: as capas do BILD Hamburg e do Diário Gaúcho. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. **Anais...** Londrina: UEL/ INTERCOM, 2011. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0734-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**258** NUNES, Mayara Rinaldi. Infovia no jornalismo político: A utilização nos jornais Folha de S.Paulo e Diário Catarinense. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba: PUC-SP/ SBPJOR, 2012. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/10encontro/mayara\\_rinaldi\\_nunes.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/10encontro/mayara_rinaldi_nunes.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2014.

**259** OLIVEIRA, Cláudia Regina. Adelmo Genro Filho. In: MELO, José Marques de (coord); RAHDE, Maria Beatriz (org). **Memórias das Ciências da Comunicação** – o grupo gaúcho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 111-131.

**260** OLIVEIRA, Daniel Gonçalves. Causas sociais na mídia: A fusão de valores como um modelo para agendar a imprensa. **Comunicologia-Revista de Comunicação e Epistemologia**, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2013. Disponível em: < <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5227/3300>>. Acesso em 12 set. 2014.

**261** OLIVEIRA, Dennis de; MALULY, Luciano. A formação necessária do jornalista. In: MALULY, L. V. B. OLIVEIRA, D. **Antes da Pauta: linhas para pensar o jornalismo no século XXI**. São Paulo: ECA-USP, 2013, p. 57-67. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/cje/anexos/antesdapauta.pdf#page=139>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**262** OLIVEIRA, Fabrício Marques de. Cápsulas do tempo: a revista em contexto digital. 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Rio de Janeiro, SPBJOR, 2011. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/C\\_C\\_46.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/C_C_46.pdf)> Acesso em 07 ago. 2014.

**263** OLIVEIRA, Fabrício Marques de. Festa para os olhos e para a razão: Notas sobre Poesia no Jornalismo e Jornalismo na Poesia. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Luís, SBPJOR, 2010. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/cc\\_16.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/cc_16.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**264** OLIVEIRA, Felipe de. A semiose da notícia: por um lugar epistêmico para o estudo do Jornalismo. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Fortaleza, Intercom, 2012. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1810-1.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**265** OLIVEIRA, Gildésio Bonfim de; NUNES, Márcio V. Narrativas Midiáticas: som e imagens do cotidiano. **Renefara – Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, Goiania, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/64/54>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

**266** OLIVEIRA, Gisele Pimenta. Cobertura Esportiva: Jornalismo de Entretenimento ou para o Entretenimento? XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. **Anais...** Cuiabá, Intercom, 2011. Disponível em: < <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0022-1.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**267** OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. A natureza do furo de reportagem: da perspectiva histórica para uma construção teórica. **Comunicação & Informação**, v. 17, n. 1, p. 5-20, 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/27756>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**268** OLIVEIRA, Michele Roxo. A emergência do jornalismo informativo ea construção de representações da identidade profissional. 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, **Anais...** Novo Hamburgo, 2005. Disponível em: < [http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:K4dQoROft3kJ:scholar.google.com/+%22genro+filho%22&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:K4dQoROft3kJ:scholar.google.com/+%22genro+filho%22&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em 16 set. 2013.

**269** OLIVEIRA, Sabrina Moreira Morais. As Concepções de Linguagem nas Definições de Jornalismo. **Estudos**, v. 38, n. 4, 693-706, out/ dez, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewArticle/2335>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**270** OLIVEIRA, Vanessa Costa de; ETGES, Hélio Afonso. As vozes e a construção de sentido no jornal Zero Hora na cobertura do incêndio da Boate Kiss. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. **Anais...** Palhoça (SC): Intercom, 2014. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1157-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**271** OSÓRIO, Pedro da Silveira. O Segredo da Pirâmide: algumas notas e lembranças. In: AMARAL, Márcia F (org). **Olhares sobre o Jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: Facos, 2007.

**272** PAIVA, Cecília Soares de. As hipóteses do gatekeeper e do agenda-setting interligadas ao fluxo da informação midiática ética e cidadã. Celacom. **Anais...** São Bernardo do Campo, Umesp, 2009. Disponível em: <[http://www2.metodista.br/unesco/1Celacom%202009/arquivos/Trabalhos/Cecilia\\_Hipoteses.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1Celacom%202009/arquivos/Trabalhos/Cecilia_Hipoteses.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2012.

**273** PAPILE, Cíntia Serasuela; BOCHEMBUZO, Daniela Pereira. Percepções Sobre o Lead ea Pirâmide Invertida 60 Anos Depois. XVIII Intercom Sudeste. **Anais...** Bauru (SP), 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0787-1.pdf>>. Acesso em 16 out 2013.

**274** PASSOS, Mateus Y. Jornalismo literário e a pirâmide: implicações discursivas na Comunicação Pública da ciência. **Revista Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 199-219, jul/dez.2010. Disponível em: <[portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/600/561](http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/600/561)> Acesso em 11 jul. 2013.

**275** PEDROSO, Rosa Nívea. O Jornalismo como uma forma de narração do presente: uma interpretação da Tese de Doutorado em Periodística de Tobias Peucer. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v 1, n 2, p. 61-72, Florianópolis, jul/dez, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/viewArticle/5961>>. Acesso em: 27 set. 2012.

**276** PEDROSO, Rosa Nívea. Natureza da Produção do Fato Jornalístico. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, n. 3, p. 53-58, jan/dez 1988. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16487>>. Acesso em 24 set. 2014.

**277** PEDROSO, Rosa Nívea. Elementos para uma Teoria do Jornalismo Sensacionalista. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 6, p. 37-50, jan/dez 1994. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/05/pdf\\_bb3fdf2afc\\_0016552.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_bb3fdf2afc_0016552.pdf)>. Acesso em 14 jul. 2014. Publicado em espanhol em: PEDROSO, Rosa Nívea. Elementos para una teoría del periodismo sensacionalista. **Comunicación y Sociedad**. Universidad de Guadalajara. Guadalajara (México), v. 21, p. 139-157, 1994. Disponível em: <[http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/comsoc/pdf/21\\_1994/139-157.pdf](http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/comsoc/pdf/21_1994/139-157.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2014.

**278** PENA, Felipe. Scholars e acadêmicos: uma comparação entre as sistematizações teóricas dos pesquisadores de jornalismo no Brasil e nos Estados Unidos. II Colóquio Brasil – Estados Unidos de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/70813516074485909147097726376028544100.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/70813516074485909147097726376028544100.pdf)> . Acesso em: 11 jul 2013.

**279** PENA, Felipe. A Teoria do Jornalismo no Brasil – após 1950. In: MARQUES DE MELO et al. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 226-295.

**280** PENTEADO, Dalila. Programa Visão Social: o exercício da democracia e as mobilizações no radiojornalismo. **Revista Alterjor**, USP, v. 2, n. 8, p. 24-41, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj8-a1>. Acesso em 15 ago. 2014.

**281** PEREIRA, Fábio Henrique. O agendamento da mídia online e o tratamento dispensado à cobertura da temática latino-americana no CorreioWeb. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2003. Disponível em: < <http://bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-agendamento-correio-web.html>>. Acesso em 18 jul. 2014.

**282** PEREIRA, Jorge Arlan. A teorização no ensino de jornalismo: o sentido da complexidade como orientador da formação. **REBEJ, Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 8, 2011. Disponível em: < <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/188>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**283** PEREZ, Katia. **Os primórdios da Rádio-peão**: uma crítica à visão funcionalista da comunicação informal. 2009. Disponível em: <http://www.comtexto.com.br/criticom/textos/katia-perez/primordios.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**284** PERUZZO, Círcia M. Krohling. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Ciberlegenda**, n. 25, 2012. Disponível em: < <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/488>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**285** PINHEIRO, Rosane A. Sob os Ventos da Independência: Odorico Mendes e o jornalismo político do século XIX no Maranhão. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Luís, SBPJOR/ UFMA, 2010. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.inghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/cc\\_44.pdf](http://sbpjour.kamotini.inghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/cc_44.pdf)>. Acesso em 22 ago 2014

**286** PONTES, Felipe. Do Jornalismo e da História à História do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 2, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p167> >. Acesso em 28 ago. 2014.

Texto também apresentado em:

PONTES, Felipe. Do Jornalismo e da História à História do Jornalismo. VI Encontro da Rede Alcar. **Anais...** Niterói, UFF, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Do%20Jornalismo%20e%20da%20Historia%20a%20Historia%20do%20Jornalismo.pdf>. Acesso em 28 ago. 2014.

**287** PONTES, Felipe S. Teoria e História do Jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história. **Interin**, v10, n. 2, Curitiba, jul/dez, 2010. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/30>>. Acesso em 25. Out. 2012.

**288** PONTES, Felipe S; KARAM, Francisco J. A Pertinência da Categoria Singularidade de Adelmo Genro Filho para os Estudos Teóricos em Jornalismo. **Estudos em Comunicação**, nº 6, p. 145-169, dez 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/pontes-karam-pertinencia.pdf>>. Acesso em 14 set. 2012.

**289** PONTES, Felipe S. 25 anos de “O Segredo da Pirâmide”- A singularidade como categoria na teoria do jornalismo e na teoria da história: possibilidades para compreender a produção jornalística de acontecimentos. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo **Anais...** Curitiba: PUC-PR/ SBPJOR, 2012. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.inghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/felipe\\_simnoo\\_pontes.pdf](http://sbpjour.kamotini.inghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/felipe_simnoo_pontes.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**290** PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Percursos metodológicos e teóricos da pesquisa em História do Jornalismo nas teses dos Programas de Comunicação do Brasil. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 179-194, 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/254/253>>. Acesso em 28 ago. 2014. Versão em Inglês: <http://www.sbpjor.org.br/ojs/include/getdoc.php?id=916&article=278&mode=pdf>>.

Disponível também em:

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Percursos metodológicos e teóricos da pesquisa em História do Jornalismo nas teses dos Programas de Comunicação do Brasil. X Congresso de ALAIC. **Anais...** Bogotá, ALAIC, 2010. Disponível em: <<http://rehime.com.ar/escritos/ponencias/X%20Congreso%20de%20ALAIC%20-%20Ponencia%20Pontes-Silva.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2014.

**291** POSSEBON, Alessandra. Reflexões sobre o jornalismo na sociedade contemporânea: a comunicação alternativa como instrumento emancipatório. **Revista Extraprensa**, v. 2, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/255>>. Acesso em 24 set. 2013

**292** POSSEBON, Alessandra. Comunicação Alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj4-a2>> Acesso em 04 ago. 2014.

**293** POSSEBON, Alessandra; SOARES, Murilo César. Movimento Social e Jornalismo Militante: o jornal Sem Terra. **Ave Palavra**, edição especial, nov. 2012. Disponível em: <<http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/Esp1112/artigos/posseboensoares.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**294** PRADO, José Luiz Aidar; BECKER, Beatriz. Do horizonte conservador à democracia da diáspora virtual: modalizações e rupturas no jornalismo. XIX Encontro da Compós. **Anais...** Rio de Janeiro, PUC-RIO, COMPÓS, 2010.

**295** PRUDENCIO, Kelly; MENEZES, Amanda G; PUPO, Fábio V. Uma alternativa ao jornalismo alternativo. XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Caxias do Sul (RS), 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2010/resumos/R5-2930-1.pdf>>. Acesso em 11 out. 2012.

**296** QUIRINO, Kelly Tatiane Martins; SARDINHA, Antonio Carlos. Ciência, Comunicação Pública e Reconhecimento na perspectiva das políticas públicas – caso representativo da cobertura sobre a saúde da população negra. Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/328.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**297** REGINATO, Gisele Dotto; DALLA POZZA, Débora Flores. O discurso da responsabilidade social e da sustentabilidade na comunicação organizacional da Vale. **Revista Organicom**, v. 10, n. 18, 2013. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/578>. Acesso em 07 ago. 2014.

**298** RIBAS, Beatriz. O contexto digital e os gêneros jornalísticos: considerações sobre a retórica da narrativa na Web. IV Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo. **Anais...** Porto Alegre, SBPJOR, 2006. Disponível em: [http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2006\\_ribas\\_sbpjor\\_portoalegre\\_narrativa.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2006_ribas_sbpjor_portoalegre_narrativa.pdf). Acesso em 07 ago. 2014.

**299** RIBEIRO, Jorge Claudio. A Ética como fator de Resistência no Jornalismo. **Revista Famecos**, nº 15, p. 101-105, ago 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3126/2398>>. Acesso em: 14 set 2012.

**300** RINALDI, Mayara. O uso da infografia no jornalismo científico brasileiro – estudo da revista Superinteressante. Intercom Sul. Passo Fundo (RS), **Anais...**, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0577-1.pdf>>. Acesso em 14 set. 2012.

**301** ROCHA, Alvaro Filipe. Criminologia e Teoria Social: Sistema Penal e mídia em luta por poder simbólico. GAUER, Ruth M. Chittó (org). **Criminologia e Sistemas Jurídico**—Penais contemporâneos – II. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Crimin.eSist.Jurid.PenaisContemp.II.2ed.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2014.

**302** ROCHA, Heitor Costa Lima da; ARAUJO, Sarah Pedon de; BEZERRA, Marina Barbosa. O noticiário nacional e a construção da identidade regional: O Jornal do Commercio e a formação da identidade pernambucana. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Mossoró, Intercom, 2014. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0708-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**303** ROCHA, Heitor Costa Lima da; MELO, Maria Cecília Mendonça. A Dimensão Educativa do Jornalismo Construtivista: Epistemologia, Naturalização e Mudança Social. **Estudos em Comunicação**, n. 16, p. 89-110, jun/ 2014. Disponível em: < <http://www.ec.ubi.pt/ec/16/pdf/EC16-2014Jun-05.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

**304** ROCHA, José Milton; FERNANDES, Mario Luiz. Perfil Universitário: um portal de mídia de proximidade? **Comunicação & Mercado**, UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 34-45, nov/ 2012. Disponível em: < <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/IN2/3.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**305** ROCHA, Paula Melani; RENÓ, Denis. A Teoria con la Practica: dos importantes aliados en la formación del futuro periodista. **Anagramas**, v. 6, n 11, p. 49-59, Medellin (Colombia), jul/ dez 2007. Disponível em: <<http://cdigital.udem.edu.co/ARTICULO/A082000112007158193/ARTICULO3.pdf>>. Acesso em: 27 set 2012.

**306** ROCHA, Paula Melani. A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira. **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-importancia-jornalismo.pdf>>. Acesso em 25 out. 2012.

**307** ROCHA, Paula Melani. A importância da formação do profissional jornalista e sua relação com o meio ambiente social no século XXI.

**BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, Covilhã (Portugal): Universidade da Beira do Interior, 2008. Disponível em: <<http://bocc.unisinis.br/pag/rocha-paula-importancia-da-formacao-do-jornalista.pdf>>. Acesso em 25 out. 2012.

**308** ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, v. 7, n. 14, p. 138-157, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434>>. Acesso em 22 ago. 2014.

**309** RODRIGUES, Allan Barreto; COSTA, Grace Soares. Jornalismo de Princípios. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. **Anais...** Palmas, Intercom, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2012/resumos/R29-0024-1.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2014

**310** RODRIGUES, Fábio Lins. Retrospectiva 2007: o Globo Repórter em transe. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** São Paulo, Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0282-1.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2014.

**311** ROSA, Isabel Cristina C. A dinâmica das notícias sobre a temática racial negra no jornal Folha de S. Paulo. **Comunicologia: revista de comunicação e epistemologia**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 91-112, 2013. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5280/3333>. Acesso em 26 set. 2014.

**312** ROSA, Luciana Reginalda Rocha da; AMARAL, Márcia F. Uma Infância cheia de estilo: análise do suprimimento Vogue Kids e sua relação com o processo de desaparecimento da infância. X Salão de Iniciação Científica PUC-RS. **Anais...** Porto Alegre, PUC-RS, 2009. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/XSalaolC/Ciencias\\_Sociais\\_Aplicadas/Comunicacao/71308-LUCIANA\\_REGINALDA\\_ROCHA\\_DA\\_ROSA.pdf](http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/XSalaolC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Comunicacao/71308-LUCIANA_REGINALDA_ROCHA_DA_ROSA.pdf)> Acesso em 06 ago. 2014.

**313** ROSA, Rosane. Um olhar sobre a cobertura jornalística de políticas públicas sociais do jornal Zero Hora. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 2, p. 287-297, Florianópolis, jul/dez, 2010. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/15130/14458>>. Acesso em 27 set 2012.

**314** ROSSI, Michele; RAMIRES, Mário Marques. A Imparcialidade como Conceito de Qualidade Jornalística. **Comunicação & Mercado**, UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 04, p. 77-83, jan-jul 2013. Disponível em: < [http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/4/edicao\\_completa.pdf#page=77](http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/4/edicao_completa.pdf#page=77)>. Acesso em 01 ago. 2014.

**315** ROXO, Marco. Sindicato e Diploma de Jornalista: a trilha da identidade profissional no Brasil. P. 206. IV Encontro Nacional de História da Mídia – Rede Alcar. **Anais...** São Luis, 2006. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-20061/Entre%20vozes%20e%20silencio%20o%20jornalismo%20de%200A%20Tarde%20durante%20o%20regime%20militar.doc> >. Acesso em 07 set. 2013.

**316** RUBLECZI, Anelise. Jornalismo Pós-Moderno: uma discussão dos valores míticos na sociedade hiper-espetacular. In: **BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2009 Disponível em:< <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/anelise-jornalismo-pos-moderno.pdf>>. Acesso em 20 set. 2013.

**317** RUBLESCKI, Anelise; MOTTA, Juliana. Cobertura ao Vivo em Televisão: o Improviso e o Testemunho em Situações de Tragédia. V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2013. Disponível em: < [http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity\\_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/08/Motta-Rublescki-V-Sipecom.pdf](http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/08/Motta-Rublescki-V-Sipecom.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**318** RUDIGER, Francisco. Elementos para a crítica do jornalismo moderno: conhecimento comum e indústria cultural. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 17, n. 3, p. 216-227, Porto Alegre, PUC-RS, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8189/5878>. Acesso em 11 out. 2012.

**319** RUSHMANN, Doris; CRUZ, Mário Henrique; GIUMELLI, Olívia D. Análisis de los procesos de producción y recepción de los artículos periodísticos sobre turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, n. 18, p. 567-587, 2009. Disponível em: <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V18/v18n5a4.pdf>> Acesso em 22 ago. 2014.

**320** SANTI, Vilso Junior Chierentin. As representações do MST na comunidade interpretativa dos jornalistas do Grupo RBS. **Revista Famecos: Sessões do Imaginário–Cinema| Cibercultural| Tecnologias da Imagem**, v. 14, n. 21, p. 81-90, ago/2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/5915/4281>. Acesso em 06 ago. 2014. Mesmo texto apresentado em: SANTI, Vilso Junior Chierentin; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Jornalistas x Sem-terras: o conflito de representações na produção das notícias do jornal Zero Hora. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 399-401. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Comunicacao\\_Social/71802-VILSO\\_JUNIOR\\_CHIERENTIN\\_SANTI.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Comunicacao_Social/71802-VILSO_JUNIOR_CHIERENTIN_SANTI.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**321** SANTOS FILHO, Robson Evangelista dos; MEIRELES, Patrícia Novato; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Flanando na Praça: narrativas jornalístico-literárias feitas a partir de uma imersão nas praças de Viçosa-MG. XXI Prêmio Expocom 2014 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. **Anais...** Vila Velha: Intercom Sudeste, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/expocom/EX43-1549-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**322** SANTOS, Andréa Cristiana. Jornalismo cívico: prática da reportagem comunitária. Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. **Anais...** Salvador, 2004. Disponível em: <[http://www.fnj.org.br/dados/grupos/jornalismo-civico-pratica-da-reportagem-comunitaria\[165\].pdf](http://www.fnj.org.br/dados/grupos/jornalismo-civico-pratica-da-reportagem-comunitaria[165].pdf)> Acesso em 20 set. 2013.

**323** SANTOS, Bruno de Aragão. O real enquanto narração: um diálogo entre o jornalismo literário e a antropologia interpretativa. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/160240526078631114889262017544062076303.pdf>>. Acesso em: 25 out 2012

- 324** SANTOS, Juliana; XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Economia Criativa: Análise da Cobertura Sistemática em Jornais Brasileiros. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Bauru (SP), Intercom, UNESP, 2012. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0158-1.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2014.
- 325** SANTOS, Laila Diana; SILVA, Noêmia Felix da. Matrizes Curriculares de Jornalismo: um olhar sobre a convergência. **Panorama**, PUC-Goiás, v. 3, n. 1, jan-dez 2003. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/panorama/article/viewDownloadInterstitial/3446/2017>. Acesso em 20 set. 2014.
- 326** SANTOS, Macelle Khouri; AYRES, Melina B. A vida através da tela: a realidade através do telejornal e do documentário. Colóquio Internacional Televisão e Realidade. **Anais...** Salvador, 2008. Disponível em: < [http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Melina%20Ayres\\_Macelle.pdf](http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Melina%20Ayres_Macelle.pdf)>. Acesso em 21 set. 2013.
- 327** SANTOS, Marli. Adelmo Genro e o pensamento comunicacional brasileiro: uma releitura do jornalismo informativo. **Comunicação & Sociedade**, v. 1, n. 38, 2002. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/4168/3921>>. Acesso em 10 maio 2012.
- 328** SARDINHA, Antonio Carlos; SILVA, Marli Barboza da. O Ensino e a Extensão em Jornalismo diante da Demanda por Informação Local. In: ORMANESE, Fabiano; BAZI, Rogério. **Reflexões para o Ensino de Jornalismo no Brasil**: algumas abordagens. Campinas: FNPJ, 2014.
- 329** SARDINHA, Antonio Carlos; LIMA, Verônica. Comunicação alternativa e cultura: análise da prática jornalística da Revista Ocas. **Revista Extraprensa**, v. 1, n. 14, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/view/epx14-r2/epx14-r2>>. Acesso em 02 ago. 2014.
- 330** SAUNIER, Gustavo et al. Jornal Laboratório Lacrima. XX Prêmio Expocom 2013 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. **Anais....** Manaus: Intercom, 2013. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/norte2013/expocom/EX34-0234-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

**331** SCHERER, Marta. Imprensa e Jornalismo. In: STRELOW, Aline (org) **A Fortuna Crítica de Antônio Holfeldt**: entre comunicação, jornalismo e literatura. São Paulo: Intercom, 2014, p. 55-66.

**332** SCHMIDT, Valdenise; FIALHO, Francisco A. Hermenêutica Jornalística: sob a luz da física quântica. **Verso e Reverso**, v21, n48, out/ 2007. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2F9iAyVWIC4J:scholar.google.com/+%22genro+filho%22&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2F9iAyVWIC4J:scholar.google.com/+%22genro+filho%22&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em 24 set. 2013.

**333** SCHUCH, Hélio A. Informação jornalística como suporte a decisões: elementos da teoria dos jogos, jornalismo de precisão e pensamento sistêmico. **Sala de Prensa**, v. 6, n. 3, Out/ 2004. Disponível em: < <http://www.saladeprensa.org/art568.htm>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**334** SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Galáxia**, v. 9, n.18, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewArticle/2650>. Acesso em 07 ago. 2014.

**335** SILVA, Carla Cardoso. Imprensa, memória e variação lingüística: uma leitura diacrônica no Monitor Campista. Transformar, Itaperuna, n.5, p. 61-68, 2012. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/revistatransformar.pdf#page=61>. Acesso em 07 ago. 2014.

**336** SILVA, Daniela Assis; SCHOMMER, Paula. Responsabilidade social na mídia: o papel dos meios de comunicação e dos jornalistas como atores sociais no Brasil e na Argentina. VII Conferência Regional ISTR América Latina e Caribe. **Anais...** Cidade do México, 2009. Disponível em: < [http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia\\_Daniela\\_de\\_Assis\\_Silva.pdf](http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia_Daniela_de_Assis_Silva.pdf)>. Acesso em 29 ago. 2014.

**337** SILVA, Eduardo Lima. Uma Visão de Comunicação Social para a Criminalística. **Revista do IGP**, v. 3, n. 3, p. 12-17, 2007. Disponível em: <http://www.igp.rs.gov.br/revistas/Revista3.pdf#page=12>. Acesso em 04 ago. 2014.

- 338** SILVA, Esdras Gomes. Manipulação da Notícia em Telejornal: Caso Greve na Construção Civil de 2012. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** João Pessoa, Intercom, 2014. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1578-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 339** SILVA, Fábio Ronaldo; MONTENEGRO, Robson Dias. A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema: Uma análise de discurso. **BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, Covilhã, Niterói, 2007 Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/silva-fabio-escola-politecnica-campina-grande.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2014.
- 340** SILVA, Gislene. Teorias do Jornalismo: discussão teórico-metodológica e epistemológica do jornalismo como prática social e exercício público de entendimento do mundo. I Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Brasília, UnB, 2003. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/t024.doc.>>. Acesso em 28 out. 2012.
- 341** SILVA, Gislene. Jornalismo e Construção de Sentido – pequeno inventário. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, vol3, nº 2, p. 95-107. Florianópolis, UFSC, 2º sem 2005. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/jornalismo/article/view/2145>>. Acesso em 14 set. 2012.
- 342** SILVA, Gislene. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 2, p. 9-15, jul-dez, 2009. Disponível em: < <https://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p9/11273>>. Acesso em 07 ago. 2013.
- 343** SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes** Ano 3, nº 1, p. 197-212, ago/dez. 2009. Disponível em: [www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/articles/download/117/189](http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/articles/download/117/189). Acesso em 11 jul 2013.
- 344** SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. **Teorias da notícia:** impasses para a teoria do jornalismo. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 11., n. 3, p. 176-184, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5053>. Acesso em 07 ago. 2014.

**345** SILVA, Luís Martins da. Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho. **Esferas**, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4723>>. Acesso em 15 ago. 2014.

**346** SILVA, Luís Martins da. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Comunicação e Espaço público**, Brasília, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.fac.unb.br/site/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=153](http://www.fac.unb.br/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=153)>. Acesso em: 17 ago. 2014.

**347** SILVA, Márcia Veiga da. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 9, n° 2, p. 490-505, jul-dez/ 2012. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490/23361>. Acesso em: 07 maio 2013

**348** SILVA, Marcia Veiga. Gênero e poder nas interfaces da produção do conhecimento: reflexões sobre uma pesquisa etnográfica no jornalismo. **Verso e Reverso**, v. 27, n. 66, p. 176-186, 2013.

**349** SILVA, Marcia Veiga da; FONSECA, Virginia Pradelina. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 60, p. 183-192, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ve.r.2011.25.60.05>>. Acesso em 15 ago. 2014.

**350** SILVA, Marcia Veiga da; FONSECA, Virginia Pradelina. **A heteronormatividade na produção das notícias**. 2010. Disponível em: <[http://www.identidade.org.br/2010/GATS\\_POVO/Marcia%20Veiga%20e%20Virginia%20Fonseca.doc](http://www.identidade.org.br/2010/GATS_POVO/Marcia%20Veiga%20e%20Virginia%20Fonseca.doc)>. Acesso em 16 ago. 2014.

**351** SILVA, Marconi Oliveira da. Wittgenstein e o Enfeitiçamento da realidade pela linguagem jornalística. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 22, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/1003>>. Acesso em 17 ago. 2014.

**352** SILVA, Marcos Paulo. As Dissonâncias Cotidianas como Substâncias das Notícias: dos paradoxos cotidianos aos critérios noticiosos. XXIII Encontro Anual da Compós. **Anais...**, Belém, 2014Disponível em: < [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10\\_ESTUDOS\\_DE\\_JORNALISMO/artigocompos2014\\_marcospaulodasilva\\_template\\_2236.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10_ESTUDOS_DE_JORNALISMO/artigocompos2014_marcospaulodasilva_template_2236.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**353** SILVA, Marcos Paulo da. Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa. **Comunicação & Inovação**, v.12, n. 23, 2012. Disponível em: < [http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/1216](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1216)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**354** SILVA, Noêmia F da. A Contribuição e o Pioneirismo de Robert Ezra Park nos Estudos de Jornalismo e da Comunicação. **Estudos**, Goiania, v. 38, n. 4, p. 679-692, out/dez de 2011. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2333/1429>>. Acesso em 08 maio 2013.

**355** SILVA, Railton. Um olhar preliminar sobre a identificação e localização do usuário de Crack. **Psicologia & Saberes**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: < <http://www.fejal.br/revista/index.php/psicologia/article/view/231/179>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**356** SILVEIRA, Ada C. Modos de Ver e Devorar o Outro: a ambivalência na cobertura jornalística nas periferias. **Revista GHREBH**. Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e de Segurança, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/index.pdf>> . Acesso em 26 nov. 2012.

**357** SILVEIRA, Ada Cristina Machado; DIAS, Anelise Schütz; MASCARENHAS, Gregório. Série “Fronteiras”: A visão do Jornal Nacional sobre as fronteiras Brasileiras. **Cadernos de Comunicação**, v. 15, n. 2. 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/ccomunicacao/article/view/4717>. Acesso em 04 ago. 2014.

**358** SIQUEIRA, Graciene Silva de; MOURÃO, Helder Ronan. Do livro reportagem à cinebiografia: apontamentos sobre adaptação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. **Anais...** Manaus, 2013. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0035-1.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

- 359** SIQUEIRA, Graciene Silva de; AMBRÓSIO, Milanna Carvalho; GAVIRATI, Vitor Franco. Cinema e Jornalismo: Uma Análise da Representação da Prática Jornalística em Filmes. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. **Anais...** Belém, Intercom, 2014. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0221-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014
- 360** SOARES, Raquel Paiva de Araújo. Las minorías en las narrativas de los media. Revista Científica de **Información y Comunicación**, Sevilha, n. 3, p. 53-62, 2006. Disponível em: <http://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/viewFile/163/160>. Acesso em 22 ago. 2014.
- 361** SOBRINHO, José L. A Essência do Jornalismo está na Apuração. In: MORAES JR, E.; MALULY, L. V. B. OLIVEIRA, D. **Antes da Pauta**: linhas para pensar o jornalismo no século XXI. São Paulo: ECA-USP, 2013, p. 138-153. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/cje/anexos/antesdapauta.pdf#page=139>>. Acesso em 12 de abril de 2013.
- 362** SOLIO, Marlene Branca. A violência social e o tom da mídia. **Antares**, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/1556>>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 363** SOMMA NETO, João. Jornalismo, Informação e Cidadania Contemporânea. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**, Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10c9b2a0527437a0ecec435f339eb04.pdf>. Acesso em 16 jul. 2014.
- 364** SOSTER, Demétrio et al. Além do hibridismo jornalístico e literário: reconfigurações narrativas percebidas na biografia e no livro-reportagem. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Fortaleza, Intercom, 2012. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0777-1.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2014.

- 365** SOSTER, Demétrio. Reconfigurações Narrativas no Jornalismo e na Literatura. **REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 3, n. 12, 2013. Disponível em: <<http://www.fnnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/314>>. Acesso em 05 ago. 2014.
- 366** SOUZA, Carlos A; MELANI, Paula; GADINI, Sérgio. A Produção Jornalística e a Prática Acadêmica na Agência de Jornalismo da UEPG. **Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 23-31, Ponta Grossa, 2012. Disponível em: <<http://eventos.uepg.br/ojs2/index.php/conexao/article/viewFile/3916/2758>>. Acesso em: 11 out. 2012. Também publicado, mas assinado apenas por Souza e Melani, no Intercom Sul de Londrina (2011) <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0694-1.pdf>
- 367** SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Mídias, movimentos sociais e contra-hegemonia: Subversão informacional na comunicação radical alternativa. XI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. **Anais...**, Ribeirão Preto, 2006.
- 368** SOUZA, Rafael Bellan; MOURÃO, Helder. Observatório da Mídia Parintinense. XVIII Prêmio Expocom 2011 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. **Anais...** Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/norte2011/expocom/EX26-0028-1.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2014.
- 369** SOUZA, Rafael Bellan; MOURÃO, Helder; CALDAS, Hanne. . Laboratório de Crítica de Mídia do Amazonas. XIX Prêmio Expocom 2012 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. **Anais...** Manaus, Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/expocom/EX29-0008-1.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2014.
- 370** SOUZA, Rafael R; DUTRA, Tuanny. O Jornalismo de Resistência nos Artigos Opinativos do Plantão Popular. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. **Anais...** Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2013/resumos/R34-0085-1.pdf>>. Acesso em 17 dez 2013.

**371** SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de; CALDAS, Hanne Cristhine Assimen;. A luta pela terra nas páginas do livroreportagem Rompendo a Cerca. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte.

**Anais...** Belem, Intercom, 2014. Disponível em: <

<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0091-1.pdf>> Acesso em 25 ago. 2014.

**372** SPANNEMBERG, Ana C. Contribuições de Norbert Elias à investigação do Jornalismo: reflexões sobre a aplicabilidade da Sociologia Figuracional ao estudo do fazer jornalístico enquanto processo sócio-histórico. VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais....** São Paulo: USP, 2009.

Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ana\\_cristina\\_spannenberg.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ana_cristina_spannenberg.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2012.

**373** SPENTHOF, Edson Luiz. O evangelho do jornalismo segundo o Supremo: Lições da inocuidade e do embaralhamento jurídico-conceitual na decisão do STF sobre o diploma para jornalista.

**Comunicação, Cultura e Sociedade**, n.1, vol. 1, ed. jul-dez, ano 2012.

Disponível em: <[http://www.aia.unemat.br/revistaculturasociedade/arquivos/artigo\\_Edson\\_Luiz\\_Spenthof\\_editorado.pdf](http://www.aia.unemat.br/revistaculturasociedade/arquivos/artigo_Edson_Luiz_Spenthof_editorado.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**374** SPONHOLZ, Liriam. O que o jornalismo pode aprender com a ciência: Objetividade na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper. Portugal. **Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO**. Disponível em: <<http://www.sopcom.pt/actas/sponholz-liriam-jornalismo-pode-aprender-com-ciencia.pdf>> . Acesso em 21 nov

2012.

**375** SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Galáxia**, v. 9, n. 18, 2009. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2642/1683>>. Acesso em 07 ago. 2014.

**376** SPONHOLZ, Liriam. Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo. **Ciências e Cognição**, v. 10, p. 02-14, mar/2007. Disponível em: < <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/617/399>>. Acesso em 16 set. 2013.

**377** SPONHOLZ, Liriam. As objetividades do jornalista brasileiro. **Líbero**, v. 11, n. 21, p. p. 69-78, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewArticle/5399>>. Acesso em 16 set. 2013.

**378** SPONHOLZ, Liriam. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 591-619, set-dez/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em 06 ago. 2014.

**379** SPONHOLZ, Lirian. Quando objetividade não é objectivity. Os princípios do jornalismo brasileiro e suas consequências. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**. Braga: LUSOCOM, SOPCOM, CICS, 2008, p. 127-144. Disponível em: <[http://www.lusocom.org/livros/201209201236-anu\\_rio\\_2008.pdf#page=111](http://www.lusocom.org/livros/201209201236-anu_rio_2008.pdf#page=111)>. Acesso em 27 ago. 2014.

**380** TAVARES, Eliane. A Copa e a Mídia: reflexões sobre a mais-valia ideológica, a soberania comunicacional e o jornalismo. **Motrivivência – Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**, v. 21, n. 32-33, p. 156-177, Florianópolis, UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/15580/14117>>. Acesso em 25 out. 2012.

**381** TAVARES, Frederico de M. B. Sobre o jornalismo de revista e seu infinito singular. **Contracampo**, n. 25, p. 97-116, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/254>>. Acesso em: 7 maio 2013.

**382** TAVARES, Frederico de M. B; SCHWAAB, Reges. Proyectos editoriales y sus temas en la configuración de estrategias periodísticas y mercadológicas en el periodismo de revista. Congreso de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación. **Anales...** Málaga, 2010. Disponível em: <<http://www.ae-ic.org/malaga2010/upload/ok/466.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2013.

**383** TAVARES, Joana Brandão. A difusão da informação em blogs de autoria de povos indígenas: uma análise de dois blogs produzidos na Amazônia. VII Conferência Brasileira Mídia Cidadã. **Anais...** Belém, 2011. Disponível em: <[http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc\\_artigos/Midia\\_Cidada\\_Tavares.pdf](http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc_artigos/Midia_Cidada_Tavares.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2014.

**384** TAVARES, Joana Brandão. Ciber-informações indígenas no Brasil: um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na internet a partir das potencialidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária. **Vozes e Diálogo**, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/3316>>. Acesso em 06 ago. 2014.

**385** TAVARES, Joana Brandão. O Dia de Índio em cibermeios indígenas e jornalísticos. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba, SBPJOR/ PUC-PR, 2012. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/joana\\_brandnoo\\_tavares.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/joana_brandnoo_tavares.pdf)>. Acesso em 07 ago. 2014.

**386** TEIXEIRA, Mabel de Oliveira. A linguagem jornalística no twitter: discutindo mudanças na esfera jornalística. VII Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino. **Anais...** Pelotas, UFPEL, 2013. Disponível em: [http://www.ucpel.tche.br/senale/cd\\_senale/2013/Textos/trabalhos/128.pdf](http://www.ucpel.tche.br/senale/cd_senale/2013/Textos/trabalhos/128.pdf). Acesso em 07 ago. 2014.

**387** TEIXEIRA, Tattiana. A Ética das Conveniências na Cobertura Política do Correio da Bahia. **Pauta Geral**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 87-100, 1995.

**388** TEIXEIRA, Tattiana. **Muito além da opinião**: um breve esboço da relação entre charge e jornalismo no Brasil. 1998. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99299f97415781a06f9b1edfed93a1f5.PDF>>. Acesso em 11 out. 2012.

**389** TEIXEIRA, Tattiana. A crônica política em Machado de Assis, Cony e Veríssimo. **Pauta Geral**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 163-180, 2002.

**390** TEIXEIRA, Tattiana. A Ironia no Discurso da Crônica Política e sua relação com o Jornalismo Opinativo. **Pauta Geral**, Salvador, v. 10, n. 5, p. 45-64, 2003.  
Apresentado em: TEIXEIRA, Tattiana. A Ironia no Discurso da Crônica Política e sua relação com o Jornalismo Opinativo. I Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). **Anais...** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/t054.doc>>. Acesso em 08 maio 2012.

- 391** TEIXEIRA, Tattiana. A crônica política no Brasil—um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo. In: **BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã, UBI, 2003. Disponível em: < [http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=teixeira-tattiana-cronica-politica-Brasil.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=teixeira-tattiana-cronica-politica-Brasil.html). Acesso em 15 jul. 2014.
- 392** TEIXEIRA, Tattiana. Infografia e jornalismo científico: um estudo da Revista SuperInteressante. III Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo. **Anais...** Florianópolis, 2005. Disponível em:< [http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/iiisbpjour2005\\_-\\_cc\\_-\\_tattiana\\_teixeira\\_-\\_tattiana\\_teixeira.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/iiisbpjour2005_-_cc_-_tattiana_teixeira_-_tattiana_teixeira.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2014.
- 393** TEIXEIRA, Tattiana. Crítica ao elogio do senso comum. Ensaio sobre a linguagem e a redação jornalísticas. **Pauta Geral**, Salvador, v. 12, n. 7, p. 21-52, 2005.
- 394** TEIXEIRA, Tattiana. Inovações e desafios da linguagem jornalística: o uso dos infográficos na cobertura de Ciência, Tecnologia e Inovação. III Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo. **Anais...** Porto Alegre, SBPJOR, 2006. Disponível em: < [http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coord7\\_tattiana\\_na\\_teixeira.pdf](http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coord7_tattiana_na_teixeira.pdf)>. Acesso em 21 ago. 2014.
- 395** TEIXEIRA, Tattiana. O Segredo da Pirâmide, 20 anos depois. In: AMARAL, Márcia F (org) et al. **Olhares sobre o Jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: Facos, 2007, p. 19-36.
- 396** TEIXEIRA, Tattiana. A presença da infografia no jornalismo brasileiro proposta de tipologia e classificação como gênero jornalístico a partir de um estudo de caso. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 9, n. 2, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php /fronteiras/article/viewArticle/5749>>. Acesso em 06 ago. 2014.

**397** TEIXEIRA, Tattiana Gonçalves; DAL PIVA, Juliana Schwartz. Em luta pela terra sem mal. XVII Prêmio Expocom 2010. XI Intercom Sul. **Anais...** Novo Hamburgo, 2010. Disponível em: <

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/expocom/EX20-0482-1.pdf>>. Acesso em 16 out. 2013.

**398** TRINDADE, Eustaquio et al. Livro-reportagem – “Sou de Lugar Nenhum”: O consumo do crack, a identidade do usuário e as políticas públicas de enfrentamento desse problema social. XIX Prêmio Expocom 2012 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/expocom/EX33-0908-1.pdf>. Acesso em 07 ago. 2014.

**399** TRINTA, Aloísio R.; NEVES, Teresa CC. A função cognitiva do jornalismo: a contribuição de Robert E. Park. Trabalho apresentado ao NP. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**, 200? Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/16523720091757871551995647517951473973.pdf>> Acesso em 18 jul. 2014.

**400** VAZ, Paulo; TAVARES, Frederico de M. Brandão. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 1, n. 27, 2005. Disponível em: < <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewArticle/444>>. Acesso em 16 ago. 2014.

**401** VELHO, Ana Paula M. A Infografia na mediação cientista X jornalista: uma análise introdutória. XXIV Congresso Nacional de Ciências da Comunicação. **Anais...** Campo Grande (MS), 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/16423165254623993304368426388536061934.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2012.

**402** VIZEU, Alfredo. MAZZAROLO, Jô. Telejornalismo: onde está o lead? **Revista Famecos**, PUC-RS, Porto Alegre, n. 11, p. 57-63, dez. 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3051/2329>. Acesso em 23 set. 2014.

**403** VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as "teorias intermediárias: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD) In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18152405243277328293805250673257682310.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2014.

**404** VIZEU, Alfredo. Telejornalismo: cotidiano e lugar de segurança. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 1, p. 103-113, 2008. Disponível em: < <https://www.journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2246/1950>>. Acesso em 16 set. 2013.

**405** VIZEU, Alfredo FERREIRA, Eric de Santana; MENDONÇA, Thyanne Sales de Almeida; PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. O Telejornalismo Como Lugar de Referência, Sua Função Pedagógica e as Representações Sociais no NETV 1ª Edição. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Recife, Intercom, 2012. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0213-1.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**406** VIZEU, Alfredo, ROCHA, Heitor Costa; SIQUEIRA, Fabiana Cardoso. Telejornalismo e Comunicação Dialógica: a possibilidade do exercício da cidadania em grande escala. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Fortaleza, 2012. Disponível em: < [https://jornalismocontemporaneo.files.wordpress.com/2012/11/intercom\\_alfredo\\_heitor\\_fabiana.pdf](https://jornalismocontemporaneo.files.wordpress.com/2012/11/intercom_alfredo_heitor_fabiana.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2014. Publicado em: MOTA, Inês Pereira et al. Comunicação, Mídia e Culturas. João Pessoa: Ideia, 2013, p. 243-264. Disponível em: < [http://www.insite.pro.br/elivre/comunicacao\\_pc.pdf#page=121](http://www.insite.pro.br/elivre/comunicacao_pc.pdf#page=121)>. Acesso em 15 ago. 2014.

**407** VOGEL, Daisi I. A Escrita da Notícia e a Ordem do Mundo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v 2, n 1, p. 123-131, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2220/1848>>. Acesso em 25 out 2012.

**408** WAINBERG, Jacques A. Noticiário internacional e a incompreensão do mundo. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Núcleo de Pesquisa em Jornalismo. **Anais...** 200?. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/45032554694443454136479512558992361781.pdf>> Acesso em 24 ago. 2014.

Versão em inglês publicado em:

WAINBERG, Jacques A. Misunderstanding International News in Brazil. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v.2, n.1, p. 67-89, 2006. Disponível em: < <http://www.sbpjor.org.br/ojs/include/getdoc.php?id=214&article=76&mode=pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

**409** WEBER, Maria Helena. Híbridação de verdades políticas e midiáticas. **Intexto**: revista do Mestrado da Comunicação UFRGS. N. 6, 1999. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26560/000296553.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 jul. 2014.

**410** ZIPSER, Meta Elisabeth; POLCHLOPEK, Silvana Ayub. A interface tradução-jornalismo: uma nova experiência em tradução.

**Eletras**, vol. 18, n.18, jul.2009. Disponível em:

<[http://www.utp.br/eletras/ea/eletras18/texto/artigo\\_18.3\\_Meta\\_Elisabeth\\_Zipser\\_Silvana\\_Ayub\\_Polchlopek\\_A\\_interface\\_traducao\\_jornalismo.pdf](http://www.utp.br/eletras/ea/eletras18/texto/artigo_18.3_Meta_Elisabeth_Zipser_Silvana_Ayub_Polchlopek_A_interface_traducao_jornalismo.pdf)>. Acesso em 28 out. 2012.

**411** ZIPSER, Meta Elisabeth; POLCHLOPEK, Silvana Ayub. Do fato à reportagem: o ambiente da tradução jornalística. **Dito Efeito**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: < <http://revistas.utfpr.edu.br/ct/de/index.php/Ditoefeito/article/view/51/54>>. Acesso em 06 ago. 2014.